SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 01 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4351

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
REABERTURA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

REPUBLICAÇÃO – Manifestação de Interesse publicada em 31/08/2026 (abertura de prazo)

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em higienização e manutenção preventiva de aparelhos de ar condicionado, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas da Agência Reguladora.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 meses.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da execução do objeto será efetuado integralmente pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, correspondente ao período de prestação dos serviços, após o devido atesto da conformidade pelo gestor do contrato, no prazo de até 5(cinco) dias úteis.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:
Prestação de serviços de higienização e limpeza dos aparelhos de ar condicionado em perfeitas condições de uso, segurança e conservação durante toda vigência contratual, garantindo o atendimento regular das demandas laborais da ARISMIG,
O prazo de disponibilização dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis após a contratação. veículo será de até XX (definir) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
CeridãoNegativa de Débitos Trabalhistas; Consulta CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidônias e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) conforme art.91, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 04/09/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG,31 de agosto de 2026.

KAROLINE MACHADO PEREIRA
Assessora Especial

Publicado por:
Karoline Machado Pereira
Código Identificador:74CEC664

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 636/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 043/2024

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **VAGALUME ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.258.577/0001-36, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato Nº 636/2026, para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva no sistema de iluminação pública, para o município de **ITANHANDU** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 055/2024 e Pregão Eletrônico de nº 043/2024. O valor total do contrato é R$ 30.309,50 (trinta mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 21 de agosto de 2026..

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:76B1E16C

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 505/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 010/2026

O MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 25.970.260/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **BRUNO RIBEIRO NEGREIROS,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **PATRIMONIUM ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME**, portadora do CNPJ 21.960.275/0001-47, neste ato representada pelo Senhor(a) IVAN CARLOS FERREIRA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E DEMAIS ASSUNTOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 27.170,00 (vinte e sete mil cento e setenta reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 13 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:8A75B6CA

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 518/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 058/2025
CREDENCIAMENTO N° 013/2025

O MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 23.245.806/0001-45, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e o Leiloeiro Senhor (a) **HELCIO KRONBERG,** doravante denominada CONTRATADA, PARA **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** LEILOEIRO OFICIAL de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 26 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTO
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:C6429130

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 519/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 058/2025
CREDENCIAMENTO N° 013/2025

O MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 23.245.806/0001-45, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e o Leiloeiro Senhor (a) **FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO,** doravante denominada CONTRATADA, PARA **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** LEILOEIRO OFICIAL de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 27 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTO
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:F94E7013

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 523/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2025

O MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 23.245.806/0001-45, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO,**neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **MARCELO RIBEIRO DA SILVA,** portadora do CNPJ nº 49.794.726/0001-32, neste ato representada pelo Senhor(a) MARCELO RIBEIRO DA SILVA, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 38.686,50 (trinta e oito mil seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 27 de Agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:A1CC6FBE

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 161/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 022/2025

O MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 23.245.806/0001-45, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **DOVALE LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 58.502.073/0001-61, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 161/2026, para o FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, HIDRÁULICOS, ÓLEOS DE TRANSMISSÃO, GRAXA, ADITIVOS, FLUÍDOS, REAGENTES E QUEROSENE PARA OS VEÍCULOS LEVES, PESADOS , MAQUINÁRIOS E MOTOCICLETAS, para o município de **PASSA QUATRO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 035/2025 e Pregão Eletrônico de nº 022/2025. O valor total do contrato é R$ 4.597,00 (quatro mil quinhentos e noventa e sete reais).As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu,10 de março de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:3992C284

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 637/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21 , neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **WALTER JOSÉ LESSA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **CREATIVE LICITACOES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 54.362.519/0001-49, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 637/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$2.258,66 (dois mil duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 21 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:9F2C17C5

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 653/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 036/2025

O MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.188.268/0001-64, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **FRANCISCO DIVINO GOMES CAMARGO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n° 35.741.144/0001-83, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 653/2026, para a aquisição de 02 veículos marca: FORD, para o município de **DOM VIÇOSO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 055/2025 e Pregão Eletrônico de nº 036/2025. O valor Total do contrato é de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais).As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do municipio.

Caxambu, 26 de Agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:26B49FF8

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 654/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 022/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.906.314/0001-50, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE DE SOUZA PINTO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação

compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **DOVALE LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 58.502.073/0001-61, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 654/2026, para o FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, HIDRÁULICOS, ÓLEOS DE TRANSMISSÃO, GRAXA, ADITIVOS, FLUÍDOS, REAGENTES E QUEROSENE PARA OS VEÍCULOS LEVES, PESADOS , MAQUINÁRIOS E MOTOCICLETAS, para o município de **SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 035/2025 e Pregão Eletrônico de nº 022/2025. O valor total do contrato é R$ 7.144,00 (sete mil cento e quarenta e quatro reais).As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu,31 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:A31A3300

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 769 - CAPETINGA: OBJETO DA LEI: ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA/MG AO PROGRAMA "SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM DA AMEG"

EXTRATO DE LEI MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 769, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 — MUNICÍPIO DE CAPETINGA/MG

Ementa: Autoriza a adesão do Município de Capetinga/MG ao Programa "Serviço de Inspeção Municipal – SIM da AMEG", a ser implantado pelo Consórcio AMEG, e define os procedimentos de inspeção sanitária de produtos de origem animal.

O Consórcio Público AMEG torna público, para os fins do art. 4º, §5º, da Lei Federal nº 11.107/2005 e do art. 12, §2º, do Decreto Federal nº 6.017/2007, que o Município de Capetinga/MG, mediante a Lei Municipal nº 769, de 18 de agosto de 2026, sancionada por Reginaldo de Mendonça, Prefeito Municipal, autorizou sua adesão ao Programa SIM – AMEG, consolidando a gestão associada, pelo Consórcio, dos serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
Principais disposições: - Cria o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), destinado à fiscalização, orientação, educação e certificação sanitária de produtos comestíveis e não comestíveis de origem animal, abrangendo os municípios aderentes ao Programa. - Transfere ao Consórcio AMEG, mediante Contrato de Programa, a gestão associada dos serviços de inspeção, incluindo o poder de polícia administrativa e a arrecadação de taxas, tarifas e preços públicos correspondentes. - Disciplina o registro e o funcionamento dos estabelecimentos de produtos de origem animal (matadouros, laticínios, entrepostos, fábricas de conservas, unidades apícolas etc.), inclusive das agroindústrias rurais de pequeno porte. - Institui o regime de infrações e sanções administrativas (advertência, multa, apreensão, suspensão, interdição e cassação de registro), com multas graduadas de R$200,00 a R$25.000,00, observada a dupla visita para ME e EPP. - Cria as taxas do Serviço de Inspeção Municipal, o Fundo Regional de Inspeção Sanitária e o respectivo Conselho, de composição paritária entre Poder Público e sociedade civil. - As agroindústrias de pequeno porte ficam isentas das taxas de registro, inspeção e fiscalização sanitária, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.
Vigência: a Lei Municipal nº 769/2026 entrou em vigor na data de sua publicação; o Programa SIM – AMEG entrará em vigor na data da assinatura do respectivo Contrato de Programa pelo Município junto ao Consórcio AMEG. **Publicação de origem:** Diário Oficial do Município de Capetinga, edição nº 222, de 18 de agosto de 2026, nos termos do art. 73-A da Lei Orgânica Municipal. **Signatários da Lei:** Reginaldo de Mendonça, Prefeito Municipal; Sullivan Henrique Ferreira Domiciano, Secretário Geral de Governo.

Lei na integra disponível para consulta no Portal Transparência da AMEG – sito: https://ameg-mg.portaltp.com.br/

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:1055552A

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA - SIM DA AMEG

Contrato de Programa nº 03/2026, do Serviço de Inspeção Municipal – SIM-AMEG. Partes: Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – Consórcio AMEG e Município de Capetinga/MG. **Objeto:** Prestação de serviço público, em regime de gestão associada, de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal (Serviço de Inspeção Municipal – SIM), incidente sobre a industrialização, o beneficiamento, o transporte e a comercialização de produtos comestíveis e não comestíveis, com ou sem adição de produtos vegetais, nas fases de preparo, transformação, manipulação, recebimento, acondicionamento, depósito e trânsito, no território do Município de Capetinga/MG. **Fundamento legal:** Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/2007, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal de Capetinga nº 769/2026 e Resolução nº 217/2026 do Consórcio AMEG. Licitação dispensada com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021. **Valor:** R$ 859,41 (oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos) mensais, a serem depositados até o 5º dia útil de cada mês na conta corrente do Consórcio AMEG nº 71.911-0, agência 0194-5, do Banco do Brasil. **Vigência:** 10 (dez) anos, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante aprovação da Assembleia Geral do Consórcio AMEG e formalização por termo aditivo. **Data da assinatura:** 19 de agosto de 2026, em Passos/MG. **Signatários:** Daniel Ferreira da Silva, Presidente da AMEG; Reginaldo de Mendonça, Prefeito de Capetinga.

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:87ADD27C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO

Câmara Municipal de Barão de Cocais/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.946.262/0001-49, torna público o interesse em realizar pesquisa de preços, pelo prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação deste aviso, visando à composição de processo administrativo, cujo objeto consiste em:

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 20 (vinte) placas de aço inox personalizadas, acompanhadas de estojo, destinadas à outorga de Título de Cidadão Honorário e outras honrarias oficiais concedidas pelo Poder Legislativo.

As empresas interessadas deverão encaminhar suas manifestações de interesse e respectivas pesquisas de preços para o e-mail:compras@cmbaraodecocais.mg.gov.br.

Barão de Cocais/MG, 31 de agosto de 2026.

STEFANI GRACE DA SILVA MORAES FONSECA
Coordenadora de Aquisição de Bens e Serviços

Publicado por:
Stefani Grace da Silva Moraes Fonseca
Código Identificador:734CAEE2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANOPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO INEXIGIBILIDADE N° 020/2026

Fica a empresa WR GESTÃO PÚBLICA - CAPACITANDO GESTORES PÚBLICOS, VEREADORES E SERVIDORES PUBLICOS LTDA, endereço Rua dos Guajajaras, 410, sala 905, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.180-912, CNPJ 39.616.892/0001-95, autorizada a fornecer os seguintes produtos, autorizada a fornecer o seguinte serviço:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
01	Inscrição no curso presencial "A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DIGITAL PARLAMENTAR, MARKETING POLÍTICO E A REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE POR APLICATIVO NOS MUNICÍPIOS", a ser realizado de 01 a 04 de setembro 2026, com carga horária total de 12 horas, em Belo Horizonte/MG.	Inscrição	06	R$1.350,00	R$8.100,00

Caetanópolis, 31 de agosto de 2026.

PEDRO PEREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Mariane Beatriz Dos Santos
Código Identificador:FB1849C3

CÂMARA MUNICIPAL
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 020/2026

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021, e CONSIDERANDO ainda que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, inciso VIII da Nova Lei de Licitações, AUTORIZO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026.
Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação, conforme descrito abaixo:
Objeto a ser contratado: Inscrição no curso presencial "A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DIGITAL PARLAMENTAR, MARKETING POLÍTICO E A REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE POR APLICATIVO NOS MUNICÍPIOS", a ser realizado de 01 a 04 de setembro 2026, com carga horária total de 12 horas, em Belo Horizonte/MG.
Quantidade: 06.
Valor Total: R$8.100,00 (oito mil e cem reais).
Fundamento Legal: Art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, especialmente a prevista no caput do artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Caetanópolis, 31 de agosto de 2026.

PEDRO PEREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Mariane Beatriz Dos Santos
Código Identificador:BBEFEB7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2026

A Câmara Municipal de Curvelo torna público o resultado do Pregão Eletrônico n.º 06/2026 - Processo Licitatório n.º 19/2026.

Objeto: Registro de preços para futuras e parceladas aquisições de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo.

Empresa(s) Vencedora(s):

REDE SANTANA COMBUSTÍVEIS CURVELO II LTDA - CNPJ 11.154.668/0001-00			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	9.750	R$ 5,90	R$ 57.525,00

Valor total registrado: R$ 57.525,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco reais).

Curvelo/MG, 20 de agosto de 2026.

ÉRICA MARIA DA SILVA COURA
Pregoeira

Publicado por:
Paulo Henrique G. Olavo
Código Identificador:9EE0184D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
EXTRATO DO 5º (QUINTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 11/2022

Processo Licitatório nº 10/2022
Credenciamento: 01/2022

Objeto: 5º (quinto) Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2022 - a Contratação de serviços de realização de perícias médicas, para verificação da incapacidade laborativa, remanejamento, readaptação e serviços afins dos servidores da Câmara Municipal de Diamantina/MG.
Do Prazo: Prorrogado pelo período de 26 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027, a partir da sua assinatura
Assinatura: 26 de agosto de 2026.
Data da vigência: 26 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027.

Signatários: Contratante - Marcos Francisco Santos Fonseca - Presidente
Câmara Municipal de Diamantina/MG

Contratante - Marcos Francisco Santos Fonseca - Presidente da Câmara Municipal de Diamantina/MG

Contratada: Ewerton Antônio Fernandes

Diamantina/MG, 25 de Agosto de 2026.

EVANDRO LUIZ DA CRUZ
Agente de Contratação

Publicado por:
Evandro Luiz da Cruz
Código Identificador:244911BC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
EXTRATO DO 5° (QUINTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 12/2022

Processo Licitatório n° 10/2022
Credenciamento 01/2022

Objeto: Quinto Termo Aditivo ao Contrato n° 12/2022 - Contratação de serviços de realização de perícias médicas, para verificação da incapacidade labortiva, remanejamento, readaptação e serviços afins dos serivdores da Câmara Municipal de Diamantina/MG.

Do Prazo: Prorrogado pelo período de 26 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027, a partir da sua assinatura.

Assinatura: 25 de agosto de 2026

Data da vigência: 26 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027

Signatários: Contratante: Vereador Marcos Francisco Santos Fonseca - Presidente da Câmara Municipal de Diamantina/MG Contratada: Wagner Augusto Morato

Diamantina, 25 de agosto de 2026

EVANDRO LUIZ DA CRUZ
Presidente da CPL

Publicado por:
Evandro Luiz da Cruz
Código Identificador:5738AA91

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
EXTRATO DO 5° (QUINTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 13/2022

Processo Licitatório n° 10/2022
Credenciamento 01/2022

Objeto: Quinto TErmo Aditivo ao Contrto n° 13/2022 - Contratação de serviços de realixação de perícias médicas para verificação da incapacidade laborativa, remanejamento, readaptação e serviços afins dos servidores da Câmra Municipal de Diamantina/MG.

Do Prazo: Prorrogado pelo período de 26 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027, a partir da sua assinatura.

Assinatura: 25 de agosto de 2026

Data da vigência: 26 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027

Signatários: Contratante: Vereador Marcos Francisco Santos Fonseca - Presidente da Câmara Municipal de Diamantina/MG Contratada: Alexander Ischaber Xavier

Diamantina/MG, 25 de agosto de 2026

EVANDRO LUIZ DA CRUZ
Presidente da CPL

Publicado por:
Evandro Luiz da Cruz
Código Identificador:8C4FE127

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 11/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Ibiá, **André Luiz Ribeiro**, no uso de suas atribuições legais e, após constatada a regularidade, legalidade e constitucionalidade dos atos procedimentais, em especial ao disposto na lei n° 14.133/2021, consoante regularidade da proposta e análise dos documentos de habilitação, conforme consignado no sistema da Licitanet pelo Agente de Contratação, ainda, diante do respeito as etapas processuais constante no Parecer Jurídico exarado pela Assessoria Jurídica da Câmara, **RESOLVE**:

ADJUDICAR o item 01 do objeto certame à empresa **DAMATA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.324.145/0001-07, com sede na Av. João Paulo II, nº 2155, Bairro Vila Jardim, na cidade de Araxá-MG-MG, CEP: 38.950-000; telefone (34) 3661-0077 e e-mail: damataengenharia@grupodamata.com.br, neste ato devidamente representada pelo senhor(a) **PEDRINHO DA MATA**, brasileiro, casado, portador do CPF: 626.167.906-10 e RG: M-4538.643, SSP-MG, conforme especificações contidas no edital de licitação e termo de referência;

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 11/2026 – Modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2026, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE REFORMA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DO CONJUNTO DE ATIVIDADES PARA REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG.

DETERMINAR a publicação do Termo de Adjudicação e Homologação, a elaboração da minuta de contrato e, após devida assinatura, a publicação do extrato de contrato.

Ibiá (MG), 31 de agosto de 2026

VEREADOR ANDRÉ LUIZ RIBEIRO
Presidente da Câmara Municipal de Ibiá - MG

Publicado por:
Leonardo Ribeiro da Silva Borges
Código Identificador:585F9203

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PRC-53/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº: 53/2026 Dispensa nº: 36/2026

Com fundamento no Art. 72 inciso VIII da Lei Nacional nº 14.133/21, o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA os Itens a seus respectivos Fornecedores vencedores e AUTORIZA esta Dispensa de Licitação para a contratação segundo as informações descritas abaixo:

Fundamento Legal
* Art. Art. 75, inciso II da Lei Nacional nº 14.133/21

Extrato das Cotações recebidas
Item 1 - Licença Canva. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais completa disponibilizada pelo fabricante Canva, destinada à criação de peças gráficas, apresentações,

documentos, materiais institucionais, publicações para redes sociais e demais conteúdos visuais. A licença deverá contemplar acesso integral às funcionalidades premium da plataforma, incluindo banco de imagens, vídeos, áudios, elementos gráficos, ícones, ilustrações, fontes, modelos (templates), recursos de inteligência artificial para criação e edição de conteúdo, ferramentas colaborativas, armazenamento em nuvem, kit de identidade visual (Brand Kit), redimensionamento automático de layouts (Magic Resize), remoção de fundo de imagens, edição avançada de fotografias, exportação em alta resolução, agendamento de publicações em redes sociais, remoção de marcas d'água, acesso às atualizações disponibilizadas durante toda a vigência da assinatura, suporte oficial do fabricante e utilização integral de todas as funcionalidades premium disponibilizadas na modalidade contratada.

Classif.	Razão Social	CNPJ	Valor Total do Item	Data/Hora Envio
1º	WIN SOFTWARE WORLD LTDA	53049392000140	R$ 589,00	31/08/2026 15:56

Item 2 - Licença CapCut. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais completa disponibilizada pelo fabricante CapCut, destinada à edição profissional de vídeos institucionais, conteúdos audiovisuais para redes sociais, campanhas educativas, transmissões institucionais e demais materiais produzidos pelo Setor de Comunicação da Câmara Municipal. A licença deverá contemplar acesso integral às funcionalidades premium da plataforma, incluindo ferramentas avançadas de edição audiovisual, edição multicamada (multitrack), biblioteca premium de efeitos visuais, transições, filtros, animações, modelos (templates), trilhas sonoras, elementos gráficos, adesivos (stickers), recursos de correção de cores, estabilização de vídeo, remoção de ruídos, chroma key, keyframes, legendagem automática, transcrição de áudio, conversão de texto em voz (Text-to-Speech), recursos de inteligência artificial para criação e edição de vídeos, remoção automática de fundo, aprimoramento de imagem, redimensionamento automático para diferentes plataformas digitais, exportação em alta resolução (Full HD, 4K ou superior, quando suportado), remoção de
marcas d'água, acesso às atualizações disponibilizadas durante toda a vigência da assinatura, suporte oficial do fabricante e utilização integral de todas as funcionalidades premium disponibilizadas na modalidade contratada.

Classif.	Razão Social	CNPJ	Valor Total do Item	Data/Hora Envio
1º	WIN SOFTWARE WORLD LTDA	53049392000140	R$ 989,00	31/08/2026 15:56

Item 3 - Licença Wondershare Filmora. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais completa disponibilizada pelo fabricante Wondershare, destinada à produção, edição, finalização e pós-produção de vídeos institucionais. A licença deverá contemplar acesso integral às funcionalidades premium da plataforma, incluindo edição de vídeos em múltiplas camadas (multitrack), linha do tempo avançada, biblioteca premium de efeitos visuais, filtros, transições, títulos, animações, elementos gráficos, stickers, trilhas sonoras e templates; recursos de inteligência artificial para geração e edição de conteúdos audiovisuais, remoção de objetos, recorte inteligente (Smart Cutout), remoção automática de fundo (AI Portrait), rastreamento de movimento (Motion Tracking), estabilização de vídeo, aprimoramento e limpeza de áudio por inteligência artificial, redução automática de ruídos, correção e aprimoramento de cores, geração automática de legendas (Speech-to-Text), conversão de texto em voz (Text-to-Speech), tradução automática de legendas, edição inteligente baseada em inteligência artificial (AI Copilot Editing ou tecnologia equivalente), geração de imagens e recursos criativos por inteligência artificial, redimensionamento automático para diferentes plataformas digitais, gravação de tela (Screen Recorder), gravação por webcam, edição avançada de áudio, keyframes, máscaras, chroma key, speed ramping, exportação em alta resolução (Full HD, 4K ou superior, quando suportado), remoção de marcas d'água, acesso às atualizações disponibilizadas durante toda a vigência da assinatura, suporte oficial do fabricante e utilização integral de todas as funcionalidades premium disponibilizadas na modalidade contratada.

Classif.	Razão Social	CNPJ	Valor Total do Item	Data/Hora Envio
1º	WIN SOFTWARE WORLD LTDA	53049392000140	R$ 989,00	31/08/2026 15:56

Item 4 - Licença Captions AI. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais completa disponibilizada pelo fabricante Captions AI, destinada à produção, edição e otimização de vídeos institucionais por meio de recursos avançados de inteligência artificial. A licença deverá contemplar acesso integral às funcionalidades premium da plataforma, incluindo geração automática de legendas sincronizadas (Speech-to-Text), transcrição automática de áudio e vídeo, tradução automática de legendas para múltiplos idiomas, conversão de texto em voz
(Text-to-Speech), clonagem de voz (Voice Clone), dublagem automática por inteligência artificial (AI Dubbing), sincronização labial automática (Lip Sync), correção automática de contato visual (Eye Contact Correction), remoção de palavras de preenchimento (Filler Words), remoção automática de silêncios e pausas, cortes inteligentes (AI Editing), geração automática de clipes curtos a partir de vídeos longos (AI Clips), criação automática de títulos e legendas dinâmicas, personalização de fontes, cores, animações e estilos de legendas, redimensionamento automático para diferentes formatos e plataformas digitais (vertical, horizontal e quadrado), aprimoramento de áudio com redução de ruídos, melhoria da qualidade da voz, recursos de composição automática de cenas por inteligência artificial, exportação de vídeos em alta resolução (Full HD, 4K ou superior, quando suportado), remoção de marcas d'água, armazenamento em nuvem quando disponibilizado pelo fabricante, acesso às atualizações durante toda a vigência da assinatura, suporte técnico oficial e utilização integral de todas as funcionalidades premium disponibilizadas na modalidade contratada.

Classif.	Razão Social	CNPJ	Valor Total do Item	Data/Hora Envio
1º	WIN SOFTWARE WORLD LTDA	53049392000140	R$ 1.799,00	31/08/2026 15:56

Item 5 - Licença ChatGPT. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais completa disponibilizada pelo fabricante OpenAI, destinada à utilização de inteligência artificial generativa em apoio às atividades de comunicação institucional. A licença deverá contemplar acesso integral às funcionalidades premium da plataforma, incluindo geração, revisão e adaptação de textos, criação de roteiros, produção de conteúdos institucionais, elaboração de apresentações, análise e síntese de documentos, assistência à pesquisa, interpretação de informações, suporte à criação de campanhas educativas, recursos avançados de inteligência artificial multimodal, processamento de texto, imagens e arquivos compatíveis, acesso às atualizações disponibilizadas durante toda a vigência da assinatura, suporte oficial do fabricante e utilização integral das funcionalidades premium disponibilizadas na modalidade contratada.

Classif.	Razão Social	CNPJ	Valor Total do Item	Data/Hora Envio
1º	WIN SOFTWARE WORLD LTDA	53049392000140	R$ 1.799,00	31/08/2026 15:56

- Não houve Cotação desclassificada neste Processo, nos termos da Instrução Normativa nº 6/2024.

Identificação do Vencedor

- **Razão Social: WIN SOFTWARE WORLD LTDA**
- CNPJ: 53049392000140
- Nome Comercial (fantasia): Não Informado
- Endereço: , - - Itapemirim/ES
-

Situação: Fornecedor devidamente habilitado (cf. documentação anexa aos autos do Processo)

ITENS ADJUDICADOS A ESTE FORNECEDOR:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Homologado
1	Licença Canva. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais com...	1	Serviço	R$ 589,00
2	Licença CapCut. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais co...	1	Serviço	R$ 989,00
3	Licença Wondershare Filmora. Licença original, anual, correspondente à versão profiss...	1	Serviço	R$ 989,00
4	Licença Captions AI. Licença original, anual, correspondente à versão profissional ma...	1	Serviço	R$ 1.799,00
5	Licença ChatGPT. Licença original, anual, correspondente à versão profissional mais c...	1	Serviço	R$ 1.799,00
Valor Total para este Fornecedor:				**R$ 6.165,00**

Razão da Escolha e Justificativa de Preço

•
Razão da Escolha:

Os fornecedores supracitados sagraram-se vencedores após ter sido dada oportunidade de competição com
outros fornecedores interessados, tendo ofertado a Cotação de menor valor para os Itens do objeto desta Contratação, desconsiderando-se aquelas eventualmente identificadas como inexequíveis ou excessivamente elevadas.

•
Justificativa de Preço:

Os valores totais a serem pagos pela Câmara em cada Item nesta Contratação, conforme listagem abaixo, demonstram-se abaixo dos Valores Estimados Totais dos Itens da Contratação, portanto, compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme a presunção de equivalência entre eles. Entende-se, portanto, que os valores a serem pagos nesta Contratação são vantajosos para a Administração Pública:

•
Item 1 --> Valor Total do Vencedor: R$ 589,00 / Valor Estimado da Contratação: R$ 667,93

•
Item 2 --> Valor Total do Vencedor: R$ 989,00 / Valor Estimado da Contratação: R$ 1.944,13

•
Item 3 --> Valor Total do Vencedor: R$ 989,00 / Valor Estimado da Contratação: R$ 1.598,75

•
Item 4 --> Valor Total do Vencedor: R$ 1.799,00 / Valor Estimado da Contratação: R$ 1.842,26

•
Item 5 --> Valor Total do Vencedor: R$ 1.799,00 / Valor Estimado da Contratação: R$ 2.077,38

Previsão Orçamentária

Dotação Orçamentária: 21.000. 21.002. 01.122.01016.019.3.3.90.39-Ficha: 83 - Fonte: 1.500.000.0000
Valor Total desta Ficha: R$ 6.165,00

(cf. Declaração Contábil anexa aos autos do Processo).

ANTÔNIO JUSTINO FILHO.
Presidente da Câmara

Publicado por:
Priscila Martins Oliveira
Código Identificador:1CB908F4

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
EMENDA 2 - AO PLC EM 15-2026 - ALTERA LCM 261-2023 - ANA RUTH - ZONEAMENTOS

À Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Lagoa da Prata:

Na condição de Vereadora, apresento ao Projeto de Lei Complementar nº EM 15/2026 que "Altera a Lei Complementar nº 261/2023" a seguinte Emenda:

EMENDA 2 – MODIFICATIVA:

O texto do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar EM 15/2026 passa a ter a seguinte redação, fazendo-se alteração tão somente no texto do seu Inciso X:

Art. 1º Fica alterado o mapa constante do Anexo II da "Lei Complementar Municipal nº 261 de 27 de março de 2023", que passa a ser substituído pelo novo mapa técnico integrante desta Lei Complementar, com a adequação do Zoneamento aprovada pela 76ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Cidade, conforme detalhado abaixo:

I – Residencial Laranjeiras: Avenida Perimetral classificada como ZM-3 (Zona Mista 03) e as demais vias classificadas como ZM-1 (Zona Mista 01);

II – Residencial Mata das Sucupiras: Avenidas Getúlio Vargas e 27 de Dezembro, bem como a Praça dos Caminhos das Árvores, classificadas como ZM-2 (Zona Mista 02), e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

III – Residencial Juca Davi: Avenida Perimetral classificada como ZM-3, Rua Manoel Jacinto da Silva classificada como ZM-2, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

IV – Loteamento Conquista I: Avenida Perimetral classificada como ZM-3, Rua Eli Maciel classificada como ZM-2, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

V – Loteamento Conquista II: Avenida Perimetral classificada como ZM-3 e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

VI – Loteamento São Carlos II: Avenida Perimetral classificada como ZM-3, Ruas Marlene Gomes Pinto e Bahia classificadas como ZM-2, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

VII – Loteamento V8 – Marília II: Faixa de 150 metros perimetral à Rodovia 170 classificada como ZI-2 (Zona Industrial 02) e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

VIII – Loteamento Avanti Park Empresarial: Todo o perímetro classificado como ZI-2 (Zona Industrial 02);

IX – Loteamento Glória Maciel: Avenida Perimetral e extensão para o restante do Parque dos Buritis classificados como ZM-3, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

X - Bairro Coronel Luciano: Rua das Acácias, alterada para ZM-2; Ruas Açaí, Buritis e Santa Catarina (trecho após a Rua Dona Alexandrina) classificadas como ZM-2.
(...)

JUSTIFICATIVA:

Apresento esta Emenda visando alterar o texto do Projeto de Lei Complementar em análise, especialmente, o texto do Inciso X do seu Art. 1º, pelos seguintes motivos:

O principal motivo para a apresentação desta Emenda é que a Praça Capitão Bahia está localizada ao lado da Estação Ferroviária e da Praia Pública de Lagoa da Prata, bens que são Tombados como Patrimônio Histórico, Cultural, Natural, Paisagístico do Município e

devem ser protegidos de todas as formas, não apenas por meio do Tombamento, mas, também com Zoneamento que impeça edificações que possam intervir em referidos bens, bem como no entorno deles.

A Constituição da República de 1988, bem como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Municipal estabelecem que cabe ao Poder Público Municipal proteger o Patrimônio Histórico, Cultural, Natural, Paisagístico do Município.

Se os bens ao lado da Praça Capitão Baía são Tombados, não faz sentido se permitir um Zoneamento que possibilite construções que venham a interferir no espaço e a prejudicar a imagem e a paisagem existente atualmente.

Por isso, entendo que a Emenda deve ser aprovada para que possamos fazer nossa parte, como Legisladores, visando a proteção da Estação Ferroviária e da Praia Pública Municipal, que são Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Paisagístico de nosso Município.

Assim dispõe o Inciso X do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar em estudo:

X – Bairro Coronel Luciano: Rua das Acácias alterada para ZM-2; Ruas Açaí, Buritis e Santa Catarina (trecho após a Rua Dona Alexandrina) classificadas como ZM-2; Praça Capitão Bahia classificada como ZM-3; Rua das Acácias alterada para ZM-2; e as Ruas Açaí, Buritis e Santa Catarina (trecho após a Rua Dona Alexandrina) classificadas como ZM-2.

Assim sendo, estou propondo uma alteração para se retirar a Praça Capitão Baía do texto do Projeto, para que seja mantido o Zoneamento atual, visando a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Paisagístico do Município. Além desta alteração, aproveito para corrigir erro material no texto do Inciso X, onde há repetição do nome de determinas vias públicas.

Conto com o apoio dos Vereadores para aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2026.

ANA RUTH
Vereadora do PSD

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:44E6946C

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
EMENDA - AO PLC EM 15-2026 - ALTERA LCM 261-2023 - TUTY E TONINHO - ZONEAMENTOS

À Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Lagoa da Prata:

Na condição de Vereadores, apresentamos ao Projeto de Lei Complementar nº EM 15/2026 que "Altera a Lei Complementar nº 261/2023" a seguinte Emenda:

EMENDA 1 – MODIFICATIVA:

O texto do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar EM 15/2026 passa a ter a seguinte redação, fazendo-se a alteração do texto do seu Inciso X e a supressão do seu Inciso XI:

Art. 1º Fica alterado o mapa constante do Anexo II da "Lei Complementar Municipal nº 261 de 27 de março de 2023", que passa a ser substituído pelo novo mapa técnico integrante desta Lei Complementar, com a adequação do Zoneamento aprovada pela 76ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Cidade, conforme detalhado abaixo:

I – Residencial Laranjeiras: Avenida Perimetral classificada como ZM-3 (Zona Mista 03) e as demais vias classificadas como ZM-1 (Zona Mista 01);

II – Residencial Mata das Sucupiras: Avenidas Getúlio Vargas e 27 de Dezembro, bem como a Praça dos Caminhos das Árvores, classificadas como ZM-2 (Zona Mista 02), e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

III – Residencial Juca Davi: Avenida Perimetral classificada como ZM-3, Rua Manoel Jacinto da Silva classificada como ZM-2, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

IV – Loteamento Conquista I: Avenida Perimetral classificada como ZM-3, Rua Eli Maciel classificada como ZM-2, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

V – Loteamento Conquista II: Avenida Perimetral classificada como ZM-3 e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

VI – Loteamento São Carlos II: Avenida Perimetral classificada como ZM-3, Ruas Marlene Gomes Pinto e Bahia classificadas como ZM-2, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

VII – Loteamento V8 – Marília II: Faixa de 150 metros perimetral à Rodovia 170 classificada como ZI-2 (Zona Industrial 02) e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

VIII – Loteamento Avanti Park Empresarial: Todo o perímetro classificado como ZI-2 (Zona Industrial 02);

IX – Loteamento Glória Maciel: Avenida Perimetral e extensão para o restante do Parque dos Buritis classificados como ZM-3, e o restante do loteamento classificado como ZM-1;

X – Bairro Coronel Luciano: Rua das Acácias, alterada para ZM-2; Ruas Açaí, Buritis e Santa Catarina (trecho após a Rua Dona Alexandrina) classificadas como ZM-2; Praça Capitão Bahia classificada como ZM-3.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta Emenda visando suprimir do texto do Projeto de Lei Complementar em análise, o texto do Inciso XI do seu Art. 1º, considerando que a alteração do Zoneamento prevista neste dispositivo já foi realizada por meio de outro Projeto de Lei específico, já aprovado por esta Casa.

Assim dispõe o Inciso XI do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar em estudo:

XI – Trecho intermediário: Área compreendida entre a Rua Mário Corrêa Lacerda e a Avenida Antônio Pinto Resende, estendendo-se até a Rua Rede dos Ferroviários, alterada de ZM-1 para ZM-2.

Com a Emenda também corrigimos erro material no Inciso X, que estava com texto repetido.

Contamos com o apoio dos Vereadores para aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2026.

TUTY DA BORRACHARIA
Vereador da Federação PSDB/Cidadania

TONINHO DA LAJE
Vereador do Republicanos

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:A6C762EF

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO DAS COMISSÕES – 02-9-2026 - 16H

Ordem do Dia da 29ª Reunião das Comissões do Ano de 2026 – 02/09/2026 – 16h

Análise e Discussão:

Projeto de Lei CM nº 14/2026, que "Dá Nome à Praça situada entre a Rua Noraldino Geraldo Rodrigues, Rua Secundino Rodrigues e Rua Prefeito Paulo Lobato, no Bairro Chico Miranda, no Município de Lagoa da Prata."

Projeto de Lei EM nº 146/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 31.906,75."

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:1905B92C

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PLC EM 18-2026 - ALTERA LEI COMPLEMENTAR 282-2024 - GRATIFICAÇÃO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Matéria:
Projeto de Lei Complementar nº EM 18/2026 que Altera a "Lei Complementar nº 282 de 06 de maio de 2024, para reajustar o valor da gratificação mensal devida aos Agentes de contratação, e dá outras providências."

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 24/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei Complementar EM nº 18/2026 com a justificativa.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 26/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
O Município possui competência para tratar da matéria em questão nos termos da CR/1988, da CE-MG/1990 e do Inciso XXI do Artigo 6º da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõem:
Constituição da República:
"*Art. 30. Compete aos Municípios:*
*I - **legislar sobre assuntos de interesse local;**"* (grifei)
A Constituição Estadual segue esta mesma linha:
"Art. 171 – Ao Município compete legislar:
***I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:** ..."*
Lei Orgânica Municipal:
"*Art. 6º Compete ao Município:*
I - ...
XXI - Legislar sobre assuntos de interesse local;" (grifei)
Nota-se que é competente o Município para dispor sobre o Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.

Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*

A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem à risca o que determina a CR/88.
Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme se pode conferir pela leitura dos dispositivos acima citados.
Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 – No mérito:
2.1 - O Prefeito assim justificou o Projeto de Lei Complementar em estudo:
"Submetemos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 282, de 2024, com o objetivo de revisar o valor da gratificação mensal atribuída aos servidores designados para o exercício da função de Agente de Contratação, passando de 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) UFMLP para 5 (cinco) UFMLP.
A proposta justifica-se pela relevância, complexidade e responsabilidade inerentes às atribuições desempenhadas por esses agentes.
A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conferiu ao Agente de Contratação posição central na condução dos procedimentos licitatórios, competindo-lhe, nos termos dos arts. 6º, inciso LX, e 8º, tomar decisões, acompanhar e impulsionar a tramitação dos processos e executar as atividades necessárias ao regular desenvolvimento das contratações até a homologação, exercendo, ainda, a função de Pregoeiro nos procedimentos realizados sob essa modalidade.
O exercício da função exige conhecimento técnico especializado, constante atualização normativa, operação de sistemas eletrônicos, análise de propostas e documentos de habilitação, realização de diligências e negociações, apreciação de impugnações e recursos no âmbito de sua competência, além da condução simultânea de procedimentos destinados ao atendimento das diversas Secretarias Municipais.
Trata-se, portanto, de função que agrega ao servidor responsabilidades adicionais e elevado grau de responsabilidade técnica e funcional.
Eventuais falhas ou inadequações na condução dos procedimentos podem resultar em atrasos na contratação, fracasso ou deserto do certame, necessidade de repetição de procedimentos, anulação de atos, comprometimento da execução de serviços e fornecimentos, prejuízos ao erário e eventual responsabilização dos agentes envolvidos, conforme a natureza e a gravidade da conduta, nas esferas administrativa, civil e, quando cabível, penal, além das consequências decorrentes da atuação dos órgãos de controle.
A adequada valorização desses agentes contribui diretamente para a eficiência, segurança jurídica e qualidade das contratações públicas municipais, favorecendo a redução de falhas procedimentais, a prevenção de riscos, a ampliação da competitividade e a obtenção de melhores resultados para a Administração.
A revisão proposta constitui, assim, medida de gestão e governança compatível com a relevância das atribuições desempenhadas.
Quanto ao aspecto orçamentário, a despesa decorrente da majoração será suportada pela disponibilidade remanescente da previsão inicialmente destinada à recomposição das perdas inflacionárias da remuneração dos servidores municipais. A programação considerava recomposição de 10% (dez por cento), enquanto o percentual efetivamente concedido foi de 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), nos termos da Lei nº 4.309, de 29 de janeiro de 2026, resultando em disponibilidade orçamentária apta a suportar a presente medida, conforme documentação técnica que acompanha a proposição.

A matéria encontra-se devidamente instruída com a Declaração do Ordenador de Despesa e com o respectivo Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro, demonstrando a compatibilidade da despesa com o orçamento municipal e com os instrumentos de planejamento vigentes.
Diante do exposto, considerando a relevância das funções desempenhadas e a existência de suporte orçamentário para a medida, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal."

2.2 – No Mérito, propriamente dito:
O Projeto de Lei Complementar em análise visa alterar a Lei Complementar Municipal nº 282/2024, para aumentar o valor da Gratificação paga ao Agente de Contratação do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei de Licitações e Contratos, Lei Nacional nº 14.133/2021.
Logo, não há que se falar em ilegalidade.

2.3 – Das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal:
2.3.1 – Adequação orçamentária:
Segue anexa a declaração de adequação orçamentária, assinada pelo Ordenador de Despesa, constatando que as despesas provenientes do Projeto de Lei Complementar em análise são compatíveis com o Plano Plurianual - PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA, nos termos dos Artigos 16 e 17 da LRF.
Devo mencionar que segue anexa aos autos do Processo Legislativo, a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, firmada pela Contadora do Executivo, onde certifica que as despesas provenientes do Projeto de Lei em tela, têm adequação orçamentária e financeira.

2.3.2 – Gastos com pessoal:

Precisam ser analisados os limites e critérios impostos pela Constituição da República e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aos gastos do Poder Público com pessoal para este Projeto. Haverá aumento de gasto com pessoal proveniente do Projeto em estudo.
Logo, se encontra nos autos documento certificando que mesmo com referida despesa o Município continuará dentro dos limites impostos para os gastos com pessoal, nos termos da CR/1988 e da LCN nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 – Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar em análise, cabendo aos Parlamentares, portanto, deliberar sobre o interesse público ou não da Proposição.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº EM 18/2026.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Relatora

Pelas Conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:52332A2E

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 144-2026 - ALTERA LEI 4407-2026

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 144/2026 que Altera a "Lei nº 4.407, de 30 de junho de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.390.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 24/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 144/2026.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 26/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
No que diz respeito à competência para Legislar sobre a matéria prevista no Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Assim dispõe também nossa LOM:
"Art. 22. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição da República, pela Constituição Estadual e por esta Lei, especialmente:
(...)
*II - o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, **o Orçamento Anual e a abertura de Créditos Suplementares e Especiais**;"* (destaquei e grifei)
Verificamos que compete ao Chefe do Executivo encaminhar à Câmara Municipal, na forma da Lei, Projeto de Lei que visa a alteração da Lei Orçamentária, bem como em Lei que autorizou Abertura de Crédito ao Orçamento.
Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
No que diz respeito à iniciativa para apresentar o Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Portanto, o Prefeito possui competência exclusiva para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está em consonância com as normas citadas, carecendo apenas de pequenos reparos.

2 - No mérito:
O Projeto de Lei em estudo, de autoria do Executivo Municipal, visa alterar o texto da Lei Municipal nº 4.407/2026.
O Prefeito assim justificou o Projeto:
"Vimos, pelo presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que tem por objetivo alterar o texto do artigo 2º da Lei nº 4.407, de 30 de Junho de 2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.390.000,00.

O Projeto visa atender à solicitação do Setor de Planejamento que informou que, no penúltimo bloco constante do art. 2º da referida Lei, referente à unidade orçamentária 12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde, elemento de despesa 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, no valor de R$ 15.000,00, deixou de constar a respectiva funcional programática.
Esclareceu o setor que, a alteração solicitada tem caráter exclusivamente corretivo, destinando-se à inclusão da funcional programática correspondente à dotação orçamentária, não implicando alteração do valor total do crédito suplementar, do valor da anulação, das demais dotações orçamentárias ou dos demais dispositivos da Lei nº 4.407/2026.
Diante do exposto, faz-se necessária a alteração do dispositivo legal, a fim de adequar a correta classificação."
Se o Chefe do Executivo Municipal é competente para tratar da matéria prevista no Projeto Original, o é também para Proposição legal que vise alterá-lo.
Assim, como o objetivo é tão somente alterar o texto da Lei Municipal supracitada, entendemos legal, pertinente e viável o Projeto de Lei em estudo.
O Município é competente para legislar sobre o assunto, e não existem impedimentos legais à apreciação do Projeto.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 144/2026.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Relatora

Pelas Conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:6FD1F4CF

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 145-2026 - ALTERA LEI 4439-2026

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 145/2026 que Altera a "Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 585.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 24/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 145/2026.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 26/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
No que diz respeito à competência para Legislar sobre a matéria prevista no Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Assim dispõe também nossa LOM:
"Art. 22. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição da República, pela Constituição Estadual e por esta Lei, especialmente:
(...)
*II - o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, **o Orçamento Anual e a abertura de Créditos Suplementares e Especiais**;"* (destaquei e grifei)
Verificamos que compete ao Chefe do Executivo encaminhar à Câmara Municipal, na forma da Lei, Projeto de Lei que visa a alteração da Lei Orçamentária, bem como em Lei que autorizou Abertura de Crédito ao Orçamento.
Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
No que diz respeito à iniciativa para apresentar o Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Portanto, o Prefeito possui competência exclusiva para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está em consonância com as normas citadas, carecendo apenas de pequenos reparos.

2 - No mérito:
O Projeto de Lei em estudo, de autoria do Executivo Municipal, visa alterar o texto da Lei Municipal nº 4.407/2026.
O Prefeito assim justificou o Projeto:
"Vimos, pelo presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que tem por objetivo alterar o texto do artigo 1º da Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 585.000,00.
O Projeto visa atender à solicitação do Setor de Planejamento que informou que, no art. 1º da referida Lei, no bloco correspondente à unidade orçamentária 08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal, funcional programática 12.361.0805.4045 – Manutenção do Cemae, consta o elemento de despesa 335043 – Subvenções Sociais, no valor de R$ 50.000,00.
Entretanto, o elemento de despesa correto para a referida suplementação é o 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, no mesmo valor de R$ 50.000,00.
Esclareceu o setor que, que a alteração solicitada decorre exclusivamente de correção do elemento de despesa, não implicando alteração do valor total do crédito suplementar autorizado, que permanece em R$ 585.000,00, nem dos valores das demais dotações ou das fontes de recursos utilizadas para sua abertura, tão pouco de sua finalidade.
Diante do exposto, faz-se necessária a alteração do dispositivo legal, a fim de adequar a correta classificação."
Se o Chefe do Executivo Municipal é competente para tratar da matéria prevista no Projeto Original, o é também para Proposição legal que vise alterá-lo.
Assim, como o objetivo é tão somente alterar o texto da Lei Municipal supracitada, entendemos legal, pertinente e viável o Projeto de Lei em estudo.
O Município é competente para legislar sobre o assunto, e não existem impedimentos legais à apreciação do Projeto.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 145/2026.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Relatora

Pelas conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:DEC28F28

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PLC EM 15-2026 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 261-2023 - INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTOS

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:
Projeto de Lei Complementar nº EM 15/2026 que "Altera a Lei Complementar nº 261/2023" e Emendas apresentadas a ele.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 15/6/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei Complementar EM nº 15/2026 com a justificativa e detalhamento, bem como Emendas apresentadas a ele.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 17/6/2026. Fora realizada Audiência Pública com a participação de Técnicos do Ministério Público, membros da Sociedade Civil, Engenheiros Civis e Arquitetos, Gerente da Caixa Econômica Federal, Técnicos do Executivo, outros convidados e os Vereadores. Por isso o Parecer está sendo lido somente nesta Sessão.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:
Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Art. 30, Inciso I, da Constituição da República, no Art. 171, I, da Constituição Estadual e no Art. 6º da Lei Orgânica do Município, que dispõem:

Constituição da República:
Art. 30 *Compete aos Municípios:*
I – *legislar sobre assuntos de interesse local;*

Constituição do Estado de Minas Gerais:
Art. 171 *Ao Município compete legislar:*
I – *Sobre assuntos de interesse local, notadamente:*

Lei Orgânica Municipal:
Art. 6º *Compete ao Município privativamente (...):*
XXI – *Legislar sobre assuntos de interesse local.*

Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei Complementar em estudo.
1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.
Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem a risca o que determina a CR/88.
Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo não está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, sendo concorrente.
Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 - No mérito:
O autor assim justificou o Projeto:
"Vimos, pela presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que "Altera a Lei Complementar Municipal nº 261/2023".
A referida proposição decorre das deliberações unânimes aprovadas na 76ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade, realizada em 13 de maio de 2026.
As alterações de zoneamento propostas fundamentam-se em estudos técnicos, urbanísticos e socioeconômicos, visando sanar descontinuidades no planejamento urbano, garantir a uniformidade do uso do solo e fomentar o desenvolvimento de empreendimentos que trazem impacto positivo à região, democratizando o acesso a serviços e moradia."

2.1 - Do Projeto de Lei Complementar em si:
Conforme bem destacado pelo autor do Projeto, a Proposição decorre das deliberações unânimes aprovadas na 76ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade, realizada em 13 de maio de 2026.
As alterações de Zoneamento propostas fundamentam-se em estudos técnicos, urbanísticos e socioeconômicos, visando sanar descontinuidades no planejamento urbano, garantir a uniformidade do uso do solo e fomentar o desenvolvimento de empreendimentos que trazem impacto positivo à região, democratizando o acesso a serviços e moradia.
2.2 - O Projeto de Lei Complementar em análise estabelece o Zoneamento para diversos Loteamentos e Residenciais, os quais integram alguns bairros do Município, que apesar de já abrigarem residências e outras construções, não possuíam Zoneamento fixado pelo Código de Obras e Urbanismo, sendo utilizado até então o Zoneamento Misto 1, a chamada Zona Mista 1.
Tal fato é indiscutivelmente necessário, pois, não se pode admitir que um Loteamento ou Residencial seja aprovado e não tenha o seu correspondente Zoneamento.
Portanto, nesta parte, não há dúvida nem divergência quanto ao interesse público da questão.
2.3 – Nestes Loteamentos e Residenciais descritos nos Incisos I a IX e XI do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar em estudo estão previstos os Zoneamentos ZM 1, ZM 2 e ZM 3, distribuídos em vias públicas e praças.
2.4 – Dos Zoneamentos previstos na Lei Complementar nº 261/2023, o Código de Obras e Edificações do Município:
A ZM 1 – Zona Mista 1 possui as seguintes características:
"Art. 14. A ZM-1 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares,

multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:
I - 80% (oitenta por cento) de taxa de ocupação;
II - 20% (vinte por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 21,00m (vinte e um metros) de altimetria máxima;
IV - número de pavimentos: 5 (cinco) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água, exceto subsolo;
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes a partir de 12,00 m (doze metros) de testada de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com abertura;
c) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
VI - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes abaixo de 12,00 m (doze metros) de testada de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem abertura;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com abertura;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura."

Já a ZM 2 – Zona Mista 2 – possui as seguintes características:

"*Art. 15. A ZM-2 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares, multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:*
I - 90% (noventa por cento) de taxa de ocupação;
II - 10% (dez por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 45,00m (quarenta e cinco metros) de altimetria máxima;
IV - número de pavimentos: 13 (treze) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água;
(NR pela LC nº 281/2024)
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes a partir de 12,00 m (doze metros) de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com abertura;
c) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
VI - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes abaixo de 12,00 m (doze metros) de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com abertura;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura."

Já a ZM 3 – Zona Mista 3 – possui as seguintes características:

"Art. 16. A ZM-3 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares, multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:
I - 90% (noventa por cento) de taxa de ocupação;
II - 10% (dez por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 51,00m (cinquenta e um metros) de altimetria máxima;
IV - número de pavimentos: 15 (quinze) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água;
(NR pela LC nº 281/2024)
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos de:
a) zero, em fachadas de até 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com aberturas;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
e) 3,00m (três metros), em fachadas acima de 30,00m (trinta metros) de altura, com ou sem abertura."

Já a ZM 4 – Zona Mista 4 – possui as seguintes características:

"Art. 17. A ZM-4 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares, multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:
I - 90% (noventa por cento) de taxa de ocupação;
II - 10% (dez por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 66,00m (sessenta e seis metros) de altimetria máxima;
IV - número de pavimentos: 20 (vinte) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água;
(NR pela LC nº 281/2024)
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos de:
a) zero, em fachadas de até 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com aberturas;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
e) 3,00m (três metros), em fachadas acima de 30,00m (trinta metros) de altura, com ou sem abertura."

2.5 – As alterações pretendidas pelo texto dos Incisos I a IX e XI do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar em análise foram aprovadas pelos membros do Conselho Municipal da Cidade, conforme cópia da Ata que segue anexa aos autos do Processo Legislativo, não havendo divergência de entendimentos quanto a elas.

3 – Por outro lado, há uma divergência quanto ao Zoneamento a ser estabelecido para a Praça Capitão Bahia, que atualmente é ZM 2, passando para ZM 3.

A questão levantada é que referida praça se encontra ao lado da Praia Pública Municipal, bem como da Estação Ferroviária, ambas Tombadas como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico de Lagoa da Prata, onde se alega que a fixação do mencionado Zoneamento não seria possível, ou até ilegal.

No entanto, com todo respeito a quem pensa diferente, entendemos que não é ilegal a fixação de Zoneamento na referida área, passando-a para ZM 3, pois, independentemente da Zona Urbana que estejam, os bens estão protegidos pelo Tombamento, senão vejamos:

A Constituição da República de 1988 assim dispõe sobre o tema:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)
III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
(...)
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)
VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.(Vide Lei nº 12.527, de 2011)
§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
§ 6 º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
I - despesas com pessoal e encargos sociais;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
II - serviço da dívida;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
Art. 216-A. (...)
§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)."
(grifei e destaquei)

Temos também o Decreto-Lei nº 25/1937, recepcionado pela CR/1988, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e trata também do Tombamento, onde destacamos o seguinte:

"Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruidas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cincoenta por cento do dano causado.
Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes á União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.
Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibílidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objéto, impondo-se nêste caso a multa de cincoenta por cento do valor do mesmo objéto."

O Município de Lagoa da Prata legislou sobre a proteção de seu Patrimônio Histórico e Artístico por meio da Lei Municipal nº 289/1987 e suas alterações, tratando também do Tombamento:

"Art. 4º As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia e expressa autorização especial da Prefeitura Municipal, ser reparadas, pintadas ou restaura - das, sob pena de multa de 50% do valor da obra executada.
Art. 5º Sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena de ser mandada destruir a obra irregular ou re tirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de 50% do valor do mesmo objeto."

A Política de Desenvolvimento Urbano está prevista na CR/1988:

"Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.(Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)
§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
I - parcelamento ou edificação compulsórios;
II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais."

A Lei Nacional nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, também dispõe sobre a matéria:

"Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
f) a deterioração das áreas urbanizadas;
g) a poluição e a degradação ambiental;
h) a exposição da população a riscos de desastres.(Incluído dada pela Lei nº 12.608, de 2012)
VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;
IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;
XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.
XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)
XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.(Incluído pela Lei nº 13.116, de 2015)
XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.(Incluído pela Lei nº 13.699, de 2018)
XX - promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.(Redação dada pela Lei nº 14.489, de 2022)Regulamento
XXI – adequada construção, instalação, sinalização, higienização e conservação dos equipamentos públicos e privados de uso coletivo, com vistas à prevenção de acidentes e à proteção da saúde dos usuários.(Incluído pela Lei nº 15.333, de 2026)Vigência
Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:
I – adensamento populacional;
II – equipamentos urbanos e comunitários;
III – uso e ocupação do solo;
IV – valorização imobiliária;
V - mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público;(Redação dada pela Lei nº 14.849, de 2024)
VI – ventilação e iluminação;
VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.
Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo:(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
I - demarcação do novo perímetro urbano; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.
VIII - planejamento integrado de transporte urbano, inclusive por meio de veículos não motorizados, com vistas a melhorar a mobilidade.(Incluído pela Lei nº 14.729, de 2023)Vigência
§ 1o O projeto específico de que trata ocaputdeste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
§ 2o Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas nocaput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata ocaputdeste artigo.(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
§ 3o A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)"

O Plano Diretor do Município, Lei Complementar Municipal nº 176/2017 e suas alterações, assim dispõe sobre a matéria:
Art. 8º Constituem objetivos na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:
I – preservar o patrimônio histórico e cultural do Município;
II – promover o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais em todas as modalidades;
III – divulgar e promover o acesso aos bens culturais do Município;
IV – promover e implantar as atividades culturais e centros culturais no Município, com a participação e cooperação da sociedade civil;
V – incentivar a busca de parcerias para promoção e implantação de atividades culturais;
VI – incentivar, através de diversas formas e meios, o despertar cultural e a efetiva participação da população às atividades culturais em todas as modalidades.
Art. 24 Constituem diretrizes na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:
I – apoiar com recursos e incentivos às manifestações culturais, folclóricas, tradicionais e populares – congado, carnaval, banda de música, fanfarra, folia de reis, música, dança, biblioteca, literatura em geral, coral, artes plásticas, artesanato, gincanas culturais e outras;
II – recuperar, preservar e conservar os recursos naturais, as edificações e espaços considerados como patrimônio histórico e cultural, bem como o mobiliário e equipamentos consagrados pela população como bens culturais, inclusive de forma a conscientizar, educar e instruir a população nativa e flutuante;
III – trabalhar de modo integrado com a área de educação e turismo.
Art. 40. São metas prioritárias na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:
I. contemplar na lei de diretrizes orçamentárias e na lei do orçamento, recursos específicos voltados à área de cultura, efetivando o respectivo repasse financeiro;
II. alterar a lei de incentivos fiscais, visando a sua simplificação e aplicabilidade;

III. promover concursos literários, musicais, de danças e artes cênicas com a participação e cooperação da sociedade civil e educacional;
IV. promover atividades que passem a integrar o calendário cultural do Município tais como "Comida de Buteco", Projeto Arte da Terra e outros;
V. recuperar, restaurar e adaptar a antiga Casa do Fundador da cidade, conhecida também por Museu, para funcionamento de um centro cultural, a ser denominado "Centro Cultural Coronel Carlos Bernardes, bem como a Estação Ferroviária, a Ponte de Aço Olegário Maciel, a Caixa D'água do Centro e as Escolas Municipais Dr. Jacinto Campos e Alexandre Bernardes Primo.
Art. 49. São metas prioritárias na área de turismo:
(...)
III. restaurar e conservar o patrimônio histórico, que compreende a antiga Estação Ferroviária, o Museu e a ponte de aço Olegário Maciel entre outros;
IV. melhorar e restaurar as instalações e equipamentos da Praia Pública Municipal;
(...)
Art. 57. A Prefeitura Municipal indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal, ouvido ainda o Conselho Municipal da Cidade de Lagoa da Prata ***e o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Lagoa da Prata****:*
I. as ruas ou estradas projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;
II. o traçado básico do sistema viário principal;
III. a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;
IV. as faixas do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;
V. a zona ou zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis.
Parágrafo único. As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.
(destaquei – sobre Loteamentos)
Art. 62. Os órgãos estaduais de proteção e fiscalização do meio ambiente e do patrimônio histórico e artístico deverão dar anuência prévia ao projeto de loteamento e desmembramento nas seguintes condições:
I. quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal;
II. quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000m² (um milhão de metros quadrados);
III. outras situações previstas na legislação específica.
(destaquei)
Por fim, descreveremos aqui o Artigo do Código de Obras e Edificações do Município, Lei Complementar nº 261/2023, que trata sobre demolição:
Art. 158. A demolição de qualquer elemento construtivo deverá ser precedida de licença da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.
§ 1º Fica dispensada da licença informada no caput deste artigo os muros de fechamento de até 3,00 m (três metros) de altura.
§ 2º A licença de demolição será expedida mediante apresentação de:
I – requerimento de obras e edificações constante do anexo III desta lei complementar, devidamente assinado pelo Responsável Técnico, mediante protocolo;
II – comprovante de pagamento da taxa;
III – cópia da certidão da matrícula do registro do imóvel, expedida há, no máximo, 90 dias;
IV - ART ou RRT;
V – declaração de responsabilidade da demolição, conforme anexo VIII;
VI – declaração de responsabilidade do proprietário da obra, conforme anexo X.
Art. 159. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de abertura do processo, para se manifestar sobre a demolição, ***ouvida a Secretaria Municipal de Cultura sobre a necessidade de preservação do prédio****.*
Art. 160. As obras de demolição, deverão ser vedadas por tapume, tela, grade ou outro elemento que proporcione o isolamento e proteção da obra, bem como a segurança do público.
Art. 161. Realizada a demolição, o interessado deverá comunicar a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo para que promova a inspeção e expeça a competente certidão."
(destaquei)
Resta demonstrado que a proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Natural, Paisagístico, é obrigação do Poder Público e também da comunidade.
No entanto, entendemos que referida proteção não se dá por meio do Zoneamento.
Como se nota, a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Natural, Paisagístico do Município independe de onde o bem está situado, independe da Zona Urbana em que ele esteja localizado.
Querer condicionar a definição do Zoneamento em virtude da existência de bens tombados, é dar tratamento igual a institutos diferentes.
O Zoneamento, como medida de limitações administrativas, são atos gerais e impessoais e, por conseguinte, incidem sobre coletividades indeterminadas.
Por outro lado, o Tombamento, como ato de limitação individual, e isso porque depende da análise de cada bem a ser tombado, não alcança toda coletividade. Ainda que haja restrição a construções na vizinhança do bem tombado.
Pensar assim, a cada bem tombado teríamos que alterar a Lei que regulamenta o Zoneamento Urbano. E como ficarão os bens que estão na área do Zoneamento, mas distantes do bem tombado?
Entendo que o ideal é se definir o Zoneamento de forma geral e se concretizar a defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural, Paisagístico, por meio dos institutos próprios previstos na Constituição da República de 1988 e Legislação vigente, como por exemplo o Tombamento.
O Tombamento é ato eminentemente administrativo, típico do Poder Executivo Municipal, conforme a melhor Doutrina e como já decidiu o STF na Repres. nº 1.312, j. 27/10/1988.
Tanto é verdade, que o Tombamento da Praia Pública Municipal, da Estação Ferroviária e de outros bens, não passaram pelo Poder Legislativo Municipal. Nem comunicada a Câmara foi a respeito.
De toda forma, não se pode alegar desconhecimento dos Tombamentos, considerando que os Decretos são publicados, mesmo que de forma precária em tempos remotos, como a afixação de cópia em quadro de avisos na Prefeitura.
Concluindo, entendemos que a definição de Zoneamento não se confunde com a proteção que se busca com o Tombamento e outros institutos que existem para esta finalidade.

4 - DAS EMENDAS APRESENTADAS PELOS VEREADORES:

4.1 - DO PODER DE EMENDA DO PARLAMENTAR:

O Projeto em estudo é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, sendo formalmente constitucional e legal como já dissemos.

Como se trata de matéria que compete ao Município legislar, é permitida a apresentação de Emendas por parte do Poder Legislativo, nos termos do Art. 63, Inciso I da CR/1988 e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM.

No entanto, vale dizer que o poder de emenda outorgado ao Vereador em projetos de autoria do Executivo não é absoluto.

Para emendar projetos de lei desta natureza os Parlamentares devem obedecer aos seguintes requisitos:

1 – Nos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo o Vereador não pode ensejar aumento de despesas por meio de suas Emendas (Art. 63, Inciso I, da CR/88; Art. 68, I, da CE; e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM);

2 – Não pode haver "usurpação de função" – Ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes (Art. 2º da CR/88);

3 – Não pode ser matéria estranha ao projeto ou impertinente.

As Emendas apresentadas não são estranhas nem impertinentes à matéria do Projeto original. Não está havendo usurpação de funções, nem ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes. Não está havendo aumento de despesas.

Portanto, entendo que as Emendas apresentadas são constitucionais.

5 - Se a previsão está contida em uma Lei Complementar, para sua alteração tem que ser uma Proposição da mesma natureza. O Projeto em estudo é de Lei Complementar.

Ao final, tenho que o presente Projeto de Lei está de acordo com as normativas legais, de modo que não há vício de competência, além da matéria atender ao ordenamento jurídico.
Desta forma, sendo constitucional o Projeto, bem como as Emendas apresentadas, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei Complementar em estudo, bem como das mencionadas Emendas.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Complementar nº EM 15/2026, bem como das Emendas apresentadas a ele.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:E05E7C9C

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PLC EM 18-2026 - ALTERA LEI COMPLEMENTAR 282-2024 - GRATIFICAÇÃO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PARECER

COMISSÃO LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:
Projeto de Lei Complementar nº EM 18/2026 que Altera a "Lei Complementar nº 282 de 06 de maio de 2024, para reajustar o valor da gratificação mensal devida aos Agentes de contratação, e dá outras providências."

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 24/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei Complementar EM nº 18/2026 com a justificativa.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 26/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:

O Município possui competência para tratar da matéria em questão nos termos da CR/1988, da CE-MG/1990 e do Inciso XXI do Artigo 6º da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõem:
Constituição da República:

"*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - **legislar sobre assuntos de interesse local;**"* (grifei)

A Constituição Estadual segue esta mesma linha:

"Art. 171 – Ao Município compete legislar:

***I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:** ..."*

Lei Orgânica Municipal:

"*Art. 6º Compete ao Município:*
I - ...
XXI - Legislar sobre assuntos de interesse local;" (grifei)
Nota-se que é competente o Município para dispor sobre o Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.

O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.

Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.

Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem à risca o que determina a CR/88.

Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme se pode conferir pela leitura dos dispositivos acima citados.

Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 – No mérito:

2.1 - O Prefeito assim justificou o Projeto de Lei Complementar em estudo:

"Submetemos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 282, de 2024, com o objetivo de revisar o valor da gratificação mensal atribuída aos servidores designados para o exercício da função de Agente de Contratação, passando de 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) UFMLP para 5 (cinco) UFMLP.
A proposta justifica-se pela relevância, complexidade e responsabilidade inerentes às atribuições desempenhadas por esses agentes.

A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conferiu ao Agente de Contratação posição central na condução dos procedimentos licitatórios, competindo-lhe, nos termos dos arts. 6º, inciso LX, e 8º, tomar decisões, acompanhar e impulsionar a tramitação dos processos e executar as atividades necessárias ao regular desenvolvimento das contratações até a homologação, exercendo, ainda, a função de Pregoeiro nos procedimentos realizados sob essa modalidade.

O exercício da função exige conhecimento técnico especializado, constante atualização normativa, operação de sistemas eletrônicos, análise de propostas e documentos de habilitação, realização de diligências e negociações, apreciação de impugnações e recursos no âmbito de sua competência, além da condução simultânea de procedimentos destinados ao atendimento das diversas Secretarias Municipais.

Trata-se, portanto, de função que agrega ao servidor responsabilidades adicionais e elevado grau de responsabilidade técnica e funcional.

Eventuais falhas ou inadequações na condução dos procedimentos podem resultar em atrasos na contratação, fracasso ou deserto do certame, necessidade de repetição de procedimentos, anulação de atos, comprometimento da execução de serviços e fornecimentos, prejuízos ao erário e eventual responsabilização dos agentes envolvidos, conforme a natureza e a gravidade da conduta, nas esferas administrativa, civil e, quando cabível, penal, além das consequências decorrentes da atuação dos órgãos de controle.

A adequada valorização desses agentes contribui diretamente para a eficiência, segurança jurídica e qualidade das contratações públicas municipais, favorecendo a redução de falhas procedimentais, a prevenção de riscos, a ampliação da competitividade e a obtenção de melhores resultados para a Administração.

A revisão proposta constitui, assim, medida de gestão e governança compatível com a relevância das atribuições desempenhadas.

Quanto ao aspecto orçamentário, a despesa decorrente da majoração será suportada pela disponibilidade remanescente da previsão inicialmente destinada à recomposição das perdas inflacionárias da remuneração dos servidores municipais. A programação considerava recomposição de 10% (dez por cento), enquanto o percentual efetivamente concedido foi de 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), nos termos da Lei nº 4.309, de 29 de janeiro de 2026, resultando em disponibilidade orçamentária apta a suportar a presente medida, conforme documentação técnica que acompanha a proposição.

A matéria encontra-se devidamente instruída com a Declaração do Ordenador de Despesa e com o respectivo Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro, demonstrando a compatibilidade da despesa com o orçamento municipal e com os instrumentos de planejamento vigentes.

Diante do exposto, considerando a relevância das funções desempenhadas e a existência de suporte orçamentário para a medida, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal."

2.2 – No Mérito, propriamente dito:

O Projeto de Lei Complementar em análise visa alterar a Lei Complementar Municipal nº 282/2024, para aumentar o valor da Gratificação paga ao Agente de Contratação do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei de Licitações e Contratos, Lei Nacional nº 14.133/2021.

Logo, não há que se falar em ilegalidade.

2.3 – Das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal:

2.3.1 – Adequação orçamentária:

Segue anexa a declaração de adequação orçamentária, assinada pelo Ordenador de Despesa, constatando que as despesas provenientes do Projeto de Lei Complementar em análise são compatíveis com o Plano Plurianual - PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA, nos termos dos Artigos 16 e 17 da LRF.

Devo mencionar que segue anexa aos autos do Processo Legislativo, a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, firmada pela Contadora do Executivo, onde certifica que as despesas provenientes do Projeto de Lei em tela, têm adequação orçamentária e financeira.

2.3.2 – Gastos com pessoal:

Precisam ser analisados os limites e critérios impostos pela Constituição da República e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aos gastos do Poder Público com pessoal para este Projeto. Haverá aumento de gasto com pessoal proveniente do Projeto em estudo.

Logo, se encontra nos autos documento certificando que mesmo com referida despesa o Município continuará dentro dos limites impostos para os gastos com pessoal, nos termos da CR/1988 e da LCN nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 – Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar em análise, cabendo aos Parlamentares, portanto, deliberar sobre o interesse público ou não da Proposição.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Complementar nº EM 18/2026.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador: AFBA023E

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 144-2026 - ALTERA LEI 4407-2026

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 144/2026 que Altera a "Lei nº 4.407, de 30 de junho de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.390.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 24/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 144/2026.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 26/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:
No que diz respeito à competência para Legislar sobre a matéria prevista no Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Assim dispõe também nossa LOM:
"Art. 22. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição da República, pela Constituição Estadual e por esta Lei, especialmente:
(...)
*II - o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, **o Orçamento Anual e a abertura de Créditos Suplementares e Especiais**;"* (destaquei e grifei)
Verificamos que compete ao Chefe do Executivo encaminhar à Câmara Municipal, na forma da Lei, Projeto de Lei que visa a alteração da Lei Orçamentária, bem como em Lei que autorizou Abertura de Crédito ao Orçamento.
Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
No que diz respeito à iniciativa para apresentar o Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Portanto, o Prefeito possui competência exclusiva para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está em consonância com as normas citadas, carecendo apenas de pequenos reparos.

2 - No mérito:
O Projeto de Lei em estudo, de autoria do Executivo Municipal, visa alterar o texto da Lei Municipal nº 4.407/2026.
O Prefeito assim justificou o Projeto:
"Vimos, pelo presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que tem por objetivo alterar o texto do artigo 2º da Lei nº 4.407, de 30 de Junho de 2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.390.000,00.
O Projeto visa atender à solicitação do Setor de Planejamento que informou que, no penúltimo bloco constante do art. 2º da referida Lei, referente à unidade orçamentária 12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde, elemento de despesa 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, no valor de R$ 15.000,00, deixou de constar a respectiva funcional programática.
Esclareceu o setor que, a alteração solicitada tem caráter exclusivamente corretivo, destinando-se à inclusão da funcional programática correspondente à dotação orçamentária, não implicando alteração do valor total do crédito suplementar, do valor da anulação, das demais dotações orçamentárias ou dos demais dispositivos da Lei nº 4.407/2026.
Diante do exposto, faz-se necessária a alteração do dispositivo legal, a fim de adequar a correta classificação."
Se o Chefe do Executivo Municipal é competente para tratar da matéria prevista no Projeto Original, o é também para Proposição legal que vise alterá-lo.
Assim, como o objetivo é tão somente alterar o texto da Lei Municipal supracitada, entendemos legal, pertinente e viável o Projeto de Lei em estudo.
O Município é competente para legislar sobre o assunto, e não existem impedimentos legais à apreciação do Projeto.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei EM nº 144/2026.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos/ Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista /Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:4711AB10

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 145-2026 - ALTERA LEI 4439-2026

PARECER
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 145/2026 que Altera a "Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 585.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 24/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 145/2026.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 26/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:
Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
No que diz respeito à competência para Legislar sobre a matéria prevista no Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Assim dispõe também nossa LOM:
"Art. 22. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição da República, pela Constituição Estadual e por esta Lei, especialmente:
(...)
*II - o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, **o Orçamento Anual e a abertura de Créditos Suplementares e Especiais**;"* (destaquei e grifei)
Verificamos que compete ao Chefe do Executivo encaminhar à Câmara Municipal, na forma da Lei, Projeto de Lei que visa a alteração da Lei Orçamentária, bem como em Lei que autorizou Abertura de Crédito ao Orçamento.
Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

No que diz respeito à iniciativa para apresentar o Projeto de Lei em análise, preceitua nossa Constituição da República:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias
III – os orçamentos anuais."
Nossa Lei Orgânica Municipal contém a mesma disposição, em seus Artigos 63 e seguintes.
Portanto, o Prefeito possui competência exclusiva para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está em consonância com as normas citadas, carecendo apenas de pequenos reparos.

2 - No mérito:
O Projeto de Lei em estudo, de autoria do Executivo Municipal, visa alterar o texto da Lei Municipal nº 4.407/2026.
O Prefeito assim justificou o Projeto:
"Vimos, pelo presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que tem por objetivo alterar o texto do artigo 1º da Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 585.000,00.
O Projeto visa atender à solicitação do Setor de Planejamento que informou que, no art. 1º da referida Lei, no bloco correspondente à unidade orçamentária 08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal, funcional programática 12.361.0805.4045 – Manutenção do Cemae, consta o elemento de despesa 335043 – Subvenções Sociais, no valor de R$ 50.000,00.
Entretanto, o elemento de despesa correto para a referida suplementação é o 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, no mesmo valor de R$ 50.000,00.
Esclareceu o setor que, que a alteração solicitada decorre exclusivamente de correção do elemento de despesa, não implicando alteração do valor total do crédito suplementar autorizado, que permanece em R$ 585.000,00, nem dos valores das demais dotações ou das fontes de recursos utilizadas para sua abertura, tão pouco de sua finalidade.
Diante do exposto, faz-se necessária a alteração do dispositivo legal, a fim de adequar a correta classificação."
Se o Chefe do Executivo Municipal é competente para tratar da matéria prevista no Projeto Original, o é também para Proposição legal que vise alterá-lo.
Assim, como o objetivo é tão somente alterar o texto da Lei Municipal supracitada, entendemos legal, pertinente e viável o Projeto de Lei em estudo.
O Município é competente para legislar sobre o assunto, e não existem impedimentos legais à apreciação do Projeto.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei EM nº 145/2026.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:29B8DB7D

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER MEIO AMBIENTE - PLC EM 15-2026 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 261-2023 - INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTOS

PARECER

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, TURISMO, MEIO AMBIENTE E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Matéria:
Projeto de Lei Complementar nº EM 15/2026 que "Altera a Lei Complementar nº 261/2023" e Emendas apresentadas a ele.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 15/6/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei Complementar EM nº 15/2026 com a justificativa e detalhamento, bem como Emendas apresentadas a ele.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 17/6/2026. Fora realizada Audiência Pública com a participação de Técnicos do Ministério Público, membros da Sociedade Civil, Engenheiros Civis e Arquitetos, Gerente da Caixa Econômica Federal, Técnicos do Executivo, outros convidados e os Vereadores. Por isso o Parecer está sendo lido somente nesta Sessão.

O Relator da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso III do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Art. 30, Inciso I, da Constituição da República, no Art. 171, I, da Constituição Estadual e no Art. 6º da Lei Orgânica do Município, que dispõem:

Constituição da República:
Art. 30 *Compete aos Municípios:*
I – *legislar sobre assuntos de interesse local;*

Constituição do Estado de Minas Gerais:
Art. 171 *Ao Município compete legislar:*
I – *Sobre assuntos de interesse local, notadamente:*

Lei Orgânica Municipal:
Art. 6º *Compete ao Município privativamente (...):*
XXI – *Legislar sobre assuntos de interesse local.*
Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei Complementar em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.

Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*

A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem a risca o que determina a CR/88.

Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo não está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, sendo concorrente.

Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 - No mérito:

O autor assim justificou o Projeto:

"Vimos, pela presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que "Altera a Lei Complementar Municipal nº 261/2023".

A referida proposição decorre das deliberações unânimes aprovadas na 76ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade, realizada em 13 de maio de 2026.

As alterações de zoneamento propostas fundamentam-se em estudos técnicos, urbanísticos e socioeconômicos, visando sanar descontinuidades no planejamento urbano, garantir a uniformidade do uso do solo e fomentar o desenvolvimento de empreendimentos que trazem impacto positivo à região, democratizando o acesso a serviços e moradia."

2.1 - Do Projeto de Lei Complementar em si:

Conforme bem destacado pelo autor do Projeto, a Proposição decorre das deliberações unânimes aprovadas na 76ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade, realizada em 13 de maio de 2026.

As alterações de Zoneamento propostas fundamentam-se em estudos técnicos, urbanísticos e socioeconômicos, visando sanar descontinuidades no planejamento urbano, garantir a uniformidade do uso do solo e fomentar o desenvolvimento de empreendimentos que trazem impacto positivo à região, democratizando o acesso a serviços e moradia.

2.2 - O Projeto de Lei Complementar em análise estabelece o Zoneamento para diversos Loteamentos e Residenciais, os quais integram alguns bairros do Município, que apesar de já abrigarem residências e outras construções, não possuíam Zoneamento fixado pelo Código de Obras e Urbanismo, sendo utilizado até então o Zoneamento Misto 1, a chamada Zona Mista 1.

Tal fato é indiscutivelmente necessário, pois, não se pode admitir que um Loteamento ou Residencial seja aprovado e não tenha o seu correspondente Zoneamento.

Portanto, nesta parte, não há dúvida, nem divergência quanto ao interesse público da questão.

2.3 – Nestes Loteamentos e Residenciais descritos nos Incisos I a IX e XI do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar em estudo estão previstos os Zoneamentos ZM 1, ZM 2 e ZM 3, distribuídos em vias públicas e praças.

2.4 – Dos Zoneamentos previstos na Lei Complementar nº 261/2023, o Código de Obras e Edificações do Município:

A ZM 1 – Zona Mista 1 possui as seguintes características:

"Art. 14. A ZM-1 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares, multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:
I - 80% (oitenta por cento) de taxa de ocupação;
II - 20% (vinte por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 21,00m (vinte e um metros) de altimetria máxima;
IV - número de pavimentos: 5 (cinco) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água, exceto subsolo;
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes a partir de 12,00 m (doze metros) de testada de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com abertura;
c) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
VI - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes abaixo de 12,00 m (doze metros) de testada de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem abertura;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com abertura;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura."

Já a ZM 2 – Zona Mista 2 – possui as seguintes características:

"*Art. 15. A ZM-2 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares, multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:*
I - 90% (noventa por cento) de taxa de ocupação;
II - 10% (dez por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 45,00m (quarenta e cinco metros) de altimetria máxima;
IV - número de pavimentos: 13 (treze) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água;
(NR pela LC nº 281/2024)
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes a partir de 12,00 m (doze metros) de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com abertura;
c) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
VI - afastamentos das divisas nas laterais e fundos em lotes abaixo de 12,00 m (doze metros) de:
a) zero, em fachadas de até 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 7,60m (sete metros e sessenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com abertura;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura."

Já a ZM 3 – Zona Mista 3 – possui as seguintes características:

"Art. 16. A ZM-3 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares, multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:
I - 90% (noventa por cento) de taxa de ocupação;
II - 10% (dez por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 51,00m (cinquenta e um metros) de altimetria máxima;

IV - número de pavimentos: 15 (quinze) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água; (NR pela LC nº 281/2024)
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos de:
a) zero, em fachadas de até 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com aberturas;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
e) 3,00m (três metros), em fachadas acima de 30,00m (trinta metros) de altura, com ou sem abertura."

Já a ZM 4 – Zona Mista 4 – possui as seguintes características:

"Art. 17. A ZM-4 compreende o espaço no interior do perímetro urbano destinado ao uso residencial de habitações unifamiliares, multifamiliares e empreendimentos econômicos devendo ser observados, além do previsto no art. 13, os seguintes parâmetros:
I - 90% (noventa por cento) de taxa de ocupação;
II - 10% (dez por cento) de taxa de permeabilidade;
III - 66,00m (sessenta e seis metros) de altimetria máxima;
IV - número de pavimentos: 20 (vinte) andares de 3,00m (três metros) de piso a piso, mais 6,00m (seis metros) para a caixa d'água;
(NR pela LC nº 281/2024)
V - afastamentos das divisas nas laterais e fundos de:
a) zero, em fachadas de até 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) de altura, sem aberturas;
b) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros) e inferior a 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, sem abertura;
c) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), em fachadas de até 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com aberturas;
d) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em fachadas acima de 13,50m (treze metros e cinquenta centímetros) de altura, com ou sem abertura;
e) 3,00m (três metros), em fachadas acima de 30,00m (trinta metros) de altura, com ou sem abertura."

2.5 – As alterações pretendidas pelo texto dos Incisos I a IX e XI do Art. 1º do Projeto de Lei Complementar em análise foram aprovadas pelos membros do Conselho Municipal da Cidade, conforme cópia da Ata que segue anexa aos autos do Processo Legislativo, não havendo divergência de entendimentos quanto a elas.

3 – Por outro lado, há uma divergência quanto ao Zoneamento a ser estabelecido para a Praça Capitão Bahia, que atualmente é ZM 2, passando para ZM 3.

A questão levantada é que referida praça se encontra ao lado da Praia Pública Municipal, bem como da Estação Ferroviária, ambas Tombadas como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico de Lagoa da Prata, onde se alega que a fixação do mencionado Zoneamento não seria possível, ou até ilegal.

No entanto, com todo respeito a quem pensa diferente, entendemos que não é ilegal a fixação de Zoneamento na referida área, passando-a para ZM 3, pois, independentemente da Zona Urbana que estejam, os bens estão protegidos pelo Tombamento, senão vejamos:

A Constituição da República de 1988 assim dispõe sobre o tema:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)
III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
(...)
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)
VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.(Vide Lei nº 12.527, de 2011)
§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
§ 6 º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
I - despesas com pessoal e encargos sociais;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
II - serviço da dívida;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 216-A. (...)

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)."

Temos também o Decreto-Lei nº 25/1937, recepcionado pela CR/1988, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e trata também do Tombamento, onde destacamos o seguinte:

"Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruidas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cincoenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes á União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibílidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objéto, impondo-se nêste caso a multa de cincoenta por cento do valor do mesmo objéto."

O Município de Lagoa da Prata legislou sobre a proteção de seu Patrimônio Histórico e Artístico por meio da Lei Municipal nº 289/1987 e suas alterações, tratando também do Tombamento:

"Art. 4º As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia e expressa autorização especial da Prefeitura Municipal, ser reparadas, pintadas ou restaura - das, sob pena de multa de 50% do valor da obra executada.

Art. 5º Sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena de ser mandada destruir a obra irregular ou re tirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de 50% do valor do mesmo objeto."

A Política de Desenvolvimento Urbano está prevista na CR/1988:

"Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.(Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
I - parcelamento ou edificação compulsórios;
II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais."

A Lei Nacional nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, também dispõe sobre a matéria:

"Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
f) a deterioração das áreas urbanizadas;
g) a poluição e a degradação ambiental;
h) a exposição da população a riscos de desastres.(Incluído dada pela Lei nº 12.608, de 2012)
VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;
IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;
XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.
XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)
XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.(Incluído pela Lei nº 13.116, de 2015)
XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.(Incluído pela Lei nº 13.699, de 2018)
XX - promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.(Redação dada pela Lei nº 14.489, de 2022)Regulamento
XXI – adequada construção, instalação, sinalização, higienização e conservação dos equipamentos públicos e privados de uso coletivo, com vistas à prevenção de acidentes e à proteção da saúde dos usuários.(Incluído pela Lei nº 15.333, de 2026)Vigência

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:
I – adensamento populacional;
II – equipamentos urbanos e comunitários;
III – uso e ocupação do solo;
IV – valorização imobiliária;
V - mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público;(Redação dada pela Lei nº 14.849, de 2024)
VI – ventilação e iluminação;
VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.

Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo:(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
I - demarcação do novo perímetro urbano; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)
VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.
VIII - planejamento integrado de transporte urbano, inclusive por meio de veículos não motorizados, com vistas a melhorar a mobilidade.(Incluído pela Lei nº 14.729, de 2023)Vigência
§ 1o O projeto específico de que trata ocaputdeste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 2o Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas nocaput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata ocaputdeste artigo.(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 3o A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)"

O Plano Diretor do Município, Lei Complementar Municipal nº 176/2017 e suas alterações, assim dispõe sobre a matéria:

Art. 8º Constituem objetivos na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:
I – preservar o patrimônio histórico e cultural do Município;
II – promover o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais em todas as modalidades;
III – divulgar e promover o acesso aos bens culturais do Município;
IV – promover e implantar as atividades culturais e centros culturais no Município, com a participação e cooperação da sociedade civil;
V – incentivar a busca de parcerias para promoção e implantação de atividades culturais;
VI – incentivar, através de diversas formas e meios, o despertar cultural e a efetiva participação da população às atividades culturais em todas as modalidades.

Art. 24 Constituem diretrizes na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:
I – apoiar com recursos e incentivos às manifestações culturais, folclóricas, tradicionais e populares – congado, carnaval, banda de música, fanfarra, folia de reis, música, dança, biblioteca, literatura em geral, coral, artes plásticas, artesanato, gincanas culturais e outras;

II – recuperar, preservar e conservar os recursos naturais, as edificações e espaços considerados como patrimônio histórico e cultural, bem como o mobiliário e equipamentos consagrados pela população como bens culturais, inclusive de forma a conscientizar, educar e instruir a população nativa e flutuante;
III – trabalhar de modo integrado com a área de educação e turismo.

Art. 40. São metas prioritárias na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:
I. contemplar na lei de diretrizes orçamentárias e na lei do orçamento, recursos específicos voltados à área de cultura, efetivando o respectivo repasse financeiro;
II. alterar a lei de incentivos fiscais, visando a sua simplificação e aplicabilidade;
III. promover concursos literários, musicais, de danças e artes cênicas com a participação e cooperação da sociedade civil e educacional;
IV. promover atividades que passem a integrar o calendário cultural do Município tais como "Comida de Buteco", Projeto Arte da Terra e outros;
V. recuperar, restaurar e adaptar a antiga Casa do Fundador da cidade, conhecida também por Museu, para funcionamento de um centro cultural, a ser denominado "Centro Cultural Coronel Carlos Bernardes, bem como a Estação Ferroviária, a Ponte de Aço Olegário Maciel, a Caixa D'água do Centro e as Escolas Municipais Dr. Jacinto Campos e Alexandre Bernardes Primo.

Art. 49. São metas prioritárias na área de turismo:
(...)
III. restaurar e conservar o patrimônio histórico, que compreende a antiga Estação Ferroviária, o Museu e a ponte de aço Olegário Maciel entre outros;
IV. melhorar e restaurar as instalações e equipamentos da Praia Pública Municipal;
(...)

Art. 57. A Prefeitura Municipal indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal, ouvido ainda o Conselho Municipal da Cidade de Lagoa da Prata ***e o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Lagoa da Prata****:*
I. as ruas ou estradas projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;
II. o traçado básico do sistema viário principal;
III. a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;
IV. as faixas do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;
V. a zona ou zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis.

Parágrafo único. As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.
(destaquei – sobre Loteamentos)

Art. 62. Os órgãos estaduais de proteção e fiscalização do meio ambiente e do patrimônio histórico e artístico deverão dar anuência prévia ao projeto de loteamento e desmembramento nas seguintes condições:
I. quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal;
II. quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000m² (um milhão de metros quadrados);
III. outras situações previstas na legislação específica.
(destaquei)

Por fim, descreveremos aqui o Artigo do Código de Obras e Edificações do Município, Lei Complementar nº 261/2023, que trata sobre demolição:

Art. 158. A demolição de qualquer elemento construtivo deverá ser precedida de licença da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

§ 1º Fica dispensada da licença informada no caput deste artigo os muros de fechamento de até 3,00 m (três metros) de altura.

§ 2º A licença de demolição será expedida mediante apresentação de:

I – requerimento de obras e edificações constante do anexo III desta lei complementar, devidamente assinado pelo Responsável Técnico, mediante protocolo;

II – comprovante de pagamento da taxa;

III – cópia da certidão da matrícula do registro do imóvel, expedida há, no máximo, 90 dias;

IV - ART ou RRT;

V – declaração de responsabilidade da demolição, conforme anexo VIII;

VI – declaração de responsabilidade do proprietário da obra, conforme anexo X.

Art. 159. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de abertura do processo, para se manifestar sobre a demolição, ***ouvida a Secretaria Municipal de Cultura sobre a necessidade de preservação do prédio***.

Art. 160. As obras de demolição, deverão ser vedadas por tapume, tela, grade ou outro elemento que proporcione o isolamento e proteção da obra, bem como a segurança do público.

Art. 161. Realizada a demolição, o interessado deverá comunicar a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo para que promova a inspeção e expeça a competente certidão."
(destaquei)

Resta demonstrado que a proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Natural, Paisagístico, é obrigação do Poder Público e também da comunidade.

No entanto, entendemos que referida proteção não se dá por meio do Zoneamento.

Como se nota, a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Natural, Paisagístico do Município independe de onde o bem está situado, independe da Zona Urbana em que ele esteja localizado.

Querer condicionar a definição do Zoneamento em virtude da existência de bens tombados, é dar tratamento igual a institutos diferentes.

O Zoneamento, como medida de limitações administrativas, são atos gerais e impessoais e, por conseguinte, incidem sobre coletividades indeterminadas.

Por outro lado, o Tombamento, como ato de limitação individual, e isso porque depende da análise de cada bem a ser tombado, não alcança toda coletividade. Ainda que haja restrição a construções na vizinhança do bem tombado.

Pensar assim, a cada bem tombado teríamos que alterar a Lei que regulamenta o Zoneamento Urbano. E como ficarão os bens que estão na área do Zoneamento, mas distantes do bem tombado?

Entendo que o ideal é se definir o Zoneamento de forma geral e se concretizar a defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural, Paisagístico, por meio dos institutos próprios previstos na Constituição da República de 1988 e Legislação vigente, como por exemplo o Tombamento.

O Tombamento é ato eminentemente administrativo, típico do Poder Executivo Municipal, conforme a melhor Doutrina e como já decidiu o STF na Repres. nº 1.312, j. 27/10/1988.

Tanto é verdade, que o Tombamento da Praia Pública Municipal, da Estação Ferroviária e de outros bens, não passaram pelo Poder Legislativo Municipal. Nem comunicada a Câmara foi a respeito.

De toda forma, não se pode alegar desconhecimento dos Tombamentos, considerando que os Decretos são publicados, mesmo que de forma precária em tempos remotos, como a afixação de cópia em quadro de avisos na Prefeitura.

Concluindo, entendemos que a definição de Zoneamento não se confunde com a proteção que se busca com o Tombamento e outros institutos que existem para esta finalidade.

4 - DAS EMENDAS APRESENTADAS PELOS VEREADORES:

4.1 - DO PODER DE EMENDA DO PARLAMENTAR:

O Projeto em estudo é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, sendo formalmente constitucional e legal como já dissemos.

Como se trata de matéria que compete ao Município legislar, é permitida a apresentação de Emendas por parte do Poder Legislativo, nos termos do Art. 63, Inciso I da CR/1988 e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM.

No entanto, vale dizer que o poder de emenda outorgado ao Vereador em projetos de autoria do Executivo não é absoluto.

Para emendar projetos de lei desta natureza os Parlamentares devem obedecer aos seguintes requisitos:

1 – Nos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo o Vereador não pode ensejar aumento de despesas por meio de suas Emendas (Art. 63, Inciso I, da CR/88; Art. 68, I, da CE; e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM);

2 – Não pode haver "usurpação de função" – Ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes (Art. 2º da CR/88);

3 – Não pode ser matéria estranha ao projeto ou impertinente.

As Emendas apresentadas não são estranhas nem impertinentes à matéria do Projeto original. Não está havendo usurpação de funções, nem ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes. Não está havendo aumento de despesas.

Portanto, entendo que as Emendas apresentadas são constitucionais.

5 - Se a previsão está contida em uma Lei Complementar, para sua alteração tem que ser uma Proposição da mesma natureza. O Projeto em estudo é de Lei Complementar.

Ao final, tenho que o presente Projeto de Lei está de acordo com as normativas legais, de modo que não há vício de competência, além da matéria atender ao ordenamento jurídico.

Desta forma, sendo constitucional o Projeto, bem como as Emendas apresentadas, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei Complementar em estudo, bem como das mencionadas Emendas.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº EM 15/2026, bem como das Emendas apresentadas a ele.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora Suplente

Pelas conclusões,

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Membro

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Presidente Suplente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:B5017462

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CÂMARA DE MATIAS BARBOSA
RESULTADO - PROCESSO 21/2026 - DISPENSA D ELICITAÇÃO 20/2026 - RECARGA DE EXTINTORES

RESULTADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

A Câmara Municipal de Matias Barbosa - MG, através de sua Agente de Contratação, torna público o resultado do Processo Administrativo nº 21/2026, Dispensa de Licitação nº 20/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para recarga dos extintores existentes nas dependências da Câmara Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº.14.133/2021.
A empresa A Potência Comércio de Extintores, CNPJ Nº 12.080.730/0001-29, sediada na Rua Padre Bonifácio Gemert, 250 A2, Tiguera, Juiz de Fora – MG., foi vencedora com valor total de R$ 1.860,00 (mil oitocentos e sessenta reais).

Matias Barbosa, 31 de agosto de 2026.

DANIELA ROCHA PITTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Rocha Pitta
Código Identificador:3BE9D3E2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026

A Câmara Municipal de Paracatu/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, com critério de julgamento de menor preço global por lote e modo de disputa aberto.

OBJETO: **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições, com fornecimento parcelado conforme a demanda, de gêneros alimentícios, bebidas, produtos de panificação, lanches, materiais descartáveis, utensílios de copa e cozinha, materiais de limpeza e higienização, tecidos, eletrodomésticos, equipamentos, ferramentas e materiais de manutenção ligeira, destinados à Câmara Municipal de Paracatu/MG**.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS: das 08h00 do dia 01/09/2026 até as 12h30 do dia 15/09/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: às 13h00 do dia 15/09/2026**, horário de Brasília/DF. **A sessão será realizada pela plataforma BLL Compras (https://bll.org.br).**

O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta na plataforma BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio oficial da Câmara Municipal de Paracatu (www.paracatu.mg.leg.br). Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@paracatu.mg.leg.br ou pelo telefone (38) 3671-3770.

Paracatu-MG, 31 de agosto de 2026.

VEREADOR MANOEL ALVES
Presidente da Câmara Municipal de Paracatu

Publicado por:
Leovando Mendes Teixeira
Código Identificador:F9A141AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
RESOLUÇÃO N.º 007 /2026

RESOLUÇÃO N.º 007 /2026

Altera o art. 2º da Resolução nº 002/2001 que dispõe sobre a normatização e instituição de verba indenizatória de gabinete dos vereadores.

A Câmara Municipal de Pirapora/MG aprova e eu, em seu nome promulgo a presente Resolução:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 002/2001, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, a ser paga a cada vereador, a título de ajuda de custo mensal, de caráter indenizatório, fica estipulada no valor de R$5.384,18 (cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezoito centavos)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 004/2025, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2026.

Sala das Sessões Enedino Soares de Almeida, 24 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente

ANTÔNIO MARCELO DE OLIVEIRA
1º Secretário

Ato de Promulgação

Promulga a Resolução nº 007/2026 que altera o art. 2º da Resolução nº 002/2001 que dispõe sobre a normatização e instituição de verba indenizatória de gabinete dos vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Pirapora/MG, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Pirapora, PROMULGA a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica promulgada a Resolução nº 007/2026 que altera o art. 2º da Resolução nº 002/2001 que dispõe sobre a normatização e instituição de verba indenizatória de gabinete dos vereadores.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Ato de Promulgação entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões Enedino Soares de Almeida, 24 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente

REPUBLICADO POR RETIFICAÇÃO

Publicado por:
Michelle Dos Reis Oliveira Nascimento
Código Identificador:44B5A54D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI/MG.
CONTRATADO: CONTABILIDADE JOÃO DE BARROS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 04.026.455/0001-31, com sede na Rua Padre Belchior, n° 85, Centro, Pitangui/MG, CEP: 35.650-000.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de serviços técnicos especializados em assessoria contábil, orçamentária, financeira e recursos humanos, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Pitangui/MG.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 020/2025, pelo período de 01/09/2026 a 01/09/2027, bem como reajustar o valor contratual, mediante a aplicação do percentual de 4,443020%.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 44 Dotação 01.03.01.01.121.0047.2019.3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria.
DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Karen Teixeira Silva
Código Identificador:8485E5DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 53, DE 31.08.2026

Dispõe sobre a exoneração da Sra. Milene Silva Miranda ocupante de cargo em comissão de Coordenadora Geral do Centro de Orientação ao Cidadão – COC.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de agosto de 2026, a Sra. **MILENE SILVA MIRANDA**, do cargo em comissão de Coordenadora Geral do Centro de Orientação ao Cidadão – COC, da Câmara Municipal de Ponte Nova.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova – MG, 31 de agosto de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:DF9537CE

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 54, DE 31.08.2026

Nomeia a Sra. Luana Solvelino para exercício de cargo em comissão.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, no exercício de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 4.851, de 17.06.2025,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Sra. **LUANA SOLVELINO**, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora Geral do Centro de Orientação ao Cidadão - COC.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova – MG, 31 de agosto de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:556687A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
PORTARIA Nº 376/2026

PORTARIA Nº 376/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES À SERVIDORA LÚCIA MEIRE ALVES.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora Lúcia Meire Alves, solicitando licença para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO o disposto no art. 137 da Lei Complementar nº 107, de 29 de dezembro de 2011, que autoriza, a critério do Presidente da Câmara, a concessão de licença para tratar de assuntos particulares ao servidor estável;

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à servidora **Lúcia Meire Alves**, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria, matrícula nº 549, **licença para tratar de assuntos particulares**, sem remuneração, pelo prazo de 02 (dois) anos, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 01 de setembro de 2028, nos termos do art. 137 da Lei Complementar nº 107, de 29 de dezembro de 2011.

Art. 2º - A licença concedida por esta Portaria poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido da servidora ou no interesse do serviço, conforme disposto no § 1º do art. 137 da Lei Complementar nº 107, de 29 de dezembro de 2011.

Art. 3º - A concessão da presente licença observará as demais disposições previstas no art. 137 da **Lei Complementar nº 107, de 29 de dezembro de 2011**, em especial:

I – não será concedida nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior ou de sua prorrogação, conforme o § 2º;

II – a licença não poderá ser concedida por mais de 02 (dois) períodos, conforme o § 3º.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, 31 de agosto de 2026.

WEBERSON EDUARDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Rodrigo Walace Corrêa
Código Identificador:0B9102FF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 42/2026

"Dispõe sobre a exoneração de servidora ocupante de cargo de provimento em comissão da Câmara Municipal de Santa Bárbara."

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º. Fica exonerada a servidora **LIBRIELLE RODRIGUES DOS APÓSTOLOS**, para exercer o cargo de **DIRETORA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Bárbara, MG, 31 de Agosto de 2026.

MÁRCIO RODRIGUES PEDRO
Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara - MG

Publicado por:
Gabriel Carvalho Nascimento
Código Identificador:397062C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 013/2026

Processo nº: 143/2026
Dispensa nº: 009/2026
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular para o veículo oficial pertencente à Câmara Municipal de Santa Bárbara/MG.
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da emissão da apólice, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável, caso demonstrada a vantajosidade e observados os requisitos legais.
Valor estimado: R$1.500,00 (mil e quinhentos reais).
Data de assinatura: 28/08/2026

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026

MÁRCIO RODRIGUES PEDRO
Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara-MG

Publicado por:
Thalles Araújo Carneiro
Código Identificador:314CE6A3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 014/2026

Dispensa de Licitação nº: 007/2026
Processo Administrativo n° 014/2026

Favorecido: SOLANGE MARIA DE SOUZA – CNPJ n° 49.324.827/0001-40.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de produtos de padaria, mediante demanda, destinados ao atendimento dos lanches servidos aos servidores e vereadores da câmara municipal, bem como para utilização em solenidades, audiências públicas e demais atividades institucionais promovidas pela Câmara Municipal de São Bento Abade – MG.

Fundamento Legal: art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Valor: R$ 46.480,00 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais).

Após a finalização do procedimento de dispensa de licitação sob referência, bem como o interesse público envolvido, AUTORIZO a contratação direta da empresa acima referenciada pelo valor constante da proposta de preços, devendo a presente autorização e o extrato do contrato serem publicados conforme determina a Lei 14.133/2021.

São Bento Abade, 31 de agosto de 2026.

RENON REZENDE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de São Bento Abade - MG

Publicado por:
Michele Shigihara de Souza
Código Identificador:E99BED54

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CÂMARA DE SÃO LOURENÇO
DISPENSA ELETRÔNICA 08

Extrato de publicação
DISPENSA ELETRÔNICA - 08/2026
Nº PROC. ADM. 42/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão CAMARA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROMMEL JUNQUEIRA FERNANDES e tendo como autoridade WALDINEI ALVES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: 31/08/2026 14:00
INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/09/2026 00:00
FIM REC. PROPOSTA: 09/09/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 09/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 700,2000

OBJETO DO PROCESSO
Serviço de instalação de ar condicionado de 24000 Btu's split, incluso mão de obra e demais materiais necessários.
OBSERVAÇÕES DO PROCESSO
Verificar a documentação necessária. Terá 2 horas para colocá-los no sistema. Não serão aceitos arquivos compactados.

Para demais informações contato via e-mail: camarasaolourenco@gmail.com, telefone: 3534150211 ou acesso pelo link:
https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DSByIAmJfpcNKlkVBTiFikWDVfNZVNSsJvUY

NjLkKr3kBnhqb6syt15mSiBBmLw9U2Neg_ItvGkFjkE55SNLNwncjb4 MJFcI7ty9nzUdcLPQ%3D

_____

ROMMEL JUNQUEIRA FERNANDES

SÃO LOURENÇO-MG - 31/08/2026

Publicado por:
Bruna Maria Rodrigues Sanches
Código Identificador:A541EC55

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026
A **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE/MG**, por intermédio de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO do Aviso de Licitação anteriormente publicado**, em razão de erro material na indicação do número do certame.
ONDE SE LÊ:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026
LEIA-SE:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026
A presente retificação refere-se **exclusivamente à correção da numeração do Pregão**, permanecendo **inalteradas todas as demais informações e condições constantes do Aviso de Licitação e do respectivo Edital**, inclusive o objeto, o tipo de julgamento, bem como a **data e o horário da sessão pública**, que permanece designada para o dia **16/09/2026, às 09:00 horas**, na sede da Câmara Municipal de Serra do Salitre/MG.

Serra do Salitre/MG, 31 de agosto de 2026.

ELISÂNGELA VIERA DE TOLEDO
Pregoeira

Publicado por:
João Paulo Alves Rodrigues
Código Identificador:FE57E6FD

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CADASTRAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CADASTRAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA
(art. 10 da Lei Federal nº 12.232/2010)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA/MG**, por meio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, **TORNA PÚBLICO** o presente chamamento destinado ao cadastramento de profissionais interessados em integrar a relação da qual serão sorteados os membros da subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas na licitação para contratação de agência de propaganda, nos termos e condições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. Constitui objeto deste chamamento o cadastramento de profissionais para composição da relação prevista no art. 10, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 12.232/2010, referente ao Processo Administrativo nº 056/2026, que tem por objeto a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade institucional.

1.2. O cadastramento destina-se exclusivamente à formação da relação de nomes submetida a sorteio público, não configurando processo seletivo, contratação ou investidura em cargo, emprego ou função pública.

2. DOS REQUISITOS
2.1. Poderão se cadastrar os profissionais que, cumulativamente:

a) sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou comprovem atuação em uma dessas áreas;
b) não estejam impedidos ou suspeitos para o exercício da função; e
c) declarem expressamente a existência ou a inexistência de vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de Viçosa.

2.2. Para os fins da alínea "c", considera-se vínculo, entre outras hipóteses, a condição de servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão, contratado temporário, estagiário, prestador de serviços ou profissional integrante do quadro de empresa contratada por esta Casa Legislativa.

3. DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS
3.1. A formação será comprovada por diploma ou certificado de conclusão de curso superior ou técnico nas áreas de comunicação, publicidade ou marketing.

3.2. A atuação profissional poderá ser comprovada, alternativamente, por registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social, contrato de prestação de serviços, ato de designação, declaração de empregador ou de cliente, contrato social, portfólio de trabalhos ou outro documento idôneo que demonstre o efetivo exercício de atividades nas referidas áreas.

4. DA INSCRIÇÃO
4.1. As inscrições deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico licitacaocamaramunicipalvicosa@gmail.com, ou protocoladas na sede da Câmara Municipal de Viçosa, situada na Praça Silviano Brandão, nº 05, Centro, Viçosa/MG, **no período de 02 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2026, no horário de 08:00h às 18:00h. No caso de inscrição enviada por email, ela poderá ser encaminhada até às 23:59 do dia 17 de setembro de 2026.**

4.2. A inscrição deverá ser instruída com: (a) requerimento de inscrição (vide modelo anexo); (b) documento oficial de identificação com foto; (c) currículo resumido; (d) documentação comprobatória dos requisitos do item 2; e (e) declaração de vínculo e de inexistência de impedimento ou suspeição (vide modelo anexo).

5. DA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO E DA RESERVA DE VAGAS
5.1. A subcomissão técnica será composta por 03 (três) membros, dos quais, no mínimo, 1/3 (um terço) não poderá manter vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com esta Casa Legislativa, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei Federal nº 12.232/2010.

5.2. Serão reservadas 1 (uma) vaga(s) a profissionais sem vínculo e 02 (duas) vaga(s) a profissionais com vínculo, procedendo-se ao sorteio separadamente para cada grupo, de modo a assegurar a proporcionalidade exigida pelo art. 10, § 9º, da Lei Federal nº 12.232/2010.

5.3. Em razão do valor estimado da contratação, aplica-se o disposto no art. 10, § 3º, da Lei Federal nº 12.232/2010, devendo a relação conter, no mínimo, o dobro do número de integrantes da subcomissão técnica.

6. DA RELAÇÃO, DA IMPUGNAÇÃO E DO SORTEIO
6.1. Encerrado o prazo de inscrição, a relação dos profissionais cadastrados será aprovada pela autoridade competente e publicada na imprensa oficial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data designada para a sessão pública de sorteio, na forma do art. 10, § 4º, da Lei Federal nº 12.232/2010.

6.2. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação, mediante fundamentos jurídicos plausíveis, observando-se, quanto ao processamento, o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 10 da referida Lei.

6.3. A sessão pública de sorteio será realizada em data previamente designada, assegurada a fiscalização por qualquer interessado.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1. O cadastramento não gera direito subjetivo à participação na subcomissão técnica, cuja composição será definida exclusivamente por sorteio público.

7.2. A participação na subcomissão técnica não implica vínculo empregatício ou funcional com a Câmara Municipal de Viçosa.

7.3. As informações e os atos relativos a este chamamento serão divulgados no sítio eletrônico oficial desta Casa Legislativa e na imprensa oficial.

7.4. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, observada a legislação aplicável.

Viçosa/MG, 31 de agosto de 2026.

ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:95A953FB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDASSP - CONSORCIO INT. PARA O DESENV. SUSTENTAVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO

CIDASSP
PROCESSO Nº 00109/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2026

EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº 00109/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG – CIDASSP torna público que realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço por item**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Objeto: Aquisição de blocos de papel, com dimensões de 15 cm x 21 cm, contendo 100 folhas por bloco, sendo 1 (uma) via original e 1 (uma) via de cópia, para utilização de papel carbono, destinados ao atendimento das necessidades do CIDASSP.
Data da sessão: 04 de setembro de 2026.
Horário da fase de lances: das 09h às 15h.
Critério de julgamento: menor preço por item.
Regime de fornecimento: integral.
Local: Plataforma AMM Licita – .
O Aviso de Contratação Direta e seus anexos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do CIDASSP e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

São Sebastião do Paraíso/MG, 231 de agosto de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Presidente do CIDASSP

Publicado por:
Thaís Ferreira Júlio
Código Identificador:71CD3CAE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDSMEJE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO MÉDIO JEQUITINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO MÉDIO JEQUETINHONHA - CIDSMEJE
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha CIDSMEJE – Inscrito no CNPJ 20.357.048/0001-69, informa a quantos possam interessar a realização dos contratos: Contrato 006/2026 - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CIDSMEJE, empresa RAVI E-COMMERCE LTDA valor: R$5.240,00; vigência 06/08/2026 a 06/10/2026; Contrato 007/2026 - - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CIDSMEJE, empresa SATURNO DISTRIBUIDORA LTDA R$2.416,00, vigência 06/08/2026 a 06/10/2026; Contrato 008/2026 - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CIDSMEJE, empresa SATURNO DISTRIBUIDORA LTDA valor R$2.936,00, vigência 06/08/2026 a 06/10/2026; Contrato 009/2026 objeto: Contratação De Pessoa Jurídica, Para Prestação De Serviço De Topografia Em Atendimento Às Demandas Do Cidsmeje E Municípios Consorciados, empresa PINHEIRO MARTINS ENGENHARIA LTDA valor R$74.400,00; vigência 07/08/2026 a 07/08/2027; Contrato 010/2026 objeto IBNET TELECOM LTDA objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular; valor R$4.620,00 vigência 07/08/2026 a 07/08/2027; Contrato 011/2026 - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CIDSMEJE, empresa MAXIMO PEÇAS E PRODUTOS LTDA EPP, valor R$12.685,00 vigência 07/08/2026 a 06/10/2026, Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 011/2026 – objeto reequilíbrio econômico financeiro do contrato celebrado com a empresa MAXIMO PEÇAS E PRODUTOS LTDA EPP valor R$22.719,03 vigência 27/08/2026 a 06/10/2026. Maiores informações poderão ser obtidas na sede à Rua São Geraldo, nº 722, Bairro Centro, Araçuaí/MG prédio anexo à Câmara Municipal, CEP: 39.600-000, fone/fax (33) 3731-1129 ou pelo e-mail cidsmeje@gmail.com. Ou no site https://ammlicita.org.br/

Publicado por:
Adriana Martins Oliveira
Código Identificador:124B6101

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE CREDENCIADOS

AVISO DE CREDENCIADOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – o CRENDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas:

SOLUCOES EM ENGENHARIA GEOTECNIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 66.035.129/0001-43

Cujo Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NAS ÁREAS DE ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E ARQUITETURA, PARA INTEGRAR O CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, QUE PODERÃO SER CHAMADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS QUANDO HOUVER DEMANDA, para atendimento das necessidades paralelas e não excludentes dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS e deste**
Informações pelo telefone: (38) 9 3300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

MARIANA RODRIGUES FAGUNDES -
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:44974B41

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 032/2026 Processo nº 082/2026 credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de recuperação, reforma e manutenção de espaços esportivos, em conformidade com as diretrizes do ibraop, para atendimento às demandas dos municípios consorciados ao ciminas. Início credenciamento: 01/09/2026 acesso ao edital: https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

DANIELA ANDRADE SIDNEY DE SOUZA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:ED10051A

CIMINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 033/2026 Processo nº 083/2026, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sinalização viária urbana visando atender às demandas dos entes consorciados do CIMINAS. Início credenciamento: 01/09/2026 acesso ao edital: https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

VANESSA RABELO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:EEFAF216

CIMINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 034/2026 Processo nº 084/2026, Credenciamento de empresas especializadas para prestação continuada de serviços de manutenção predial corretiva, preventiva e preditiva, mediante metodologia PCM, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais recursos, para atendimento ao CIMINAS e aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais. Início credenciamento: 01/09/2026 acesso ao edital: https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

VANESSA RABELO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:8E2DAE4C

CIMINAS
AVISO DE PRORROGAÇÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 050/2025 processo nº 089/2025, torna público a prorrogação do credenciamento ate 15/08/2027.

DANIELA ANDRADE SIDNEY DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:6EACC90A

CIMINAS
AVISO DE PRORROGAÇÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 051/2025 processo nº 092/2025, torna público a prorrogação do credenciamento ate 21/08/2027.

VANESSA RABELO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:E54CC76B

CIMINAS
AVISO DE REVOGAÇÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação pregão eletrônico nº 015/2026 processo nº 028/2026, torna público a REVOGAÇÃO do referido pregão.

JOSE HUMBERTO RIBEIRO –
Diretor Executivo.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:E54C757D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMLAGO - CONSORICO INT. MULT. DOS MUNICIPIOS DO LAGO DE FURNAS

CIMLAGO - CONSORICO INT. MULT. DOS MUNICIPIOS DO LAGO DE FURNAS
AVISO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 014/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços nº **010/2026**, referente ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº **014/2026**, Pregão, na Forma Eletrônica nº **014/2026**. Partes: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Lago de Furnas – **CIMLAGO**, com sede na Rua Juscelino Barbosa, nº 816, Centro, em Alfenas, Estado de Minas Gerais – CEP 37.130-039, inscrito no CNPJ sob o nº **50.387.580/0001-90**, e a empresa **COOPSAN – COOPERATIVA DE TRANSPORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SANTANA**, com sede na Rua Carlos Chagas, nº 276, Bairro Cidade Nova, Santana do Paraíso/MG, CEP 35.179-000, inscrita no CNPJ sob o nº **04.982.968/0001-11**. **Vigência: 31/08/2026** até **31/08/2026**. Valor: **R$ 163.149.826,20** (cento e sessenta e três milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte centavos).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, por meio de licitação compartilhada, para futura e eventual locação de veículos automotores e maquinário pesado, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos nos Anexos e demais disposições do Edital, visando ao atendimento dos municípios consorciados ao CIMLAGO e dos órgãos participantes, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Alfenas/MG, 31 de agosto de 2026.

FÁBIO MARQUES FLORÊNCIO
Presidente do CIMLAGO

Publicado por:
Giuliana Menezes Matos
Código Identificador:4965CBB7

CIMLAGO - CONSORICO INT. MULT. DOS MUNICIPIOS DO LAGO DE FURNAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO Nº 015/2026

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Lago de Furnas – **CIMLAGO** está conduzindo o Processo Administrativo Licitatório n.º **015/2026** – Pregão, na Forma Eletrônica n.º **015/2026**. **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS, por meio de licitação compartilhada, para futura e eventual aquisição de materiais individualizados, organizados em conjuntos, conforme as condições descritas nos Anexos e demais disposições do Edital, em atendimento aos municípios consorciados do CIMLAGO e órgãos participantes.

O CIMLAGO torna pública a **Primeira Retificação do Edital**, referente à alteração do **item 10 – DAS GARANTIAS**, passando a ser exigida **garantia da proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado da contratação**, nos termos e condições estabelecidos no instrumento de retificação.

A Primeira Retificação do Edital, o Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico **www.licitacimlago.com.br**.

Alfenas/MG, 31 de agosto de 2026.

FÁBIO MARQUES FLORÊNCIO
Presidente do CIMLAGO

Publicado por:
Giuliana Menezes Matos
Código Identificador:3B7C03F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 015/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, torna pública a abertura do Processo Licitatório n° 07.0159.2026.24 – Pregão Eletrônico 015/2026. Objeto: Registro de preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais de limpeza e de higiene pessoal, descartáveis, entre outros para atendimento das Unidades de Acolhimento Institucional localizadas nos municípios de Oratórios, Rio Casca e Piranga, além da demanda oriunda do próprio CIMVALPI e do município de Piedade de Ponte Nova. Data da sessão pública: 14/09/2026, às 09:00h, horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia-se quando for publicado na plataforma e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão da concorrência. O Edital na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cimvalpi.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede do CIMVALPI, na Rua Jaime Pereira, 127, ou através da plataforma www.licitardigital.com.br.

Ponte Nova, 28 de agosto de 2026.

ANA LUIZA COTTA DE SOUZA RODRIGUES MAGALHÃES
Agente de Contratação

Publicado por:
Ana Luiza Cotta de Souza Rodrigues Magalhães
Código Identificador:09D39495

ESTADO DE MINAS GERAIS
CINF - AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MG

CINF AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS
TERMO ADITIVO Nº 001/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 001/2026

PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS – CINF-AMNOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 58.896.792/0001-04, com sede na Rua da Contagem, nº 1.680, Bairro Paracatuzinho, Paracatu/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Neizon Rezende da Silva, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, ALLANE VITÓRIA MATOS DA SILVA, portadora do CPF nº ***.***.***-**, residente na Rua Dona Mariana, nº ***, Paracatuzinho, CEP 38.603-216, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 001/2026, firmado em 02 de março de 2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 001/2026, nos termos do art. 1º, § 1º, e demais disposições aplicáveis, observado o que dispõe o item 1.1 abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

2.1 – Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 001/2026 por 6 (seis) meses, por igual período ao originalmente pactuado, contados a partir do termo final do prazo original previsto na Cláusula Primeira do instrumento originário, passando a vigência total do ajuste a se encerrar em 02 de março de 2027.

2.2 – A presente prorrogação observa integralmente o limite estabelecido na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 001/2026, que autoriza a prorrogação "por igual período, uma única vez", tratando-se, portanto, do exercício da única prorrogação admitida pelo instrumento originário, sem necessidade de alteração de sua redação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

3.1 – Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 001/2026 não expressamente modificadas por este Termo Aditivo, inclusive quanto ao cargo, à jornada de trabalho, ao vencimento mensal de R$ 2.636,42 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos) e às hipóteses de extinção antecipada.

3.2 – O presente Termo Aditivo passa a integrar o Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 001/2026 para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Paracatu/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo

Aditivo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Paracatu – MG, 26 de agosto de 2026.

NEIZON REZENDE DA SILVA
Presidente do CINF-AMNOR
Contratante

ALLANE VITÓRIA MATOS DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Marília Nicole Batista Oliveira
Código Identificador:9C15FFBE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DA ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM

EXTRATO DA ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público que, no dia 28 de agosto de 2026, às 09h00min, em segunda chamada, realizou a 2ª Assembleia Geral Extraordinária do exercício de 2026, de forma remota, por meio da Plataforma Google Meet, com a participação dos Municípios consorciados, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, do Protocolo de Intenções e do Estatuto vigente. A sessão foi instalada pelo Presidente do Consórcio, Sr. José Alves Filho, sendo apreciadas matérias administrativas, normativas e institucionais de interesse comum dos entes consorciados.
Durante a Assembleia, foram aprovadas, por unanimidade dos presentes, alterações no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CISCEM relativas à exclusão, criação e ajuste de nomenclatura de cargos, com reorganização da estrutura administrativa do Consórcio, visando à melhoria dos fluxos de trabalho e à adequação do quadro de pessoal, sem alteração do valor global da folha de pagamentos.
Na mesma oportunidade, foram apreciadas e aprovadas as Resoluções nº 21, nº 22 e nº 23, referentes, respectivamente, às diretrizes para realização de Processo Seletivo Simplificado e formação de banco de dados para contratação de pessoal; à implementação do Programa Regional de Ampliação à Atenção Especializada – CISCEM AVANÇA; e à criação de empregos públicos destinados à execução do Contrato de Programa referente ao Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE, no Município de Patos de Minas/MG.
Também foram tratados assuntos de interesse dos municípios consorciados, dentre eles a operacionalização do Programa CISCEM AVANÇA, a formalização das demandas municipais por meio de ofícios encaminhados ao Consórcio e a utilização dos novos canais institucionais de comunicação do CISCEM.
A íntegra da ata encontra-se arquivada junto à sede administrativa do Consórcio, disponível para consulta pública, nos termos das normas de transparência e acesso à informação.

Patos de Minas/MG, 28 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVES FILHO
Presidente do CISCEM
Prefeito de Lagamar

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:C6A36345

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE PORTARIA Nº 031/2026

CISCEM – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE PORTARIA Nº 031/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM torna público, para conhecimento dos interessados, o extrato da Portaria nº 031/2026, de 31 de agosto de 2026, que dispõe sobre a exoneração de ocupante de cargo em comissão em razão da alteração do Estatuto Social do CISCEM e da exclusão do respectivo cargo.
Fica exonerada a Sra. **ESTEFANIA DE ANDRADE BERTOLDO**, matrícula nº 12, do cargo em comissão de **COORDENADORA DE RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNICAÇÕES**, em razão da exclusão do referido cargo da estrutura administrativa do Consórcio, decorrente da alteração do Estatuto Social aprovada em 28 de agosto de 2026.
A exoneração produz efeitos a partir de **31 de agosto de 2026**, cabendo ao Setor de Gestão de Pessoas a adoção das providências administrativas decorrentes do desligamento e da atualização dos registros funcionais.
A íntegra da Portaria encontra-se disponível junto ao CISCEM.

Patos de Minas/MG, 31 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva – CISCEM

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:BC0A3141

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÕES – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÕES – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2026, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes resoluções:
Resolução nº 21: "Dispõe sobre as diretrizes gerais para a realização de Processo Seletivo Simplificado e a formação de banco de dados para contratação de pessoal no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, e dá outras providências";
Resolução nº 22: "Regulamenta, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, a implementação do Programa Regional de Ampliação à Atenção Especializada – CISCEM AVANÇA, estabelecendo normas para sua organização, governança, financiamento e operacionalização, e dá outras providências";
Resolução nº 23: "Dispõe sobre a criação de empregos públicos destinados à execução do Contrato de Programa referente ao Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE, no Município de Patos de Minas/MG, e dá outras providências".

Patos de Minas/MG, 28 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVES FILHO
Presidente do CISCEM
Prefeito de Lagamar

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:99866C30

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0187/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000009/26 - Credenciamento n° 000/26
Objeto: O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS RELATIVOS A TODOS OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE CONSULTAS E EXAMES DE APOIO E DIAGNÓSTICO CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE SERÃO DESTINADOS À PACIENTES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS LAGOS DO SUL DE MINAS - CISLAGOS.
Contratado: SMART TC SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ n° 51.741.217/0001-93. Valor global estimado de R$ 2.402.268,00, podendo ser posteriormente ser alterado a depender da existência de novos credenciados. Data da assinatura: 31/08/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 31 de agosto de 2026 até 02 de março de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
01020010.302.0002.2004.00003.3.90.39.361.501.000

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:8171EC35

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2023

Extrato do quarto termo aditivo ao contrato Nº 110/2023 para prestação de serviços de radiologia, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **Ribeiro e Silveira LTDA**, cujo objeto é o acréscimo equivalente a 20% do valor atualizado do contrato. Em virtude do acréscimo, o Contrato sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$ 73.600,00 (setenta e três mil, e seiscentos reais)**, passando o valor total estimado do Contrato de R$ 1.103.000,00 (um milhão, cento e três mil reais) para **R$ 1.176.600,00** (um milhão, cento e setenta e seis mil, e seiscentos reais).
Assinatura 31/08/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:3F1D871D

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 37/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHAS – CISMEV HOMOLOGAÇÃO – Processo Licitatório 37/2026 - Pregão Eletrônico nº 18/2026.
Empresas Vencedoras:
Commando Segurança Eletrônica LTDA – 11.369.367/0001-01
Vicomp – Sistemas Computadorizados e Telecomunicações Divisão Curvelo LTDA – 01.778.664/0001-49

Curvelo/MG, 31/08/2026 –

MAGNA FONSECA BARBOSA –
Autoridade Competente CISMEV.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:899E63AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026 - 55.400.144 WILLIAM DA COSTA RONER

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ** torna público extrato do contrato nº 129/2026. **CONTRATADO 55.400.144 WILLIAM DA COSTA RONER OBJETO - CREDENCIAMENTO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS, destinados aos municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará-Cispará,** dar-se-á na forma da Lei nº 14.133/2021, e obedece aos termos do Edital de Chamamento Público nº 04/2025, Processo Administrativo N° 25/2025 **VIGÊNCIA CONTRATUAL** - O prazo de vigência da contratação é de 12 doze meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de **(24/08/2026 a 24/08/2027**) **DOS VALORES** - O valor total do presente contrato é R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Pará de Minas, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:254ACFBA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DMINISTRATIVO Nº 140-2025 - ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do primeiro termo aditivo de apostilamento ao contrato nº 140/2025. CONTRATADO **ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA. OBJETO Credenciamento para locação de veículos destinados à prestação de serviços aos municípios, destinados aos municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará-Cispará,** dar-se-á na forma da Lei nº 14.133/2021, e obedece aos Termos do Edital de Chamamento Público nº 04/2025 Processo Administrativo nº 25/2025 DOS VALORES – O valor mensal do presente contrato é de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para cobrir as despesas do reajuste passa para R$ 83.480,80 (oitenta e três mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos).

Pará de Minas, 03 de agosto de 2026 –

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA -
Presidente

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:A6A43571

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 196/2025 - VIVER CLINICA DE ESPECIALIDADES MEDICAS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do primeiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 196/2025. CONTRATADO **VIVER CLINICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS.** O presente Termo Aditivo visa o acréscimo de 25% do quantitativo do item 1 do Contrato Administrativo n° 196/2025. Embasamento legal - Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Fica o acréscimo de 25% Contrato Administrativo n° 196/2026, R$ 8.170,20(oito mil cento e setenta reais e vinte centavos). Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas, 03 de junho de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:3887FACB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS
DESPACHO DE REAGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

DESPACHO DE REAGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CIDRUS torna público, para conhecimento dos interessados, o reagendamento de sessão pública, do Pregão Eletrônico nº 006/2026, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia relacionados à extensão, ampliação e modificação de redes de iluminação pública e distribuição de energia elétrica urbana e rural, incluindo elaboração de projetos executivos, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, sistema de telegestão, quando demandado, e demais serviços correlatos necessários à execução do objeto, para atendimento das necessidades dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CIDRUS.

Considerando que, ao proceder à revisão do procedimento para a realização da sessão pública, este Pregoeiro constatou, de ofício, equívoco na definição do calendário do certame, decorrente da não consideração do feriado nacional de 07 de setembro, fato que interferiu decididamente na definição da data;

Considerando que não houve qualquer retificação do edital ou de seus anexos, tampouco alteração das condições de participação, critérios de julgamento, exigências de habilitação, especificações do objeto ou de qualquer outro elemento capaz de interferir na formulação das propostas;

Considerando, portanto, que se trata exclusivamente de simples reagendamento da sessão pública, destinado à adequada organização do calendário do procedimento licitatório;

RECONHEÇO o equívoco anteriormente verificado quanto à definição da data da sessão pública, esclarecendo que o mero reagendamento da sessão, desacompanhado de qualquer alteração das condições do certame, não caracteriza modificação do edital que imponha a reabertura integral dos prazos previstos no art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, DETERMINO o reagendamento da sessão pública para o dia 11 de setembro de 2026, mantido o horário anteriormente estabelecido, devendo a nova data ser divulgada pelos mesmos meios utilizados para publicidade do certame, de modo a assegurar ampla ciência aos interessados.

Permanecem integralmente inalteradas e válidas todas as demais disposições do edital e de seus anexos.

Publique-se e dê-se ciência pelos meios de divulgação do certame.

Cumpra-se.

Candeias/MG, 31 de agosto de 2026.

GUILHERME HENRIQUE LAMOUNIER
Pregoeiro do CIDRUS

Publicado por:
Guilherme Henrique Lamounier
Código Identificador:29F0AFD3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: CIGEDAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2026
CONTRATADA: CHARLES NARCISO NEVES DOS SANTOS - CNPJ nº 14.250.319/0001-80
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de informática para atendimento às demandas do CIGEDAS
VALOR: R$ 65.636,00 (sessenta e cinco mil seiscentos e trinta e seis reais).
VIGÊNCIA: 24/09/2026.

São João del-Rei, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Presidente – CIGEDAS

Publicado por:
Ricardo de Souza Rocha
Código Identificador:49A4C250

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO – IHNSD/CISAMAPI

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2026, celebrando entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA – CISAMAPI** e **IRMANDADE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES – IHNSD.** OBJETO: Adequar a forma e os prazos da prestação de contas pelo hospital às rotinas dos sistemas oficiais de faturamento, monitoramento e contabilidade; incluir o Município de Santa Cruz do Escalvado entre os Municípios Aderentes, bem como excluir o Município de Diogo de Vasconcelos e a substituição integralmente o Anexo I do Convênio de Cooperação nº 002/2026. Data da assinatura: 13/07/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:A41A89FF

CISAMAPI
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PROGRAMA UTI-MÓVEL – PONTE NOVA

2º Termo de Apostilamento ao Contrato de Programa Uti-Móvel, nº 005/2026, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA,** decorrente do Processo Licitatório nº 006/2026, Dispensa de Licitação nº 001/2026. Objeto: Alteração do Cronograma de Desembolso, com antecipação de repasse no montante de R$ 88.203,10 (oitenta e oito mil, duzentos e três reais e dez centavos), a ser transferido em agosto de 2026, com correspondente dedução da última parcela prevista no cronograma contratual. Retificação do valor constante do Cronograma de Desembolso, referente ao item "Valor Total 5.1.2", com vencimento em 10/01/2029, em razão de erro material decorrente de arredondamento decimal constante da versão anterior. Retificação do preâmbulo do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato de Programa UTI-Móvel nº 005/2026, celebrado em 24 de junho de 2026, exclusivamente quanto à identificação do Processo Licitatório e da Dispensa de Licitação. O valor total do contrato fica mantido em R$ 639.351,79 (seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos). Data de Assinatura: 25/08/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:E30AB5ED

CISAMAPI
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PROGRAMA UTI-MÓVEL – ABRE CAMPO

3º Termo de Apostilamento ao Contrato de Programa Uti-Móvel, nº 03/2026, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO,** decorrente do Processo Licitatório nº 003/2026, Dispensa de Licitação nº 003/2026. Objeto: A alteração no repasse corresponderá ao montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O valor será repassado em agosto/2026 e será deduzido das últimas parcelas contratuais, sendo R$ 32.519,09 (trinta e dois mil quinhentos e dezenove reais e nove centavos) do exercício de 2028 e R$ 17.480,91 (dezessete mil quatrocentos e oitenta reais e noventa e um centavos) do exercício de 2029. O valor total do contrato fica mantido em R$ 137.886,87 (cento e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos). Data de Assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:8BA790A7

CISAMAPI
EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2026 – IHNSD/CISAMAPI

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA – CISAMAPI** e **IRMANDADE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES – IHNSD,** celebram entre si ações conjuntas de cooperação visando o incremento e aperfeiçoamento da capacidade operacional das instituições. OBJETO: Cooperação para manutenção, fortalecimento e execução das Linhas de Cuidados Prioritárias de Saúde, visando à prestação de serviços especializados de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, encaminhados pelos Municípios consorciados do CISAMAPI ao IHNSD. Os recursos destinados à execução do Convênio serão provenientes das contribuições mensais dos Municípios aderentes, correspondentes a R$ 0,60 (sessenta centavos) por habitante, calculadas com base na população oficial de cada Município, conforme Censo IBGE - 2022, nos termos da Resolução CISAMAPI nº 054/2026. Vigência: 01/06/2026 a 01/06/2027. Data da assinatura: 01/06/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:C7DC3616

CISAMAPI
EXTRATO TERMO DE ASSUNÇÃO, RECONHECIMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITO - GUARACIABA

Termo de Assunção, Reconhecimento e Confissão de Débito celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA – CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE GUARACIABA**, relativo ao Contrato de Programa Serviços Assistenciais nº 012/2024, vinculado ao Processo Licitatório nº 001/2024 e Dispensa de Licitação nº 001/2024. Objeto: Reconhecimento de débito do MUNICÍPIO para com o CISAMAPI, decorrente da insuficiência de recursos financeiros individualizados do Município de Guaraciaba para a cobertura integral dos serviços de saúde efetivamente executados no exercício de 2025. Valor R$ 37.706,05 (trinta e sete mil, setecentos e seis reais e cinco centavos), a ser recomposto pelo Município de Guaraciaba em parcela única. Data de Assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:B902BB14

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-149-2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E CONTRATAÇÃO PARA EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Dispõe sobre a nomeação e contratação para emprego público temporário de Assistente Administrativo junto ao Programa VISACIS

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a convocação de **Almiro Luna Xavier** para o cargo de Assistente Administrativo, em decorrência de sua aprovação em concurso público, por meio da Portaria nº 102/2026, publicada em 10 de junho de 2026;

CONSIDERANDO que o referido profissional irá se afastar das funções de Assistente Administrativo exercidas junto ao Programa VISA-CIS, deixando o respectivo emprego público temporário vago;

CONSIDERANDO que o cargo de Assistente Administrativo integra a Equipe Multiprofissional de Apoio à Vigilância em Saúde do Programa VISA-CIS, sendo indispensável à continuidade e regularidade da prestação dos serviços;

CONSIDERANDO que a candidata **Samira Gomes Pereira de Freitas**, devidamente convocada por meio da Portaria nº 148/2026, publicada em 27/08/2026, informou, via email, que não assumirá a referida vaga por questões pessoais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a candidata **Graziela dos Santos Paulino**, convocada para contratação no emprego público temporário de **Assistente Administrativo**, no prazo de 05 (CINCO) dias junto ao Programa VISACIS.

Parágrafo Único. No prazo fixado no caput do artigo, o candidato deverá se apresentar ao setor de pessoal do CISAMAPI, na Avenida Ernesto Trivelato, 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova - MG, no horário das 09:00 h às 11:00 h e de 13:00 h às 16:00 h, para formalização da contratação. Para tanto, deverá apresentar os documentos a seguir, não se admitindo pendências, quais sejam:
laudo médico favorável, fornecido pelo profissional ou junta médica designado pelo **CISAMAPI**;

original e fotocópia de comprovante de residência (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com assinatura reconhecida em cartório).
original e fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;
original e fotocópia da Cédula de Identidade;
original e fotocópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
na hipótese de o candidato ser cidadão português a quem foi deferida igualdade nas condições previstas no § 1º do art. 12 da Constituição Federal, deverá ser apresentado documento expedido pelo Ministério da Justiça, reconhecendo a igualdade de direitos, obrigações civis e gozo dos direitos políticos, nos termos do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972, e dos arts. 15 e 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, celebrado em 22 de abril de 2000 e promulgado pelo Decreto Federal nº 3.927, de 17 de outubro de 2001; e documento de identidade de modelo igual ao do brasileiro, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao tratado, nos termos do seu art. 22 do Decreto Federal nº 3.927, de 2001.
original e fotocópia do cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se possuir (o candidato deverá consultar a Regularidade na Qualificação Cadastral do PIS/PASEP pelo endereço eletrônico da Previdência Social: https://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastrale caso a consulta apresente inconsistências, o candidato deve procurar o órgão competente para regularização e apresentar, durante o processo de admissão, documento comprobatório de regularização expedido pelo referido órgão);
original e fotocópia da Certidão de nascimento e comprovante de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
2 fotografias 3x4 recentes;
original e fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico http://www.tse.gov.br;
original e fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);
original e fotocópia do comprovante de conclusão da escolaridade exigida para o exercício do Emprego Público (diploma registrado ou declaração ou atestado ou certificado de conclusão do curso emitido pela instituição de ensino);
declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou cópia da última declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), com o respectivo recibo emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
declaração de que não infringe o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação remunerada de cargos, empregos e funções), bem como o disposto no art. 37, §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública).
declaração de possuir disponibilidade para desempenhar atividades em jornadas de trabalho além do expediente ordinário, em dias considerados como feriados e folgas, para conclusão/término de trabalhos inadiáveis.

Art. 2º Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 31 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Presidente do CISAMAPI
Prefeito de Sem-Peixe

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:9B23432D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE

SECRETÁRIA EXECUTIVA
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE ABASTECIMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL CELEBRADO ENTRE O CISREUNO E A EMPRESA TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE – CISREUNO, inscrito no CNPJ sob o nº 20.433.216/0001-58, com sede na Avenida Marabá, nº 1.000, Bairro Bela Vista, Patos de Minas/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Manoel da Costa Lima, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº .088.316-*, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.604.122/0001-97 empresa sediada na Avenida Jacarandá, nº200, Bairro Jaraguá, Uberlândia - MG, CEP: 38.413-069, neste ato representada pelo Sr. Fernando Tannús Narduchi, Gerente de mercado público, inscrito no CPF n.º ***.928.626-**, Identidade RG *.198.*** SSP/MG, doravante denominada **CONTRATADA**, tem entre si, ajustado o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2022, cujo objeto é a prestação de serviços de gestão de abastecimento e fornecimento de combustível,conforme as cláusulas e condições a seguir: **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 06/2022 por mais 90 (noventa) dias, mantendo-se inalteradas as demais condições contratuais, inclusive a taxa administrativa estabelecida no contrato. 1.2 Em decorrência da prorrogação ora formalizada, a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 06/2022 passa a vigorar com a seguinte redação: ***"CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO*** *A vigência do presente contrato fica prorrogada pelo período de 90 (noventa) dias, com início em 06 de setembro de 2026 e término em 04 de dezembro de 2026, podendo ser alterada ou prorrogada mediante termo aditivo, desde que observadas as disposições legais aplicáveis e as condições estabelecidas no instrumento contratual."* **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DA ESTIMATIVA DE CONSUMO 2.1** Permanece inalterada a taxa administrativa estabelecida no Contrato Administrativo nº 06/2022, correspondente a -1,42% (menos um vírgula quarenta e dois por cento). 2.2 Considerando que o valor de R$ 5.331.000,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e um mil reais) constante do contrato corresponde à estimativa de gasto anual com o fornecimento de combustível e não a uma obrigação de consumo mínimo ou a um valor fixo de remuneração da CONTRATADA, **para o período de prorrogação de 90 (noventa) dias fica estabelecida a estimativa proporcional de R$ 1.314.493,15 (um milhão, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos).** 2.3 O valor indicado no item anterior possui caráter meramente estimativo, considerando a proporcionalidade do período de 90 (noventa) dias em relação à estimativa anual originalmente estabelecida, não constituindo obrigação de consumo integral pelo CONTRATANTE, ficando o pagamento condicionado ao efetivo fornecimento de combustíveis e à utilização dos serviços contratados. 2.4 A estimativa prevista nesta cláusula não altera a taxa administrativa de -1,42% estabelecida no contrato, permanecendo vigentes os preços, condições comerciais e demais critérios de remuneração originalmente pactuados. **CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 4.1** Os recursos orçamentários necessários ao atendimento das despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações: Natureza do Recurso: Manutenção do Setor Adminstrativo do Consórcio. Fonte: 15000000000 – Recurso não Vinculados de Impostos (Livre). Elemento de despesa: 33903000000 – Material de Consumo. **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DOS EFEITOS 5.1** O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos quanto à prorrogação contratual a partir de 06 de setembro de 2026. 5.2 A

prorrogação terá duração de 90 (noventa) dias, com início em 06 de setembro de 2026 e término em 04 de dezembro de 2026. 5.3 Os efeitos financeiros decorrentes da presente prorrogação ficam limitados ao período de vigência estabelecido neste Termo Aditivo e ao efetivo fornecimento de combustíveis e utilização dos serviços contratados, observada a estimativa prevista na Cláusula Segunda. **CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 6.1** O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de setembro de 2026. 6.2 Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 06/2022 e seus respectivos termos aditivos, permanecendo válidas e inalteradas aquelas que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo. O aditivo original e integral está disponível para consulta e cópias na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO localizado na Avenida Marabá, 1000, Bairro Bela Vista, CEP: 38.703-236 Patos de Minas/MG.

MANOEL DA COSTA LIMA
Presidente do CISREUNO

TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
Representante Legal

Publicado por:
Nathalia Gabriela Santos do Amaral
Código Identificador:50DC6CBC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 015/2026

DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO
À Gerência de Licitações do CISREC

Processo nº	047/2026
Inexigibilidade nº	015/2026
Objeto:	Contratação da palestrante Shirley Dabus Berti para realização da palestra "Protagonistas da Saúde: O Papel de Cada Um na Transformação do Cuidado", durante a programação da V Feira de Gestão e Serviços do CISREC – Arena Saúde.

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o processo em tela e o ADJUDICO a ASSUNTOS DA SAUDE TREINAMENTO E GESTAO LTDA, inscrita no CNPJ de nº 43.245.962/0001-13 , AUTORIZANDO, pois, neste mesmo ato, a sua contratação.

Publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC.

JOCIMAR CESAR BRANDÃO
Presidente do CISREC

Publicado por:
Aline Marçal de Oliveira
Código Identificador:9B2D128A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
2º TERMO DE RETIFICAÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 042/2026
Pregão Eletrônico nº 009/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE: IMPRESSÃO (OUTSOURCING), DIGITALIZAÇÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES E BILHETAGEM, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS (COM TÉCNICO "ON SITE" E RESIDENTE), FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES, SUPRIMENTOS, INSUMOS/CONSUMÍVEIS ORIGINAIS (TONER, CILINDRO, UNIDADE DE IMAGEM E ETC.) EXCETO PAPEL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC torna pública a presente retificação do Termo de Referência referente ao Pregão Eletrônico nº 009/2025, em razão da revisão e adequação dos itens e respectivas especificações, conforme alterações realizadas e disponibilizadas na plataforma eletrônica.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DETALHADAS

ONDE SE LÊ

TIPO X – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE ETIQUETA COLORIDA

Deve suportar papel com largura mínima de 25,4 mm e máxima de 108,0 mm;
O equipamento deverá suportar etiqueta papel comum (off-set), etiqueta fosca (couchê fosco), etiqueta brilhante (couchê brilho), etiqueta sintética (BOPP fosco), etiqueta brilhante (BOPP brilho), papel sanfonado (formulário contínuo sem remalina) e pulseira de papel de, no mínimo, 0,254 mm;

As dimensões máximas não se aplicam;
Peso máximo não se aplica;

LEIA-SE

10. TIPO X – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE ETIQUETA COLORIDA

Deve suportar papel com largura mínima de 21,4 mm e máxima de 112,0 mm;
O equipamento deverá suportar etiqueta papel comum (off-set), etiqueta fosca (couchê fosco), etiqueta brilhante (couchê brilho), etiqueta sintética (BOPP fosco), etiqueta brilhante (BOPP brilho), papel sanfonado (formulário contínuo sem remalina) e pulseira de papel de, no mínimo, 0,225 mm;

~~As dimensões máximas do equipamento não devem exceder 31 cm de largura, 28,3 cm de profundidade e 28,5 cm de altura;~~
~~O equipamento não deverá pesar mais do que 15 kg, excluindo os consumíveis~~;

——

ONDE SE LÊ

TIPO XI – LOCAÇÃO DE SCANNER DE MESA

Deve suportar gramaturas de papel de, no mínimo, 25 g/m² e, no máximo, 420 g/m²;

Dee possuir uma porta USB 3.0 ou superior.

LEIA-SE

TIPO XI – LOCAÇÃO DE SCANNER DE MESA

Deve suportar gramaturas de papel de, no mínimo, **gramaturas de 25 g/m² a 420 g/m²;**

Deve possuir uma **porta USB 2.0 ou superior.**

Com estas alterações, **fica alterada a data final para o envio das propostas até o dia 10/09/2026 (OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS).**

Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais disposições do Edital do Pregão Eletrônico e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo de Retificação.

Para mais informações e esclarecimentos relativos a esta retificação, poderão ser obtidas no setor de Licitações do CISREC, pelo telefone (31) 3712-1541 de segunda a sexta-feira no horário das 08h30min às 16h30min.

A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no sitee www.cisrec.mg.gov.br

Matozinhos, 31 de agosto de 2026

HEVELLEN GABRIELE DA CRUZ CAVANHOLI
Pregoeira - CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:E7B638AE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO

À Gerência de Licitações do CISREC

Processo nº:	051/2026
Dispensa nº:	023/2026
Interessado:	Consórcio Intermunicipal de Saúde e de Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário - CISREC
Assunto:	Contratação de palestra - Michelle Vieira - V Feira de Gestão e Serviços do CISREC

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o processo em tela e o ADJUDICO a ALESANDRO DA CONCEICAO ALVES DA CONSOLACAO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ de nº 66.923.981/0001-57, AUTORIZANDO, pois, neste mesmo ato, a sua contratação.

Publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC.

JOCIMAR CESAR BRANDÃO
Presidente do CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:8A941A2C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO

À Gerência de Licitações do CISREC

Processo nº	046/2026
Inexigibilidade nº	014/2026
Objeto:	Contratação do palestrante Gustavo Tato para participação na V Feira de Gestão e Serviços do CISREC.

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o processo em tela e o ADJUDICO a TGP Serviços LTDA, inscrita no CNPJ de nº 56.342.972/0001-19, AUTORIZANDO, pois, neste mesmo ato, a sua contratação.

Publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC.

JOCIMAR CESAR BRANDÃO
Presidente do CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:83C6FB5B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO - CIS VERDE

CISVERDE
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 103/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026 – REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2026

O CISVERDE torna público o PL n.º 103/2026, que pode ser acessado por meio do site oficial do consórcio (http://www.cisverde.mg.gov.br). Julgamento de Menor Preço. Objeto: Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para a aquisição de **peças, componentes, acessórios, lubrificantes, fluidos, filtros e demais materiais automotivos** necessários à conservação e ao adequado funcionamento dos veículos, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, e demais anexos. Recebimento de propostas: Das 8h do dia **02/09/2026** até às 11h59 do dia **15/09/2026**. A seção pública será às 14h do dia **16/09/2026**.

Carangola, 31 de agosto de 2026.

GILBERTO DAMAS DE SOUZA –
Presidente.

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:3023D996

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PC 053/2024, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 012/2024

PC 053/2024 PE 012/2024 aq. veículos, inclusive adaptados, zero km. O Presidente. 3º Aditivo ATA SRP 085/2024 firmado com a Mbr Comercio De Veículos Ltda, inscrita no CNPJ 14.480.377/0001-08, reequilíbrio alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/21. Vig. 31/08/2026 a 22/11/2026.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:B3AD6F73

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE DECISÃO FINAL DE REVOGAÇÃO PARCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade/MG torna pública a **DECISÃO FINAL DE REVOGAÇÃO PARCIAL** do Pregão Eletrônico nº 015/2026. Após o regular cumprimento do contraditório prévio e o transcurso do prazo concedido **sem manifestação dos interessados**, o Diretor do DAE, **JOSÉ AFONSO MARTINS**, com fundamento na manifestação técnica da Área de Tecnologia da Informação, no Parecer Técnico-Jurídico constante dos autos e no art. 71, inciso II e §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECIDE REVOGAR PARCIALMENTE o**

Pregão Eletrônico nº 015/2026, exclusivamente quanto aos ITENS 01 E 02, destinados à aquisição de computadores desktop, em razão de fato superveniente devidamente motivado, consistente na necessidade de reformulação das respectivas especificações técnicas.
Em consequência da revogação, fica **DECLARADO PREJUDICADO, POR PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO**, o recurso administrativo interposto pela empresa **SINCES TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, relativo aos Itens 01 e 02.
Ficam **PRESERVADOS os atos válidos praticados relativamente aos ITENS 03 A 21**, não alcançados pela presente revogação parcial.
Determina-se o encerramento da fase relativa aos Itens 01 e 02 e o encaminhamento à área competente para reformulação dos documentos da fase preparatória, visando à futura contratação dos equipamentos, caso persista a necessidade administrativa.
A íntegra da decisão encontra-se disponível na **Plataforma Licitar Digital** e nos canais oficiais do DAE.

João Monlevade/MG, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Eder Lucio Rocha
Código Identificador:3B020ED6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ÁGUA COMPRIDA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE AUTORIZAÇAO – DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2026

No uso das atribuições legais como Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, VIII da Lei 14.133/21 após conhecer o resultado do processo licitatório 062.05/2026 de **DISPENSA 005/2026,** com fulcro no artigo 75, inciso II, da referida lei, objetivando Contratação de empresa especializada para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos a serem ofertados de forma gratuita a população em geral no período de 10 a 13 de setembro de 2026 durante a Festa de Peão do Município (ExpoÁgua), conforme atribuições constantes no Termo de Referencia, resolvo **AUTORIZAR** a dispensa supracitada, em favor da empresa **SUPER PARQUE & DIVERSÃO EVENTOS LTDA,** devidamente inscrito no CNPJ 53.822.213/0001-65 com valor global de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme proposta apresentada.

Proceda-se com o feito. Registre-se, cumpre-se, lavre-se o contrato e publique-se.

Água Comprida - MG, 31 de agosto de 2026.

GUSNTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:E5AF891C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALAGOA

PROCURADORIA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA. Aviso de Adjudicação. Pregão Eletrônico nº 017/2026 - Processo nº 034/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICA LED PARA ATENDER EVENTUAIS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ALAGOA/MG. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, adjudica em favor da empresa LUZ DO BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO LTDA (65219116000161) com o lote: 1 no valor total de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), licitante vencedora do objeto do processo em epígrafe.

Alagoa, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:5F88EDD0

PROCURADORIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA. Aviso de Homologação. Pregão Eletrônico nº 017/2026 - Processo nº 034/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICA LED PARA ATENDER EVENTUAIS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ALAGOA/MG. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, homologa o julgamento da Comissão de Licitação em favor da empresa LUZ DO BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO LTDA (65219116000161) com o lote: 1 no valor total de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), licitante vencedora do objeto do processo em epígrafe.

Alagoa, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:A58D716B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 072/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Além Paraíba - Aviso de Licitação. **Processo n° 253/2026, Pregão Eletrônico n° 072/2026**. Objeto: Aquisição de MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, em atendimento ás demandas das diversas secretarias municipais, pelo período de 12 meses, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. **A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 16/09/2026 ás 09:00 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitanet** no endereço eletrônico **https://licitanet.com.br/**. O Edital estará disponível através dos Sites: https://licitanet.com.br/, https://alemparaiba.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (32) 3455-1200 ou Email: cotacao@alemparaiba.mg.gov.br.

Além Paraíba, 31/08/2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito(a)

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador:347C0D33

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 073/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Além Paraíba- Aviso de Licitação. **Processo n° 254/2026, Pregão Eletrônico n° 073/2026**. Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. **A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia18/09/2026 ás 09:00 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitanet no endereço eletrônico https://licitanet.com.br/.** O Edital estará disponível atravésdos Sites: https://licitanet.com.br/, https://alemparaiba.mg.gov.br eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (32) 3455-1200ou Email:cotacao@alemparaiba.mg.gov.br.

Além Paraíba,31/08/2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito(a)

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador:83666CBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Associação Musical Sete de Setembro
Plano de Trabalho: tendo como objetivo compra de instrumentos musicais
AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 110 de 02 de janeiro de 2025, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças são as seguintes: 2.01.00.04.422.030.22.0127.4.4.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Associação Musical Sete de Setembro, foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será o servidor João Pedro de Oliveira de Souza, conforme Portaria de nº 199 de 10 de agosto de 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:C605B7E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Voluntárias Sociais de Além Paraíba
Plano de Trabalho: tendo como objetivo o custeio das atividades operacionais dos serviços de diagnósticos por imagem.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional das Voluntárias Sociais de Além Paraíba , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será a servidora Christiane Ferreira Peracio Silveira, , conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:3EAFE363

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas OSC: Voluntárias Sociais de Além Paraíba
Plano de Trabalho: tendo como objetivo a manutenção de equipamentos

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional das Voluntárias Sociais de Além Paraíba , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será a servidora Christiane Ferreira Peracio Silveira, , conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:19C696A6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Voluntárias Sociais de Além Paraíba
Plano de Trabalho: : tendo como objetivo aquisição de filmes radiológicos para exames de mamografia

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional das Voluntárias Sociais de Além Paraíba , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será a servidora Christiane Ferreira Peracio Silveira, , conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:4FC9B666

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Sociedade Além Paraibana de Educação - SAPE
Plano de Trabalho tendo como objetivo de manter, adquirir equipamentos para que possa ministrar o curso de qualificação na área de "Costura Industrial" para jovens e adultos carentes do município.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho de 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.0004.422.030.2.0127.3.3.50.41 e 2.01.0004.422.030.2.0127.4.4.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Sociedade Além Paraíba de Educação , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será a servidora Patrícia Martins Barbi Souza, conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto de 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:3F445979

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Associação Musical Sete de Setembro
Plano de Trabalho: tendo como objetivo compra de uniforme para o corpo sinfônico.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 110 de 02 de janeiro de 2025, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças são as seguintes: 2.01.00.04.422.030.22.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Associação Musical Sete de Setembro, foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será o servidor João Pedro de Oliveira de Souza, conforme Portaria de nº 199 de 10 de agosto de 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:3CFBB962

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Voluntárias Sociais de Além Paraíba
Plano de Trabalho: tendo como objetivo o custeio das atividades operacionais dos serviços de diagnósticos por imagem.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional das Voluntárias Sociais de Além Paraíba , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será a servidora Christiane Ferreira Peracio Silveira, , conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:70BAE272

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Voluntárias Sociais de Além Paraíba
Plano de Trabalho: tendo como objetivo a manutenção de equipamentos

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional das Voluntárias Sociais de Além Paraíba , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será a servidora Christiane Ferreira Peracio Silveira, , conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto 2026.

Além Paraíba, 31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:67FB98B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Grupo Renascer da Terceira Idade de Além Paraíba
Plano de Trabalho: tendo como objetivo reforma das partes físicas, elétricas e hidráulicas da cozinha e dispensas

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 104 de 28 de abril de 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional, Grupo Renascer da Terceira Idade de Além Paraíba foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será o servidor Natã Couto Tavares conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto de 2026

Além Paraíba,31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:828238B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Grêmio Recreativo Escola de Samba União da Colina
Plano de Trabalho: tendo como objetivo realização de melhorias estruturais na quadra da Escola, contemplando com obras de reforma, manutenção, adequação de modernização do espaço.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 104 de 28 de abril de 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional, Grupo Renascer da Terceira Idade de Além Paraíba foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será o servidor Natã Couto Tavares conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto de 2026

Além Paraíba,31 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:64D0C567

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

LICITAÇÃO
ATA DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026

Aos vinte e oito dias dias do mês de agosto do ano em curso, às 16:57 horas, foi recebido no setor de licitações <licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br>, os documentos da pessoa jurídica MIRNA PICCININ MARTIN SERVICOS MEDICOS LTDA. Documentos necessários para o credenciamento cujo o objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E TECNICO DE ENFERMAGEM, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. Depois de analisado a documentação da referida, pela comissão nomeada pelas portarias nº 084/2025 e 102/2025 foi solicitado documentos faltantes, sendo os mesmos enviados posteriormente no dia 31/08/2026 às 10:08. Tendo em vista tudo regular a referida pessoa jurídica foi credenciada, conforme solicitado. Fica o prazo de 3 dias para interposição de recurso.

Alvorada de Minas, 31 de agosto de 2026.

ÂNGELA APARECIDA MOTA
Agente de Contratação

GILMAR SILVA MOURÃO
Membro

ELIETE KENIA REIS
Membro

ALBANETE CAU DE OLIVEIRA
Membro

JOSEMEIRE PERCILIANA DUMONT CASTRO
Membro

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:644886FA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2026

Processo Licitatório nº 68/2026, Pregão Eletrônico nº 25/2026. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e HLH SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONTEMPLANDO LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E SERVIÇOS PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA, PROCESSO ELETRÔNICO E GED, ASSISTÊNCIA SOCIAL E GESTÃO EDUCACIONAL, DESTINADOS À PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$:369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil reais). Assinatura: 31/08/2026. Vigência 01/09/2026 até 31/08/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:D01E0BD3

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 139/2026

Designa Gestor e Fiscal de Contratos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 09/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de Gestor e Fiscal de Contrato, nos termos do Decreto Municipal supramencionado;

CONSIDERANDO a indicação dos Servidores, no (DFD) Documento de Formalização de Demanda do Processo Administrativo nº 68/2026 – Pregão Eletrônico nº 25/2026, para atuar como Gestor e Fiscal do contrato.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores abaixo identificados como Gestor e Fiscal do contrato abaixo discriminado:
Gestores do Contrato:

DEBORA REGINA DA CUNHA ROCHA - Matrícula: 3244.
Cargo/Função: Secretária Municipal de Administração

VITOR HUGO FERREIRA DOS SANTOS - Matrícula: 3246.
Cargo/Função: Secretário Municipal de Fazenda, Economia e Governo
Fiscais do Contrato:

MARCELYA CARVALHO MACIEL - Matrícula: 2990.
Cargo/Função: Chefe de Divisão de Almoxarifado

JULIANA DE MATOS SILVA MATRICULA - Matrícula: 3145.
Cargo/Função: Chefe de Departamento de Apoio dos Processos Legislativo

DADOS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 70/2026.
Contratada: HLH SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA.
Valor total do Contrato: R$:369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil reais).
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONTEMPLANDO LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E SERVIÇOS PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA, PROCESSO ELETRÔNICO E GED, ASSISTÊNCIA SOCIAL E GESTÃO EDUCACIONAL, DESTINADOS À PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL.
Vigência: Até 31 de agosto de 2027.
Art. 2º - Em caso de afastamento ou impedimento, serão designados substitutos para as funções, que assumirão, durante o período da substituição, as mesmas responsabilidades e competências dos titulares.

Art. 3º - O Gestor dos Contratos, ora designado, deverá exercer todas as funções estabelecidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 09/2024, promovendo o acompanhamento das ações relacionadas aos fiscais técnico e administrativo.

Art. 4º - O Fiscal dos Contratos, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 09/2024, caberá, ainda, no que for compatível com os contratos em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 5º - Aos Servidores nomeados, deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua designação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Parágrafo único. O Fiscal poderá requerer, além da documentação referida no caput, outros documentos que entender como necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 6º - Os documentos mencionados no art. 5º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 7º - Fica garantido ao Gestor e ao Fiscal, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob sua fiscalização.

Art. 8º - Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique os Servidores ora nomeados para que compareçam perante o Departamento no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação do presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 9° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no DOM.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alvorada de Minas/MG, 31 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente* da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

Gestor do Contrato: DEBORA REGINA DA CUNHA ROCHA - Matrícula: 3244.
Cargo/Função: Secretária Municipal de Administração

Gestor do Contrato: VITOR HUGO FERREIRA DOS SANTOS - Matrícula: 3246.
Cargo/Função: Secretário Municipal de Fazenda, Economia e Governo

Fiscal do Contrato: MARCELYA CARVALHO MACIEL - Matrícula: 2990.
Cargo/Função: Chefe de Divisão de Almoxarifado

Fiscal do Contrato: JULIANA DE MATOS SILVA MATRICULA - Matrícula: 3145.
Cargo/Função: Chefe de Departamento de Apoio dos Processos Legislativo

ESTATUDO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ALVORADA DE MINAS/MG – 1997
Art. 131- Título III Do Regime Disciplinar- Capitulo I - Dos Deveres
IV - Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:83E25DF7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 156/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0133/2025 PAL 040/2025 PE 018/2025

A Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar, que firmou, na data de 18/08/2026, o **Contrato Nº 156/2026, com a empresa NUTRIR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA TERAPIA NUTRICIONAL LTDA,** do saldo remanescente decorrente da Ata de Registro de Preços nº 133/2025 referente ao PAL Nº 40/2025 em decorrência do Pregão Eletrônico Nº 018/2025, cujo objeto é o Registro de preços visando futura e eventual aquisição e fornecimento de dietas enterais de sistema aberto e/ou fechado e fórmulas nutricional infantil, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí/MG. O valor estimado deste contrato é de **R$ 724.078,40** (setecentos e vinte e quatro mil e setenta e oito

reais e quarenta centavos). Data da assinatura 18/08/2026 com vigência até 17/08/2026.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:0C6F1553

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

PROCESSO N°. 059/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 013/2026

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Araçuaí/MG e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento e Fomento das Bacias do Rio Jequitinhonha, Rio Pardo, Rio Mucuri e Adjacências – CID-RIOS, para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à Regularização Fundiária Urbana – REURB, compreendendo atividades de engenharia, arquitetura, agrimensura, levantamentos topográficos e cadastrais, georreferenciamento, estudos técnicos, ambientais e urbanísticos, consultoria, assessoria, elaboração de projetos, plantas, memoriais descritivos e demais serviços técnicos necessários à instrução, desenvolvimento e conclusão dos procedimentos de regularização fundiária, conforme as demandas do Município e o respectivo Plano de Trabalho.
Considerando o disposto na solicitação por está Secretaria, na análise do pedido de contratação através de DISPENSA de licitação com base no artigo 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

RATIFICO a condição de Dispensa de Licitação para Formalização de Contrato de Programa entre o Município de Araçuaí/MG e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento e Fomento das Bacias do Rio Jequitinhonha, Rio Pardo, Rio Mucuri e Adjacências – CID-RIOS, para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à Regularização Fundiária Urbana – REURB, compreendendo atividades de engenharia, arquitetura, agrimensura, levantamentos topográficos e cadastrais, georreferenciamento, estudos técnicos, ambientais e urbanísticos, consultoria, assessoria, elaboração de projetos, plantas, memoriais descritivos e demais serviços técnicos necessários à instrução, desenvolvimento e conclusão dos procedimentos de regularização fundiária, no valor total do contrato em R$ 1.235.996,00 (hum milhão duzentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e seis reais), para contratação do objeto em questão nos termos do Processo nº 059/2026.
Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Araçuaí/MG, 27 de agosto de 2026.

EVERALDO SOUZA SILVA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:D7C59656

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL N° 029/2026 IL N° 013/2026 CREDENCIAMENTO 01/2026

A prefeitura Municipal de Araçuaí-MG torna público que firmou na data de 28/08/2026 **o Termo de Credenciamento nº 160/2026 com a Empresa ENGEOVALES ENGENHARIA E TOPOGRAFIA,** Item -1, no valor de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), cujo objeto é o credenciamento de interessados para prestação de serviços de caminhão-pipa, com capacidade mínima de 8.000 litros, destinado ao abastecimento de água potável nas comunidades rurais, unidades escolares e unidades de saúde do Município de Araçuaí/MG, incluindo disponibilização de motorista, operação do veículo e demais encargos necessários à execução do serviço, incluindo disponibilização de motorista, operação do veículo e demais encargos necessários à execução do serviço em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Araçuaí/MG. Data da assinatura 28/08/2026, terá vigência até 23/04/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:365F3DBE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 212/2024 PAL 068/2024 CE 012/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ – MG TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE QUANTOS POSSAM INTERESSAR QUE FIRMOU NA DATA DE 26/08/2026, O SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 212/2024 COM A NELSON SIMÕES SIQUEIRA JÚNIOR, EM DECORRÊNCIA DO PAL 068/2024 CE 012/2024 ALTERA A CLÁUSULA TERCEIRA SUBCLÁUSULA 3.1 DO CONTRATO, PROMOVENDO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 04 (QUATRO) MESES, CUJO VENCIMENTO ESTÁ PREVISTO PARA 26/08/2026, PASSANDO O FINAL DA SUA VIGÊNCIA PARA 25/12/2026. DEMAIS CLÁUSULAS PERMANECEM INALTERADAS.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:6C7C7D97

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

AVISO DE RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 147/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2025 PAL 43/2025 PE 19/2025
A Prefeitura Municipal de Araçuaí, Estado de Minas Gerais, torna público a RETIFICAÇÃO Extrato de Ata de Registro de Preços, em decorrência do PAL PAL nº 043/2025 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 19/2025, cujo objeto é o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas, caminhão basculante e caminhão prancha, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Araçuaí/MG. Contrato Nº 147/2026 com a empresa **VANUZA NASCIMENTO PRATES** do saldo remanescente decorrente da Ata de Registro de Preços nº 126/2025.

ONDE SE LÊ: O valor global estimado deste contrato R$ 234.376,88 (duzentos e trinta e quatro mil e trezentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos).
LEIA SE: O valor global estimado deste contrato R$ 198.982,82 (cento e noventa e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:D77F8429

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REABERTURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

REABERTURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026 - A Prefeitura Municipal de Araçuaí/MG torna pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a reabertura do Edital de Licitação referente ao **Processo de Contratação nº 051/2026 – Pregão Eletrônico nº 017/2026**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICA E QUALIFICADA, COM ATUAÇÃO COMO INTERMEDIÁRIA, PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA, DESTINADO A VIABILIZAR OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS, MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, RECONDICIONAMENTOS E REVISÕES PARA OS VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO OU SOB SUA RESPONSABILIDADE, ATRAVÉS DE EMPRESAS**

QUALIFICADAS, VINCULADAS E DISPONIBILIZADAS PELA CONTRATADA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAI - MG. Fica retificado o Edital, com alteração da data, objeto e das especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência. Em razão das alterações realizadas, a sessão de abertura fica remarcada para o dia **15/09/2026, às 09h00.** As demais disposições do Edital permanecem inalteradas.Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (33) 3731-8530, das 14h às 17h, ou pelo e-mail: licitacao@aracuai.mg.gov.br.

Araçuaí, MG, 01 de outubro de 2026.

ANGEL LORRANE VERSIANI MEDEIROS -
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Angel Lorrane Versiani Medeiros
Código Identificador:1B103653

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAPONGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA
EXTRATO DE CONTRATO N° 100/2026 ADESÃO Nº 010/2026

O Município de Araponga/MG torna público o extrato de contrato n° 100/2026, referente ao Processo Licitatório nº 061/2026 – Adesão nº 010/2026. Objeto: objeto é a aquisição de 02 (dois) veículos automotores tipo Minivan, 0 km, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Araponga/MG, em conformidade com a Resolução SES/MG nº 11.028, de 16 de abril de 2026, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 046/2025, Processo Licitatório nº 190/2025, promovido pelo Município de São José do Goiabal/MG. Contratada: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 22.776.132/0001-42, no valor total de: R$ 293.980,00 (duzentos e noventa e três mil novecentos e oitenta reais). Vigência do contrato: O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses contados da assinatura do contrato. Assinatura: 27/08/2026.

Araponga/MG, 31 de agosto de 2026.

CARLOS ASSUNÇÃO GOMES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Eduardo Correa Santana
Código Identificador:63950DDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA
EXTRATO DE CONTRATO N° 101/2026 ADESÃO Nº 018/2026

O Município de Araponga/MG torna público o extrato de contrato n° 101/2026, referente ao Processo Licitatório nº 086/2026 – Adesão nº 018/2026. Objeto: objeto é a aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo minivan, com no mínimo 07 (sete) lugares, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Araponga/MG, em conformidade com a Transferência Especial nº 1491001533/2026, Proposta nº 002827/2026 e Plano de Trabalho nº 001847/2026, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 020/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 010/2026, Processo Administrativo nº 049/2026, promovido pelo Município de Caiana/MG. Contratada: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 22.776.132/0001-42, no valor total de: R$ 151.990,00 (cento e cinquenta e um mil novecentos e noventa reais). Vigência do contrato: O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Assinatura: 28/08/2026.

Araponga/MG, 31 de agosto de 2026.

CARLOS ASSUNÇÃO GOMES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Eduardo Correa Santana
Código Identificador:6C62B00E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 083/2026 - PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO(A) EDITAL SEMED Nº 002/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 083/2026

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO(A) EDITAL SEMED Nº 002/2026

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, vem através deste Edital, convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo para Estagiários Acadêmicos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Educação Especial, para Cadastro Reserva, podendo ser convocadas de acordo com a classificação e necessidade da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Arcos).

DA CONVOCAÇÃO

1.As convocações referentes a este edital se darão mediante a necessidade da Prefeitura Municipal de Arcos, observando-se a classificação neste processo seletivo.
2. O número de vagas da convocação poderá sofrer alterações mediante demandas que surjam entre a data da publicação do edital de convocação e a data e hora da mesma.
3. **A escolha das vagas respeitará a ordem de classificação final dos candidatos;**
4. **Não havendo, no momento da convocação, candidato inscrito no processo seletivo, poderá ser contratado candidatos presentes que não tenham se inscrito mas que atendam a todos os dispositivos do edital da referida convocação.**
5. Após convocação, o(a) candidato(a) terá o prazo de 01 (um) dia útil para se manifestar, podendo:
a) Aceitar a vaga ofertada;
b) Desistir do Processo Seletivo e ser automaticamente excluído do Cadastro Reserva.
6.A desistência tratada no item 5, alínea "b" é irretratável.
7. Será considerado desistente o(a) candidato(a) que não responder à convocação no prazo estipulado no item 5.
8. Após o aceite da vaga ofertada, o(a) candidato(a) deverá:
a) Se apresentar à Universidade para a solicitação do Termo de Compromisso;
b) De posse do mesmo, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos, situado no 1º andar da Prefeitura Municipal de Arcos/MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 228, centro de Arcos, onde receberá a lista de documentos necessários para formalização do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Estágio, a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo próprio acadêmico.

CRONOGRAMA DE CONVOCAÇÕES

Local: Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Avenida Yolando Sebastião Logli, 255 - Distrito Industrial II
Prédio I da PUC Minas em Arcos

Dia: 02/09/2026
Horário da convocação : 10h
Cargo: Estagiários (as)

Creche	Turno	Horário de trabalho	Número de vagas
Creche Municipal Pablo Victor de Sousa Lima	Matutino	7h às 11h	1(uma)

Creche Municipal Ana Lúcia Franco	Matutino/Vespertino	10h às 16h	1 (uma)

Arcos, 31 de agosto de 2026.

LÍLIAN TEIXEIRA GARCIA GOMES
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:273E0A74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PL 248/2026

RATIFICAÇÃO
PROCESSO Nº 248/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2026
RATIFICO, com fulcro na legislação que rege a matéria, o processo em epígrafe com o objetivo de realizar a contratação de empresa especializada para o fornecimento de copos descartáveis de 200 ml e açúcar cristal (pacote de 5 kg) ao valor global de R$36.637,52 (trinta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme parecer jurídico e aprovação pela Controladoria Municipal, sendo:
Israel e Israel LTDA
CNPJ: 23.407.794/0001-08
R$10.326,12

GUSTAVO BARBOSA PIRES LTDA
CNPJ: 26.033.244/0002-45
R$26.311,40

Arcos/MG, 27 de agosto de 2026.

WELLINGTON ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:E688069E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO 038/2025

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026
Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h30 (oito horas e trinta minutos), nas dependências da Prefeitura Municipal de Argirita/MG, reuniram-se a Agente de Contratação, Sra. Elisangela Freitas de Oliveira, e a Equipe de Apoio, composta pelos servidores Silvio Pedro do Carmo Junior e Thiago Barbosa Paixão, designados na forma da legislação vigente, para realização da sessão de julgamento da documentação apresentada no âmbito do Credenciamento nº 001/2026, referente ao Processo Administrativo nº 038/2026.
Aberta a sessão, passou-se à análise da documentação protocolada pelos interessados, conforme registros de recebimento, com vistas à verificação do atendimento às exigências editalícias.
Na sequência, procedeu-se à análise da documentação da empresa FABIO DUTRA RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 41.417.334/0001-42, protocolada junto à sede da Prefeitura Municipal de Argirita/MG. Após verificação da documentação apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, sendo declarada HABILITADA. O interessado manifestou credenciamento para a função de PEDREIRO.
Na sequência, procedeu-se à análise da documentação da empresa CLAYTON DE OLIVEIRA RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 12.115.342/0001-36, protocolada junto à sede da Prefeitura Municipal de Argirita/MG. Após verificação da documentação apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, sendo declarada HABILITADA. O interessado manifestou credenciamento para a função de SERRALHEIRO.
Na sequência, procedeu-se à análise da documentação da empresa MECANICA E AUTO PECAS APARECIDA LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.685.009/0001-04, protocolada junto à sede da Prefeitura Municipal de Argirita/MG. Após verificação da documentação apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, sendo declarada HABILITADA. O interessado manifestou credenciamento para a função de SERRALHEIRO.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio. Fica aberto o prazo recursal de 03 (três) dias úteis, conforme item 6.4.3 do Edital de Credenciamento nº 001/2026.

Argirita/MG, 28 de agosto de 2026.

ELISANGELA FREITAS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

SILVIO PEDRO DO CARMO JUNIOR
Equipe de Apoio

THIAGO BARBOSA PAIXÃO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:9B1136B8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADTIVO DO PROCESSO 074-2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025
Processo Licitatório: nº 074/2025
Pregão Eletrônico: nº 019/2025
Ata de Registro de Preços: nº 017/2025
Órgão Gerenciador: Município de Argirita/MG.
Detentora da Ata: MARCELO LEITE A LOBO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.233.779/0001-74.
Objeto do Aditivo: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 017/2025, relativamente aos itens com saldo remanescente registrados em favor da empresa, destinados ao fornecimento de materiais gráficos diversos para atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Argirita/MG.
Vigência: 31 de agosto de 2026 a 30 de agosto de 2027.
Fundamentação Legal: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Argirita/MG, 31 de agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:EC875BBD

GABINETE
DECRETO 287-2026

DECRETO Nº 287/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Decreta Luto Oficial no Município de Argirita/MG pelo falecimento da Senhora Maria das Dores do Carmo Furtado e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das atribuições que lhe confere Lei Orgânica do Município de Argirita:

CONSIDERANDOo falecimento dasaudosa senhoraMARIA DAS DORES DO CARMO FURTADO, ocorrido em 30 de agosto de 2026;

CONSIDERANDOos relevantes serviços prestados à comunidade argiritense pela SenhoraMaria das Dores do Carmo Furtado, que dedicou sua vida à educação como professora e exerceu a função de diretora da Escola Municipal Dr. Custódio Junqueira, deixando um legado inestimável;
CONSIDERANDOa consternação e o profundo pesar da população de Argirita/MG diante da perda de uma figura tão ilustre e querida, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento educacional e social do município;
CONSIDERANDOainda, que é dever do Poder Público municipal render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado LUTO OFICIAL, por 3 (três) dias, contados a partir do dia 30 de agosto de 2026, no Município de Argirita/MG, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da saudosa senhora Maria das Dores do Carmo Furtado.

Art. 2º. Durante o período de luto oficial, a Bandeira Municipal será hasteada a meio mastro em todos os prédios públicos do Município.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de agosto de 2026.

Argirita, 31 de agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTACIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:F659DFC6

GABINETE
PORTARIA 070-2026

GABINETE
PORTARIA 70/2026

Instaura Sindicância para apurar fatos relacionados à condução de veículo da frota oficial por pessoa sem vínculo funcional com o Município e identificar eventuais responsabilidades.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARGIRITA/MG**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 125 da Lei Municipal nº 19/2001 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Argirita/MG,

CONSIDERANDOque o Ofício nº 27/2026, oriundo da Câmara Municipal de Argirita/MG e subscrito pelo Vereador Evandro Silva Araújo, levou formalmente ao conhecimento da Administração Pública Municipal a demanda acerca de registro em vídeo no qual figura pessoa desprovida de vínculo funcional com o Município conduzindo caminhão pertencente à frota oficial;
CONSIDERANDOque a utilização de veículos e bens públicos é restrita ao atendimento do interesse público, devendo obediência estrita aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e probidade administrativa;
CONSIDERANDOa necessidade de apurar com rigor a veracidade dos fatos ora levados ao conhecimento da Administração e identificar eventuais servidores responsáveise quantificar o possível prejuízo ao erário, garantindo o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório;
CONSIDERANDO a necessidade de resguardar a lisura da instrução processual e evitar eventual interferência na coleta de provas e depoimentos, mostrando-se prudente o afastamento cautelar do servidor investigado.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância, de caráter investigativo, com a finalidade de apurar os fatos narrados no Ofício nº 27/2026 da Câmara Municipal de Argirita/MG, consubstanciados na suposta condução de caminhão da frota oficial do Município por pessoa sem vínculo funcional com a Administração Pública, identificando a materialidade, autoria, eventuais responsabilidades administrativas de servidores públicos envolvidos e as circunstâncias do uso do patrimônio municipal;

Art. 2º. Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

Cristiane de Almeida Barbosa Batista, Matrícula nº 81, como Presidente;
Darlem Santos da Silva, Matrícula nº 311, como Membro;
Jovenil Evangelista, Matrícula nº 36, como Membro.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão poderá designar um dos membros para secretariar os trabalhos.

Art. 3º.A Comissão ora designada terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria, para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo, admitida a prorrogação por igual período mediante ato fundamentado.

Art. 4º.A Comissão terá ampla autonomia para realizar diligências, requisitar documentos, bilhetes de controle de tráfego, ordens de serviço, folhas de ponto, ouvir servidores, o particular envolvido, testemunhas e quaisquer outras pessoas que possam contribuir para o completo esclarecimento dos fatos.

Art. 5º. Como medida cautelar e sem prejuízo da remuneração, por tratar-se de fase de apuração, determina-se o afastamento preventivo do servidor Sávio Henrique Souza Lúcio, matrícula nº 1529, das suas funções habituais pelo prazo de curso da sindicância, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, constituindo peça inaugural dos autos do processo de Sindicância.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Argirita, 31 de agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTACIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:52BEB8B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo Administrativo: nº 070/2024
Pregão Presencial: nº 038/2024
Contrato Administrativo: nº 001/2025
Interessada: Transporte Coletivo Novo Horizonte MG Ltda (CNPJ: 19.532.829/0001-63)
Assunto: Requerimento de Reajuste de Preços / Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro

1. RELATÓRIO

Trata-se de requerimento formulado pela empresa **Transporte Coletivo Novo Horizonte MG Ltda**, contratada para a prestação de serviços de transporte de trabalhadores nos trajetos deste Município e distritos, por meio do qual solicita a aplicação de reajuste de **12,5% (doze vírgula cinco por cento)** sobre os valores do Contrato Administrativo nº 001/2025, sob a alegação de aumento de custos

operacionais e decurso de prazo superior a 12 meses de execução contratual.

Os autos foram instruídos com a manifestação da Assessoria Jurídica deste Município, que opinou pelo indeferimento do percentual fixo pleiteado (12,5%), mas reconheceu o direito da contratada à aplicação do índice oficial de inflação (IPCA/IBGE) após completada a primeira anualidade contratual.

Em prosseguimento, o Setor de Contratos e Contabilidade Pública elaborou a **Memória de Cálculo nº 001/2026**, apurando a variação acumulada do IPCA no período de 01/2025 a 01/2026 no patamar de **4,608460%**, com efeitos financeiros retroativos a **20 de janeiro de 2026**.

Vieram os autos conclusos para deliberação e decisão.

2. FUNDAMENTAÇÃO

No exercício das atribuições legais e constitucionais que me são conferidas, acolho integralmente as razões expostas no Parecer Jurídico e na Memória de Cálculo acostados aos autos:

• **Do Indeferimento do Percentual Fixo (12,5%):** A concessão de reajustes na Administração Pública é vinculada aos preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei nº 10.192/2001, sendo vedada a fixação discricionária de percentuais estimados sem lastro em índice oficial ou sem prévia e robusta comprovação por planilha analítica de composição de custos.

• **Do Deferimento do Reajuste Anual por Índice Oficial (IPCA):** Completado o interregno de 1 (um) ano de vigência contratual em 19/01/2026, assiste à contratada o direito à recomposição da perda inflacionária pelo índice IPCA/IBGE (4,608460%), visando à preservação da equação econômico-financeira da avença e evitando o enriquecimento sem causa do Poder Público.

• **Da Eficácia Retroativa e Forma de Registro:** Os efeitos financeiros do reajuste retroagem à data em que se completou a anualidade (20/01/2026), prescindindo de celebração de termo aditivo complexo e devendo ser formalizado mediante **Termo de Apostilamento**, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, **DECIDO**:

• **DEFERIR EM PARTE** o requerimento formulado pela empresa **Transporte Coletivo Novo Horizonte MG Ltda**, indeferindo o percentual genérico de 12,5% e **AUTORIZANDO a concessão do reajuste anual de 4,608460% (IPCA/IBGE)** sobre os valores do Contrato Administrativo nº 001/2025, com eficácia financeira a contar de **20 de janeiro de 2026**.

• **FIXAR os novos preços unitários contratuais** nos seguintes termos:

• **Item 01 (Linha 1 – Cachoeira Alegre / Muriaé):** de R$ 12,00 para **R$ 12,55 por KM**;

• **Item 02 (Linha 2 – Silveira Carvalho / Patrocínio / Muriaé):** de R$ 6,47 para **R$ 6,77 por KM**;

• **Novo Valor Global Estimado do Contrato: R$ 389.450,00 (trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**.

• **RECONHECER E AUTORIZAR o pagamento das diferenças retroativas** no montante apurado de **R$ 8.587,50 (oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, referente às medições faturadas pelo valor histórico entre os meses de fevereiro e julho de 2026, conforme Memória de Cálculo nº 001/2026, condicionado à prévia conferência das notas fiscais e liquidação pelo setor competente.

• **DETERMINAR**:

• À Contabilidade a emissão do empenho complementar na dotação orçamentária **3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0007.2.0006**;

• Ao Setor de Licitações e Contratos a lavratura imediata do competente **Termo de Apostilamento** ao Contrato nº 001/2025, promovendo a publicação de seu extrato e a notificação formal da empresa contratada;

• A juntada desta decisão aos autos do Processo Administrativo nº 070/2024 para os devidos fins de direito.

Publique-se, notifique-se e cumpra-se.

Barão do Monte Alto/MG, 20 de agosto de 2026.

SELMAR LUIS DO VALLE
Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto/MG

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:B5913F74

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO torna público o 5º Termo aditivo ao contrato nº 045/2022 do pregão presencial nº 021/2022. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93. Contrato nº 045/2022 - PMBMA/ IDEAL LINS SERVIÇOS E COMERCIO LTDA.

SELMAR LUIS DO VALLE
– Prefeito Municipal – 28/08/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:0210F10C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público o 1º Termo aditivo ao contrato nº 050/2025 do Pregão Presencial nº 029/2025. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, com base no artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Contrato nº 050/2025 - PMBMA/ SAMARA DIAS DE PINHO - ME.

***SELMAR LUIS DO VALLE* –**
Prefeito Municipal – 31/08/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:CB603DCD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EXTRATO AO CONTRATO 0190/2026 PROCESSO 0149/2026
CONCORRÊNCIA 006/2026 029/2025

O Município de Barroso torna público extrato ao Contrato 0190/2026 Concorrência 006/2026 para **Contratação de empresa especializada para execução de obras de calçamento e drenagem em trecho da estrada vicinal do Morro do Catete, Emenda Parlamentar Federal nº 202624820005, no Município de Barroso/MG**, em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura.

SUDESTE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 16.914.341/0001-02

Valor total: R$ 465.961,04 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e quatro centavos).

Vigência: 31/08/2026 à 31/10/2026

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:80449369

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DAS ATAS DO PROCESSO Nº 0181/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

A Prefeitura Municipal de Barroso, torna público a todos os interessados o resultado do seguinte processo licitatório:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0181/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

Objeto: Futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos e insumos destinados ao abastecimento da Farmácia Municipal, ao atendimento das demandas decorrentes de decisões judiciais e das necessidades do Abrigo Municipal, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Ata: Nº 0174/2026
Detentora: BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
Valor da ARP: R$ 47.530,00 (Quarenta e sete mil, quinhentos e trinta reais)
Vigência: De 31/08/2026 à 31/08/2027

Ata: Nº 0175/2026
Detentora: DROGARIA FAMÍLIA DE BARROSO EIRELI
Valor da ARP: R$ 66.542,76 (Sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos)
Vigência: De 31/08/2026 à 31/08/2027

Ata: Nº 0176/2026
Detentora: DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA
Valor da ARP: R$ 5.270,40 (Cinco mil, duzentos e setenta reais e quarenta centavos)
Vigência: De 31/08/2026 à 31/08/2027

Ata: Nº 0177/2026
Detentora: TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA
Valor da ARP: R$ 8.550,00 (Oito mil, quinhentos e cinquenta reais)
Vigência: De 31/08/2026 à 31/08/2027

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:0F044F67

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BERIZAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 050/2026

CONTRATO Nº 050/2026 VINCULADO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 016/2026

CONTRATO Nº 050/2026 - CONTRATANTE – **PREFEITURA MUNICIPAL DE BERIZAL** – CONTRATADA – **MARLENE MIRANDA DE LIMA**, inscrita no CPF nº 950.809.616-00– OBJETO:**Locação de imóvel para funcionamento da casa de apoio para pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e acompanhantes no município de Taiobeiras/MG, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária de Berizal/MG**
Vigência:12 (doze) meses.
Valor: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Certifico para fins de prova, a quem de direito, conforme determinação legal foi devidamente divulgado com publicação no mural da Prefeitura por 5 (cinco) dias úteis.

Berizal, 7 de agosto de 2026.

TALYANE ALVES PEREIRA
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wandayk Teixeiras Dos Santos
Código Identificador:2FFC2170

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°36/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG – Extrato da Inexigibilidade de licitação nº 36/2026. **OBJETO**: Apresentação artística da dupla André e Luiz Otávio na 56ª edição do Festival Nacional da Canção (FENAC) e 15ª edição do Festival Nacional da Cultura a ser realizada no dia 05 de Setembro de 2026, neste Município. **PROPONENTE:** A&LO – SHOWS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.479.436/0001-83. **VALOR TOTAL**: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei 14.133/21, Art. 74, II.

SANDRA MARA SANTOS PIMENTA.
Secretária Municipal.

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:E09DC157

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DO CONTRATO N°200/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG – Extrato do Contrato n° 200/2026. **OBJETO**: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 115/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 20/2025 – Processo Licitatório nº 44/2025 realizado pelo Consórcio Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS, visando a aquisição de uma motoniveladora. **CONTRATADA:** BAMAQ S/A – Bandeirantes Máquinas e Equipamentos, CNPJ nº 18.209.965/0001-54. **VALOR TOTAL**: R$ 1.160.000,00 (um milhão cento e sessenta mil reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei 14.133/21, Art. 74, caput. Inexigibilidade de licitação nº 33/2026.

ALLISON SOUZA MOURA,
Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Pesca.

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:20512F1E

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – RETIFICADO 1 - REF.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Aviso de Licitação – Retificado 1 - Ref. Concorrência Eletrônica nº 15/2026. Tipo: Menor Preço Global. Regime de Execução: Empreitada por Preço Global. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação e recapeamento asfáltico em ruas do Município, em atendimento à Emenda Parlamentar - Proposta nº 003083/2026, Plano de Trabalho nº 003769/2026, Termo de Compromisso nº 1301001308/2026. Data entrega das propostas: Até 18/09/2026 às 09:00 horas na Plataforma da AMMlicita. O Edital e anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal:

www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes ou na Plataforma de Licitações: www.ammlicita.gov.br. Informações: (35) 99213-0267.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:5474A2D9

LICITAÇÕES E PREGÕES
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°36/2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2026

EXIGÊNCIA LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 74, inciso II.

OBJETIVO: Apresentação artística da dupla André e Luiz Otávio na 56ª edição do Festival Nacional da Canção (FENAC) e 15ª edição do Festival Nacional da Cultura a ser realizada no dia 05 de Setembro de 2026, neste Município.

PROPONENTE: A&LO – SHOWS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.479.436/0001-83.

VALOR: R$ R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Ratifico a presente inexigibilidade e determino a sua publicação.

Boa Esperança/MG, 31 de agosto de 2026.

SANDRA MARA SANTOS PIMENTA
Secretaria Municipal de Cultura, Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Turismo

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:4D6354C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2026
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
O Prefeito Municipal, Wanderlei dos Santos Ribeiro, no uso de suas atribuições legais **ADJUDICA** (31/08/2026) e **HOMOLOGA** (31/08/2026) o Processo Licitatório nº 074/2026 – Pregão Eletrônico nº 033/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de combustível para abastecimento da frota municipal da Prefeitura de Bom Jesus do Amparo/MG, com a empresa vencedora:

TREVO POSTO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 01.245.727/0001-00, estabelecida na Rodovia BR 381, KM 399, s/n, bairro: Zona Rural, Bom Jesus do Amparo/MG, CEP: 35.908-000, com o valor global de R$ 5.745.100,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e cem reais).
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/110392
https://www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-33-2026/1000107

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:D389D3DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°085/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 025/2026

Objeto: Contratação da BANDA Mr. JACKIE com repertório e estilo musical de rock para apresentação no dia 05 de setembro de 2026, sábado, durante as festividades do 2º Encontro de Motociclistas de Bom Jesus do Amparo – 2026, no Município de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021. Ratificação: 28/08/2026. **Contratada: 50.587.257 ANDRÉ SANTOS SILVA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.587.257/0001-60. Valor global: R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Período: 31/08/2026 até 30/09/2026.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:C3131887

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°085/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 025/2026

Objeto: Contratação da BANDA Mr. JACKIE com repertório e estilo musical de rock para apresentação no dia 05 de setembro de 2026, sábado, durante as festividades do 2º Encontro de Motociclistas de Bom Jesus do Amparo – 2026, no Município de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021. Ratificação: 28/08/2026. **Contratada: 50.587.257 ANDRÉ SANTOS SILVA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.587.257/0001-60. Valor global: R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Data de assinatura: 31/08/2026. Período: 31/08/2026 até 30/09/2026. Fiscal do Contrato: Eduardo Henrique Vieira Menezes.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:14B2A06F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contratos. Objeto: – Prestação de serviços de limpeza em geral, tais como: capina manual e/ou mecanizada, roçada, pintura de meio fios, transporte de resíduos, entulhos em geral, asseio e conservação de prédios públicos, praças, ruas, e avenidas públicas.
Contrato 359/2026: 52.295.576/0001-27JOSE AROLDO PEREIRA DOS SANTOS- CNPJ52.295.576/0001-27.
Valor Total estimado: **R$28.500,00(vinte e oito mil e quinhentos reais).**
Início: 28.08.2026. Vigência: 12 meses.

Bonfinópolis de Minas - MG, 28.08.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:616C51D9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO ERRATA

PUBLICAÇÃO ERRATA

ERRATA: Publicação Pregão. Edital publicado em 31/08/2026. Edição 4350. Diário Oficial dos Municípios Mineiros. Onde se lê: Resoluções SES nº 11.058, de 27/04/2026; nº 11.064, de 28/04/2026; nº 10.231, de 16/06/2025; nº 11.042, de 22/04/ 2026; nº 10.613, de 31/10/2025; e nº 10.088, de 24/04/2025.**Leia-se:** Resoluções SES nº 11.058, de 27/04/2026; nº 11.064, de 28/04/ 2026; nº 10.231, de 16/06/2025; nº 11.042, de 22/04/ 2026; nº 10.613, de 31/10/2025; nº 10.088, de 24/04/2025 e nº 11.240 de 26/05/ 2026.

Brasilândia de Minas MG, 31/08/2026.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:113171CF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAÚNAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
LEI MUNICIPAL ORDINÁRIA Nº 528, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização, estabelece seus princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos de governança, monitoramento e avaliação, e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, conjunto articulado de princípios, diretrizes, objetivos, estratégias e ações destinadas a assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino, desde a Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental, promovendo a alfabetização na idade certa, a recomposição das aprendizagens e a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração entre o Município, a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes das seguintes normas:
– Constituição Federal;
– Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Estatuto da Criança e do Adolescente;
– Plano Nacional de Educação;
– Plano Estadual de Educação de Minas Gerais;
– Plano Municipal de Educação;
– Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
– Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG;
– Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
– Pacto Mineiro pela Alfabetização.

Art. 2º. A alfabetização constitui direito fundamental da criança e será compreendida como processo contínuo, progressivo e indissociável do letramento, iniciado na Educação Infantil e consolidado ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 3º. A Política Municipal de Alfabetização possui caráter permanente e integra as políticas públicas da educação municipal, devendo orientar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações voltadas ao desenvolvimento das aprendizagens.

Art. 4º. A implementação desta Política observará os princípios da gestão democrática, da equidade, da inclusão, da qualidade social da educação, da valorização dos profissionais da educação e da melhoria contínua dos resultados educacionais.

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 5º. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas seguintes normas:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação;
Plano Estadual de Educação de Minas Gerais;
Plano Municipal de Educação;
Base Nacional Comum Curricular;
Currículo Referência de Minas Gerais;
Decreto Federal nº 11.556, de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
Decreto Estadual nº 48.939, de 2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização;
demais normas que regulamentam a alfabetização, a educação básica e a educação inclusiva.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 6º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
– garantia do direito à alfabetização como direito fundamental de todas as crianças;
– alfabetização na idade certa, respeitados os diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem;
– equidade, inclusão e respeito à diversidade;
– valorização dos profissionais da educação;
– formação continuada permanente;
– gestão democrática;
– regime de colaboração entre Município, Estado e União;
– continuidade do processo educativo entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental;
– centralidade da aprendizagem dos estudantes;
– gestão educacional baseada em evidências;
– monitoramento permanente das aprendizagens;
– recomposição das aprendizagens;
– respeito às especificidades territoriais, culturais e sociais do Município.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES

Art. 7º. Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
– fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federativos;
– protagonismo da Rede Municipal de Ensino;
– integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
– utilização de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
– realização de avaliações diagnósticas, formativas e somativas;
– desenvolvimento de estratégias de intervenção pedagógica;
– formação continuada dos profissionais da educação;
– promoção da equidade educacional;
– garantia da alfabetização inclusiva;
– integração entre políticas educacionais;
– incentivo à participação das famílias;
– fortalecimento da cultura leitora;
– utilização de indicadores educacionais para subsidiar decisões pedagógicas.

CAPÍTULO V
DOS OBJETIVOS

Art. 8º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
– assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
– consolidar as aprendizagens de leitura, escrita e letramento até o final do 5º ano do Ensino Fundamental;
– promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes com defasagens;
– fortalecer as práticas pedagógicas da Educação Infantil;
– reduzir desigualdades educacionais;
– elevar a qualidade da alfabetização mediante práticas baseadas em evidências;
– promover o monitoramento contínuo das aprendizagens;
– fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

– incentivar a participação das famílias;
– fomentar a cultura de avaliação e melhoria contínua da aprendizagem.

CAPÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 9º. A Política Municipal de Alfabetização será organizada por meio dos seguintes eixos estruturantes:
I – Gestão e Governança da Alfabetização;
– Formação Continuada dos Profissionais da Educação;
– Práticas Pedagógicas, Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens;
– Intervenção Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens;
– Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
– Articulação com as Famílias e a Comunidade Escolar;
– Materiais Didáticos, Literatura Infantil, Ambientes de Leitura, Infraestrutura e Recursos Tecnológicos;
– Educação Inclusiva;
– Compartilhamento e valorização de boas práticas pedagógicas;
– Monitoramento e aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO VII
DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO

Art. 10. O Plano Municipal de Ação para a Alfabetização constitui o instrumento oficial de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, orientando as ações da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares.
§1º. O Plano será elaborado, coordenado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação, com o apoio técnico da Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Apoio à Alfabetização.
§2º. O Plano será elaborado anualmente, podendo ser revisado sempre que necessário, em decorrência dos resultados das avaliações, do monitoramento das aprendizagens ou de alterações na legislação educacional.
§3º. O Plano deverá conter, no mínimo:
– diagnóstico da Rede Municipal de Ensino;
– metas anuais de alfabetização;
– indicadores educacionais;
– estratégias pedagógicas;
– cronograma de execução;
– definição dos responsáveis;
– ações de formação continuada;
– ações de intervenção pedagógica;
– estratégias de recomposição das aprendizagens;
– mecanismos de monitoramento e avaliação.

Art. 11. O Plano Municipal de Ação observará os eixos estruturantes desta Política e integrará o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VIII
DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização, assegurando sua integração às políticas educacionais do Município.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação contará com o apoio técnico da Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Apoio à Alfabetização para o desenvolvimento das ações previstas nesta Lei.

CAPÍTULO IX
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E APOIO À ALFABETIZAÇÃO

Seção I
Da Instituição

Art. 13. Fica instituída a Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Apoio à Alfabetização, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com caráter técnico, consultivo e de assessoramento pedagógico.

Art. 14. A Comissão será designada por ato do Secretário Municipal de Educação e será recomposta anualmente, na forma estabelecida em regulamento próprio.

Art. 15. Para integrar a Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Apoio à Alfabetização, o professor deverá, obrigatoriamente, ter participado das formações ofertadas no âmbito do Programa Nacional Criança Alfabetizada, promovidas pelo Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação ou pela Secretaria Municipal de Educação, ou de formações equivalentes reconhecidas pela Rede Municipal de Ensino.

Art. 16. Na seleção dos membros da Comissão, deverá ser observado o critério de tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino, priorizando-se os profissionais com maior experiência no magistério e atuação na etapa da alfabetização, conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio da Secretaria Municipal de Educação.

Seção II
Da Composição

Art. 15. A Comissão será composta por representantes, preferencialmente, dos seguintes segmentos:
– Secretaria Municipal de Educação;
– Educação Infantil;
– Ciclo Inicial da Alfabetização;
– Ciclo Complementar da Alfabetização;
– Educação Especial;
– Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
– Direção Escolar;
– Coordenação Pedagógica das unidades escolares.
§1º. A composição poderá ser ampliada conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.
§2º. O representante da Educação Especial atuará no assessoramento técnico-pedagógico das ações inclusivas, colaborando na adaptação de materiais, elaboração de estratégias pedagógicas acessíveis e orientação às unidades escolares.
§3º. A Comissão poderá convidar representantes de universidades, instituições de pesquisa, órgãos públicos e entidades parceiras para colaborar em ações específicas, sem direito a voto.

Seção III
Das Competências

Art. 16. Compete à Comissão:
– acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
– monitorar os indicadores educacionais;
– acompanhar o cumprimento das metas municipais;
– analisar os resultados das avaliações;
– apoiar a elaboração do Plano Municipal de Ação para a Alfabetização;
– propor estratégias de intervenção pedagógica;
– apoiar o planejamento pedagógico das unidades escolares;
– acompanhar as ações de formação continuada;
– realizar visitas técnicas às unidades escolares;
– elaborar pareceres e recomendações pedagógicas;
– elaborar relatórios técnicos trimestrais;
– elaborar Relatório Anual de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;
– propor aperfeiçoamentos desta Política.

Art. 17. A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e educacional, não sendo remunerada.

CAPÍTULO X
DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Art. 18. A Comissão desenvolverá suas atividades mediante ciclo anual composto pelas seguintes etapas:
– diagnóstico da Rede Municipal;
– planejamento das ações;
– acompanhamento pedagógico;
– monitoramento das aprendizagens;
– avaliação dos resultados;
– elaboração do Relatório Anual.

Art. 19. A Comissão realizará reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que convocadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 20. Para o desenvolvimento de suas atividades poderão ser utilizados:
– registros escolares;
– avaliações diagnósticas;
– avaliações formativas;
– resultados do SIMAVE;
– resultados da Avaliação de Fluência em Leitura;
– indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
– demais instrumentos de acompanhamento pedagógico.

Art. 21. Constituem produtos da Comissão:
– relatórios técnicos trimestrais;
– relatório anual;
– recomendações pedagógicas;
– devolutivas técnicas às unidades escolares;
– propostas de aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO XI
DO SUPORTE PEDAGÓGICO

Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio de sua equipe técnico-pedagógica e da Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Apoio à Alfabetização, prestará suporte permanente às unidades escolares, visando fortalecer as práticas de alfabetização e letramento.
Parágrafo único. O suporte pedagógico compreenderá, entre outras ações:
– acompanhamento das práticas pedagógicas;
– orientação aos professores;
– apoio aos gestores escolares;
– análise dos resultados das avaliações;
– elaboração de estratégias de intervenção pedagógica;
– acompanhamento da recomposição das aprendizagens;
– orientação para o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial;
– incentivo à implementação de projetos de leitura e escrita.

CAPÍTULO XII
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 23. A formação continuada constitui eixo estruturante da Política Municipal de Alfabetização e será assegurada pela Secretaria Municipal de Educação como política permanente de desenvolvimento profissional.
§1º. Serão realizados, no mínimo, dois encontros anuais de formação continuada destinados aos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
§2º. As formações contemplarão, entre outros temas:
– alfabetização e letramento;
– consciência fonológica;
– oralidade e linguagem;
– práticas pedagógicas baseadas em evidências;
– avaliação da aprendizagem;
– recomposição das aprendizagens;
– educação inclusiva;
– literatura infantil e formação de leitores;
– uso pedagógico de tecnologias educacionais.
§3º. A formação continuada municipal será articulada às ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização e de outros programas federais e estaduais.
§4º. A participação nas formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação integra a política municipal de desenvolvimento profissional da rede de ensino.

CAPÍTULO XIII
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 24. O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização será realizado de forma contínua, mediante análise de indicadores educacionais e resultados das avaliações da aprendizagem, visando subsidiar a tomada de decisões e o aperfeiçoamento permanente das ações pedagógicas.
§1º. O monitoramento utilizará, sempre que aplicável:
– avaliações diagnósticas;
– avaliações formativas;
– avaliações somativas;
– Avaliação da Fluência em Leitura;
– Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE;
– indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
– demais avaliações nacionais, estaduais e municipais.
§2º. Os resultados terão finalidade eminentemente pedagógica e de gestão educacional.

Art. 25. Os resultados do monitoramento subsidiarão as seguintes ações:
– Plano Municipal de Ação;
– planejamento pedagógico das escolas;
- formações continuadas;
– intervenções pedagógicas;
– recomposição das aprendizagens;
– revisão das metas municipais.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatório anual contendo:
– análise dos indicadores;
– evolução da alfabetização;
– metas alcançadas;
– dificuldades identificadas;
– recomendações para aperfeiçoamento da Política.

CAPÍTULO XIV
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 27. A recomposição das aprendizagens constitui ação permanente da Política Municipal de Alfabetização e será destinada aos estudantes que apresentarem defasagens em leitura, escrita e letramento.

Art. 28. As estratégias de recomposição poderão compreender:
– atendimento em pequenos grupos;
– intervenções individualizadas;
– flexibilização pedagógica;
– ampliação do tempo de aprendizagem;
– materiais pedagógicos específicos;
– acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes.

Art. 29. As escolas elaborarão plano de intervenção pedagógica para as turmas que apresentarem resultados inferiores às metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XV
DOS MATERIAIS DIDÁTICOS, DA LEITURA E DA CULTURA LEITORA

Art. 30. O Município assegurará às unidades escolares materiais didáticos, recursos pedagógicos e ambientes adequados ao desenvolvimento da alfabetização.

Art. 31. A Secretaria Municipal de Educação promoverá políticas permanentes de incentivo à leitura.
Parágrafo único. Entre outras ações poderão ser desenvolvidos:
– projetos de leitura;
– bibliotecas escolares;
– cantinhos de leitura;

– feiras literárias;

– mediação de leitura;
– circulação de livros entre escola e família;
– formação de professores mediadores de leitura.

CAPÍTULO XVI
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Art. 32. A Política Municipal de Alfabetização garantirá aos estudantes público-alvo da Educação Especial o acesso às estratégias de alfabetização em condições de equidade, observadas suas necessidades específicas.

Art. 33. O Município assegurará:
– acessibilidade pedagógica;
– adaptações curriculares quando necessárias;
– tecnologias assistivas;
– materiais acessíveis;
– atuação articulada entre professores regentes, profissionais da Educação Especial e equipe pedagógica.

CAPÍTULO XVII
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 34. A participação das famílias constitui estratégia essencial para o fortalecimento da alfabetização.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares desenvolverão ações destinadas a:
– orientar as famílias;
– incentivar práticas de leitura no ambiente familiar;
– promover encontros pedagógicos;
– fortalecer a parceria entre escola e comunidade.

CAPÍTULO XVIII
DAS BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 36. A Secretaria Municipal de Educação promoverá a identificação, valorização e disseminação das boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares.

Art. 37. Poderão ser instituídas mostras pedagógicas, publicações, seminários e outras estratégias de compartilhamento de experiências exitosas.

CAPÍTULO XIX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. A Política Municipal de Alfabetização integrará o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação e observará as metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 39. As ações previstas nesta Lei serão executadas de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais órgãos e instituições parceiras.

Art. 40. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 41. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à execução desta Lei.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Braúnas, Estado de Minas Gerais, 26 de agosto de 2026.

WEYNE VIRGÍLIO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:83F50572

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BURITIS

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
A PREFEITURA DE BURITIS-MG, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE TORNA PÚBLICO O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 12/2026

Visando à contratação temporária para o cargo de: Dentista e Técnico de Enfermagem. As inscrições deverão ser realizadas por meio da entrega de documentação em envelope fechado, no período de 01 á 03 de setembro. No dia 04 de setembro de 2026, acontecerá a sessão de abertura dos envelopes e classificação dos candidatos junto a secretaria municipal de saúde pontualmente ás 08h, localizada à praça salgado filho n°34,bairro centro, para a abertura de envelopes e classificação dos inscritos, o não comparecimento do candidato implicará automaticamente em sua desclassificação.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo site www.buritis.mg.gov.br e pelo telefone (38) 3662-5207.

Atenciosamente,

Publicado por:
Maria Eduarda Alves Melo
Código Identificador:09E473E5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
EXTRATO DE CONTRATO PRC Nº 049 2026 CONTRATO Nº 114 2026

EXTRATODE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde - Extrato de Contrato - Processo nº 049/2026, **Credenciamento nº 001/2026**, **contrato nº 114/2026**. **Contratado:** CEBLAN ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 38.231.781/0001-06. **Objeto:** CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, ARQUITETURA, ENGENHARIAS ELETRICA, MECÂNICA, HIDRAULICA, AMBIENTAL, ESTRUTURAL E TRAFEGO., conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. Valor Total do Contrato. R$ 1.687.380,00 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil, e trezentos e oitenta reais). Dotação Orçamentária:
01 02 07 00 04.122.0402.2008 3.3.90.36 FICHA 172
01 02 07 00 04.122.0402.2008 3.3.90.39 FICHA 173.
Vigência: 28/08/2026 a 28/08/2027

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:AFD983EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***1º Termo de Alteração ao Contrato n.º 119/2026:***
Partes: Município de Cachoeira de Minas X **MARCOS DE SOUZA ROCHA**
Objeto: Acréscimo quantitativo dos itens 01 - GRADES DE ISOLAMENTO e 02 - PLACAS DE ISOLAMENTO do Lote 9,

referente à *contratação de empresa especializada na locação de estrutura e equipamentos necessários à realização dos eventos que integram o calendário oficial de festividades do município*.
Processo Licitatório n.º 075/2026 – Pregão Eletrônico n.º 015/2026
Valor acrescido: R$ 8.560,00 (oito mil, quinhentos e sessenta reais), correspondente a 19,79% (dezenove inteiros e setenta e nove décimos por cento).

Cachoeira de Minas, 20 de agosto de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:091A0CF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***Termo de Colaboração n.º 001/2026****:*
Administração Pública Municipal: ***MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS***, CNPJ nº 18.675.959/0001-92, representado pela Prefeita Municipal Sra. Maristela Costa e Bustamante, portadora do CPF nº xxx.524.666-xx.
Organização da Sociedade Civil: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CACHOEIRA DE MINAS**, CNPJ nº 04.346.743/0001-79, representada por seu Presidente, Sr. Erasmo Ribeiro, portador do CPF nº xxx.103.106-xx.
Objeto: Promoção da segurança alimentar e nutricional aos estudantes atendidos pela APAE, por meio da oferta regular de alimentação escolar de qualidade, atendendo às necessidades nutricionais durante o período letivo, conforme as normas de FNDE e do PNAE, nos termos do Plano de Trabalho apresentado.
Vigência: *até 31/12/2026*.
Valor do Repasse: R$ 11.124,00 (onze mil, cento e vinte e quatro reais).
Origem do Recurso: Proveniente de recursos financeiros federais do PNAE destinados à alimentação escolar dos estudantes matriculados em entidades filantrópicas, escolas comunitárias e escolas confessionais, na forma prevista no § 1º do art. 6º da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026.
Dotação Orçamentária: *02.04.01.12.361.1202.2012.3.3.50.41-551*.
Fund. Legal: Art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, Decreto Municipal nº 3.862/2018 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026.

Cachoeira de Minas, 24 de agosto de 2026.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:BCEA9DFC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***Termo de Fomento n.º 011/2026****:*
Administração Pública Municipal: ***MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS***, CNPJ nº 18.675.959/0001-92, representado pela Prefeita Municipal Sra. Maristela Costa e Bustamante, portadora do CPF nº xxx.524.666-xx.
Organização da Sociedade Civil: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CACHOEIRA DE MINAS**, CNPJ nº 04.346.743/0001-79, representada por seu Presidente, Sr. Erasmo Ribeiro, portador do CPF nº xxx.103.106-xx.
Objeto: Desenvolvimento de ações voltadas às políticas de apoio e fortalecimento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, visando à aquisição de equipamentos e materiais permanentes, nos termos do Plano de Trabalho apresentado.
Vigência: *12* meses.
Valor do Repasse: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
Origem do Recurso: Recurso proveniente do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, por meio da Resolução SES/MG nº 10.630, de 10 de novembro de 2025.
Dotação Orçamentária: *02.10.302.1002.2070.4.4.50.41-564*.
Fund. Legal: Art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, Decreto Municipal nº 3.862/2018 e Resolução SES/MG nº 10.630, de 10 de novembro de 2025.

Cachoeira de Minas, 24 de agosto de 2026.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:5A0D5C7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
LEI MUNICIPAL NR. 2.973, DE 27/08/2026.

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 2.512/2017 – Código de Obras – e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, aprovou e a Chefe do Poder Executivo Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Os artigos 7º, 8º, 12, 13, 15, 16, 20, 24, 30 e 32 da Lei Municipal nº 2.512/2017 passam a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO II
DAS CONDIÇÕES DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA, DA APROVAÇÃO DE PROJETOS E DO LICENCIAMENTO DE OBRAS

"Art. 7º. É considerado legalmente habilitado para projetar, calcular e construir, o profissional regularmente inscrito no sistema CAU, CONFEA/CREA e CFT/CRT sempre respeitando os limites da sua responsabilidade técnica e satisfazendo às exigências deste Código. (NR)"

"Art. 8º. .....
Parágrafo único. A qualificação a que se refere o presente artigo deverá caracterizar a função do profissional como autor de projetos, construtor e executor de instalações, título profissional e número de registro no Conselho de Classe. (NR)"

DA APROVAÇÃO DE PROJETOS
"Art. 12. .....
.....
VIII – anotação de Responsabilidade Técnica (ART, RRT ou TRT) referente ao projeto arquitetônico elaborado por profissional habilitado;
.....
XII – para edificações de uso coletivo é obrigatória a apresentação de documento que ateste a aprovação e/ou o licenciamento junto ao CBM-MG.
§ 1º. Qualquer documento adicional necessário não descrito neste Código será solicitado pelo Setor de Obras deste Município.
§ 2º. Em se tratando de projeto de regularização de obras, fica dispensada a apresentação da exigência constante no Inciso IX deste artigo. (NR)"

"Art. 13. .....
XI – numeração predial principal.
§ 1°. A taxa de ocupação máxima será de 85% (oitenta e cinco por cento) em relação à área real do imóvel para todos os projetos de construção e reforma aprovados na vigência desta Lei.

§ 2º. 5% (cinco por cento) da área real do terreno será destinado a área permeável, valendo tais critérios para toda área urbana e distritos deste Município.
§ 3º. Será permitida a utilização de pisos drenantes ou revestimentos semipermeáveis para o somatório da área permeável total, porém a taxa de permeabilidade considerada será de 50%, independentemente do tipo de material empregado. (NR)"

"Art. 15. .....
I – análise do projeto até 15 dias úteis;
II – retorno para reanálise, quantas vezes se fizerem necessárias, até 10 dias úteis. (NR)"
.....

"Art. 16. As modificações em projeto aprovado ficam sujeitas a nova aprovação e do pagamento das taxas pertinentes, ficando a execução condicionada à expedição de novo Alvará e ao atendimento das normas vigentes. (NR)"

CAPÍTULO III
DA LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

"Art. 20. .....

§ 1º. Não serão cobradas taxas de licenciamento de obras residenciais nos seguintes casos:
I – para qualquer edificação a ser executada ou reformada com área não superior a 35,00 m² (trinta metros quadrados), observada a necessidade do respectivo alvará de construção;
II – para a construção de muros e/ou gradis no alinhamento do logradouro público. (NR)"
.....

"Art. 24. Os alvarás expedidos terão como prazo de vigência o disposto na ART, RRT ou TRT apresentada pelo profissional responsável pela execução da obra, podendo ser retificados ou renovados mediante requerimento do interessado.
.....
§ 3º. Os prazos de início de execução da obra serão contados a partir da data de expedição do Alvará de Construção, sendo que, após o vencimento, será obrigatória a sua renovação mediante a apresentação de ART, RRT ou TRT válida, desde que não haja alteração do projeto aprovado. (NR)"
.....

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO

"Art. 30. .....
§ 1º. Deverá ser fixado cópia do Alvará para construção junto à placa de identificação do responsável técnico pela obra.
§ 2º. Na impossibilidade de se manter o projeto aprovado no local da obra, o proprietário deverá apresentá-lo em 24 (vinte quatro) horas a quem de direito. (NR)"

"Art. 32. As obras irregulares somente terão sua situação regularizada após pagamento da multa correspondente e procedimento legal para regularização do projeto com eventual correção da obra, desde que se enquadrem na legislação vigente.
§ 1º. Nas hipóteses previstas nos arts. 32-A a 32-P desta Lei, a regularização urbanística transitória e a ligação provisória e condicionada aos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderão ser deferidas após:
I - lavratura do auto de infração cabível;
II - imposição da multa correspondente;
III - pagamento integral da multa ou adesão formal ao parcelamento previsto nesta Lei;
IV - protocolo do requerimento específico de regularização transitória.
§ 2º. O deferimento da regularização transitória não importa remissão, anistia, perdão ou cancelamento da infração urbanística originária.
§ 3º. No caso de desconformidade relacionada às exigências previstas nos Parágrafos 1º e 2º do Art. 13 e ao Art. 33 desta Lei, fica o proprietário obrigado a demolir a parte excedente. (NR)"

Art. 2º. A Lei Municipal nº 2.512/2017 passa a vigorar acrescida do Capítulo VIII-A, denominado "Da Regularização Urbanística Transitória de Unidade Residencial Já Edificada em Área Urbana", composto pelos arts. 32-A a 32-P, com a seguinte redação:

CAPÍTULO VIII-A
DA REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA TRANSITÓRIA DE UNIDADE RESIDENCIAL JÁ EDIFICADA EM ÁREA URBANA

"Art. 32-A. Poderá ser deferida regularização urbanística transitória para unidade residencial já edificada em área situada no perímetro urbano do Município, ainda sem individualização registral final concluída, quando a solução definitiva depender de uma ou mais das seguintes providências:
I – retificação de matrícula;
II – desmembramento da porção territorial onde se encontre a edificação;
III – desmembramento, destaque ou afetação de parcela contígua destinada à formação de acesso ou testada para a via pública;
IV – unificação entre a porção edificada e a parcela destinada a assegurar acesso regular à via pública;
V – atualização cadastral e tributária posterior à individualização final.

Art. 32-B. Para os fins deste Capítulo, considera-se:
I – unidade urbana de fato: a edificação residencial existente, implantada em área situada no perímetro urbano, com uso atual ou potencial de moradia, ainda sem matrícula final autônoma;
II – área funcional imediata: a área estritamente necessária ao uso normal da residência, à circulação mínima, à salubridade, à implantação dos ramais prediais e à futura conformação da unidade regularizada;
III – regularização transitória: o ato administrativo municipal que reconhece a possibilidade jurídica e técnica de regularização final da unidade urbana de fato, permitindo, em caráter precário, seu tratamento urbanístico, sanitário e cadastral;
IV – ligação provisória e condicionada: a ligação precária, revogável e vinculada ao cumprimento das etapas de regularização, destinada exclusivamente ao atendimento da unidade urbana de fato pelos sistemas públicos de água e esgoto;
V – inscrição cadastral provisória: o assentamento administrativo municipal da unidade urbana de fato, sem efeito de matrícula imobiliária, para fins de fiscalização, cadastro técnico, tributação e controle da prestação dos serviços públicos.

Art. 32-C. A regularização transitória somente será admitida quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I – existência de unidade residencial já edificada;
II – localização da edificação em área inserida no perímetro urbano do Município;
III – viabilidade jurídica da solução final pretendida, à luz da legislação urbanística municipal;
IV – viabilidade técnica de atendimento por rede pública de abastecimento de água e esgotamento sanitário existente, disponível ou tecnicamente acessível;
V – inexistência de impedimento absoluto decorrente de área de risco, área não edificável, área de preservação insuscetível de regularização ou outra vedação legal expressa;
VI – identificação técnica suficiente da edificação, da área funcional imediata, do traçado dos ramais e da conformação final pretendida;
VII – anuência dos coproprietários ou titulares envolvidos, quando necessária;
VIII – compromisso formal do interessado de concluir a regularização nos prazos previstos nesta lei.

Art. 32-D. O requerimento de regularização transitória será instruído com:
I – qualificação do requerente e dos titulares das matrículas envolvidas;
II – cópia atualizada das matrículas de origem;
III – planta e memorial descritivo subscritos por profissional legalmente habilitado, com ART, RRT ou TRT, contendo:
a) localização da edificação;

b) delimitação da área funcional imediata;
c) indicação da porção a ser destacada da matrícula onde se encontra a casa;
d) indicação da porção contígua destinada à formação de acesso ou testada;
e) proposta final de unificação, quando for o caso;
f) traçado dos ramais de água e esgoto até a rede pública;
IV – laudo técnico declarando a estabilidade, segurança e habitabilidade mínimas da edificação;
V – exposição sucinta da solução registral e urbanística final pretendida;
VI – documento comprobatório de que a área está no perímetro urbano;
VII – prova do protocolo da retificação, se já existente;
VIII – não havendo protocolo prévio de retificação, planta e documentos técnicos suficientes para sua imediata apresentação ao Registro de Imóveis, acompanhados do compromisso de protocolização no prazo desta Lei;
IX – declaração expressa de ciência de que a obra foi executada sem licença, quando for o caso;
X – comprovante de pagamento da multa ou do parcelamento administrativo previsto nesta Lei.

Art. 32-E. Recebido o requerimento, o Município analisará:
I – a compatibilidade da solução final com a legislação urbanística e edilícia;
II – a adequação técnica da delimitação da unidade urbana de fato;
III – a viabilidade da ligação provisória;
IV – a suficiência da documentação dominial, possessória e técnica;
V – a necessidade de correções construtivas mínimas para segurança e salubridade.

Art. 32-F. Estando a solução final estruturada, total ou parcialmente, em retificação de matrícula, desmembramento da porção onde se encontra implantada a residência, desmembramento ou destaque de parcela contígua destinada a formar acesso ou testada à via pública e posterior unificação entre ambas, poderá o Município deferir a regularização transitória e autorizar a ligação provisória, ainda que tais atos registrais não estejam concluídos, desde que:
I – a solução final seja tecnicamente possível e juridicamente compatível com a legislação municipal;

II – a planta de conformação final esteja aprovada no processo administrativo;
III – haja identidade de titulares, copropriedade comum ou anuência expressa e suficiente dos titulares das áreas atingidas;
IV – exista viabilidade material do atendimento pela rede pública;
V – o requerente assuma, formalmente, todos os prazos e encargos previstos nesta Lei.

Art. 32-G. Deferida a regularização transitória, o Município expedirá Título Urbanístico Provisório de Ligação, que conterá, obrigatoriamente:
I – identificação da unidade urbana de fato;
II – referência às matrículas de origem;
III – delimitação da área funcional imediata;
IV – traçado aprovado dos ramais;
V – conformação final pretendida;
VI – prazo de vigência;
VII – referência ao procedimento de regularização instaurado e ao prazo de vigência da autorização;
VIII – advertência expressa de que o ato é precário e não importa aprovação definitiva de parcelamento, obra ou matrícula autônoma.

Art. 32-H. Expedido o Título Urbanístico Provisório de Ligação, a ausência de matrícula autônoma definitiva da unidade regularizada não constituirá, por si só, fundamento para recusa da ligação provisória, desde que presentes:
I – aprovação municipal da solução transitória;
II – delimitação técnica do ponto de consumo;
III – viabilidade operacional;
IV – atendimento das exigências técnicas do sistema público.

Art. 32-I. A ligação provisória e condicionada:
I – terá natureza precária e revogável;
II – produzirá efeitos exclusivamente para atendimento sanitário da unidade urbana de fato;
III – não importará regularização automática da obra;
IV – não equivalerá a aprovação de parcelamento do solo;
V – não substituirá a matrícula definitiva;
VI – não autorizará ampliação da edificação sem prévio licenciamento;
VII – não afastará embargo, multa, cobrança ou demais sanções legalmente cabíveis.
Art. 32-J. O prazo da ligação provisória será de 12 (doze) meses, contado da expedição do Título Urbanístico Provisório de Ligação, admitida uma única prorrogação por até 12 (doze) meses, desde que o interessado comprove andamento efetivo da regularização e inexistência de mora a ele imputável.
§ 1º. O pedido de prorrogação deverá ser apresentado até 30 (trinta) dias antes do término do prazo originário.
§ 2º. O indeferimento da prorrogação deverá ser motivado.

Art. 32-K. Existindo rede pública disponível ou tecnicamente acessível, a unidade urbana de fato deverá ser conectada a ela, vedada a adoção de solução individual permanente de esgotamento sanitário incompatível com o sistema público.
§ 1º. Solução individual somente poderá ser admitida em caráter emergencial e temporário, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, quando a ligação pública depender exclusivamente de execução material ainda não concluída e houver laudo sanitário municipal favorável.
§ 2º. Encerrado o prazo previsto no § 1º, a manutenção da solução individual dependerá de motivo superveniente e excepcional, formalmente reconhecido em decisão fundamentada da autoridade municipal competente.

Art. 32-L. Deferida a regularização transitória, o Município abrirá inscrição cadastral provisória específica da unidade urbana de fato.
§ 1º. A inscrição cadastral provisória:
I – não se confunde com matrícula imobiliária;
II – não cria autonomia registral fictícia;
III – fica vinculada às matrículas de origem;
IV – recai apenas sobre a unidade urbana de fato e sua área funcional imediata;
V – serve para fins de controle urbanístico, fiscalização, cadastro técnico, saneamento e tributação, nos termos da legislação municipal.

§ 2º. A abertura da inscrição cadastral provisória não implicará, por si só:
I – cadastramento integral da gleba remanescente como imóvel urbano autônomo;
II – cancelamento automático de cadastro rural eventualmente incidente sobre o remanescente;
III – extensão automática do regime de IPTU a toda a área da matrícula de origem.
§ 3º. O lançamento tributário, quando cabível, recairá apenas sobre a unidade urbana de fato e sobre a área funcional imediata delimitada no processo administrativo, observado o Código Tributário Municipal e a legislação aplicável.

Art. 32-M. Concluídos os atos de retificação, desmembramento, destaque e unificação, o interessado deverá apresentar ao Município, no prazo de 30 (trinta) dias, a documentação final para:
I – conversão da inscrição cadastral provisória em definitiva;
II – atualização da identificação do imóvel;
III – conversão da ligação provisória em definitiva;
IV – prosseguimento do procedimento de habite-se, quando couber.
§ 1º. A regularização definitiva dependerá da compatibilidade da matrícula final com a planta aprovada e da inexistência de pendência urbanística essencial.

§ 2º. A ligação provisória poderá ser suspensa ou cassada, mediante decisão motivada, em caso de:
I – falsidade documental;
II – abandono do procedimento de regularização;

III – inércia injustificada do interessado, caracterizada pela ausência de impulso útil do processo por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, quando não houver causa externa impeditiva;
IV – inadimplemento do parcelamento da multa por 3 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas;
V – ampliação clandestina da edificação;
VI – superveniência de impedimento urbanístico, sanitário ou ambiental insanável.

§ 3º. Antes da suspensão ou cassação fundada nos incisos II e III do § 2º, o interessado será intimado para promover o andamento do procedimento no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 32-N. Aplica-se subsidiariamente ao procedimento previsto neste Capítulo, no que não houver incompatibilidade, o regime geral de infrações, multas, defesa administrativa, reincidência, dívida ativa e cumprimento de exigências previsto na Lei Municipal nº 869, que institui o Código de Posturas do Município.

Art. 32-O. As despesas com levantamento topográfico, projeto, ART ou RRT, custas registrais, emolumentos, execução dos ramais, vistorias extraordinárias e demais providências técnicas correrão por conta do interessado.

Art. 32-P. Fica instituída a Taxa de Análise, Vistoria e Expedição de Regularização Urbanística Transitória, fundada no exercício regular do poder de polícia administrativa municipal, devida exclusivamente pela atividade excepcional de análise, vistoria e expedição do Título Urbanístico Provisório de Ligação, no procedimento previsto neste Capítulo.
§ 1º. O fato gerador da taxa é o exercício, pelo Município, da atividade administrativa de polícia urbanística relacionada ao processamento do pedido de regularização transitória e de ligação provisória.

§ 2º. Contribuinte da taxa é o requerente do pedido de regularização transitória.

§ 3º. A taxa será cobrada nos seguintes valores:
I – 1 (uma) UFM, para unidade residencial com área construída de até 70 m²;
II – 2 (duas) UFM, para unidade residencial com área construída superior a 70 m² e até 100 m²;
III – 3 (três) UFM, para unidade residencial com área construída superior a 100 m² e até 200 m²;
IV – 4 (quatro) UFM, para unidade residencial com área construída superior a 200 m²;

§ 4º. A taxa deverá ser recolhida antes da expedição do Título Urbanístico Provisório de Ligação.

§ 5º. A cobrança da taxa prevista neste artigo não substitui nem afasta a multa urbanística cabível pela execução de obra sem licença, nem as demais despesas técnicas, registrais, operacionais ou de ligação dos serviços públicos. (NR)"

Art. 3º. Os arts. 37, 38, 40, 41, 46, 61, 63, 64, 67, 69, 70, 89, 92, 117, 122, 134, 139, 141, 142, 143, 146, 203 e 204 da Lei Municipal nº 2.512/2017 passam a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VI
DA SEGURANÇA NA OBRA

"Art. 37. .....
§ 1º. Os tapumes e andaimes poderão ocupar o espaço das calçadas desde que seja instalado uma passagem para pedestres paralela devidamente sinalizada e que atenda às normas de segurança e acessibilidade vigentes.
.....
§ 3º. Os tapumes e andaimes não poderão causar prejuízo à arborização, aos dispositivos de iluminação pública, postes e outros elementos existentes nos logradouros. (NR)"
.....

"Art. 38. Os andaimes deverão permanecer integralmente dentro dos limites dos tapumes e apresentar condições adequadas de resistência e estabilidade, de modo a garantir a segurança dos trabalhadores e do público em circulação. (NR)"

"Art. 40. Fora dos limites dos tapumes, a ocupação da via pública será permitida apenas para a instalação de passagens destinadas a pedestres e para a colocação de caçambas e paletes de materiais, desde que não exceda a largura equivalente à de um veículo estacionado.
.....
§ 2º. Durante a construção, caçambas, entrada e saída de equipamentos e materiais não poderão ultrapassar os limites do lote, devendo ser observadas as normas reguladoras estabelecidas pela fiscalização do Município.
§ 3º. O responsável pela execução da obra deverá assegurar a manutenção do espaço em condições adequadas e seguras para a circulação de pedestres, com a devida sinalização. (NR)"

CAPÍTULO VII
DO HABITE-SE

"Art. 41. .....
§ 1º. O "Habite-se" deverá ser solicitado pelo interessado, por meio de requerimento protocolado junto Secretaria Municipal competente.
§ 2º. Concomitantemente a emissão do "Habite-se" de toda e qualquer edificação, deverá, obrigatoriamente, que os elementos de interesse da tributação municipal sejam transcritos no respectivo cadastro. (NR)"

"Art. 46. Para concessão de "Habite-se", o órgão competente do Poder Público Municipal emitirá a "Carta de Habite-se", após a constatação do cumprimento de todas as exigências legais, regulamentares e técnicas pertinentes. (NR)"

CAPÍTULO X
DAS ESCADAS, RAMPAS E CORREDORES DE CIRCULAÇÃO

"Art. 61. .....
.....
II – coletivo: os que se destinam ao uso público ou coletivo, devendo observar as Instruções Técnicas do CBM-MG e as normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade em edificações de uso coletivo. (NR)"

"Art. 63. .....
Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será permitida largura mínima livre inferior às estabelecidas pelas Instruções Técnicas do CBM-MG e as normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade em edificações de uso coletivo. (NR)"

"Art. 64. .....
I – Largura mínima livre estabelecidas pelas Instruções Técnicas do CBM-MG e as normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade em edificações de uso coletivo.
II – a iluminação e ventilação devem seguir as Instruções Técnicas do CBM-MG, e as normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade em edificações de uso coletivo. (NR)"
.....

"Art. 67. …….
…….
V – deverão atender Instruções Técnicas do CBM-MG e às normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade.
.....
§ 2º. As escadas podem ser substituídas por rampas, desde que obedeçam às Instruções Técnicas do CBM-MG e as normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade em edificações de uso coletivo. (NR)"
.....

"Art. 69. Quanto às rampas em edificação de uso coletivo: Deverão atender Instruções Técnicas do CBM-MG e às normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade em edificações de uso coletivo. (NR)"

"Art. 70. Quanto aos corrimãos e guarda corpos em edificação de uso coletivo: deverão atender Instruções Técnicas do CBM-MG e às normas e legislações vigentes que tratam da segurança e acessibilidade em edificações de uso coletivo. (NR)"

DOS PÉS-DIREITOS

"Art. 89. .....
.....
§ 3º. As garagens cobertas e abrigo para veículos terão pé direito mínimo de 2,10 m (dois metros e dez centímetros), medidos abaixo do vigamento. (NR)"

"Art. 92. Nas edificações já existentes na data de publicação desta lei situadas no alinhamento do logradouro público, ficam vedadas as construções de balanços e/ou marquises, assim como a sua ampliação. (NR)"

DOS MEZANINOS

"Art. 117. .....
.....
II – permitir passagem livre de qualquer obstáculo com altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) nos dois níveis de sua projeção. (NR)"
.....
DA ILUMINAÇÃO E DA VENTILAÇÃO E ABERTURA DE JANELAS

"Art. 122. .....
Parágrafo único. Ficam dispensados da exigência prevista no caput os espaços sem permanência humana, tais como depósitos, sanitários, áreas técnicas, casa de bombas, dutos, poços de elevador, shafts, garagens, corredores e escadas enclausuradas, desde que atendam às Instruções Técnicas aplicáveis do CBM-MG. (NR)"

CAPÍTULO XII
DOS LOCAIS DE MORADIA

"Art. 134. As edificações residenciais se classificam em unifamiliar, que corresponde a uma unidade residencial construída em um lote e em multifamiliar, que corresponde a mais de uma unidade residencial agrupada horizontalmente ou verticalmente em edificações construídas em um lote. (NR)"

DAS RESIDÊNCIAS ISOLADAS

"Art. 139. As edículas ou residências separadas, depósito de despejos, as garagens, as dependências de serviço e lazer poderão existir separadas da edificação principal observado sempre o disposto no Art. 13. (NR)"

DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE

"Art. 141. .....
I – o acesso se fará por corredor que terá largura mínima de:
a) 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), quando as edificações estiverem situadas do mesmo lado do corredor;
b) 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor;
II – quando houver mais de 5 (cinco) moradias, deverá ser prevista área de manobra para veículos;
III – cada uma das unidades deverá obedecer às normas estabelecidas por este Código;
IV – o terreno deverá ser da propriedade de uma só pessoa ou constituir-se em condomínio, mantendo-se as exigências fixadas pela Lei de Parcelamento do Solo;
V – são permitido unidades comerciais desde que estas tenham seu principal acesso pelo logradouro público. (NR)"

DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS

"Art. 142. Consideram-se conjuntos residenciais aqueles grupos de edificações residenciais unifamiliares e/ou multifamiliares. cujos projetos são aprovados e construídos conjuntamente em um mesmo lote. (NR)"

"Art. 143. .....
.....
II – os conjuntos residenciais poderão constituir-se de edifícios de apartamentos ou de moradias isoladas, podendo haver ainda unidades comerciais desde que estas tenham seu principal acesso pelo logradouro público; (NR)"
.....

DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

"Art. 146. Os edifícios de apartamentos ficam limitados a 6 (seis) pavimentos de uso e ocupação e à altura máxima de 24,00 m (vinte e quatro metros), aferidos a partir do nível do logradouro (nível zero).
§ 1º. Para efeito do limite de pavimentos de que trata o caput, não serão computados os pavimentos técnicos destinados exclusivamente à casa de máquinas, barriletes e caixas d'água.
§ 2º. Excluem-se do cálculo de altura e de pavimentos os níveis de subsolo destinados a estacionamento ou áreas técnicas. (NR)"

CAPÍTULO XIV
DAS MULTAS

"Art. 203. .....
.....
VIII – para cada metro quadrado de construção acrescido ao projeto original que ultrapassar a tolerância de 5% fixada no § 2º do art. 31, será aplicada multa de 2 (duas) UFM, calculada sobre a totalidade da área excedente, independentemente da tolerância de 5% e do atendimento aos dispositivos desta Lei.
§ 1º. Nas hipóteses de obra executada sem prévia licença municipal, a lavratura do auto de infração e a imposição da multa correspondente serão obrigatórias, ainda que o interessado requeira regularização transitória nos termos dos arts. 32-A a 32-P.
§ 2º. A regularização transitória, a abertura de inscrição cadastral provisória e a ligação provisória não importam remissão, anistia ou perdão das penalidades aplicáveis. (NR)"

"Art. 204. As multas previstas nos incisos do art. 203 poderão ser:
I – pagas à vista com desconto de 30%; ou
II – parcelada em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas.
§ 1º. O parcelamento será formalizado por termo de confissão administrativa de dívida.
§ 2º. O inadimplemento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, implicará vencimento antecipado do saldo remanescente, inscrição em dívida ativa e comunicação ao setor competente para análise da manutenção da regularização transitória.

Art. 4º. A Lei Municipal nº 2.512/2017 passa a vigorar acrescida do art. 207-A, com a seguinte redação:
"Art. 207-A. A existência de embargo administrativo não impede, por si só, a análise do pedido de regularização transitória e de ligação provisória previsto nesta Lei, desde que o pedido recaia exclusivamente sobre edificação já existente na data do protocolo administrativo, vedadas a continuidade, a retomada ou a ampliação da obra sem o devido licenciamento.
§ 1º. O processamento do pedido não suspende nem afasta:
I – a multa aplicada;
II – a eficácia do embargo quanto à paralisação da atividade construtiva;
III – a obrigação de promover as correções, demolições ou adequações determinadas pelo Município.
§ 2º. O regime excepcional desta Lei não se aplica a obra iniciada após sua entrada em vigor.
§ 3º. O deferimento da regularização transitória e da ligação provisória não constitui autorização para concluir obra inacabada nem para executar acréscimos construtivos. (NR)"

Art. 5º. O art. 208 da Lei Municipal nº 2.512/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

DO EMBARGO DA OBRA

"Art. 208. Verificada qualquer das hipóteses previstas no artigo anterior, o Fiscal de Posturas Municipal ou seu superior imediato, mediante lavratura de notificação, determinará o embargo da obra, comunicará o proprietário e dará imediata ciência do ato à autoridade municipal superior competente. (NR)"

Art. 6º. O Anexo I – Glossário da Lei Municipal nº 2.512/2017, no verbete "BEIRAL", passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I – GLOSSÁRIO

"BEIRAL parte da cobertura fazendo saliência sobre aprumada das paredes. Não se considera como área construída beiral menor que 0,75 m (setenta e cinco centímetros), exceto quando situado a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa, pois nesse caso o beiral máximo permitido é 0,50 m (cinquenta centímetros). (NR)"

Art. 7º. Revogam-se os seguintes dispositivos da Lei Municipal nº 2.512/2017:
I – o inciso VI do art. 12;
II – os §§ 4º e 5º do art. 67;
III – o art. 68;
IV – as alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do art. 69;
V – os incisos I, II, III e IV do art. 70;
VI – o parágrafo único do art. 92;
VII – o inciso IV do art. 117;
VIII – o parágrafo único do art. 138;
IX – o parágrafo único do art. 139;
X – o parágrafo único do art. 141;
XI – o inciso VI do art. 143;
XII – o parágrafo único do art. 203.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeira de Minas/MG, 27 de agosto de 2.026.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE
Prefeita Municipal de Cachoeira de Minas/MG

Publicado por:
Sonia Regina Ribeiro Lopes
Código Identificador:049ED879

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
LEI MUNICIPAL NR. 2.974, DE 27/08/2026.

Altera Lei Municipal nº 1.677, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Consolidação Tributária do Município de Cachoeira de Minas.

A Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, aprovou e a Chefe do Poder Executivo Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Municipal n.º 1.677, de 31 de dezembro de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 81 - Fato gerador da taxa é a atividade de polícia administrativa municipal concernente à análise e diligência técnica, fiscalização de execução de construção, reconstrução, demolição, reforma de obras civis em geral e parcelamento do solo dentro da zona urbana e de expansão urbana do município, em observância a legislação pertinente.

II - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

a) ÁREA RESIDENCIAL UNIDADE FISCAL
.....
5. edificações acima de 200 m2 até 400 m2..... 4 UF
6. edificações acima de 400 m2 até 800 m2..... 6 UF
7. edificações acima de 800 m2 até 1600 m2..... 8 UF
8. edificações acima de 1600 m2..... 10 UF

b) ÁREA COMERCIAL E INDUSTRIAL UNIDADE FISCAL
.....
4. edificações acima de 200 m2 até 400 m2..... 6 UF
5. edificações acima de 400 m2 até 800 m2..... 8 UF
6. edificações acima de 800 m2..... 12 UF

c) ARRUAMENTO E LOTEAMENTO
1. aprovação de loteamento (por lotes) ..... 1,5 UF
2. aprovação de desmembramento ou unificação (por lote) ..... 3 UF

d) SERVIÇO TÉCNICO
1. análise ou reanalise de projeto de edificação ..... 0,5 UF
2. vistoria técnica imóvel até 70 m²..... isento
3. vistoria técnica imóvel de 70 m² até 200 m²..... 1 UF
4. vistoria técnica imóvel de 200 m² até 400 m²..... 2 UF
5. vistoria técnica imóvel de 400 m² até 800 m²..... 4 UF
6. vistoria técnica imóvel acima de 800 m²..... 8 UF
.....

V - TAXA DE LICENÇA DE "HABITE-SE"

a) ÁREA RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL UNIDADE FISCAL
1. edificações com até 70 m2..... isento
2. edificações acima de 70 m2 até 100m2..... 1 UF
3. edificações acima de 100 m2 até 200 m2..... 2 UF
5. edificações acima de 200 m2 até 400 m2..... 4 UF
6. edificações acima de 400 m2 até 800 m2..... 6 UF
7. edificações acima de 800 m2 até 1600 m2..... 8 UF
8. edificações acima de 1600 m2..... 10 UF"

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2027.

Cachoeira de Minas/MG, 27 de agosto de 2.026.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE
Prefeita Municipal de Cachoeira de Minas/MG

Publicado por:
Sonia Regina Ribeiro Lopes
Código Identificador:454D1650

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
LEI MUNICIPAL NR. 2.975, DE 27/08/2026.

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, aprovou e a Chefe do Poder Executivo Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º -Ficam instituídas, no âmbito do Município de Cachoeira de Minas, diretrizes para a promoção de campanhas educativas de conscientização e combate à violência contra a mulher, a serem desenvolvidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º -O Poder Executivo poderá promover, diretamente ou em parceria com entidades públicas ou privadas, ações educativas e campanhas de divulgação com os seguintes objetivos:

I – conscientizar a população sobre as diversas formas de violência contra a mulher;
I – divulgar os canais de denúncia e atendimento às vítimas;

II – incentivar a prevenção e o enfrentamento à violência contra a mulher.

Art. 3º -O Poder Executivo poderá, mediante regulamentação, incentivar a veiculação de mensagens educativas de combate à violência contra a mulher em:

I – eventos culturais e esportivos realizados no Município;
II – materiais de divulgação de eventos, públicos ou privados;
III – equipamentos públicos e meios de comunicação institucional.

Art. 4º -As ações previstas nesta Lei poderão incluir a divulgação de canais oficiais de denúncia, especialmente:
I – Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher)
II – outros canais definidos pelo Poder Público.

Art. 5º -O Poder Executivo poderá firmar parcerias com entidades privadas para a realização de campanhas educativas de combate à violência contra a mulher.

Art. 6º -A participação de entidades privadas nas ações previstas nesta Lei terá caráter voluntário, podendo o Poder Público incentivar a adesão por meio de campanhas institucionais.

Art. 7º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeira de Minas, 27 de agosto de 2.026.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE
Prefeita Municipal de Cachoeira de Minas

Publicado por:
Sonia Regina Ribeiro Lopes
Código Identificador:DAFCD82E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
PORTARIA NR. 5.283, DE 28/08/2026.

INSTITUI E APROVA O PLANO DE COMUNICAÇÃO DAS AÇÕES DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA – CNCA, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DE MINAS/MG.

A Prefeita Municipal de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso da competência que lhe atribui o art. 87, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, nos termos do art. 205 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras;

CONSIDERANDO a adesão do Município de Cachoeira de Minas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e a necessidade de assegurar a divulgação, o acompanhamento e a transparência das ações desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância da comunicação institucional para o envolvimento dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade escolar nas ações destinadas à garantia do direito à alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído e aprovado o Plano de Comunicação das Ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, constante do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. O Plano de Comunicação integra as ações de planejamento da Secretaria Municipal de Educação e orientará a comunicação institucional, pedagógica e de mobilização social relacionada à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - O Plano de Comunicação tem por finalidade estabelecer estratégias de comunicação interna e externa que assegurem:

I – a divulgação das ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II – a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os profissionais da educação;
III – a mobilização e a participação das famílias e da comunidade escolar;
IV – a divulgação dos resultados e das boas práticas relacionadas à alfabetização; e
V – o acompanhamento e o registro das ações realizadas.

Art. 3º - As diretrizes do Plano de Comunicação deverão ser observadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, com o apoio da articulação municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA:

I – coordenar e acompanhar a execução do Plano de Comunicação;
II – orientar as unidades escolares quanto às ações de comunicação e mobilização;
III – produzir e divulgar materiais e informações institucionais;
IV – divulgar as ações, os resultados consolidados e as boas práticas desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – organizar e manter os registros e as evidências das ações realizadas; e
VI – avaliar periodicamente a efetividade das estratégias de comunicação.

Art. 5º - A divulgação das ações e dos resultados deverá observar o caráter educativo, informativo ou de orientação social da publicidade institucional, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 1º - O tratamento e a divulgação de dados pessoais, imagens e demais informações relativas aos estudantes deverão observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as demais normas aplicáveis.

§ 2º - Os resultados das avaliações e os indicadores educacionais serão divulgados de forma consolidada sempre que sua individualização puder identificar ou expor os estudantes.

Art. 6º - As estratégias, os canais e o cronograma das ações poderão ser ajustados pela Secretaria Municipal de Educação de acordo com as necessidades da Rede Municipal de Ensino e as orientações dos órgãos responsáveis pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, desde que preservados os objetivos e as diretrizes estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo único. As alterações que modifiquem os objetivos, as diretrizes ou as responsabilidades estabelecidas no Plano de Comunicação dependerão de alteração formal desta Portaria.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeira de Minas/MG, 28 de agosto de 2026.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE
Prefeita Municipal de Cachoeira de Minas/MG

ANEXO ÚNICO

PLANO DE COMUNICAÇÃO DAS AÇÕES DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA – CNCA

ANEXO ÚNICO
PLANO DE COMUNICAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DE MINAS
COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZA (CNCA) – RENALFA

APRESENTAÇÃO
O presente plano de Comunicação integra as ações da Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira de Minas para o fortalecimento das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), por meio da RENALFA.
O documento tem por finalidade garantir ampla divulgação das ações do programa, fortalecer a mobilização da comunidade escolar, assegurar a transparência na execução das atividades e promover o engajamento dos diferentes atores envolvidos no processo de alfabetização das crianças, respeitando os princípios da gestão democrática, da publicidade e da participação social.

OBJETIVO GERAL
Estabelecer estratégias de comunicação que assegurem a divulgação, mobilização, acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, fortalecendo a participação da comunidade escolar e a transparência das políticas públicas educacionais.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Objetivo	Público-alvo	Canais de comunicação	Periodicidade	Estratégias de mobilização	Monitoramento e divulgação dos resultados
Divulgar as ações do CNCA e da Renalfa	Profissionais da educação, gestores e comunidade escolar	Site da Prefeitura, redes sociais institucionais, grupos de watsApp, emails institucionais e murais escolares	Contínua	Produção de materiais informativos, reuniões técnicas e campanhas institucionais.	Relatórios das ações, registros fotográficos, indicadores de alcance e publicações periódicas

Objetivo	Público-alvo	Canais de comunicação	Periodicidade	Estratégias de mobilização	Monitoramento e divulgação dos resultados
Mobilizar professores, gestores e equipes pedagógicas para participação nas ações formativas	Professores, coordenadores pedagógicos e gestores	Convites oficiais, reuniões e grupos institucionais	Conforme cronograma das formações	Convocação oficial, divulgação antecipada	Controle de participação, frequência e avaliação das formações
Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização	Pais, responsáveis e comunidade	Reuniões escolares, redes sociais, comunicados e eventos	Bimestral	Campanhas de sensibilização, encontros com famílias e divulgação de orientações sobre alfabetização	Registro de participação das famílias e avaliação das ações desenvolvidas
Divulgar resultados, boas práticas e indicadores do programa	Comunidade escolar, Conselho Municipal de Educação	Relatórios, site institucional, redes sociais e reuniões públicas	Semestral	Socialização de experiências exitosas e apresentação dos resultados alcançados	Elaboração de relatórios de monitoramento e acompanhamento dos indicadores de alfabetização
Fortalecer a articulação entre SME e as escolas	SME e gestores escolares	Reuniões, ofícios, emails institucionais e grupos de comunicação	Mensal	Alinhamento das ações, acompanhamento contínuo e compartilhamento de orientações técnicas.	Atas, registros das reuniões e avaliação do Plano de comunicação

MONITORAMENTO

O monitoramento será realizado pela SME e pela Articuladora Municipal da Renalfa, por meio da análise dos indicadores de participação, alcance das divulgações, frequência nas formações, registros das ações desenvolvidas e avaliação contínua da efetividade das estratégias de comunicação.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados serão divulgados periodicamente por meio dos canais oficiais da SME, respeitando a legislação eleitoral vigente, priorizando a divulgação institucional das ações, indicadores de participação, boas práticas e avanços alcançados no âmbito do CNCA.

VIGÊNCIA

Este Plano de Comunicação terá vigência durante o período de execução das ações do CNCA, podendo ser revisado e atualizado conforme as necessidades da SME e as orientações do Ministério da educação.

Publicado por:
Sonia Regina Ribeiro Lopes
Código Identificador:99CE67A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
REPUBLICAÇÃO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2026

O *Município de Cachoeira de Minas* torna público: ***1ª Republicação do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 025/2026*** para a *aquisição de materiais médico-hospitalares, destinados ao atendimento das demandas da rede pública municipal de saúde*, publicado em 31 (trinta e um) de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis) em sua edição n.º 4350, Ano XVIII, página 46. Por alterações no Edital fica prorrogada a data de realização do certame para o dia 14 de setembro de 2026 às 09h00. A íntegra do Edital Retificado estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e www.cachoeirademinas.mg.gov.br. Maiores informações pelo telefone (35) 99893-1422 – Setor de Licitações.

Cachoeira de Minas, 31 de agosto de 2026.

ÉRICA JUSSARA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:5B9DE5D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 095/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 095/2026	
CONTRATADO (A):	Dener Wait Fonseca Valim
OBJETO:	O (a) CONTRATADO (a) prestará seus serviços ao CONTRATANTE como Vigilante obrigando a executar os trabalhos designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Publicas.
CARGA HORÁRIA:	O (a) CONTRATADO (a) se obriga a cumprir a carga horária de 12/36 (doze por trinta e seis) horas semanais, conforme determina obrigações da secretaria.
VALOR MENSAL:	O (a) CONTRATADO (a) perceberá o valor mensal de R$ 1.727,24 (Um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) que será pago nas mesmas condições do pessoal efetivo, com as deduções e descontos previstos na legislação em vigor.
VIGÊNCIA:	O presente Contrato Administrativo de Trabalho terá sua vigência a partir de 20/08/2026, com término em 31/12/2026.

Campanha, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:F8353160

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 098/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 098/2026	
CONTRATADO (A):	Fábio Alex Dutra
OBJETO:	O (a) CONTRATADO (a) prestará seus serviços ao CONTRATANTE como Auxiliar de Serviços Públicos obrigando a executar os trabalhos designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas.
CARGA HORÁRIA:	O (a) CONTRATADO (a) se obriga a cumprir a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme determina obrigações da secretaria.

VALOR MENSAL:	O (a) CONTRATADO (a) perceberá o valor mensal de R$ 1.727,24 (Um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) que será pago nas mesmas condições do pessoal efetivo, com as deduções e descontos previstos na legislação em vigor.
VIGÊNCIA:	O presente Contrato Administrativo de Trabalho terá sua vigência a partir de 17/08/2026, com término em 31/12/2026.
Campanha, 13 de agosto de 2026.	

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:6FFB463F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE REVOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026

AVISO DE REVOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG – Torna Público a Revogação do Processo Administrativo 160/2026 - Pregão Eletrônico 056/2026, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos novos, tipo vans e ônibus, destinados ao transporte de estudantes da rede municipal de ensino e ao transporte de atletas do Município para participação em competições, treinamentos, eventos esportivos e demais deslocamentos necessários ao desenvolvimento das ações esportivas municipais, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais competentes. Fica declarada a REVOGAÇÃO do Processo Administrativo nº 160/2026, Pregão Eletrônico nº 056/2026 por razões de interesse público.

ELIANA MARIA MUNIZ –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:17BC207A

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE/MG – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2026 – DISPENSA Nº 008/2026.

Prefeitura Municipal de Campestre/MG – Processo Licitatório nº 172/2026 – Dispensa nº 008/2026. *R A T I F I C A R a dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, que tem por finalidade a Contratação direta da CEMIG Distribuição S.A. para modificação da rede de distribuição de energia elétrica e substituição de transformador que atende à Escola Municipal do Bairro Pião*. Valor da contratação: R$ 3.549,79 (três mil quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos). Empresa Contratada: Cemig Distribuição S.A – CNPJ 06.981.180/0001-16.

ELIANA MARIA MUNIZ-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:ABF3E886

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2021 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2021

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2021

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 61/2021
Pregão Eletrônico nº 53/2021

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA:

AC SYSTEM INFORMÁTICA, CNPJ/MF nº 07.086.808/0001-82, com sede na cidade de Campos Altos/MG, na RUA Dr. Getúlio Portela nº 137-A, Loja, cep: 38970-000, neste ato representado pelo Sr. Adenilson José Abadis, CPF nº xx7.4xx.xx6-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Prestação de serviço, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O presente 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 163/2021 tem por objeto o reajuste dos valores contratuais nos termos da previsão do instrumento contratual de acordo com índice de reajuste IPCA 4,44% passando o valor atual de R$ 5.650,26 (cinco mil e seiscentos e cinqüenta reais e vinte e seis centavos) para R$ 5.901,13 (cinco mil e novecentos e um reais e treze centavos.).

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2021 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 163/2021.
2.3. O presente 6º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:87F380CA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 57/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 57/2026 - Pregão Eletrônico Nº 26/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA DIVERSOS SETORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICPIO DE CAMPOS ALTOS-MG.. Contratado: NPR DISTRIBUIDORA LTDA. ARP nº 182/2026. Valor da ARP R$ 15.750,00. Contratado: PAPELARIA FERNANDES LTDA. ARP nº 183/2026. Valor da ARP R$ 13.895,00. Contratado: CONVE COMERCIO DE MOVEIS E UTILIDADES LTDA. ARP nº 184/2026. Valor da ARP R$ 65.779,00. Contratado: LICITA MED LTDA. ARP nº 185/2026. Valor da ARP R$ 49.361,00. Contratado: R&J MERCANTIL LTDA. ARP nº 186/2026. Valor da ARP R$ 10.693,90. Contratado: VISAMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. ARP nº 187/2026. Valor da ARP R$ 1.800,00. Contratado: APOIO PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. ARP nº 188/2026. Valor da ARP R$ 4.625,00. Contratado: ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 189/2026. Valor da ARP R$ 23.750,00. Contratado: BHDENTAL COMERCIAL LTDA. ARP nº 190/2026 Valor da ARP R$ 63.976,50. Contratado: DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 191/2026. Valor da ARP R$ 4.119,00. Contratado: OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 193/2026.

Valor da ARP R$ 23.849,72. Contratado: B9 BEBEDOUROS COMERCIO LTDA. ARP nº 194/2026. Valor da ARP R$ 7.392,00. Contratado: ENDOBRAX COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTD. ARP nº 195/2026. Valor da ARP R$ 25.720,00. Contratado: OPTIMAL COMERCIAL LTDA. ARP nº 196/2026. Valor da ARP R$ 9.000,00. Contratado: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ARP nº 197/2026. Valor da ARP R$ 80.650,00. Contratado: CDC VENDAS BRASIL LTDA. ARP nº 198/2026. Valor da ARP R$ 16.820,00. Contratado: PAUHER TECNOLOGY INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA - ME. ARP nº 199/2026. Valor da ARP R$ 1.556,00. Contratado: HAMATE ELETROINFO LTDA. ARP nº 200/2026. Valor da ARP R$ 20.101,92. Contratado: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 201/2026. Valor da ARP R$ 15.180,00. Contratado: ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA. ARP nº 202/2026. Valor da ARP R$ 1.950,00. Contratado: F5 DISTRIBUIDORA LTD. ARP nº 203/2026. Valor da ARP R$ 12.690,00. Contratado: LYBE EMPREENDIMENTOS LTDA. ARP nº 204/2026. Valor da ARP R$ 5.500,00. Contratado: VERLUMA COMERCIO LTDA. ARP nº 205/2026. Valor da ARP R$ 5.280,00. Contratado: F.COMM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. ARP nº 206/2026. Valor da ARP R$ 3.400,00. Contratado: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 207/2026. Valor da ARP R$ 27.420,00. Contratado: MINAS SAUDE E CONFORTO DISTRIBUIDORA LTDA. ARP nº 208/2026. Valor da ARP R$ 2.399,00. Contratado: SOUZA CRUZ DISTRIBUIDOR E SERVICOS LTDA. ARP nº 209/2026. Valor da ARP R$ 20.676,40. Contratado: DEBRUM MOVEIS CORPORATIVOS LTDA. ARP nº 210/2026. Valor da ARP R$ 23.300,00. Contratado: CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA. ARP nº 211/2026. Valor da ARP R$ 2.700,00. Contratado: SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA. ARP nº 212/2026. Valor da ARP R$ 2.966,70. Contratado: J D N JUNIOR LTDA. ARP nº 213/2026. Valor da ARP R$ 2.469,34. Contratado: AZUL TEC LICITACOES EM INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA. ARP nº 214/2026. Valor da ARP R$ 4.465,00. Contratado: VALLS NEGOCIOS LTDA. ARP nº 215/2026. Valor da ARP R$ 8.999,90. Contratado: L. MOHR LTDA. ARP nº 216/2026. Valor da ARP R$ 1.490,00. Vigência: 28/08/2026 a 28/08/2027. Data assinatura 28/08/2026.

Campos Altos – MG, 28/08/2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:870F63B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ENÉAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG

O Município de Capitão Enéas/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a REPUBLICAÇÃO do Processo Licitatório nº 040/2026, Concorrência Eletrônica nº 08/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM CAPITÃO ENÉAS/MG. O recebimento das propostas ocorrerá até às 09h00min do dia 15 de setembro de 2026, por meio da plataforma AMM Licita. A abertura da sessão pública será realizada às 09h30min do dia 15 de setembro de 2026. Mais informações pelo telefone (38) 3235-1001 ou pelo e-mail licitacao@capitaoeneas.mg.gov.br.

REINALDO LANDULFO TEIXEIRA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hanna Ferreira Souza
Código Identificador:C8BDF97B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 1079/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA – Processo Licitatório nº1079/2026 – **Pregão Eletrônico** nº050/2026. Contratação de empresa especializada no fornecimento de lixeiras, conforme quantitativos constantes deste Termo de Referência.**Recebimento das Propostas:**até as 09h29min do dia 17/09/2026– **Início da Sessão de disputa de preços:** 17/09/2026, as 09hrs e 30min – Informações: Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG – Tel: (32) 3741-9600.

Carangola/MG, 31/08/2026 –

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:2E126120

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 1080/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA – Processo Licitatório nº1080/2026 – **Pregão Eletrônico** nº051/2026. Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme quantitativos constantes deste Termo de Referência.**Recebimento das Propostas:**até as 09h29min do dia 22/09/2026– **Início da Sessão de disputa de preços:** 22/09/2026, as 09hrs e 30min – Informações: Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG – Tel: (32) 3741-9600.

Carangola/MG, 31/08/2026 –

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:64D9493A

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 1085/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA – Processo Licitatório nº1085/2026 – **Pregão Eletrônico** nº052/2026. Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção e ferramentas, conforme quantitativos constantes deste Termo de Referência. **Recebimento das Propostas:** até as 09h29min do dia 24/09/2026– **Início da Sessão de disputa de preços:** 24/09/2026, as 09hrs e 30min – Informações: Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG – Tel: (32) 3741-9600.

Carangola/MG, 31/08/2026 –

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:95AA78FD

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO DE RESULTADO FINAL PROCESSO 1145/2026

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 1145/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2026

EXTRATO DE RESULTADO FINAL
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, CONTRATO, ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO.

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformida de com todo o processado no Processo Administrativo nº 1145/2026, modalidade Inexigibilidade nº 025/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1145/2026 – INEXIGIBILIDADE 025/2026.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de Assessoria em Gestão de Saúde e Apoio a Gestão dos Prestadores de Serviços de Saúde credenciados ao SUS no município de Carangola.

CONTRATADA: CLINICA INTEGRADA E DIAGNOSTICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 51.049.929/0001-46

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais).

Pelo presente, promovo a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo o consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 31 de agosto de 2026.

ERYCK CHRYSTYAN RAVAIANI DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eryck Chrystyan Ravaiani de Oliveira
Código Identificador:9AFCB302

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO FINAL PROCESSO 851-2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 851/2026
CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 851/2026, modalidade Concorrência nº 006/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 851/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 006/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços CONSTRUÇÃO DE GAVETAS NO CEMITÉRIO DO DISTRITO DESÃO MANUEL DO CARANGOLA, MUNICÍPIO DE CARANGOLA – MG

CONTRATADA: CONSTRUTORA BRAUNA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.671.843/0001-43.

VALOR DO CONTRATO: R$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais)

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA:28/08/2026.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 31 de agosto de 2026.

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:B9FE1C45

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ATA CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: DETENTOR DA ATA: **ACICOL ARTEFATOS DE CIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO OLIVEIRA LTDA EPP,** CNPJ Nº 18.359.505/0001-02. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARMO DA MATA/MG. DATA: 26/08/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:752C35C8

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **JOSE CARLOS DO VALLE**, CPF: 452.896.706-53. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA PROFESSOR GETÚLIO Nº 71, CENTRO, CARMO DA MATA/MG, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA: 14/08/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:2BA60027

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n.º 055/2026 – Processo

Licitatório n.º 121/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital do Pregão Eletrônico nº 055/2026. Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição parcelada de ferramentas manuais, ferramentas elétricas, equipamentos e acessórios, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Obras e demais Secretarias do Município, via Sistema de Registro de Preços, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste documento. A presente contratação tem como finalidade garantir o fornecimento de ferramentas necessárias para a execução dos serviços de manutenção, conservação, construção, reparos e demais atividades operacionais desenvolvidas pela Administração Municipal, assegurando maior eficiência, continuidade e qualidade na prestação dos serviços públicos. Data e horário de início da sessão: 21/09/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:489FF28B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DA DISPENSA Nº 021/2026

EXTRATO DA DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 116/2026

MODALIDADE: DISPENSA Nº. 021/2026

OBJETO: Contratação de empresa autorizada para realizar a revisão de 50 horas da Retroescavadeira BHL75C, nº de série SY007CG0053H8, ano/modelo 2026/2026, incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes e mão de obra especializada.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

Centro Oeste Implementos para Transportes Ltda – CNPJ nº 25.521.683/0001-53, sediada na Rodovia BR-381 Fernão Dias, S/N, KM: 488 + 20 pista norte, Bairro Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim – MG, CEP: 32.669-005.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 9.460,80 (nove mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 75, inciso IV, alínea "a", que autoriza a dispensa de licitação nos casos de fornecedor exclusivo durante o período de garantia técnica.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 31 de agosto de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:ADD590D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
PREGÃO ELETRÔNICO 048/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 119/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2026

O Município de Carmo de Minas/MG, CNPJ: 18.188.243/0001-60, neste ato representado pela Autoridade Competente, Sr. Darci Palma de Melo, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade Pregão Eletrônico, nº 048/2026, Processo Administrativo nº 119/2026, Amparo Legal Lei 14.133/2021, Art. 28, II, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Seringas Descartáveis e Estéreis, para Atendimento aos Pacientes Usuários de Insulina da Rede Pública de Saúde.

Data de Publicação: 31/08/2026 09:07hs

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 14/09/2026 13:00hs

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Valor total do processo: R$ 18.300,00

Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/112058

O edital também encontra disponível no site oficial do município em www.carmodeminas.mg.gov.br

Darci Palma de Melo - Autoridade Competente

Carmo de Minas/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:93F0EEFF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 27-2026

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 116/2026

Dispensa: 27/2026

O Município de Carneirinho-MG, por meio do presente termo, vem **RETIFICAR** o Termo de Autorização e Ratificação da inexigibilidade em epígrafe, que tem por objeto a contratação da Empresa **ESCRITORIO CONTABIL CARNEIRINHO S/C LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 00.740.590/0001-99, estabelecida na Rua Dr. Ulysses Guimarães, n° 1.162, Centro, na cidade de Carneirinho/MG, **PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA ELABORAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR), DOS IMÓVEIS RURAIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026**. Da Retificação: Onde se Lê: **"Dispensa nº. 30/2026", leia-se: "Dispensa nº. 27/2026" .** A retificação faz-se necessária tendo em vista o erro crasso no ato da confecção do aludido extrato, publicado anteriormente em 31/08/2026, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros • Edição 4350, permanecendo inalterados os demais termos.

Após cumpridas as formalidades de praxe, Publique-se e Cumpra-se.

Carneirinho/MG, 31 de agosto de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:8CF4C688

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÁSSIA

MUNICÍPIO DE CÁSSIA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026 - CAMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSIA/MG PRC 135/26 – CONCORRENCIA ELETRONICA 008/26. A Prefeitura de Cássia/MG torna público que realizará o seguinte Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica nº 008/2026. Objeto: "Contratação de empresa especializada para instalação, configuração, integração, testes e comissionamento de sistema de videomonitoramento urbano, composto por câmeras de segurança e sistema de Leitura Automática de Placas (LPR), com transmissão e recepção de dados por meio de enlace em rede de fibra óptica utilizando protocolo TCP/IP nativo, incluindo o fornecimento de equipamentos especificados, materiais, infraestrutura de rede lógica e elétrica, softwares, montagem da central de monitoramento, treinamento operacional e demais serviços necessários, com entrega do sistema em pleno funcionamento", sendo recebidas as propostas até às 8h do dia 16 de SETEMBRO de 2.026, e início da disputa de lances às 8h30min do mesmo dia, cujo critério de julgamento será o de "Menor Preço Por Lote (GLOBAL)", conforme Anexos I e IV. O Edital da Concorrência Eletrônica está à disposição dos interessados nos sites www.bnc.org.br e www.cassia.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na sala da Seção de Licitações, nos dias úteis das 7h às 13h – informações pelo tel. (0**35) 3541-5709 / 5710 ou pelos e-mails licitacoes@cassia.mg.gov.br, cleiton.batista@cassia.mg.gov.br e vinicius.melo@cassia.mg.gov.br. Para tirar dúvidas técnicas contactar Rodrigo Borges – Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano e Pedro Lopes – Seção de Desenvolvimento Urbano (35) 3541-5725 (Rodrigo) / 3541-5726 (Pedro) e pelos e-mails rodrigo.borges@cassia.mg.gov.br e pedro.lopes@cassia.mg.gov.br.

Cássia/MG, 31 de AGOSTO de 2.026.

DONIZETE VILELA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vinicius Portela Melo
Código Identificador:EBFB323B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
EXTRATO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 21/2026

Pregão Eletrônico SRP nº 21/2026
Processo nº 64/2026
Promitente Comprador: Município de Catas Altas.
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais para pavimentação e afins, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Obras e Viação, edital, termo de referência, demais anexos, proposta comercial e relatório de vencedores
Vigência das atas: 26/08/2026 a 26/08/2027.

Ata de Registro de Preços nº 85/2026
Promitente Fornecedora: Atrium Indústria e Comércio de Ferragens Ltda.
Valor Estimado: R$ 8.406,00 (oito mil, quatrocentos e seis reais).

Ata de Registro de Preços nº 86/2026
Promitente Fornecedora: Cast Iron Comercial Ltda.
Valor Estimado: R$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais)

Ata de Registro de Preços nº 87/2026
Promitente Fornecedora: M&S Comércio de Ferragens Ltda.
Valor Estimado: R$ 45.096,00 (quarenta e cinco mil e noventa e seis reais)
Ata de Registro de Preços nº 88/2026
Promitente Fornecedora: Vieira & Miranda Material de Construção Ltda.
Valor Estimado: R$ 18.940,00 (dezoito mil, novecentos e quarenta reais)

Data das atas: 26/08/2026.

Catas Altas/MG, 31 de agosto de 2026.

UILSON RODRIGUES
Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Obras e Viação / Gestor
Promitente Comprador

Publicado por:
Dândara Cristina Barbosa
Código Identificador:50447874

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CENTRALINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
ATA DE ABERTURA 02 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 43/2026 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº16/2026

ATA DE ABERTURA 02 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 43/2026 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº16/2026.

CREDENCIADA(S):
TULIO CESAR SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.554.298/0001-61
BORGES & FERNANDES SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.679.981/0001-70
INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 60.472.806/0001-04
AK SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.370.056/0001-18
EQUIPE GESTAO EM SAUDE LTDA, CNPJ: 46.602.691/0001-02
SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, CNPJ: 37.092.326/0001-04

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS", NA FORMA DE PLANTÕES 12 HORAS DIURNO E NOTURNO DE 12 HORAS NOS FINAIS DE SEMANA.

Às 16 (dezesseis) horas do dia 28 de agosto de dois mil e vinte e cinco, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Centralina-MG, localizada na Praça Alceu Virgílio dos Santos, nº 1 – Centro – Cep: 38.390-000, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Centralina-MG., nomeados pelo Decreto 03/2025, com a finalidade de analisar as documentações alusivas ao Processo Licitatório **43/2026** – Inexigibilidade - Credenciamento **16/2026**. O Credenciamento foi publicado: no site: https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html , aviso de credenciamento no AMM https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar . Após esta divulgação manifestou interesse em participar do presente credenciamento a empresa: **TULIO CESAR SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.554.298/0001-61, BORGES & FERNANDES SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.679.981/0001-70, INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 60.472.806/0001-04, AK SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.370.056/0001-18, EQUIPE GESTAO EM SAUDE LTDA, CNPJ: 46.602.691/0001-02, SOCIEDADE**

PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, CNPJ: 37.092.326/0001-04, conforme protocolo de Requerimento no Setor de Licitações. Esteve presente na sessão a Agente de Contratação e demais membros da comissão para análise das documentações. A Comissão passa para a fase de análise das documentações das empresas credenciadas. Foram verificadas todas as autenticidades das certidões que foram emitidas via Internet. Após uma análise das documentações, a Comissão declarou que as empresas **TULIO CESAR SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.554.298/0001-61, BORGES & FERNANDES SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.679.981/0001-70, INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 60.472.806/0001-04, AK SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.370.056/0001-18, EQUIPE GESTAO EM SAUDE LTDA, CNPJ: 46.602.691/0001-02, SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, CNPJ: 37.092.326/0001-04** apresentaram os documentos de habilitação nos termos da lei e do edital, sendo, portanto, habilitada e credenciada no Processo Licitatório **43/2026** – Inexigibilidade - Credenciamento **16/2026**. Então diante disso, a Comissão concluiu pela contratação das empresas: **TULIO CESAR SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.554.298/0001-61, BORGES & FERNANDES SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.679.981/0001-70, INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 60.472.806/0001-04, AK SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.370.056/0001-18, EQUIPE GESTAO EM SAUDE LTDA, CNPJ: 46.602.691/0001-02, SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, CNPJ: 37.092.326/0001-04**, observando-se as demais condições atinentes ao processo, tais como: Parecer Jurídico, Autorização para Contratação e Publicação. Até a data **17/08/2027,** podendo outras empresas se credenciarem. Nada mais havendo, encerrou-se a presente sessão, pelo que foi lavrada esta ata e por todos os presentes assinada e será publicada para atendimento ao disposto no Art. 165, I, c), da Lei 14.133/21.

Centralina, 28 de agosto 2026.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Membros da Equipe de Apoio:

LUIZ AUGUSTO SANTOS SILVA

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:614AE947

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026 INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021
O Município de Centralina, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA CLÍNICA E SALA DE FISIOTERAPIA COM OBJETIVO DE UNIR FUNCIONALIDADE,SEGURANÇA,ERGONOMIA E CONFORTO,GARANTINDO UM AMBIENTE ADEQUADO TANTOPARA A REABILITAÇÃO DO PACIENTE QUANTO PARA O DESEMPENHO DO FISIOTERAPEUTA.EM A TENDIMENTO Á SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRALINA-MG, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 03/09/2026 às 23:59 horas.
A proposta de Preços deverá ser enviada no E-mail juntamente com os documentos de habilitação: licitacao.centralina@gmail.com. (não será aceito documento de forma presencial)
O Edital de Intenção completo está disponível no site: https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html .
Centralina, 31 de agosto de 2026
Maiores informações pelos telefones (34) 3267-0102/99643-2900, e-mail: licitacao.centralina@gmail.com.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:0B1839E9

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026 INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021
O Município de Centralina, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO- HOSPITALARES EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DR. DARCY JUAREZ ZABISKY, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 03/09/2026 às 23:59 horas.
A proposta de Preços deverá ser enviada no E-mail juntamente com os documentos de habilitação: licitacao.centralina@gmail.com. (não será aceito documento de forma presencial)
O Edital de Intenção completo está disponível no site: https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html .
Centralina, 31 de agosto de 2026
Maiores informações pelos telefones (34) 3267-0102/99643-2900, e-mail: licitacao.centralina@gmail.com.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:DE007444

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CHAPADA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 092/2025

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 092/2025

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, através de Agente de Contratação, torna público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o extrato de termo aditivo de contrato referente Processo Licitatório nº 065/2025 – Adesão nº 006/2025, conforme dados a seguir:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2025 ADESÃO Nº 006/2025
CONTRATO Nº 092/2025
ADITIVO: 001/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DO NORTE/MG.
CONTRATADA: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA,, inscrita no CNPJ n.º 18.009.871/0001-31.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de outsourcing para fornecimento web, em tempo real, de insumos de construção civil, urbanística, materiais elétricos, hidráulicos, utensílios, EPIs e afins, visando atender às necessidades do Município de Chapada do Norte/MG.
NOVA VIGÊNCIA: 05 de setembro de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 28 de agosto de 2026.

Chapada do Norte/MG, 31 de agosto de 2026.

MAURÍCIO LEMOS SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Maurício Lemos Soares
Código Identificador:DE9C748F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO ATA DE RP N.º 024/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, através do agente de contratação, torna público nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços referente Processo Licitatório nº 012/2025, Pregão Eletrônico nº 003/2025, conforme dados a seguir:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025
TERMO ADITIVO 001/2026
ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DO NORTE/MG.
DETENTORA DA ATA: AKKA MOBILITY LTDA., inscrita no CNPJ nº 09 617 458/0001-69
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual locação de veículos, sem condutor e com manutenção inclusa, para atender às necessidades das secretarias municipais do município de Chapada do Norte-MG.
NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 06 de junho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2026.

Chapada do Norte/MG, 05 de junho de 2026.

DEISIANE RAMALHO LEITE
Agente de Contratação

Publicado por:
Deisiane Ramalho Leite
Código Identificador:3A43638B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE RP.º 026/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2025

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, através do agente de contratação, torna público nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços referente Processo Licitatório nº 012/2025, Pregão Eletrônico nº 003/2025, conforme dados a seguir:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2025
TERMO ADITIVO 001/2026
ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DO NORTE/MG.
DETENTORA DA ATA: AKKA MOBILITY LTDA., inscrita no CNPJ nº 09 617 458/0001-69
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual locação de veículos, sem condutor e com manutenção inclusa, para atender às necessidades das secretarias municipais do município de Chapada do Norte-MG.
NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 26 de junho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2026.

Chapada do Norte/MG, 05 de junho de 2026.

DEISIANE RAMALHO LEITE
Agente de Contratação

Publicado por:
Deisiane Ramalho Leite
Código Identificador:F91C7109

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2026 - PAL 001/2022

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, através da sua Agente de Contratação, torna público nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, o credenciamento da empresa LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS SANTOS ARAUJO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.951.182/0001-86, cujo objeto do referido processo é o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de diagnósticos laboratoriais de análises clínicas e citologia aos usuários do SUS, neste caso a coleta será feita pelo Centro de Saúde Cristo Rei na Sede do município, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Chapada do Norte/MG, conforme extrato abaixo, publicado no quadro de avisos oficial do município, no saguão central da Prefeitura, no dia 07 de agosto de 2026.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2022 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2022 – INEXIGIBILIDADE Nº 001/2022
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
CREDENCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DO NORTE/MG.
CREDENCIADA: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS SANTOS ARAUJO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.951.182/0001-86
OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de diagnósticos laboratoriais de análises clínicas e citologia aos usuários do SUS, neste caso a coleta será feita pelo Centro de Saúde Cristo Rei na Sede do município, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Chapada do Norte/MG.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 1.254.975,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2026.
RESPALDO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 06 de agosto de 2026.

Chapada do Norte/MG,07 de agosto de 2026

DEISIANE RAMALHO LEITE
Agente de Contratação

Publicado por:
Deisiane Ramalho Leite
Código Identificador:C6CC64E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CIPOTÂNEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 034/2026-PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2026-DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cipotânea, no exercício das atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, HOMOLOGA o Processo Nº. 034/2026 – Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº. 020/2026, cujo objeto é o Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis Para Atender à Frota de Veículos da Administração Pública Municipal, Bem Como Aqueles Legalmente Autorizados Mediante Convênios.

In continenti, determina a publicação da despesa na forma da lei.

Cipotânea, 28 de agosto de 2026.

ROBERTO HENRIQUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:B55D8A81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 034/2026-PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2026-EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPOTÂNEA – Ata de Registro de Preços Nº. 042/2026 – Processo Nº. 034/2026 – Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº. 020/2026 – Gerenciador: Município de Cipotânea – Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: Empresa POSTO NANDO E NANDA LTDA. – Objeto: Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis Para Atender à Frota de Veículos da Administração Pública Municipal, Bem Como Aqueles Legalmente Autorizados Mediante Convênios – Valor Total Global Estimado: R$ 1.382.350,00 - Vigência: 01 Ano, Contada da Sua Assinatura (28/08/2026), Podendo Ser Prorrogada Por Igual Período, Mediante a Anuência do Fornecedor, Desde Que Comprovado o Preço Vantajoso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPOTÂNEA – Ata de Registro de Preços Nº. 043/2026 – Processo Nº. 034/2026 – Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº. 020/2026 – Gerenciador: Município de Cipotânea – Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: Empresa SÍLVIA MOREIRA PEREIRA – Objeto: Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis Para Atender à Frota de Veículos da Administração Pública Municipal, Bem Como Aqueles Legalmente Autorizados Mediante Convênios – Valor Total Global Estimado: R$ 606.690,00 - Vigência: 01 Ano, Contada da Sua Assinatura (28/08/2026), Podendo Ser Prorrogada Por Igual Período, Mediante a Anuência do Fornecedor, Desde Que Comprovado o Preço Vantajoso.

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:53CCCFD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 034/2026-PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2026-TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº. 034/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2026.

Ficam **ADJUDICADOS** os itens que se constituem no objeto da licitação no processo supracitado, em prol das seguintes proponentes vencedoras:

. POSTO NANDO E NANDA LTDA. – Empresa de Pequeno Porte estabelecida na Rua Capitão Gomes, nº. 431, Centro, Cipotânea/MG, CEP 36.265-000, inscrita no CNPJ sob o n°. 13.730.190/0001-44, no valor total global de R$ 1.382.350,00 (Um Milhão Trezentos e Oitenta e Dois Mil Trezentos e Cinquenta Reais);

. SÍLVIA MOREIRA PEREIRA – Microempresa estabelecida na Praça Honório Teixeira, nº. 33, Centro, Cipotânea/MG, CEP 36.265-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.777.835/0001-40, no valor total global de R$ 606.690,00 (Seiscentos e Seis Mil Seiscentos e Noventa Reais).

Valor total global estimado a ser homologado equivalente à importância de R$ 1.989.040,00 (Um Milhão Novecentos e Oitenta e Nove Mil e Quarenta Reais).

Cipotânea, 28 de agosto de 2026.

ROBERTO HENRIQUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:E73BA826

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PRC 158 2026 - PE 045 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO – Processo Licitatório nº 158/2026, autuado em 14/08/2062, Pregão nº. 045/2026 - Eletrônico. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, equipamentos médico-hospitalares, materiais para fins fisioterapêuticos e materiais para atividades de promoção à saúde, palestras e exposições educativas. A realizar-se no dia 22/09/2026 às 09:30. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário de 08h00 as 17h00, de segunda a sexta-feira.

Cláudio (MG), 31 de agosto de 2026.

FERNANDO DO NASCIMENTO SANTOS -
Chefe de Departamento de Administração.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:C40890B1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO 073 2026 - PRC 039 2026 - CRED 008 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO - PROCESSO LICITATÓRIO 039/2026 - CREDENCIAMENTO 008/2026 - EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL. O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de rescisão de contrato. **Objeto:** Credenciamento de pessoa física ou jurídica para ministrar aulas de dança. **CONTRATO N° 073/2026,** firmado entre o Município de Cláudio, inscrito no CNPJ sob o n° 18.308.775/0001-94 e **KATRINE SOUSA FERNANDES**, inscrita no CPF sob o nº XXX.256.096-XX. Fica rescindido o contrato supracitado a partir do dia 24/08/2026.

Cláudio, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:E0B5CBAD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO 110 2025 - PRC 203 2025 - INEX 073 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2025, INEXIGIBILIDADE N° 073/2025.** Objeto: locação do imóvel localizado no endereço Rua Diamantina, nº 122, Centro, na cidade de Cláudio/MG - CEP 35.530-000, objeto da matrícula nº 7514, do Cartório de Registro de Imóveis, de propriedade de J ABUD COMERCIO DE GAS E ACESSORIOS LTDA, para abrigar as instalações do Centro de Atendimento ao Cidadão - CACI. **CONTRATO N° 110/2025**, **J ABUD COMERCIO DE GAS E ACESSORIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **41.803.958/0001-06**. Objeto do aditivo: fica prorrogado até 21 de agosto de 2027.

Cláudio, **31** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO **-**
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:9B7B2F86

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO 174 2026 - PRC 109 2026 - PE 026 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2062, PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2026.** Objeto: **contratação de empresa para prestação de serviços de seguro veicular**. **CONTRATO N° 174/2026**, **GENTE SEGURADORA S/A**, inscrita no CNPJ sob o n° **90.180.605/0001-02**. Objeto do aditivo: Por força do presente termo, fica acrescido ao contrato o valor de R$ 1.800,52 (um mil, oitocentos reais e cinquenta e dois centavos), correspondente a um acréscimo de 2,58% (dois vírgula cinquenta e oito por cento) sobre o valor total originalmente contratado, em razão da inclusão do seguro do veículo; Considerando o acréscimo descrito no presente termo aditivo, o Contrato passa a vigorar com o valor global de R$ 71.700,52 (setenta e um mil, setecentos reais e cinquenta e dois centavos).

Cláudio, **31** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO **-**
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:7A4EDFA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG –EXTRATO DE TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2026 – PREGÃO ELETRONICO 0026/2026.

A Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, Setor de Licitações, torna público o TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL do **PROCESSO LICITATÓRIO nº 0096/2026, PREGÃO| ELETRONICO| REGISTRO DE PREÇO n°0026/2026,** que tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO MICRO ONIBUS E ÔNIBUS, INCLUINDO MOTORISTA HABILITADO E DEMAIS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG**.** Extinção consensual da Ata de Registro de Preços nº 0117/2026, mediante acordo entre as partes, em razão da ausência de interesse na continuidade da manutenção do registro, conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo. Empresa JM. CONSTRUTORA E LOCACAO LTDA, situada na R STEFANO SONCINI - JARDIM BOM CLIMA - Guarulhos - SP, inscrita no CNPJ sob o nº - 41.763.926/0001-16 neste ato representada por Ana Paula Souza da Silva, empresária, inscrita no CPF nº 267.853.118-02 com o valr da ata de R$ 332.250,00 (trezentos e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta reais).

Congonhal/MG, 26 de Agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR **-**
Prefeito Municipal de Congonhal -MG

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:766741E6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO 0040/2026 – PREGÃO ELETRONICO 0009/2026.

A Prefeitura Municipal de Congonhal, MG, Setor de Licitações, torna público o resultado do Termo Aditivo do Processo Licitatório nº 0040/2026, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG,** tendo como contratada a empresa BATUTA SUPERMERCADO LTDA - EPP, situada na RUA ANTONIO PINTO DE CARVALHO, 156 - CENTRO - IBITIURA DE MINAS - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 19.014.323/0001-62, favorável ao aumento (reequilíbrio) do preços dos itens: ACUCAR CRISTAL pelo respectivo preço de R$ 21,37 (vinte e um centavos e trinta e sete centavos), ARROZ BRANCO pelo respectivo preço de R$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), BALA pelo respectivo preço de R$ 8,69 (oito reais e sessenta e nove centavos), BISCOITO DOCE pelo respectivo preço de R$ 7,58 (sete reais e cinquenta e oito centavos), BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA pelo respectivo preço de R$7,60 (sete reais e sessenta centavos), BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER pelo respectivo preço de R$ 8,18 (oito reais e dezoito centavos),CANJIQUINHA DE MILHO pelo respectivo preço de R$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos), COLORAU, COLORÍFICO pelo respectivo preço de R$ 9,10 (nove reais e dez centavos), FARINHA DE MILHO pelo respectivo preço de R$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos), FEIJÃO CARIOCA pelo respectivo preço de R$ 11,58 (onze reais e cinquenta e oito centavos), FEIJÃO PRETO pelo respectivo preço de R$ 10,45 (dez reais e quarenta e cinco centavos), IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, pelo respectivo preço de R$ 11,99 (onze reais e noventa e nove centavos), LEITE INTEGRAL pelo respectivo preço de R$ 6,99 (seis reais e noventa e nove centavos), MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO pelo respectivo preço de R$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos), MACARRÃO SÊMOLA TIPO AVE MARIA pelo respectivo preço de R$ 4,29 (quatro reais e vinte e nove centavos), MANTEIGA EXTRA pelo respectivo preço de R$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos), MARGARINA VEGETAL pelo respectivo preço de R$ 7,87 (sete reais e oitenta e sete centavos), OLEO DE SOJA pelo respectivo preço de R$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos), REFRIGERANTE SABOR GUARANA pelo respectivo preço de R$ 8,14 (oito reais e quatorze centavos).

Congonhal, MG, 14 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:CA6BCFB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FOMENTO Nº 008/2026 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 010/2026 TERMO DE FOMENTO Nº 008/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL – EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FOMENTO Nº 008/2026, INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 010/2026.
Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto formalizar a parceria entre o MUNICÍPIO DE COQUEIRAL e a APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS, visando ao repasse de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais de limpeza e higiene, necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais. **Justificativa:** O Plano de Trabalho tem por finalidade garantir a aquisição de materiais de limpeza e higiene indispensáveis ao adequado funcionamento da APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS, entidade filantrópica, beneficente e sem fins lucrativos que presta serviços de assistência social, saúde e educação especializada às pessoas com deficiência intelectual, promovendo sua inclusão social, autonomia e qualidade de vida. A aquisição dos materiais mostra-se necessária para assegurar a manutenção de ambientes limpos, organizados, seguros e adequados aos usuários, familiares, colaboradores e voluntários, contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela instituição. Os itens foram definidos de acordo com as necessidades identificadas pelas equipes técnica e de limpeza, visando atender às demandas cotidianas e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades institucionais, em observância ao Protocolo Operacional Padrão (POP). Nesse contexto, o repasse de recursos pelo Município de Coqueiral, provenientes do Programa A16% destinado pela CEMIG, possibilitará à APAE a aquisição dos materiais necessários, fortalecendo a execução de suas atividades e a sustentabilidade dos serviços oferecidos à comunidade. A iniciativa também está alinhada às normas sanitárias aplicáveis, especialmente à RDC nº 63/2011 da ANVISA, contribuindo para a manutenção de ambientes em adequadas condições de conservação, segurança, organização e limpeza. **Base legal para efetivação do Termo de Fomento**, ademais, o Termo de Fomento formalizado está fundamentado no artigo 1º, caput da Lei Federal nº 13.019/2014 e 13.204/2015. Na Constituição da República, conforme o art. 23, inciso II, e o art. 227, inciso II, bem como na Lei Federal nº 13.146/2015, em seu art. 8º, dispõe-se que é dever, além da família e da sociedade, do Estado assegurar à pessoa com deficiência, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Logo, vale destacar que para atender a referida solicitação, consideramos as especificidades da Lei Federal n.º 13.019/2014, e Lei Federal nº 13.204/2015, quanto à Inexigibilidade do Chamamento Público, ato respaldado na mesma lei. Firmado **Termo de Fomento nº 008/2026,** com a associação privada denominada **APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS**, pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 25.660.440/0001-04, com sede na Rua Juca Faustino, nº 180, Bairro Lajinha, nesta cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, CEP 37.235-000, firmado em **28 de agosto de 2026.** Valor do Repasse será de **R$ 7.146,40** (sete mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta centavos). Todos os atos praticados serão publicados no site www.coqueiral.mg.gov.br.

Coqueiral, 28 de agosto de 2026.

***RÂNIA PATRÍCIA FERREIRA GARCIA* –**
Secretária Municipal de Ação Social –

***RENATO OLIVEIRA MARQUES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Ribeiro Siqueira
Código Identificador:FD00611B

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 – SRP. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2026.

Processo Licitatório nº 072/2026 – Pregão Eletrônico nº 029/2026 – SRP. Ata de Registro de Preço nº 156/2026.
Órgão Gerenciador: Município de Coqueiral/MG.
Fornecedor Registrado: EUCRISIA PEREIRA DOS SANTOS CRABI LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.556.039/0001-03.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto, por meio de Pregão Eletrônico, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Coqueiral/MG, visando à manutenção preventiva e corretiva, à conservação do patrimônio público e à continuidade dos serviços públicos essenciais.
Valor total registrado: R$ 248.708,00 (duzentos e quarenta e oito mil e setecentos e oito reais).
Vigência: 31/08/2026 a 31/08/2027.
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 31 de agosto de 2026.

Coqueiral/MG, 31de agosto de 2026.

DANIELLE PATRÍCIA FERREIRA MARQUES PELOSO
Ordenadora de Despesa da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:6D125FA0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

O MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o extrato do contrato Nº 139/2026:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AUTO ELETRICA, HORA HOMEM TRABALHADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS MAQUINAS, VEICULOS LEVES E PESADOS PERTECENTES A FROTA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS
CONTRATADO: GILBERTO FELICIO RAMOS 75773007649.
CNPJ: 21.483.851/0001-02
VALOR TOTAL: R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

O contrato em sua integralidade disponível no Site da Municipal na aba "Licitações": https://www.coracaodejesus.mg.gov.br/licitacao, e na plataforma LICITARDIGITAL https://app.licitardigital.com.br/.

SAMUEL BARRETO NETO
Prefeito Municipal

GILBERTO FELICIO RAMOS
Contratado

Publicado por:
Tartalis Taligierisson Ribeiro Santos
Código Identificador:9BCF44C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 91/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Aviso de Licitação - Processo Licitatório nº 91/2026, Pregão Eletrônico nº 49/2026, do tipoMenor Preço por Item. Objeto: Registro de preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar da rede municipal de ensino de Coronel Xavier Chaves/MG. Limite de acolhimento das propostas: dia 15/09/2026 às 07h59min**. DISPUTA: 15/09/2026, às 08h30min**, na Plataforma LICITAPP**,** (https://coronelxavierchaves.licitapp.com.br//). O edital está disponível no sitewww.coronelxavierchaves.mg.gov.br. Mais informaçõesna Prefeitura Municipal à Rua Padre Reis, 84, Centro, Coronel Xavier Chaves/MG, no horário de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 16h00min. Tel.: (32) 3216-1053 / (32) 99199-6496 (*WhatsApp*).

Coronel Xavier Chaves, 31 de agosto de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS –
Pregoeira.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:8708F2C9

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 95/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Aviso de Licitação - Processo Licitatório nº 95/2026, Pregão Eletrônico nº 50/2026, do tipoMenor Preço por Item. Objeto: Aquisição de aparelho de ar-condicionado, destinado exclusivamente à climatização do Plenário da Câmara Municipal de Coronel Xavier Chaves, visando proporcionar melhores condições de conforto térmico e adequadas condições para a realização das sessões plenárias, reuniões e demais atividades institucionais realizadas no referido ambiente. Limite de acolhimento das propostas: dia 14/09/2026 às 07h59min**. DISPUTA: 14/09/2026, às 08h30min**, na Plataforma LICITAPP**,** (https://camaradecoronelxavierchaves.licitapp.com.br//). O edital está disponível no sitewww.coronelxavierchaves.mg.gov.br. Mais informaçõesna Prefeitura Municipal à Rua Padre Reis, 84, Centro, Coronel Xavier Chaves/MG, no horário de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 16h00min. Tel.: (32) 3216-1053 / (32) 99199-6496 (*WhatsApp*).

Coronel Xavier Chaves, 31 de agosto de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS –
Pregoeira.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:68913548

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE PROCESSO FRACASSADO - PA 93/2026

EXTRATO DE PROCESSO FRACASSADO
Processo Administrativo nº 93/2026 – Dispensa Eletrônica nº 21/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cronometragem esportiva eletrônica, incluindo fornecimento de chips descartáveis, números de peito, placas de ciclismo, equipamentos de leitura, sistema de processamento e divulgação de resultados e equipe técnica para operação durante a realização do CXC Cross Duathlon – Corrida e Trilhão de MTB, no Município de Coronel Xavier Chaves/MG. A Dispensa Eletrônica foi realizada em 31/08/2026, tendo sido apresentada uma única proposta, no valor de **R$ 3,5520**, em desacordo com o preço mínimo aceitável de **R$ 3.552,15**, mostrando-se manifestamente inexequível. Após diligência para esclarecimento de possível erro material, a licitante não se manifestou no prazo concedido, sendo a proposta desclassificada. **Diante da inexistência de proposta válida e exequível, o processo foi declarado FRACASSADO.**

Coronel Xavier Chaves/MG, 31 de agosto de 2026 -

JULIANA JAQUES CAMARGOS -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:C53071F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 463, DE 31 DE AGOSTO DE 2026. "CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE MENCIONA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista o disposto nos Artigos 85 e 86 da Lei nº 550/1992,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aos servidores:

I - Abelardo de Oliveira Alvarenga - 20 dias de Férias Regulamentares, sendo 15 dias referentes ao restante do período aquisitivo 2022/2023 e 05 dias referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a partir de 31 de agosto de 2026;
II - Aganásio Peres Teixeira - 05 dias de Férias Regulamentares referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de 31 de agosto de 2026;
III - Everton Heleno Garcia - 30 dias de Férias Regulamentares referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a partir de 01 de setembro de 2026;
IV - Maria Inês Malaquias - 30 dias de Férias Regulamentares referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de 01 de setembro de 2026;
V - Mônica de Cássia Pereira Matos - 05 dias de Férias Regulamentares referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de 31 de agosto de 2026;
VI - Paula Júnia de Oliveira Garcia - 30 dias de Férias Regulamentares referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de 07 de setembro de 2026;
VII - Solange Aparecida de Oliveira - 05 dias de Férias Regulamentares referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de 01 de setembro de 2026;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:3BBF7955

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 464, DE 31 DE AGOSTO DE 2026. "CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE MENCIONA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o § 1o do Artigo 87 da Lei no 550/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores:

I - Abelardo de Oliveira Alvarenga - a conversão de 10 (dez) dias de Férias Regulamentares em Abono Pecuniário, referente ao período aquisitivo 2025/2026;
II - Aganásio Peres Teixeira - a conversão de 10 (dez) dias de Férias Regulamentares em Abono Pecuniário, referente ao período aquisitivo 2025/2026;
III - Mônica de Cássia Pereira Matos - a conversão de 10 (dez) dias de Férias Regulamentares em Abono Pecuniário, referente ao período aquisitivo 2025/2026;
IV - Solange Aparecida de Oliveira - a conversão de 10 (dez) dias de Férias Regulamentares em Abono Pecuniário, referente ao período aquisitivo 2024/2025;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:54BF3EC9

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 465, DE 31 DE AGOSTO DE 2026. "CONCEDE LICENÇA MÉDICA AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE MENCIONA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista o disposto no Artigo 93 da Lei 801/1999, Artigos 92 e 204 da Lei 550/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Médica aos servidores e funcionários:

• Ailton José da Costa - No dia 14/08;
• *Aline Aparecida de Oliveira* - 02 dias a partir de 12/08;
• *Cláudia Bitencourt de Souza Morais* - 02 dias a partir de 05/08 e 14 dias a partir de 18/08;
• *Crislaine Silva Januário Matioli* - 30 dias a partir de 14/08;
• *Dayane Pedro da Silva Martins* - 30 dias a partir de 03/08;
• *Douglas Henrique Pereira* - 09 dias a partir do dia 30/08;
• *Edsonina Aparecida Correa Freitas* - No dia 04/08 e por 30 dias a partir de 12/08;
• *Gerinha das Graças Leite Rosa* - 02 dias a partir de 19/08;
• *Heleno Correa* - No dia 15/08;
• *Ivanda Maria de Oliveira* - No dia 14/08 e por 03 dias a partir de 24/08;
• *Jacqueline Bernardes Estevam* - 05 dias a partir de 03/08;
• *Lecinei Aparecida dos Reis Afonso* - 06 dias a partir de 26/08;
• *Luciene Alves de Melo da Cruz* - No dia 25/08;
• *Maria Emília Rosa de Carvalho* - No dia 12/08;
• *Maria José de Paula Clemente* - 60 dias a partir de 13/08;
• *Marli Candida da Silva Marins* - 30 dias a partir de 07/08;
• *Maurilia de Oliveira Soares* - No dia 03/08;
• *Paulo Sergio da Cunha* - 02 dias 19/08;
• *Rosinei Afonso* - 02 dias a partir de 03/08, 02 dias a partir de 06/08, 11 dias a partir de 10/08;
• *Sara Cristina Limiria* - 07 dias a partir de 10/08;
• *Silvia Pimenta Costa* - No dia 04/08;
• *Verônica Auxiliadora da Silva Pereira* - No dia 03/08;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:BCB25007

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 466, DE 31 DE AGOSTO DE 2026. "CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA QUE MENCIONA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista o disposto no Artigo 96 da Lei nº 550/1992, Artigo 89 da Lei nº 801/1999 e Artigo 5º da Lei nº 830/2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio à servidora:

I - Marília Gabriela Alves Guimarães - 30 (trinta) dias de férias prêmio, referentes ao 1º (primeiro) quinquênio, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:939D88C5

SETOR DE LICITAÇAO
DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
I – Relatório
A empresa SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 55.814.591/0001-22, figura como fornecedora registrada na Ata de Registro de Preços nº 040/2026 para o fornecimento de cestas básicas destinadas ao atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Em 09 de julho de 2026 foi emitida a NAF nº 002216, relativa ao fornecimento de 30 (trinta) cestas básicas.
O Termo de Referência estabeleceu prazo de até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento, ficando o recebimento condicionado à conformidade dos produtos com as especificações da contratação.
Em 31 de julho de 2026, quando da apresentação dos produtos, foram constatadas divergências relacionadas à marca, quantidade/gramatura, embalagem e padrão de qualidade, razão pela qual os produtos não foram definitivamente recebidos.
Foi determinada a substituição dos itens em desconformidade, concedendo-se prazo adicional para regularização.
O prazo final concedido pela Administração transcorreu sem o cumprimento integral da obrigação.
Em razão desses fatos foi instaurado Processo Administrativo de Responsabilização, no qual a empresa apresentou defesa, encontrando-se o procedimento atualmente em fase de instrução.

A pendência do processo sancionador, entretanto, não afasta a necessidade imediata da Administração de providenciar o fornecimento das cestas básicas destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social.
É o relatório.
II – Da necessidade de continuidade do fornecimento
O objeto da contratação destina-se diretamente à execução da política municipal de assistência social, mediante fornecimento de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade.
A Administração não pode deixar a população destinatária da política pública aguardando indefinidamente a solução do Processo Administrativo de Responsabilização instaurado em face da primeira fornecedora.
O procedimento sancionador possui finalidade própria: apurar a existência de infração administrativa e eventual responsabilidade da empresa, mediante contraditório e ampla defesa.
Diversamente, a providência ora analisada possui finalidade operacional e administrativa, destinada a assegurar a continuidade do fornecimento.
Não se confundem, portanto, a apuração da responsabilidade administrativa da primeira fornecedora com as medidas necessárias à satisfação da demanda pública.
III – Do descumprimento da ordem de fornecimento
Independentemente da definição acerca da responsabilidade administrativa e de eventual sanção, encontra-se objetivamente demonstrado, para fins de execução da contratação, que a NAF nº 002216 não foi regularmente atendida no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração.
A entrega inicialmente apresentada foi recusada em razão das desconformidades constatadas e a determinação posterior de substituição não resultou, dentro do prazo adicional concedido, no recebimento definitivo dos produtos.
A necessidade administrativa, contudo, permanece existente.
A continuidade da aquisição deve, portanto, ser providenciada mediante os mecanismos previstos no próprio procedimento de registro de preços, observada a ordem de classificação e as condições juridicamente aplicáveis.
IV – Decisão
Diante do exposto, considerando:
a) a emissão da NAF nº 002216;
b) o transcurso do prazo originalmente estabelecido para fornecimento;
c) a apresentação de produtos em 31 de julho de 2026 que não foram definitivamente recebidos em razão das desconformidades constatadas;
d) a determinação de substituição;
e) o transcurso do prazo adicional concedido sem recebimento definitivo dos produtos;
f) a permanência da necessidade pública de fornecimento das cestas básicas; e
g) a necessidade de continuidade do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social,
DECIDE-SE:
1. Reconhecer, exclusivamente para fins de continuidade da execução da contratação, que a NAF nº 002216 não foi regularmente atendida pela SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. no prazo e nas condições estabelecidas.
2. Consignar que o presente reconhecimento não constitui julgamento antecipado do Processo Administrativo de Responsabilização, que deverá prosseguir regularmente, com observância do contraditório e da ampla defesa.
3. Determinar o encaminhamento dos autos ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 040/2026, para adoção das providências administrativas necessárias quanto ao registro da fornecedora e à continuidade do fornecimento.
4. Autorizadas as providências cabíveis quanto ao registro, determinar que o Setor de Licitações proceda à convocação do próximo fornecedor habilitado, observada rigorosamente a ordem constante da Ata ou do cadastro de reserva e as condições estabelecidas no Edital e na legislação aplicável, para manifestação acerca do fornecimento das cestas básicas.
5. A convocação deverá observar as condições juridicamente aplicáveis ao cadastro de reserva e ao registro de preços, vedada a contratação direta do segundo colocado fora das condições admitidas pelo procedimento licitatório.
6. Havendo aceitação e preenchidos os requisitos necessários, deverão ser adotadas as providências para emissão da correspondente ordem de fornecimento, de forma a assegurar a continuidade do atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social.
7. Junte-se cópia desta decisão ao Processo Administrativo de Responsabilização apenas para ciência e registro, sem que seu conteúdo seja considerado antecipação da decisão sancionatória.

Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

ADRIANA CRISTINA SOUZA CARDOSO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:04366331

SETOR DE LICITAÇAO
DESPACHO SANEADOR PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

Interessada: SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
DESPACHO SANEADOR
A **COMISSÃO PROCESSANTE**, constituída para condução do Processo Administrativo de Responsabilização instaurado em face da empresa **SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 55.814.591/0001-22, após análise da defesa apresentada e do parecer jurídico constante dos autos, passa ao saneamento do processo.
I – Da defesa apresentada
A empresa apresentou tempestivamente defesa administrativa, na qual sustenta, em síntese, a necessidade de individualização dos fatos objeto da apuração, comprovação das desconformidades apontadas, acesso integral aos autos, produção de provas e observância do contraditório, ampla defesa, proporcionalidade e motivação.
A defesa requer expressamente acesso aos documentos integrantes do procedimento e manifesta interesse na produção de prova documental, prova técnica, esclarecimentos dos agentes envolvidos na conferência e apresentação de documentos complementares.
Ao final, requer o arquivamento caso não sejam demonstrados suficientemente os pressupostos necessários à caracterização de infração administrativa ou, subsidiariamente, a observância da proporcionalidade e individualização de eventual medida administrativa.
Os elementos existentes nos autos não autorizam, no presente momento, o arquivamento do procedimento.
A defesa apresentada, contudo, formula requerimentos probatórios cuja apreciação demanda prévia individualização, bem como suscita a necessidade de complementação da instrução quanto às desconformidades verificadas na apresentação dos produtos em 31 de julho de 2026.
II – Do acesso aos autos
Embora os documentos que fundamentaram a instauração tenham sido encaminhados juntamente com a notificação anteriormente expedida, em atenção ao requerimento formulado pela interessada e visando assegurar a máxima efetividade do contraditório e da ampla defesa, deverá ser facultado novo acesso à integralidade dos autos.
Dessa forma, fica determinado que a empresa seja formalmente notificada de que **o Processo Administrativo de Responsabilização encontra-se à sua disposição para consulta no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG**, podendo examinar integralmente seu conteúdo e obter as cópias que entender necessárias.
III – Da especificação das provas
A empresa manifestou interesse na produção de provas, porém os requerimentos foram formulados de maneira genérica, sem suficiente individualização do meio probatório, do fato que se pretende demonstrar e da necessidade de sua produção.
Assim, antes da apreciação dos requerimentos, deverá ser concedida oportunidade para sua especificação.

A empresa deverá ser notificada para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da ciência da notificação:
a) apresentar os documentos complementares que entender pertinentes;
b) especificar individualmente cada prova que pretende produzir;
c) indicar, para cada prova requerida, o fato concreto que pretende demonstrar;
d) justificar sua pertinência, necessidade e utilidade para o esclarecimento dos fatos objeto do processo; e
e) tratando-se de prova técnica, indicar precisamente a questão técnica controvertida que entende depender de conhecimento especializado.
Fica desde já consignado que requerimentos probatórios genéricos, desacompanhados da necessária individualização e justificativa, poderão ser indeferidos mediante decisão fundamentada.

IV – Da complementação da instrução

Determina-se à **Secretaria Municipal de Assistência Social** que apresente relatório circunstanciado acerca dos produtos apresentados pela empresa em 31 de julho de 2026.
O relatório deverá, sempre que possível, individualizar:
a) cada produto integrante da cesta básica objeto da conferência;
b) a especificação prevista no Edital, Termo de Referência, proposta, Ata de Registro de Preços e NAF nº 002216;
c) as características do produto efetivamente apresentado;
d) marca ofertada e marca apresentada, quando aplicável;
e) quantidade, peso ou gramatura exigidos e apresentados;
f) embalagem exigida e apresentada;
g) divergência concretamente constatada; e
h) documentos, registros, fotografias ou demais elementos existentes relativos à ocorrência.
Deverão ser identificados os servidores responsáveis pela conferência e informado se ocorreu, posteriormente, regularização total ou parcial da obrigação.

V – Das determinações

Diante do exposto, a Comissão Processante determina:
a) o regular prosseguimento do Processo Administrativo de Responsabilização;
b) a expedição de notificação à SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., comunicando-lhe a disponibilidade integral dos autos para consulta no Setor de Licitações e obtenção de cópias;
c) a concessão do prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de documentos complementares e especificação individualizada das provas que pretende produzir, acompanhada das respectivas justificativas;
d) a elaboração do relatório circunstanciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
e) concluídas essas providências, o retorno dos autos à Comissão para apreciação fundamentada dos requerimentos probatórios;
f) deferidas provas ou diligências, sua regular produção; e
g) concluída a instrução, o prosseguimento do procedimento, assegurando-se à empresa manifestação acerca das novas provas produzidas, quando cabível, antes da elaboração do relatório final.
Cumpra-se.

Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

REGINALDO SATURNINO CARDOSO
Presidente da Comissão Processante

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Membro da Comissão Processante

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:05D14965

SETOR DE LICITAÇAO
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Processo Licitatório nº 020/2026
Pregão Eletrônico nº 004/2026
Ata de Registro de Preços nº 040/2026
NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG
NOTIFICADA: SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 55.814.591/0001-22
ASSUNTO: CIÊNCIA DE DESPACHO SANEADOR, DISPONIBILIZAÇÃO DOS AUTOS E ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS
O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG, por intermédio da Comissão responsável pelo Processo Administrativo de Responsabilização em referência, vem NOTIFICAR a empresa SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., nos seguintes termos:
I – Do prosseguimento do processo
A defesa administrativa apresentada pela empresa foi regularmente recebida e incorporada aos autos.
Após sua análise e considerando o parecer jurídico emitido, foi determinado o prosseguimento da instrução do Processo Administrativo de Responsabilização, não havendo, neste momento, decisão definitiva acerca da existência de responsabilidade administrativa ou de eventual sanção.
II – Da disponibilização integral dos autos
Embora os documentos que fundamentaram a instauração do procedimento tenham sido encaminhados juntamente com a notificação anteriormente expedida, considerando o requerimento formulado na defesa, fica a empresa cientificada de que a integralidade do Processo Administrativo de Responsabilização encontra-se à sua disposição para consulta no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG.
A interessada poderá consultar os autos durante o horário regular de funcionamento do setor e obter as cópias dos documentos que entender necessárias ao exercício de sua defesa.
III – Da especificação das provas
Em sua defesa, a empresa requereu a produção de prova documental, prova técnica, esclarecimentos de agentes públicos envolvidos e possibilidade de apresentação de documentos complementares.
Considerando que os requerimentos foram formulados genericamente, fica concedido à empresa o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento desta notificação, para:
a) apresentar documentos complementares que entender pertinentes;
b) especificar, de forma individualizada, cada prova que pretende produzir;
c) indicar, relativamente a cada prova requerida, o fato concreto que pretende demonstrar;
d) apresentar justificativa quanto à pertinência, necessidade e utilidade da prova para o esclarecimento dos fatos objeto da apuração; e
e) tratando-se de prova técnica, identificar precisamente a questão técnica controvertida que, em seu entendimento, demande conhecimento especializado.
IV – Da advertência quanto aos requerimentos genéricos
Fica a empresa expressamente cientificada de que requerimentos genéricos de produção de provas, desacompanhados da individualização do meio probatório, da indicação do fato que se pretende demonstrar e da respectiva justificativa de pertinência, necessidade e utilidade, poderão ser indeferidos pela Comissão Processante mediante decisão fundamentada.
O silêncio da empresa no prazo concedido será certificado nos autos, prosseguindo-se regularmente com a instrução do processo com os elementos disponíveis.
A presente notificação não representa antecipação de julgamento quanto à responsabilidade administrativa da empresa.

Córrego Danta, 31 de agosto de 2026.

REGINALDO SATURNINO CARDOSO
Presidente da Comissão Processante

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:B4A4FB5C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Couto de Magalhães de Minas - MG, torna público, que realizará o Processo Licitatório nº 057/2026, Pregão Eletrônico nº 026/2026, TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM".

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, VISANDO AO APOIO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

Data da sessão pública: **21 de Setembro de 2026 às 08:30h**

O Edital e os demais poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS, através do endereço eletrônico https://coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br/licitacoes/, na Plataforma de Licitações AMM Licita (Licitar Digital), através do endereço eletrônico www.ammlicita.org.br.

Outras informações: (38) 99914-6970.

Couto de Magalhães de Minas/MG, 31 de agosto de 2026.

JOSSIMAR APARECIDA MOURA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:7D6B3D8A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTÁLIA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2026

A PREF. MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG – torna público o extrato do Contrato nº 049/2026, Processo Administrativo nº 047/2026, Dispensa de Licitação nº 011/2026. Objeto: **CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROGRAMA COM O CIMAMS PARA A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO À POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRISTÁLIA/MG**, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007. Contratado: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS**, inscrito no CNPJ sob o nº 21.505.692/0001-08. Valor unitário: R$ 128,33 (cento e vinte e oito reais e trinta e três centavos) por hora técnica. Valor total da contratação: R$ 132.436,56 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

JAIRO DE MATOS BORGES JÚNIOR.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Daiany de Oliveira
Código Identificador:0339FF5D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO N° 010/2026.

APREF.MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG — torna público o extrato do Primeiro termo aditivo de acréscimo do contrato n° 010/2026, Processo Licitatório nº 007/2026, Concorrência Eletrônica n° **001/2026**. Objeto: **Contratação de empresa para a execução da obra de construção de Unidade Básica de Saúde (UBS), Tipo I, no Município de Cristália/MG, conforme Portaria GM/MS no 8.205/2025, Proposta n° 12105.295000125004.** Contratada**: E S DURAES CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ sob o n° 35.226.444/0001-24**. R$ 137.791,03 (cento e trinta e sete mil setecentos e noventa e um reais e três centavos). Data: 24/08/2026**.

JAIRO DE MATOS BORGES JÚNIOR.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Daiany de Oliveira
Código Identificador:F0EE0A86

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
CONTRATO Nº 071/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

CONTRATO Nº 071/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026 – Objeto: contratação de empresa especializada para serviços de ajuste e calibração de balança de capacidade de 30.000 kg, do Aterro Sanitário do Município de Curvelo/MG, em conformidade com a legislação metrológica vigente, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. **Valor:** R$5.990,00. **Dotação Orçamentária:** 02.11.03.17.512.1710.2192.3.3.90.39.00.2.500.000.0000-709. **Prazo de vigência:** 03 (três) meses a partir da publicação do extrato do Contrato no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas. **Data:** 27/08/2026. **Parte:** PRESTÉCNICA COMÉRCIO LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.485.053/0001-58.

Publicado por:
Luciana Boaventura Mendes
Código Identificador:BA50B2CB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO N° 062/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 040/2026

Objeto: Locação de imóvel urbano localizado na Rua Barão Do Rio Branco, nº 353, Bairro Centro, Curvelo/MG, registrado sob a matrícula nº 19.852 do Registro De Imóveis Da Comarca De Curvelo e inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal sob o nº 01.03.010.0058.001, para funcionamento do Núcleo Extensivo de Direitos Humanos e Serviços Socioassistenciais (NEDHSS)**.** - Dotação Orçamentária: 02.16.02.14.422.0806.2286.3.3.90.36.00.1.500.000.0000 – 851. - Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, até o limite de 05 (cinco) anos, desde que demonstrada a manutenção da necessidade administrativa e observada a legislação vigente. - Valor total: R$42.000,00. Data: 17/08/2026. **PARTE: RODRIGO CORRÊA TANURE, CPF: 477.xxx.xxx-72 E ALEXSANDRA SILVA TANURE, CPF: 078.xxx.xxx-13.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:95471D62

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.841, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SPOG).

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o disposto no § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026,

DECRETA:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOG), a que se refere a alínea "b" do inciso I do art. 13 da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, rege-se por este Decreto e pela legislação aplicável.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOG) tem como competências:

I – planejar, coordenar, controlar e executar a política municipal de transporte coletivo e mobilidade urbana;

II – coordenar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, o planejamento anual das contratações públicas da Administração Municipal, mediante a consolidação das demandas dos órgãos e entidades da Administração Direta e sua compatibilização com os instrumentos de planejamento e orçamento, em observância às diretrizes da legislação de licitações e contratos administrativos;

III – elaborar e implantar os programas de modernização de processos e racionalização de gastos;

IV – atuar, no que lhe compete, na gestão, coordenação ou apoio a conselhos e fundos municipais vinculados à sua secretaria, conforme determinações das leis específicas;

V – elaborar, coordenar e implementar a política municipal de desenvolvimento do Município, promovendo a execução do Plano Diretor e da legislação urbanística correlata, assegurando integração entre instrumentos de planejamento, ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável;

VI – elaborar, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Fazenda, a proposta de orçamento anual, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual de investimentos, acompanhando sua evolução e promovendo o monitoramento de metas, indicadores e resultados;

VII – coordenar, em articulação com demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, o desenvolvimento de projetos destinados à captação e negociação de recursos, apoiando o monitoramento e a governança de sua aplicação;

VIII – planejar, coordenar e controlar a execução de ações de regularização fundiária urbana em todo o Município, bem como planejar, gerir, acompanhar e fiscalizar a política municipal de habitação de interesse social, inclusive programas e projetos habitacionais, em articulação com outras secretarias, entidades e órgãos parceiros;

IX – coordenar o acompanhamento estratégico do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

X – planejar, coordenar e executar a política municipal de desenvolvimento econômico, empreendedorismo e inovação, incluindo ações de desburocratização, melhoria do ambiente de negócios, atração de investimentos e fortalecimento do ecossistema local;

XI – coordenar, gerir e supervisionar a Casa do Empreendedor, incluindo a Sala Mineira do Empreendedor e iniciativas correlatas, promovendo atendimento ao empreendedor, integração institucional e programas de fomento econômico;

XII – coordenar e fomentar ações de inovação pública, inteligência territorial, dados, geoprocessamento e iniciativas de cidade inteligente, visando subsidiar o planejamento, a avaliação de políticas públicas e o monitoramento de indicadores;

XIII – planejar, coordenar, controlar e executar a política municipal de regulação e fiscalização urbana, incluindo ações relativas ao uso e ocupação do solo, parcelamento do solo, posturas, edificações e ordenamento territorial, garantindo o cumprimento da legislação urbanística e correlata;

XIV – elaborar estudos técnicos preliminares e termos de referência relativos às compras e serviços necessários ao desempenho das atividades da Secretaria;

XV – executar e coordenar as atividades de aquisição de materiais e contratação de serviços e obras públicas inerentes ao funcionamento das unidades, equipamentos e projetos vinculados à Secretaria;

XVI – desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Art. 3º Integra a área de competência da SPOG, para fins de suporte técnico-administrativo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento (COMDESP), nos termos da legislação específica.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 4º A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOG) tem a seguinte estrutura administrativa:

I – Gabinete do Secretário:

a) Assessoria Administrativa, de Contratações e Gestão de Processos;

b) Assessoria de Planejamento e Orçamento;

c) Assessoria de Dados, Inteligência e Transparência;

d) Assessoria de Transporte Coletivo e Projetos Especiais;

II – Gerência de Habitação e Regularização Fundiária (REURB):

a) Departamento de Análise Técnica Territorial;

b) Departamento de Gestão Habitacional e Fundiária;

c) Setor de Programas Habitacionais e Regularização Fundiária;

III – Gerência de Gestão Territorial e Planejamento Urbano:

a) Departamento de Gestão e Atendimento de Processos Urbanísticos;

IV – Gerência de Projetos e Engenharia Urbana:

a) Departamento de Parcelamento do Solo e Análise Urbanística;

V – Gerência de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:

a) Departamento de Acompanhamento e Suporte ao Empreendedor;

b) Departamento de Novos Negócios e Ambiência de Negócios;

c) Departamento de Registro de Empresas e Inteligência de Mercado;

VI – Gerência de Regulação e Fiscalização Urbana:

a) Departamento de Suporte Administrativo ao Licenciamento de Atividades Econômicas.

Parágrafo único. As unidades administrativas que compõem a organização administrativa desta Secretaria serão compostas por servidores efetivos, no exercício de suas atribuições legais, e por

servidores ocupantes de cargos em comissão em funções de chefia, direção e assessoramento, observadas as normas específicas aplicáveis, a disponibilidade orçamentária e as áreas de atuação definidas pelo responsável da pasta.

TÍTULO III

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I

GABINETE DO SECRETÁRIO

Art. 5º O Gabinete do Secretário tem como atribuições:

I – prestar assessoramento direto ao Secretário na condução das atividades administrativas, estratégicas e institucionais da Secretaria;

II – coordenar o fluxo de informações, expedientes, processos administrativos e demandas submetidas ao Gabinete;

III – acompanhar o cumprimento das determinações, deliberações e orientações do Secretário, promovendo a articulação necessária com as unidades da Secretaria;

IV – promover a integração entre as assessorias, gerências, departamentos e demais unidades administrativas da Secretaria;

V – acompanhar matérias de interesse da Secretaria junto aos demais órgãos e entidades da Administração Pública;

VI – organizar e subsidiar reuniões, agendas, despachos, atos e demais compromissos institucionais do Secretário;

VII – prestar apoio ao funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento – COMDESP, sem prejuízo das competências estabelecidas em legislação específica;

VIII – acompanhar assuntos de natureza estratégica e intersetorial que demandem atuação integrada das unidades da Secretaria ou articulação com outros órgãos e entidades;

IX – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe sejam formalmente atribuídas pelo Secretário.

Seção I

Assessoria Administrativa, de Contratações e Gestão de Processos

Art. 6º A Assessoria Administrativa, de Contratações e Gestão de Processos tem como atribuições:

I – assessorar o Secretário na organização, coordenação e acompanhamento das atividades administrativas da Secretaria;

II – coordenar e acompanhar o fluxo de expedientes, processos, documentos e demandas administrativas submetidas ao Gabinete;

III – acompanhar a tramitação dos processos administrativos de interesse da Secretaria, promovendo os encaminhamentos necessários às unidades competentes;

IV – acompanhar o cumprimento de prazos, determinações e providências administrativas atribuídas às unidades da Secretaria;

V – promover a organização, padronização e o aperfeiçoamento de rotinas, fluxos, procedimentos, documentos e instrumentos de gestão administrativa;

VI – apoiar a gestão de documentos, arquivos, expedientes, recursos materiais e demais necessidades relacionadas ao funcionamento administrativo da Secretaria;

VII – assessorar o Secretário no planejamento e acompanhamento das contratações necessárias ao desenvolvimento das atividades da Secretaria;

VIII – coordenar e consolidar, no âmbito da Secretaria, as demandas de aquisição de bens, contratação de serviços e execução de obras;

IX – apoiar a elaboração e o acompanhamento do planejamento anual das contratações, em articulação com a Secretaria Municipal de Fazenda e demais unidades competentes;

X – coordenar, orientar e acompanhar, no âmbito da Secretaria, a elaboração dos estudos técnicos preliminares, termos de referência, projetos básicos, mapas de riscos e demais documentos necessários à adequada instrução dos processos de contratação;

XI – acompanhar a tramitação dos processos de contratação junto aos órgãos competentes, identificando pendências, riscos e providências necessárias ao seu regular prosseguimento;

XII – promover a padronização e o aperfeiçoamento dos procedimentos e documentos relacionados às contratações da Secretaria;

XIII – acompanhar contratos estratégicos vinculados à Secretaria quanto a prazos, entregas, obrigações, riscos e resultados, sem prejuízo das atribuições dos gestores e fiscais formalmente designados;

XIV – acompanhar a compatibilidade das demandas de contratação com os instrumentos de planejamento e orçamento;

XV – produzir informações e relatórios gerenciais relacionados à gestão administrativa, aos processos e às contratações da Secretaria;

XVI – articular-se com as unidades responsáveis por licitações, contratos, orçamento, finanças e demais áreas envolvidas na instrução e execução das contratações;

XVII – propor medidas de racionalização, centralização, padronização, simplificação e melhoria dos processos administrativos e das contratações;

XVIII – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe sejam formalmente atribuídas pelo Secretário.

Seção II

Assessoria de Planejamento e Orçamento

Art. 7º A Assessoria de Planejamento e Orçamento tem como atribuições:

I – prestar assessoramento ao Secretário nas matérias relacionadas ao planejamento, à gestão e às competências da Secretaria;

II – apoiar a organização, sistematização e instrução administrativa das matérias institucionais submetidas à apreciação do Secretário;

III – elaborar informações, estudos, relatórios, minutas e demais documentos de natureza administrativa necessários ao planejamento, à gestão e à tomada de decisão do Secretário;

IV – acompanhar a implementação das políticas, programas, projetos e ações estratégicas da Secretaria, promovendo a articulação entre as unidades administrativas envolvidas;

V – acompanhar os atos normativos relacionados às políticas e atividades de competência da Secretaria, identificando necessidades de regulamentação, atualização ou adequação e promovendo, quando necessário, o encaminhamento das matérias aos órgãos competentes;

VI – articular-se com a Procuradoria-Geral do Município para o encaminhamento das matérias que demandem análise, orientação ou

manifestação jurídica, fornecendo os elementos administrativos necessários à sua apreciação;

VII – acompanhar alterações legislativas e regulamentares relacionadas às áreas de atuação da Secretaria, promovendo sua divulgação às unidades interessadas e subsidiando a adequação dos procedimentos administrativos;

VIII – propor medidas destinadas à padronização, integração e aperfeiçoamento dos procedimentos de planejamento e gestão da Secretaria;

IX – reunir, organizar e fornecer respostas e informações necessários ao atendimento de demandas oriundas dos órgãos de controle, Procuradoria-Geral do Município, Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Contas e demais instituições, observadas as competências dos órgãos municipais responsáveis;

X – assessorar o Secretário na elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento orçamentário da Secretaria;

XI – subsidiar, no âmbito das competências da SPOG, a elaboração e o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);

XII – acompanhar, para fins de planejamento e gestão, a disponibilidade e execução das dotações orçamentárias destinadas à Secretaria, em articulação com a Secretaria Municipal de Fazenda;

XIII – acompanhar a execução física e financeira dos programas, projetos e ações vinculados à Secretaria, e sua correspondência com o planejamento e os recursos orçamentários previstos;

XIV – verificar a compatibilidade entre programas, projetos, contratações e demais iniciativas da Secretaria e com os instrumentos de planejamento e orçamento;

XV – acompanhar os saldos e a evolução orçamentária dos programas, projetos e ações da Secretaria, para fins gerenciais, sem prejuízo das competências da Secretaria Municipal de Fazenda;

XVI – subsidiar o Secretário na definição de metas, prioridades e necessidades de alocação dos recursos disponíveis para os programas e projetos da Secretaria;

XVII – acompanhar o desempenho dos programas e projetos estratégicos da Secretaria, mediante análise de metas, indicadores, cronogramas e resultados;

XVIII – produzir informações, estudos, análises e relatórios relacionados ao planejamento e à execução orçamentária da Secretaria;

XIX – promover a articulação com a Secretaria Municipal de Fazenda e com os demais órgãos competentes nas matérias relacionadas ao planejamento orçamentário e à execução das ações da Secretaria;

XX – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe sejam formalmente atribuídas pelo Secretário.

Seção III

Assessoria de Dados, Inteligência e Transparência

Art. 8º A Assessoria de Dados, Inteligência e Transparência tem como atribuições:

I – assessorar o Secretário na utilização estratégica de dados, informações e evidências para planejamento, monitoramento, avaliação e tomada de decisão;

II – coordenar a organização, consolidação, tratamento e análise de dados estratégicos relacionados às competências da Secretaria;

III – desenvolver e acompanhar indicadores, metas e resultados das políticas, programas, projetos e ações da SPOG;

IV – estruturar e manter painéis, relatórios, mapas, bases de dados, sistemas de informação e demais instrumentos de inteligência e apoio à tomada de decisão;

V – promover, em articulação com as unidades competentes, a integração e interoperabilidade das bases de dados utilizadas pela Secretaria, observadas as normas de segurança da informação, sigilo e proteção de dados pessoais;

VI – coordenar e apoiar a produção, organização e atualização de bases de dados territoriais, urbanísticas, econômicas, habitacionais, fundiárias, orçamentárias, administrativas e relacionadas às demais áreas de atuação da Secretaria;

VII – desenvolver estudos, diagnósticos, levantamentos e análises destinados a subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas;

VIII – coordenar e apoiar iniciativas de inteligência territorial, geoprocessamento, governo digital, dados abertos e cidade inteligente relacionadas às competências da Secretaria;

IX – estabelecer padrões e metodologias para coleta, tratamento, organização, qualidade, análise e apresentação de dados no âmbito da Secretaria;

X – propor, em articulação com a unidade municipal responsável pela tecnologia da informação, soluções tecnológicas e analíticas destinadas à melhoria dos processos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação;

XI – apoiar a avaliação de resultados e impactos dos programas e projetos estratégicos da Secretaria;

XII – promover e apoiar ações de transparência ativa relacionadas às competências, programas, projetos, dados, indicadores e resultados da Secretaria;

XIII – organizar e disponibilizar, observadas as restrições legais, dados, indicadores, relatórios e informações de interesse público relacionados às políticas sob responsabilidade da Secretaria;

XIV – apoiar a elaboração de relatórios institucionais, apresentações, consultas públicas, audiências e demais instrumentos destinados à divulgação e compreensão das políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria;

XV – articular-se com as unidades municipais responsáveis por tecnologia da informação, transparência, comunicação e proteção de dados para implementação das ações de sua competência;

XVI – fomentar a utilização de dados e evidências pelas unidades da Secretaria como instrumento de planejamento, acompanhamento e aperfeiçoamento das políticas públicas;

XVII – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe sejam formalmente atribuídas pelo Secretário.

Seção IV

Assessoria de Transporte Coletivo e Projetos Especiais

Art. 9º A Assessoria de Transporte Coletivo e Projetos Especiais tem como atribuições:

I – assessorar o Secretário na formulação, coordenação, acompanhamento e avaliação da política municipal de transporte coletivo;

II – planejar, coordenar e monitorar, em articulação com as unidades competentes, ações destinadas à melhoria, qualificação e modernização do transporte coletivo municipal;

III – acompanhar a execução dos contratos, concessões, permissões e demais instrumentos relacionados à prestação do serviço de transporte coletivo, sem prejuízo das atribuições dos gestores e fiscais formalmente designados;

IV – elaborar e acompanhar estudos, diagnósticos, levantamentos, indicadores e relatórios relacionados ao transporte coletivo, especialmente quanto à cobertura, demanda, linhas, itinerários, horários, tarifas, qualidade, eficiência e sustentabilidade do serviço;

V – propor medidas destinadas à melhoria, racionalização, integração e aperfeiçoamento do sistema municipal de transporte coletivo;

VI – acompanhar propostas de criação, alteração, adequação ou reorganização de linhas, itinerários, horários, pontos de parada e demais elementos integrantes do sistema de transporte coletivo;

VII – articular-se com órgãos e entidades públicas, concessionárias, operadores, usuários e demais instituições envolvidas na política de transporte coletivo;

VIII – assessorar o Secretário na estruturação, articulação, governança e acompanhamento de projetos especiais ou estratégicos que lhe forem atribuídos;

IX – acompanhar cronogramas, metas, entregas, indicadores, riscos, pendências e resultados dos projetos especiais e estratégicos sob sua responsabilidade;

X – promover a articulação entre órgãos, entidades e unidades administrativas envolvidos na estruturação e execução dos projetos sob seu acompanhamento;

XI – elaborar relatórios executivos, notas técnicas, diagnósticos e demais subsídios necessários à tomada de decisão relacionada aos projetos sob sua responsabilidade;

XII – apoiar a estruturação de projetos destinados à captação de recursos, celebração de parcerias e viabilização de investimentos;

XIII – acompanhar estudos de viabilidade, alternativas técnicas e modelos de execução relacionados aos projetos especiais, em articulação com as unidades técnicas competentes;

XIV – propor e implementar mecanismos de governança, monitoramento e avaliação dos projetos especiais e estratégicos sob seu acompanhamento;

XV – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe sejam formalmente atribuídas pelo Secretário.

CAPÍTULO II

GERÊNCIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (REURB)

Art. 10. A Gerência de Habitação e Regularização Fundiária (REURB) tem como atribuições:

I – planejar, coordenar e acompanhar as políticas, programas e projetos municipais de habitação de interesse social e regularização fundiária urbana;

II – coordenar a implementação de programas habitacionais municipais, estaduais e federais, inclusive os vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e outros congêneres;

III – coordenar as ações de regularização fundiária urbana, promovendo sua integração com as políticas de habitação, planejamento urbano e desenvolvimento territorial;

IV – articular-se com órgãos e entidades públicas, instituições privadas e demais parceiros para viabilização de programas, projetos, recursos e ações de habitação e regularização fundiária;

V – propor diretrizes, prioridades, metas e estratégias para redução do déficit habitacional, ampliação do acesso à moradia e promoção da segurança da posse;

VI – supervisionar e orientar as unidades administrativas vinculadas à Gerência;

VII – acompanhar e avaliar os resultados, indicadores, riscos e prioridades dos programas e projetos sob sua responsabilidade;

VIII – prestar assessoramento técnico ao Secretário nas matérias de sua competência;

IX – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção I

Departamento de Análise Técnica Territorial

Art. 11. O Departamento de Análise Técnica Territorial tem como atribuições:

I – realizar levantamentos e análises técnicas das áreas vinculadas ou destinadas a programas habitacionais e processos de regularização fundiária urbana;

II – realizar e acompanhar levantamentos topográficos, planialtimétricos, cadastrais e demais levantamentos necessários à caracterização física e territorial das áreas;

III – produzir, organizar e atualizar plantas, mapas, croquis, bases cartográficas e demais representações técnicas do território;

IV – produzir, organizar e manter informações georreferenciadas relativas aos núcleos urbanos informais, áreas de interesse habitacional, imóveis, lotes e demais elementos territoriais relacionados às políticas da Gerência;

V – elaborar mapas temáticos e demais instrumentos de representação e visualização de dados territoriais para subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a tomada de decisão;

VI – realizar análises destinadas à identificação e caracterização das condições físicas, territoriais, urbanísticas e de infraestrutura das áreas objeto de atuação da Gerência;

VII – produzir levantamentos, informações e subsídios técnicos necessários à elaboração, instrução, execução e acompanhamento dos programas, projetos e processos de habitação e regularização fundiária;

VIII – apoiar tecnicamente a avaliação, seleção e priorização de áreas destinadas à implantação de programas habitacionais e ações de regularização fundiária;

IX – articular-se com as demais unidades municipais para integração e atualização das informações técnicas e territoriais relacionadas às suas atribuições;

X – exercer outras atribuições correlatas de natureza técnica e territorial destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção II

Departamento de Gestão Habitacional e Fundiária

Art. 12. O Departamento de Gestão Habitacional e Fundiária tem como atribuições:

I – gerir e acompanhar a execução dos programas, projetos e ações de habitação de interesse social e regularização fundiária;

II – instruir e acompanhar os processos administrativos de regularização fundiária urbana e os procedimentos de titulação e registro deles decorrentes;

III – acompanhar os projetos, estudos e documentos necessários à implementação de programas habitacionais e processos de regularização fundiária;

IV – realizar estudos e levantamentos relativos à demanda e ao déficit habitacional, aos núcleos urbanos informais e às áreas passíveis de regularização;

V – articular-se com órgãos, instituições, comissões e demais unidades envolvidas na execução das políticas habitacional e fundiária;

VI – subsidiar a definição de prioridades, metas, indicadores e estratégias de atuação da Gerência;

VII – apoiar ações destinadas à prevenção de ocupações irregulares e do crescimento urbano desordenado;

VIII – subsidiar propostas de aperfeiçoamento da legislação e dos procedimentos relacionados à habitação e regularização fundiária;

IX – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção III

Setor de Programas Habitacionais e Regularização Fundiária

Art. 13. O Setor de Programas Habitacionais e Regularização Fundiária tem como atribuições:

I – prestar apoio técnico e administrativo à execução e ao acompanhamento dos programas e projetos habitacionais;

II – apoiar a instrução e o acompanhamento dos processos de regularização fundiária e titulação;

III – organizar e manter atualizados documentos, cadastros, informações e bases de dados relacionados à demanda habitacional, beneficiários e núcleos urbanos informais;

IV – realizar diligências e acompanhar a tramitação dos processos e expedientes sob sua responsabilidade;

V – prestar atendimento e orientação inicial aos cidadãos e interessados quanto aos programas habitacionais e procedimentos de regularização fundiária;

VI – apoiar levantamentos, diagnósticos e articulações necessários à execução das políticas habitacional e fundiária;

VII – elaborar informações e relatórios de acompanhamento das atividades desenvolvidas;

VIII – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

CAPÍTULO III

GERÊNCIA DE GESTÃO TERRITORIAL E PLANEJAMENTO URBANO

Art. 14. A Gerência de Gestão Territorial e Planejamento Urbano tem como atribuições:

I – coordenar e acompanhar a implementação das políticas de planejamento urbano e territorial, em consonância com o Plano Diretor e a legislação urbanística;

II – elaborar e coordenar estudos, diretrizes e instrumentos destinados ao ordenamento territorial, à expansão urbana e ao desenvolvimento sustentável do Município;

III – acompanhar a aplicação da legislação urbanística e propor sua atualização, regulamentação e aperfeiçoamento;

IV – promover a integração das ações de planejamento territorial com as políticas de habitação, mobilidade, desenvolvimento econômico, meio ambiente, infraestrutura e demais políticas com repercussão sobre o território;

V – realizar e coordenar estudos e análises técnicas relacionados ao desenvolvimento urbano, ao uso e ocupação do solo e à dinâmica territorial;

VI – coordenar o aperfeiçoamento dos processos, fluxos, instrumentos e soluções tecnológicas relacionados à gestão e ao planejamento urbano;

VII – prestar orientação e apoio técnico às unidades administrativas e aos interessados nas matérias relacionadas ao planejamento urbano, observadas as competências específicas das demais unidades;

VIII – prestar suporte técnico e administrativo às comissões relacionadas ao parcelamento do solo, sem prejuízo de sua autonomia e competências próprias;

IX – prestar assessoramento técnico ao Secretário nas matérias de planejamento urbano, ordenamento territorial e desenvolvimento urbano;

X – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção I

Departamento de Gestão e Atendimento de Processos Urbanísticos

Art. 15. O Departamento de Gestão e Atendimento de Processos Urbanísticos tem como atribuições:

I – receber, registrar, triar, instruir e encaminhar processos e expedientes relacionados às matérias urbanísticas às unidades competentes;

II – verificar a conformidade formal e procedimental dos processos e promover as diligências administrativas necessárias à sua adequada instrução;

III – acompanhar a tramitação dos processos urbanísticos, seus prazos, etapas, pendências e encaminhamentos;

IV – prestar atendimento e orientação aos cidadãos, profissionais, empreendedores e demais interessados quanto aos procedimentos, documentação e tramitação dos processos urbanísticos;

V – organizar e padronizar rotinas, fluxos, documentos e procedimentos administrativos relacionados às demandas da Gerência;

VI – elaborar informações, relatórios e demais subsídios administrativos necessários à instrução dos processos;

VII – prestar apoio administrativo às comissões e unidades técnicas envolvidas na análise dos processos urbanísticos;

VIII – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

CAPÍTULO IV

GERÊNCIA DE PROJETOS E ENGENHARIA URBANA

Art. 16. A Gerência de Projetos e Engenharia Urbana tem como atribuições:

I – coordenar e supervisionar a análise técnica dos processos e projetos de parcelamento do solo e demais intervenções urbanísticas submetidas à Secretaria;

II – coordenar a análise da conformidade dos projetos com as diretrizes urbanísticas, o Plano Diretor, a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais normas aplicáveis;

III – coordenar a análise dos projetos de infraestrutura e urbanização vinculados aos parcelamentos do solo;

IV – estabelecer critérios, padrões, procedimentos e fluxos para análise dos projetos sob sua responsabilidade;

V – promover a integração das análises urbanísticas, fundiárias, arquitetônicas e de engenharia necessárias à apreciação dos projetos;

VI – articular-se com órgãos, entidades, concessionárias, empreendedores e responsáveis técnicos para adequada instrução e análise dos processos;

VII – prestar suporte técnico às comissões relacionadas ao parcelamento do solo, observadas suas competências próprias;

VIII – propor o aperfeiçoamento da legislação, dos procedimentos e dos instrumentos relacionados ao parcelamento do solo e à engenharia urbana;

IX – prestar assessoramento técnico ao Secretário nas matérias de sua competência;

X – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção I

Departamento de Parcelamento do Solo e Análise Urbanística

Art. 17. O Departamento de Parcelamento do Solo e Análise Urbanística tem como atribuições:

I – analisar e instruir processos de loteamento, desmembramento, remembramento, modificações de parcelamento, retificações e demais modalidades previstas na legislação;

II – analisar projetos, plantas, memoriais, levantamentos, documentos técnicos e projetos de infraestrutura e urbanização;

III – verificar a conformidade dos projetos com as diretrizes urbanísticas, os parâmetros de uso e ocupação do solo e as demais normas aplicáveis;

IV – emitir manifestações técnicas, relatórios, exigências e demais documentos necessários à análise e instrução dos processos;

V – analisar, para fins de licenciamento urbanístico e edilício, no âmbito de sua competência, projetos arquitetônicos e urbanísticos submetidos ao licenciamento municipal;

VI – acompanhar o atendimento das exigências formuladas e realizar as reanálises necessárias;

VII – instruir os processos submetidos às comissões e demais instâncias competentes, prestando-lhes o apoio técnico necessário;

VIII – orientar interessados e responsáveis técnicos quanto aos requisitos e procedimentos aplicáveis aos processos sob sua responsabilidade;

IX – manter atualizadas as informações relativas aos processos analisados e subsidiar a produção de indicadores e informações gerenciais;

X – exercer outras atribuições correlatas de natureza técnica.

CAPÍTULO V

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

Art. 18. A Gerência de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo tem como atribuições:

I – formular, coordenar e acompanhar políticas, programas e projetos destinados ao desenvolvimento econômico sustentável e ao fortalecimento das atividades produtivas;

II – coordenar as políticas de empreendedorismo, desburocratização, melhoria do ambiente de negócios e apoio às empresas;

III – coordenar e supervisionar a Casa do Empreendedor, a Sala Mineira do Empreendedor e os demais serviços municipais de apoio ao empreendedor;

IV – promover a articulação entre o Município, empresas, empreendedores, entidades empresariais, instituições de ensino, instituições financeiras e demais atores do desenvolvimento econômico;

V – coordenar ações de atração, retenção e expansão de investimentos e de desenvolvimento de novos negócios;

VI – promover programas e ações de capacitação, inovação, competitividade e fortalecimento do ecossistema empresarial;

VII – acompanhar indicadores econômicos e empresariais e utilizá-los na formulação e avaliação das políticas de desenvolvimento econômico;

VIII – articular programas, recursos, investimentos e parcerias destinados ao desenvolvimento econômico municipal;

IX – acompanhar e avaliar os resultados das políticas, programas e projetos sob sua responsabilidade;

X – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção I

Departamento de Acompanhamento e Suporte ao Empreendedor

Art. 19. O Departamento de Acompanhamento e Suporte ao Empreendedor tem como atribuições:

I – prestar atendimento e orientação aos empreendedores quanto à formalização, regularização e funcionamento das atividades econômicas;

II – articular e acompanhar o encaminhamento das demandas dos empreendedores junto às unidades competentes da Administração Municipal;

III – coordenar operacionalmente os serviços prestados pela Casa do Empreendedor e pela Sala Mineira do Empreendedor;

IV – promover e apoiar capacitações, programas, eventos, serviços e oportunidades destinados ao fortalecimento do empreendedorismo;

V – apoiar iniciativas de simplificação, desburocratização e melhoria da experiência do empreendedor;

VI – organizar e acompanhar informações e indicadores relativos aos atendimentos e serviços prestados;

VII – articular-se com instituições e parceiros para ampliação dos serviços e oportunidades disponibilizados aos empreendedores;

VIII – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção II

Departamento de Novos Negócios e Ambiência de Negócios

Art. 20. O Departamento de Novos Negócios e Ambiência de Negócios tem como atribuições:

I – identificar e apoiar oportunidades de implantação, expansão e diversificação de atividades econômicas;

II – desenvolver ações de atração, retenção e expansão de investimentos e empreendimentos;

III – identificar setores, cadeias produtivas, potencialidades e oportunidades estratégicas para o desenvolvimento econômico municipal;

IV – acompanhar demandas de empresas e investidores e promover sua articulação com as unidades competentes;

V – identificar entraves ao desenvolvimento das atividades econômicas e propor medidas de simplificação e melhoria do ambiente de negócios;

VI – promover o relacionamento institucional com empresas, investidores, entidades empresariais e demais atores relevantes;

VII – apoiar iniciativas, eventos, parcerias e projetos destinados à promoção econômica, inovação, competitividade e atração de investimentos;

VIII – produzir informações e subsídios relacionados a investimentos, oportunidades e ambiente de negócios;

IX – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção III

Departamento de Registro de Empresas e Inteligência de Mercado

Art. 21. O Departamento de Registro de Empresas e Inteligência de Mercado tem como atribuições:

I – organizar, integrar e manter atualizadas informações de interesse econômico e empresarial disponíveis à Administração Municipal;

II – acompanhar e analisar a dinâmica empresarial do Município, sua composição, distribuição territorial, evolução e tendências;

III – desenvolver indicadores, estudos, diagnósticos, mapas, painéis e demais instrumentos de inteligência econômica e empresarial;

IV – identificar setores, atividades, áreas e oportunidades relevantes para o desenvolvimento, diversificação econômica e atração de investimentos;

V – subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico e empreendedorismo;

VI – promover, em articulação com as unidades competentes, a integração, padronização e qualidade das bases de dados econômicos e empresariais, observadas as normas de sigilo e proteção de dados;

VII – fornecer informações e análises para subsidiar o planejamento territorial, a melhoria do ambiente de negócios e a tomada de decisão;

VIII – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

CAPÍTULO VI

GERÊNCIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO URBANA

Art. 22. A Gerência de Regulação e Fiscalização Urbana tem como atribuições:

I – planejar, coordenar e executar ações de fiscalização de obras, posturas, uso e ocupação do solo e demais matérias sujeitas ao poder de polícia urbana;

II – promover ações preventivas e corretivas destinadas ao cumprimento da legislação urbanística, de posturas e ordenamento urbano;

III – lavrar autos, notificações, embargos e demais atos administrativos de polícia urbana, nos termos da legislação aplicável;

IV – atuar na prevenção e no enfrentamento de parcelamentos, ocupações, obras e atividades em desconformidade com a legislação;

V – instruir e analisar os processos administrativos decorrentes das ações de fiscalização, observadas as competências decisórias estabelecidas em lei;

VI – coordenar as atividades relacionadas à regulação e ao licenciamento de atividades econômicas atribuídas à Secretaria;

VII – propor medidas de atualização, aperfeiçoamento e aplicação da legislação de fiscalização, posturas e ordenamento urbano;

VIII – desenvolver ações orientativas e educativas e acompanhar os resultados e indicadores das atividades de fiscalização;

IX – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

Seção I

Departamento de Suporte Administrativo ao Licenciamento de Atividades Econômicas

Art. 23. O Departamento de Suporte Administrativo ao Licenciamento de Atividades Econômicas tem como atribuições:

I – receber, triar, organizar e encaminhar os processos e demandas relacionados ao licenciamento de atividades econômicas;

II – verificar a completude documental e promover diligências administrativas destinadas ao saneamento de pendências formais, sem prejuízo das análises técnicas das unidades competentes;

III – acompanhar a tramitação, os prazos e as pendências dos processos de licenciamento;

IV – manter atualizados os registros e sistemas relacionados às movimentações e decisões dos processos;

V – promover a padronização e o aperfeiçoamento dos fluxos, procedimentos e instrumentos administrativos do licenciamento econômico;

VI – articular-se com a Gerência de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo e com as demais unidades envolvidas nos processos de abertura, regularização e licenciamento de atividades econômicas;

VII – produzir informações gerenciais e propor medidas de simplificação, integração e melhoria dos processos de licenciamento;

VIII – exercer outras atribuições correlatas destinadas à consecução de suas finalidades institucionais.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Fica revogado o Decreto nº 6.687, de 19 de maio de 2026.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 21 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:0C88E65E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.850, DE 28 DE AGOSTO DE 2026

INCLUI FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Inclui na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, a fonte de recursos 1.621.000.0000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS proveniente do Governo Estadual, na dotação orçamentária 02.09.02.10.302.1005.2122.3.1.90.11.00, ficha 380.

Art. 2º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.04 PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
02.04.01 PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
03 Essencial à Justiça
03.091 Defesa de Ordem Judiciária
03.091.0202 Defesa Jurídica do Município
03.091.0202.2016 Gestão da Procuradoria-Geral Municipal
3.1.90.94.00 094 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.100,00
02.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0408 Administração Geral e Suporte Operacional
04.122.0408.2022 Gestão da Secretaria Municipal de Administração
3.1.90.94.00 120 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$1.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.000,00
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.1302 Tradição e Memória: Nossa História
04.122.1302.2049 Gestão da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo
3.1.90.94.00 230 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$1.270,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.270,00
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.1003 Atenção Primária à Saúde
10.301.1003.2110 Manutenção da Atenção Primária à Saúde
3.1.90.94.00 317 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$6.400,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$6.400,00
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2122 Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial
3.1.90.11.00 380 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$260,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$260,00
10.302.1005.2313 Manutenção de Urgência e Emergência
3.1.90.94.00 405 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$13.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$13.000,00
10.302.1005.2314 Manutenção do Centro Odontológico (CEO)
3.1.90.11.00 415 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$8.900,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$8.900,00
10.304 Vigilância Sanitária
10.304.1006 Vigilância em Saúde – Sanitária
10.304.1006.2124 Manutenção da Vigilância Sanitária
3.1.90.94.00 436 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$12.500,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$12.500,00
02.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0413 Infraestrutura e Gestão Integrada
04.122.0413.2152 Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
3.1.90.94.00 657 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$19.840,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$19.840,00
02.16 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.16.02 Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
08.244 Assistência Comunitária
08.244.0805 Proteção Social Básica
08.244.0805.2331 Bloco da Proteção Social Básica
3.1.90.94.00 833 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$900,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$900,00
02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.18.02 SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
04 Administração
04.131 Comunicação Social
04.131.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.131.0401.2343 Gestão da Subsecretaria de Comunicação Social
3.1.90.94.00 928 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$880,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$880,00
TOTAL: R$67.050,00

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.04 PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
02.04.01 PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
03 Essencial à Justiça
03.091 Defesa de Ordem Judiciária
03.091.0202 Defesa Jurídica do Município
03.091.0202.2016 Gestão da Procuradoria-Geral Municipal
4.4.90.52.00 104 Equipamento e Material Permanente R$2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.100,00
02.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0408 Administração Geral e Suporte Operacional
04.122.0408.2022 Gestão da Secretaria Municipal de Administração

3.1.90.04.00 117 Contratação por Tempo Determinado R$1.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.000,00
02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0430 Gestão Administrativa e Controle Fiscal
04.122.0430.2037 Gestão da Secretaria Municipal de Fazenda
3.3.90.35.00 198 Serviços de Consultoria R$1.270,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.270,00
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.1003 Atenção Primária à Saúde
10.301.1003.2110 Manutenção da Atenção Primária à Saúde
3.1.90.04.00 314 Contratação por Tempo Determinado R$19.660,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$19.400,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$260,00
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2117 Manutenção dos Serviços de Diagnóstico
3.1.90.04.00 336 Contratação por Tempo Determinado R$21.400,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$21.400,00
02.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.11.02 SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
15 Urbanismo
15.452 Serviços Urbanos
15.452.0413 Infraestrutura e Gestão Integrada
15.452.0413.2028 Manutenção dos Serviços de Cemitério
4.4.90.52.00 678 Equipamento e Material Permanente R$19.840,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$19.840,00
02.16 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.16.02 Fundo Municipal de Assistência Social
14 Direitos da Cidadania
14.422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
14.422.0806 Promoção e Defesa dos Direitos
14.422.0806.2286 Departamento de Direitos Humanos
3.1.90.04.00 846 Contratação por Tempo Determinado R$900,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$900,00
02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.18.02 SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
04 Administração
04.131 Comunicação Social
04.131.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.131.0401.2344 Suporte Cerimonial e Eventos Oficiais
3.3.90.39.00 935 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$880,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$880,00
TOTAL: R$67.050,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de agosto de 2026.

Curvelo, 28 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:C7128373

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.851, DE 28 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2313 Manutenção de Urgência e Emergência
3.1.90.04.00 401 Contratação por Tempo Determinado R$60.000,00
2.605.000.0000 Assistência Financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem R$60.000,00
TOTAL: R$60.000,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$60.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de agosto de 2026.

Curvelo, 28 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:A540247C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 149/2025

– PARTES: O Município de Curvelo e a Associação Comunitária dos Moradores do Jardim América.
– OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução do Termo de Fomento nº 149/2025 até 31 de dezembro de 2026; fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Fomento nº 149/2025 até 30 de janeiro de 2027; em decorrência da prorrogação, fica alterado o Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 149/2025, conforme documento anexo, que passa a integrar o presente instrumento.
– DATA DA ASSINATURA: 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Guilherme Menezes Sampaio
Código Identificador:4E26CBEC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 4/2026

– PARTES: O Município de Curvelo e a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Tibira.
– OBJETO: Fica acrescido ao presente Termo de Fomento o valor de R$106.065,75 (cento e seis mil sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), no presente exercício, correndo à conta da dotação orçamentária nº 02.10.02.12.365.1202.2185.3.3.50.43.00-534, fontes de recursos nº 1.500.000.0001 e 1.550.000.0000; fica alterado o Plano de Trabalho do presente Termo de Fomento, mediante o acréscimo da previsão de realização de pequenos reparos prediais, manutenção elétrica e hidráulica, pintura, conservação de pisos, telhados, portas, janelas e alambrados, bem como serviços de limpeza, nos termos do Plano de Trabalho aditivado, conforme documento anexo, que passa a integrar o presente Instrumento.
– DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Guilherme Menezes Sampaio
Código Identificador:51D153FB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 95/2025

– PARTES: O Município de Curvelo e o Hospital Imaculada Conceição.
– OBJETO: Fica alterado o Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 95/2025, especificamente quanto ao Item 6 – Cronograma de Aplicação do Recurso, a fim de viabilizar a utilização do saldo remanescente e dos rendimentos de aplicação financeira, no valor de R$50.803,00 (cinquenta mil oitocentos e três reais), permanecendo inalterado o objeto da parceria; fica acrescentada ao Item 6 – Cronograma de Aplicação dos Recursos, a previsão de aquisição de 2 (dois) computadores, 2 (dois) no-breaks, 1 (um) notebook e 1 (um) aparelho de osmose, sem alteração do objeto da parceria; em razão das alterações, fica alterado o Plano de Trabalho, conforme documento anexo, que passa a integrar o presente Instrumento.
– DATA DA ASSINATURA: 28 de agosto de 2026

Publicado por:
Guilherme Menezes Sampaio
Código Identificador:DC002240

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 779, DE 13 DE MARÇO DE 1973, PARA DISCIPLINAR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DESTINADOS À SEGURANÇA DE MOTOCICLISTAS E CICLOMOTORES EM ÁREAS PÚBLICAS ADJACENTES ÀS VAGAS REGULAMENTADAS DE ESTACIONAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º A Lei Municipal nº 779, de 13 de março de 1973, passa a vigorar acrescida do art. 122-A, com a seguinte redação:
"Art. 122-A. O Poder Executivo poderá autorizar a instalação de dispositivos de ancoragem, observados os requisitos previstos nesta Lei e em regulamento.
§ 1º Os dispositivos de ancoragem de que trata o caput serão instalados na porção da faixa de serviço imediatamente contígua ao meio-fio, exclusivamente para a fixação de motocicletas e ciclomotores estacionados em vagas regularmente destinadas a esses veículos.
§ 2º Os dispositivos de ancoragem destinam-se exclusivamente à fixação de motocicletas e ciclomotores mediante corrente, cadeado ou equipamento similar de propriedade do usuário, vedada qualquer utilização diversa da prevista neste artigo.
§ 3º A concessão da autorização prevista no caput fica condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:
I – implantação do dispositivo imediatamente junto ao meio-fio, na faixa de serviço do passeio público;
II – localização em área adjacente às vagas regularmente destinadas ao estacionamento de motocicletas e ciclomotores;
III – preservação da faixa livre destinada à circulação de pedestres, em conformidade com as normas federais, estaduais e municipais relativas à acessibilidade, à mobilidade urbana e à utilização dos passeios públicos;
IV – inexistência de interferência em rampas de acessibilidade, rebaixamentos de guias, faixas de travessia, pontos de embarque e desembarque, mobiliário urbano, equipamentos públicos, postes, árvores, bocas de lobo, redes de infraestrutura urbana ou demais elementos integrantes do passeio público;
V – preservação da segurança da circulação de pedestres, ciclistas e veículos, bem como da visibilidade dos usuários da via pública.
§ 4º A instalação, a conservação, a manutenção e a eventual remoção do dispositivo constituem responsabilidade exclusiva do autorizado, que responderá pelos danos eventualmente causados ao patrimônio público ou a terceiros.
§ 5º Para os fins deste artigo, considera-se faixa de serviço a porção do passeio público localizada junto ao meio-fio, destinada à implantação de mobiliário urbano e demais equipamentos públicos ou autorizados, preservada, em qualquer hipótese, a faixa livre destinada à circulação de pedestres.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 27 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:C2017688

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 4.046, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI A CORRIDA "HONRANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO FUTURO", EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER; ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.578, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, QUE INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS, DATAS COMEMORATIVAS E FERIADOS DO MUNICÍPIO DE CURVELO; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Curvelo-MG, a Corrida "Honrando Histórias, Construindo Futuro", em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, destinada à valorização das mulheres e à conscientização sobre o enfrentamento à violência contra a mulher.
Parágrafo Único. O evento possui caráter solidário, educativo e de conscientização social, podendo ser realizado anualmente no mês de março, preferencialmente no dia 8 de março ou no domingo subsequente.

Art. 2º Constituem objetivos da Corrida "Honrando Histórias, Construindo Futuro":
I – celebrar o Dia Internacional da Mulher, promovendo o reconhecimento e a valorização das contribuições das mulheres para o desenvolvimento da sociedade;
II – honrar a história de luta das mulheres e preservar a memória das vítimas de violência doméstica e familiar;
III – promover a construção de uma sociedade mais segura, igualitária e livre de violência contra as mulheres no Município de Curvelo;
IV – incentivar ações solidárias voltadas ao apoio de instituições e redes de proteção e atendimento de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade;
V – estimular a prática de atividades físicas e a promoção da saúde.

Art. 3º A Corrida "Honrando Histórias, Construindo Futuro" poderá ser promovida pelo Poder Executivo, diretamente ou em parceria com órgãos e entidades da administração pública, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, entidades esportivas, iniciativa privada e demais instituições interessadas.
Parágrafo único. A programação do evento poderá compreender atividades esportivas, educativas, culturais, solidárias e de conscientização, bem como outras ações compatíveis com as finalidades previstas nesta Lei.

Art. 4º Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos, Datas Comemorativas e Feriados do Município de Curvelo, instituído pela Lei Municipal nº 3.578, de 26 de outubro de 2022, a Corrida "Honrando Histórias, Construindo Futuro", instituída por esta Lei.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, o § 2º do art. 3º da Lei Municipal nº 3.578, de 26 de outubro de 2022, passa a vigorar acrescido do evento de que trata esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 31 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:D21C4B20

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.794, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, THIAGO BALSAMÃO CUNHA, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DAM 11, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 547/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 1º de setembro de 2026, Thiago Balsamão Cunha, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 066.xxx.xxx-08, do cargo de provimento em comissão DAM 11, denominação complementar de Chefe, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Município de Curvelo, do Departamento de Concessões e Modernização dos Serviços Públicos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 31 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:F28EFCF9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
28/08/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 408.983,76
31/08/26	61.351-7 – ITR	R$ 26.184,64
31/08/26	57.065-6 – Curvelo BL PSB FNAS	R$ 31.711,99
28/08/26	42.048-4 – IPI	R$ 9.536,79
31/08/26	77.659-9 – FMS Custeio SUS	R$ 42.727,17

Curvelo, 31 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:8D2260B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 446, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença à servidora efetiva para tratar de interesses particulares, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente as que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Estatuto dos Servidores Municipais de Diamantina, Lei Complementar nº 15, de 12 de junho de 1995, notadamente em seu artigo 119;

E considerando o Memorando Interno número 403/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, que traz em anexo requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida à servidora efetiva **MAISA DA COSTA SANTOS,** matrícula n° 920782, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratar de interesses particulares, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina (MG), 28 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:7026A247

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 447, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença à servidora efetiva para tratar de interesses particulares, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente as que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Estatuto dos Servidores Municipais de Diamantina, Lei Complementar nº 15, de 12 de junho de 1995, notadamente em seu artigo 136, inciso VII, alínea “b”;

E considerando o Memorando Interno número 400/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, que traz em anexo requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida à servidora efetiva **JAIATANA RODRIGUES OLIVEIRA,** matrícula n° 1075, lotada na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, licença para tratar de interesses particulares, pelo período de 25 de agosto de 2026 a 25 de dezembro de 2026, sem remuneração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 25 de agosto de 2026.

Diamantina (MG), 28 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:C94BACE9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 080, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Institui Comissão de Monitoramento e Avaliação e o gestor da parceria, para Dispensa de Chamamento que será celebrada com a Instituição Asilo de Idosos Casa Frederico Ozanam e designa gestor da respectiva parceria, nos termos de que trata a Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto Municipal nº 29, de 19 de janeiro de 2018.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas posteriores alterações e no Decreto Municipal nº 29, de 19 de janeiro de 2018, que, respectivamente, estabelece e regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a regulamentação esculpida pelo Decreto Municipal n° 29, de 19 de janeiro de 2018, que "Regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil no âmbito do Município de Diamantina, e dá outras providências";

Considerando a Resolução nº 21, de 24 de novembro de 2016 que "Estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei nº13.019, de 31 de julho de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social -SUAS";

Considerando a necessidade de se firmar termos de fomento, termos de colaboração e/ou acordos de cooperação visando a promoção de ações e atividades voltadas ao interesse público em parcerias do Município com as organizações da sociedade civil;

Considerando que os atos normativos acima descritos determinam a instauração de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria celebrada com OSC, bem como a designação de gestor para a parceria celebrada;

E considerando o teor do Memorando Interno nº 10/2026, de lavra da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do Memorando Interno nº 137/2026 da Gerência de Convênios da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir, como órgão colegiado, a Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o inciso XVII do artigo 2º do Decreto 29, de 19 de janeiro de 2018, que terá como competência o monitoramento e avaliação, cujo objeto é a Dispensa de Chamamento que será celebrada com o Asilo de Idosos Casa Frederico Ozanam, intitulado "**Mobilidade e Cuidado**", respeitado o disposto na legislação pertinente.

Art. 2º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o artigo antecedente será composta pelos seguintes membros:
1) Titular: Roberta Faria Azevedo e Aguilar;
Suplente: Adelma Aparecida Pereira Santos;
2) Titular: Ana Lúcia Silva;
Suplente: Débora Maria Fernandes Rocha;
3) Leia Benta Amorim de Souza.
Parágrafo único. Fica nomeada como gestora da parceria, na condição de titular, a servidora Maria Lúcia Siqueira, e na condição de suplente, a servidora Helen Cristina Buttignol Perrella.

Art. 3º - Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina, 27 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:6B249B91

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEMAD Nº 042, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Reconhecimento de Dívida instaurado pela Portaria SEMAD nº 030, de 16 de julho de 2026, cuja Comissão Especial teve sua composição alterada pela Portaria SEMAD nº 034, de 5 de agosto de 2026, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a Portaria SEMAD nº 030, de 16 de julho de 2026, que instaurou Processo Administrativo de Reconhecimento de Dívida e designou Comissão Especial, cuja composição foi posteriormente alterada pela Portaria SEMAD nº 034, de 5 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO o Memorando nº 84/2026, de 24 de agosto de 2026, juntado ao Processo SEI nº 26.1.000023940-9, por meio do qual a Presidente da Comissão informou a impossibilidade de conclusão das apurações no prazo estabelecido e requereu, de forma motivada, sua prorrogação;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º do Decreto Municipal nº 0299, de 17 de junho de 2013, segundo o qual o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Reconhecimento de Dívida não poderá exceder 30 (trinta) dias, admitida uma única prorrogação por igual período, bem como a regra de contagem em dias úteis prevista no art. 22 da Lei Municipal nº 4.290, de 5 de setembro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado, uma única vez e por igual período, por mais 30 (trinta) dias úteis, o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Reconhecimento de Dívida instaurado pela Portaria SEMAD nº 030, de 16 de julho de 2026, nos termos do art. 3º do Decreto Municipal nº 0299, de 17 de junho de 2013.

Art. 2º - O não cumprimento do prazo estabelecido poderá ensejar a apuração de responsabilidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

Publique-se e cumpra-se.

Diamantina/MG, 27 de agosto de 2026.

MARIANA PIRES FERNANDES FERREIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:C39C0508

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 026/2026

Processo nº 029/2026 – Dispensa nº 026/2026
Objeto: Termo de fomento entre a Prefeitura Municipal de Diamantina e a Associação Desportiva ECOS.

Fundamento legal: Artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Justificativa: A parceria tem por objeto o repasse financeiro para aquisição de equipamentos, materiais esportivos, de lazer e de consumo, bem como à concessão de ajuda de custo a atletas, garantindo as condições necessárias para a execução de atividades esportivas e recreativas no Município de Diamantina/MG, visando promover esporte, lazer e inclusão social em Diamantina por meio da rua de lazer itinerante e do fortalecimento das modalidades de corrida rústica, voleibol e handebol para crianças, jovens adultos, idosos assim como toda a população.

Declaração de Dispensa: Em 20/05/2026 por

WEBER SIDNEY MARIA –
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Juventude.

Publicado por:
Patrícia Aparecida Dias Miranda
Código Identificador:11B7B717

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 101

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
133º	RENATA CRISTIANE PEREIRA GONÇALVES	Não manifestou interesse na vaga.
138º	FABIANA MARCAL DE SOUZA OLIVEIRA	Não manifestou interesse na vaga.
139º	ERICA LEDA DE ANDRADE	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F4223B92

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 101

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 03/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
176º	MATHEUS RIBEIRO CESARINO	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9CF74514

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 21

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 15/2024– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 15/2024 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

TÉCNICO DE LABORATÓRIO – 30 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
17º	ANDREZA CECILIA DO CARMO	Não cumpriu com o s requisitos obrigatórios.

Divinópolis, 31 de agosto de 2025.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:98C1668D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1137 – SEMED

- Contratado(a) **FRANCIELE MARA ARAUJO** – Lotação: **E.M. RAIO DE SOL**/SEMED – Cargo: **PAEIAIEF – PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A MICHELE TEIXEIRA LOPES – MATRICULA 99020760 – ATUALMENTE NA SEMDS **Período: 01/09/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FC2E486E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 117

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **03/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF 04HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/09/2026 – Término: 06/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do

• Interesse público, excepcional: Sim	Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Ermida I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Médico Generalista PSF 04 – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
177º	ANA LUISA SOUKI PARREIRA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **03/2025**.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BB2357BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 117

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **03/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF 04HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/09/2026 – Término: 06/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Ermida I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Médico Generalista PSF 04 – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
177º	ANA LUISA SOUKI PARREIRA
178º	JULIA BARROS COSTA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **03/2025**.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F56647B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 119

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 001/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:
02 vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas no Serviço Residencial Terapêutico I e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/09/2026 – Término: 06/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas da Gerência de Controle, para organização do quadro de pessoal enquanto aguarda realização de Concurso Público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
140º	ALINE JOSANE DE ALMEIDA ROCHA
141º	ANA CECÍLIA JUSTINIANO SOUZA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 01/2026.

Divinópolis, 28 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E272663D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 30

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 15/2024– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **15/2024**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:

02 vagas para o cargo de Técnico de Laboratório para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/09/2026 – Término: 06/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante da persistência das demandas Laboratório de Análises Clínicas e análise de permanência do serviço mediante a lastro financeiro, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

	necessidade.

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/09/2026 – Término: 06/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante da persistência das demandas Laboratório de Análises Clínicas e análise de permanência do serviço mediante a lastro financeiro, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

TÉCNICO DE LABORATÓRIO – 30 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
18º	LUANA BATISTA NUNES
19º	QUELLEN CRISTINA ALVES REIS

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **15/2024**.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6D79D95F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.529/26

Altera o Decreto nº 17.130, de 13 de janeiro de 2026, que estabelece procedimentos para execução de emendas parlamentares individuais, na forma da Lei Orgânica Municipal.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º O § 3º do art. 3º do Decreto nº 17.130/26 passa a vigorar com a seguinte redação e acrecidos dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º:

"Art. 3º ...
§ 3º Expirados os prazos das fases previstas nos incisos I, II e III deste artigo, bem como os prazos fixados pela Lei Orgânica Municipal, ficam vedadas a substituição, o remanejamento ou a reapresentação do objeto das indicações das emendas parlamentares individuais, devendo eventual execução observar estritamente o objeto originalmente aprovado na LOA e nos instrumentos dela decorrentes.
§ 4º Não configuram alteração de objeto, para os fins do § 3º, as ações saneadoras destinadas a afastar impedimentos de ordem técnica e a preservar a viabilidade legal, técnica e financeira da execução, na forma do art. 48, VIII, da LDO, assim entendidas as adequações que, mantida a dotação orçamentária, preservem cumulativamente:
I – o núcleo da finalidade da indicação, aferido pela política pública ou área temática;
II – a Secretaria Municipal executora; e
III – a instituição beneficiária indicada, quando for o caso.
§ 5º As ações saneadoras serão formalizadas por meio do Formulário de Proposta Saneadora, constante do Anexo I deste Decreto, e dependerão de manifestação do autor da emenda.
§ 6º A tramitação da proposta saneadora observará o seguinte fluxo:
I – a Secretaria Municipal executora preencherá o Formulário de Proposta Saneadora e o encaminhará à Diretoria de Articulação Política e Emendas Impositivas – DAPEI;
II – a DAPEI o remeterá à Câmara Municipal, para ciência e manifestação do autor;
III – o autor manifestará sua concordância ou discordância por meio de ofício dirigido à Secretaria Municipal de Governo – SEGOV;
IV – a SEGOV encaminhará a manifestação à Secretaria Municipal executora, para as providências de execução ou de retorno ao objeto originalmente indicado, conforme o caso.
§ 7º Constatado impedimento de ordem técnica decorrente de fato novo superveniente — tais como licitação deserta ou fracassada, perda superveniente de regularidade ou de habilitação da instituição beneficiária, inexecução por terceiro, caso fortuito ou força maior — após a conclusão das fases previstas nos incisos I a III deste artigo ou após o empenho, não haverá ação saneadora, reputando-se o impedimento insuperável quando o prazo para sua superação inviabilize o empenho no exercício financeiro ou no prazo previsto na legislação aplicável, nos termos do art. 10, II, da Lei nº 210/2024.

Art. 2º O Decreto nº 17.130/26 passa a vigorar acrescido do anexo único, com a seguinte redação:
ANEXO I
FORMULÁRIO DE PROPOSTA SANEADORA
Adequação técnica de objeto de emenda parlamentar individual impositiva
Formulário destinado a formalizar ação saneadora de emenda parlamentar individual impositiva, para afastar impedimento de ordem técnica e preservar a viabilidade legal, técnica e financeira da execução, sem alteração de objeto, nos termos do art. 48, VIII, da Lei nº 9.565/2025 (LDO 2026) e do art. 3º, §§ 4º a 6º, do Decreto nº 17.130/26.
I – IDENTIFICAÇÃO DA EMENDA

Emenda impositiva nº	*[nº]*
Vereador(a) autor(a)	*[nome do vereador autor]*
Secretaria executora	*[nome da Secretaria]*
Beneficiário indicado	*[órgão, caixa escolar, OSC etc.]*
Valor	*R$ [valor da emenda]*

II – IMPEDIMENTO DE ORDEM TÉCNICA IDENTIFICADO
[Descrever o impedimento de ordem técnica que motiva o saneamento, indicando, quando cabível, a hipótese correspondente do art. 51, §1º, da LDO 2026 (p. ex.: incompatibilidade do objeto com a ação/finalidade do programa, valor incompatível com o cronograma, ausência de pertinência temática, erro na indicação, entre outros).]
III – SANEAMENTO PROPOSTO

Campo do Anexo IV	**Como foi indicado**	**Como fica após o saneamento**
[Objeto / Metas / Público-alvo / Plano de aplicação — indicar o campo ajustado]	*[redação original]*	*[redação saneada]*

[Motivo técnico do saneamento, de forma objetiva e fundamentada.]
IV – DECLARAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO OBJETO (art. 3º, §4º, do Decreto nº 17.130/26)
A Secretaria executora declara que a presente proposta saneadora **não configura alteração de objeto**, por preservar cumulativamente:
( ) I – o núcleo da finalidade da indicação, aferido pela política pública ou área temática;
( ) II – a Secretaria Municipal executora;
( ) III – a instituição beneficiária indicada: ( ) preservada ( ) não aplicável (execução direta);
( ) mantida inalterada a dotação orçamentária consignada.
Observação: a substituição da instituição beneficiária indicada, bem como a alteração do núcleo da finalidade, configuram alteração de objeto, vedada nos termos do art. 3º, §3º, do Decreto nº 17.130/26, não podendo ser processadas por este formulário.
V – MANIFESTAÇÃO DO AUTOR DA EMENDA
Após o encaminhamento deste formulário pela DAPEI à Câmara Municipal, o(a) Vereador(a) autor(a) manifestará, **por ofício dirigido à Secretaria Municipal de Governo – SEGOV**, sua concordância ou discordância quanto ao saneamento proposto:

a) Concordância: o objeto saneado passa a integrar a proposta/plano de trabalho e segue para execução pela Secretaria executora, mantida a dotação consignada.
b) Discordância: mantém-se o objeto originalmente indicado. Persistindo a objeção técnica e não sendo ela superada o impedimento poderá tornar-se insuperável (art. 48, IV, da LDO 2026).

Divinópolis/MG, _____ de _____ de 2026.

_____
Nome do(a) Secretário(a)
Secretário(a) Municipal de _____

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral Do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:ABB6A6DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.529/26

Altera o Decreto nº 17.130, de 13 de janeiro de 2026, que estabelece procedimentos para execução de emendas parlamentares individuais, na forma da Lei Orgânica Municipal.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º O § 3º do art. 3º do Decreto nº 17.130/26 passa a vigorar com a seguinte redação e acrecidos dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º:

"Art. 3º ...
§ 3º Expirados os prazos das fases previstas nos incisos I, II e III deste artigo, bem como os prazos fixados pela Lei Orgânica Municipal, ficam vedadas a substituição, o remanejamento ou a reapresentação do objeto das indicações das emendas parlamentares individuais, devendo eventual execução observar estritamente o objeto originalmente aprovado na LOA e nos instrumentos dela decorrentes.
§ 4º Não configuram alteração de objeto, para os fins do § 3º, as ações saneadoras destinadas a afastar impedimentos de ordem técnica e a preservar a viabilidade legal, técnica e financeira da execução, na forma do art. 48, VIII, da LDO, assim entendidas as adequações que, mantida a dotação orçamentária, preservem cumulativamente:
I – o núcleo da finalidade da indicação, aferido pela política pública ou área temática;
II – a Secretaria Municipal executora; e
III – a instituição beneficiária indicada, quando for o caso.
§ 5º As ações saneadoras serão formalizadas por meio do Formulário de Proposta Saneadora, constante do Anexo I deste Decreto, e dependerão de manifestação do autor da emenda.
§ 6º A tramitação da proposta saneadora observará o seguinte fluxo:
I – a Secretaria Municipal executora preencherá o Formulário de Proposta Saneadora e o encaminhará à Diretoria de Articulação Política e Emendas Impositivas – DAPEI;
II – a DAPEI o remeterá à Câmara Municipal, para ciência e manifestação do autor;
III – o autor manifestará sua concordância ou discordância por meio de ofício dirigido à Secretaria Municipal de Governo – SEGOV;
IV – a SEGOV encaminhará a manifestação à Secretaria Municipal executora, para as providências de execução ou de retorno ao objeto originalmente indicado, conforme o caso.
§ 7º Constatado impedimento de ordem técnica decorrente de fato novo superveniente — tais como licitação deserta ou fracassada, perda superveniente de regularidade ou de habilitação da instituição beneficiária, inexecução por terceiro, caso fortuito ou força maior — após a conclusão das fases previstas nos incisos I a III deste artigo ou após o empenho, não haverá ação saneadora, reputando-se o impedimento insuperável quando o prazo para sua superação inviabilize o empenho no exercício financeiro ou no prazo previsto na legislação aplicável, nos termos do art. 10, II, da Lei nº 210/2024.

Art. 2º O Decreto nº 17.130/26 passa a vigorar acrescido do anexo único, com a seguinte redação:
ANEXO I
FORMULÁRIO DE PROPOSTA SANEADORA
Adequação técnica de objeto de emenda parlamentar individual impositiva
Formulário destinado a formalizar ação saneadora de emenda parlamentar individual impositiva, para afastar impedimento de ordem técnica e preservar a viabilidade legal, técnica e financeira da execução, sem alteração de objeto, nos termos do art. 48, VIII, da Lei nº 9.565/2025 (LDO 2026) e do art. 3º, §§ 4º a 6º, do Decreto nº 17.130/26.
I – IDENTIFICAÇÃO DA EMENDA

Emenda impositiva nº	*[nº]*
Vereador(a) autor(a)	*[nome do vereador autor]*
Secretaria executora	*[nome da Secretaria]*
Beneficiário indicado	*[órgão, caixa escolar, OSC etc.]*
Valor	*R$ [valor da emenda]*

II – IMPEDIMENTO DE ORDEM TÉCNICA IDENTIFICADO
[Descrever o impedimento de ordem técnica que motiva o saneamento, indicando, quando cabível, a hipótese correspondente do art. 51, §1º, da LDO 2026 (p. ex.: incompatibilidade do objeto com a ação/finalidade do programa, valor incompatível com o cronograma, ausência de pertinência temática, erro na indicação, entre outros).]
III – SANEAMENTO PROPOSTO

Campo do Anexo IV	Como foi indicado	Como fica após o saneamento
[Objeto / Metas / Público-alvo / Plano de aplicação — indicar o campo ajustado]	*[redação original]*	*[redação saneada]*

[Motivo técnico do saneamento, de forma objetiva e fundamentada.]
IV – DECLARAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO OBJETO (art. 3º, §4º, do Decreto nº 17.130/26)
A Secretaria executora declara que a presente proposta saneadora **não configura alteração de objeto**, por preservar cumulativamente:
( ) I – o núcleo da finalidade da indicação, aferido pela política pública ou área temática;
( ) II – a Secretaria Municipal executora;
( ) III – a instituição beneficiária indicada: ( ) preservada ( ) não aplicável (execução direta);
( ) mantida inalterada a dotação orçamentária consignada.
Observação: a substituição da instituição beneficiária indicada, bem como a alteração do núcleo da finalidade, configuram alteração de objeto, vedada nos termos do art. 3º, §3º, do Decreto nº 17.130/26, não podendo ser processadas por este formulário.
V – MANIFESTAÇÃO DO AUTOR DA EMENDA
Após o encaminhamento deste formulário pela DAPEI à Câmara Municipal, o(a) Vereador(a) autor(a) manifestará, **por ofício dirigido à Secretaria Municipal de Governo – SEGOV**, sua concordância ou discordância quanto ao saneamento proposto:
a) Concordância: o objeto saneado passa a integrar a proposta/plano de trabalho e segue para execução pela Secretaria executora, mantida a dotação consignada.

b) Discordância: mantém-se o objeto originalmente indicado. Persistindo a objeção técnica e não sendo ela superada o impedimento poderá tornar-se insuperável (art. 48, IV, da LDO 2026).

Divinópolis/MG, _____ de _____ de 2026.

_____
Nome do(a) Secretário(a)
Secretário(a) Municipal de _____

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5BEFF31E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.538/26

Altera o Decreto nº 14.998, de 19 de abril de 2022, que nomeia membros para composição da Junta de Julgamento da Saúde e da Junta de Recursos da Saúde, instituídas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O paragrafo único do art. 2º do Decreto nº 14.998/22 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ....
Parágrafo único: Caberá ao servidor Felipe Mauro da Silva (matrícula 99044238-1) a função de secretário da Junta mencionada no caput."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 20.08.2026.

Divinópolis, 19 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:25780682

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.542/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que a servidora conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de servidor(a) com referência técnica em construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas em saúde na vigilância epidemiológica na área de intoxicações exógenas, violências, acidentes de trabalho, acidentes com material biológico e acidentes por animais peçonhentos, com a articulação com os serviços de saúde, participação no comitê de mortalidade, investigação de causas específicas e elaboração de relatórios e análises.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Anna Gabryella Sousa Duarte (matrícula 99035132), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de coordenação dos casos relacionados a intoxicações exógenas, violências, acidentes de trabalho, acidentes com material biológico e acidentes por animais peçonhentos, além do assessoramento técnico em Políticas Públicas em Saúde na Vigilância Epidemiológica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o *caput* não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31.12.2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º.08.2026.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E1A9F84B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.543/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que a servidora conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de servidor(a) com referência técnica na Gestão do SINASC e informações sobre natalidade para a qualificação das Declarações de Nascido Vivo, monitoramento dos indicadores de natalidade, identificação e correção de inconsistências e apoio às investigações de óbitos infantis e fetais;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, ao servidor João Paulo Amaral Melo (matrícula 99044685/1), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de coordenação e gestão do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e informações sobre natalidade, além do assessoramento técnico em Políticas Públicas em Saúde na Vigilância Epidemiológica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o *caput* não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31.12.2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º.08.2026.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9023916A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.544/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que a servidora conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de servidor(a) com referência técnica em construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas em saúde na vigilância epidemiológica na área de HIV/AIDS, Sífilis em gestante, congênita e adquirida, hepatites virais, HTLV e hepatite A; interface com Hemovigilância, CITV(Comitê de investigação da transmissão vertical), para investigação e acompanhamento dos casos, qualificação das notificações, monitoramento dos indicadores, articulação com serviços de referência, acompanhamento das ações de prevenção, diagnóstico e tratamento e educação permanente.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Marina Valério Silva de Oliveira (matrícula 99035610/1), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de coordenação dos casos relacionados HIV/AIDS, sífilis em gestante, congênita e adquirida, hepatites virais, HTLV e hepatite A, interface com Hemovigilância e CITV(Comitê de investigação da transmissão vertical), além do assessoramento técnico em Políticas Públicas em Saúde na Vigilância Epidemiológica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o *caput* não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31.12.2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º.08.2026.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3CBDEA5C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.545/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica

Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que a servidora conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de servidor(a) com referência técnica em construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas em saúde na vigilância epidemiológica na área de SINAN, CIEVS, COVID-19, SG, SRAG, Coqueluche, Meningites, Doença Meningocócica e Doença Pneumocócica; MDDA, DTA, doenças exantemáticas (Sarampo, Rubéola), Caxumba, Difteria, Poliomielite, Tétano Acidental e Neonatal, para investigação e acompanhamento dos casos, qualificação das notificações, monitoramento dos indicadores, articulação com serviços de referência, acompanhamento das ações de prevenção, diagnóstico e tratamento e educação permanente.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Mariana Leal Lima (matrícula 99026307), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de coordenação dos casos relacionados SINAN, CIEVS, COVID-19, SG, SRAG, Coqueluche, Meningites, Doença Meningocócica e Doença Pneumocócica, MDDA, DTA, Doenças exantemáticas (Sarampo, Rubéola), Caxumba, Difteria, Poliomielite, Tétano Acidental e Neonatal, além do assessoramento técnico em Políticas Públicas em Saúde na Vigilância Epidemiológica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o *caput* não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31.12.2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º.08.2026.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2D544229

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.546/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que a servidora conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de servidor(a) com referência técnica em Gestão do SIM e informações sobre mortalidade, codificação de declarações de óbitos para análise de consistência; monitoramento da mortalidade; apoio às investigações de óbito; participação no comitê CMPOMIF; qualificação das informações e apoio à análise epidemiológica.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Mirna Mendes Henriques (matrícula 99015217), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de coordenação e gestão do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e informações sobre mortalidade, além do assessoramento técnico em Políticas Públicas em Saúde na Vigilância Epidemiológica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o *caput* não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31.12.2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º.08.2026.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1B65A3DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.547/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos

recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que a servidora conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de servidor(a) com referência técnica em construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas em saúde na vigilância epidemiológica na área de relacionada a Dengue, Chikungunya, Zika, Febre Amarela, Febre do Nilo Ocidental, Febres Hemorrágicas Virais, Leptospirose, Hantavirose, Febre Maculosa, Malária, Leishmanioses, Esquistossomose, para investigação e acompanhamento dos casos; análise da situação epidemiológica; monitoramento de indicadores; investigação e acompanhamento de surtos; articulação com Vigilância Ambiental e Controle de Endemias; acompanhamento das medidas de prevenção e controle; educação permanente e qualificação das informações,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Vanusa Fonseca Silva (matrícula 99044474/2), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de coordenação dos casos relacionados a Dengue, Chikungunya, Zika, Febre Amarela, Febre do Nilo Ocidental, Febres Hemorrágicas Virais, Leptospirose, Hantavirose, Febre Maculosa, Malária, Leishmanioses e Esquistossomos, além do assessoramento técnico em Políticas Públicas em Saúde na Vigilância Epidemiológica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o *caput* não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31.12.2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º.08.2026.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:93076906

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.551/26

Declara utilidade pública a área que menciona, para fins de servidão administrativa, destinada à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei nº 3.365/41;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, para fins de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis, por intermédio de servidão administrativa definitiva, mediante acordo ou judicialmente, da área de proteção da estação elevatória de esgoto Bruto Goujol EEB04, em Santo Antônio dos Campos (Ermida), com as seguintes características:
I - proprietário: Ouclides Antônio de Souza e outros;
II - endereço imóvel: Denominado Rua do Areião, Fazenda do Alves – Distrito Santo Antônio dos Campos;
III - identificação cadastral: gleba 600, zona 034;
IV - área: 100,00m² (cem metros quadrados);
V - classificação do terreno: Urbano não parcelado;
VI - Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
VII - materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-1, nas coordenadas, N 7.777.214,114m e E 503.576,979m, onde se inicia o perímetro da área descrita. Deste, com o azimute de 305°35'49" e a distância de 10,00m, até o vértice V-2, de coordenadas, N 7.777.219,935m e E 503.568,847m. Deste, com o azimute de 35°35'34" e a distância de 10,00m, até o vértice V-3, de coordenadas, N 7.777.228,067m e E 503.574,670m. Deste, com o azimute de 125°35'48" e a distância de 10,00m até o vértice V-4, de coordenadas, N 7.777.222,246m e E 503.582,800m. Deste, com o azimute de 215°35'45" e a distância de 10,00m, o vértice V-1, de coordenadas, N 7.777.214,114m e E 503.576,979m. Sendo este o vértice final do perímetro da área descrita pelos vértices: V1, V2, V3, V4 e V1. A área de pleno domínio é definida pelos vértices V1 ao V4, e confronta-se pelos vértices V1, V2, V3 e V4 com área remanescente de propriedade Ouclides Antônio de Souza e Outros
Art. 2º Fica a Concessionária, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA autorizada a promover a desapropriação e/ou implantação de servidão administrativa das áreas descritas neste Decreto, nos termos da legislação vigente, e a proceder, se alegar urgência, de acordo com o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, a imissão provisória na posse, mediante procedimento administrativo ou judicial.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B74E68DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.552/26

Declara utilidade pública das áreas que menciona, para fins de servidão administrativa, destinada à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei nº 3.365/41;

DECRETA:
Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa definitiva destinada à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis,

mediante acordo ou judicialmente, as seguintes áreas situadas na zona urbana deste Município:

I - área de acesso à elevatória de esgoto bruto EEB-04, Goujol, Santo Antônio dos Campos (Ermida):

a) proprietário: Ouclides Antônio de Souza e outros;
b) endereço imóvel: Denominado Rua do Areião, Fazenda Do Alves – Distrito Santo Antônio dos Campos;
c) identificação cadastral: gleba 600, zona 034;
d) área: 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano não parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: essa faixa se define com 6,00 metros de largura, sendo 3,00 para cada lado e paralelo ao eixo descrito. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-2, de coordenadas N 7.777.185,398m e E 503.561,625m; deste, segue confrontando com os seguintes azimutes e distâncias: 35°18'27" 45,62m até o vértice V-3, de coordenadas N 7.777.222,626m e E 503.587,991m, findando assim a descrição dessa área.
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-2 ao V-3., confronta-se:
1. Pelo vértice V2 com propriedade da Prefeitura Municipal de Divinópolis;
2. Pelas laterais da faixa com área remanescente do proprietário Ouclides Antônio de Souza e outros;
3. Pelo vértice V3 com proprietário Ouclides Antônio de Souza.
II - Faixa de servidão do Interceptor Goujol Localizado em Santo Antônio dos Campos (Ermida):
a) proprietária: Ouclides Antônio de Souza e outros;
b) endereço imóvel: Denominado Rua do Areião, Fazenda Do Alves – Distrito Santo Antônio dos Campos;
c) identificação cadastral: gleba 600, zona 034;
d) área: 143,00m² (cento e quarenta e três metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano não parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. Partindo do vértice V-1, de coordenadas N 7.777.220,792m e E 503.591,940m; 217°56'09" e 8,05m até o vértice V-2, de coordenadas N 7.777.214,445m e E 503.586,992m; 273°09'22" e 6,79m até o vértice V-3, de coordenadas N 7.777.214,818m e E 503.580,213m; 215°20'50" e 32,55m até o vértice V-4, de coordenadas N 7.777.188,268m e E 503.561,382m, findando assim a descrição dessa área. A faixa de servidão definida pelos vértices V-1 ao V-3; confronta-se:
1. pelo vértice V1 com proprietário Ouclides Antônio de Souza e outros;
2. Pelas laterais da faixa com área remanescente do proprietário Ouclides Antônio De Souza;
3. pelo vértice V4 com lote s/nº da quadra s/nº de propriedade da Prefeitura de Divinópolis.
Art. 2º Fica a Concessionária, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA autorizada a promover a desapropriação e/ou implantação de servidão administrativa das áreas descritas neste Decreto, nos termos da legislação vigente, e a proceder, se alegar urgência, de acordo com o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, a imissão provisória na posse, mediante procedimento administrativo ou judicial.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AE44B36F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.553/26

Declara utilidade pública das áreas que menciona, para fins de servidão administrativa, destinada à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei nº 3.365/41;

DECRETA:
Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa definitiva destinada à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis, mediante acordo ou judicialmente, as seguintes áreas situadas na zona urbana deste Município:
I – faixa de servidão do interceptor Flechas Me:
a) proprietário: Antônio Rodrigues Neto e outros;
b) endereço imóvel: Rua José Onésimo de Andrade, Vila Belo Horizonte;
c) identificação cadastral: lote 208, quadra 19, gleba 02;
d) área: 57,00m² (cinquenta e sete metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano parcelado;
f) Datum Sirgas 2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo descrito. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-2, de coordenadas N 7.772.364,371m e E 510.006,421m; 120º22'02" e 18,79m até o vértice V-3, de coordenadas N 7.772.354,870m e E 510.022,636m; sendo este o vértice final do eixo da faixa descrita.
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-2 ao V-3, confronta-se:
1. pelo vértice V2 com área remanescente do mesmo proprietário (Antônio Rodrigues Neto e outros), lote 208 da quadra 19;
2.pelas laterais da faixa com área remanescente do mesmo proprietário (Antônio Rodrigues Neto e outros), lote 208 da quadra 19;
3. pelo vértice V3 com proprietário (João de Afro Pereira) lote 530 da quadra 17.

II - faixa de servidão do interceptor Flechas Me:
a) proprietária: Rosa Maria de Jesus e outros;
b) endereço imóvel: Rua José Onésimo de Andrade, 317, Vila Belo Horizonte;
c) identificação cadastral: lote 53, quadra 17, gleba 04;
d) área: 39,00m² (trinta e nove metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo descrito. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-4, de coordenadas N 7.772.348,434m e E 510.033,620m; 120º22'02" e 7,05m até o vértice V-5, de coordenadas N 7.772.344,868m e E 510.039,706m, 148º05'53" e 5,87m até o vértice V-6, de coordenadas N 7.772.339,883m e E 510.042,810m; sendo este o vértice final do eixo da faixa descrita;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-04 ao V-06, confronta-se:

1. pelo vértice V4 com lote 530 da quadra 17 de propriedade de João de Afro Pereira;
2. pela lateral direita da faixa com área remanescente de mesmo proprietário Rosa Maria de Jesus e Outros do lote 53 da quadra 17;
3. pela Lateral esquerda da faixa com área remanescente de mesmo proprietário Rosa Maria de Jesus e Outros do lote 53 da quadra 17;
4. pelo vértice V6 com lote 62 da quadra 17 de propriedade de Marina Ap. Romano.

III - faixa de servidão do interceptor Catalão Me:
a) proprietário: Espólio de Valdivino Rodrigues Simões;
b) endereço imóvel: BR 494, km 36, nº 746, bairro São Judas Tadeu;
c) identificação cadastral: lote 53, quadra 17, gleba 04;
d) área: 111,00m² (Cento e onze metros quadrados);
e) classificação do terreno: rural;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" e Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo descrito. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V12, de coordenadas N 7.770.470,90m e E 508.719,80m; 24°39'58" e 10,01 m até o vértice V13, de coordenadas N 7.770.480,00m e E 508.723,98m; 10°30'07" e 27,04 m até o vértice V14, de coordenadas N 7.770.506,58m e E 508.728,91m, findando assim a descrição dessa área.
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-12 ao V-14, confronta-se:
1. pelo vértice V12 com o proprietário Maria Neiva e outros;
2. pelas laterais com área remanescente de propriedade de Espolio de Valdivino R. Simões;
3. pelo vértice V14 com o proprietário Marco Antônio Manata Soares.

IV - faixa de servidão do interceptor Catalão Me:
a) proprietário: Marco Antônio Manata Soares;
b) endereço imóvel: Rua Vinicius de Morais, n° 230, Bairro São Judas Tadeu, (Lugar Denominado "Fazenda do Catalão" ou "Cachoeirinha do Parí;
c) área: 888,00m² (oitocentos e oitenta e oito metros quadrados);
d) classificação do terreno: urbano não parcelado;
e) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
f) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo descrito . Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V14, de coordenadas N 7.770.506,58m e E 508.728,91m; 10°30'07" e 01,85 m até o vértice V15, de coordenadas N 7.770.508,40m e E 508.729,25m; 19°03'59" e 21,83 m até o vértice V16, de coordenadas N 7.770.529,03m e E 508.736,38m; 34°05'59" e 52,89 m até o vértice V17, de coordenadas N 7.770.572,83m e E 508.766,03m; 14°18'59" e 60,78 m até o vértice V18, de coordenadas N 7.770.631,72m e E 508.781,06m; 47°34'12" e 24,53 m até o vértice V19, de coordenadas N 7.770.648,27m e E 508.799,17m; 80°41'09" e 31,18 m até o vértice V20, de coordenadas N 7.770.653,32m e E 508.829,94m; 57°23'40" e 39,87 m até o vértice V21, de coordenadas N 7.770.674,81m e E 508.863,53m; 79°38'20" e 63,10 m até o vértice V22, de coordenadas N 7.770.686,16m e E 508.925,60m, findando assim a descrição dessa área.
g) a faixa de servidão definida pelos vértices V-14 ao V-22, confronta-se:
1. pelo vértice V14 com o proprietário Waldivino Rodrigues Simões;
2. pelas laterais com a área remanescente de propriedade de Marco Antônio Manata Soares;
3. pelo vértice V 22 com Rua Vinícius de Moraes.

V - faixa de servidão do interceptor Catalão Md:
a) proprietário: Espólio de Virgílio Gomes Guimarães;
b) endereço imóvel: Rua Raimundo Correa, s/n°, esquina com Campo do Meio, bairro São Judas Tadeu;
c) identificação cadastral: lote 06, quadra 11, gleba 25;
d) área: 35,00m² (trinta e cinco metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo descrito. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V39, de coordenadas N= 7.770.818,9733m e E= 509.227,8508m, 61°28'01" e 11,47 m até o vértice V40, de coordenadas N 7.770.824,4505m e E= 509.237,9246m, findando assim a descrição dessa área.
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-39 ao V-40, confronta-se:
1. pelo vértice V39 com rua Raimundo Corrêa;
2. pelas laterais com lote 06 da quadra 11, proprietário Espólio de Virgílio Gomes Guimarães;
3. pelo vértice V40 com rua Campo do Meio.

VI - faixa de servidão do interceptor Catalão Md:
a) proprietário: Antônio Martins Santana;
b) endereço imóvel: Rua Fagundes Varela, n° 360, bairro São José;
c) identificação cadastral: gleba 53;
d) área: 96,00 m² (noventa e seis metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo descrito.Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V86, de coordenadas N= 7.771.874,2971m e E= 510.035,6326m, 48°56'52" e 12,78 m até o vértice V87, de coordenadas N 7.771.882,6935m e E= 510.045,2737m; 48°56'52" e 19,18 m até o vértice V88, de coordenadas N 7.771.895,2875m e E= 510.059,7347m, findando assim a descrição dessa área;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-86 ao V-88, confronta-se:
1. pelo vértice V86 com propriedade de Neisa H.G. Caffaro;
2. pelas laterais da faixa com área remanescente de propriedade de Antônio Martins Santana;
3. pelo vértice V88 com área pública.

VII - faixa de servidão do interceptor Engenho Me:
a) proprietário: Real Imóveis LTDA; posseira: Fabiana Aparecida Cândido;
b) endereço imóvel: Travessa Bogotá, nº 61;
c) identificação cadastral: gleba 50;
d) área: 18,00m² (dezoito metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano não parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Esta faixa se define com 3,00m de largura, Partindo do vértice 79, de coordenadas N 7.768.709,17m e E 510.608,55m; 71°23'10" e 5,71 m até o vértice 80, de coordenadas N 7.768.710,99m e E 510.613,96m; 43°23'29" e 3,30 m até o vértice 81, de coordenadas N 7.768.713,39m e E 510.616,22m, findando assim a descrição dessa área;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-79 ao V-81, confronta-se:
1. pelo vértice V79 com trecho sem saída;
2. pela lateral direita da faixa com área remanescente do proprietário Fabiana Aparecida Cândido;
3. pela lateral esquerda da faixa com córrego;
4. pelo vértice V81 com lote com proprietário Gilberto Cesário.

VIII - faixa de servidão do interceptor Engenho Me:
a) proprietário: Cirus Negócios Imobiliários LTDA; posseira: Espólio de Lázara Lúcia Cesário;
b) endereço imóvel: Travessa Bogotá, nº 51, bairro Jardim Belvedere;
c) identificação cadastral: gleba 51;
d) área: 27,00m² (vinte e sete metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano não parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;

g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. Partindo do vértice 81, de coordenadas N 7.768.713,39m e E 510.616,22m; 43°23'29" e 8,98 m até o vértice 82, de coordenadas N 7.768.719,91m e E 510.622,39m, findando assim a descrição dessa área.
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-81 ao V-82, confronta-se:
1. Pelo vértice V81 com proprietária Fabiana;
2. Pelas laterais da faixa com área remanescente do proprietário Espolio de Lázara Lúcia Cesário;
3. Pelo vértice V82 com proprietário Alzira Bruno de Aquino.

IX - faixa de servidão do interceptor Engenho Me:
a) proprietário: Real Imóveis LTDA; posseira: Alzira Bruno de Aquino;
b) endereço imóvel: Travessa Bogotá;
c) identificação cadastral: gleba 52;
d) área: 28,00m² (vinte e oito metros quadrados);
e) classificação do terreno: ubano não parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. Partindo do vértice V82, de coordenadas N 7.768.719,91m e E 510.622,39m; 43°23'29" e 9,34 m até o vértice V83, de coordenadas N 7.768.726,70m e E 510.628,81m, findando assim a descrição dessa área.
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-82 ao V-83, confronta-se:
1. pelo vértice V82 com proprietário Gilberto Cesário;
2. pelas laterais da faixa com área remanescente do proprietário Alzira bruno de Aquino;
3. pelo vértice V83 com proprietária Gilcelia de Jesus Silva.

X - faixa de servidão do interceptor Engenho Me:
a) proprietário: Real Imóveis LTDA; posseira: Maria Expedita de Souza;
b) endereço imóvel: Travessa Bogotá, nº 11, bairro Jardim Belvedere;
c) identificação cadastral: gleba 55;
d) área: 33,00m² (trinta e três metros quadrados);
e) classificação do terreno: ubano não parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. Partindo do vértice 85, de coordenadas N 7.768.739,42m e E 510.640,84m; 43°23'29" e 2,12 m até o vértice V86, de coordenadas N 7.768.740,96m e E 510.642,29m; 35°17'33" e 8,79 m até o vértice 87, de coordenadas N 7.768.748,14m e E 510.647,37m, findando assim a descrição dessa área;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-85 ao V-87, confronta-se:
1. pelo vértice V85 com Washington Eurico Vasconcelos e outros;
2. pelas laterais da faixa com área remanescente do proprietário Maria Expedita de Souza;
3. pelo vértice V87 com área verde.

XI - faixa de servidão do interceptor Moinhos:
a) proprietário: Arlindo Martins do Amaral;
b) endereço imóvel: Rua Montevidéu, lugar denominado Fazenda Rosa Mística;
c) identificação cadastral: gleba;
d) área: 3.613,00m² (Três mil seiscentos e treze metros quadrados);
e) classificação do terreno: rural;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.768.012,14m e E 510.878,47m; deste, segue confrontando com os seguintes azimutes e distâncias: 201°30'23" e 81,09 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.767.936,69m e E 510.848,74m; 201°28'16" e 126,92 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.767.818,58m e E 510.802,28m; 199°08'45" e 136,34 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.767.689,78m e E 510.757,56m; 198°34'26" e 80,54 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.767.613,43m e E 510.731,91m; 198°21'00" e 82,49 m até o vértice 6, de coordenadas N 7.767.535,14m e E 510.705,94m; 171°48'20" e 45,65 m até o vértice 7, de coordenadas N 7.767.489,96m e E 510.712,45m; 164°23'12" e 73,85 m até o vértice 8, de coordenadas N 7.767.418,83m e E 510.732,32m; 164°20'14" e 76,05 m até o vértice 9, de coordenadas N 7.767.345,61m e E 510.752,85m; 164°15'17" e 84,42 m até o vértice 10, de coordenadas N 7.767.264,36m e E 510.775,76m; 163°25'36" e 80,72 m até o vértice 11, de coordenadas N 7.767.186,99m e E 510.798,79m; 163°50'18" e 80,35 m até o vértice 12, de coordenadas N 7.767.109,82m e E 510.821,15m; 165°22'01" e 77,62 m até o vértice 13, de coordenadas N 7.767.034,71m e E 510.840,76m; 180°14'33" e 19,10 m até o vértice 14, de coordenadas N 7.767.015,61m e E 510.840,68m; 165°10'13" e 48,49 m até o vértice 15, de coordenadas N 7.766.968,74m e E 510.853,09m; 172°24'49" e 55,20 m até o vértice 16, de coordenadas N 7.766.914,02m e E 510.860,38m; 198°40'52" e 53,16 m até o vértice 17, de coordenadas N 7.766.863,66m e E 510.843,35m; 257°26'04" e 2,19 m até o vértice 18, de coordenadas N 7.766.863,19m e E 510.841,22m, findando assim a descrição dessa área;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V-01 ao V-18, confronta-se:
1. pelo vértice 01 com Rua Montevidéu;
2. pelas laterais da faixa com área remanescente do proprietário;
3. pelo vértice 18 com área de pleno domínio da ferrovia.

XII - faixa de servidão do interceptor Milho Branco:
a) proprietário: Júlio César de Oliveira e outros;
b) endereço imóvel: Rua José da Paz, nº 130;
c) identificação cadastral: lote 249, quadra 126, gleba 01-A;
d) área: 17,00m² (dezessete metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com aproximadamente 2,98 metros de largura, sendo 1,50 para um lado paralelo ao eixo e outro medindo irregular. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N 7.771.021,4605m e E 512.494,8859m; 335°47'29" e 5,58 m até o vértice V2, de coordenadas N 7.771.026,5494m e E 512.492,5979m; sendo este o vértice final do eixo da faixa descrita, findando assim a descrição dessa área;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V1 ao V2, confronta-se:
1. pelo vértice V1 com a rua José da Paz;
2. pelas laterais com área remanescente do lote 249 da quadra 126 (Júlio César de Oliveira e outros);
3. pelo vértice V2 com o lote 237 da quadra 126 (Imobiliária da Chácara Ltda).

XIII - faixa de servidão do interceptor Milho Branco:
a) proprietário: Imobiliária da Chácara LTDA;
b) endereço imóvel: Rua Rosa Viterbo Gontijo;
c) identificação cadastral: lote 211, quadra 126, zona 24, gleba 03;
d) área: 72,00m² (setenta e dois metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V3, de coordenadas N 7.771.050,7413m e E 512.477,3490m; 352°22'53" e 24,00 m até o

vértice V4, de coordenadas N 7.771.074,5294m e E 512.474,1671m; sendo este o vértice final do eixo da faixa descrita;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V3 ao V4, confronta-se:
1. pelo vértice V3 com lote 224 da quadra 126 (Imobiliária da chácara LTDA);
2. pela lateral direita com área remanescente do lote 211 da quadra 126, (Imobiliária da chácara LTDA);
3. pela lateral esquerda com lote 172 da quadra 126 (Imobiliária da chácara LTDA);
4. pelo vértice V4 com Rua Rosa Viterbo Gontijo.

XIV - faixa de servidão do interceptor Milho Branco:
a) proprietário: Imobiliária da Chácara LTDA;
b) endereço imóvel: Rua Rosa Viterbo Gontijo;
c) identificação cadastral: lote 310, quadra 125, gleba 05;
d) área: 59,00m² (cinquenta e nove metros quadrados);
e) classificação do terreno: urbano parcelado;
f) Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
g) materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: as descrições topográficas dos interceptores da COPASA do município de Divinópolis foram realizadas de acordo com o traçado do projeto. Essa faixa se define com 3,00 metros de largura, sendo 1,50 para cada lado e paralelo ao eixo. Inicia-se a descrição deste perímetro vértice V5, de coordenadas N 7.771.086,2036m e E 512.472,2401m; 348°45'20" e 19,67 m até o vértice V6, de coordenadas N 7.771.105,4914m e E 512.468,4055m; sendo este o vértice final do eixo da faixa descrita;
h) a faixa de servidão definida pelos vértices V5 ao V6, confronta-se:
1. pelo vértice V5 com Rua Rosa Viterbo Gontijo;
2. pela lateral direita com lote 325 da quadra 125 (Espólio Geraldo Estevão Vieira);
3. pela lateral esquerda com área remanescente do lote 310 da quadra 125 (Imobiliária da Chácara Ltda);
4. pelo vértice V6 com lote 271 da quadra 125 (Imobiliária da Chácara Ltda).

Art. 2º Fica a Concessionária, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA autorizada a promover a desapropriação e/ou implantação de servidão administrativa das áreas descritas neste Decreto, nos termos da legislação vigente, e a proceder, se alegar urgência, de acordo com o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, a imissão provisória na posse, mediante procedimento administrativo ou judicial.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3E3765F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.554/26

Dispõe sobre o cancelamento de despesa inscrita em restos a pagar não processados de exercício anterior.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, conforme os artigos 83, 89, 90 e 103, da Lei Federal 4.320/64 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª edição de 2024; com a necessidade do Poder Executivo Municipal de aprovar por meio de decreto o cancelamento de inscrições em restos a pagar, e considerando:
– o ofício SEMFAZ-DCG nº 083/2026, contendo solicitação para se proceder ao cancelamento de empenho(s) inscrito(s) em restos a pagar não processados;
– que a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA (CI-44108-2026), constatou por meio de documentos comprobatórios a necessidade de cancelamento na inscrição como restos a pagar não processados do(s) empenho(s) relacionado(s);

DECRETA:
Art. 1º Mediante regular processo administrativo, com registro do tipo de baixa, bem como os motivos e fatos que comprovam as informações, fica autorizado o cancelamento da(s) despesa(s) inscrita(s) em Restos a Pagar não processados, correspondente(s) à(s) seguinte(s) nota(s) de empenho(s):

Empenho	Credor	Saldo
20897/2025	MEDICAL SAVE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS LTDA	R$ 30.000,00
20899/2025	MEDICAL SAVE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS LTDA	R$ 80.000,00

Art. 2º O pagamento de eventual diferença que vier a ser reclamada em decorrência do cancelamento efetuado na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade, acobertado por nova nota de empenho e contabilizada sob o crivo orçamentário de "despesas de exercícios anteriores", com fundamento no art. 37 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
DIOGO ANDRADE VIEIRA
Controladoria-Geral Município

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:187E9053

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.555/26

Nomeia a titular em função gratificada que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o art. 23 da Lei nº 7.290/2011 e o teor do Ofício SEMED GPLAN/RH nº 1087/2026 ,

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada para a função gratificada de Vice-Diretor de Unidade Escolar I, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Marciana Aparecida de Camargos, matrícula 99015500/1, pelo período de 24/08/2026 a 31/12/2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 24.08.2026.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
ANDREIA CARLA FERREIRA DIMAS
Secretária Municipal de Educação

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3595758D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº. 17.557/26

Convoca candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, para provimento dos cargos públicos que menciona, do quadro efetivo do Poder Executivo Municipal.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de atender à demanda de pessoal nas respectivas áreas, bem como o resultado final e classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em estágio probatório, para o provimento dos cargos efetivos abaixo relacionados, os seguintes candidatos aprovados no Concurso Público de que trata o Edital n° 01/2024:

ARQUITETO	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Vítor de Castro França	19º

ATENDENTE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – PSF	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Rafaella Amaral de Paula Valério	9º

DENTISTA PARA ATENDIMENTO AO PSF	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Eduardo Henrique Beraldo Jevoux	38º
Saulo Pedroso Guimarães	39º

ENGENHEIRO CIVIL	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Daniel Ribeiro Tavares	4º

1

FISIOTERAPEUTA	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Thais de Almeida Eufrásio	14º

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Fabiana Imaculada Brígido	75º

TÉCNICO DE LABORATÓRIO	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Bruna Souza Melo	5º
Thárley Jhónatan de Oliveira	6º

Art. 2º Findo o estágio probatório, os(as) servidores(as) nomeados(as) na forma deste Decreto tornar-se-ão estáveis no serviço público municipal, nos termos do art. 41 da Constituição Federal.
Art. 3º A posse dos(as) servidores(as) ora nomeados(as) ocorrerá no prazo de 30 dias a contar da publicação deste Decreto, prorrogável por igual período, a requerimento formal do(a) interessado(a).
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral Do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2DB645F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº. 17.558/26

Convoca candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, para provimento dos cargos públicos que menciona, do quadro efetivo do Poder Executivo Municipal.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de atender à demanda de pessoal nas respectivas áreas, bem como o resultado final e classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em estágio probatório, para o provimento dos cargos efetivos abaixo relacionados, os seguintes candidatos aprovados no Concurso Público de que trata o Edital n° 01/2024:

ARQUITETO	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Thiago Darlan Silva Fonseca	20º

ATENDENTE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – PSF	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Ana Júlia Claret de Paula	10º

ASSISTENTE SOCIAL	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Thalia Mancilha Emidio Santos	11º

ENGENHEIRO AGRIMENSOR	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Carlos Roberto dos Santos Oliveira Neto de Souza	3º

MÉDICO GENERALISTA PSF	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Renan Pereira de Andrade	83º

FISCAL DE OBRAS	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Julia Thereza Xavier Silva	4º

FISCAL DE SAÚDE ENFERMEIRO	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Pedro Henrique Batista de Freitas	1º

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	
Nome do(a) Candidato(a)	**Classificação**
Helder Alves De Oliveira	17º

Art. 2º Findo o estágio probatório, os(as) servidores(as) nomeados(as) na forma deste Decreto tornar-se-ão estáveis no serviço público municipal, nos termos do art. 41 da Constituição Federal.

Art. 3º A posse dos(as) servidores(as) ora nomeados(as) ocorrerá no prazo de 30 dias a contar da publicação deste Decreto, prorrogável por igual período, a requerimento formal do(a) interessado(a).
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F484E305

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.559/26

Exonera servidora titular do cargo efetivo que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o pedido formulado pela servidora, na forma do processo administrativo digital nº 000044268/2026,

DECRETA:
Art. 1º Fica a servidora Ester Santos Ferreira, matrícula nº99041451/1, exonerada do cargo de provimento efetivo de Agente de Administração, da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25.08.2026.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:34383AB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.561/26

Exonera servidora titular do cargo efetivo que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o pedido formulado pela servidora, na forma do processo administrativo digital nº 000044736/2026,

DECRETA:
Art. 1º Fica a servidora Lucimara Maria Ferreira, matrícula nº99020935/1, exonerada do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º.09.2026.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2F53D719

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.562/26

Altera o Decreto nº 17.031, de 13 de novembro de 2025, que dispõe sobre o Estatuto Social da Empresa Municipal de Obras e Pavimentação - EMOPAV, subsidiária integral da Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços – EMOP.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 17.031/25 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º **A sede da Empresa Municipal de Obras e Pavimentação - EMOPAV será no imóvel da rua Benedito Gonçalves, nº 400, quadra 163, localizado no Distrito Industrial Cel. Jovelino Rabelo.**"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 27 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:42FDABF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG CENTRO ESPÍRITA JESUS DE NAZARÉ

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, em especial ao art. 6º-B que prevê que as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS), respeitadas as especificidades de cada ação.

Considerando a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que organiza os serviços do SUAS por níveis de complexidade e prevê entre os Serviços de Proteção Social Básica o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Considerando o SUAS instituído pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011, que tem como objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Considerando a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Considerando a Resolução nº 21 de 24 de novembro de 2016 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Considerando o Decreto nº 15.365 de 08 de novembro de 2022, que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Município de Divinópolis e as organizações da sociedade civil - OSC, de que trata a Lei Federal nº 13.019/2014.

Considerando a Lei nº 9.565, de 14 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2026 (LDO).

Considerando a Lei nº 9.650, de 23 de dezembro de 2025, que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2026.

Considerando a Lei nº 9.651, de 23 de dezembro de 2025, que autoriza a concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições e contêm outras providências.

Considerando o Decreto Municipal nº. 17.130, de 14 de janeiro de 2026, que estabelece procedimentos para execução de emendas parlamentares individuais, na forma da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Portaria nº 03/2026-SEMDS de 23 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial dos municípios mineiros em 27 de janeiro de 2026, que dispõe sobre as transferências de recursos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos de emenda parlamentar à lei orçamentária municipal, que vieram a ser indicadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, constituindo Norma Complementar Específica de que trata o art. 54 da Lei nº. 9.565/2025.

Considerando os parâmetros constantes no Parecer Técnico nº 020/2026 da Comissão de Análise e Seleção de Projetos, de 28 de maio de 2026 e da Resolução nº 06/2026-CMAS, de 27 de abril de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 08 de maio de 2026, provenientes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Divinópolis/MG.

Considerando o disposto no Parecer Técnico Nº 31/2026-SEMDS, que se pronunciou de forma favorável a celebração e a formalização do termo de fomento.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social informa que pretende formalizar Termo de Fomento, com dispensa de chamamento público, com o Centro Espírita Jesus de Nazaré, inscrito no CNPJ sob o nº 13.414.748/0001-82, tendo por objeto a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de 6 a 12 anos em situação de vulnerabilidade social.

A ausência de chamamento público fundamenta-se no fato de o recurso ser proveniente de Emendas Parlamentares vinculadas à Lei Orçamentária Anual de 2026, com amparo expresso no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público [...]."

Destacam-se as emendas parlamentares:

Emenda	Vereador	Unidade pública ou referenciada	Valor	Modalidade de programação
51	Ana Paula Quintino	Centro Espírita Jesus de Nazaré	R$ 20.000,00	Proteção social básica
66	Hilton De Aguiar	Centro Espírita Jesus de Nazaré	R$ 50.000,00	Proteção social básica
72	Josafá	Centro Espírita Jesus de Nazaré	R$ 20.000,00	Proteção social básica
81	Ney Burguer	Centro Espírita Jesus de Nazaré	R$ 20.000,00	Proteção social básica
87	Vitor Costa	Centro Espírita Jesus de Nazaré	R$ 10.000,00	Proteção social básica
93	Washington Moreira	Centro Espírita Jesus de Nazaré	R$ 15.000,00	Proteção social básica
66	Hilton De Aguiar	Centro Espírita Jesus de Nazaré	R$ 25.000,00	Proteção social básica
Valor Total:			**R$160.000,00**	

A instituição comprovou estar devidamente constituída nos termos do art. 3º da Lei nº 8.742/1993, com inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e cadastro regular no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), cumprindo todas as exigências do art. 2º da Resolução CNAS nº 21/2016 e da Portaria nº 03/2026-SEMDS.

Ressalta-se que a dispensa de chamamento público autorizada pelo art. 29 não exime a parceria do cumprimento de todas as demais etapas de celebração, execução, prestação de contas e fiscalização previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, conforme preceitua o § 4º do seu art. 32.

Divinópolis, 28 de agosto de 2026.

JULIANA COELHO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5947349A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMEJ Nº 22, DE 31 DE AGOSTO DE 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE

Constitui a Comissão de Seleção e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude – SEMEJ, para os fins que especifica.

A Secretária Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em Termos de Colaboração, Termos de Fomento ou Acordos de Cooperação;

CONSIDERANDO a legislação municipal que regulamenta, no âmbito do Município de Divinópolis, a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição das Comissões de Seleção e de Monitoramento e Avaliação para atuação nos

procedimentos de celebração e acompanhamento das parcerias firmadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude – SEMEJ;
RESOLVE:
Art. 1º Constituir a **COMISSÃO DE SELEÇÃO**, com a finalidade de análise e seleção das propostas e dos planos de trabalho apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil nos chamamentos públicos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude – SEMEJ, visando à celebração de parcerias, bem como avaliar e julgar as solicitações de concessão do benefício previsto na Lei nº 9.110/2022 visando o incentivo e desenvolvimento da prática desportiva no município.
§ 1º A Comissão de Seleção será integrada pelos seguintes servidores:
Presidente: Josiane Gonçalves de Oliveira – Matrícula: 99022821/1
Secretário(a): Maria Luísa Resende Greco Madeira Silva – Matrícula: 99044668/1
Membro: Adriano Junio Eugenio – Matrícula: 99021399
Membro: Maurício Gonçalves Pinto – Matrícula: 99043910/1
Membro: Samara Alyne Souza Rosa **– Matrícula: 99036766/2**
§ 2º Compete à Comissão de Seleção:
I – Analisar a documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil, avaliar as propostas e os planos de trabalho, de acordo com os critérios estabelecidos no respectivo edital de chamamento público, bem como praticar os demais atos necessários à seleção;
II – Analisar a documentação apresentada pelos interessados, avaliar os projetos, campeonatos e solicitações de benefícios previstos na Lei Municipal nº 9.110, de 04 de outubro de 2022, e suas alterações, verificando o atendimento aos requisitos e critérios estabelecidos na legislação, bem como praticar os demais atos necessários à análise e seleção dos beneficiários.
Art. 2º Constituir a **COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**, com a finalidade de monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude – SEMEJ com Organizações da Sociedade Civil, nos termos da legislação aplicável e dos respectivos instrumentos de parceria, bem como acompanhar, monitorar e avaliar a concessão e a aplicação dos benefícios previstos na Lei Municipal nº 9.110, de 04 de outubro de 2022, e suas alterações.
§ 1º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será integrada pelos seguintes servidores:
Presidente: Gustavo Vinícius de Souza Silva – Matrícula: 99044512/1-0
Secretário(a): Thiago Alvarenga do Amaral – Matrícula: 99039850/1
Membro: Darcliê Resende dos Santos – Matrícula: 99045015/1
Membro: Keroulayne Fernanda Ribeiro – Matrícula: 99040018/1
Membro: Alex de Oliveira – Matrícula: 99015866
Parágrafo único. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação acompanhar e avaliar a execução das parcerias, inclusive quanto ao cumprimento das metas e dos resultados previstos no plano de trabalho, bem como acompanhar, monitorar e avaliar os benefícios concedidos com fundamento na Lei Municipal nº 9.110, de 04 de outubro de 2022, e suas alterações, inclusive quanto ao cumprimento das condições e à aplicação dos recursos, quando cabível, elaborando os relatórios e demais manifestações de sua competência, observada a legislação aplicável.
Art. 3º Ambas as comissões instituídas nesse ato poderão solicitar o apoio de outros servidores da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude – SEMEJ, sempre que necessário ao desempenho de suas atribuições.
Art. 4º Os membros das Comissões deverão atuar com imparcialidade, observando as disposições legais e regulamentares aplicáveis às parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil.
Art. 6º A participação nas Comissões de Seleção e de Monitoramento e Avaliação não ensejará qualquer remuneração aos seus membros, sendo os trabalhos nelas desenvolvidos considerados de relevante serviço público.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis/MG, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)

SAMARA ALYNE SOUZA ROSA
Secretária Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B73B94AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

- **AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** - Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, diante da justificativa apresentada, dos documentos nos autos do Processo Administrativo, autorizo a contratação direta por Dispensa de Licitação do SEST/SENAT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - Unidade B31 em Divinópolis/MG, CNPJ/MF sob nº 73.471.963/0072-30, para prestação de serviços de capacitação, atualização e aperfeiçoamento de condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros e de veículos de emergência, destinados aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Divinópolis, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência, em favor do referido contratado.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

SHEILA SALVINO -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:99191D17

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG Nº 01/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2026

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado final do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

05 vagas para o cargo de Nutricionista para atuação na Secretaria Municipal de Saúde; 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª vagas.

VAGAS:

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 14/09/2026 – Término: 14/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Em razão da necessidade de atendimento à demanda de natureza transitória, considerando a aprovação do Plano de Ação pelo Conselho Municipal de Saúde, faz-se necessária a contratação temporária para composição da equipe e-multi, visando a execução das ações da Política Continuada de Promoção de Saúde (POEPS) e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), custeadas pela Resolução SES/MG nº 9.076/2023. A ausência dos profissionais poderá comprometer a continuidade, qualidade e ampliação dos serviços ofertados à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo determinado, de excepcional interesse público e indispensável.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

03 vagas para o cargo de Assistente Social para atuação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento social; 12ª, 13ª e 14ª vagas.

VAGAS:

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/98, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 14/09/2026 – Término: 14/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Suprir afastamento funcional decorrente da designação de servidores efetivos
• Interesse público, excepcional: Sim	

• Contratação indispensável: Sim	para o exercício de funções de coordenação dos equipamentos socioassistenciais (CRAS e CREAS), nos termos da Lei Municipal nº 9.659/2026, passando a desempenhar atribuições de maior complexidade e dedicação prioritária à gestão, não justificando a permanência de profissionais após eventual retorno às funções de origem, e não dispondo no quadro pessoal de outros servidores que possam suprir tais ausências, sendo necessária a contratação para manutenção dos serviços junto às unidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A falta de profissionais não permite a execução de trabalhos obrigatórios previstos em normativos, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável.

Candidatos convocados

Nutricionista	
Classificação	**Nome**
7º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
8º	Zilá Estefânia Guimarães Santos
9º	Nathália Maximiano Soares Maciel
10º	Vinícius Penoni Silva
11º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
12º	Flavia Lara De Castro Castilho
13º	Karina Joyce Ribeiro Faleiro
14º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
15º	Ester Luisa Alves Fonseca **(suplente)**

Assistente Social	
Classificação	**Nome**
11º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
12º	Jonhy Michel Reis
13º	Simone Aparecida Araújo
14º	Carlos Lucio Ferreira De Assis
15º	Roberta Flávia Silva Lauar Miranda **(suplente)**
16º	Sheila Aparecida Da Costa Fonseca **(suplente)**
17º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
18º	Camila Helena Silva **(suplente)**
19º	Graziela Oliveira Chagas Severo **(suplente)**
20º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
21º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
22º	Juliana Fernandes Alves **(suplente)**
23º	Valderlane Da Silva **(suplente)**
24º	Helberth Cristian Barbosa **(suplente)**
25º	Adriana Ramos Da Silva Santiago **(suplente)**

Os (as) candidatos (as) convocados (as) terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação desta convocação para enviar sua manifestação de interesse em formalizar **contrato temporário de excepcional interesse público** para o e-mail: divinopolis.concursos@gmail.com
A não manifestação de interesse implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCUS VINICIUS PENIDO SANTANA
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:10C15338

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 02/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2026

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 02/2026 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme homologação do resultado final do Processo Seletivo SEPLAG Edital 02/2026, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

05 vagas para o cargo de Nutricionista para atuação na Secretaria Municipal de Saúde; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª vagas.

VAGAS:

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 14/09/2026 – Término: 14/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Em razão da necessidade de atendimento à demanda de natureza transitória, considerando a aprovação do Plano de Ação pelo Conselho Municipal de Saúde, faz-se necessária a contratação temporária para composição da equipe e-multi, visando a execução das ações da Política Continuada de Promoção de Saúde (POEPS) e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), custeadas pela Resolução SES/MG nº 9.076/2023. A ausência dos profissionais poderá comprometer a continuidade, qualidade e ampliação dos serviços ofertados à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo determinado, de excepcional interesse público e indispensável.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

03 vagas para o cargo de Assistente Social para atuação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento social; 1ª, 2ª e 3ª vagas.

VAGAS:

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/98, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 14/09/2026 – Término: 14/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Suprir afastamento funcional decorrente da designação de servidores efetivos para o exercício de funções de coordenação dos equipamentos socioassistenciais (CRAS e CREAS), nos termos da Lei Municipal nº 9.659/2026, passando a desempenhar atribuições de maior complexidade e dedicação prioritária à gestão, não justificando a permanência de profissionais após eventual retorno às funções de origem, e não dispondo no quadro pessoal de outros servidores que possam suprir tais ausências, sendo necessária a contratação para manutenção dos serviços junto às unidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A falta de profissionais não permite a execução de trabalhos obrigatórios previstos em normativos, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados

Nutricionista	
Classificação	**Nome**
1º	Priscila Gontijo Correa Franca **(Suplente)**
2º	Marcelo Soares de Moraes **(Suplente)**
3º	Jeannine Carla Antunes **(Suplente)**
4º	Claudia Aparecida da Costa Abreu **(Suplente)**
1º PCD	Renata Renoir Ferreira **(Suplente)**
5º	Janaina Resende de Assis **(Suplente)**
6º	Thatiane Martins Coelho Carvalho **(Suplente)**
7º	Fernanda de Sousa Coelho **(Suplente)**
8º	Marina Kelly Vitorino **(Suplente)**
9º	Lais Kelly de Azevedo Barbosa **(Suplente)**
10º	Sudaria Barbosa de Oliveira Lemos **(Suplente)**

Assistente Social	
Classificação	**Nome**
1º	Uiliane Fabiene Pereira **(Suplente)**
2º	Denise Goncalves **(Suplente)**
3º	Vera Lucia Marques Souza Vasconcelos David **(Suplente)**
4º	Olsymara Cavalcanti **(Suplente)**
5º	Isabel Carolina da Silva **(Suplente)**
6º	Lucilene Aparecida dos Santos **(Suplente)**
7º	Fernanda Giordani Macedo **(Suplente)**
8º	Madalena Amaral Fernandes **(Suplente)**
9º	Dirlene Rozaria Pereira **(Suplente)**
10º	Luana de Morais Oliveira Conrado **(Suplente)**

Os (as) candidatos (as) convocados (as) terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação desta convocação para enviar sua manifestação de interesse em formalizar **contrato temporário de excepcional interesse público** para o e-mail: divinopolis.concursos@gmail.com

A não manifestação de interesse implicará na **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 02/2026, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora De Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCUS VINÍCIUS PENIDO SANTANA
Gerente De Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B8A0626F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 978/2026

CANCELAMENTO DO ADICIONAL DE insalubridade

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa CI-64713-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0901 /2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CANCELAR** o adicional de insalubridade de grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento), da servidora **JESSYCA SANTOS ARAUJO,** detentora do cargo efetivo de DENTISTA, matriculada sob o nº 99036694, **com efeitos retroativos a 25/08/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F1B99C49

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 979/2026

CANCELAMENTO DO ADICIONAL DE insalubridade

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa CI-64713-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0902 /2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CANCELAR** o adicional de insalubridade de grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento), da servidora **ANGELICA SILVA SALES,** detentora do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, matriculada sob o nº 99035715, **com efeitos retroativos a 24/08/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:04F8D72B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1122/2026

– **Contratado (a):** Sra. MAYRA DE SOUZA ALVES. **Cargo: Fisioterapeuta**. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a Emenda Impositiva Individual 96.10S/2025 do vereador Wellington Well para contratação temporária de fisioterapeuta para promoção de saúde, socialização e bem-estar através da oferta, divulgação e realizações de atividade física. A ausência dos profissionais poderá comprometer a continuidade, qualidade e ampliação dos serviços ofertados à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo determinado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Classificada na 46ª colocação. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 024/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 13/08/2026, edição 4338 **Lotação:** Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA / ESF Danilo Passos I. **Período:** 01/09/2026 a 31/12/2026. **Total:** R$2.462,80 (Dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos Dot. Orçamentária: 02.015.002.2150.2814. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B2C8BB82

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO CONTRATO 158/2026 – PL 135/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 63/2026.

Contratado: Inovve Turismo Ltda, CNPJ 45.339.142/0001-16. Objeto: contratação de agência especializada para aquisição de bilhetes de passagem de transporte rodoviário (intermunicipal/interestadual) para atender ao programa de atendimento ao migrante e pessoa em situação de rua da SEMDS, atender ao tratamento fora de domicílio da SEMUSA e demais Órgãos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG. Valor: R$ 150.000,00. Prazo: 12 meses. Dot. Orçamentária: 02.005.003.08.244.2050.2271.3.3.90.39.00 Ficha 291, 02.015.002.10.302.2150.2818.3.3.90.39.00 Ficha 971. Ass: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:89DB89AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMSUR – EXTRATO DO 1º TA – ATA 457/2025 – PL 180/2025.

Contratada: Ferramentas e Pneumáticos 1001 Ltda. Objeto: Prorrogação até 23/09/2027. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:40190878

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMSUR – EXTRATO DO 1º TA – ATA 459/2025 – PL 180/2025.

Contratada: Magba E-Commerce Ltda. Objeto: Prorrogação até 23/09/2027. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5E3CBFF6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMSUR – EXTRATO DO 1º TA – ATA 460/2025 – PL 180/2025.

Contratada: Maurivan Vicente e Cia Ltda. Objeto: Prorrogação até 25/09/2027. Ass: 26/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6D325D67

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMSUR – EXTRATO DO 1º TA – ATA 461/2025 – PL 180/2025.

Contratada: Multiquality Comércio de Pneumáticos Ltda. Objeto: Prorrogação até 23/09/2027. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:67C59DD2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMSUR – EXTRATO DO 1º TA – ATA 462/2025 – PL 180/2025.

Contratada: Ravi E-Commerce Ltda. Objeto: Prorrogação até 25/09/2027. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E14B3C85

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMSUR – EXTRATO DO TA 03/2026 – CT 151/2024 – PL 266/2023.

Contratada: Metropolitana Máquinas e Veículos Ltda. Objeto: Prorrogação até 09/03/2027. Ass: 31/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5C0B45C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 013/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 176/2008

– Dispensa de Licitação Nº 035/2008 – Contrato/SEMUSA Nº 046/2008 - **Contratada: JOSÉ RODRIGUES PEREIRA FILHO representado pela CASA NOVA LOCADORA LTDA – Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Aditamento reajuste no valor mensal será de R$ 1.600,00, em conformidade com a solicitação do Laudo de Avaliação Mercadológico dos membros da CMAI da Prefeitura Municipal de Divinópolis, conforme permissivo legal constante no artigo 51, da Lei Federal 8.245/91.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026 -

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* -**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AB4E29EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 089/2026 – PE Nº 241/2025 – ARP Nº 323/2025 – CONTRATADA: MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 18.917.657/0001-83.

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa** referente à Autorização de Fornecimento nº **0941_0174/2026**, no valor de **R$ R$ 317,36 (trezentos e dezessete reais e trinta e seis centavos)**; em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 089/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D262090F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 089/2026 – PE Nº 241/2025 – ARP Nº 323/2025 – CONTRATADA: MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 18.917.657/0001-83.

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa** referente à Autorização de Fornecimento nº **0941_0174/2026**, no valor de **R$ R$ 317,36 (trezentos e dezessete reais e trinta e seis centavos)**; em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 089/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D5E6FA07

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1007/2026

– Dimelson Souza Junior, Anhanguera, Enfermagem – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 31/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:711670C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1008/2026

– Ana Beatriz de Souza Pinho, SENAC, Técnico Em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 16/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3BED571E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1010/2026

– Johnata Fernandes Ramos, UEMG, Pedagogia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 14/09/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:68309E03

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1011/2026

– Maria Luísa Faleiro Marques, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 03 (três) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 12/12/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9A4ADA48

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1014/2026

– Cirlene Maria Tavares, SENAC, Técnico Em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A05CB242

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1015/2026

– Rafaela Natany Neves da Silva, Anhanguera, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 03/09/2026 até o dia 04/122026. Ass.: 31/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:08D565C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1020/2026

– Mateus dos Santos Gomes, Anhanguera, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 03/09/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 31/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6E5C8BE8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1027/2026

– Luciane Aparecida de Oliveira Miguel Maciel, Anhanguera, Enfermagem – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 31/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3F328636

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 930/2026

– Vitória Mara de Souza Bonaccorsi, UNA, Nutrição – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 06/11/2026. Ass.: 28/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:34F7F93E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 936/2026

– Hemilly Karen Andrade Pereira, Anhanguera, Enfermagem – Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 16/10/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:98992BC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 942/2026

– Priscila Kathrine Ferreira, Anhanguera, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 10/09/2026 até o dia 06/11/2026. Ass.: 31/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C09E0881

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 945/2026

– Iara Tavares da Silva, UNA, Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 31/08/2026 até o dia 18/12/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2161D0BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 971/2026

– Carolina de Oliveira Daimond, UEMG, Pedagogia – Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 10/12/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9C4B54C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 979/2026

– Tatyane Lopo Silva, SENAC, Técnico Em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 28/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8C2045CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº: 282/2026.

Marcus Vinicius Nogueira Santos. Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Valor: R$ 663,88. Dot. Orçamentária: – 02.006.001.2060.2300 – Ficha: 359. Prazo: de 01/09/2026 a 31/12/2026. Ass: 31/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:82E91902

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL Nº 013/2026

SELEÇÃO DE FOOD TRUCKS PARA PREENCHER VAGAS NO PARQUE ECOLÓGICO DR. SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES – "PARQUE DA ILHA" E CALÇADÃO CAMINHO DOS ROUXINÓIS

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDE, da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os Decretos Municipais nº 16.300/24 e nº 16.326/24, torna público o presente TERMO DE RETIFICAÇÃO ao Edital nº 013/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 27/07/2026, Edição 4325, Código Identificador DCB20BB5, o qual passa a vigorar com as alterações a seguir especificadas.

CONSIDERANDO a desistência formal de permissionária anteriormente credenciada para exploração de ponto de food truck no Parque Ecológico Dr. Sebastião Gomes Guimarães – "Parque da Ilha";
CONSIDERANDO que a referida desistência resultou na disponibilidade de novo espaço no mesmo local, ampliando o número de vagas passíveis de preenchimento por meio do presente Chamamento Público;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar prazo hábil e isonômico para que novos interessados possam se inscrever em razão da vaga adicional ora disponibilizada;
CONSIDERANDO o princípio da publicidade e da ampla concorrência que regem os processos de seleção desta natureza;
RESOLVE:
Art. 1º Fica retificado o subitem 1.1 do Edital nº 013/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"1.1 O presente edital faz referência ao preenchimento de 02 (duas) vagas disponíveis para food trucks no Parque Ecológico Dr. Sebastião Gomes Guimarães – 'Parque da Ilha' e 03 (três) vagas de food trucks para o Calçadão Caminho dos Rouxinóis no bairro Porto Velho em Divinópolis, Minas Gerais."
Art. 2º Fica retificado o subitem 2.1 do Edital nº 013/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"2.1 Serão selecionados 05 (cinco) FOOD TRUCKS comerciantes do setor alimentício para preencher 02 (duas) vagas no Parque da Ilha e outras 03 (três) para o Calçadão do Caminho dos Rouxinóis, aqui denominados PERMISSIONÁRIOS, sendo que para concorrer os gêneros alimentícios comercializados não poderão concorrer com os produtos já comercializados nos locais."
Art. 3º Em razão da alteração do objeto do Edital, fica prorrogado por mais 10 (dez) dias o prazo de inscrições previsto no subitem 5.2, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"5.2 As inscrições serão realizadas entre os dias 27 de julho e 07 de setembro de 2026, até as 17h, por meio de preenchimento de formulário eletrônico disponível no link https://forms.gle/S2CbGQgUqTKcTSeL9, contendo os documentos elencados nos subitens 5.2.1 a 5.2.8."
Art. 4º Em decorrência da prorrogação do prazo de inscrições, ficam igualmente prorrogados, na mesma proporção, os prazos subsequentes fixados no subitem 6.3.1 do Edital, relativos à reunião da Comissão de análise e julgamento dos formulários.
Art. 5º As inscrições já efetivadas antes da publicação deste Termo permanecem válidas, sendo assegurado aos respectivos proponentes o direito de concorrer normalmente às vagas do Parque da Ilha, inclusive à vaga adicional ora disponibilizada, observados os critérios de seleção e desempate previstos no item 6 do Edital.
Art. 6º Ficam mantidas, inalteradas e em pleno vigor, todas as demais disposições do Edital nº 013/2026 não expressamente modificadas por este Termo de Retificação.
Art. 7º Este Termo de Retificação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis/MG, agosto de 2026.

IGOR SILVA CARDOSO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A2BAE9D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 074/2026

PORTARIA Nº 074, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Conselheira para compor o Quadro de Conselheiros Tutelares de Dom Bosco-MG, que trata e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Dom Bosco, Estado de Minas gerais, no uso da atribuição legal que lhe confere o Art. 86, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que o Conselho Tutelar é constituido de 05 (cinco) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes.

Considerando que o processo eletivo suplementar e a Resolução nº 007 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), publicado no Diário Oficial no dia 30/07/2026, para membros do Conselho Tutelar de Dom Bosco,

Considerando a escala de férias das Conselheiras, para exercer o cargo eletivo de 04 (quatro) anos.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear para Conselheira Tutelar, a Senhora Fabiane Maria de Medeiros, inscrita no CPF: 719.174.701-34, para compor o Quadro de Conselheiros deste Município, no período de 31/08/2026 a 30/09/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dom Bosco - MG, 31 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:3E0AB486

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DONA EUZÉBIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 089/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

O Município de Dona Euzébia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro nº 340, centro, inscrito no CNPJ 17.706.656/0001-27, por determinação do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor **ADEILTON PASCOALINE MAGALHAES**, torna público que se acha aberta nesta unidade de licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, com a finalidade de selecionar propostas mais vantajosas, para contratação de empresa especializada na realização de transporte coletivo intramunicipal de passageiros, transporte coletivo municipal gratuito, com fornecimento de ônibus de no mínimo 38 lugares para passageiros assentados, motorista devidamente habilitado e combustível, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Regem a presente licitação, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterações e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 09:00 do dia 02 de setembro de 2026, às 09:00 do dia 18 de setembro de 2026.**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:01 do dia 18 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria de Licitações sede na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro nº 340, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 11:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico http://donaeuzebia.mg.gov.br/donaeuzebia/. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail – licitacao.donaeuzebia@gmail.com, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A Prefeitura não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3453-1714.

Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, 31 de agosto de 2026.

RODOLFO CORREIA DE CASTRO
Presidente da CCM

Publicado por:
Marcelo Ferreira Souza
Código Identificador:6E7554F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 135/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 070/2024 - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N.º 004/2024.

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG, Processo Licitatório n.º 070/2024, Credenciamento Eletrônico n.º 004/2024. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM ESPECIALIZADOS (TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA), EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ-MG. O presente Termo Aditivo objetiva promover a prorrogação do contrato n.º 135/2024 pelo período de 07/08/2026 a 07/08/2027, a fim de assegurar a continuidade da prestação de serviço de realização de exames de imagem especializados (tomografia computadorizada), em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dores do Indaiá-MG.

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:B77FE694

PROCURADORIA MUNICIPAL
CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL

Responsável:	MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ
CNPJ:	18.301.010/0001-22
Data de Emissão:	24/08/2026
Data de Validade:	24/08/2030

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Meio Ambiente no uso de suas atribuições, com base no Anexo V da Lei Complementar nº 79/2019 de 22 de março de 2019, e com base no Processo Nº004/2026 ,apurou que a atividade: G-03-03-4: PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL ORIUNDA DE FLORESTA PLANTADA, exercida pelo empreendimento MDL BIOENERGIA LTDA localizado na FAZENDA CONDUTAS nºS/N no Bairro: ZONA RURAL Cep: 35.610.000 em Dores do Indaiá MG – conforme coordenadas:

Latitude: -19º28'11,97959"S	Longitude: -45º35' 00,02850"O

está listada no rol de atividades da Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 22 de fevereiro de 2017, mas por possuir seu parâmetro de Produção Nominal, inferior ao mínimo exigido referente ao código referenciado, não necessida submeter-se à regularização por meio do instrumento de licenciamento ambiental, sendo, portanto, dispensável de licenciamento ambiental.

Esta Certidão diz respeito exclusivamente ao licenciamento ambiental propriamente dito, contudo não dispensa nem substitui a obtenção, pelo empreendedor, de quaisquer certidões, alvarás, licenças, anuências ou autorizações de qualquer natureza legalmente exigíveis em níveis federal, estadual ou municipal.

EDUARDO ANTONIO GOUVEA DA SILVA
Secretário Municipal De Desenvolivimento Econômico, Agronegócio E Meio Ambiente
Prefeitura Municipal De Dores Do Indaiá

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:38058DFB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DALVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA-MG PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026, TORNA PÚBLICO – abertura às 09:00 horas do dia 15/09/2026 na plataforma **LICITANET. OBJETO:** Aquisição de MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e de Educação, garantindo suporte adequado às atividades assistenciais e educacionais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e os seus anexos que lhes são parte integrante. O Edital em inteiro teor estará à disposição a partir do dia 02/09/2026, pelo site www.estreladalva.mg.gov.br e no PNCP. Maiores informações, através do telefone (32) 3464-1181, ramal 206.

Estrela Dalva/MG 31/08/2026.

DIEGO COUTINHO DA COSTA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tallita da Costa Tonázio
Código Identificador:1B8720FB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 115/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório n° 117/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 052/2026, Registro de Preços nº 046/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG, BEM COMO ATENDER À DEMANDA DAS DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL"**. Recebimento das propostas até as 08h do dia 15/09/2026. Início da sessão e disputa de preços: 08h10min. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA. Informações podem ser obtidas no setor Licitações à Praça São Sebastião, 219, Fone (37) 3553-1171 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br.

Estrela do Indaiá, 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:46590B27

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 116/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório n° 116/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 051/2026, Registro de Preços nº 045/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES E DERIVADOS), DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG, BEM COMO ATENDER À DEMANDA DAS DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL"**. Recebimento das propostas até as 08h do dia 14/09/2026. Início da sessão e disputa de preços: 08h10min. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA. Informações podem ser obtidas no setor Licitações à Praça São Sebastião, 219, Fone (37) 3553-1171 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br.

Estrela do Indaiá, 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:9755D86B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 118/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório n° 118/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 053/2026, Registro de Preços nº 047/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE APARELHO DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA, PARA USO EM CONJUNTO COM OXIGENOTERAPIA, CPAP E ACESSÓRIOS, A SER DISPONIBILIZADO NO DOMICÍLIO DOS PACIENTES CADASTRADOS JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG"**. Recebimento das propostas até as 08h do dia 17/09/2026. Início da sessão e disputa de preços: 08h10min. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA. Informações podem ser obtidas no setor Licitações à Praça São Sebastião, 219, Fone (37) 3553-1171 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br.

Estrela do Indaiá, 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:61AEC81D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 119/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório n° 119/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 054/2026, Registro de Preços nº 048/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVAS NAS MODALIDADES FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL E VOLEIBOL PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ/MG"**. Recebimento das propostas até as 13h do dia 17/09/2026. Início da sessão e disputa de preços: 13h10min. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA. Informações podem ser obtidas no setor Licitações à Praça São Sebastião, 219, Fone (37) 3553-1171 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br.

Estrela do Indaiá, 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:3D2D2F1E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 026/DP DE 28.08.2026

Contém nomeação de Servidora concursada para o Cargo Efetivo.

O prefeito Municipal de Estrela do Indaiá no uso de suas atribuições legais de seu Cargo, tendo em vista o disposto no Art. 37, inciso II da Constituição Federal; no Art. 102, inciso I da Lei Orgânica Municipal; no Art. 10 e seguintes da Lei Municipal N.º 1.352 de 30.03.1993 e tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado e homologado em 06 de agosto de 2024, e de acordo com a classificação apresentada,

RESOLVE: Nomear a Srª. **SANDRA APARECIDA DA SILVA,** para exercer o cargo de **PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA 1 – PEB 1** do Quadro de Servidores desta Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, desde já, ficando convocada para tomar posse e entrar no exercício do cargo, no dia 01 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 28 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:EE72E806

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 88/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 88/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ARQUITETURA PAISAGÍSTICA, SOB OREGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DA SEGUNDA ETAPA DE REVITALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DA PRAÇA JOÃO LEITE DA SILVA ORTIZ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL/MG.CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FISICOE FINANCEIRO, decorrente do Processo de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 62/2026, contrato Nº 88/2026. Empresa Contratada: HL ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA.A vigência do Contrato será de 31/08/2026 a 30/11/2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:E196A05D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 89/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 89/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MECÂNICA E ELETROELETRÔNICA DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL, decorrente do Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 002, contrato Nº 89/2026. Empresa Contratada: AUTUS COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA. A vigência do Contrato será de 31/08/2026 a 31/08/2027.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:4D89501E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 90/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 90/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de AQUISIÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO A FAZENDA BATALHA, COM ÁREA TOTAL DE 1,27 HA QUE AUTORIZA A LEI N 191, CONFORME DECRETO MUNICIPAL N 77, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO E, EM SEGUIDA A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES RESIDENCIAIS DESTINADAS À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, decorrente do Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 008, contrato Nº 90/2026. Empresa Contratada: PAULO MANTUAN. A vigência do Contrato será de 31/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:4DA7F984

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: Nº 52/2025
TERMO ADITIVO: Nº 01/2026
CONTRATADO: ALEXANDRE BORIM ARQUITETURA PATRIMONIO E FOTOGRAFIA LTDA.
OBJETO: Prestação de serviços para a consolidação da Política Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Estrela do Sul/MG, que, dentre outros fins,visa o repasse de ICMS de acordo com a Deliberação Normativa vigente do CONEP para o ano de 2025, exercício de 2027 (Lei Estadual 18.030/2009).

FUNDAMENTO: ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO PARA MAIS 12 MESES, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 17/07/2027

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:97E54AAA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELIXLÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 94/2026, CREDENCIAMENTO 13/2026

A Prefeitura Municipal de Felixlândia/MG torna público que realizará procedimento auxiliar de Credenciamento nº 13/2026 – Processo Licitatório nº 94/2026, Inexigibilidade 21/2026, cujo objeto é a **contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos especializados, para atender às necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme especificações, quantidades e prazos, de acordo com o termo de referência constante do anexo I do edital, que dele é parte integrante.,** a realizar-se em 22/09/2026 às 08h:00min. O edital poderá ser retirado no endereço: Rua Menino Deus, nº 86, Centro, Felixlândia/MG – CEP 39.237.000, através do e-mail: licitacao@felixlandia.mg.gov.br ou pelo telefone: (38)3467-0010, ramal 221/222.

ALINE KARLA DE SOUZA LUCENA.
Chefe do Departamento Municipal de Saúde

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:BD31CCB7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº 131/26, Processo Licitatório nº. 166/2026 - Pregão Eletrônico nº. 030/2026 – Contratada: **PADARIA MCPD LTDA 11.503.098/0001-16>** R$476.741,50. Vigência: 28/08/2026 a 28/08/2027.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES. –
Prefeito Municipal.

Extrato – O Prefeito julga a licitante: **PADARIA MCPD LTDA,** vencedora no Processo Licitatório nº. 166/2026 - Pregão Eletrônico nº. 030/2026. Prefeitura Municipal de Formiga/MG.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES.
Prefeito Municipal -

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:D90C1463

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO

Extrato do Termo de Aditamento n.º 005 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 113/2022. (Processo Licitatório nº. 128/2022 – Pregão Eletrônico nº. 072/2022). Contratante: Município de Formiga – MG. **Contratada:**M.W.C. Sistemas Eletrônicos Ltda - C.N.P.J: 03.632.499/0001-08. **Da Vigência:** Fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, sendo até 18/10/2027**,** conforme documentos de fls. 758/877 do processo licitatório, com previsão na Cláusula Nona do Contrato e fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº: 8.666/93 c/c art. 190 da Lei Federal nº. 14.133/2021. O valor do presente instrumento é de R$12.312,00 (doze mil, trezentos e doze reais). As demais cláusulas permanecem inalteradas **Data:** 27/08/2026. **Data de Assinatura**: 28/08/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9AA0290E

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 071/2026 – FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG E A ASSOCIAÇÃO MÃO AMIGA. Objeto: concessão de repasse financeiro, disponibilizado pelo Fundo Municipal de Assistência

Social, para custeio da folha de pagamento da equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e aquisição de insumos, compreendidos como gêneros alimentícios, conforme detalhado no Plano de Trabalho e Autorizado pela Lei Municipal nº 6.561, de 15/05/2026. **Dotação Orçamentária**: 10.002.08.845.0000.0031.3.3.50.43 – Subvenções Sociais. **Valor**: R$ 15.000,00. **Vigência**: 31/08/2026 a 31/08/2027. **Data da assinatura**: 31/08/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:CA9D592D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: Considerando que o presente Processo Licitatório se encontra de acordo com a legislação vigente, em especial ao art. 79 da Lei Federal 14.133/21, RATIFICO o Processo Licitatório nº. 27/2026, Inexigibilidade nº. 12/2026, referente ao Credenciamento nº 02/2026 da: Cooperativa de Credito CREDIFOR Ltda –SICOB, CNPJ 41.931.445/0001-72, com sede a Av Rio Branco 220, Centro, Formiga MG, CEP 35.570-078, cujo objeto é o Credenciamento de Instituições Financeiras, devidamente autorizadas pelo Banco do Brasil, para prestação de serviços de crédito consignado, compreendendo a concessão de empréstimo mediante consignação em folha de pagamento e disponibilização de cartão de credito consignado, com desconto mínimo em folha, destinados aos servidores públicos municipais EFETIVOS ativos e inativos da Prefeitura Municipal de Formiga e de suas autarquias observada a legislação vigente.

Formiga (MG), 25 de agosto de 2026.

***LAERCIO REIS GOMES*-**
Prefeito Municipal,

***RONALDO CÂNDIDO DA SILVA*-**
Superintendente Executivo do PREVIFOR,

***HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA* -**
Diretor Geral do SAAE

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:B88B5BBB

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 006/2026

"Dispõe sobre a aprovação dos Balancetes de Receitas e Despesas do FIA".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Formiga MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações, na Lei Municipal nº 5389 de 15 de abril 2019 e disposto em seu Regimento Interno.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar os Balancetes de Receitas e Despesas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, referentes ao mês: **Novembro e Dezembro de dois mil e vinte e cinco**.

Artigo 2º - - Os Balancetes de Receitas e Despesas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, foram aprovados por Unanimidade, sem ressalvas.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 09 de abril de 2026.

PATRÍCIA SILVA DE AZEVEDO MONTSSERRAT.
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Formiga /MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:AD3EDACF

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 007/2026

"Dispõe sobre a Indicação de Conselheiro para Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Formiga MG ".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Formiga MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações, na Lei Municipal nº 5389 de 15 de abril 2019 e disposto em seu Regimento Interno.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a Indicação do Conselheiro **Victor José Arantes Pedroso** – Patronato São Luiz, para compor o *Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Formiga MG, como* Membro Titular.

Artigo 2º - - A Indicação do Conselheiro **Victor José Arantes Pedroso** – Patronato São Luiz, para compor o *Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Formiga MG*, foi aprovada por Unanimidade, sem ressalvas.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 09 de abril de 2026.

PATRÍCIA SILVA DE AZEVEDO MONTSSERRAT.
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Formiga /MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9E84E955

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 008/2026

"Dispõe sobre a aprovação dos Balancetes de Receitas e Despesas do FIA".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Formiga MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações, na Lei Municipal nº 5389 de 15 de abril 2019 e disposto em seu Regimento Interno.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar os Balancetes de Receitas e Despesas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, referentes ao mês: **janeiro, Fevereiro e Março de dois mil e vinte e seis**.

Artigo 2º - - Os Balancetes de Receitas e Despesas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, foram aprovados por Unanimidade, sem ressalvas.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 11 de junho de 2026.

PATRÍCIA SILVA DE AZEVEDO MONTSSERRAT.
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Formiga /MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:8232A595

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 010/2026

"Dispõe sobre a Aprovação da data para realização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Formiga MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações, na Lei Municipal nº 5389 de 15 de abril 2019 e disposto em seu Regimento Interno.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o dia **11 de Novembro de 2026**, para a Realização da "**XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**", para o ano de 2026, com o **Tema**: "**Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa**. ", abordando os 6 (cinco) eixos:

EIXO 1: Aprimoramento do Controle Social;
EIXO 2: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
EIXO 3: Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
EIXO 4: Prevenção e Enfrentamento às Violências;
EIXO 5: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador;
EIXO 6: Aprimoramento da Execução dos Medidas Socioeducativas.

Artigo 2º - A data para realização da "**XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**", para o ano de 2026, foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

Artigo. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 11 de junho de 2026.

PATRÍCIA SILVA DE AZEVEDO MONTSSERRAT.
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Formiga /MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:C58F8BF0

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 011/2026

"Dispõe sobre a Constituição da Comissão Organizadora da *realização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."*

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Formiga MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações, na Lei Municipal nº 5389 de 15 de abril 2019 e disposto em seu Regimento Interno.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a Constituição da Comissão Organizadora da "**XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**", ficando assim constituída: **Patrícia Silva de Azevedo Montsserrat** – Presidente; **Diogo Damocles Pereira da Silva** – Vice-Presidente, **Lucas Alan da Silva** – Secretaria Municipal de Cultura e **Victor José Arantes Pedroso** – Patronato São Luiz.

Artigo 2º - A Constituição da Comissão Organizadora da "**XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**", para o ano de 2026, foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

Artigo. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 11 de junho de 2026.

PATRÍCIA SILVA DE AZEVEDO MONTSSERRAT.
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Formiga /MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:FDC2613D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 012/2026

"Dispõe sobre a aprovação dos Balancetes de Receitas e Despesas do FIA".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Formiga MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações, na Lei Municipal nº 5389 de 15 de abril 2019 e disposto em seu Regimento Interno.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar os Balancetes de Receitas e Despesas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, referentes ao mês: **Abril e Maio de dois mil e vinte e seis**.

Artigo 2º - - Os Balancetes de Receitas e Despesas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, foram aprovados por Unanimidade, sem ressalvas.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 09 de julho de 2026.

PATRÍCIA SILVA DE AZEVEDO MONTSSERRAT.
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Formiga /MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9818A62B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESULTADO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 014/2026 CREDENCIAMENTO DE COMÉRCIO AMBULANTE NO FESTIVAL GASTRÔNOMICO RURAL – COMUNIDADE DE CUNHAS

Credenciados – Área 1: 5 (cinco) barracas de alimentação

Data da inscrição	Hora da inscrição	Nome completo/ razão social	Categoria
26/08/2026	11:04:03	Paula Márcia Campos Dias	Área 1 - Barracas de alimentação
26/08/2026	11:10:17	Gilberto Aluízio de Oliveira	Área 1 - Barracas de alimentação
26/08/2026	11:31:52	Maria Irene Diolino de Lima	Área 1 - Barracas de alimentação
26/08/2026	11:33:24	Marco Antônio Teixeira	Área 1 - Barracas de alimentação

Credenciados – Área 2: 1 (uma) vaga Churrasco no Chão
Não houve inscritos.

Credenciados – Área 3: 1 vaga Food Truck

Data da inscrição	Hora da inscrição	Nome completo/ razão social	Categoria
26/08/2026	11:53:54	Weslei Aparecido de Rezende	Área 3 – Food Truck

Credenciados – Área 4: 1 vaga Doces e 1 vaga Playground

Data da inscrição	Hora da inscrição	Nome completo/ razão social	Categoria
26/08/2026	11:01:43	Deyse Luciene de Castro Faria	Área 4– Doces
26/08/2026	11:28:10	Weliana Mendonça santos	Área 4 - Playground

Credenciados - Área 5: 2 (duas vagas) Produtores Rurais, Lojas Agrícolas, Artesãos
Não houve inscritos.
Credenciados – Área 6: 1 vaga para chope

Data da inscrição	Hora da inscrição	Nome completo/ razão social	Categoria
26/08/2026	11:36:25	Sandra Maria Nunes Ramos	Área 6 - Chope

Excedentes: Candidato que não foi contemplado dentro do número de vagas inicialmente disponibilizado, podendo ser convocado posteriormente em caso de surgimento de novas vagas ou desistências, conforme as regras do Edital.

Data da inscrição	Hora da inscrição	Nome completo/ razão social	Categoria
26/08/2026	12:02:45	Júlia Montserrat Teixeira	Área 4 - Doces
27/08/2026	11:48:06	Wanderléia Antônia Ferreira	Área 4 – Doces
26/08/2026	12:21:02	Kátia Regina de Souza	Área 6 - Chope

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:5C98021A

PORTARIAS
PORTARIA Nº 001, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para função que menciona.

Os presidentes dos Caixas Escolares dos Centros de Educação Infantil, das Escolas Municipais e Instituições Conveniadas usando de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Priscilla de Paula Silva para, sem ônus adicional ao erário, fiscalizar e acompanhar a execução de todas as exigências contidas nos Contratos/ Atas de Registro de Preço de fornecimento de gêneros alimentícios, que serão utilizados no preparo da merenda escolar.

Art. 2º Revoga-se a Portarianº 001, de 18 de setembro de 2.017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 27 agosto de 2026.

DANIELA DE OLIVEIRA
Presidente do Caixa Escolar Antônio Fernandes Lima Sobrinho

ELIMAR APARECIDA FERREIRA ROCHA
Presidente do Caixa Escolar Nelson Alvarenga

JULIANA APARECIDA LEAL SANTOS
Presidente do Caixa Escolar Lídia Braga

LUCILETE ALMEIDA
Presidente do Caixa Escolar Prof. Meire de Fátima Tristão

ALINE CRISTINA MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente do Caixa Escolar Dalva Barbosa Pereira

DÉBORA MARIANO DE ANDRADE TAVEIRA BESSAS
Presidente do Caixa Escolar CEMAP

THAMARA CRISTINA SANTOS
Presidente do Caixa Escolar Daniel Lúcio Alvarenga

DEMÉTRIUS MEDEIROS MENESES DIAS
Presidente do Caixa Escolar Dr. Eduardo Brás Neto Almeida

MARGARIDA JAQUELINE ALVES
Presidente do Caixa Escolar Auta Mª Pires de Paiva

ANA PAULA PIRES
Presidente do Caixa Escolar Zélia da Costa Faria

ALINE SALES WANDERLEY DE SOUZA
Presidente do Caixa Escolar São Luiz Gonzaga

JULIANA CORRÊA
Presidente do Caixa Escolar Papa Pio XII

LILIANE JORGINA DA CUNHA
Presidente do Caixa Escolar Vânia dos Reis Anastácio

FERNANDA HELOÍSA DE FARIA SILVA
Presidente do Caixa Escolar Elton Antônio da Silva

MÍRMILA PEREIRA DA COSTA
Presidente do Caixa Escolar José Antônio do Couto

PABLIENE LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do Caixa Escolar Idoil Francisca Viana

ADRIANA MELO SILVEIRA
Presidente do Caixa Escolar Chapeuzinho Vermelho

ANIENNE TEIXEIRA DE ÁZARA
Presidente do Caixa Escolar Maria Augusta Leão

ELIANE DE FÁTIMA PIMENTA DE FARIA
Presidente do Caixa Escolar Maria Hilda de Carvalho Pires

MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA MIRANDA
Presidente do Caixa Escolar Maria da Penha dos Santos

KÁTIA APARECIDA ARANTES
Presidente do Caixa Escolar Francisco Antônio do Couto

NATÁLIA APARECIDA PIMENTA
Presidente do Caixa Escolar Haydée Garcia Guerzoni

KLEIZY NUNES CORDEIRO
Presidente do Caixa Escolar Dercy Alves Praça

NILCE DA COSTA LEAL
Vice-Presidente do Caixa Escolar Dona Maruca

MONALIZA LOGIMAR REIS
Presidente do Caixa Escolar Paulo Barbosa

JOSIANE ROSA DO COUTO
Presidente do Caixa Escolar Conceição Maria de Almeida

GISLAINE BORGES FERRAZ
Presidente do Caixa Escolar Doralice de Carvalho Ribeiro

DAGMAR FÁTIMA DE LIMA DAMASCENO
Representante Legal da Associação de Proteção à Maternidade e Infância Desvalida de Formiga – APROMID

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:7E2F69E4

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2500/2026

Exonera servidor(a) de cargo em comissão, a pedido do(a) mesmo(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso VI, combinado com o artigo 83, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Exonerar o(a) servidor(a), ADILSON ANGELO DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR DE DEFESA CIVIL, a partir do dia 31/08/2026, mediante requerimento do(a) mesmo(a), protocolado nesta Secretaria sob o nº. 1600/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 31 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:C503DEB2

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2501/2026

Cede servidor(a) conforme Convênio específico.

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e artigo 83, inciso II, alínea a, e em conformidade com a Lei nº. 2542, de 11/12/1995, e Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, Estado de Minas Gerais, e suas alterações, em seu artigo 157, §3º, e Convênio nº. 01/2026.

Resolve:

Art. 1º - Ceder o(a) servidor(a) MARLEN DOS REIS DA SILVA, OPERÁRIO DE SERVIÇOS GERAIS I B, para prestar serviços junto a(ao) POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS - PMMG, de 01/09/2026 a 31/12/2026, com ônus total para o órgão cedente, resguardando seus direitos estatutários e funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 01 de setembro de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:5CCB3199

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.578, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Determina a abertura de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, bem como a solicitação realizada pela Secretaria Municipal de Educação pelo Memorando – Conecta nº 8507/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a abertura de Processo Administrativo Sancionador em face da empresa CCM ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 35.143.801/0001-90, para apuração de responsabilidade quanto à paralisação e atraso na execução da obra de construção do campo de futebol society, referente ao Processo Licitatório nº 062/2024, Concorrência nº 003/2024, Contrato nº 088/2024.

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo indicados para, sem ônus adicional ao erário, atuarem no respectivo processo administrativo:

Eliana Maria de Sousa;
Lucilene Maria de Souza;
Lorena de Paiva Arantes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 31 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:FA77DE94

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.579, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio de Memorando – Conecta nº. 8535/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor Pedro Henrique de Souza, Engenheiro Civil - CREAMG: 479787, para, sem ônus adicional ao erário, acompanhar e fiscalizar o contrato, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de contenção e estabilização de taludes, mediante a construção de muros de gabião nas margens do Rio Formiga, sendo um trecho localizado junto à Avenida Olímpio Avelar, no bairro Vila Irba, e outro junto à Avenida Deputado João Pimenta da Veiga, na altura da Ponte 02, no bairro Engenho de Serra, ambos no Município de Formiga/MG, em conformidade com os projetos, planilha orçamentária, memoriais descritivo e de cálculo, especificações técnicas e cronograma físico-

financeiro, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 31 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:C9ECDF59

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.580, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º A alínea "d" do art. 1º da Portaria nº 6.549, de 11 de agosto de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
d) Gleison Ribeiro Frade.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 31 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:EB0D5E5A

PORTARIAS
RESOLUÇÃO Nº 009/2026

"Dispõe sobre a Aprovação da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.l"

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Formiga MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações, na Lei Municipal nº 5389 de 15 de abril 2019 e disposto em seu Regimento Interno.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a "**XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**", para o ano de 2026, com o **Tema**: "**Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa**. ", abordando os 6 (cinco) eixos:

EIXO 1: Aprimoramento do Controle Social;
EIXO 2: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
EIXO 3: Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
EIXO 4: Prevenção e Enfrentamento às Violências;
EIXO 5: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador;
EIXO 6: Aprimoramento da Execução dos Medidas Socioeducativas.

Artigo 2º - A "**XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**", para o ano de 2026, foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

Artigo. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 11 de junho de 2026.

PATRÍCIA SILVA DE AZEVEDO MONTSSERRAT.
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Formiga /MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:8ADD9284

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

A Prefeitura de Formoso/MG, torna público aos interessados que fará realizar no dia **15 DE SETEMBRO DE 2026** (terça-feira), às 09:00 horas, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, julgamento: Menor Preço por Item, Procedimento: Sistema de Registro de Preços, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), para a **Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de massa asfáltica do tipo CBUQ aditivado/estocável, visando a execução de serviços de manutenção, conversação e recuperação de vias públicas, em atendimento às demandas operacionais da Secretaria Municipal da Infraestrutura do Município de Formoso (MG).** O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal https://www.formoso.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Vicente Moreira de Moura, n° 363, Centro, Formoso/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br e geprolformosomg@gmail.com ou telefones: (38) 3647-1552/1111.

Formoso/MG, 31 de agosto de 2026.

JACIELY DE SOUZA ARAÚJO ORNELAS,
Coordenadora da Equipe de Apoio ao Pregão.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:83C0A5F1

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
ERRATA DO EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026 - PREGÃO PRESENCIAL 16/2026

A Prefeitura de Formoso/MG, torna público para conhecimento dos interessados, a ERRATA referente ao PROCESSO ADIMINTRATIVO 116/2026, PREGÃO PRESENCIAL 16/2026, que se refere: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos e componentes de informática e correlatos, em atendimento às demandas dos órgãos e unidades administrativas vinculadas à Prefeitura de Formoso (MG).: **ONDE-SE LÊ**: "*216/2026; "56.210.775/0001-08" ;"31.9495.962/002-73"; "FBORGES EQUIPAMENTOS EIRELI"; "GB ATACADO E VAREJO LTDA"; "THADS SERVIÇOS EIRELI –ME"* **LEIA -SE**: *"116/2026"; "66.210.775/0001-08"; "31.495.962/0002-73", "FBORGES EQUIPAMENTOS LTDA"; "GB COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA"; "THADS SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 27.120.037/0001-00".* Matéria veiculada na Edição nº 4349 do Diário Oficial dos Municípios Mineiros, de publicação do dia, 27/08/2026. Publique-se, nos termos da lei.

Formoso/MG 31 de agosto de 2026.

JACIELY DE SOUZA ARÚJO ORNELAS,
Coordenadora EAP

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:7F8751FF

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026. PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2026. OBJETO: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), vasilhames para acondicionamento de GLP e respectivos acessórios, destinados ao atendimento das demandas dos órgãos e unidades administrativas vinculados à Prefeitura Municipal de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso – CNPJ: 18.125.153/0001-20. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 02.02.01.04.122.0402.2008.3.3.90.30.00 – Ficha: 00060; Fonte: 1.500.000.0000; 02.03.01.04.122.0402.2016.3.3.90.30.00 – Ficha: 00103; Fonte: 1.500.000.0000; 02.04.01.12.122.0004.2019.3.3.90.30.00 – Ficha: 00126; Fonte: 1.500.000.1001; 02.05.02.10.122.0016.2029.3.3.90.30.00 – Ficha: 00198; Fonte: 1.500.000.1002; 02.06.01.08.122.0019.2044.3.3.90.30.00 – Ficha: 00339; Fonte: 1.500.000.0000; 02.07.01.20.122.0027.2059.3.3.90.30.00 – Ficha: 00452; Fonte: 1.500.000.0000; 02.08.01.15.122.0030.2071.3.3.90.30.00 – Ficha: 00558; Fonte: 1.500.000.0000; 02.09.01. 27.122.0012.2080.3.3.90.30.00 – Ficha: 00628; Fonte: 1.500.000.0000.**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026.**DETENTORA DA ATA: Rapidinho Gás Ltda. – CNPJ: 18.440.240/0001-72. VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 127.580,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos e oitenta reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026.

Formoso/MG, 31 de agosto de 2026.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:BEBD8D24

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026. OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de materiais fisioterápicos em geral, destinados a suprir equipe multidisciplinar no âmbito do Programa Saúde da Família, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Humanização de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso – CNPJ: 18.125.153/0001-20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.05.01.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 – Ficha: 00242; Fonte: 1.500.000.1002; 02.05.01.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 – Ficha: 00242; Fonte: 1.600.000.0000; 02.05.01.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 – Ficha: 00242; Fonte: 1.621.000.0000; 02.05.01.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 – Ficha: 00242; Fonte: 1.621.000.3210; 02.05.01.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 – Ficha: 00242; Fonte: 02.621.000.0000;02.05.02.10.301.0015.2035.4.4.90.52.00 – Ficha: 00249; Fonte: 1.500.000.1002; 02.05.02.10.301.0015.2035.4.4.90.52.00 – Ficha: 00249; Fonte: 1.600.000.0000.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026: DETENTORA DA ATA: AAZ SAUDE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - CNPJ: 17.238.455/0001-42. VALOR: Valor total estimado é de: R$ 5.600,65 (cinco mil e seiscentos reais e sessenta e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026. DETENTORA DA ATA: GB ATACADO E VAREJO LTDA – CNPJ: 39.938.494/0001-95. VALOR: Valor total estimado é de: R$ 95.591,29 (noventa e cinco mil e quinhentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos). DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2026. DETENTORA DA ATA: L. MOHR LTDA – CNPJ: 07.261.562/0001-38. VALOR: Valor total estimado é de: R$ 3.000,00 (três mil reais). DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026. DETENTORA DA ATA: MAIS ESPORTE COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA – CNPJ: 47.484.691/0001-00. VALOR: Valor total estimado é de: R$ 7.585,10 (sete mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e dez centavos). DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026. DETENTORA DA ATA: RINAMED COM DE MATERAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 03.583.301/0001-83. VALOR: Valor total estimado é de R$ 9.911,70 (nove mil e novecentos e onze reais e setenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Formoso/MG, 31 de agosto de 2026.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:EC14A7A6

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026. OBJETO: Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, utensílios e materiais pedagógicos, destinados à estruturação e ao pleno funcionamento da APAE de Formoso, em conformidade com a emenda estadual vinculada à Resolução SEGOV nº 16/2025, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal da Economia, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turístico, Cultura e Inovação do Município de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso – CNPJ: 18.125.153/0001-20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.04.01.12.122.0004.2019.4.4.90.52.00 – Ficha: 00134; Fonte: 2.710.000.3210; e, 02.04.01.12.367.0007.2026.3.3.90.30.00 – Ficha: 00177; Fonte: 2.710.000.3210.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026. CONTRATADA: **Angular Soluções em Distribuição Ltda** - CNPJ: 58.543.909/0001-76. VALOR TOTAL: R$ 800,00 (oitocentos reais). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026. CONTRATADA: **B2W Informática Ltda** – CNPJ: 31.495.962/0002-73. VALOR TOTAL: R$ 8.220,00 (oito mil e duzentos e vinte reais). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026. CONTRATADA: **CH3 Eletro e Eletrônicos Ltda** – CNPJ: 39.581.101/0001-39. VALOR TOTAL: R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026. CONTRATADA: **Comercial Minas Fort Ltda** – CNPJ: 41.583.896/0001-66. VALOR TOTAL: R$ 17.550,25 (dezessete mil e quinhentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGENCIA: 06 (seis) meses.

CONTRATO ADMINISRATIVO Nº 75/2026. CONTRATADA: **D N P Comércio e Acessórios Ltda** – CNPJ: 44.718.705/0001-14. VALOR TOTAL: R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026. CONTRATADA**: Distribuidora Alves Ltda** – CNPJ: 48.530.529/0001-43. VALOR TOTAL: R$ 10.899,74 (dez mil e oitocentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026. CONTRATADA: **É Tudo Barato Comercio de Eletroeletrônicos Ltda** – CNPJ: 37.165.739/0002-44. VALOR TOTAL: R$ 800,00 (oitocentos reais). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2026. CONTRATADA: **FJF Comércio e Serviço Ltda** – CNPJ: 57.032.406/0001-73. VALOR TOTAL: R$ 5.280,98 (cinco mil e duzentos e oitenta reais e noventa e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026. CONTRATADA: **Infantaria Comercial Ltda**. – CNPJ: 20.795.155/0001-79. VALOR TOTAL: R$ 6.699,18 (seis mil e seiscentos e noventa e nove reais e dezoito centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026. CONTRATADA: **Vale Comércio de Materiais Ltda**. – CNPJ: 49.287.699/0001-01. VALOR TOTAL: R$ 7.499,88 (sete mil e quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

Formoso/MG, 31 de agosto de 2026.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:82DC11CD

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. DINARTE HENRIQUE GUEDES DE ORNELAS, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº 116/2026, Pregão Eletrônico nº 16/2026. Objeto: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos e componentes de informática e correlatos, em atendimento às demandas dos órgãos e unidades administrativas vinculadas à Prefeitura de Formoso (MG). Situação: ADJUDICADO em 21/08/2026 e HOMOLOGADO em 25/08/2026. RESULTADO: Adjudicado e Homologado para: **SOLID LICITAÇÕES LTDA** – CNPJ: 36.344.966/0001-93, vencedora dos itens: 20, 23, 27, 35, e 36, totalizando R$ R$ 20.847,90 (vinte mil e oitocentos e quarenta e sete reais e noventa centavos).

Formoso/MG, 31 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES DE ORNELAS,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:017CFE14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA DE N° 194, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE N° 194, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO, OS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E INSERÇÃO, O FLUXO ASSISTENCIAL E DE INTERCORRÊNCIAS, OS CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO E A RETIRADA DO IMPLANTE CONTRACEPTIVO SUBDÉRMICO DE ETONOGESTREL 68 MG NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL/MG.

O Prefeito Municipal de Grão Mogol/MG., Sr. Diêgo Antonio Braga Fagundes, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 54, II, alínea *"c"*, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a autonomia técnico-administrativa e a competência do gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS) para estabelecer critérios de priorização e organização das ações e serviços de saúde pública, com base nas realidades epidemiológicas, geográficas e demográficas locais, em estrita consonância com os princípios de descentralização e comando único preconizados na Lei Federal nº 8.080/1990 e na Lei Federal nº 8.142/1990;

CONSIDERANDO a incorporação do implante contraceptivo subdérmico liberador de etonogestrel 68 mg no âmbito do SUS, regulamentada pela Portaria SECTICS/MS nº 47 para mulheres adultas de 18 a 49 anos, e pela Portaria SECTICS/MS nº 48 para adolescentes de 14 a 17 anos;

CONSIDERANDO as orientações dispostas na Nota Técnica Conjunta nº 51/2026-CGESMU/DGCI/SAPS/MS E CGAFB/DAF/SCTIE/MS, que trata da programação, distribuição e manejo do referido insumo na Atenção Primária à Saúde (APS);

CONSIDERANDO as garantias constitucionais e legais de livre escolha informada, planejamento reprodutivo e direito à saúde, alinhadas à Rede Alyne, à Lei Federal nº 9.263/1996 e à Lei Federal nº 14.443/2022;
CONSIDERANDO a legalidade e a normatização da atuação profissional de médicos e enfermeiros no Planejamento Familiar e Reprodutivo, estando os enfermeiros devidamente respaldados para realizar a inserção, revisão e retirada do implante subdérmico desde que cumpridos os requisitos de qualificação, nos termos da Resolução COFEN nº 802/2026 e do Protocolo de Ações dos Enfermeiros da Atenção Primária de Grão Mogol/MG;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de pactuar e regulamentar os fluxos assistenciais de manejo de intercorrências clínicas, de urgência e emergência e de retiradas complexas, atendendo ao Planner Municipal e garantindo a linha de cuidado integral e segura à usuária do SUS;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a equidade no acesso aos serviços públicos de saúde e otimizar de forma justa a distribuição dos métodos contraceptivos reversíveis de longa duração aos usuários que enfrentam barreiras severas de mobilidade ou vulnerabilidade socioespacial;

RESOLVE:

CAPÍTULO – I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA ELEGIBILIDADE

Art. 1º. Fica regulamentada a organização, o fluxo assistencial, os critérios de priorização para distribuição e inserção, o manejo de intercorrências e a retirada do implante contraceptivo subdérmico de etonogestrel 68 mg na rede de Atenção Primária à Saúde (APS) do município de Grão Mogol/MG.

Art. 2º. O método contraceptivo deverá estar disponível a todas as mulheres, adolescentes e pessoas com útero na faixa etária de 14 a 49 anos, respeitando os critérios clínicos de elegibilidade da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a decisão soberana e informada da usuária.

Art. 3º. No exercício da autonomia conferida ao gestor de saúde municipal, em obediência à descentralização do SUS, e com o intuito de mitigar desigualdades de acesso, o agendamento, o recebimento e a retirada do implante contraceptivo subdérmico seguirão critérios estabelecidos nos incisos seguintes de forma a garantir segurança em

saúde aos usuários do SUS que tenham dificuldades de acesso célere aos serviços de saúde, compreendendo:
I - Usuários em situação de extrema vulnerabilidade clínica;
II - Mulheres e pessoas com útero sobreviventes de violência doméstica ou sexual;
III - Profissionais do sexo (conforme Classificação Brasileira de Ocupações - CBO nº 5198-05);
IV - Pessoas em situação de rua;
V - Moradores da zona rural do município de Grão Mogol/MG.
§1º. Fica o Gestor de Saúde local responsável para avaliar, mediante parecer dos profissionais médicos e enfermeiros capacitados para tanto, o estabelecimento de prioridades na distribuição dos procedimentos, não sendo os incisos anteriores rol taxativo e preferencial, servindo apenas como ponto de partida para tomada de decisões.
§2º. As decisões do Gestor de Saúde local serão tomadas com base em critérios clínicos de saúde em evidência demonstrados pelos profissionais de saúde, avaliando caso a caso, os quais fundamentarão as prioridades na segurança da saúde e eficiência do programa.
§3º. Incluem-se nas decisões de distribuição, sem prejuízo da observância dos parágrafos e incisos anteriores, a atenção aos seguintes perfis:
I - Ser adolescente;
II - Não ter se adaptado com outro método contraceptivo;
III - Ser paciente acompanhada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
IV - Usuária de álcool ou outras drogas.

CAPÍTULO – II
DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL E REGISTRO

Art. 4º. Os procedimentos de inserção e retirada do implante contraceptivo subdérmico serão realizados por médicos e enfermeiros da APS devidamente capacitados, observando as diretrizes éticas e os critérios de qualificação estabelecidos pelos respectivos conselhos de classe e pelas normativas federais e estaduais.
Art. 5º. É obrigatória a realização e a manutenção do registro adequado de todas as queixas, condutas, procedimentos e encaminhamentos no Prontuário Eletrônico do Cidadão (e-SUS APS) ou prontuário físico da paciente, utilizando obrigatoriamente os códigos da tabela SIGTAP:
I - Código 03.01.04.017-6: Inserção do implante subdérmico liberador de etonogestrel;
II - Código 03.01.04.018-4: Retirada do implante subdérmico liberador de etonogestrel.

CAPÍTULO – III
DO FLUXO DE ATENDIMENTO E MANEJO DE INTERCORRÊNCIAS NA APS

Art. 6º. O fluxo de atendimento frente a intercorrências e encaminhamentos de usuárias do implante contraceptivo subdérmico na rede municipal inicia-se na Atenção Primária à Saúde (Unidade Básica de Saúde - UBS) mediante acolhimento inicial e triagem para diferenciação entre queixas leves e sinais de alerta:
I - Atendimento Inicial, Acolhimento e Triagem: A usuária com queixa relacionada ao implante será submetida à avaliação inicial por enfermeiro ou médico da equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF);
II - Intercorrências Clínicas Leves: Casos caracterizados por dor local moderada, pequenos hematomas, edema discreto ou sangramento irregular sem repercussão hemodinâmica serão assistidos e manejados na própria UBS, mediante suporte, orientação, conduta expectante ou tratamento sintomático;
III - Manejo do Sangramento Irregular / Desfavorável: Orienta-se conduta expectante pelo período de 6 (seis) a 12 (doze) meses, acompanhada de aconselhamento contínuo, tendo em vista a tendência de resolução espontânea do quadro.

CAPÍTULO – IV
DOS CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO ESPECIALIZADO E DE URGÊNCIA

Art. 7º. A paciente será encaminhada para avaliação do profissional médico da unidade ou médico especialista (Ginecologista) nas seguintes hipóteses:
I - Persistência de Sangramento Incômodo: Quando o sangramento irregular permanecer gerando incômodo significativo à usuária após o manejo e aconselhamento inicial na enfermagem;
II - Complicações Maiores ou Sistêmicas: Ocorrência de sinais de infecção grave no local da inserção (abscesso), rejeição do implante ou reações alérgicas sistêmicas graves, exigindo intervenção médica imediata.

Art. 8º. Nos casos que configurem urgência ou emergência médica, a usuária deverá ser encaminhada imediatamente ao Serviço Hospitalar de referência pactuado: Hospital Afrânio Augusto Figueiredo.

CAPÍTULO – V
DA RETIRADA DE IMPLANTE NÃO PALPÁVEL OU PROFUNDO

Art. 9º. O procedimento de retirada na Unidade Básica de Saúde deverá ser imediatamente interrompido e a usuária encaminhada para avaliação especializada quando houver dificuldade técnica em decorrência de:
I - Implante não palpável;
II - Implante profundamente inserido (subfascial ou intramuscular);
III - Migração do dispositivo;
IV - Proximidade com estruturas vasculares ou nervosas;
V - Falha em tentativa prévia de retirada ambulatorial.
§1º. O encaminhamento da paciente será direcionado para o serviço de referência municipal de Ginecologia ou Cirurgia Ambulatorial, após tentativa de retirada sem sucesso efetuada por profissionais capacitados da APS.
§2º. Antes do encaminhamento especializado, o profissional da APS poderá solicitar exame de Raio-X de membro superior, indicado como método auxiliar para localização precisa do dispositivo.
§3º. A retirada do implante não palpável ou profundo deverá ocorrer exclusivamente por profissional especialista habilitado e em ambiente assistencial apropriado, orientando-se pelo exame de imagem.

CAPÍTULO – VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 10. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde fornecer e assegurar os insumos e materiais complementares necessários para a execução segura das técnicas de inserção, revisão e retirada, tais como seringas, agulhas, anestésicos locais, luvas de procedimento e estéreis, bisturis, pinças e materiais para curativo e sutura.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Portaria nº 188, de 10 de julho de 2026, bem como as demais disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Grão Mogol/MG, 17 de agosto de 2026.

DIÊGO ANTONIO BRAGA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Eugênio Nascimento Paulino
Código Identificador:43BD2B98

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015|2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARANI por intermédio do FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GUARANI – GUARANIPREVI e do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GUARANI – SAEG.
CNPJ: 18.338.160/0001-00.

CONTRATADA: R.M. CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ: 48.991.408/0001-07.

DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto a extinção unilateral do Contrato Administrativo nº 015/2025, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026, com fundamento no art. 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de ato unilateral da Administração, observado o interesse público e as demais disposições legais aplicáveis.

DA MOTIVAÇÃO: A presente extinção unilateral decorre de razões de interesse público, consubstanciadas na necessidade de readequação do modelo de prestação de suporte técnico-contábil adotado pela Administração, tornando necessária a cessação da execução do objeto do contrato.

DA QUITAÇÃO: Com a produção dos efeitos da presente extinção, cessarão as obrigações de execução do objeto previstas no Contrato Administrativo nº 015/2025, ressalvadas aquelas que, por sua natureza ou por expressa previsão legal ou contratual, devam subsistir após a extinção. As partes declaram, observadas as obrigações eventualmente pendentes até a data de efetiva extinção e os respectivos direitos legalmente assegurados, que não haverá qualquer ônus ou indenização decorrente da extinção unilateral, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. A presente extinção não prejudica eventual apuração ou pagamento de valores referentes a serviços efetivamente prestados até a data de cessação da execução contratual, quando devidamente reconhecidos pela Administração.

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2026.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 026/2025 - **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº:** 010/2025.

SIGNATÁRIOS: EGUEL BORGES, MARIA CARMEN DE FARIA ALEIXO E RICARDO NATALICIO MOREIRA DE SOUZA.

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:5ED06F10

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO AVISO - RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 070/2026

No Extrato do Aviso – Resumo de Instrumento Contratual referente ao Contrato nº 070/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, edição nº 4.345, de 24/08/2026,

ONDE SE LÊ:
Número:071/2026.

LEIA-SE:
Número: 070/2026.

Guarani-MG, 31 de agosto de 2026.

RENAN BRAGA PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:DF6EA399

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARDA-MOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO- Prefeitura Municipal de Guarda-Mor - Processo Licitatório n°71/2026 – Pregão Eletrônico nº36/2026 – Através de seu Pregoeiro Municipal – Marcelo Barbosa da Silva e sua Equipe de Apoio comunica que fará realizar às 08h do dia 14 de setembro de 2026, licitação tipo menor lance por item, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO DE EMPRESA PARA A PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICISTA PARA A INSTALACAO E DESINSTALACAO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS POR OCASIAO DA REALIZACAO DO PROJETO NATAL ILUMINADO E REVEILLON NESTA CIDADE.** CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, www.guardamor.mg.gov.br e PNCP (licitações). Maiores informações pelo telefone (41) 3557-2301 ou p/ e-mail: licitacomprasgmor@gmail.com.

Guarda Mor,31 de agosto de 2026

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:4FDD206D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
ERRATA, PORTARIA N° 401, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

ERRATA, PORTARIA N° 401, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM, no dia 31de agosto de 2026, Edição 4350.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Instaura o prazo de atuação da Comissão para a elaboração e acompanhamento de Edital de Chamamento Público, referente à contratação de ONGS de proteção animal, para a prestação de serviços de acolhimento (lar temporário) de animais de rua e atendimentos de animais em situação de rua e/ou vulnerabilidade fora do horário de funcionamento do Programa Saúde PET, e de castração de animais de ruas.
LEIA-SE:

Art. 1º Instaura o prazo de dois 02 (dois) meses de atuação da Comissão para a elaboração e acompanhamento de Edital de Chamamento Público, referente à contratação de ONGS de proteção animal, para a prestação de serviços de acolhimento (lar temporário) de animais de rua e atendimentos de animais em situação de rua e/ou vulnerabilidade fora do horário de funcionamento do Programa Saúde PET, e de castração de animais de ruas.

Guaxupé, 31 de agosto de 2026.

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:F6E336FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 03º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 03º Termo Aditivo ao Contrato nº 162/2024, originado do Pregão Eletrônico nº 063/2024, firmado com a empresa **AMMER SERVIÇOS LTDA. Objeto:** O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o reajuste de valores de acordo com o Índice INPC acumulado entre julho de 2025 e junho de 2026, no percentual de 4,327080%, do contrato que tem por objeto a prestação de serviços (mão de obra) para limpeza de piscinas em atendimento as necessidades da

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Guaxupé/MG**. Valor:** R$ 90.620,64**. Fundamento Legal:** Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 28/08/2026

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:CE27FC25

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 05º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 05º Termo Aditivo ao Contrato nº 127/2021, originado do Pregão Presencial nº 048/2020, firmado com a empresa **LINDAURA MARIA RODRIGUES SILVA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias, do contrato que tem por objeto o Fornecimento de kits lanche que serão distribuídos aos pacientes que realizam TFD – Tratamento Fora do Município, atendidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) que utilizam transporte do Município para o TFD**. Valor:** R$ 105.348,00. **Fundamento Legal:** Artigo 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

Guaxupé, MG, 31/08/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:177BFFBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026

A Secretaria Municipal de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas Ardo Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, torna público o resultado do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 03/2026, para contratação de Médico I – Clínico Geral e Auxiliar de Saúde Bucal, observados os comandos da Lei Municipal nº 1.771/2007:

Médico I – Clínico Geral

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	PONTOS
1º	Isabella Morato Barbosa	04.06.1997	40
2º	Mauro Lúcio Alves da Costa	19.06.1999	40
3º	Lillian Silveira Carvalho	05.08.1998	20
4º	Isadora Maria de Souza e Silva	26.04.1999	20
5º	João Paulo Rodrigues Pacheco	23.07.1992	05
6º	Rafaela Oliveira Pacheco	27.12.1996	05

Auxiliar de Saúde Bucal

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	PONTOS
1º	Simone Ribeiro Bom Casoni	07.10.1975	20
2º	Andréia Magalhães Baroni	13.04.1984	20
3º	Isabela Macedo Russo	28.08.1996	20
4º	Márcia Aparecida Ferreira da Silva	17.07.1980	0
5º	Natália Camila Silva	22.04.1989	0

Guaxupé-MG, 31 de agosto de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Município de Guaxupé

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:6B215E34

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Pregão nº 066/2026, **forma de realização: Eletrônica, LICITAÇÃO DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO,** Processo nº 214/2026. Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: **Futura e Eventual contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de confecção e entrega de impressos gráficos, pelo Sistema de Registro de Preço, visando atender às demandas administrativas e operacionais das diversas Secretarias do Município de Guaxupé/MG.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia **18 de SETEMBRO de 2026** às **09:00hs** (Horário de Brasília), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no site www.ammlicita.org.br e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Edital poderá ser baixado a partir do dia **01 de setembro de 2026**. Maiores informações relativas a presente licitação: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 31 de AGOSTO de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Pedro Augusto Dos Santos Pereira
Código Identificador:A3DE09CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

ERRATA DE PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
A **Prefeitura Municipal de Gurinhatã/MG**, por intermédio do Agente de Contratação, torna pública a presente **ERRATA** referente ao **Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 032/2026**, publicado no **Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no dia 28/08/2026, Edição nº 4349, Código Identificador F8FD0C54**, para correção da data de início da disputa, nos seguintes termos:
ONDE SE LÊ:
"Início da Disputa: **09/09/2026 às 09h**."
LEIA-SE:
"Início da Disputa: **10/09/2026 às 09h**."
Permanecem **inalteradas e ratificadas todas as demais informações, condições e disposições constantes do aviso de licitação e do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2026**, desde que não conflitantes com a presente retificação.
Para fins de clareza, o aviso passa a vigorar com a seguinte redação quanto à data de abertura:
AVISO LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
A Prefeitura Municipal de Gurinhatã/MG torna público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que fará realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 032/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais personalizados para atender às demandas do Município de Gurinhatã/MG**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
Início da Disputa: 10/09/2026 às 09h.
A licitação ocorrerá no endereço eletrônico da Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, no horário de Brasília. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no site oficial do Município de Gurinhatã/MG ou solicitado por meio do e-mail do Setor de Licitações.

HERNANI ALVES SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:ADCE2AB4

SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

ERRATA DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026
A **Prefeitura Municipal de Gurinhatã/MG**, por intermédio do Agente de Contratação, torna pública a presente **ERRATA** referente ao **Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 037/2026**, publicado no **Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no dia 26/08/2026, Edição nº 4347, Código Identificador nº 75108ACD**, para correção da data de início da disputa.
ONDE SE LÊ:
"Início da Disputa: **07/09/2026 às 09h**."
LEIA-SE:
"Início da Disputa: **08/09/2026 às 09h**."
Permanecem **inalteradas e ratificadas todas as demais informações, condições e disposições constantes do Aviso de Licitação e do Edital do Pregão Eletrônico nº 037/2026**, desde que não conflitantes com a presente retificação.

Para fins de clareza, o aviso passa a vigorar com a seguinte redação quanto à data de início da disputa:
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026
A Prefeitura Municipal de Gurinhatã/MG torna público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que fará realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 037/2026**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO E IMPRESSÃO DE IMAGENS DE RAIOS X (DR, CR E DRY)**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
Início da Disputa: 08/09/2026 às 09h.
A licitação ocorrerá no endereço eletrônico da Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, no horário de Brasília. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital.
O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no site oficial do Município de Gurinhatã/MG ou solicitado por meio do e-mail do Setor de Licitações.

HERNANI ALVES SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:BE0CD288

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE HELIODORA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATOS DE CONTRATOS/HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 147/2026 – Pregão Presencial nº 018/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de calçamento com blocos de concreto (pavimento intertravado) nas estradas rurais dos Bairros Brejãozinho e Escarpa, conforme Planilhas do Projeto. Favorecido: CONSTRUTORA PAVIFORTE LTDA – CNPJ nº 52.345.677/0001-65, com o valor global de R$ 710.000,00 (Setecentos e dez mil reais). Data da Homologação: 13/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 276/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: CONSTRUTORA PAVIFORTE LTDA – CNPJ nº 52.345.677/0001-65. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de calçamento com blocos de concreto (pavimento intertravado) nas estradas rurais dos Bairros Brejãozinho e Escarpa, conforme Planilhas do Projeto. Origem: Processo Licitatório nº 147/2026 – Pregão Presencial nº 018/2026. Valor: R$ 710.000,00 (Setecentos e dez mil reais). Vigência: 14/08/26 a 28/02/27. Data da Assinatura: 14/08/2026.

Heliodora-MG, 01/09/2026

DEJAIR BATISTA DE AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Michel Antunes Coutinho Dos Reis
Código Identificador:5B82977B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 896, DE 31 DE AGOSTO DE 2026
INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE FATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 896, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE FATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATAMA/MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o Relatório de Fato encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, no qual são narrados fatos que, em tese, podem caracterizar infração funcional praticada por servidor público municipal;
CONSIDERANDO a Ata de Reunião da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria Municipal nº 721, de 01 de dezembro de 2025, na qual foi deliberado pela necessidade de apuração formal dos fatos;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 837, de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguatama), que disciplina a responsabilidade funcional dos servidores e estabelece os procedimentos para apuração de irregularidades administrativas;
CONSIDERANDO que a Administração Pública possui o dever de apurar toda notícia de irregularidade ocorrida no serviço público, em observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, devido processo legal, contraditório e ampla defesa;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar **PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, destinado à apuração dos fatos narrados no Relatório de Fato apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde, em face do servidor Do... Ca... Le..., visando verificar a existência de eventual irregularidade administrativa, a materialidade e as circunstâncias pertinentes.
Art. 2º A condução dos trabalhos ficará a cargo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria Municipal nº 721, de 01 de dezembro de 2025, que deverá observar integralmente as disposições da Lei Municipal nº 837, de 1990, assegurando aos eventuais envolvidos o exercício do contraditório e da ampla defesa.
Art. 3º A Comissão deverá promover todas as diligências que entender necessárias ao esclarecimento dos fatos, podendo requisitar

documentos, realizar oitivas, solicitar informações a órgãos e entidades públicas ou privadas e produzir as demais provas admitidas em direito.
Art. 4º Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório final, indicando os fatos apurados, as provas produzidas, eventual responsabilidade administrativa e sugerindo, fundamentadamente:
I – o arquivamento da sindicância, caso não sejam constatadas irregularidades;
II – a aplicação de penalidade, quando cabível, nos casos previstos em lei; ou
III – a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, caso os fatos apurados revelem infração cuja natureza ou gravidade assim o exija.
Art. 5º O procedimento observará os prazos e demais disposições previstas na Lei Municipal nº 837, de 1990.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Iguatama/MG, 31 de agosto de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES
Prefeito de Iguatama/MG

Publicado por:
Dário Alves Gonzaga
Código Identificador:114A12C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
PROCESSO LICITATÓRIO 53/2024 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 085/2024

O **MUNICÍPIO DE IGUATAMA-MG**, inscrito no CPNJ n° 18.306.688/0001-06, com sede na Rua 05, n° 857, Bairro Pio XII, Iguatama/MG, CEP 38910-000, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Lucas Vieira Lopes**, torna público o processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da Ata de Registo de Preços n. 085/2024, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 012/2024, gerenciada pelo CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE, conforme especificações contidas na no art. 86, § 2º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 14.133/2021.**

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 085/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO N. 053/2024 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, INCLUSIVE ADAPTADOS, ZERO KM, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CODANORTE, NOS MOLDES DA LEI 14.133/2021.

CONTRATADA: MABELE VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.457.127/0001- 19, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 1883, Centro, Lauro de Freitas, BA, conforme representação constante dos documentos do processo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 86, § 2º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 14.133/2021, ipsis literis:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.
(...)
§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;
III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
A adesão justifica-se pela necessidade de ampliação e fortalecimento da frota municipal de saúde, bem como pela comprovada vantajosidade econômica do valor registrado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços anexadas. A solução também proporciona maior celeridade à contratação, em comparação com a realização de novo procedimento licitatório.
A contratação mostra-se necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde relacionadas ao transporte sanitário de pacientes para consultas, exames, tratamentos, transferências e demais atendimentos de saúde. A aquisição do veículo contribuirá para a melhoria das condições de segurança, conforto e eficiência no transporte dos usuários da rede municipal de saúde, bem como para o fortalecimento da capacidade operacional da frota municipal. Considerando a existência de Ata de Registro de Preços vigente, com objeto compatível com a necessidade identificada, bem como a autorização do órgão gerenciador e o aceite da empresa detentora do item, a adesão apresenta-se como alternativa adequada, célere e economicamente vantajosa para o atendimento da demanda.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Em relação ao preço praticado pela empresa responsável pelo fornecimento/prestação, através da Ata de Registro de Preços n. 085/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 053/2024 – **CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE**, foi realizada uma pesquisa de preços para garantir a compatibilidade do contrato com os valores praticados no mercado.

ITENS E QUANTIDADES: Constituem o presente termo o item 3 da ata de registo de preços nº 085/2024, conforme segue:

DESCRIÇÃO:AMBULANCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO – FURGÃO Veículo furgão original de fábrica, 0 km, adap. p/ ambulância simples remoção, com cap. vol. não inferior a 7 metros cúbicos no total. compr. total mín. 4.740 mm; Potência mínima de 135cv, comp. mín. do salão de atendo 2.500 mm; ano de fabricação não inferior a 2024; al. int. mín. do salão de atend. 1.540 mm; diesel; equipado com todos os equip. de série não especificados e exigidos pelo contran; a estrutura da cabine e da carroceria será original, construída em aço. o painel elétrico interno, deverá possuir 2 tomadas p/ 12v (dc). as tomadas elétricas deverão manter uma dist. mín. de 31 cm de qualquer tomada de oxigênio. a ilum. do comp. De atend. deve ser de 2 tipos: natural e artificial - deverá ser feita por no mín. 4 luminárias, instaladas injetada em plástico em modelo led. a iluminação ext. deverá contar com holofote tipo farol articulado reg. manualmente na parte traseira da carroceria, c/ acionamento independente e foco direcional ajustável 180º na vertical. Deverá possuir 1 sinalizador principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da amb na cor vermelha, com freq. mín. de 90 flashes por minuto, quando acionado com lente injetada de policarbonato. podendo utilizar um dos conceitos de led. Sinalizador acústico c/ amplificador de pot. mínima de 100 w rms @13,8 vcc, mín. de 3 tons distintos, sist.. de megafone c/ ajuste de ganho e pressão sonora a 1 m. de no mín. 100 db @13,8 vcc; sist. Fixo de oxigênio (rede integrada): contendo1 cilindro de oxigênio de no mín. 16l. em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula préregulada p/ 3,5 a 4,0 kgf/cm2 e manômetro; na região da bancada, deverá existir uma régua e possuir: fluxômetro, umidificador p/ o2 e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão abnt. conexões in/out normatizadas pela abnt. a climatização do salão deverá permitir o resfr/aquec.. o compart. Do motorista deverá ser fornecido c/ o sist. original do fabricante do

chassi ou homologado pela fábrica p/ ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. p/ o compart. paciente, deverá ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sist. De ar condicionado, c/ aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da nbr 14.561. sua capacidade térmica deverá ser com mín. de 26.000 btus e unidade condensadora de teto. maca retrátil, com no mín. 1.900 mm de compr., com a cabeceira voltada para frente; c/ pés dobráveis, sist. escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. acompanham: colchonete. balaústre: deverá ter 2 pega -mão no teto do salão de atendimento. ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira -frente do veículo. confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comp., através de parafusos e c/ 2 sist. de suporte de soro deslizável, devendo possuir 02 ganchos cada para frascos de soro. piso: deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara, de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo quando molhado. armário: armário em um só lado da viatura (lado esquerdo). As portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. deverá possuir um armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50 mm, para apoio de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1m de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,70 m; fornecimento de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô, vidros laterais e vidros traseiros. COTA AMPLA CONCORRÊNCIA.
Unidade: Unidade, Quantidade:1 , Valor Unitário: 319.078, 78, Valor Total:319.078, 78.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos para execução do termo de adesão estão assegurados no orçamento vigente: Os recursos orçamentários para o pagamento das obrigações, estão previstos na Lei de Diretrizes Orçamentarias –
LDO, para o exercício de 2026, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentarias – LOA, para o exercício de 2026 conforme disposto nas Leis Municipais nº 1.415/2025, 1.412/2025 e 1.405/2025.
LOCAL E PRAZO DE FORNECIMENTO: A entrega será feita conforme determinado na Autorização de Fornecimento, na sede da Prefeitura Municipal de Iguatama, no prazo estipulado no mesmo documento, conforme condições estabelecidas na da Ata de Registo de Preços n. 085/2024, além das demais especificações dispostas no Edital do Pregão Eletrônico n. 012/2024

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 14.133/21.

Iguatama/MG, 28 de agosto de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:DAB01B5A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
PORTARIA Nº 36, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Defere o Requerimento de redução de carga horária, sem prejuízo da remuneração, da servidora efetiva Denise de Oliveira, Coordenadora de Controladoria Interna, da Câmara Municipal de Indianópolis, Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso de suas atribuições legais, em especial da que lhe confere o art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 23, inciso I, alínea*l*, do Regimento Interno,

Considerando a Resolução nº 208, de 6 de julho de 2026, que dispõe sobre a redução da carga horária do servidor público da Câmara Municipal de Indianópolis-MG que seja pai ou mãe, tutor, curador ou responsável legal por pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências;

Considerando o Requerimento protocolado pela servidora efetiva Denise de Oliveira, dia 8 de julho de 2026, junto à Coordenadoria de Finanças e Administração;

Considerando que a servidora efetiva Denise de Oliveira é mãe de Davi Oliveira Diniz, atualmente com 9 anos de idade, diagnosticado aos 2 anos e 9 meses com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível 3 de suporte, se enquadrando entre os casos de maior comprometimento funcional, conforme laudos médicos apresentados;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir, em 50% (cinquenta por cento), a carga horária da servidora efetiva Denise de Oliveira, sendo o início da jornada de trabalho às 13 horas e término às 17 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 2º O prazo de vigência desta Portaria é 31 de dezembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de agosto de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Joseane Maria da Rocha Borges Rodovalho
Código Identificador:904C2AB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 096/2026

O Município de Indianópolis torna público o contrato administrativo objetivando contratação de empresa especializada para implantar o Ensino da Computação na Rede Municipal de Ensino, em conformidade com a BNCC Computação e as normativas vigentes, contemplando solução educacional integrada composta por implantação pedagógica, com fornecimento de licença de uso do software/plataforma educacional, capacitação continuada, suporte técnico e pedagógico, material didático e apoio à adequação do planejamento político-pedagógico das unidades escolares, nos termos da Inexigibilidade n° 013/2026, tendo como contratada a empresa **CYBERGENIOS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 42.003.328/0001-01, nas dotações orçamentárias: Ficha: 73/01.0550.0000.0047–02.03.12.361.007.2.046.3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros–Pessoa jurídica, 365/02.0706.0000.0000–02.03.12.122.007.2.225.3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros–Pessoa jurídica, com vigência a partir da assinatura e término em 31 de dezembro de 2026.

Indianópolis-MG, 31 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:FE0F50A5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
A Prefeitura Municipal de Ipuiúna/MG torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 23/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONIA MÓVEL CORPORATIVA, NO SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO, COM FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE APARELHOS SMARTPHONES E APARELHOS TELEFÔNICOS DE MESA – TELEFONE CELULAR DE MESA 4G OU TECNOLOGIA SUPERIOR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA/MG**.
ADJUDICATÁRIA/HOMOLOGADA: CLARO S.A. – CNPJ nº **40.432.544/0001-47**.
Lote: 02.
Valor total: R$ 13.572,00 (treze mil quinhentos e setenta e dois reais).

Ipuiúna/MG, 31 de agosto de 2026.

ELDER CÁSSIO DE SOUZA OLIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:A768F440

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITACARAMBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e 07.806.095 ANDERSON CARDOSO MOREIRA. CONTRATO nº 793/2026; OBJETO: Contratação de show artístico musical de Anderson Oliver, para apresentação musical ao vivo, durante a Tradicional Quadrilha do Vicente no Município de Itacarambi/MG; LICITACAO: Inexigibilidade 32 / 2026 - Valor Global: R$ 1.482,00 - Vigência:21/05/2026 Até:30/06/2026

ITACARAMBI, Quinta-feira, 21 de Maio de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:4EEAFFDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e 45.299.284 MATHEUS RODRIGUES DA MATA. CONTRATO nº 1101/2026; OBJETO: Contratação do show de Kamargo e Kalleb para apresentação artística durante a 1° cavalgada do dia dos Pais de Itacarambi/MG, a ser realizada no dia 09 de agosto de 2026 no Parque de Exposições, em Itacarambi/MG; LICITACAO: Inexigibilidade 49 / 2026 - Valor Global: R$ 3.500,00 - Vigência:06/08/2026 Até:06/09/2026

ITACARAMBI, Quinta-feira, 06 de Agosto de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:767682EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e CARLOS ALBERTO RAYMUNDO. CONTRATO nº 1133; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 6.937,20 Vigência:18/08/2026 Até:17/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 18 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:22D221A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e MISSIAS LIMA SOUZA. CONTRATO nº 1134; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 6.937,20 Vigência:18/08/2026 Até:17/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 18 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:88298332

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e LUCIMARIA OLIVEIRA NASCIMENTO. CONTRATO nº 1135;
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO:
Credenciamento 1 / 2025
Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:19/08/2026 Até:18/10/2026

ITACARAMBI,Quarta-feira 19 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:697F9092

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e DEBORA CRISTINA SANTANA. CONTRATO nº 1136; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS

(TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:19/08/2026 Até:18/10/2026

ITACARAMBI,Quarta-feira 19 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:05645278

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JUAREZ GOMES DE SA. CONTRATO nº 1137; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 7.718,40 Vigência:19/08/2026 Até:18/10/2026

ITACARAMBI,Quarta-feira 19 Agosto 202

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:ACE271F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e PEDRO HENRIQUE LIMA FEREIRA. CONTRATO nº 1139; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.833,60 Vigência:19/08/2026 Até:18/10/2026

ITACARAMBI,Quarta-feira 19 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:EB461DEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e GNS SEGURANCA LTDA. CONTRATO nº 1140; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, VISANDO ATENDER AOS EVENTOS DO CALENDÁRIO FESTIVO OFICIAL E ÀS DEMANDAS EVENTUAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI/MG, COM ABRANGÊNCIA NAS ZONAS URBANAS E RURAL.; LICITACAO: Dispensa 79 / 2026 Valor Global:R$ 61.770,00 Vigência:21/08/2026 Até:20/11/2026

ITACARAMBI,Sexta-feira 21 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:976A2A8B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e CAMILA CRISTINA RODRIGUES OLIVEIRA. CONTRATO nº 1143; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.833,60 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:019E95AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e WANDERSON FERNANDES COUTINHO. CONTRATO nº 1144; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.833,60 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:76B70835

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e EDMILSON PINHEIRO DA SILVA JUNIOR. CONTRATO nº 1145; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.833,60 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:8A897369

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e MAURICIO DA SILVA FERREIRA. CONTRATO nº 1146; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR

DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.833,60 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:86F6E8DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e LUIZ FERNANDO RODRIGUES NASCIMENTO. CONTRATO nº 1147; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:769EDC58

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e ROBSON SOUZA BARBOSA. CONTRATO nº 1148; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:6E1D32AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JOEL GONCALVES DE ALMEIDA. CONTRATO nº 1149; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:95AC3561

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JHONBERGSON FREITAS DA SILVA. CONTRATO nº 1150; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 7.718,40 Vigência:25/08/2026 Até:24/10/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 25 Agosto 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:D670C29B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
INSTAURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE REURB

INSTAURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE REURB

Procedimento de REURB nº 01	Localidade: São João
Requerente: Prefeitura Municipal de Itacarambi	

CONSIDERANDO as imposições da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que a regulamenta;
CONSIDERANDO o interesse público na promoção do direito à moradia, da segurança jurídica da posse, da inclusão territorial e da efetivação da função social da propriedade;
CONSIDERANDO os levantamentos técnicos e a indicação formulada pelo Município de Itacarambi, no âmbito do Programa Minas REURB, postulando a instauração formal da regularização fundiária do núcleo urbano informal consolidado – NUI São João conforme delimitação aproximada constante dos estudos preliminares e ilustrada na Figura 1;

Figura 1. Limite aproximado da área a ser regularizada
Fonte: *Google Earth*, 2023 (adaptado).
CONSIDERANDO que a área objeto desta instauração corresponde a núcleo urbano informal consolidado, ocupado predominantemente para fins de moradia, com vias abertas, edificações permanentes e infraestrutura urbana compatível com a consolidação do núcleo;
CONSIDERANDO que a análise preliminar realizada pelo Município, encaminhada para subsidiar a análise de viabilidade do núcleo no âmbito do Programa Minas REURB, indica o enquadramento do núcleo urbano informal na modalidade REURB-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017;

DETERMINO:
I. a abertura, com fundamento no art. 32 da Lei Federal nº 13.465/2017, do procedimento administrativo de REURB nº 01 para Regularização Fundiária do núcleo urbano informal São João;
II. a classificação do núcleo São João, fundamentada no art. 13 da Lei Federal nº 13.465/2017 e na análise municipal, considerando que o núcleo teve origem na ocupação de terreno municipal por munícipes

em habitações precárias construídas com lona, conforme declaração do município e a Lei Municipal nº 937/1992.

A descrição e delimitação precisa do núcleo urbano informal, bem como a identificação dos imóveis abrangidos pela REURB em questão, com seus proprietários, confrontantes e respectivas matrículas imobiliárias, serão indicadas nos autos do procedimento administrativo competente.
Publique-se no meio oficial.

Itacarambi, 31 de agosto de 2026.

PAULO CESAR PINHEIRO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:6FC26305

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 110/2025. **Contratado:** MARCELO APARECIDO BORGES. **Objeto:** Constitui objeto do presente contrato a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica de Eletrotécnica ou Engenharia Elétrica em projetos elétricos, bem como acompanhamento de projetos e obras junto a CEMIG. Processo nº 70/2025; Dispensa nº 30/2025. **Aditivo de Prazo e Valor**. **Vigência:** 01/09/2026 a 30/04/2027. **Valor atualizado:** R$ 36.708,86. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 31/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:EF9B4F92

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG - extrato do **Contrato nº** 301/2026. **Contratada**: SOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCOES E ESTRUTURAS METALICAS LTDA. **Objeto**: Contratação de empresa para a execução de obra de Construção de Quadra Poliesportiva tipo 02 - 773,95m², na Rua Francisco Carlos de Oliveira Penido, s/nº, Bairro Vista Alegre, para o CMEI D. Maria Geralda Costa, conforme Convênio de Saída nº 1261001442/2025/SEE, "Programa Fortalecimento das Escolas Municipais", celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de Itaguara/MG. **Valor:** R$ 1.080.000,00. **Vigência:** 28/08/2026 a 27/08/2028. **Processo Licitatório n° 120/2026; Concorrência n° 09/2026.** LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS - Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 28/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:7A6AE8BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG - extrato do **Contrato nº** 302/2026. **Contratada**: CONSILL CONSTRUTORA IRMAOS LARA LTDA. **Objeto**: Contratação de empresas para execução de obras de construção de muro de arrimo no Parque de Exposições Francisco de Morais Rezende, no Município de Itaguara/MG.**Valor:** R$ 180.000,00. **Vigência:** 31/08/2026 a 30/12/2026. **Processo Licitatório n° 107/2026; Concorrência n° 07/2026.** LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS - Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 31/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:1B0B79A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 140/2026 - INEXIGIBILIDADE 43/2026 - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 140/2026 Inexigibilidade 43/2026 – Aviso de homologação – Objeto: Aquisição de medicamentos em atendimento à solicitação da Sec. M. de Saúde, através de participação no Processo Licitatório Nº 49/2026, Pregão Eletrônico Nº 38/2026, ARP's Nº 570/2026 a Nº 589/2026 do ICISMEP. Empresas vencedoras: BH Farma Comercio Ltda, itens 01;02, valor R$39.300,00; MEDIGRAM COM. DE MEDICAMENTOS LTDA, item 03, valor R$28.440,00; PRATI, DONADUZZI E CIA. LTDA, itens 04;05;06, valor R$11.350,00, SINERGIA FARMACEUTICA LTDA, item 07, valor R$8.800,00. VALOR TOTAL HOMOLOGADO; R$87.890,00. Maiores informações no sítio www.itaguara.mg.gov.br.

Itaguara, 28/08/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:13455975

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2026

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2026 – PROCESSO Nº 118/2026

Homologo os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas/MG quanto ao Procedimento Licitatório nº 118/2026 – Pregão Presencial nº 021/2026, adjudicando o objeto licitado em favor da empresa: **COPY IMPRESS COPIADORA LTDA - CNPJ: 20.089.441/0001-19**, **VALOR TOTAL: R$ 74.228,16 (Setenta e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos)**, para que produza os efeitos legais da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores.

Itamarati de Minas, 31 de agosto de 2026.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA –
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2026 – PROCESSO Nº 118/2026

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 006/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 037/2025 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO PARAIBUNA – CIMPAR, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de impressão e digitalização corporativa - outsourcing de impressão, na modalidade de franquia mensal mais excedente, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração e a cessão de direito de uso de equipamentos de impressão digital, contemplando a impressão, cópia e digitalização - sem ônus incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, suprimentos e insumos certificados pelo fabricante, exceto papel, sistemas para gerenciamento, monitoramento, controle de impressões, gestão de ativos e contabilização de documentos impressos e copiados, para

atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deste Município.

Empresa Vencedora:
COPY IMPRESS COPIADORA LTDA
CNPJ: 20.089.441/0001-19
VALOR TOTAL: R$ 74.228,16 (Setenta e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos)

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito na conta bancária da contratada, ou através de cheque.

Data da assinatura da homologação: 31/08/2026.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:C8E6683F

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO APOSTILAMENTO PARA REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS- CONCORRÊNCIA Nº002/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

Av. Cel. Araujo Porto, 506, Itamarati de Minas - MG, 36788-000
CNPJ: 17.706.813/0001-02 - Fone: (32) 3452-1212

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
APOSTILAMENTO PARA REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS.

NÚMERO DO TERMO: 03/26

NÚMERO DO CONTRATO: 0157/25

PROCESSO: 097/25

FORNECEDOR: CONCRETA INCORPORACOES LTDA 03.893.285/0001-25

VALOR DO ADITIVO: R$ 31.158,18

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2026

VIGÊNCIA: 31/08/2026 até 06/09/2026

HISTÓRICO: Acréscimo

TIPO DE ALTERAÇÃO: Bilateral

DESCRIÇÃO: Item 16.1 do Termo de Referência do Edital estabelece que "Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado".

Por sua vez, o item 16.2 do TR determina que, "Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade".

A forma de implementação do reajuste está expressamente prevista no item 16.8 do TR, que dispõe: "O reajuste será realizado por apostilamento".

Tendo em vista que a data-base do orçamento é Fevereiro/2025, o interregno de 12 (doze) meses se completou. Dessa forma, aplica-se o índice IPCA/IBGE acumulado nos últimos doze meses com referência em Fevereiro de 2026.

OBJETO: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:87014384

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Itambé do Mato Dentro/MG realizará Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária, por prazo determinado, de Psicólogo, para atuação na Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente e na Proteção Social Especial do Município de Itambé do Mato Dentro/MG, em conformidade com as normas, requisitos e demais condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
Mais informações no endereço eletrônico: https://www.itambedomatodentro.mg.gov.br/

Publicado por:
Meire Dos Santos Oliveira
Código Identificador:AE8E39ED

ADMINISTRAÇÃO
NOMEIA COMISSÃO PARA O PROCESSO SELETIVO Nº 003/2026.

A Prefeita Municipal de Itambé do Mato Dentro/MG, **Sra. Cleidileny Aparecida Chaves**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 62 Inciso III; 63 inciso II, VII, x e 75, Inciso II; Alínea "A" da Lei Orgânica do Município resolve:
Art. 1° - Criar a Comissão Fiscalizadora para o Processo Seletivo nº 003/2026.
Art. 2°- Designar os membros abaixo relacionados para integrar a Comissão Fiscalizadora para o Processo Seletivo nº 003/2026.

Presidente – Mônica Maria Rodrigues Almeida
Secretária – Mariane Andrade Silva
Membro – Alessandra Patricia de Oliveira

Itambé do Mato Dentro/MG, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Meire Dos Santos Oliveira
Código Identificador:BE28F217

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

O Município de Itambé do Mato Dentro/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 022/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar e corporativo (conjuntos escolares infantis e juvenis, conjuntos de refeitório, conjuntos para biblioteca e estantes organizadoras), destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, em razão da necessidade de revisão e adequação das especificações técnicas do objeto e dos documentos que instruem a contratação, visando ao adequado atendimento das necessidades da Administração.

Após a realização das adequações necessárias, o objeto poderá ser submetido a novo procedimento licitatório, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publicado por:
Joziele da Silva Lima
Código Identificador:FB4FC33A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
DECRETO Nº 8258/2026

DECRETO Nº 8.258, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Homologa a Resolução nº 74, de 19 de agosto de 2026, do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu-MG.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 63, VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde – CNS;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 1.237, de 30 de outubro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução CMS nº 74, de 19 de agosto de 2026, do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu-MG, que dispõe sobre a recondução da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu/MG.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário**,** este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itanhandu, 24 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:B61F3DC9

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Extrato de Termo de Colaboração nº 12/2026– Dispensa de Chamamento Público nº 007/2026 – Objeto: Aquisição de equipamentos, mobiliários e acessórios para o desenvolvimento do projeto Culinária, Equitação e Equoterapia, Slackline e Xadrez. Partes: Município de Itanhandu, Secretaria Municipal de Educação e Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo - Valor R$ 69.800,97. Dotação 02.09.03.04.122.0010.3302.3.3.50.43.00 – Subvenções sociais. Fonte de Recursos: 1.500 – Recursos não vinculados de Impostos. Vigência: 01/09/2026 a 31/12/2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:8C38E3B6

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Extrato de Termo de Colaboração nº 10/2026 – Dispensa de Chamamento Público nº 05/2026 – Objeto: aquisição de insumos essenciais para a manutenção das atividades da Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), compreendendo o fornecimento de gêneros alimentícios (perecíveis, não perecíveis e hortifrúti), medicamentos, materiais hospitalares/ambulatoriais, além de produtos de limpeza e lavanderia, visando garantir a assistência integral e o bem-estar dos usuários assistidos, conforme especificações contidas no Plano de Trabalho. Partes: Município de Itanhandu, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Casa do Itanhanduense Sarah Guedes - Valor R$ 30.499,48 Dotação 02.04.04.08.241.0010.3306.3.3.50.43.00 - Atendimento Casa do Itanhanduense Sarah Guedes, Fonte de Recursos: 1.500 – Recursos não vinculados de Impostos. Vigência: 01/09/2026 a 31/12/2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:956680C8

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Extrato de Termo de Colaboração nº 11/2026 – Dispensa de Chamamento Público nº 006/2026 – Objeto: aquisição de **equipamentos de tecnologia assistiva, utensílios e reforma do consultório odontológico**, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Partes: Município de Itanhandu, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Valor: R$ 38.0000,00. Dotação: 02.04.03.08.242.0010.3305.3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais, fonte de Recurso: 1500 – Recursos não vinculados de impostos. Vigência: 01/09/2026 a 31/12/2026

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:2317C113

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Extrato de Termo de Colaboração nº 09/2026 – Dispensa de Chamamento Público nº 004/2026 – Objeto: castração, proteção e amparo de animais abandonados e/ou tutelados por pessoas de baixa renda na cidade de Itanhandu-MG, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Partes: Município de Itanhandu, Secretaria Municipal de Saúde e Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira – APAAM. Emendas Impositivas Valor: R$ 44.000,00. Dotação: 02.07.02.10.304.0010.3304.3.3.50.41.00. Fonte: 1500. Vigência: 01/09/2026 a 31/12/2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:4B997C3C

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026

O Município de Itanhandu/MG torna pública a presente **RETIFICAÇÃO do Extrato da Dispensa de Chamamento Público nº 08/2026,** publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em **26 de agosto de 2026, Edição nº 4.347**, destinada à celebração de **Termo de Colaboração** com a Organização da Sociedade Civil **Lar Esperança e Amor de Passa Quatro**, inscrita no CNPJ nº 11.004.490/0001-10, nos termos do inciso VI do art. 30 e do art. 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

Onde se lê:
Período de vigência: 01/09/2026 a 01/09/2031.
Leia-se:
Período de vigência: 28/08/2026 a 28/08/2031.

A presente retificação decorre de circunstância superveniente relacionada à necessidade de assegurar a disponibilidade imediata do serviço de acolhimento institucional objeto da parceria, considerando situação concreta comunicada à Administração Municipal pelo Conselho Tutelar em 27 de agosto de 2026, com possibilidade de necessidade de acolhimento institucional antes da data originalmente prevista para início da vigência.
A alteração da vigência foi formalizada antes da publicação do extrato do Termo de Colaboração e antes do início da vigência originalmente prevista, permanecendo **inalterados o objeto, a justificativa da dispensa, o valor da parceria, a dotação orçamentária e as demais condições constantes da publicação original**.
Ficam, portanto, **ratificados os demais termos do Extrato da Dispensa de Chamamento Público nº 08/2026** que não tenham sido expressamente alterados pela presente retificação.

Itanhandu/MG, **28 de agosto de 2026.**

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:B716B0D8

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 74/2026 - CMS

Resolução nº 074/2026

Dispõe sobre a recondução da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu/MG.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde – CMS de Itanhandu/MG, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.237, de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre a reestruturação, organização e funcionamento do CMS de Itanhandu/MG, e pelo Decreto Municipal de nº 7.542, de 30 de abril de 2025, que dispõe sobre a nomeação dos Conselheiros Municipais de Saúde, e ainda

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 554, de 15 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que estabelece diretrizes para estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde, a serem aplicadas em conjunto com o previsto na Resolução CNS nº 453/2012;

CONSIDERANDO o disposto no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu/MG, especialmente em seu art. 14, que estabelece que a Mesa Diretora, de composição paritária e de natureza colegiada, terá mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

CONSIDERANDO a Resolução nº 063/2025, de 11 de junho de 2025, que dispõe sobre a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu/MG;

CONSIDERANDO a deliberação registrada na ata nº 87, de 19 de agosto de 2026, da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu/MG.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, por unanimidade, a recondução da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu/MG, nos termos do art. 14 do Regimento Interno, que estabelece mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

Art. 2º. Ficam reconduzidos os membros da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Itanhandu/MG, conforme composição estabelecida na Resolução nº 063/2025, de 11 de junho de 2025, para mandato de 1 (um) ano, com vigência de 11 de junho de 2026 a 10 de junho de 2027.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2026.

Itanhandu/MG, 19 de agosto de 2026.

LANGS DE ARANTES FERREIRA DE MELLO
Presidente do CMS

TIAGO CAETANO MARTINS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:11CCEB38

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 466/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 11º Termo Aditivo ao contrato nº 466/2023. Processo administrativo nº 105/2023 – concorrência pública nº 001/2023. Partes: Município de Itatiaiuçu e Construtora DNZ Eireli - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 40.154.673/0001-10. Objeto: "Contratação de empresa especializada na execução de um Centro Comunitário no bairro Pinheiros no Município de Itatiaiuçu/MG, que será localizada na Rua A esquina entre as Ruas D e Rua E, com área total aproximada de 1514,08 m², sob o regime de empreitada por preço global, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e agregados necessários, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas e cronograma físico-financeiro apresentados pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, órgão autônomo da Administração Direta do Município com atribuição legal de coordenar, gerenciar, executar e fiscalizar os projetos e as respectivas execuções de obras públicas municipais (art. 17, I e II da LC nº 153/2022)". **Prorrogação da vigência contratual. Fundamentação legal: Art. 57, II da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência do aditivo: 17/11/2025 a 16/05/2026**.

Secretário Municipal de Infraestrutura.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:EB9E71AC

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 328/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 328/2026 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 280/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 550/2026.

Processo administrativo nº 328/2026 - processo licitatório nº 328/2026 – modalidade pregão eletrônico nº 280/2026. **Extrato do Contrato nº 550/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Soma MG Produtos Hospitalares Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 12.927.876/0001-67. Objeto: **Compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) de materiais médicos descartáveis, para fornecimento parcelado, **através de adesão à ata de registro de preços nº 224/2026, do processo nº 158/2025, modalidade de pregão eletrônico nº**

105/2025, da Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP. Valor do contrato R$36.000,00 (trinta e seis mil reais). Vigência: 24/08/2026 a 31/12/2026.

Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:BEBD42CC

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 574/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 574/2025 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 466/2025 - UASG Nº 984673.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 25/2026 (NOVO DC), **POR MEIO DO SISTEMA COMPRASNET**
Processo administrativo nº 574/2025 - processo licitatório nº 574/2025 - modalidade pregão eletrônico nº 466/2025.
Objeto: "**Registro de preço** para **compra** (art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) de produtos de uso laboratorial, fornecimento parcelado, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, **o item (36) para ampla concorrência e os demais exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas,** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados neste edital, especialmente no Anexo I (Termo de Referência)".
Tendo em vista que o anexo do edital foi inserido na plataforma Compras.gov.br com partes adicionais, quando deveria constar apenas o conteúdo correspondente ao edital, foi realizada a devida retificação do referido anexo na plataforma.
Dessa forma, considerando a necessidade de assegurar a adequada publicidade e o pleno conhecimento das alterações por parte dos interessados, fica**reagendada a data da sessão pública para o dia 15 de setembro de 2026 ás 08h30min**, mantidas as demais condições estabelecidas no edital, salvo aquelas decorrentes da presente retificação.
Onde se lê:14/09/2026.
Leia-se:15/09/2026.
As informações e o edital retificado encontram-se disponíveis na plataforma**Compras.gov.br**, e no www.itatiaiucu.mg.gov.br, para consulta dos interessados.

Itatiaiuçu/MG, 31 de agosto de 2026.

CÍNTIA TATIANA DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:A5A465D8

SECRETARIA DE URBANISMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 288/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 288/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250/2026.

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 27/2026 (NOVO DC), **POR MEIO DO SISTEMA COMPRASNET**

Processo administrativo nº 288/2026 - processo licitatório nº 288/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 250/2026. **Torna público que no dia 15/09/2026 fará realizar o pregão eletrônico nº 250/2026**, cujo objeto é a "**Compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) de estacas de eucalipto, tela, grampo e mudas, para fornecimento de uma só vez, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, **exclusivo para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas,** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital e no Termo de Referência (Anexo I)", em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, com a utilização do sistema *Comprasnet*, do Portal de Compras do Governo Federal. **Data da abertura: 15/09/2026, às 08h:30min**, **no sítio** www.comprasnet.gov.br. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. O edital encontra-se disponível na *internet* (rede mundial de computadores), nos sites www.comprasnet.gov.br e www.itatiaiucu.mg.gov.br.

Secretária Municipal de Urbanismo.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:E6B3324D

SECRETARIA DE URBANISMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 340/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 340/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 289/2026 - UASG Nº 984673.

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 26/2026 (NOVO DC), **POR MEIO DO SISTEMA COMPRASNET**

Processo administrativo nº 340/2026 - processo licitatório nº 340/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 289/2026. **Torna público que no dia 18/09/2026 fará realizar o pregão eletrônico nº 289/2026,** cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra destinados à execução de cercamento do playground (art. 6º, XI da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) com todos os insumos necessários para a execução dos serviços, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Urbanismo, **exclusivo para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas**, observados os prazos máximos para a prestação de serviços, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital, em especial no Termo de Referência (Anexo I)", em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, com a utilização do sistema *Comprasnet*, do Portal de Compras do Governo Federal. **Data da abertura: 18/09/2026, às 08h:30min, no sítio** www.comprasnet.gov.br. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. O edital encontra-se disponível na *internet* (rede mundial de computadores), nos sites www.comprasnet.gov.br e www.itatiaiucu.mg.gov.br.

Secretária Municipal de Urbanismo.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:D951AE5C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2026

O MUNICÍPIO DE JACUÍ – MG. TORNA PÚBLICO PROCESSO SELETIVO Nº 06/2026. Obj:**Contratação de Estagiário que estejam cursando Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Sistema de Informação, Bolsa estágio: R$ 1.227,88.Edital completo e demais** informações: site www.jacui.mg.gov.br – telefone (35) 997342273.

VIVIANA CRISTINA AGUIAR,
Chefe do Departamento Pessoal e RH.

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:F9524451

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL REFERENTE AO REPASSE PARA A ASSOCIAÇÃO DO CONGADO DOS DEVOTOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JAPARAÍBA/MG - REALIZAÇÃO DA 59° FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Às treze horas do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Japaraíba, sediada à Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, centro, reuniram-se os membros da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação das Parcerias celebradas pelo Município com as Organizações Sociais da Sociedade Civil, instituída pela Portaria nº 069/2026, de 01 de ABRIL de 2026, nos termos das Leis Federais n° 13.019/2014 e 13.204/2015, para a prática dos atos inerentes ao procedimento da Inexigibilidade supracitada, cujo objeto é **"Repasse de recurso para associação do congado dos devotos de Nossa Nenhora do Rosário de japaraíba/MG, para realização da 59° festa de Nossa Senhora do Rosário que é um bem imaterial registrado pelo conselho de patrimônio cultural de japaraíba"**. Em análise aos documentos do processo, foi observado que a **Associação do Congado dos Devotos de Nossa Senhora do Rosário de Japaraíba/MG – CNPJ: 23.765.241/0001-27** preencheu todos os requisitos para pleito deste recurso, apresentando certidões e plano de trabalho. Essa comissão observou que o plano de trabalho apresentou objetivos e despesas inerentes ao objeto proposto no termo de referência. No termo de referência foi possível observar que a Festa de Nossa Senhora do Rosário já recebeu recursos advindos da Administração Municipal, através de aquisição de instrumentos, tecidos, materiais gráficos e papelaria; além de serviços para cobertura fotográfica e estruturas diversas para realização da festa; além de ter firmado termos de colaboração em anos anteriores com a mesma finalidade. Destacamos que a Festa de Nossa Senhora do Rosário promovida pela **Associação do Congado dos Devotos de Nossa Senhora do Rosário de Japaraíba/MG** é uma das mais importantes expressões culturais de Japaraíba e consideramos que a formalização do termo de fomento, para realização da festa no ano de 2026, é de extrema importância para manutenção deste patrimônio cultural imaterial do nosso município. Por fim, analisando a documentação, no que tange a essa comissão, deliberamos pelo prosseguimento do processo e não tendo mais assuntos a tratar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros da comissão e encaminhada à autoridade para publicação nos locais oficiais. Japaraíba, vinte e um de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GERALDO HELENO BORGES
Membro da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação Das Parcerias Celebradas Pelo Município Com as Organizações Sociais da Sociedade Civil

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Membro da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação Das Parcerias Celebradas Pelo Município Com as Organizações Sociais da Sociedade Civil

Publicado por:
Maria Cecilia Alves Pereira
Código Identificador:FCDDD85A

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº242/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N°128/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº038/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual, futura e parcelada aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das secretarias municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: ISRAEL E ISRAEL LTDA
CNPJ: 23.407.794/0001-08
VALOR DO CONTRATO: R$101.500,07 (Cento e um mil, quinhentos reais e sete centavos)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 24 de agosto de 2026.

HELDER DE CARVALHO REIS
Secretário de Administração

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:7731E66E

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº243/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N°128/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº038/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual, futura e parcelada aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das secretarias municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: COMERCIAL EMILIO LTDA
CNPJ: 05.856.833/0001-72
VALOR DO CONTRATO: R$466.481,34 (Quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 24 de agosto de 2026.

HELDER DE CARVALHO REIS
Secretário de Administração

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:D69A754F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº244/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N°128/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº038/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual, futura e parcelada aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das secretarias municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: 59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO
CNPJ: 59.049.186/0001-16
VALOR DO CONTRATO: R$37.974,70 (Trinta e sete mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 24 de agosto de 2026.

HELDER DE CARVALHO REIS
Secretário de Administração

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:91BE8658

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 097/2026 DISPENSA 32/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO 63/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº 63/2026, referente ao processo licitatório nº 097/2026 – Dispensa nº 32/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS CULTURAIS E PRÁTICAS TRADICIONAIS DO 36º FESTIVAL DO FOLCLORE DE JEQUITIBÁ 2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA APRESENTADA"**. Valor: R$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais). Vigência de 1 (Um) mês. Data Assinatura: 25/08/2026. Licitante proponente: Bruno Geraldo Pereira Batista. A íntegra do processo, com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro Ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:8737D4B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO

Partes: Município de João Monlevade/MG e Lions Clube de João Monlevade Sobral.
Objeto: Autorização gratuita e temporária para uso da **Praça do Povo**, destinada à realização da **"Caminhada Solidária e Ação Social"**, com previsão de 150 participantes.
Data: 29 de agosto de 2026, no período da manhã.
Estrutura: 02 tendas e sistema de som.
Responsabilidades: A entidade ficará responsável pela organização, montagem e desmontagem, limpeza do local, segurança dos participantes e reparação de eventuais danos ao patrimônio público.
Condições: A autorização é precária, gratuita e poderá ser suspensa ou revogada pelo Município por interesse público ou descumprimento das condições estabelecidas.
Assinam: Laércio José Ribeiro, Prefeito Municipal; **Gustavo José Dias Maciel**, Secretário Municipal de Obras; e **Carlos Alexandre Rodrigues de Moura**, Presidente do Lions Clube de João Monlevade Sobral.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:F2A2EBD8

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 501/2026 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO os Princípios basilares da Administração Pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração de possíveis irregularidades na regularização fundiária e titulação de bem público municipal, em conformidade com as disposições da *Lei Federal nº 13.465/2017* e da *Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal*;
CONSIDERANDO a Representação/Denúncia Administrativa autuada sob o Processo nº 000290/2026, noticiando supostos vícios de legalidade, desvio de finalidade e burla ao dever de licitação em atos tendentes à alienação e titulação de imóvel público municipal, no âmbito da Regularização Fundiária Urbana (Reurb);
CONSIDERANDO que o referido imóvel público municipal esteve sob suposta posse de particular até o ano de 2013, quando desocupado em cumprimento de Ação de Reintegração de Posse, e posteriormente foi objeto de Termo de Permissão de Uso firmado em 27/04/2022, vinculado ao Contrato Administrativo nº 47/2020, com devolução da posse direta ao Município em 17/07/2026, mediante Termo de Desocupação de Área Pública;
R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo para apuração de possíveis irregularidades e eventuais responsabilidades administrativas na regularização fundiária e titulação de imóvel público municipal, em favor de pessoa jurídica, sem que a referida empresa tenha exercido posse ou ocupação fática consolidada no imóvel, em aparente desvio de finalidade e burla ao dever de licitação.
Art. 2º Determinar que a Procuradoria-Geral do Município seja incumbida da apuração dos fatos objeto desse Processo Administrativo, adotando as providências necessárias à instrução do procedimento.
Art. 3º O prazo de apuração é de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 21 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo primeiro dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:64B737B0

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 513/2026 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2026 aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que a servidora assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria

Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2026, aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026.

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 02 de Setembro de 2026**, Maria Regina Gonçalves de Oliveira, Matrícula 10615, do cargo efetivo Monitor de Creche por motivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 02 de Setembro de 2026.

João Monlevade, em 28 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo oitavo dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:EF93C73E

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 514/2026 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2026 aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que o servidor assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2026, aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026.

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 02 de Setembro de 2026**, Antônio Márcio da Silva, Matrícula 6043, do cargo efetivo Motorista por motivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 02 de Setembro de 2026.

João Monlevade, em 28 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo oitavo dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:41061E0E

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RETIFICAÇÃO - JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2026 PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2026 COM A ASSOCIAÇÃO TRAIL CLUB JOÃO MONLEVADE – ARTIGO 31 DA LEI Nº 13.019/2014

João Monlevade, 31 de agosto de 2026.

Órgãos responsáveis: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Fundação Casa de Cultura, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e SETRAN.
Organização da Sociedade Civil: Associação Trail Club João Monlevade
CNPJ: 13.295.212/0001-95
Objeto: Celebração de Acordo de Cooperação com a Associação Trail Club João Monlevade, tendo por objeto a cooperação para viabilizar a realização do **15º Trilhão de João Monlevade – 2026**, previsto para o dia **13 de setembro de 2026**, no final da Avenida Castelo Branco, Bairro República, mediante a disponibilização, pelo Município, de bens e serviços de apoio institucional, conforme as competências, condições e disponibilidades dos órgãos municipais envolvidos e nos termos estabelecidos no Plano de Trabalho.
Vigência: 30 (trinta) dias, contados da assinatura e publicação do Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Município, observada a necessidade de compatibilidade da vigência com as atividades de preparação, realização e encerramento do evento.
I – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA
A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho.
Nos termos do art. 2º, inciso VIII-A, da Lei nº 13.019/2014, o **Acordo de Cooperação** é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que **não envolvam a transferência de recursos financeiros**.
No caso em análise, a parceria não prevê repasse de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil. O apoio municipal consistirá na disponibilização de bens e serviços públicos, dentro das competências e possibilidades dos órgãos envolvidos, incluindo estrutura de apoio, banheiros químicos, apoio de sonorização, apresentação musical, gradis, tendas, pontos de água, apoio do SETRAN, utilização de estrutura pública, limpeza e ponto de energia, conforme especificado no Plano de Trabalho.
A regra geral estabelecida pela Lei nº 13.019/2014 é a realização de chamamento público para a seleção da Organização da Sociedade Civil parceira. Entretanto, o próprio diploma legal prevê hipóteses excepcionais de afastamento do procedimento competitivo.
Nesse sentido, dispõe o **art. 31 da Lei nº 13.019/2014**:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica."
No presente caso, verifica-se a inviabilidade de competição em razão das características específicas do objeto pretendido, consistente na realização do **15º Trilhão de João Monlevade**, evento tradicional do Município, promovido pela Associação Trail Club João Monlevade, entidade que possui trajetória específica e experiência acumulada na organização dessa atividade.
A Associação Trail Club João Monlevade foi fundada em 28 de dezembro de 2010 e, conforme consta do Plano de Trabalho, possui experiência de aproximadamente 15 (quinze) anos na promoção e organização de atividades esportivas relacionadas às trilhas e ao esporte de aventura, sendo responsável pela realização anual do Trilhão de Monlevade.

O Plano de Trabalho registra, ainda, que o evento chega à sua **15ª edição**, consolidando-se como iniciativa tradicional de incentivo à prática esportiva, ao lazer, ao turismo de aventura e à integração social.

Dessa forma, a escolha da Associação Trail Club João Monlevade não decorre de mera preferência administrativa, mas da relação específica entre a entidade e o projeto objeto da parceria, considerando sua experiência na organização do evento, sua trajetória institucional e a continuidade de uma iniciativa esportiva já consolidada no Município.

II – DO INTERESSE PÚBLICO

O **15º Trilhão de João Monlevade – 2026** apresenta relevante interesse público por promover atividades esportivas e recreativas, estimular hábitos saudáveis, proporcionar integração social e comunitária e ampliar as alternativas de lazer disponíveis à população.

De acordo com o Plano de Trabalho, o público estimado compreende atletas e praticantes de trilha e motociclismo de João Monlevade e região, além de familiares, turistas e integrantes da comunidade local.

A realização do evento também possui potencial de movimentação da economia local, especialmente nos setores de comércio, alimentação, hospedagem, transporte e prestação de serviços, em razão da atração de participantes e visitantes de outros municípios.

Além dos benefícios esportivos, sociais, turísticos e econômicos diretamente relacionados à realização do evento, o **15º Trilhão de João Monlevade – 2026 poderá contribuir para o fortalecimento da política municipal de esporte e para a apuração do ICMS Esportivo**, desde que atendidos os critérios de enquadramento, registro, comprovação e demais requisitos estabelecidos pela legislação estadual e pelos órgãos competentes. Nesse sentido, a realização e adequada documentação do evento poderão produzir reflexos positivos para o Município no âmbito dos mecanismos de incentivo e distribuição vinculados à política estadual de esporte.

O apoio institucional do Município mostra-se, portanto, compatível com o interesse público municipal, na medida em que contribui para a realização organizada de evento esportivo que produz benefícios de natureza esportiva, social, turística, cultural e econômica, podendo também contribuir para o fortalecimento das ações municipais relacionadas à política esportiva e à obtenção de indicadores para fins de ICMS Esportivo.

O Plano de Trabalho também aponta como resultados esperados o fortalecimento do turismo municipal, a movimentação da economia local, a integração social e comunitária, o incentivo à participação de jovens e adultos em atividades esportivas, a promoção do turismo de aventura de forma organizada e responsável e a ampliação da visibilidade de João Monlevade como município apto a sediar eventos esportivos de relevância regional.

III – DA RELEVÂNCIA DA EXPERIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Associação Trail Club João Monlevade possui experiência diretamente relacionada ao objeto da parceria. Conforme informado no Plano de Trabalho, a entidade foi fundada em 28 de dezembro de 2010 e possui trajetória consolidada na promoção e organização de atividades esportivas relacionadas ao esporte de aventura e às trilhas, sendo responsável pela realização anual do Trilhão de Monlevade.

A experiência acumulada ao longo dos anos constitui elemento relevante para a execução adequada do projeto, especialmente considerando a necessidade de planejamento, organização, articulação com os órgãos públicos, atendimento aos participantes e adoção de medidas relacionadas à segurança e ao adequado desenvolvimento do evento.

Assim, a especificidade do objeto, associada à experiência da entidade na realização do próprio evento, constitui fundamento técnico para a caracterização da inviabilidade de competição prevista no art. 31 da Lei nº 13.019/2014.

IV – DA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

A parceria será formalizada mediante **Acordo de Cooperação**, uma vez que não haverá transferência de recursos financeiros pelo Município à Organização da Sociedade Civil.

ONDE SE LÊ:

O valor contábil estimado dos bens e serviços disponibilizados no âmbito da parceria é de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**, conforme Plano de Trabalho, exclusivamente para fins de dimensionamento do apoio municipal, não caracterizando repasse financeiro à entidade.

LEIA -SE:

Os bens, serviços e demais recursos disponibilizados pelo Município no âmbito da parceria serão especificados e detalhados no respectivo Plano de Trabalho, que integrará a parceria para todos os fins, não caracterizando, por si só, repasse financeiro à entidade.

O apoio será prestado conforme as competências, condições e disponibilidades dos órgãos municipais envolvidos, não implicando obrigação de execução de despesas além daquelas devidamente autorizadas e compatíveis com a legislação e com o planejamento administrativo municipal.

V – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando:

a) a natureza esportiva, recreativa, turística e comunitária do **15º Trilhão de João Monlevade – 2026**;

b) a relevância do evento para a promoção do esporte, do lazer, da integração social, do turismo e da economia local;

c) a possibilidade de contribuição do evento para o fortalecimento da política municipal de esporte e para a apuração do ICMS Esportivo**,** desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis;

d) a tradição do evento, que alcança sua 15ª edição;

e) a experiência específica da Associação Trail Club João Monlevade na organização e realização do evento;

f) a relação direta entre a entidade e o objeto da parceria;

g) a inexistência de transferência de recursos financeiros, sendo o apoio municipal constituído pela disponibilização de bens e serviços institucionais;

h) a inviabilidade de competição decorrente das características específicas do objeto e da necessidade de sua execução pela entidade que tradicionalmente o organiza;

entende-se juridicamente cabível a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, para a celebração de Acordo de Cooperação entre o Município de João Monlevade e a Associação Trail Club João Monlevade, visando à realização do 15º Trilhão de João Monlevade – 2026.

A formalização da parceria deverá observar integralmente os demais requisitos previstos na Lei nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 112/2018, com suas alterações, e demais normas aplicáveis, inclusive quanto à verificação da documentação da Organização da Sociedade Civil, aprovação do Plano de Trabalho, publicação da justificativa e demais atos necessários à formalização da parceria.

Nos termos do **art. 32, § 1º, da Lei nº 13.019/2014**, a presente justificativa deverá ser publicada na mesma data em que for realizada a ratificação da inexigibilidade, na forma da legislação aplicável, assegurando-se a transparência do ato administrativo.

DOUGLAS ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Esporte E Lazer

NADJA LIRIO FURTADO
Diretora-Presidente Da Fundação Casa De Cultura

GUSTAVO JOSÉ DIAS MACIEL
Secretário Municipal De Obras

MARCO ANTÔNIO PENIDO SIMAS
Secretário Municipal De Serviços Urbanos

HOMOLOGAÇÃO

Fica autorizada a celebração do Acordo de Cooperação com a Associação Trail Club João Monlevade, mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, desde que previamente atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

A presente justificativa deverá ser publicada na forma prevista no art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e na regulamentação municipal.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:700C8F42

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RETIFICAÇÃO - JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026 PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2026 COM A ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS ANTIGOS DE JOÃO MONLEVADE – APVA – ARTIGO 31 DA LEI Nº 13.019/2014

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Fundação Casa de Cultura, Assessoria de Comunicação e Relações Públicas, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e SETRAN.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA
CNPJ: 46.315.259/0001-22
OBJETO: Realização do XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos, previsto para o dia 20 de setembro de 2026, na Praça da Paz, Bairro Vila Tanque, João Monlevade/MG, mediante cooperação institucional, logística e operacional entre o Município de João Monlevade e a Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA, para viabilização da estrutura e das condições necessárias à realização do evento, sem transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil.
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados da publicação do Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Município.

I – DO OBJETO E DO INTERESSE PÚBLICO

O Município de João Monlevade, por meio órgãos municipais envolvidos, pretende formalizar Acordo de Cooperação com a **Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA**, tendo por objeto a realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, previsto para o dia 20 de setembro de 2026, na Praça da Paz, Bairro Vila Tanque.

O evento possui caráter cultural, recreativo e turístico, contribuindo para a valorização da memória automobilística, a preservação de veículos antigos e históricos, a integração comunitária e a oferta de atividade gratuita de lazer e cultura à população.

A iniciativa também se mostra compatível com o interesse público municipal por integrar o calendário de eventos do Município, promover a utilização organizada dos espaços públicos, atrair visitantes de outros municípios e potencialmente estimular a movimentação das atividades comerciais e de prestação de serviços no entorno do evento.

Conforme Plano de Trabalho, não haverá transferência de recursos financeiros do Município para a OSC. A participação municipal consistirá na disponibilização de apoio institucional, logístico e operacional, dentro das competências, disponibilidade e planejamento dos órgãos municipais envolvidos.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente justificativa fundamenta-se na **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**, e no **Decreto Municipal nº 112/2018, com suas alterações posteriores**, especialmente no art. 31 da Lei nº 13.019/2014, que estabelece a inexigibilidade de chamamento público quando houver inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil.

Dispõe o art. 31 da Lei nº 13.019/2014:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica."

A hipótese prevista na legislação exige, portanto, que a Administração demonstre concretamente a inexistência de condições de competição para a execução do objeto pretendido.

No presente caso, a inexigibilidade não decorre simplesmente da existência de interesse público no evento ou da experiência da entidade, mas da **natureza específica e singular do objeto da parceria**, que consiste na cooperação para realização de uma edição determinada e individualizada de evento tradicional de antigomobilismo, cuja organização e identidade estão diretamente vinculadas à APVA.

III – DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

O objeto pretendido não consiste na seleção genérica de uma organização da sociedade civil para promover qualquer evento cultural ou recreativo de veículos antigos.

Trata-se, especificamente, da realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, evento cuja organização está vinculada à Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA, entidade que atua diretamente no segmento do antigomobilismo e que possui experiência na organização de encontros e exposições dessa natureza.

A APVA foi constituída em 09 de maio de 2022 e possui aproximadamente quatro anos de atuação relacionada ao objeto da parceria, conforme informações constantes do Plano de Trabalho. Sua atuação institucional está diretamente relacionada à promoção, valorização e preservação da cultura automobilística, reunindo proprietários, colecionadores e admiradores de veículos antigos.

A presente parceria, portanto, não pretende atribuir à APVA a execução de atividade que poderia ser desempenhada indistintamente por qualquer outra organização da sociedade civil. O que se pretende é **viabilizar, mediante cooperação institucional, a realização de uma edição específica de evento já identificado e organizado pela entidade**, preservando sua identidade, continuidade e características próprias.

A realização de eventual chamamento público para selecionar outra OSC para executar o mesmo objeto não produziria competição efetiva em condições equivalentes, uma vez que a entidade selecionada teria que assumir a organização de evento cuja concepção, articulação, organização dos expositores, relacionamento com participantes e continuidade histórica estão vinculados à APVA.

Nesse sentido, a competição não se mostra materialmente adequada ao objeto pretendido, pois não se busca escolher entre diferentes propostas para criação de um evento de antigomobilismo, mas formalizar a cooperação com a entidade responsável pela realização da **XVII edição do evento que integra sua atuação institucional**.

A especificidade do objeto, associada à experiência da APVA e à continuidade da iniciativa, caracteriza situação de **inviabilidade de competição**, enquadrando-se na hipótese de inexigibilidade prevista no art. 31 da Lei nº 13.019/2014.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A escolha da Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA decorre da relação direta entre sua finalidade institucional e o objeto da parceria, bem como da experiência acumulada pela entidade na organização de atividades relacionadas ao antigomobilismo.

Conforme Plano de Trabalho, a APVA possui experiência na realização de encontros e exposições de veículos antigos e atua na promoção da valorização e preservação da cultura automobilística.

A entidade também está diretamente vinculada à realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, objeto específico da parceria, circunstância que demonstra a pertinência técnica e institucional da escolha.

A razão da escolha, portanto, encontra-se na **compatibilidade entre a finalidade institucional da entidade, sua experiência específica, a continuidade da iniciativa e a vinculação direta da APVA à organização do evento objeto da parceria**.

Ressalta-se que a escolha da OSC não implica transferência de recursos financeiros, sendo a cooperação municipal limitada às ações expressamente previstas no Plano de Trabalho e condicionada à competência, disponibilidade e planejamento administrativo dos órgãos municipais envolvidos.

V – DA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

O Acordo de Cooperação pretendido não envolverá repasse de recursos financeiros à APVA.

ONDE SE LÊ: As ações atribuídas ao Município consistem, conforme Plano de Trabalho, na disponibilização, quando tecnicamente viável e dentro da disponibilidade administrativa, de estrutura de som, banheiros químicos, gradis, tendas, pontos de água, apoio ao trânsito e à circulação, utilização dos banheiros do Estádio Li Guerra, limpeza da área e ponto de energia elétrica, além de apoio institucional à programação do evento.

LEIA-SE: As ações atribuídas ao Município, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, compreendem a disponibilização, **quando tecnicamente viável e observada a disponibilidade administrativa e operacional**, de estrutura e serviços necessários ao apoio à realização do evento, incluindo sistema de som, banheiros químicos, gradis, tendas, pontos de água, apoio ao trânsito e à circulação de

pessoas, limpeza da área, ponto de energia elétrica, banda e equipamentos de sonorização, bem como o apoio institucional à programação e à organização do evento.
Tais providências serão realizadas diretamente pelos órgãos municipais competentes, dentro de suas atribuições e planejamento, não constituindo transferência financeira à organização da sociedade civil.
A participação da APVA, por sua vez, compreenderá a organização e execução do evento, a articulação dos expositores e veículos, a programação, a obtenção das autorizações necessárias e as demais obrigações estabelecidas no Acordo de Cooperação.
VI – DA ADEQUAÇÃO DA PARCERIA AO INTERESSE PÚBLICO
A celebração da parceria mostra-se adequada ao interesse público municipal, considerando que o evento:
promove a valorização da cultura e da memória automobilística;
incentiva a preservação de veículos antigos e históricos;
proporciona atividade gratuita de lazer, cultura e entretenimento;
favorece a integração entre famílias, colecionadores, clubes e comunidade;
contribui para a atração de visitantes de outros municípios;
pode estimular a movimentação do comércio e dos serviços locais;
promove a utilização organizada de espaço público;
fortalece o calendário municipal de eventos culturais e turísticos; e
incentiva a continuidade de iniciativas comunitárias relacionadas ao antigomobilismo.
A parceria também permite que o Município apoie institucionalmente uma iniciativa de interesse coletivo sem assumir diretamente sua organização e execução, preservando as competências próprias da Administração e da organização da sociedade civil.
VII – DA CONCLUSÃO
Diante do exposto, considerando:
a) o interesse público na realização do XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos;
b) a natureza cultural, recreativa e turística do evento;
c) a especificidade do objeto, consistente na realização de edição determinada de evento organizado pela APVA;
d) a vinculação direta da Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade à organização e continuidade da iniciativa;
e) a experiência da entidade na realização de atividades relacionadas ao antigomobilismo;
f) a compatibilidade entre a finalidade institucional da APVA e o objeto da parceria;
g) a ausência de transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil; e
h) a inviabilidade de competição decorrente da natureza singular e específica do objeto pretendido,
JUSTIFICA-SE A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fundamento no **art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, no **Decreto Municipal nº 112/2018 e suas alterações**, para a celebração de **Acordo de Cooperação entre o Município de João Monlevade e a Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA**, visando à realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, nos termos do Plano de Trabalho.
A presente justificativa deverá ser submetida à autoridade competente para apreciação e, sendo acolhida, deverão ser observadas as providências de publicidade e demais formalidades previstas no art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e na regulamentação municipal aplicável.

João Monlevade, 31 de agosto de 2026

NADJA LIRIO FURTADO
Diretora-Presidente Da Fundação Casa De Cultura

DOUGLAS ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Esporte E Lazer

GUSTAVO JOSÉ DIAS MACIEL
Secretário Municipal De Obras

MARCO ANTÔNIO PENIDO SIMAS
Secretário Municipal De Serviços Urbanos

ELISÂNGELA BICALHO SILVA
Assessoria De Comunicação E Relações Públicas

HOMOLOGAÇÃO

Fica autorizada a celebração do Acordo de Cooperação com a **Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA**, mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, desde que previamente atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.
A presente justificativa deverá ser publicada na forma prevista no art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e na regulamentação municipal.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:C1000B6F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
DECISÃO ADMINISTRATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde, no exercício das atribuições administrativas da pasta e na condição de autoridade competente para a decisão no âmbito deste procedimento, considerando o Relatório Final da Sindicância Administrativa nº 003/2026 e o Parecer Jurídico nº 41/2026, emitido pela Advocacia-Geral do Município em 12 de agosto de 2026, comunica a decisão administrativa e solicita a adoção das providências necessárias ao seu integral cumprimento.
O Relatório Final concluiu pela inexistência de ilícito administrativo e de culpa profissional, reconhecendo que não foram demonstradas negligência, imprudência ou imperícia por parte dos profissionais envolvidos. Recomendou, por conseguinte, o arquivamento definitivo do procedimento, a cessação do afastamento cautelar e o retorno dos profissionais às respectivas funções. O Parecer Jurídico nº 41/2026 manifestou-se pela viabilidade jurídica integral dessas conclusões e recomendações.
Diante disso, acolhendo integralmente o Relatório Final e o Parecer Jurídico nº 41/2026 como fundamentos desta decisão, DECIDO:

1. Homologar o Relatório Final da Sindicância Administrativa nº 003/2026 e determinar o arquivamento definitivo do procedimento, diante da inexistência de ilícito administrativo e de culpa profissional;

2. A cessação imediata dos afastamentos cautelares e o retorno dos profissionais abrangidos pela medida às respectivas funções e vínculos, especialmente da Dra. Mariana Teodoro Valinhas (CRM/MG nº 99.789) e do Dr. Alisson César de Figueiredo (CRM/MG nº 99.539), bem como a regularização funcional dos integrantes da equipe técnica mencionados noRelatório Final: Rabech Jacob da Silva (COREN/ENF nº 969.129), Maria Letícia Pereira Santana Amorim (COREN/TEC nº 1.980.009) e Adriano Rodrigues Lopes (COREN/TEC nº 1.356.603), que também estão afastados;

3. Determinar a publicação desta decisão no Diário Oficial do Município, resguardando-se os dados pessoais e sensíveis constantes do processo, especialmente a identificação do paciente menor; e

4. Encaminhar cópia desta decisão à Advocacia-Geral do Município, ao setor de Recursos Humanos, à direção da UPA José Tauá e aos demais setores competentes, para ciência e imediato cumprimento.

João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

PATRÍCIA HELENA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Janaina Maia Fernandes
Código Identificador:31924705

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 23 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CHAMADA PÚBLICA nº 002/2026
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 23
O Prefeito do município de João Pinheiro/MG, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração os critérios e objetivos definidos no edital de Chamada Pública nº 002/2026 – que objetiva a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços médicos, atendimentos médicos, consultas especializadas complementares para a saúde pública municipal, a ser executado no Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, UPA, Clinica de Hemodiálise e Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pinheiro MG, neste ato, com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei 14.133/21 resolve adjudicar e homologar para a empresa a abaixo com o seguinte item valor unitário:

proponente		
item	Serviço	valor – p/ procedimento
JOYCE COUTO MEDICINA LTDA – CNPJ: 53.322.726/0001-07		
30	Autorização de Internação Hospitalar III - "AIH" (Primeiro Auxiliar e Anestesista p/ parto cesária, parto normal, tratamentos clínicos, pediátricos e ginecológicos/obstétricos).	R$1.500,00

João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:4CBBB81D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA – 23 – DO CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
ATA – 23 – DO CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES PARA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO
Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e seis, no Paço Municipal, a Agente de Contratação, legalmente constituído pela Portaria Municipal nº 004/2026, analisou documentação e propostas apresentadas objetivando o contratação de empresas especializadas para prestação de serviços médicos, atendimentos médicos, consultas especializadas complementares para a saúde pública municipal, a ser executado no Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, UPA, Clinica de Hemodiálise e Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pinheiro MG, conforme especificações constantes no anexo I deste edital.
Apresentaram documentação e propostas para o credenciamento a proponente:
• **JOYCE COUTO MEDICINA LTDA;**
Após análise da documentação a Agente de Contratação e sua equipe declarou habilitada a proponente supramencionada.

proponente		
equipe técnica – nº do CRM		
item	Serviço	valor – p/ procedimento
JOYCE COUTO MEDICINA LTDA – CNPJ: 53.322.726/0001-07		
Joyce Gonçalves Cruzeiro Lopes do Couto – CRM 99470		
30	Autorização de Internação Hospitalar III - "AIH" (Primeiro Auxiliar e Anestesista p/ parto cesária, parto normal, tratamentos clínicos, pediátricos e ginecológicos/obstétricos).	R$1.500,00

João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

Equipe De Apoio:

NILSON DE SOUZA ABADIA

BRUNA BATISTA DO AMARAL FARIA

EULAIA APARECIDA VIDAL RODRIGUES

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Agente de Contratação

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:9124D169

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 644/2026

DECRETO N. 644/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.077,54 (mil, setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Ronaldo Rodrigues de Lima	01.04.109.0002.000	IPTU	2019, 2020 e 2021	1.077,54

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 14 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:8F6BF95B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 645/2026

DECRETO N. 645/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.677,04 (mil, seiscentos e setenta e sete reais e quatro centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Kellen Cristina Ribeiro da Silva	01.04.109.0020.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.677,04

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 14 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:09459D9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 646/2026

DECRETO N. 646/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.614,58 (mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Maria Jose Pereira Carvalho	01.08.218.0015.000	IPTU	2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.614,58

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 14 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:6B3A66C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 647/2026

DECRETO N. 647/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2020 no valor total de R$ 267,22 (duzentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Maria Aparecida de Sales Lima Freitas	01.08.052.0051.000	IPTU	2020	267,22

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 14 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:71521657

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 246/2026

PORTARIA N. 246/2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO EM PECÚNIA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **NIVEA VELOSO GONÇALVES**, cargo efetivo de professor de ensino básico, matricula nº 9681, a conversão em pecúnia de 03 (três) meses de férias-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 21/07/2021 a 19/07/2026, nos termos do art. 106, §2º da Lei Complementar nº 048/2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 19 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:AEDC896B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 247/2026

PORTARIA N. 247/2026

Dispõe sobre a cessação de função gratificada de servidor que especifica.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pelo art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Anexo X da Lei Complementar nº 046/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica cessado a Função Gratificada (FG-II) concedida ao servidor Ney Morato Dutra Cançado.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 20 de agosto de 2026

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:BB54AD64

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 248/2026

PORTARIA N. 248/2026

NOMEAR PARA AS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO COMISSIONADO QUE INDICA, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o. Nomear o senhor **MATHEUS LARA CAIXETA**, para as funções do Cargo Público Comissionado de **ASSESSOR DE GABINETE.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 21 de agosto de 2026

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:33AACE7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 250/2026

PORTARIA N. 250/2026

EXONERA DAS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO COMISSIONADO QUE INDICA DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar o senhor **GUSTAVO FRANCO QUIRINO DE ALMEIDA** das funções do Cargo Público Comissionado de **DIRETOR DE DIVISÃO.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:B3363419

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 251/2026

PORTARIA N. 251/2026

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro - MG, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à Servidora, Sra. **THAÍS GABRIELA DA SILVA**, titular da matrícula funcional nº 22773, ocupante do cargo público de Coordenador de Saúde (Coordenador de Programas Especiais), 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Maternidade, a contar de 08/08/2026 a 03/02/2027, à vista de atestado médico datado do dia 08 de agosto de 2026, firmado pelo Dr. Paulo Afonso G. Cruzeiro, CRM-MG 22163, em conformidade com o Art. 131 da Lei Complementar Municipal n. 048/12.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:312389ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 252/2026

PORTARIA N. 252/2026

NOMEAR PARA AS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO COMISSIONADO QUE INDICA, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o. Nomear o senhor **WILLIAN TAVARES CHAGAS**, para as funções do Cargo Público Comissionado de **CHEFE DE SEÇÃO.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:1B81B596

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 253/2026

PORTARIA N. 253/2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no art. 106 da Lei Complementar n. 048/2012, e

Considerando que a Servidora **SARA GRAZIELE NOGUEIRA ROCHA,** titular da matrícula funcional n. 13360, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, conta com período aquisitivo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público municipal, compreendido entre 20/02/2015 a 16/02/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **SARA GRAZIELE NOGUEIRA ROCHA**, nos termos do artigo 106 da Lei Complementar n. 048/2012, seis meses de férias prêmio, a serem usufruídos no período de 02/09/2026 até 27/02/2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:51B80003

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 254/2026

PORTARIA N. 254/2026

NOMEAR PARA AS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO COMISSIONADO QUE INDICA, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o. Nomear o senhor **IREMON BATISTA DE SOUZA**, para as funções do Cargo Público Comissionado de **CHEFE DE SEÇÃO.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:FE815C63

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 255/2026

PORTARIA N. 255/2026

NOMEAR PARA AS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO COMISSIONADO QUE INDICA, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o. Nomear a senhora **FERNANDA FLÁVIA DE OLIVEIRA**, para as funções do Cargo Público Comissionado de **CHEFE DE SEÇÃO.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:8B73EF60

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO 052/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 126/2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro - Processo Licitatório 126/2026 – Pregão Eletrônico 052/2026 - Através de sua Pregoeira Municipal – Renata Soares de Noronha Machado e sua Equipe de Apoio, comunica que fará realizar no dia e hora 22/09/2026 09:00:00h, licitação tipo Menor Preço - Item, que tem por objeto a Contratação de empresas para fornecimento de refeições prontas, tipo marmitex e tipo self-service, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Ação Social, Saúde, Cultura, Agricultura, Obras, Administração, Educação e Gabinete do Executivo do município de João Pinheiro-MG, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, https://pncp.gov.br/editais e www.joaopinheiro.mg.gov.br (licitações) e/ou no Dpto. de Compras e Licitações da Prefeitura. Maiores informações pelo telefone (38) 3361-1900 (ramal 1220) ou p/ e-mail: licita@joaopinheiro.mg.gov.br, de 08h00 as 11h00 e de 13h00 as 17h30.

João Pinheiro/MG 31 de agosto de 2026.

RENATA SOARES DE NORONHA MACHADO –
Pregoeira.

Publicado por:
Renata Soares de Noronha Machado
Código Identificador:03438622

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026 PREVIJOP

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026
Contratante: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – MG
Contratado: JOAO MANUEL OLIVEIRA SILA, portador do CPF: 084.171.696-01,
Objeto: Prestação de serviços de jardinagem, compreendendo a execução de limpeza, poda, manutenção, conservação e demais serviços necessários nos jardins e áreas verdes do PREVIJOP, conforme demanda, visando à preservação estética, funcional e ambiental dos espaços externos da instituição, nos termos das especificações constantes do Termo de Referência.
Vigência: 12 meses a partir de 06/07/2026
Valor unitário de cada prestação de serviço:
Item. 1 R$ 450,00

Descrição dos serviços consta no edital de credenciamento 01/2026
Fundamento Legal: art. 78, inciso I, combinado com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021
Data de credenciamento: 06/07/2026

João Pinheiro, 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Flavio Geraldo da Silva
Código Identificador:FF77EE75

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PÚBLICO O 1º APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PÚBLICO O 1º APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026

• **PARTÍCIPES:** Município de Lagoa da Prata e a Associação Municipal de Apoio às Vítimas de Violência
• **OBJETO DO APOSTILAMENTO:** Correção de erro material de digitação verificado na cláusula 6.1 do Termo de Fomento nº 006/2026, retificando-se o período de vigência da parceria.
• **ONDE SE LÊ:** "6.1- O presente Termo de Fomento vigerá de 01/09/2025 a 31/12/2026."
• **LEIA-SE:** "6.1- O presente Termo de Fomento vigerá de 01/09/2026 a 31/12/2026."
• **RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento nº 006/2026 não alteradas por este instrumento.
• **DATA DA ASSINATURA:** 28 de agosto de 2026.

MARCO REGULATÓRIO

Publicado por:
Ivana Dalvani Campos de Almeida Freitas
Código Identificador:5A05EB75

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVENTE ESCOLAR

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo nº 001/2025 para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de SERVENTE ESCOLAR:

- Ismária Da Silva Oliveira Bezerra
- Sarah Cristina Dos Santos Silva
- Joice Elen Silva Martins
- Jéssica Caroline Da Silva
- Renata Aparecida Castro Costa
- Camila Ferreira
- Luiza Amaral Campos
- Mariana Moreira De Oliveira

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, 31 de agosto de 2026.

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Geovana Luiza de Castro Silva
Código Identificador:EA0B7B1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO do seguinte candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo **nº 007/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM.**

Josiane Aparecida Vasconcelos
Luciene Batista dos Santos
Ana Paula da Silva Delfino
Elizangela Patrícia Beirigo

Os candidato indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **31/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:F691D975

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PÚBLICO A ABERTURA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: 67/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 276/2026

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS, SENSORES PARA MONITORAMENTO DE GLICOSE E MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS, INCLUINDO OS PSF'S E JUDICIALIZAÇÃO DO SETOR DE ALTO CUSTO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONTEMPLANDO ITENS FRUSTRADOS NO PREGÃO Nº 47/2026.

DATA DE ABERTURA: 14/09/2026 ÀS 08h30

O Edital na sua íntegra e seus anexos estarão disponíveis a partir do dia 01/09/2026 no site www.lagoadaprata.mg.gov.br e na Plataforma www.licitardigital.com.br

Lagoa da Prata, 31 de Agosto de 2026.

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:31FF10A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: 59/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 325/2026

OBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO NATALINA, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA O EVENTO "NATAL FELIZ 2026" A SER REALIZADO NO MÊS DE DEXEMBRO, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E POSTERIOR DESMONTAGEM.

DATA DE ABERTURA: 04/09/2026 ÀS 09h00
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 31 DE AGOSTO DE 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:220C3C0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: 60/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 326/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GARRAFAS TIPO "SQUEEZE" PERSONALIZADAS, 500ML, DESTINADAS ÀS AÇOES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO EM SAÚDE, REALIZADAS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, ESPECIALMENTE NAS CAMPANHAS OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL.

DATA DE ABERTURA: 04/09/2026 ÀS 08h30
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 31 DE AGOSTO DE 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:B882967A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: 52/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 270/2026

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW PIROTÉCNICO NO REVEILLON 2026/2027

DATA DE ABERTURA: 04/09/2026 ÀS 09h30
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 31 DE AGOSTO DE 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:88B9F238

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: 61/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 327/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA ASSISTIVA, COMPREENDENDO LUPA MOUSE E TECLADO ADAPTADO/PROJETADO PARA PESSOA COM BAIXA VISÃO, DESTINADOS A AUXILIAR E PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, AUTONOMIA E DESEMPNEHO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS DE SERVIDORA DO MUNICÍPIO COM DOENÇA DE STARGARDT.

DATA DE ABERTURA: 04/09/2026 ÀS 09h30
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 31 DE AGOSTO DE 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:F74D19E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - TF 051/2026 - APAE

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

Venho por meio deste, justificar a ausência de Chamamento Público para celebração de parceria através doTermo deFomentonº 051/2026com aAssociação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEde Lagoa da Prata, medianteEmenda Parlamentar nº202513490004eProgramaçãonº313720520250001,do Deputado FederalAécio Neves,para execução do projeto“Centro Dia em movimento: autonomia e inclusão”.
Logo, a supracitada parceria com a OSC se apresenta conforme a legislação exigida para a efetivação do Termo de Fomento, pelos seguintes motivos:

1-As atividades realizadas pela entidade são de extrema relevância para a política de assistência social, uma vez que executa ações complementares às ofertadas pelo município para o público prioritário, compreendido por crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla, em situação de vulnerabilidade ou risco social.

2-É inexigível o chamamento público em razão de que os recursos destinados à celebração desta parceria são oriundos deEmenda Parlamentar nº202513490004eProgramaçãonº313720520250001,doDeputado FederalAécio Neves, destinados diretamente a esta entidade.

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração direta doTermo de Fomento, por inexigibilidade de Chamamento Público, conforme art.24, § 7º, eartigo 41, inciso II, do Decreto Municipal nº 304/2016, e em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014.

Lagoa da Prata,31de Agosto de 2026.

AMANDA TALITA LUÍS LOPES
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Adriano Guimarães Vilela
Código Identificador:DFB753DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público o resultado do Processo Administrativo nº. 059/2026 Dispensa de Licitação nº. 012/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE REPASSE FINANCEIRO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODANORTE, PARA CUSTEIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG, MEDIANTE CONTRATAÇÃO REALIZADA PELO CODANORTE POR MEIO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 068/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 035/2025, CREDENCIAMENTO Nº 017/2025, valor total estimado de R$ 302.031,00 (trezentos e dois mil e trinta e um reais), RATIFICADO e HOMOLOGADO nos termos do art. 75, XI da Lei 14.133/21 em favor do licitante que abaixo se descreve:

O CONSÓRCIO DE INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS-CODANORTE, inscrito no CNPJ nº 19.193.527/0001-08, com sede na com sede na Rua Tupis, nº 437, 1º andar, Melo - Montes Claros/MG, Inscrito no CNPJ sob o nº 19.193.527/0001-08, neste ato representada por , Miguel Felipe Ferreira deOliveira, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF nº ***.664.086-**, residente e domiciliado no Município de Joaquim Felício/MG, no valor total é de R$ 302.031,00 (trezentos e dois mil e trinta e um reais), conforme documentos anexos.
Conforme extrato, publicado no quadro de avisos oficial da Prefeitura Municipal, no saguão central deste site oficial (https://www.lagoadospatos.mg.gov.br/) no dia 26 de agosto de 2026.

VALÉRIA TAMIRES SOARES
Agente de Contratação

EXTRATO DO CONTRATO N° 062/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE REPASSE FINANCEIRO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODANORTE, PARA CUSTEIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG, MEDIANTE CONTRATAÇÃO REALIZADA PELO CODANORTE POR MEIO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 068/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 035/2025, CREDENCIAMENTO Nº 017/2025.

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10.

Contratado: CONSÓRCIO DE INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS-CODANORTE, inscrito no CNPJ nº 19.193.527/0001-08, com sede na com sede na Rua Tupis, nº 437, 1º andar, Melo - Montes Claros/MG, Inscrito no CNPJ sob o nº 19.193.527/0001-08.

Contrato: 062/2026
Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.
Vigência: 12 meses.
Valor total estimado: R$ 302.031,00 (trezentos e dois mil e trinta e um reais);

Lagoa dos Patos/MG, 26 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO CLAUDIO REIS
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:9FB187D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - 1° TERMO ADITIVO – TERMO DE FOMENTO 010/2025 – PROCESSO Nº 15637-26

Partes: Município de Lagoa Santa e **GRUPO ESCOLA AMIZADE E AMOR – GEAA** - CNPJ: 41.656.331/0001-61

Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência por mais 03 (três) meses, sem novo repasse, conforme Processo Administrativo 15637-26-LST-ADT, nos termos do art. 55, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art.31, I, "c" do Decreto Municipal nº 3.366/2017.

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:B2CD5C7F

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 135/2023 – DISPENSA Nº 023/2023

Partes: Município de Lagoa Santa e **ESTADO DE MINAS GERAIS** CNPJ: 05.475.103/0001-21

Finalidade: O presente instrumento tem por objeto prorrogar o prazo de vigência contratual.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:0D6AEDA9

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 035/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023

Partes: Município de Lagoa Santa e **LOCALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS S/A - CNPJ: 04.567.650/0001-74**

Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência por mais 04 (quatro) meses, com renovação do contrato, conforme Processo Administrativo Interno nº 17408- 26-LST-ADT, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:84CAF009

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 72º TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO 027/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2024

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA –** CNPJ: 01.256.137/0006-89

Finalidade: Reajuste de valor, calculada pela média da ANP - Agência Nacional do Petróleo, apurado no período de 16/08/2026 a 22/08/2026, conforme previsão contida no referido Contrato.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

DALMAR MORAIS DUARTE
Secretário Municipal de Fazenda

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:36602AB9

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - TERMO DE FOMENTO Nº 025/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8711-26

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **CASA TRABALHO, ENSINO E CULTURA – INSTITUTO CASATEC** – CNPJ:42.650.661/0001-02

Objeto: A execução do Plano de Trabalho do **"PROJETO JIU-JITSU RENASER – PASSAGEM SUAVE PARA TRANSFORMAÇÃO", SANTOS DUMONT COM RECURSOS DA EMENDA IMPOSITIVA Nº 03/2026**, Lei Municipal nº. 5.872/2026, por meio de parceria entre o **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE,** envolvendo transferências de recursos financeiros, em regime de mútua cooperação.

Vigência: 31/08/2026 a 30/04/2027

Valor: R$ 120.000,00

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
499	02.005.006.27.812.0032.2299.3.3.50.43.00

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:351E62B0

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - TERMO DE FOMENTO Nº 027/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8710-26

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **CASA TRABALHO, ENSINO E CULTURA – INSTITUTO CASATEC** – CNPJ:42.650.661/0001-02

Objeto: A execução do Plano de Trabalho do "PROJETO JIU-JITSU RENASER – PASSAGEM SUAVE PARA TRANSFORMAÇÃO", etapa 03 com recursos da emenda impositiva Nº 02/2026, Lei Municipal nº. 5.871/2026, por meio de parceria entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE, envolvendo transferências de recursos financeiros, em regime de mútua cooperação.

Vigência: 28/08/2026 a 27/10/2026

Valor: R$ 35.561,08

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
499	02.005.006.27.812.0032.2299.3.3.50.43.00

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:06F222AC

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - TERMO DE FOMENTO Nº 028/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8706-26

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **CASA TRABALHO, ENSINO E CULTURA – INSTITUTO CASATEC** – CNPJ:42.650.661/0001-02

Objeto: A execução do Plano de Trabalho do "PROJETO JIU-JITSU RENASER – PASSAGEM SUAVE PARA TRANSFORMAÇÃO", com recursos da emenda impositiva Nº 08/2026, Lei Municipal nº. 5.868/2026, por meio de parceria entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE, envolvendo transferências de recursos financeiros, em regime de mútua cooperação.

Vigência: 28/08/2026 a 27/01/2027

Valor: R$ 100.000,00

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
499	02.005.006.27.812.0032.2299.3.3.50.43.00

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:2663BF8F

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - TERMO DE FOMENTO Nº 029/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8730-26

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **CASA TRABALHO, ENSINO E CULTURA – INSTITUTO CASATEC** – CNPJ:42.650.661/0001-02

Objeto: A execução do Plano de Trabalho do "PROJETO CRAQUES DO BAIRRO - ARENA SANTOS DUMONT", com recursos da emenda impositiva Nº 12/2026, Lei Municipal nº. 5.873/2026, por meio de parceria entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE, envolvendo transferências de recursos financeiros, em regime de mútua cooperação.

Vigência: 28/08/2026 a 27/04/2027

Valor: R$ 90.000,00

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
499	02.005.006.27.812.0032.2299.3.3.50.43.00

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:FAB45015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.159, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação no estágio probatório - Concurso Público nº 001/2012, do servidor que menciona, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Declara aprovado no estágio probatório - Concurso Público nº 001/2012 e portanto, estável em seu respectivo cargo, para todos os fins de direito, o servidor abaixo relacionado e devidamente identificado pelo número de sua matrícula:

Matrícula	Nome	Cargo	Admissão
281225	Roberto Carlos Diniz	Agente de Serviços Funerários	26/09/2016

Art. 2º Para fins de aquisição da estabilidade de que trata este Decreto, contaram os 03 (três) anos a partir da data em que o servidor acima relacionado entrara em exercício em seu respectivo cargo de provimento efetivo, observandos os termos da Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 28 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:FB68CB3D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.896, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a redação da Lei Municipal nº 2.758, de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O Povo de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inserido à Lei Municipal nº2.758, de 28 de dezembro de 2007, o Art. 7-B com a seguinte redação:

***"Art 7-B.** O disposto no art. 7-A, com a redação dada pela Lei Municipal nº 5.890, de 05 de agosto de 2026, aplica-se exclusivamente a processos seletivos simplificados cujos editais sejam publicado após 1º de outubro de 2026."*

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal nº 2.758, de 2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 27 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:C0F99294

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.054, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Institui Comissão de Monitoramento e Avaliação na forma prevista no Decreto Municipal nº 3.366 de 2017, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que determina a designação de Comissão para monitoramento e avaliação de parcerias celebradas com o Poder Público;

Considerando o Decreto Municipal nº 3.366, de 07 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Município e as organizações da sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, que será responsável pelo monitoramento do conjunto de parceria, proposta de aprimoramento dos procedimentos e produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, tendo como competência a avaliação e homologação de relatórios de monitoramento e avaliação, referentes ao Termo de Fomento a ser celebrado com o Instituto Sócio Educacional Fraternidade, Emenda Impositiva nº 08/2026, instruído pelo Processo Administrativo nº 2770-26-LST-EMENDAS.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta pelos seguintes servidores:

I - José Leopodo Melo Corrêa, matrícula nº 175;

II - Renato Batista Rodrigues, matrícula nº 010572;

III - Nerimar Gonçalves Pereira, matrícula nº 291054.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão serão presididos pelo servidor Nerimar Gonçalves Pereira.

Art. 3º Ficam atribuídas à Comissão de Monitoramento e Avaliação, as funções previstas na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no Decreto Municipal nº 3.366, de 2017.

Art. 4º Os trabalhos realizados por esta Comissão são considerados como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie aos seus membros.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 27 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:554673E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.055, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidores para atuarem como gestores da parceria firmada entre o Município de Lagoa Santa e o Instituto Sócio Educacional Fraternidade, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de

2014, e na forma prevista no Decreto nº 3.366, de 07 de junho de 2017, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica do Município; e

Considerando a Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando o Decreto Municipal nº 3.366, de 07 de junho de 2017, que regulamenta a Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Município e as organizações da sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar agentes públicos municipais responsáveis pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização para atuar na gestão do Termo de Fomento celebrado entre o Município de Lagoa Santa e o Instituto Sócio Educacional Fraternidade, para a execução do "CCP - Centro de Capacitação Profissional", com a aplicação do recurso oriundo da Emenda Impositiva nº 08/2026. Processo Administrativo nº 2770-26-LST-EMENDAS.

I - Gestor da Parceria: Abdala Dias Junior, matrícula nº 291166;

II - Suplente: Aline Silva Lima, matrícula nº 290632.

Art. 2º Compete ao gestor de parceria e a seu suplente exercer as atribuições previstas na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e em especial:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - emitir parecer técnico sobre os relatórios de execução do objeto e de prestação de contas apresentados pela organização parceira;

III - informar ao órgão competente quaisquer irregularidades identificadas na execução da parceria;

IV - zelar pelo cumprimento dos objetivos pactuados e pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

V - adotar providências para garantir a transparência da parceria, conforme as normas vigentes.

Art. 3º A atuação dos servidores designados não ensejará remuneração de qualquer espécie e será considerada como de serviço público relevante.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 27 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:978A7791

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.056, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Institui Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 001/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo de suas atribuições conferidas no art. 68, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão de Seleção dos trabalhos relativos ao Chamamento Público nº 001/2026, para seleção de proposta de celebração de parceria voluntária com a Secretaria Municipal de Educação e Organização da Sociedade Civil, envolvendo transferências de recursos financeiros, em regime de mútua cooperação, de modo a garantir a adequada execução do projeto Colônia de Féria instituída pela Lei Municipal nº 5.851 de 25 de junho de 2026, que será composta pelos seguintes membros:

I -- Eduardo Fidelis de Miranda – Matrícula nº 291023;

II - Paulo Henrique Oliveira Costa – Matrícula nº 290617;

III - Emannuelly Ferreira de Paula Melo – Matrícula nº 290961;

IV - Daniele Batista dos Santos – Matrícula nº 009253;

V - Maria Isabel Guimarães Custódio – Matrícula nº 284794.

Parágrafo único. A Comissão de Seleção dos Trabalhos relativos ao Chamamento Público nº 001/2026, será presidido pela servidora Daniele Batista dos Santos, sendo substituído em sua ausência pelo servidor Paulo Henrique Oliveira Costa.

Art. 2º A Comissão ficará encarregada dos trabalhos de análise da documentação apresentada durante as fases do Chamamento Público nº 001/2026, incluindo as propostas, a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, a avaliação de questionamentos e recursos, os critérios de avaliação e pontuação, e toda a documentação técnica, bem como elaborara relatório técnico contendo o julgamento dos Chamamentos Públicos.

Art. 4º A participação na presente Comissão será considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração de qualquer espécie aos servidores membros.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 28 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:5358BA7B

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à empresa **WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA** – CNPJ: **21.856.981/0001-43 –** Ata de Registro de Preços Nº 166/2025. A **intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1697/2026.** Em **31/08/2026.**

DEBORAH VIEIRA
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Deborah Vieira Costa
Código Identificador:4002AD02

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LARANJAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 040/2024, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE LARANJAL – MG E A EMPRESA PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2024 PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2024

A **Prefeitura Municipal de Laranjal,** Estado de Minas Gerais, devidamente representada pelo Sr. Fernando Gonçalves dos Santos, e a empresa PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS representada pelo Sr Edson de Carvalho Cardozo, partes já qualificadas no Processo Licitatório Nº 071/2024, Pregão Presencial N° 025/2024 onde figuram, respectivamente, como **Contratante e Contratada**, aditam, de comum acordo e pela segunda vez, ao aludido contrato, o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
1.1 – O termo aditivo contemplará acréscimo de 4,443020% (quatro virgula quatro quatro três zero dois zero por cento) no valor inicialmente pactuado, passando o contrato a ter o valor mensal para R$7.997,45 (sete mil novecentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos), conforme artigos 124, inciso I, alínea b, da lei 14.133/2021.
1.2 – A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 1 (um) ano a contar de 28 de agosto de 2026.

Permanecem inalteradas as demais clausulas contratuais.

Laranjal MG, 17 de agosto de 2026.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Contratante

PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS
Contratada

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:929675E9

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA N° 006/2026

OBJETO: Constitui objeto da presente compra direta a aquisição de equipamentos para substituição dos sistemas de sirenes escolares tradicionais por sistemas de sinalização sonora musical/humanizada e/ou visual, destinados a atender o Centro Educacional Municipal Norberto Berno, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Laranjal/MG. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação por valor, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com as exigências da Lei Estadual nº 25.261/2025 e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Empresa vencedora:

MACEDO &SANTOS IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA
CNPJ: 22.533.778/0001-07
RUA AUGUSTO PEREIRA, Nº 79, OLARIA, CEP: 39.655-000, LEME DO PRADO/MG
Valor Global R$5.398,00 (cinco mil trezentos e noventa e oito reais)

Condição de pagamento: O pagamento será efetuado em conta corrente do fornecedor, num prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando a entrega.

Data da assinatura da homologação: 21/08/2026.

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:FE603093

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 105/2026

Designa os membros da Comissão Especial Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 009/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 48, inc. VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos itens 3.1 e 3.5 do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 009/2026, da Secretaria Municipal de Saúde,
RESOLVE:

DA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2026, instituído pela Secretaria Municipal de Saúde para a contratação temporária de profissionais das funções de Farmacêutico, Fisioterapeuta, Nutricionista, Psicólogo e Fonoaudiólogo:
I — Presidente: Paôla de Cássia Tavares Oliveira, servidora pública efetiva, Matrícula nº 274, ocupante do cargo de Farmacêutica;
II — Membro: Luciana Mello Pereira dos Santos, servidora pública efetiva, Matrícula nº 3369, ocupante do cargo de Fisioterapeuta;
III — Membro: Fernanda de Fátima Silva Duarte, servidora pública efetiva, Matrícula nº 3420, ocupante do cargo de Fisioterapeuta.
Parágrafo único. Os membros designados neste artigo são servidores públicos municipais, preferencialmente lotados na Secretaria Municipal de Saúde ou com experiência funcional compatível com as atividades desenvolvidas no âmbito da saúde pública, em conformidade com o item 3.1 do Edital de regência.

Art. 2º Compete à Comissão Especial Organizadora:
I — analisar a documentação apresentada pelos candidatos e verificar o atendimento aos requisitos exigidos no Edital;
II — coordenar a aplicação, a fiscalização e a correção da Prova Objetiva, nos termos do item 7 e do Anexo VII do Edital;
III — elaborar e divulgar a relação de inscrições deferidas e indeferidas, o resultado preliminar e a classificação final dos candidatos;
IV — apreciar e julgar, de forma fundamentada, as impugnações ao Edital e os recursos administrativos interpostos, observados os prazos previstos no cronograma oficial do certame;
V — dirimir dúvidas suscitadas pelos candidatos e decidir os casos omissos, observada a legislação vigente e, quando necessário, mediante submissão ao Chefe do Poder Executivo Municipal;
VI — zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado.

DA COMISSÃO EXAMINADORA
Art. 3º Designar os profissionais abaixo relacionados para compor a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2026, responsável pela elaboração e correção da Prova Objetiva, nos termos do item 3.5 do Edital e do Anexo VII de regência:
I — Presidente: Paôla de Cássia Tavares Oliveira, servidora pública efetiva, Matrícula nº 274, ocupante do cargo de Farmacêutica;
II — Membro: Luciana Mello Pereira dos Santos, servidora pública efetiva, Matrícula nº 3369, ocupante do cargo de Fisioterapeuta;
III — Membro: Fernanda de Fátima Silva Duarte, servidora pública efetiva, Matrícula nº 3420, ocupante do cargo de Fisioterapeuta.

§ 1º Os membros da Comissão Examinadora deverão possuir formação técnica compatível com as áreas dos cargos objeto do certame, em conformidade com o item 3.5 do Edital.

§ 2º Sempre que a especificidade da área do conhecimento assim exigir, a Comissão Examinadora poderá ser assessorada por profissionais convidados, com formação específica na área do cargo,

sem direito a voto e sem ônus adicional para o Município, submetendo-se estes às mesmas regras de impedimento e suspeição previstas no art. 5º desta Portaria.

Art. 4º Compete à Comissão Examinadora:
I — elaborar as questões da Prova Objetiva, com estrita observância do conteúdo programático constante do Anexo IV do Edital, vedada a formulação de questão que exija conhecimento estranho ao referido conteúdo;
II — revisar tecnicamente as questões antes da aplicação, assegurando a clareza, a objetividade, a inequívoca existência de uma única alternativa correta e a pertinência ao conteúdo programático;
III — manter sob sigilo absoluto o teor das questões até a data de aplicação da prova, sob pena de responsabilização funcional, civil e criminal;
IV — acondicionar os cadernos de prova em envelopes lacrados, mantendo-os em local seguro sob responsabilidade do Presidente até o momento de sua aplicação, nos termos do item 1.4 do Anexo VII do Edital;
V — corrigir a Prova Objetiva, com estrita observância ao gabarito definitivo divulgado após o julgamento dos recursos;
VI — apreciar tecnicamente, mediante parecer fundamentado, os recursos interpostos contra questões e contra o gabarito preliminar.

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS
Art. 5º É vedada a participação, nas Comissões instituídas por esta Portaria, de membro que tenha cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inscrito no certame.

§ 1º Além da hipótese prevista no *caput*, é impedido de atuar, devendo declarar-se suspeito e abster-se, o membro que, em relação a qualquer candidato:

(i) tenha interesse direto ou indireto na matéria;
(ii) tenha atuado ou venha a atuar como representante, ou cujo cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, se enquadre em tal situação;
(iii) esteja litigando, judicial ou administrativamente, com o candidato ou com o respectivo cônjuge ou companheiro; ou
(iv) tenha amizade íntima ou inimizade notória com o candidato ou com parentes deste até o terceiro grau.

§ 2º Identificada situação de impedimento ou suspeição, o membro deverá declarar-se impedido, sob as penas da lei, comunicando o fato ao Chefe do Poder Executivo para imediata substituição, sob pena de nulidade dos atos praticados e de responsabilização administrativa.

§ 3º Os membros de ambas as Comissões deverão firmar declaração individual de inexistência de impedimento ou suspeição, conforme modelo constante do Anexo Único desta Portaria, a ser arquivada nos autos do procedimento.

Art. 6º Os trabalhos das Comissões serão realizados sem ônus adicional para o Município, sendo as atividades consideradas relevantes serviços públicos.

Art. 7º As Comissões funcionarão durante todo o período de vigência do Processo Seletivo Público Simplificado nº 009/2026, com mandato vinculado ao prazo de validade do certame, podendo ser prorrogado em caso de prorrogação da validade.

Parágrafo único. Concluídos os trabalhos afetos à elaboração, aplicação, correção e julgamento de recursos técnicos relativos à Prova Objetiva, a Comissão Examinadora poderá ser dispensada mediante ato específico do Chefe do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos da Comissão Especial Organizadora.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Laranjal/MG, 31 de agosto de 2026.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 105/2026

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____, Matrícula nº _____ (quando aplicável), ocupante do cargo/função de _____, na qualidade de membro da ( ) Comissão Especial Organizadora ( ) Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal/MG, DECLARO, sob as penas da lei, para fins de cumprimento do disposto nos itens 3.4 e 3.5 do referido Edital e no art. 5º da Portaria nº 105/2026, que:

a) não possuo cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inscrito no presente Processo Seletivo;
b) não tenho interesse, direto ou indireto, no resultado do certame;
c) não me enquadro em qualquer outra hipótese de impedimento ou suspeição prevista nos arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999 e nos arts. 144 e 145 do Código de Processo Civil, aplicáveis subsidiariamente;
d) comprometo-me a manter, até a conclusão dos trabalhos, o sigilo absoluto sobre o teor das questões da Prova Objetiva, bem como sobre quaisquer informações a que tenha acesso em razão da função, sob pena de responsabilização funcional, civil e criminal (aplicável aos membros da Comissão Examinadora);
e) comprometo-me a comunicar imediatamente, por escrito, qualquer fato superveniente que importe em impedimento ou suspeição para o exercício da função.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Laranjal/MG, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:801019FB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h (quinze horas), no Município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, reuniram-se os membros da Comissão constituída pela Portaria nº 172, de 22 de julho de 2026, com a finalidade de proceder à análise e avaliação das inscrições apresentadas em razão do Edital de Chamada Pública nº 001/2026, que dispõe sobre a inscrição e seleção de representantes da sociedade civil organizada para composição do Núcleo Gestor de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PlanMob e elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de Leopoldina.
1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO
I – Membro Titular: Iago Geraldo Xavier – Chefe do Departamento de Trânsito.
Suplente: Bruno Rabelo B. de Souza – Engenheiro Civil.
II – Membro Titular: José do Carmo Fófano Vieira – Secretário de Governo do Município.
Suplente: Carlos Odilon de Moraes – Chefe de Gabinete.
III – Membro Titular: Cláudio Reche Iennaco – Assessor Jurídico.
Suplente: Eduardo Ramos Duarte – Advogado.

2. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Foram apresentadas as indicações de representantes das seguintes categorias previstas no Edital de Chamada Pública nº 001/2026:
2.1. Representante de Associação de Classe – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA
Titular: Tarcísio Moreira Numes.
Suplente: Ricardo Gouvea Martins.

2.2. Representante de Associação de Classe - Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU
Titular: Carolina Resente Ferraz.
Suplente: Laura de Paula Domiciano.
2.3. Representante do Setor Comercial, Industrial ou Empresarial
Titular: Rodrigo Casadio do Bem Moreira.
Suplente: Mateus Valverde Netto.
2.4. Representante da Cooperativa Agropecuária
Titular: Marcio Luiz Rodriguez Lopes.
Suplente: Bruce Junqueira de Morais.
2.5. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Titular: Rodrigo Franzoni Barbosa.
Suplente: Gabriel Cunha Macedo.
2.6. Representante de Entidades e Movimentos Sociais Ambientalistas
Titular: Pedro Barbosa da Cruz.
Suplente: Luiz Fernando Lima de Oliveira.
2.7. Representante das Associações de Moradores
Titular: Emir de Castra Santos.
Suplente: Ricardo Avila de Almeida.
3. DA ABERTURA E DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES
A Comissão registrou que as inscrições para participação no processo de seleção de representantes da sociedade civil organizada, objeto do Edital de Chamada Pública nº 001/2026, foram abertas em 22 de julho de 2026, conforme estabelecido no referido Edital.
As inscrições foram disponibilizadas por meio do Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Leopoldina, mediante formulário eletrônico específico, acessível pelo link https://forms.gle/F5efxomypwfkmuqB6, permanecendo abertas inicialmente até o dia 07 de

agosto de 2026. Durante esse período, os interessados deveriam apresentar a documentação exigida pelo artigo 4º do Edital.
Posteriormente, o prazo inicialmente estabelecido para as inscrições foi prorrogado até o dia 21 de agosto de 2026, conforme ato de prorrogação publicado para essa finalidade, passando a ser esta a data final para o recebimento das inscrições e da documentação exigida.
Dessa forma, a Comissão registra que foram consideradas para análise as inscrições realizadas dentro do período estabelecido pelo Edital e pelo respectivo ato de prorrogação, acompanhadas da documentação exigida, para fins de verificação do atendimento aos requisitos, critérios e condições previstos no instrumento convocatório.
4. DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
Na oportunidade, foram apresentadas e registradas as inscrições dos representantes da sociedade civil organizada, conforme as categorias estabelecidas no Edital de Chamada Pública nº 001/2026.
A Comissão deliberou que a documentação apresentada deverá ser analisada individualmente, observando-se os requisitos, critérios, condições e demais disposições estabelecidas no Edital, bem como a documentação comprobatória apresentada pelos candidatos e pelas respectivas entidades.
A análise deverá verificar, entre outros aspectos pertinentes, o atendimento aos requisitos de habilitação, a regularidade da documentação apresentada e a compatibilidade da indicação com a categoria de representação pretendida.
5. DAS DELIBERAÇÕES
Após a análise preliminar das inscrições, a Comissão deliberou pelo prosseguimento dos trabalhos de conferência e avaliação da documentação apresentada, ficando a habilitação ou eventual inabilitação dos inscritos condicionada à conclusão da análise documental, nos termos do Edital.
Concluída a análise, a Comissão deliberará sobre a habilitação dos inscritos e, posteriormente, sobre a composição final das vagas destinadas à sociedade civil organizada, observando rigorosamente os critérios estabelecidos no Edital de Chamada Pública nº 001/2026 e a legislação aplicável.

Fica consignado que todos os atos e decisões decorrentes da presente análise deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, transparência e vinculação ao instrumento convocatório.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros titulares da Comissão de Avaliação, para que produza os efeitos administrativos cabíveis.

Leopoldina/MG, 26 de agosto de 2026.

IAGO GERALDO XAVIER
Chefe do Departamento de Trânsito
Membro Titular da Comissão

JOSÉ DO CARMO FÓFANO VIEIRA
Secretário de Governo do Município
Membro Titular da Comissão

CLÁUDIO RECHE IENNACO
Assessor Jurídico
Membro Titular da Comissão

Publicado por:
Iago Geraldo Xavier
Código Identificador:1D7C44F8

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DECRETO N.º 5.683, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a instituição da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026 que aprova o Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 4.980 de 05 de agosto de 2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização na rede municipal de Leopoldina.

DECRETA:

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Leopoldina, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, destinada à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à garantia da alfabetização das crianças na idade adequada.

Art. 2º A estrutura de que trata este Decreto será composta pelos seguintes profissionais:
I – Articulador Municipal da Renalfa;
II – Diretores Escolares das unidades de Ensino Fundamental Anos Iniciais;
III – Especialistas em Educação Básica das unidades de Ensino Fundamental Anos Iniciais;
IV – Professores da Educação Básica atuantes na Alfabetização;
V – Outros servidores designados pela Secretaria Municipal de Educação para atuação específica nas ações da política de alfabetização.

Art. 3º Compete à Equipe de Apoio Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação:
I – prestar apoio técnico às unidades escolares;

II – acompanhar o planejamento pedagógico das escolas que possuem turmas de alfabetização;
III – promover ações de formação continuada dos profissionais da educação;
IV – monitorar a execução das ações previstas nos planos de alfabetização do município.

Art. 4º Os profissionais designados para compor a estrutura administrativa e pedagógica exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções inerentes aos respectivos cargos, observada a carga horária já exercida pelos servidores.

Art. 5º A estrutura instituída por este Decreto atuará de forma articulada com a Comissão Municipal da Política de Alfabetização e com as unidades escolares de Anos Iniciais da rede municipal de ensino.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Educação poderá editar atos complementares para regulamentar a execução das atividades previstas neste Decreto.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 31 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

LUCIA LOPES HORTA
Secretária Municipal de Educação

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Municipal

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:C1CE8DD2

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
ERRATA – RESULTADO FINAL – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB

SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina-MG, no uso de suas atribuições, torna pública a presente ERRATA referente à publicação do RESULTADO FINAL DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – PNAB, divulgada anteriormente neste meio de comunicação.

Por equívoco material, a publicação anterior foi disponibilizada sem a respectiva tabela contendo a íntegra da classificação final dos projetos inscritos, documento indispensável à completa divulgação do resultado.

Dessa forma, fica REPUBLICADO, na íntegra, o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, acompanhado da TABELA COMPLETA DE CLASSIFICAÇÃO, contendo todos os projetos classificados, suplentes e desclassificados, com as respectivas informações constantes do resultado oficial.

RESULTADO FINAL

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina-MG torna público o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, destinado à seleção de projetos culturais para recebimento de apoio financeiro com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

O resultado, conforme TABELA DE CLASSIFICAÇÃO ANEXA E PARTE INTEGRANTE DESTA PUBLICAÇÃO, apresenta a classificação final dos projetos inscritos nas categorias Festivais Culturais, Produções Audiovisuais, Oficinas Culturais e Projetos Culturais de Áreas Diversas, com a indicação dos classificados, suplentes e desclassificados.

PRÓXIMA ETAPA – HABILITAÇÃO

Os proponentes aprovados e classificados dentro do número de vagas previstas no Edital de Chamamento Público nº 01/2026 deverão encaminhar a documentação necessária para a Etapa de Habilitação, no período de 31 de agosto de 2026 a 04 de setembro de 2026.

A documentação exigida para habilitação deverá observar o disposto no item 12 do Edital, de acordo com a natureza jurídica do proponente — pessoa física, Microempreendedor Individual – MEI, grupo ou coletivo sem personalidade jurídica ou pessoa jurídica.

A documentação poderá ser apresentada por uma das seguintes formas:

I – por e-mail, em formato PDF, para o endereço inscricoespnableopoldina@gmail.com, com o assunto: "HABILITAÇÃO – EDITAL 01/2026 – [NOME DO PROPONENTE]";

OU

II – presencialmente, na forma impressa e em envelope, na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina-MG, situada na Rua João Lamarca, nº 44, Centro, Leopoldina-MG, no horário de atendimento da Secretaria.

Os projetos classificados como suplentes deverão aguardar eventual convocação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina-MG.

Na hipótese de inabilitação de algum dos contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentação dos documentos de habilitação, obedecida a ordem de classificação dos projetos, nos termos do Edital.

Após a análise da documentação de habilitação, será divulgado o resultado da respectiva etapa.

Integra a presente publicação, para todos os fins, a TABELA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS PROJETOS, em sua íntegra.

Leopoldina-MG, 31 de agosto de 2026.

ALEXANDRE CARLOS MOREIRA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

1. CATEGORIA: FESTIVAIS CULTURAIS
CLASSIFICADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Varliene Marinati de Paula Apolinário	Nosso Samba, nossa Gente! – Tributo a Noca da Portela	Cota Negra	72	Classificado
2º	Bruno Pereira Vicente / Batalha da Praça	Festival de Artes Urbanas - A vez do Morro	Cota Negra	68	Classificado
3º	Paula Chaves Garcia	Leopoldina Rock Fest - 2ª Edição	Cota Negra	66	Classificado
4º	Fabrício Manca / Porteira Elétrica	De Porteira Aberta	Cota PCD	40	Classificado

SUPLENTES:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Marluce Oliveira de	Baguncinha Rural –	Ampla	70	Suplente

	Souza Rezende	Raízes de Leopoldina	Concorrência		
2º	Associação Cultural Sons da Mata	Dia Nacional do Samba – Edição Pirineus	Ampla Concorrência	66	Suplente

2. CATEGORIA: PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS
CLASSIFICADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Morghana Resende de Souza	A Exumação do Poema...	Ampla Concorrência	69	Classificado
2º	Thalita de Cassia Reis Teodoro	Desencontro na BR 116	Cota Negra	68	Classificado
3º	Danilo Alves do Amaral	Talentos Leopoldinenses - 4ª Edição	Cota Negra	66	Classificado
4º	Ricardo de Oliveira Lima / TT Chong	INCERTEZAS...	Cota Negra	59	Classificado

SUPLENTES:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Aline Trevas Vassalli Abreu	Websérie DOS ANJOS - ep. 2	Ampla Concorrência	67	Suplente
2º	Giulia de Souza Castro	Leopoldina em Cena – Patrimônio Vivo	Ampla Concorrência	66	Suplente
3º	David de Almeida Oliveira (MEI)	Luz, Câmera, Leopoldina!	Ampla Concorrência	64	Suplente
4º	Rodrigo Neto Rodrigues	A Música que Transforma	Ampla Concorrência	62	Suplente
5º	João Gabriel Baía Meneguite	Horizontes de Leopoldina	Ampla Concorrência	59	Suplente

DESCLASSIFICADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Motivo
—	Gleydson Faria / Improviso Etílico	O som continua...	Cota Negra	35	Zerou critério D

3. CATEGORIA: OFICINAS CULTURAIS
CLASSIFICADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Sarom de Oliveira Durães	Conselho de Classe: Sala dos Professores	Ampla Concorrência	63	Classificado
2º	José Eduardo Machado Ferreira	Conhecendo e Tecendo o Patrimônio	Ampla Concorrência	54	Classificado
3º	Dalcy Fabiano da Cruz Perreira	Danças Típicas Brasileiras	Ampla Concorrência	39	Classificado

4. CATEGORIA: PROJETOS CULTURAIS DE ÁREAS DIVERSAS
CLASSIFICADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Coletivo ANTIQUE (Mara Coelho)	ANTIQUE EM CONCERTO	Ampla Concorrência	70	Classificado (AC 1)
2º	Academia Leopoldinense (ALLA)	LITERATURA EM MOVIMENTO	Ampla Concorrência	64	Classificado (AC 2)
3º	Igor Bastos Xavier Nunes e Silva	Astrobonde – Capítulo 1	Ampla Concorrência	62	Classificado (AC 3)
4º	Amanda de Oliveira Almeida	Leopoldina: Lendas e Tradições	Cota Negra	58	Classificado (AC 4)
5º	Natalia Montes da Fonseca	"Leopoldina, a Atenas da Zona da Mata"	Ampla Concorrência	57	Classificado (Remanej. Cota 1)
6º	Lucilene Nunes Silva Souza	Introdução à História de Leopoldina	Ampla Concorrência	53	Classificado (Remanej. Cota 2)

SUPLENTE:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Simone Morais Campos	Vozes da Resistência	Ampla Concorrência	49	Suplente (Suplente AC)

DESCLASSIFICADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Motivo
—	Marcia Vaz Barbosa	[Espaço expositivo no Museu]	Ampla Concorrência	43	Zerou critério D
—	Natania Aparecida da Silva Nogueira	Uma pequena história do Carnaval...	Ampla Concorrência	41	Zerou critério D
—	Bruno Estêvão da Silva Egídio	Distrito in Sax	Ampla Concorrência	30	Zerou critérios C e E
—	Leonardo Nogueira Santos	Delírios (Poemas de Leo Nogueira)	Ampla Concorrência	25	Zerou critério C
—	Sebastião Carlos dos Santos	Avante Cultura	Cota Negra	18	Zerou critérios C, D e E

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:002D071A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2026 (unilateral)
PREGÃO N° 119/2025 - Processo Licitatório nº 262/2025
Partes: COMERCIAL P&L LTDA. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
Cláusula primeira – do Objeto: O objeto do presente termo versa sobre o aditamento do valor contratual em R$1.440,00 (mil e quatrocentos e quarenta reais), correspondendo ao item 172 - extrato de tomate, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação (Memorando n° 05/26), em consonância com o Art. 125 da Lei Federal n° 14.133/21.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
172	800	EXTRATO DE TOMATE TRADICIONAL	R$1,80	R$1.440,00

Data de assinatura: 26/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2026 (unilateral)
PREGÃO N° 119/2025 - Processo Licitatório nº 262/2025
Partes: BSR TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
Cláusula primeira – do Objeto: O objeto do presente termo versa sobre o aditamento do valor contratual em R$3.597,50 (três mil e quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), correspondendo ao item 01 - açúcar cristal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação (Memorando n° 05/26), em consonância com o Art. 125 da Lei Federal n° 14.133/21.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	250	AÇÚCAR CRISTAL	R$14,39	R$3.597,50

Data de assinatura: 26/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:A65E22BA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
LEI Nº 4.984 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2027 e dá outras providências."

O Povo do Município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2027, compreendendo:

I – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
II – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

III – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
IV – equilíbrio entre receitas e despesas;
V – critérios e formas de limitação de empenho;
VI – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
VII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
VIII – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
IX – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
X – definição de critérios para início de novos projetos;
XI – definição das despesas consideradas irrelevantes;
XII – incentivo à participação popular;
XIII - as metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal
XIV – as disposições gerais.

Seção I - Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual
Subseção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 2º Em entendimento ao art. 167, VI da Constituição Federal são definidos os seguintes conceitos:

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por programas e ações (atividades, projetos, operações especiais), de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

§ 2º Órgãos são as entidades existentes no Município.

Art. 3º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.
Art. 4º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município e seus fundos.
Art. 5º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:
I – texto da lei;
II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
III – quadros orçamentários consolidados;
IV – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;
Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:
I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as respectivas alterações introduzidas;
IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;
V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 6º A estimativa da receita do projeto de lei orçamentária de 2027considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2026/2027, sendo que a fixação da despesa será elaborada a valores correntes do exercício de 2026, projetados ao exercício a que se refere.
Parágrafo único. Sendo necessário, o projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, caso ocorram acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.
Art. 7º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
Art. 8º O Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até o dia 30 de julho de 2026, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.
Art. 9º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.
Art. 10. A lei orçamentária discriminará, dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.
§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os processos referentes ao pagamento de precatórios serão submetidos à apreciação da Procuradoria do Município.
§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.
Art. 11. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.
Art. 12. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.
Art. 13. Para atender ao art. 4º, "d", da Lei Federal nº 8.069, de 1990, serão destinados no Projeto de Lei Orçamentária de 2027, dotações para despesas nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente.
Subseção II - Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência
Art. 14. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2027, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e como fonte de recursos para reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção II - Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários
Subseção I - Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais
Art. 15. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 1º Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.
Subseção II - Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 16. Se durante o exercício de 2027 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção III - Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 17. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2027, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, poderá contemplar medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária;

Art. 18. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior poderá levar em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 19. Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista de impostos e taxas, desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

Art. 20. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 21. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I- Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;

II - Revogação das isenções tributárias que não mais atendam ao interesse público e à justiça fiscal;

III - Revisão das taxas, adequando-as ao custo dos serviços por elas custeados;

IV - Atualização da Planta Genérica de Valores conforme a realidade do mercado imobiliário;

V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;

VI - Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

Seção IV - Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 22. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2027 serão orientadas no sentido de garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 23. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2027 deverão estar acompanhados de demonstrativos que os discriminem, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2027 a 2029, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 24. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a – a implementação das medidas previstas nos artigos 18 e 19 desta Lei;

b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Art. 25. Desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo poderão proibir:

I - Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;

II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) a reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;

VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII – Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

VIII - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Seção V - Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2027, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.
§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.
§ 5º As emendas individuais impositivas sofrerão corte na mesma proporção que o realizado nos demais gastos orçamentários, nisso considerado o § 18, do art. 166, da Constituição.

Seção VI - Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos
Art. 27. O Poder Executivo poderá realizar estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.
Art. 28. A lei orçamentária de 2027 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa finalístico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.
Parágrafo único. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno, visando a eficiência e eficácia administrativa.
Seção VII - Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas
Art. 29. Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo ainda as entidades pretendentes submeter-se ao que segue:
I – prestar de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, esporte, agropecuária e de proteção aos animais e ao meio ambiente;
II – sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
III – tenham sido declaradas como de utilidade pública;
IV – Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;
V – Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos;
VI – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.
Parágrafo único. O repasse às entidades do terceiro setor será precedido pela lei específica de que trata o artigo 26, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e por expressa manifestação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.
Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento econômico.
Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 32. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.
Art. 33. As transferências de recursos às entidades previstas no artigo 30 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio ou outro instrumento congênere, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências da Lei nº 14.133/21, Lei nº 13.019/14, ou de outra Lei que vier substituí-las ou alterá-las.
§ 1º Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.
§ 2º É vedada a celebração de convênio ou outro instrumento congênere com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.
§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.
Art. 34. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.
Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde e do Fundo Nacional de Assistência Social.
Art. 35. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.
Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.
Seção VIII - Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação
Art. 36. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.
Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio ou outro instrumento congênere, de acordo com a Lei nº 14.133/21ou regulamento específico.
Seção IX – Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso
Art. 37. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2027, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 1º Para atender ao caput deste artigo, o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2027, os seguintes demonstrativos:
I – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
II – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de2027;
§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.
Seção X – Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos
Art. 38. A lei orçamentária de 2027 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:
I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2026-2029 e com as normas desta Lei;
II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.
Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de

encaminhamento da proposta orçamentária de 2027, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do mesmo exercício.

Seção XI - Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 39. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XII - Do Incentivo à Participação Popular

Art. 40. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2027, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a abertura de participações e a utilização dos meios eletrônicos disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 41. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2027 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIII - Das metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal

Art. 42. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública, viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal e manter a mesma em níveis sustentáveis, conforme legislação aplicável à espécie.

§ 1º Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, e atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 43. Na lei orçamentária para o exercício de 2027, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Seção XIV - Das Disposições Gerais

Art. 44. Na aprovação das emendas individuais impositivas ao orçamento, a Câmara de Vereadores atenderá ao que segue:

I - Compatibilidade com os planos municipais;

II - O total não ultrapassará 2% da receita corrente líquida do exercício de 2025;

III - Ao menos metade das emendas estará vinculada ao financiamento das ações e serviços de saúde;

IV - Na apreciação da lei orçamentária, a Câmara Municipal demonstrará, em anexo próprio, as emendas individuais impositivas e a respectiva fonte de custeio;

V - A Prefeitura, em hipótese alguma, cancelará Restos a Pagar alusivos às emendas individuais impositivas.

Art. 45. Até o último dia útil de abril de 2027, o Executivo apresentará, de forma motivada, as emendas impositivas sem viabilidade técnica, devendo a Mesa da Câmara, até o último dia útil de junho de 2027, substituí-las por outras, de valor igual ou inferior àquelas tidas inviáveis.

Art. 46. Além da reserva prevista no artigo 14, o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), sob o limite de 5% da receita corrente líquida prevista para 2027, a dotação específica para reserva de contingência conterá recurso suficiente, através do qual os vereadores apresentarão as emendas impositivas de que trata o art. 101 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 47. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 2º, desta Lei, conforme os conceitos:

I - remanejamentos ocorrem sempre no âmbito da organização, decorrente de extinção de um órgão e a institucionalização de outro para a sua substituição.

II - transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

III - transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Parágrafo único. Os instrumentos mencionados serão utilizados quando em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Art. 48. O Poder Executivo Municipal poderá por meio de decreto, promover a inclusão de elemento de despesa na Lei Orçamentária Anual de 2027, sempre na mesma categoria de programação.

Art. 49. O Poder Executivo Municipal poderá por meio de decreto, promover a inclusão e ou alteração de Fontes e Destinações de Recursos na Lei Orçamentária Anual de 2027, sempre na mesma dotação orçamentária.

Art. 50. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

§ 3º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30(trinta) dias, a contar da data do pedido feito à Prefeitura.

Art. 51. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 53. Se o projeto de lei orçamentária de 2027 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2027, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso I a V deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2027, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2027, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º Em caso de Emenda supressiva ou redutiva que altere a dotação utilizada no caput deste artigo, o Poder Executivo utilizar-se-á de decreto para recomposição dos valores, utilizando-se dos limites de créditos adicionais suplementares.

Art. 54. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Riscos Fiscais;

II – Anexo de Metas Anuais;

III – Anexo com Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV – Anexo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

V – Anexo da Evolução do Patrimônio Líquido.

Parágrafo único. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta, as

metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2027 correspondem às ações a serem definidas para esse exercício e que constarão do Plano Plurianual – PPA para o período de 2026-2029, cujo Projeto de Lei será enviado ao Poder Legislativo dentro do prazo legal.
Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 27 de agosto de 2026
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:EB24435E

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 195, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERAÇÃO QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, em pleno exercício do cargo e no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o requerimento realizado no sistema FlowDocs sob o nº 3663 / 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, o servidor Sr. RICARDO AVILA DE ALMEIDA, do cargo de Fiscal I lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, em razão de sua aposentadoria.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da presente data, produzindo seus efeitos a partir do dia 31/08/2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

AILTON SOARES DUTRA
Secretário Municipal de Fazenda

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:76EB8BFF

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 198, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SMAS Nº 005/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Edital de Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS nº 006/2026, visando à contratação temporária de profissional para desempenhar as funções de Técnico de Nível Superior - Assistente Social e Psicólogo, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o que faz com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, na Lei Municipal nº 2.620/1994 e na Lei Complementar nº 15 e nº 16/2010, publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios Mineiros, cujos aprovados são os listados no Anexo I, parte integrante da presente Portaria.

Art. 2° Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 26 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal De Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Municipal

ANEXO I

Edital de Processo Seletivo Simplificado SMAS n° 005/2026

RESULTADOFINAL

Técnico de Nível Superior – Assistente Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
ROBERTA COELHO SANT'ANNA	15,5
CARLOS HENRIQUE FERNANDES DOS SANTOS	15,0
PATRÍCIA GARCIA SOUZA	15,0
LAYS LADEIRA DA SILVA	15,0
DAYANE LARA DE MENDONÇA SIMÕES	14,0
MARIELLY MARTINS COSTA	13,0
ROGÉRIO SANTOS DA ROCHA	11,0
GLACY SILVA LEITE	9,5

Técnico de Nível Superior – Psicólogo

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
MATHEUS ANTONIETO MORAES	16,0
LARISSA RIBEIRO DE CARVALHO	16,0
ARLINDA DANIELE FIOROTTI PEIXOTO	15,5
JÉSSICA APARECIDA DE ALMEIDA VIANA	11,5

Leopoldina, MG, 26 de agosto de 2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal De Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Municipal

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:EF20EB02

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

O **MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG**, através da Secretaria Municipal de Saúde**,** torna público aos interessados, que promoverá licitação no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE LEITES, DERIVADOS ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), MEDIANTE INDICAÇÃO MÉDICA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,** de acordo com as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site **www.licitanet.com.br no dia 14 de setembro de 2026 a partir das 08:00 (oito) horas.**

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, **www.licitanet.com.br** e também poderão ser obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Rua Pernambuco, n° 780, bairro Centro, na cidade de Limeira do Oeste/MG, nos dias úteis, no horário das 07h:00 às 11h:30min e das 13h:00 às 16h:30min,

Limeira do Oeste - MG, 31 de agosto de 2026.

JAQUELINE MOREIRA ARRUDA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Miliane Freitas Nogueira
Código Identificador:839E1AEC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ITEM PAL 013-2026

EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ITEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS – EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ITEM. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 013/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026. OBJETO: CANCELAMENTO DOS ITENS: **(SACO PARA LIXO, CAPACIDADE 100 L, MEDINDO 0,75 X 1,05 M CADA. PACOTE COM 05 UM E SACO PARA LIXO, CAPACIDADE 50 LITROS, MEDINDO 63X80CM. PACOTE COM 10UN)**. FICA RESCINDIDO A PARTIR DESTA DATA, OS ITENS DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2026, FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 13/03/2026 NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA REFERIDA ATA REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATADO(S): PUCMED EIRELI, CNPJ Nº 22.424.549/0001-46. DATA DE ASSINATURA: 31/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sônia Aparecida Oliveira Ferreira
Código Identificador:00FADF61

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 70/2023

EXTRATO DE TERMO ADITiVO

PREFEITURA DE MINAS NOVAS. EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 070/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2025. CONTRATO Nº 061/2023. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE. FORNECEDOR: PUCMED LTDA. CNPJ Nº 22.424.549/0001-46. TERMO ADITIVO ASSINADO: 28/08/2026. VIGÊNCIA: 31/08/2026 A 31/08/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:9468A8B4

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 03/2026. PROCESSO **ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 078/2026**. **INEXIGIBILIDADE Nº: 024/2026, CREDENCIAMENTO Nº: 03/2026**. **CREDENCIADO:CLINICA MEDICA VIDA E MOVIMENTO LTDA, CNPJ:08.844.070/0001-38.** OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA OU LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS EM AMOSTRAS VETERINÁRIAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINAS NOVAS - MG**. DATA: 31/08/2026 VIGÊNCIA: 31/08/2026 Á 31/08/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:9DFE0F5C

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 15/2026. PROCESSO **ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 096/2026**. **INEXIGIBILIDADE Nº: 034/2026, CREDENCIAMENTO Nº: 05/2026**. **CREDENCIADO:VILMA ALVES BARROSO, CNPJ: 28.443.610/0001-89.** OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL**. DATA: 31/08/2026. VIGÊNCIA: 31/08/2026 À 31/08/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:BA011026

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público a celebração do Contrato nº 051/2026, firmado entre o Município de Moema e Paulo Itamar Gontijo. Objeto: locação de um bem imóvel com área construída de 250 m², localizado na Rua Caetés, nº 437, Centro, no Município de Moema/MG, CEP nº 35.604-000, para instalação e

funcionamento do Almoxarifado Central da Prefeitura, com a finalidade de receber, armazenar, organizar, controlar e distribuir materiais e bens de consumo para as Secretarias e Unidades Municipais, conforme solicitação da Secretaria de Administração do Município. Valor total de R$26.148,00 (vinte e seis mil, cento e quarenta e oito reais). Validade 12 (doze) meses. Data de assinatura 31/08/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG 31/08/2026.

***JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:3AA5750A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº062/2026

DECRETO Nº062/2026

"INSTITUI A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS"

O Prefeito do Município de Moema/MG, usando de suas atribuições legais e, considerando o que dispõe o Art. 3º, item I a IV, da Lei Municipal n.º 1916/2026 de 08 de junho de 2026;

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído a composição do Conselho Municipal de Saúde – CMS.

Art. 2º – O Conselho Municipal de Saúde – CMS terá a seguinte composição:

I – Representantes Governamentais:
Titulares:
Leandra Cristina Pereira Chaves CPF: 126.614.836-16
Stael Aparecida Bolina CPF:103.283.166-95
Cleize Da Costa Caldeira Silva CPF: 013.355.166-03

Suplentes:
Lorena Dias Santana CPF: 055.463.650-02
Laniere Soares da Silva CPF: 864.283.146-49
Elcione Keren Silva Oliveira CPF: 043.675.846-66

II – Dos Prestadores de Serviços:
Titulares:
Miriam Sandra Gontijo de Oliveira CPF: 904.595.636-53

Suplentes:
Tamiris Rafaela da Silva CPF: 112.711.546-41

II – Dos Usuários:
Titulares:
Emanuel Rodrigues Dias Santos CPF: 131.737.256-54
Rosenilda dos Reis de Sousa Rodrigues CPF: 039.794.966-94
Adriane Ferreira do Amaral CPF: 085.557.956-05
Claudenice Geralda da Silva CPF: 002.273.566-67

Suplentes:
Gabriel Alaf Silva Cardoso CPF: 138.539.266-57
Jênifer Ribeiro da Silva CPF: 153.709.706-70
Rafaela Gontijo Silva CPF: 126.016.526-40
Andreza Mesquita Assunção CPF: 099.342.486-46

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema/MG, Aos 08 de junho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:3E285DB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 069/2026

DECRETO N.º 069/2026

"EXONERA A SR.ª SABRINA DE OLIVEIRA CUNHA DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE ALMOXARIFADO"

O Prefeito do Município de Moema/MG, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 89, Inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Moema,

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada a Sr.ª SABRINA DE OLIVEIRA CUNHA do cargo de Chefe do Setor de Almoxarifado, da Prefeitura Municipal de Moema/MG.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema,Aos 19 de junho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:FBA15DCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 070/2026

DECRETO N.º 070/2026

"EXONERA SERVIDORES A PEDIDO"

O Prefeito do Município de Moema/MG, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 89, Inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Moema,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam exonerados, a pedido, em virtude de aposentadoria por idade, os Srs. MAURÍCIO ANTÔNIO DE PAULA e JOSÉ ANTÔNIO MARTINS, dos cargos de PEDREIRO e GARI, respectivamente, da Prefeitura Municipal de Moema/MG.

Art. 2º – Fica exonerada, também a pedido, a Sr.ª WALESKA TELLYS DE OLIVEIRA LIMA, de seu segundo cargo de PROFESSOR, da Prefeitura Municipal de Moema/MG.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema,Aos 19 de junho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:CA3CC1C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 082/2026

DECRETO N.º 082/2026

"ALTERA O DECRETO Nº 06/2026 E ACRESCENTA CRITÉRIO À CLASSIFICAÇÃO E AOS VALORES DE IMÓVEIS URBANOS POR M², PARA FINS DE CÁLCULO DO ITBI EM ÁREAS DE EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS."

O Prefeito do Município de Moema/MG, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 89, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Moema,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado à Tabela de Classificação e Valores de Imóveis Urbanos por metro quadrado (m²), prevista no Decreto nº 06/2026, o critério de avaliação aplicável às áreas de expansão de loteamentos, para fins de apuração da base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

Parágrafo único. As áreas de expansão de loteamentos terão como referência para avaliação o percentual correspondente a **30% (trinta por cento)** do valor do metro quadrado atribuído ao loteamento urbano mais próximo, considerando-se as características e a localização da respectiva área de expansão.

Art. 2º Permanecem inalterados e ratificados os demais critérios, classificações e valores de imóveis urbanos por metro quadrado (m²) estabelecidos no Decreto nº 06/2026.

Art. 3º Fica expressamente revogado o Decreto nº 050/2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Moema/MG, 29 de julho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:DAB3EBF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1918/2026

LEI N.º 1918/2026

Institui o Dia Municipal do Leite no Município de Moema/MG e dá outras providências.

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º- Fica instituído, no Município de Moema/MG, o Dia Municipal do Leite, a ser comemorado anualmente em 27 de junho.
Art. 2º- A data passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.
Art. 3º- O Dia Municipal do Leite terá por objetivos:
I – reconhecer a importância econômica, social, cultural e alimentar do leite e dos produtos lácteos;
II – valorizar os produtores rurais de leite, suas famílias, trabalhadores do campo, cooperativas, laticínios, transportadores, comerciantes e demais integrantes da cadeia produtiva;
III – incentivar ações educativas sobre a qualidade do leite, a segurança alimentar, a nutrição e o consumo responsável de lácteos;
IV – promover a divulgação da relevância da pecuária leiteira para o desenvolvimento de Moema, de Minas Gerais e do Brasil.
Art. 4º- Na semana em que recair o Dia Municipal do Leite, o Poder Público poderá, em parceria com instituições públicas e privadas, escolas, entidades rurais, cooperativas, laticínios e organizações da sociedade civil, promover palestras, campanhas, eventos, homenagens, feiras, concursos, ações educativas e atividades de valorização do produtor rural de leite.
Art. 5º- As eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, observadas a disponibilidade financeira e orçamentária do Município e a conveniência administrativa.
Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 25 de junho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:DC38272C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1919/2026

LEI N.º 1919/2026

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, às normas estabelecidas pela "Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964" e suas alterações pela "Lei Complementar n 101, de 04 de maio de 2000", as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2027, compreendendo:

As metas e prioridades da administração pública municipal;
Orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do município;
Equilíbrio entre receitas e despesas;
Critérios e formas de limitação de empenho;
Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
Autorização para o município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
Parâmetros para elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
Definição de critérios para início de novos projetos;
Definição das despesas consideradas irrelevantes;
Incentivo à participação popular;
Disposição relativas ao regime de execução das emendas parlamentares;
As disposições gerais.
Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em consonância com o disposto no art. 165, §2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2027 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2026-2029, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2027 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - O projeto de lei orçamentária anual para 2027 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º - O projeto de lei orçamentária de 2027 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas no caput deste artigo.

Seção II

Das orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual

Subseção I

Das diretrizes gerais

Art. 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2026-2029.

Art. 4º - Orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da "Lei 4.320/64", e conterá a destinação de recursos, classificados e regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

§ 1º - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras fontes de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no caput deste artigo.

§ 2º - Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas.

Art. 5º - O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

Texto da lei;
Documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da lei nº 4.320/64;
Quadros orçamentários consolidados;
Anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta lei;
Demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da lei complementar nº 101/2000;
Anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta lei;

Parágrafo Único – Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

Demonstrativo da receita corrente liquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da lei complementar nº 101/2000;
Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva lei nº 14.113/2020;
Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento disposto na lei complementar nº 141 de 13/01/2012;
Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na lei complementar nº 101/2000;

Art. 7º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2027, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2026, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único – O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta lei.

Art. 8º - O poder executivo colocará à disposição do poder legislativo, no mínimo 15 (quinze) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente liquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo Único – A entidade da administração indireta e o poder legislativo, encaminharão ao setor de planejamento e contabilidade do poder executivo, até 15(quinze) dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respetivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º - O poder legislativo e a entidade da administração indireta encaminharão ao setor de planejamento e contabilidade do poder executivo, até 20 de setembro de 2026, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

§ - 1º - As propostas orçamentárias das entidades mencionadas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas observando todos os requisitos desta lei, inclusive memórias de cálculo das receitas, transferências e despesas previstas, devendo todos os anexos conter assinaturas do responsável legal e do contador;

§ - 2º. Caso as propostas orçamentárias das entidades mencionadas no caput deste artigo não sejam encaminhadas até a data estabelecida, serão considerados, para elaboração e consolidação do orçamento municipal, os mesmos valores previstos para o orçamento do exercício corrente.

Art. 10 – Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa.

Parágrafo Único. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente nos sistemas de execução orçamentária e contábil, observadas as normas vigentes.

Art. 11 – A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município;

§ 2º - Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 12 – As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária obedecerão ao disposto no § 3º, do art. 166, da Constituição da Republica de 1988.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13 – A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

§ 1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária os recursos necessários para pagamentos da dívida; pública municipal.

§ 2º - O município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-à às normas estabelecidas na resolução nº 40/2001 do senado federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX da Constituição da República.

Art. 14 – Na lei orçamentária para o exercício de 2027, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15 – A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na lei complementar nº 101/2000 e na resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16 – A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da lei complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na resolução nº 43/2001 do senado federal.

Subseção III

Da Definição de montante e forma de utilização da Reserva de Contingência

Art. 17 – A lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2027, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

§ 1º - A reserva de contingência poderá ser utilizada, ainda, para resguardar os recursos previstos para celebração de convênios com entidades sem fins lucrativos, cujos projetos de aplicação ainda estejam em fase de análise pelo poder executivo e que ainda não tenham sido aprovados pelo poder legislativo em leis específicas;

§ 2º - Os valores mencionados no parágrafo anterior não serão computados no montante de 1% (um por cento) previsto no caput, devendo ser adicionados ao montante previsto para passivos contingentes;

§ 3º - Os valores previstos para repasse às entidades, conforme mencionado no parágrafo primeiro, se constituem em meras estimativas e não se confundem com a autorização para repasse às entidades, motivo pelo qual o poder executivo não está obrigado a relacionar as entidades beneficiárias, ou o valor destinado a cada uma.

§ 4º - Os valores previstos para repasse às entidades que por qualquer motivo não se realizarem, poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais ao orçamento.

Seção III

Da política de pessoal e dos serviços extraordinários

Subseção I

Das disposições sobre política de pessoal e encargos sociais

Art. 18 – Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da constituição da república, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15,16,17 da lei complementar nº 101/2000"

§ 1º - Além de observar às normas do caput deste artigo, no exercício financeiro de 2027 as despesas com pessoal do Poderes Executivo e Legislativo deverão atender às disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da "Lei Complementar nº. 101/2000".

§ 2º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da "lei Complementar n 101/2000", serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art, 169 da Constituição da República.

§ 3º - Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

Art. 19 – Fica autorizada a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição da República.

Subseção II

Da previsão para contratação excepcional de horas extras

Art. 20 – Se durante o exercício de 2027 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da lei complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, desde que constem justificativas plausíveis, sob pena de indeferimento ou nulidade.

Parágrafo Único – A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do poder executivo é de exclusiva competência do prefeito municipal e no âmbito do poder legislativo é de exclusiva competência do presidente da câmara.

Seção IV

Das disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do município

Art. 21 – A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2027, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.
Concessão de descontos, isenções, remissões e anistias destinadas a estimular o pagamento de tributos.

Art. 22 – A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

Atualização da planta genérica de valores do município;

Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, formas de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
Revisão da legislação referente ao ISSQN;
Revisão da legislação aplicável ao ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis;
Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse públicos e a justiça fiscal;
Instituição, por lei específica, da contribuição de melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
A instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
Instituição progressiva da obrigatoriedade da emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.
Elevação de taxas de modo a adequá-las aos custos dos serviços correspondentes.

Art. 23 – O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da lei complementar nº 101/2000.

Art. 24 – Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na câmara municipal.

§ 1º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2027;

§ 2º - No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Seção V

Do equilíbrio entre receitas e despesas

Art. 25 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2027 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta lei.

Art. 26 – Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2027 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2026-2029, demonstrando a memória de cálculo respectiva. na forma da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único – Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da lei complementar nº 101/2000.

Art. 27 – As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

Para elevação das receitas:
A implementação das medidas previstas nos arts. 21 e 22 desta lei;
Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
Chamamento geral dos contribuintes inscritos na dívida ativa;
Protesto de títulos;
Cobrança de Contribuição de Melhorias;
Revisão da planta de valores;

Para redução das despesas:
Utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores;
Normatização de rotinas e procedimentos de compra;
Investimento em tecnologia e informatização;
Redução e ou eliminação de despesas menos importantes no momento;
Promoção de esforço para redução de custos, otimização de gastos e adoção de planejamento consciente para toda aquisição que se pretenda fazer.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 28 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da lei complementar nº 101/2000, o poder executivo e o poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2027, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º - Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – Despesas com benefícios previdenciários;
II – Despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
III – Despesas com PASEP;
IV – Despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
V – As demais despesas que constituem obrigação constitucional e legal.

§ 2º - O poder executivo comunicará ao poder legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo;

§ 3º - Os poderes executivo e legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Em caso de limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotadas medidas que visam produzir o menor impacto possível em ações de caráter social, especialmente nas relacionadas a educação, saúde e assistência social.

§ 5º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 29 – O poder executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 30 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - A lei orçamentária de 2027 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante;

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno;

§ 3º - O poder executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenação de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 31 – Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos e consórcios, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante parceria, convênio, ajuste ou instrumento congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, sem prejuízo, no que couber, do que dispõe o artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000 e suas alterações.

§1º – As parcerias voluntárias, alinhadas com o Plano Plurianual do Município de Moema, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil deverão observar as condições e exigências das Leis Federais nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e das disposições da legislação municipal.

§2º - A concessão de subvenções com recursos públicos aos setores público e privado, objetivando cobrir necessidades de pessoas físicas e déficits de pessoas jurídicas, sem prejuízo do que dispõe o art. 26 da LC 101, de 2000, será precedida de análise do plano de aplicação de metas de interesse social, e a concessão priorizará os setores da sociedade civil que não tenham atendimento direto a servidores municipais.

Art. 32 – As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos com fulcro na Lei 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Art. 33 – As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 31 a 32 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação do plano de trabalho pelo respectivo Conselho Municipal ou, na sua inexistência, pelo Secretário Municipal competente, observadas as previsões constantes da lei orçamentária anual ou de legislação específica, bem como da celebração da respectiva parceria, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e suas regulamentações.

§ 1º - Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo município;

§ 2º - É vedada a celebração de parcerias com entidade em situação irregular com o município, em decorrência de transferência feita anteriormente;

§ 3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem diretamente do governo federal por meio do PDDE – Programa dinheiro direto na escola.

Art. 34 – É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da lei complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo Único – As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do sistema único de saúde.

Art. 35 – A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da prefeitura municipal para as entidades da administração indireta e para a câmara municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único – O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante previa autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da autorização para o município auxiliar no custeio de despesas de competência de outros entes da federação

Art. 36 – É permitido a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo Único – A realização das despesas previstas neste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 184 da lei nº 14.133/2021.

Seção X
Dos parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso

Art. 37 – O poder executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2027, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da lei complementar nº 101/2000.

§ 1º - Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o poder legislativo encaminharão ao setor de planejamento e contabilidade do município, até 15 dias após a publicação da lei orçamentária de 2027, os seguintes demonstrativos:

As metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da lei complementar nº 101/2000;
A programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da lei complementar nº 101/2000;
O cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da lei complementar nº 101/2000.
§ 2º - O poder executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2027;

§ 3º - A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de que trata o caput deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

Seção XI

Da definição de critérios para início de novos projetos

Art. 38 – Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta lei, a lei orçamentária de 2027 e seus

créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da lei complementar nº 101/200, somente incluirão projetos novos se:

Estiverem compatíveis com o plano plurianual de 2026-2029 e com as normas desta lei;
As dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público.
Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operação de credito.

Parágrafo Único – Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2027, cujo cronograma de execução ultrapasse o termino do exercício de 2026.

Seção XII

Da definição das despesas consideradas irrelevantes

Art. 39 – Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da lei complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da lei nº 14.133/2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do incentivo à participação popular

Art. 40 – O projeto de lei orçamentária do município, relativo ao exercício financeiro de 2027, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Seção XIV

Das disposições gerais

Art. 41 – O poder executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcial, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidade, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º desta lei.

§ 1º - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do credito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º - As transposições, remanejamentos ou transferências poderão ocorrer também entre dotações orçamentárias constantes do mesmo projeto, atividade ou operação especial e, em casos específicos e devidamente justificados, dentro do mesmo programa constante do plano plurianual, por meio de decreto do poder executivo.

Art. 42 **–** O Poder Executivo poderá durante a execução orçamentária de 2027, abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 20,00% (vinte por cento) da despesa total fixada nesta lei, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei 4.320/64, mediante a utilização de recursos provenientes de:
– Anulação parcial ou total de dotações;
– Superávit financeiro apurado em Balanço Anual;
– Excesso de arrecadação apurado conforme o vínculo;
– Operação de crédito.

Art. 43 – A abertura de créditos suplementares e especiais dependerão de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da lei nº 4.320/1964 e da constituição da república.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais e suplementares exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 44 – A abertura e reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da constituição da república, será efetivada mediante decreto do prefeito municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da lei nº 4.320/1964.

Art. 45 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no Projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão competente, da parte cuja alteração é proposta.

Art. 46 – Se o projeto de lei orçamentária de 2027 não for sancionado pelo prefeito até 31 de dezembro de 2026, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

Pessoal e encargos sociais;
Benefícios previdenciários;
Amortização, juros e encargos da dívida;
PIS-PASEP;
Demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do município;
Outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º - As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2027, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei;

§ 2º - Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2027 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da lei complementar nº 101/2000.

Art. 47 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integrará a presente lei os seguintes anexos:
– Anexo de Metas Fiscais;
– Anexo de Riscos Fiscais;
– Anexo de Metas e Prioridades.

Parágrafo único – Os referidos anexos poderão sofrer alterações em virtude da necessidade de revisão e compatibilização, quando do envio dos Projetos de Leis: PPA – Plano Plurianual de Ações 2026-2029 e LOA – Lei Orçamentária Anual – 2027.

Art. 48 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 13 de julho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:5FA06E54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1920/2026

LEI N.º 1920/2026

"AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE A RECEBER DOAÇÕES DESTINADAS À ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO CENTRO-OESTE DE MINAS – ACOM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica autorizado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE a receber, por meio das contas de água e esgoto, doações voluntárias destinadas à ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER DO CENTRO-OESTE DE MINAS – ACOM, inscrita no CNPJ nº 00.580.644/0001-04, com sede na Rua Topázio, nº 500, Bairro Niterói, Divinópolis/MG, CEP 35500-215, as quais serão integralmente repassadas à entidade, sem qualquer ônus ou remuneração ao SAAE.
§ 1º A cobrança das doações será realizada mediante autorização expressa e por escrito do usuário do SAAE, contendo o valor a ser doado, que será incluído mensalmente na fatura de água e esgoto em campo específico.
§ 2º As doações poderão ser interrompidas a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito do usuário do SAAE, sem necessidade de justificativa.
§ 3º Os valores arrecadados deverão ser repassados integralmente à ACOM, vedada qualquer retenção pelo SAAE, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
Art. 2º A ACOM deverá prestar contas dos recursos recebidos sempre que solicitado pelos órgãos de controle competentes, observada a legislação aplicável.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 13 de julho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:10C367BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1921/2026

LEI N.º 1921/2026

"Reestrutura o Conselho Municipal de Educação – CME do Município de Moema, revoga a Lei Municipal nº 1.188, de 23 de outubro de 2009, e dá outras providências."

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei reestrutura o Conselho Municipal de Educação – CME do Município de Moema, órgão integrante do Sistema Municipal de Educação, definindo sua natureza, finalidade, competências, composição e funcionamento, instituído pela Lei nº 1.188, de 23 de outubro de 2009.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação é órgão colegiado permanente, de caráter consultivo, normativo, deliberativo, fiscalizador, mobilizador, propositivo e de controle social, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo de sua autonomia funcional.

Parágrafo único. O Conselho tem por finalidade contribuir para a formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas educacionais do Município, assegurando a gestão democrática do ensino e a participação da sociedade.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I – obedecer aos princípios da Administração Pública e às normas da gestão pública;
II – responder a consultas sobre questões que lhe forem submetidas pelas unidades educacionais, pela Secretaria Municipal de Educação, pela Câmara Municipal, pelo Ministério Público, por sindicatos, por outras entidades públicas ou representativas de segmentos sociais, bem como por qualquer cidadão ou grupo de cidadãos;
III – elaborar seu Regimento Interno, bem como promover sua reformulação, quando necessária;
IV – emitir pareceres sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado;
V – participar da elaboração, da execução, do monitoramento e da avaliação do Plano Decenal de Educação;
VI – zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino;
VII – indicar representante do Conselho Municipal de Educação para os órgãos colegiados do Município na área educacional;
VIII – atuar como parceiro da Secretaria Municipal de Educação no diagnóstico das questões educacionais do Município;
IX – propor programas e projetos que ofereçam oportunidades de ensino asseguradas a todos, com equidade;
X – zelar pela universalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em conformidade com os §§ 2º e 4º do art. 211 da Constituição Federal;
XI – emitir parecer sobre o Plano Municipal de Educação, a ser aprovado nos termos da Lei Orgânica do Município, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução;
XII – analisar os relatórios de atividades do órgão municipal de educação, especialmente os relativos ao ICMS Educacional, ao VAAR e às matrículas;
XIII – emitir parecer sobre propostas destinadas ao aperfeiçoamento da educação no Município;
XIV – colaborar com o dirigente do órgão municipal de educação no diagnóstico e na solução de problemas relativos à educação no âmbito do Município;
XV – acompanhar e opinar sobre o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município, assegurando a valorização e o reconhecimento desses profissionais;
XVI – subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação, bem como manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza educacional e pedagógica propostos pelo Poder Executivo Municipal e que abranjam a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação Especial;
XVII – manifestar-se sobre assuntos de natureza educacional que lhe forem submetidos pelo Prefeito Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação, por organismos e entidades que integrem o Sistema Municipal de Ensino;
XVIII – participar do Conselho do FUNDEB e de outros conselhos para os quais for designado;
XIX – expedir pareceres e resoluções;
XX – exercer outras atribuições previstas em lei ou que lhe forem conferidas;
XXI – assessorar o Secretário Municipal de Educação no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas destinadas ao aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino, especialmente no que diz respeito à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação Especial;
XXII – promover estudos da comunidade, tendo em vista os problemas educacionais;
XXIII – sugerir critérios para a utilização do transporte escolar gratuito pelos estudantes;
XXIV – baixar normas, observando o disposto no art. 24, inciso VI, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, relativas à frequência dos alunos;
XXV – manter intercâmbio com o Sistema Estadual de Ensino, com o Conselho Nacional de Educação e com os demais Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, visando à consecução de seus objetivos;

XXVI – articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais para assegurar a coordenação, a divulgação e a execução dos planos e programas educacionais.
Parágrafo único. As atas das reuniões e as resoluções aprovadas no âmbito da competência do Conselho deverão ser encaminhadas para publicação no Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação será composto por 9 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes dos seguintes segmentos:

I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, sendo:
a) um professor da Educação Infantil;
b) um professor do Ensino Fundamental;

II – 2 (dois) representantes dos pais ou responsáveis por alunos matriculados e frequentes na rede municipal;
III – 1 (um) representante da APAE;
IV – 01 (um) representante indicado pelos diretores das escolas do Município, que esteja no exercício da Direção;
V – 1 (um) representante do Conselho Tutelar;
VI – 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
VII – 01 (um) representante dos servidores públicos da Rede Estadual de ensino;

§ 1º Cada membro titular terá um suplente indicado pelo mesmo segmento representado.
§ 2º Os membros serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal após indicação formal das respectivas entidades ou segmentos.
§ 3º Na vacância do cargo, será nomeado novo representante para completar o restante do mandato.
§ 4º As decisões do CME serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO IV
DO MANDATO

Art. 5º O mandato dos conselheiros será de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução consecutiva.

§ 1º Após dois mandatos consecutivos, o conselheiro somente poderá retornar ao Conselho após decorrido um mandato completo.
§ 2º Perderá automaticamente o mandato o representante que deixar de pertencer ao segmento que representa.
§ 3º O suplente substituirá o titular em seus impedimentos temporários e assumirá definitivamente a vaga em caso de vacância.

CAPÍTULO V
DA MESA DIRETORA

Art. 6º O Conselho elegerá dentre seus membros a Mesa Diretora, composta por:

I – Presidente;
II – Vice-Presidente;

III – Secretário.

§ 1º A eleição ocorrerá por maioria simples dos membros presentes.
§ 2º Será observada, sempre que possível, a alternância entre representantes do Poder Público e da sociedade civil na Presidência.
§ 3º O mandato da Mesa Diretora será de quatro anos, permitida uma recondução.

Art. 7º Compete ao Presidente:

I – representar o Conselho;
II – convocar e presidir as reuniões;
III – cumprir e fazer cumprir esta Lei e o Regimento Interno;
IV – encaminhar para publicação os atos do Conselho;
V – exercer outras atribuições previstas no Regimento Interno.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos do Presidente, responderá o Vice-Presidente.
CAPÍTULO VI
DAS REUNIÕES

Art. 8º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente ou por um terço dos membros.
§ 2º A convocação deverá ocorrer com antecedência mínima de quarenta e oito horas.
§ 3º O quórum de instalação será de maioria simples.
§ 4º As deliberações ocorrerão por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição diversa do Regimento Interno.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 10. Os servidores públicos municipais que integrarem o Conselho terão direito à liberação do expediente para participação nas reuniões e demais atividades oficialmente convocadas, sem prejuízo da remuneração.

Art. 11. O funcionamento do Conselho será disciplinado por Regimento Interno aprovado por seus membros.

Art. 12. Permanecem válidos os atos praticados pelo atual Conselho Municipal de Educação até a posse dos novos membros.

Parágrafo único. A instalação do novo Conselho deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 13. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.188, de 23 de outubro de 2009.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Moema, Aos 13 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 13 de julho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:B4AF6452

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (CMDDH)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Executivo do **CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – CMDDH,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, convoca os membros do Conselho a comparecerem à reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos - CMDDH, que se realizará no **dia 03 de setembro de 2026, às 13:00 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, na Prefeitura Municipal de Muriaé, situada na Avenida Maestro Sansão, n. 236, 2° andar, Centro – Muriaé - MG**, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- Eleição Mesa Diretora – Biênio 2026-2028;

Muriaé – MG, 31 de agosto de 2025.

CAIO RIBEIRO OLIVEIRA
Secretário Executivo do Conselho Municipal de Defesa Dos Direitos Humanos

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:63517698

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos para a realização de atos necessários para a contratação temporária para o exercício de funções junto à Rede Municipal de Ensino.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no concurso público 01/2024, homologado pelo Decreto 12.789 de 26 de Junho de 2024, e demais interessados, para realização de escolha de vaga conforme a classificação com a apresentação dos documentos necessários para ocupação da respectiva função temporária , Perícia Médica Oficial, e assinatura do respectivo contrato temporário, observadas as seguintes condições:

1. DA CLASSIFICAÇÃO:

I – Ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observada a ordem de classificação daquele cargo, desde que comprovada a habilitação profissional específica (na forma do Edital n.º 001/2024).

II – Não ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observando-se a seguinte prioridade:

a) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

b) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Estadual em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

c) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

d) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal e/ou Estadual em funcionamento em outros Municípios, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

III – Persistindo o empate, terá preferência o candidato de maior idade, observado o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), quando aplicável.

2. DOS DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS NO ATO CONVOCAÇÃO

2.1. Os candidatos deverão comparecer **no horário, data e local estipulados na relação constante do Anexo I deste Edital**, para realizar **a escolha de vagas e a apresentação da seguinte documentação:**

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino);

e) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EMITIDA PELO SITE: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidao-de-quitacao-eleitoral

f) Certidão de Contagem de Tempo, emitida em modelo próprio e com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2024, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola Pública Municipal e/ou Estadual;

g) CTPS e Declaração emitida pela Instituição de Ensino com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2025, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé.;

2.2. Os candidatos que tiverem a documentação aprovada pela Comissão de Avaliação realizarão, em ato contínuo, a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente, **conforme relação de vagas disponíveis constantes do Anexo I deste Edital e observada a ordem de classificação.**

2.3. O candidato que se considerar preterido poderá interpor recurso de imediato, devendo a resposta ser apresentada em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.4. Após a escolha das vagas, o candidato deverá comparecer no Departamento Pessoal, na Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé/MG com as cópias dos seguintes documentos:

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp;

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino);

e) Cópia do Titulo de Eleitor **E** a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicoseleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

f) Certidão de Nascimento ou Casamento; (caso houver alteração no nome devido ao casamento ou divórcio, o mesmo deverá estar atualizado junto a Receita Federal- CPF E CI;

g) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP, emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;

h) Comprovante de residência atualizado;

i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

j) Declaração do Posto de Saúde de estar em dia com a vacinação para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

k) Declaração de matrícula em escola para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

l) 01 (uma) fotos 3x4; XV - Para fins de IRRF- deverá apresentar documento de identidade e CPF dos filhos menores de 21 anos;

m) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s

n) Resultado da Perícia Médica Oficial assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente;

3. DA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

3.1. Após a realização da convocação o candidato ficará sujeito à realização da Perícia Médica Oficial, cujo **local, data e horário serão divulgados no momento da convocação**. O candidato deverá comparecer a Perícia munido dos exames constantes do item 3 deste Edital, realizados em até **60 (sessenta)** dias antes da data da perícia, assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente.

3.2. Somente serão autorizados a ingressarem no local de realização da Perícia Médica Oficial a equipe responsável pelos atos decorrentes da convocação e o candidato designado para aquele horário, sendo **vedada a entrada de terceiros e de candidatos designados para outros horários.**

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

4.1. Para a realização da **Perícia Médica Oficial**, de caráter eliminatório, todos os candidatos deverão apresentar o BIM – Boletim de Inspeção Médica e o resultado dos exames quais sejam:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII – TGO
VIII - TGP
IX - Laringoscopia indireta ou videonasolaringoscopia (somente para a função de Professor).

4.2. O prazo para a realização da Perícia Médica Oficial é terminativo, não fazendo jus à contratação o candidato que não apresentar seu resultado dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. Os candidatos cuja documentação for aprovada pela Comissão de Avaliação, após a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente e ser declarado apto na Perícia Médica Oficial, deverão comparecer a Secretaria Municipal de Educação para receber o encaminhamento e proceder à assinatura do respectivo contrato temporário.

4.4. **Implicará em perda do direito à contratação**:

a) A não apresentação dos documentos necessários à contratação;

b) A constatação de inveracidade das informações prestadas para fins de classificação;

c) A constatação de falsidade da documentação apresentada para fins de classificação e/ou contratação;

d) A declaração de inaptidão na Perícia Médica Oficial;

e) O não preenchimento dos requisitos para ocupação da respectiva função temporária; e/ou

f) O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis após a Perícia Médica Oficial.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https:// www.digiescola.muriae.mg.gov.br/contratacao2026*, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

5.2. O marco classificatório utilizado para as convocações temporárias corresponderá à última classificação alcançada pelas nomeações efetivadas para o respectivo cargo;

5.3. Os candidatos nomeados que não tomaram posse ou foram eliminados não serão considerados remanescentes aptos ao critério prioritário fundado na aprovação no concurso.

5.4. Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé-MG, 31 de Agosto de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

PROFESSOR ANOS FINAIS INGLÊS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 01/09/2026 Horário: 14h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 04/09/2026 a
EM Sérgio Lúcio F. Amaral (Faz. Novo Horizonte)	08	Matutino 4ª e 5ª	Aguardando perícia
EM Profª Elza Rogério (Gaspar)	10	Matutino 3ª e 6ª	Aguardando perícia

PROFESSOR ANOS FINAIS -ARTE
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 01/09/2026 Horário: 14h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 04/09/2026 a
EM Profª Esmeralda Vianna (Inconfidência)	05	Matutino 5ª	18/12/2026

PROFESSOR ANOS FINAIS -MATEMÁTICA
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 01/09/2026 Horário: 14h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 04/09/2026 a
EM Gilberto José Tanus Braz (João XXIII)	18	3ª Matutino 2ª a 5ª	06/11/2026
EM Gilberto José Tanus Braz (João XXIII)	18	2ª e 4ª Matutino E vespertino	08/10/2026

SUPERVISOR PEDAGÓGICO
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 01/09/2026 Horário: 15h

ESCOLA	TURNO	PERÍODO 04/09/2026 a
EM Clória Ticon Carneiro (Santana)	Vespertino	18/12/2026

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 01/09/2026 Horário: 15h

ESCOLA	TURMA	TURNO	PERÍODO 04/09/2026 a

EM Valdivino dos Santos Mendes (Gaspar)	1º período	Matutino	31/10/2026
EM Onéa Lopes Gouvêa (Vermelho)	AEE	Disponibilidade	18/12/2026
EM Dr. Antonio Canêdo (Centro)	2º ano	Vespertino	Aguardando perícia
EM Maria Hastenreiter Dornelas (Dornelas)	AEE	Vespertino	Aguardando perícia
EM Clara de Castro Rogério (Gaspar)	5º ano	Matutino	03/10/2026

AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 01/09/2026 Horário: 16h

ESCOLA	FUNÇÃO	TURNO	PERÍODO 04/09/2026 a
EM Maria do Carmo Cerqueira Castro (Joanópolis)	Berçário	Vespertino	Aguardando perícia
EM Maria do Carmo Cerqueira Castro (Joanópolis)	Limpeza	Vespertino	31/10/2026
EM Joaquim Ribeiro de Carvalho (Encoberta)	Cozinha	Intermediário	31/102026
EM Profª Zélia Barros Carneiro (Napoleão)	Limpeza e Berçário	Matutino	Aguardando perícia
EM Jesus Francisco Araújo (Vermelho)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM Alzira Chaves Lacerda (Bom Pastor)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM Profª Stella Fidélis (Aeroporto)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM Valdivino dos Santos Mendes (Gaspar)	CRECHE	Matutino	31/10/2026
EM Profª Edmem Macêdo G. Alvarenga (Dornelas II)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM Profª Zuleima César Araújo (São Pedro)	CRECHE	Matutino	31/10/2026
EM Ricardo Oliveira Moraes Azevedo (Safira)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM José Miguel Muahad (Barra)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM Maria do Carmo Cerqueira Castro (Joanópolis)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
	CRECHE	Matutino	31/10/2026
	CRECHE	Matutino	31/10/2026
EM Profª Esmeralda Vianna (Inconfidência)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:026A53B6

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6549/2026)

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo Administrativo nº 6549/2026

O Município de Muriaé, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública a Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com o Centro Muriaeense de Apoio a Cidadania – CEMAC, tendo por objeto o repasse financeiro oriundo das emendas parlamentares individuais impositivas nº 21/2025, 08/2025, 106/2025 e 216/2025, visando à aquisição de equipamentos hospitalares. A inexigibilidade fundamenta-se no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 9º, inciso I, do Decreto Municipal nº 12.783/2024, considerando que os recursos destinados à parceria são provenientes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais, com indicação expressa do beneficiário.

Nos termos do art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação da presente justificativa, contado da publicação deste ato no site oficial do Município de Muriaé (muriae.atende.net), devendo a impugnação ser encaminhada para o e-mail: **convenios@muriae.mg.gov.br**.

Muriaé, 28 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:B462AA82

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7044/2026)

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026

Processo Administrativo nº 7044/2026

PARTÍCIPES: Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a **AMA – Associação Muriaé dos Autistas**, inscrita no CNPJ sob o nº **23.409.942/0001-23**.

OBJETO: Formalização de parceria para o repasse financeiro, oriundo de emendas parlamentares individuais impositivas, destinado à execução do projeto **"Projetos Socioassistenciais AMA – Fortalecimento da Inclusão Social, da Autonomia e dos Vínculos Familiares de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)"**, conforme Plano de Trabalho aprovado e integrante do instrumento.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 12.783/2024 e nº 14.113/2026. A parceria foi formalizada por Inexigibilidade de Chamamento Público nº 012/2026, com recursos provenientes das Emendas Parlamentares Impositivas nº 109/2025, 164/2025, 180/2025 e 193/2025.

VALOR: R$ **60.000,00** (sessenta mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

DATA DE ASSINATURA: 28 de agosto de 2026.

Muriaé/MG, 31 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:BB79F476

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 015/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8668/2025)

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 015/2026

Processo Administrativo nº 8668/2025

PARTÍCIPES: Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a **OBRAS SOCIAIS PRÓ-MORADIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.117.713/0001-23.

OBJETO: Formalização de parceria para repasse financeiro, oriundo de Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 167/2025, destinado ao custeio de ações desenvolvidas pela entidade para apoio à execução de projeto habitacional de interesse social, conforme Plano de Trabalho aprovado e integrante do instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 12.783/2024 e nº 14.113/2026.

VALOR: R$ **60.000,00** (sessenta mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 28 de agosto de 2026.

Muriaé/MG, 31 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:B2A477E2

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
NOTIFICAÇÃO 030/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

NOTIFICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

NOTIFICAÇÃO 030/2026

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE MURIAÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.581/0001-76, com sede à Av. Maestro Sansão, nº 236, "Centro Administrativo Tancredo Neves", bairro Centro, Muriaé (MG), CEP: 36.880-002, neste ato representado por sua Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

NOTIFICADA: CONSTRUTORA MANSUR E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.643.995/0001-62, situada na Rua Martins Correia de Almeida, nº 25, Distrito do Vermelho, Muriaé-MG, na pessoa de sua representante legal, Sr. RODRIGO GOMES MANSUR, ou outro(a) que venha a lhe substituir.

Motivado pelos apontamentos contidos no Relatório de Vistoria Técnica exarado pelos técnicos do Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil, pela melhor forma admitida em Direito, através do presente instrumento, o NOTIFICANTE, por seu representante legal, que a essa subscreve, vem NOTIFICAR formalmente Vossa Senhoria, a promover as correções da sarjeta e pavimentação, na obra de recuperação de infraestrutura destruída pelas chuvas, na rua Manoel Medina, bairro São Joaquim, a fim de sanar completamente as irregularidades observadas: trincas na sarjeta, ondulações na pavimentação. Esses defeitos já foram objeto da Notificação 017/2026 e Notificação 025/2026.

Diante da inércia da notificada em sanar as irregularidades, exigimos que as providências necessárias sejam tomadas do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de publicação desta NOTIFICAÇÃO.

Esta NOTIFICAÇÃO está vinculada às responsabilidades firmadas no Contrato Administrativo 31003/2024, Concorrência Pública 024/2024, Processo Licitatório 310/2023.

Muriaé, 31 de agosto de 2026.

ANTONIO PEDRO DE CARVALHO NOGUEIRA
CREA MG 214239/D
Engenheiro Civil

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:B9648B75

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 101, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

"Institui e designa Comissão Permanente de Seleção para condução dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria Municipal de Saúde."

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE, Secretária Municipal de Saúde, no uso das suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, a organização, a transparência, a impessoalidade e a eficiência na realização dos Processos Seletivos Simplificados destinados à contratação temporária de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de comissão responsável pela análise, condução e acompanhamento das etapas dos Processos Seletivos Simplificados realizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos relativos à elaboração, execução, avaliação e divulgação dos resultados dos Processos Seletivos Simplificados.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Seleção da Secretaria Municipal de Saúde, destinada a planejar, organizar, acompanhar e executar os Processos Seletivos Simplificados promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Seleção será composta pelos seguintes servidores:

I – Suzanne Silva Ferreira Cerqueira;

II – Marcelo Lima Magalhães;

III – Juliana Simão do Carmo.

§ 1º. A Comissão será presidida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo, a quem competirá coordenar os trabalhos e representar a Comissão perante a Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º. Na ausência ou impedimento do Presidente, os trabalhos serão conduzidos pelo membro indicado no inciso II.

§ 3º. A Comissão poderá solicitar, sempre que necessário, o apoio técnico de servidores da Secretaria Municipal de Saúde ou de outros órgãos da Administração Pública, bem como de profissionais com conhecimento técnico específico relacionado ao objeto do processo seletivo.

Art. 3º. Compete à Comissão Permanente de Seleção:

I – participar da elaboração das minutas dos editais dos Processos Seletivos Simplificados;

II – propor critérios objetivos de seleção, classificação e desempate, observada a legislação aplicável;

III – acompanhar e executar as etapas previstas nos respectivos editais;

IV – analisar a documentação apresentada pelos candidatos;

V – realizar a conferência e avaliação dos documentos, títulos, experiência profissional e demais critérios de seleção previstos no edital;

VI – elaborar listas de classificação e resultados preliminares e definitivos;

VII – elaborar atas, relatórios, termos e demais documentos necessários à formalização dos atos praticados;

VII – zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e transparência durante todas as etapas do processo seletivo;

IX – praticar os demais atos necessários ao regular desenvolvimento dos Processos Seletivos Simplificados, observadas as competências atribuídas pela legislação e pelos respectivos editais.

Art. 4º. A presente Comissão terá caráter permanente, permanecendo seus membros designados até ulterior deliberação da autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de substituição, inclusão ou exclusão de membros mediante ato administrativo próprio.

Art. 5.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 31 de agosto de 2026.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:C99BFB52

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 30, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

Divulga o Gabarito Preliminar do exame de seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de Pós-graduação em Engenharia Civil da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital n.º 02, de 28 de julho de 2026;

CONSIDERANDO a regularidade dos procedimentos adotados na realização do Processo Seletivo – Edital n.º 02, de 28 de julho de 2026;

RESOLVE

Art. 1º - Divulgar o gabarito preliminar do Processo Seletivo Público realizado nos termos do Edital n.º 02, de 28 de julho de 2026, destinado ao preenchimento de vagas para estagiários de Pós-graduação na área de Engenharia Civil, conforme tabela abaixo apresentada.

ENGENHARIA CIVIL			
QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
1	B	11	B
2	C	12	B
3	A	13	B
4	C	14	C
5	B	15	B
6	B	16	B
7	C	17	A
8	C	18	A
9	A	19	B
10	B	20	A

Art. 2º - O prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar será de 02 (dois) dias úteis contados da publicação desta portaria e deve ser protocolado na sede da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo de 13h00min às 17h00min.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 31 de agosto de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:F079D366

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 55, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

"Altera a lotação de servidor público municipal."

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA, Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no Art. 225, da Lei nº 3.824/2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica alterada a lotação do servidor público municipal, conforme a seguir:

NOME	MASP	CARGO	LOTAÇÃO ANTERIOR	LOTAÇÃO ATUAL
VALBER LEANDRO DA SILVA	002.187.002	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 31 de agosto de 2026.

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:E0F7E263

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 77, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a remoção administrativa de Servidor Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, o artigo 216 da Lei Municipal n° 3.824/20019, de 01 de Dezembro de 2009, que dispõe quanto à remoção e a permuta de servidor público municipal.

CONSIDERANDO, que o Município reveste-se de poderes para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do serviço público,o bem-estar dos cidadãos e prover as ações administrativas.

CONSIDERANDO, que, os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei,quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativa.

RESOLVE

Art.1º - Em razão da remoção ex ofício, da servidora ocupante do cargo público efetivo de Professor Anos Finais - Matemática, nos termos do artigo 216, inciso II da Lei Municipal n° 3.824/2009 - Estatuto do Servidor Público do Município de Muriaé, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o cumprimento de sua jornada de trabalho regular altera a lotação, a saber:

EM CÂNDIDO PORTINARI, EM CLÉRIA TICON CARNEIRO, EM GILBERTO JOSÉ TANUS BRAZ, EM ONÉA LOPES GOUVEA E EM PROFª ESMERALDA VIANNA.

EDILAINE BREVES DOS SANTOS - MASP: 86152

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/08/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Muriaé, 31 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária de Educação Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:EF448573

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 78, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a remoção administrativa de Servidor Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, o artigo 216 da Lei Municipal n° 3.824/20019, de 01 de Dezembro de 2009, que dispõe quanto à remoção e a permuta de servidor público municipal.

CONSIDERANDO, que o Município reveste-se de poderes para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do serviço público,o bem-estar dos cidadãos e prover as ações administrativas.

CONSIDERANDO, que, os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei,quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativa.

RESOLVE

Art.1º - Em razão da remoção ex ofício, da servidora ocupante do cargo público efetivo de Auxiliar de Serviço Escolar, nos termos do artigo 216, inciso II da Lei Municipal n° 3.824/2009 - Estatuto do Servidor Público do Município de Muriaé, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o cumprimento de sua jornada de trabalho regular altera a lotação, a saber:

EM PROFª ESMERALDA VIANNA
ROSEANE DE OLIVEIRA SOUZA - MASP 53664

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/09/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Muriaé, 31 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária de Educação Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:CD8B0E4A

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA SRP Nº 029/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE AVISOS, EDITAIS, CONVOCAÇÕES, EXTRATOS E SIMILARES DA FUNDARTE EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MOTIVO DO ADITIVO: REEQUILÍBRIO FINANCEIRO, COM AMPARO NA LEI FEDERAL Nº 14.1333/21 CONTRATADA: CENTERMIDIA PUBLICAÇÕES LTDA - SERVIÇO: PUBLICAÇÃO JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS: DE R$ 64,90 PASSA A SER R$ 67,78 -

SANDRO AREAL CARRIZO -
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:484C8866

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026** - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA O CALÇAMENTO EM PISO INTERTRAVADO SEXTAVADO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO NA RUA GETÚLIO VARGAS - DISTRITO DE SÃO FERNANDO, MURIAÉ MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS. - **VENCEDOR: MENDES CONSTRUÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 28.585.882/0001-13, SITUADA NA RUA SÃO DIMAS, Nº 285, DORNELAS, MURIAÉ-MG, CEP: 36.884-216 – VALOR: R$ 428.720,11.**

MURIAÉ/MG, 11/08/2026

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:26EE4036

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2026** - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) DO BAIRRO JOSÉ CIRILO, NA RUA ALTINO RODRIGUES PEREIRA, 300, JOSÉ CIRILO, MURIAÉ-MG, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS. - **VENCEDOR: LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, INSCRITO NO CNPJ Nº 24.094.174/0001-29, COM SEDE A RUA ARTHUR FERREIRA, Nº 65, DORNELAS, MURIAÉ - MG – VALOR: R$ 1.690.187,79.**

MURIAÉ/MG, 27/08/2026

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:AF6AA597

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NAQUE

PREFEITURA DE NAQUE
AVISO DE LICITAÇÃO : PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

O Município de Naque/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de Uniformes Escolares para atender aos alunos da Rede Municipal de Ensino, das Escolas E.M. Pequeno Príncipe e E.M. Pedro Fernandes Mafra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação de Naque/MG.
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.
Valor Global Estimado: R$ 384.949,96 (trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos).
Recebimento das propostas: a partir de 01/09/2026, às 00h01min.
Encerramento do recebimento das propostas: 15/09/2026, às 08h50min.
Abertura e análise das propostas: 15/09/2026, às 09h00min.
Referência de horário: Brasília/DF.
A sessão pública será realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal SCPI – Portal de Compras, disponível em: https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio oficial do Município: https://naque-pm-scpi.sigmix.net/compraseditalInformações e esclarecimentos: licitacao@naque.mg.gov.br | (33) 99134-0853.

Naque/MG, 31 de agosto de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Delano Sergio Soares de Oliveira
Código Identificador:36FF89F8

PREFEITURA DE NAQUE
EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 069/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAQUE-MG – EXTRATO **PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 069/2023**, PROCESSO N° 070/2023, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 — O MUNICÍPIO DE NAQUE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dorcelino, nº 18, Centro, Naque/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.208/0001-49, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal ROBSON DE SENA MOREIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e o INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.598.350/0001-15, com sede na Rua Mário José de Souza, nº 11, Bairro Parque São João, Almenara/MG, neste ato representada por ROSALIA VILELA DE ALMEIDA CAMPOS, portadora do CPF nº 035.536.226-01, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo, reajustar o preço do objeto pactuado por meio de simples apostilamento ao Contrato nº 069/2023, celebrado em 01 de setembro de 2023, originário do Credenciamento nº 001/2023. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto o reajuste do valor contratual em decorrência da recomposição inflacionária do período, nos termos do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, aplicável por força do regime de transição previsto no art. 191 da Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado até novembro de 2025, apurado em **4,586% (quatro vírgula quinhentos e oitenta e seis por cento)**, em observância ao art. 1º, § 4º, da Lei Municipal nº 522, de 08 de maio de 2023, a qual expressamente prevê reajuste anual pelo índice oficial de inflação. Em razão da aplicação do referido índice, o valor mensal unitário do item constante da planilha original, correspondente ao curso de graduação a seguir identificado, passa a vigorar com o seguinte valor reajustado.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CURSO	VALOR MENSAL ANTERIOR	VALOR MENSAL REAJUSTADO	Nº DE VAGAS
03	Curso de Graduação EAD Semipresencial em Serviço Social	R$ 363,57	**R$ 380,25**	20

Data da assinatura 18 de agosto de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson de Sena Moreira
Código Identificador:75E5CFBF

PREFEITURA DE NAQUE
EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 074/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAQUE-MG – EXTRATO **SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 074/2021**, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2021 • INEXIGIBILIDADE Nº 004/2021 • CREDENCIAMENTO Nº 004/2021 — O MUNICÍPIO DE NAQUE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dorcelino, nº 18, Centro, Naque/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.208/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ROBSON DE SENA MOREIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e o INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.598.350/0001-15, com sede na Rua Mário José de Souza, nº 11, Bairro Parque São João, Almenara/MG, neste ato representada por ROSALIA VILELA DE ALMEIDA CAMPOS, portadora do CPF nº 035.536.226-01, doravante denominada CONTRATADA, resolvem reajustar os preços do objeto pactuado por meio de simples apostilamento ao Contrato nº 074/2021, celebrado em 05 de outubro de 2021, originário do Processo Licitatório nº 083/2021, da Inexigibilidade nº 004/2021 e do Credenciamento nº 004/2021. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto o reajuste dos valores contratuais em decorrência da recomposição inflacionária do período, nos termos do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, aplicável ao contrato originário, tomando-se por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, apurado em 4,586% (quatro vírgula quinhentos e oitenta e seis por cento), em observância ao art. 1º, § 4º, da Lei Municipal nº 522, de 08 de maio de 2023, que prevê o reajuste anual pelo índice oficial de inflação. Em razão da aplicação do referido índice, os valores mensais unitários passam a vigorar conforme a tabela abaixo:

ITEM	CURSO	VALOR ANTERIOR	VALOR REAJUSTADO
01	Curso de Graduação EAD em Administração	R$ 231,21	R$ 241,81
02	Curso de Graduação EAD em Pedagogia	R$ 290,38	R$ 303,70

Data da assinatura 18 de agosto de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson de Sena Moreira
Código Identificador:5CCF5681

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0159/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0159/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - H.A DISTRIBUIDORA LTDA, 01.255.291/0001-21
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
PREGÃO PRESENCIAL - 0023/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000091/26
VIGÊNCIA:27/08/2026 À 26/08/2027
VALOR: 163.484,90

NATERCIA - MG - DATA 27/08/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:5C795970

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0160/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0160/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - UTILIDOL UTILIDADES DO LAR LTDA, 07.684.544/0001-69
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
PREGÃO PRESENCIAL - 0023/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000091/26
VIGÊNCIA:31/08/2026 À 30/08/2027
VALOR: 44.997,00
NATERCIA - MG - DATA 31/08/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:FB8AA846

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0161/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0161/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - DB PRODUCOES LTDA, 14.670.927/0001-43
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
PREGÃO PRESENCIAL - 0023/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000091/26
VIGÊNCIA:27/08/2026 À 26/08/2027
VALOR: 190.708,00

NATERCIA - MG - DATA 28/08/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:F708B36A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Aviso de Dispensa Eletrônica. Processo Licitatório nº 097/2026. Dispensa Eletrônica nº 018/2026. Objeto: Contratação de serviços veterinários compreendendo a realização de consultas clínicas em cães e gatos e a realização de eutanásia humanitária em cães acometidos por cinomose, mediante indicação técnica de médico-veterinário, incluindo a destinação final adequada dos corpos, destinados ao atendimento de animais em situação de rua e de animais pertencentes a tutores de baixa renda do Município de Nepomuceno/MG. Data Inicial para envio de proposta: **01/09/2026 08:00 horas.** Modo de Disputa: **Aberto**. Data de Início de Disputa: **04/09/2026 09:00 horas**. Tipo: Menor Preço por item. Edital e informações nos sites: www.nepomuceno.mg.gov.br e Sistema de Pregão Eletrônico do Compras BR – www.comprasbr.com.br, na Sala do Departamento de Compras da Prefeitura de Nepomuceno, estabelecida Praça Padre José, 180, centro. E-mail: licitacao@nepomuceno.mg.gov.br. Telefone: (35) 3861-5908.

Nepomuceno, 31/08/2026.

BENEDITO FRANCISCO DE PAULA FILISBINO.
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:CECCD076

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Contrato nº 133/2026. Processo Licitatório nº 015/2026. Inexigibilidade nº 005/2026. Objeto: prestação de serviços jurídicos de assessoria e consultoria em gestão tributária municipal, visando o patrocínio de ação judicial tendente a recuperar os valores pagos a menor pela União Federal a este Município: a) Recuperação de Receitas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM); b) Recuperação de créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); c) Recuperação de crédito de ISSQN de instituições financeiras; d) Recuperação de contribuições sobre o Risco Ambiental do Trabalho (RAT); e) Incremento de Repasse de ICMS/IPI (VAF); f) Recuperação de crédito previdenciário sobre parcelas de natureza indenizatória; g) Recuperação Administrativa e Judicial de Créditos de Energia Elétrica (RE-ENERGIA). Vigência: 01 (Um) ano. Valor Global Estimado: R$ 3.541.721,32 (três milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e o **MONTALVÃO & SOUZA LIMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, CNPJ sob o nº 49.306.842/0001-65.

Nepomuceno, 03/08/2026.

ELIAS NATAL LIMA DE MENEZES.
Prefeito.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:1B8E3ECD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO DE REPASSE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. CONTRATO DE REPASSE Nº 017/2026. PARTES: MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO / SECRETARIA MUNICIPAL DE

DESENVOLVIMENTO SOCIAL e GRUPO DAS SAMARITANAS DE NEPOMUCENO. Objeto: concessão de subvenção/contribuição social para o custeio de folha de pagamento dos funcionários que atuam no acolhimento institucional das idosas na Instituição de Longa Permanência do Grupo das Samaritanas, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor global: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Vigência: 27/08/2026 a 31/01/2027. Data: 27/08/2026.

FLÁVIA CÍNTIA DE OLIVEIRA CASTRO.
Secretária de Desenvolvimento Social

Grupo das Samaritanas de Nepomuceno.
EDERSON RODOLFO RODRIGUES,
Presidente.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:62BDC98D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO.TERCEITO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2024. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, CNPJ nº 21.241.542/0001-26. CONTRATADA: Publicenter Informática Comércio e Locação LTDA, CNPJ nº 04.235.413/0001-06. OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato nº 018/2024, referente à serviço de locação de aplicativos (software), incluindo implantação (conversão ou migração de dados), capacitação de usuários, alterações legais, correções, atualizações e suporte técnico in loco e remoto, aos sistemas informatizados e integrados entre si, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG. PRAZO: Prorrogado até o dia 11/03/2027. FUNDAMENTO LEGAL: Este aditamento fundamenta-se nos arts. 105 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21, firmado em decorrência da Processo Licitatório n° 018/2024, Modalidade dispensa n.º 018/2024, ratificado em 15 de abril de 2024 e ainda na justificativa, que é parte integrante complementar do presente, como se transcrito na íntegra estivesse. DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2026. ASSINAM:
David Albert Silva – Presidente da Câmara Municipal.
Publicenter Informática Comércio e Locação LTDA – Contratada.

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:CBD3A9B6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE REVOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG.
LICITAÇÃO N.º 077/2026 - Pregão Presencial N.º 037/2026
AVISO DE REVOGAÇÃO.
O Município de Nova Ponte, torna público a REVOGAÇÃO da referida licitação, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, destinadas à reabilitação oral de pacientes atendidos pelo setor de odontologia do Município de Nova Ponte/MG.

Prefeitura Municipal de Nova Ponte – MG, 31 de agosto de 2026.

SHIRLEY CÂMARA LEÃO.
Pregoeira.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:E5EFA68F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026 – PRC Nº 082/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026 – PRC Nº 082/2026**, QUE TEM COMO OBJETO **LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZA NA AV. CÔNEGO LUIZ VIEIRA, 1757 – INCONFIDENTES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO NÚCLEO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES CRE-SER POR UM PERÍODO DE 12 MESES.** Fica ratificado o processo com valor de **R$ 45.600,00** (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais). Data da ratificação: **18/08/2026**.

Responsável:
HIDERALDO BELINI SOARES DE MELLO,
Secretário Municipal de Saude.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:47B30EC8

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 093/2026, FIRMADO COM A EMPRESA IMOBILIÁRIA JORGE MANSUR LTDA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 093/2026,** FIRMADO COM A EMPRESA **IMOBILIÁRIA JORGE MANSUR LTDA**, ORIUNDO DA **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026 – PRC Nº 082/2026**, QUE TEM COMO OBJETO **LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZA NA AV. CÔNEGO LUIZ VIEIRA, 1757 – INCONFIDENTES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO NÚCLEO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES CRE-SER POR UM PERÍODO DE 12 MESES**. Valor da contratação **R$ 45.600,00** (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais). Vigência: **12 meses** de sua assinatura. Data de assinatura: **28/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:3C5D9345

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG. Prorrogação de vigência contratual. Contrato nº 107/2025. Termo de prorrogação de prazo de vigência. Contratada: ZAAZ Provedor de Internet e Telecomunicações S.A. CNPJ nº 26.453.505/0001-03, em razão da alteração de titularidade da empresa WISP Iconecta Serviços de Rede Ltda CNPJ nº 08.734.110/0001-99. Objeto: prestação de serviços de acesso à internet para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Ouro Fino. Prorrogação de prazo contratual, com alteração de titularidade da empresa originalmente contratada. Assinatura: 25/08/2026 – Vigência: 01/09/2026 a 31/12/2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:221E2F0A

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNCIO Nº 063/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026 - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG - Processo Licitatório nº 165/2026 - Modalidade Pregão Eletrôncio nº 063/2026 – Registro de Preços nº 048/2026 - Extrato de Ata de Registro de Preços – Objeto. Contratação de empresa especializada para execução de medidas preventivas de PSCIP (Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico) nos prédios públicos. Ata de Registro de Preços nº 170/2026 – Signatário: Total Instalações Contra Incêndio ltda - Valor Estimado R$ 368.000,00 –Data: 25/08/2026 - Validade (12) meses após assinatura da Ata -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:D5551AB4

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026 - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG - Processo Licitatório nº 169/2026 - Modalidade Pregão Eletrônico nº 066/2026 – Registro de Preços nº 051/2026 - Extrato de Ata de Registro de Preços – Objeto. Aquisição de mobiliário e equipamentos destinados às unidades do Departamento Municipal de Saúde, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao novo alojamento da Polícia Militar, visando atender às necessidades de estruturação, aparelhamento e funcionamento desses espaços. Ata de Registro de Preços nº 162/2026 – Signatário: HG Comércio de Moveis e Equipamentos para Escritórios ltda - Valor Estimado R$ 18.437,00 – Ata de Registro de Preços nº 163/2026 – Signatário: Amettal Indústria e Comercio de Móveis ltda ME – Valor Estimado R$ 30.500,00 – Ata de Registro de Preços nº 164/2026 – Signatário: Odete Maria Freitas – Valor Estimado R$ 11.166,65 – Ata de Registro de Preços nº 165/2026 – Signatário: Comercial Cenira ltda – Valor Estimado R$ 1.428,00 - Ata de Registro de Preços nº 166/2026 – Signatário: JWR Móveis ltda – Valor Estimado R$ 18.900,00 – Ata de Registro de Preços nº 167/2026 – Signatário: Gomide Solutions ltda – Valor Estimado R$ 1.960,00 –Data: 20/08/2026 - Validade (12) meses após assinatura da Ata -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:5988A1EE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG. Termo aditivo ao Contrato nº 126/2023. Processo Licitatório nº. 272/2023, modalidade Inexigibilidade nº 019/2023 - Contratado: Casa de Caridade de Ouro Fino – Objeto: R$ 50.896,20 (cinquenta mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte centavos) repassado ao Fundo Municipal de Saúde por meio da PORTARIA GM/MS Nº 9.810, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2025 - estabelece limite financeiro para execução do Programa Agora Tem Especialistas - Componentes Ambulatorial e Cirúrgico, em 2026. Data: 31/08/2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:3F0305E3

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
CONTRATADOS E ESTAGIARIOS - AGOSTO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO FINO, por seu órgão administrativo Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.671.271/0001-34, com sede na Av. Cyro Gonçalves, 173, Centro, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antônio Benedito Salgueiro Miguel.

Contratado(a): PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS, MOTORISTA, contrato tem início em 03/08/2026 e término em 31/12/2026.

Contratado(a): OTÁVIO ALEXANDRE DA SILVA, AUXILIAR DE SERVIÇO PÚBLICO, contrato tem início em 03/08/2026 e término em 31/12/2026.

Contratado(a): ROSEMARY DE ALMEIDA, AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR, contrato tem início em 03/08/2026 e foi rescindido em 09/08/2026.

Contratado(a): PATRÍCIA DA SILVA MONTEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR, contrato tem início em 03/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): MARIANA DOS SANTOS, PROFESSOR MUNICIPAL, contrato tem início em 03/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): HANANI SIMÕES ALVARENGA, AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO, contrato tem início em 04/08/2026 e término em 31/12/2026.

Contratado(a): LUCIANA URSULINA DA SILVA BARBOSA, PROFESSOR DE APOIO, contrato tem início em 04/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): RICARDO BARSI NETO, ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO, contrato tem início em 03/08/2026 e término em 31/12/2026.

Contratado(a): THALITA GALHARDE FRATIA, AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR, contrato tem início em 06/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): BRUNA BARBOSA VERGINIO, AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR, contrato tem início em 12/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): VALÉRIA APARECIDA LOPES, MONITOR DE CRECHE, contrato tem início em 12/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): JOVILIANA APARECIDA VILELA DE OLIVEIRA, AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR, contrato tem início em 13/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): ISABELLA RIBEIRO DE ALMEIDA, AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR, contrato tem início em 18/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): ISABELA CRISTINA SOBRINHO COLDIBELLI, PROFESSOR DE INGLÊS, contrato tem início em 18/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): PAOLA LARISSA DA SILVA ARRUDA, PROFESSOR MUNICIPAL, contrato tem início em 18/08/2026 e término em 16/12/2026.

Contratado(a): TATIANE VIEIRA DE PÁDUA, AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR, contrato tem início em 25/08/2026 e término em 16/12/2026.

ESTAGIÁRIOS:
ELLEN DOS SANTOS, ESTAGIÁRIO, Ensino Médio, termo de estágio tem início em 03/08/2026 e término em 31/12/2026.

NATHALIA MARTINS DO NASCIMENTO SOUZA, ESTAGIÁRIO, Ensino Superior, termo de estágio tem início em 11/08/2026 e término em 16/12/2026.

FELIPE BONIFÁCIO RAMIRO, ESTAGIÁRIO, Ensino Superior, termo de estágio tem início em 11/08/2026 e término em 16/12/2026.

VITÓRIA TATIANE DE FREITAS COSTA, ESTAGIÁRIO, Ensino Superior, termo de estágio tem início em 18/08/2026 e término em 31/12/2026.

Publicado por:
Larissa Silva de Lima
Código Identificador:74628490

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 4508/2026

DECRETO Nº 4508/2026

"Dispõe sobre a instituição da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Diretoria Municipal de Educação e dá outras providências."

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Alfabetização;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Política de Alfabetização do Território do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Diretoria Municipal de Educação para planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à alfabetização;

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização, instituída pela Lei n° 3.404/2026.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Diretoria Municipal de Educação de Ouro Fino, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, destinada à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à garantia da alfabetização das crianças na idade adequada.

Art. 2º. A estrutura de que trata este Decreto será composta pelos seguintes profissionais:
I – Coordenadoras Escolares;
II – Especialistas Educacionais;
III – Professores Municipais;
IV – Diretora Municipal de Educação.

Art. 3º. Os profissionais designados para compor a estrutura administrativa e pedagógica exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções inerentes aos respectivos cargos, observada a carga horária definida pela Diretoria Municipal de Educação.

Art. 4º. A estrutura instituída por este Decreto atuará de forma articulada com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e com as unidades escolares da rede municipal de ensino.

Art. 5º. A Diretoria Municipal de Educação poderá editar atos complementares para regulamentar a execução das atividades previstas neste Decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 31 de Agosto de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:B41C59B0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº. 054/2026

PORTARIA N° 054/2026

"Substitui e consolida membros da Comissão Intersetorial para Promover e Coordenar A Execução Do Plano Municipal Da Primeira Infância De Ouro Fino-MG."

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino, MG, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com o art.103, Il, "c" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Atualizar os membros da CMPI – Comissão Municipal da Primeira Infância de Ouro Fino - MG, com a finalidade de promover e coordenar a execução do Plano, o qual passa a ser composto conforme segue:

Representantes da Divisão de Assistência Social

Titular: Juliana Donderi
Suplente: Leila José Veronez

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Titular: Herbert Barbosa Cunha
Suplente: Angélica Benedita de Cássia Goulart

Representante da Diretoria de Saúde
Titular: Selma Maria de Sousa Moreira
Suplente: Ana Beatriz do Espírito Santo Vitor

Representante da Diretoria de Educação
Titular: Daniela de Carvalho Carlos
Suplente: Renata de Cássia Bueno

Representante de Divisão de Esportes
Titular: Andre Luis de Lima
Suplente: Jhon Weyne Pereira da Silva

Representantes da Câmara Municipal de Ouro Fino
Titular: Vânia Aparecida Vieira Couto
Suplente: Paulo Henrique Chiste da Silva

Representante do Conselho Municipal de Assistência Social
Titular: Márcia Maria Ribeiro Lemes
Suplente: Cristina da Silva Gabriel de Azevedo

Representante da Escola Esperança e Vida
Titular: Edvaldo Antunes Silva
Suplente: Patrícia de Souza

Representante de Mães com crianças de 0 a 6 anos
Titular: Maira Eduarda de Sousa
Suplente: Camila Veronez Mendes

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Dê-se ciência e publique-se.

Ouro Fino, 03 de Agosto de 2026

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:03606B97

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 057/2026

PORTARIA N° 057/2026

Declara a vacância de cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço Público por motivo de aposentadoria voluntária de servidor que especifica e dá outras providências

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito Municipal de Ouro Fino, MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o cargo, com fulcro no art. 103, II, "a", da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o art. 30, V, da Lei 1.509/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Ouro Fino)

Considerando o art. 33, II, "b" da Lei 1.509/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Ouro Fino)

Considerando a aposentadoria voluntária do servidor Sr. **Marcos Antônio Palma**, ocorrido em 31 de Agosto de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1° - Declarar a vacância de uma vaga do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço Público da Prefeitura Municipal de Ouro Fino, por motivo de aposentadoria voluntária do Sr. Marcos Antônio Palma.

Artigo 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta PORTARIA entra em vigor nesta data.

Dê-se ciência e publique-se.

Ouro Fino, 31 de Agosto de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:E1E083BE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAINEIRAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO: 001/2026

CONTRATO: 33/2025

PROCESSO: 88/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paineiras/MG

CONTRATADA: Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE

CNPJ: 00.703.697/0001-67

OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 03/09/2025, a partir de 04/09/2026 por mais 12 (doze) meses e aplicação de índice de reajuste conforme Cláusula Sétima.

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2026

Paineiras/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Otavio Verissimo Costa Alvares
Código Identificador:FF42D053

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ATO DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA

Considerando o despacho juntado aos autos de folha 246 de 31 de agosto de 2026; Considerando o princípio da autotutela; **THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO,** Secretário Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art.5º, XIV do Decreto Municipal nº.8.112/2026 resolve: **DESIGNAR Luiz Felipe Alves Barbosa, Portaria** nº 1902/2024 **CPF.:** 130.036.886-18, lotado na **Secretaria Municipal Cultura**, para exercer as funções de **GESTOR DA PARCERIA**, do Termo de Colaboração firmado com a **Academia de Letras do Noroeste de Minas – ALNM, Temo de Colaboração Nº 123/2025 com** as atribuições contidas no Art.86 do referido Decreto, a contar da data de 02 de maio de 2026 até análise da prestação de contas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA.

Paracatu-MG, 31 de agosto de 2026.

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO,
Secretário Municipal de Cultura, Portaria nº 0187/2025

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:7F1CB75C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACATU/MG E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PARACATU - ADESP

O Município de Paracatu – MG, inscrito no CNPJ sob nº 18.278.051/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com sede a Rua da Contagem, nº 2045, Paracatuzinho, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, o Sr. Urbano Mem de Sá, e a Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu - ADESP, inscrita no CNPJ nº 04.895.913/0001-74, com sede a Rua Doutor Sérgio Ulhoa, nº 72, Centro – PARACATU/MG, denominada OSC, representada por sua Presidente, o Sr. MARCIO DA SILVA SOUTO, doravante denominada Organização da Sociedade Civil, resolvem celebrar o 1º Termo de Apostilamento, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023. Readequação do Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 133/2025, firmado entre o Município de Paracatu/MG e a Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu – ADESP, a fim de possibilitar a execução, em conformidade com o plano de trabalho atualizado, do Projeto Fortalecimento da Marca Paracatu, sem alteração do objeto pactuado. Permanecem inalteradas e ratificadas

todas as demais cláusulas e condições do Termo de Colaboração nº 133/2025, restringindo-se o presente apostilamento exclusivamente à readequação do plano de aplicação financeira ora tratadas, sem alteração do objeto pactuado ou do valor global do ajuste. Paracatu-MG, 31 de agosto de 2026. Assinaturas: Marcio da Silva Souto, representante OSC, e, Urbano Mem de Sá, representante Município, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:C5ACF8EC

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 09/2026

AVISO DE DISPENSA/ A **Prefeitura Municipal de Paracatu-MG**, através da **Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Juventude**, em cumprimento ao que determina a Lei Federal 14.133/2021, art. 75, Incisos II, torna público a **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 09/2026, objeto: AQUISIÇÃO DE TENDA SANFONADA 3X3 NA COR LILÁS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E JUVENTUDE.** As propostas serão recebidos virtualmente a partir do dia: **01/09/2026** das **08h30m** até o dia: **04/09/2026** às **08h59min** com início da Sessão da disputa de lances às **09h** (horário de Brasília-DF), conforme Aviso de Dispensa, à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações, e nos sites: da Prefeitura Municipal: www.paracatu.mg.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): https://www.gov.br/pncp/pt-br, e BBMNet: www.novobbmnet.com.br.

Paracatu-MG, 31 de agosto de 2026.

DIEGO LIMA DE LIRA –
Membro da Comissão.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:931D424A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 070/2025, PROCESSO Nº. 020/2025, CREDENCIAMENTO Nº. 004/2025.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **DM MEDICINA LTDA., -** CNPJ n° 57.750.964/0001-74.

Objeto: Contratação de serviços médicos clínico geral, em regime de execução indireta, a serem prestados conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.;

Termo Aditivo referente acréscimo ao Contrato nº 070/2025 o quantitativo correspondente a 29 (Vinte e nove) plantões de serviços médicos plantonista (clínico geral), observados os limites legais de alteração contratual. O presente acréscimo corresponde ao valor total de R$ 36.294,66 (trinta e seis mil, Duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Pedra do Indaiá, 03 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:CE6C51C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 089/2026 – PROCESSO Nº. 028/2026 – CREDENCIAMENTO Nº. 010/2026.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG – CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **ASSISTÊNCIA MÉDICA TOLEDO LTDA, - CNPJ n°. 07.964.204/0001-91.**

Objeto: Contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos, para disponibilização de profissionais legalmente habilitados na especialidade de Clínica Médica/Clínico Geral, visando à execução de plantões médicos presenciais de 12 (doze) horas no Centro Municipal de Saúde "Senhor Bom Jesus".

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor global: R$ 62.577,00 (Sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e sete reais).

Pedra do Indaiá, 21 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:7373FB14

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 092/2026 – PROCESSO Nº. 020/2026 – CREDENCIAMENTO Nº. 007/2026.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG – CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **UNIVERSIDADE DJ'S LTDA, - CNPJ n°. 11.379.253/0001-34.**

Objeto: Credenciamento de artistas locais e regionais para realização de apresentações em eventos e ações institucionais, culturais e correlatas, promovidos e/ou apoiados pelas Secretarias Municipais do Município de Pedra do Indaiá/MG, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Edital e Termo de Referência e seus anexos.

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor global: R$ 17.333,32 (Dezessete mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

Pedra do Indaiá, 26 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:EDB82626

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 096

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 096/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME**
CNPJ Nº:	**24.687.803/0001-24**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DO RAMAL DE FINALIZAÇÃO DA REDE E A CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA DAS ÁGUAS PLUVIAIS ORIGINÁRIAS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG, COM O FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026 E SEUS ANEXOS.**
VIGÊNCIA:	**O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO INICIA-SE NA DATA DE SUA ASSINATURA COM TÉRMINO EM 28/02/2027.**
PROCESSO Nº:	**041/2026**
MODALIDADE:	**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026**
VALOR:	**R$ 204.500,00 (DUZENTOS E QUATRO MIL, E QUINHENTOS REAIS)**
CONTRATO Nº:	**096/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**31/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:1738FACB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEXTO TERMO DE ADITIVO DE INCLUSÃO DE NOVOS VEICULOS AO CONTRATO 072/2024

EXTRATO DO 6º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 072/2024.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS.**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**GENTE SEGURADORA S.A**
CNPJ:	**90.180.605/0001-02**
OBJETO:	**CONFORME ENDOSSO DE INCLUSÃO DE NOVOS VEÍCULOS E MAQUINAS TENDO A PROPOSTAS Nº: 01.31.1836288.0.10-0 CAMINHÃO VOLSKWAGEN MODELO DELIVERY 9.180 BAU REFRIGERADO PLACA TYS7B86 ANO 2026 MODELO 2027 – VALOR R$ 1.990,00 UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA REAIS, FICA ACRESIDO O VALOR TOTAL DE R$ 1.990,00 UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA REAIS) AO VALOR TOTAL DO CONTRATO.**
PROCESSO Nº:	**051/2024**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024.**
TERMO ADITIVO:	**006**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**072/2024**
DATA DA ASSINATURA:	**31/08/2026**

Publicado por:
Leandro Carlos Rodrigues
Código Identificador:92239363

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO DE ENDOSO E INCLUSÃO DE UM VEICULO NOVO AO CONTRATO 073/2024

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS.**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**
CNPJ:	**61.198.164/0001-60**
OBJETO:	**CONFORME ENDOSSO DE INCLUSÃO DE NOVOS VEÍCULOS E MAQUINAS TENDO A PROPOSTAS Nº: 245311267- VEÍCULO: IVECO/FIAT - DAILY MINIBUS 50-180 4100 VETRATO 3.0 (E6)* ANO/MODELO: 2026/2027 9 0 KM: SIM QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 21 COMBUSTIVEL DIESEL COR INTERNA PRETO CINZA/COR EXTERNA PRETO VULCANO CHASSI Nº CHASSI 937C650DZV8219890 MOTOR Nº F1CFL411D U 7351275 POTENCIA 180 CV TRAÇÃO 4X2 – VALOR – R$ 2.680,14 - FICA ACRESIDO O VALOR TOTAL DE R$ 2.680,14 (DOIS MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS E QUATORZE CENTAVOS) AO VALOR TOTAL DO CONTRATO.**
PROCESSO Nº:	**051/2024**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024.**
TERMO ADITIVO:	**002**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**073/2024**
DATA DA ASSINATURA:	**29/07/2026**

Publicado por:
Leandro Carlos Rodrigues
Código Identificador:80B51137

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

O PREFEITO MUNICPAL DE PEDRINÓPOLIS-MG, comunica aos interessados e participantes da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DO RAMAL DE FINALIZAÇÃO DA REDE E A CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA DAS ÁGUAS PLUVIAIS ORIGINÁRIAS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG, COM O FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE PROJETO BÁSICO E NO EDITAL E DE SEUS ANEXOS,** que **ADJUDICA nos termos do Inciso IV do art. 71 da Lei nº. 14.133/2021,** o objeto do certame a empresa:

FORNECEDOR: PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACÃO LTDA- 24.687.803/0001-24

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serv.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DO RAMAL DE FINALIZAÇÃO DA REDE E A CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA DAS ÁGUAS PLUVIAIS ORIGINÁRIAS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG, COM O FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE PROJETO BÁSICO E NO EDITAL E DE SEUS ANEXOS.	R$204.500,00	R$204.500,00

R$ 204.500,00 (Duzentos e Quatro Mil, e Quinhentos Reais)

Pedrinópolis-MG, 27 de Agosto de 2026.

DR. RAFAEL FERREIRA SILVA
Prefeito de Pedrinópolis

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:563E9137

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

PROCURADORIA GERAL
"DECLARA EMERGÊNCIA ECONÔMICA NO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE PERDIZES/MG

DECRETO Nº 4.269,
DE 31 DE AGOSTO DE 2.026.

"Declara emergência econômica no Setor Agropecuário do Município de Perdizes/MG, em razão do grave comprometimento econômico-financeiro das atividades produtivas rurais, e estabelece medidas de apoio e de articulação institucional"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDIZES, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição da República e a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, em seu art. 23, inciso VIII, como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, competindo ainda ao Município, nos termos do art. 30, inciso I, legislar e atuar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os princípios e objetivos da Política Agrícola Nacional (Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991) e da legislação de crédito rural (Lei Federal nº 4.829, de 5 de novembro de 1965), que reconhecem o caráter estratégico da atividade agropecuária para o abastecimento, o emprego, a renda e a estabilidade socioeconômica;

CONSIDERANDO a relevância socioeconômica central do agronegócio para o Município de PERDIZES, cuja economia é fortemente vinculada à produção rural, respondendo a agropecuária, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referidos na Nota Técnica nº 0008/2026/GDA, do Sistema FAEMG/SENAR, por parcela expressiva do valor adicionado municipal;

CONSIDERANDO que as informações constantes no laudo de avaliação mercadológica e contexto imobiliário rural, parecer técnico n° 001/2026

CONSIDERANDO que o Município se insere na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, principal região produtora de cana-de-açúcar, soja e milho de Minas Gerais, o que amplia a exposição da economia local às condições climáticas, de custos e de mercado verificadas nessas cadeias produtivas;

CONSIDERANDO que o mesmo Relatório documenta a elevação dos custos dos principais componentes da atividade rural — fertilizantes e corretivos, sementes, defensivos agrícolas, óleo diesel, frete, alimentação animal e operações mecanizadas —, cujos desembolsos ocorrem antes da colheita ou da comercialização, comprimindo a margem operacional dos produtores;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 0008/2026/GDA, de 25 de agosto de 2026, do Sistema FAEMG/SENAR, aponta trajetória de pressão sobre as cotações das principais culturas do Município, com as cotações da soja encerrando o mês de junho de 2026 nos menores níveis dos últimos cinco anos e com recuo do preço do sorgo em Minas Gerais, de R$ 69,03 por saca em março de 2025 para patamares próximos de R$ 46,00 a R$ 49,00 por saca em 2026, configurando cenário de redução ou estagnação dos preços recebidos pelos produtores simultaneamente à manutenção de custos elevados;

CONSIDERANDO que a mesma Nota Técnica registra, na safra 2025/26, recuo de 10,2% na produtividade média da cana-de-açúcar em Minas Gerais, associado à limitação hídrica e às temperaturas elevadas em fases críticas do desenvolvimento dos canaviais, com reflexos sobre a eficiência da produção por hectare;

CONSIDERANDO que os dados oficiais indicam, ainda, retração da produção municipal de sorgo, que passou de 36,0 mil toneladas em 2023 para 25,65 mil toneladas em 2024, evidenciando perda de produção e de produtividade no último ano avaliado, além dos problemas climáticos nos últimos 03 (três) anos;

CONSIDERANDO que a economia urbana, o setor de serviços, a movimentação do comércio varejista e as receitas de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e de Valor Adicionado Fiscal (VAF/ICMS) do Município dependem do fluxo de caixa e do poder de compra gerados pela atividade agropecuária;

CONSIDERANDO que a Medida Provisória Federal nº 1.376, de 15 de julho de 2026, autorizou a criação de linhas de crédito rural para composição de dívidas, destinadas à liquidação ou à amortização de operações de crédito rural e de Cédulas de Produto Rural — CPR, tendo a Resolução CMN nº 5.330, de 23 de julho de 2026, estabelecido as respectivas condições de contratação e fixado prazo final para adesão, circunstância que confere urgência à documentação da conjuntura econômica local e à articulação institucional destinada a viabilizar o acesso dos produtores aos mecanismos criados;

CONSIDERANDO que o item 2-6-4 do Manual de Crédito Rural (MCR/BACEN) prevê o direito de prorrogação das operações rurais quando comprovada a incapacidade temporária de pagamento por frustração de safra, dificuldades de comercialização ou ocorrências prejudiciais;

CONSIDERANDO a alta da taxa de juros que em 2020 era de 6% ao ano, em 2021 foi de 7.5% ao ano já nos anos de 2023 a 2026 na faixa de 18% a 20% ao ano, sendo alta expressiva;

CONSIDERANDO que a Súmula nº 298 do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que o alongamento de dívida originada de crédito rural constitui direito do devedor, nos termos da lei, e não faculdade da instituição financeira;

CONSIDERANDO que a presente declaração possui natureza estritamente econômica, social e setorial, destinando-se ao reconhecimento institucional da conjuntura fática vivenciada pelos produtores rurais do Município, não se confundindo com a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública decorrente de desastre, para os fins da legislação de proteção e defesa civil (Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020), nem implicando moratória automática, renúncia de receita ou concessão de benefício fiscal;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de resguardar o emprego no campo, a viabilidade dos estabelecimentos rurais, a renda das famílias, a atividade do comércio local e a arrecadação tributária do Município de PERDIZES/MG,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada situação de emergência econômica no setor agropecuário do Município de PERDIZES/MG, em razão do grave comprometimento econômico-financeiro das atividades produtivas rurais, caracterizado, entre outros fatores, pela deficiência hídrica verificada no período recente, pela elevação dos custos operacionais e financeiros de produção, pela redução ou estagnação dos preços recebidos pelos produtores, pela perda de produtividade em cadeias relevantes, pelo comprometimento do fluxo de caixa e pelo aumento do endividamento rural.

§ 1º - A declaração de que trata este Decreto abrange o setor agropecuário municipal e alcança, entre outras, as cadeias produtivas da cana-de-açúcar, da soja, do milho, do sorgo, da mandioca e das frutíferas, bem como a pecuária de corte, a pecuária leiteira, a avicultura e a suinocultura, sem prejuízo de outras atividades agropecuárias que apresentem comprometimento econômico devidamente demonstrado.

§ 2º - O reconhecimento previsto neste Decreto não pressupõe que todas as cadeias produtivas referidas no § 1º apresentem idêntico grau ou idêntica causa de comprometimento econômico, devendo ser consideradas as características próprias de cada atividade, de cada propriedade e as evidências técnicas disponíveis.

§ 3º - A situação declarada neste Decreto possui natureza econômica, social e setorial, destinando-se ao reconhecimento institucional da conjuntura enfrentada pela atividade agropecuária municipal e à adoção das medidas administrativas e de articulação institucional nele previstas.

§ 4º - A declaração de que trata este artigo não se confunde com situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrente de desastre, para os fins da legislação de proteção e defesa civil, e não produz automaticamente os efeitos jurídicos próprios desses institutos.

§ 5º - Eventual declaração de situação de emergência para fins de proteção e defesa civil dependerá de instrução administrativa própria, observados a Lei Federal nº 12.608, de 2012, o Decreto Federal nº 10.593, de 2020, e a Portaria MIDR nº 260, de 2022, com a produção dos documentos técnicos exigidos e o registro no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres — S2iD.

Art. 2º - O reconhecimento da situação de emergência econômica tem por objetivos:

I – reconhecer institucionalmente a grave situação econômica enfrentada pelo setor agropecuário do Município;

II – subsidiar a adoção de medidas administrativas municipais destinadas à manutenção e à recuperação da capacidade produtiva rural;

III – promover articulação junto à União, ao Estado de Minas Gerais, às instituições financeiras, às cooperativas de crédito, às entidades representativas e aos demais órgãos e entidades competentes;
IV – documentar tecnicamente a conjuntura econômica geral das cadeias produtivas afetadas;
V – fornecer suporte institucional e documental aos produtores rurais para a formulação de requerimentos perante instituições financeiras e órgãos públicos;
VI – fomentar o acesso aos instrumentos legalmente existentes de prorrogação, alongamento, renegociação, composição, liquidação, amortização ou reestruturação de obrigações relacionadas à atividade rural perante instituições financeiras públicas ou privadas, agentes integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural — SNCR e cooperativas de crédito, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis;
VII – apoiar a divulgação, junto aos produtores rurais, das condições, dos requisitos e dos prazos das linhas de crédito e dos programas de composição de dívidas instituídos pela legislação federal;
VIII – preservar postos de trabalho, renda, investimentos e a continuidade das atividades agropecuárias; e
IX – prevenir o agravamento dos impactos econômicos, sociais e fiscais decorrentes da crise.

Art. 3º - Integram a fundamentação técnica e administrativa deste Decreto, entre outros documentos que constem do respectivo processo administrativo:
I – laudo de avaliação mercadológica e contexto imobiliário rural, parecer técnico n° 001/2026.

§ 1º - Os documentos mencionados neste artigo poderão integrar o processo administrativo independentemente de sua transcrição integral ou de publicação em conjunto com este Decreto.

§ 2º - Os documentos que contenham dados pessoais ou informações submetidas a sigilo legal serão utilizados e disponibilizados exclusivamente nos limites autorizados pela legislação aplicável, em especial pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 3º - A fundamentação poderá ser atualizada ou complementada por novos estudos, dados, informações e documentos supervenientes, especialmente por dados pluviométricos consolidados e por estimativas de perdas e prejuízos.

Art. 4º - Mediante requerimento do interessado e observadas as normas aplicáveis, o Município poderá fornecer certidões, declarações, cópias de relatórios, dados e demais documentos públicos pertinentes destinados a subsidiar requerimentos formulados por produtores rurais perante instituições financeiras, cooperativas de crédito, órgãos públicos ou demais entidades competentes.

Parágrafo único - Os documentos fornecidos com fundamento neste artigo terão caráter geral, técnico e informativo, referindo-se à conjuntura econômica e produtiva do Município, e não substituem a comprovação individualizada de perdas, o laudo técnico ou os demais elementos de instrução exigidos da parte interessada pela legislação, pela regulamentação e pelos instrumentos contratuais aplicáveis a cada modalidade de crédito ou obrigação.

Art. 5º - O presente Decreto e os documentos técnicos que o fundamentam poderão ser utilizados como elementos de instrução de requerimentos formulados pelos produtores rurais, quando juridicamente cabível, perante instituições financeiras, cooperativas de crédito, credores, fornecedores, revendas, tradings e demais agentes econômicos relacionados à atividade agropecuária, para fins de:
I – prorrogação ou alongamento de operações de crédito rural;
II – renegociação ou reestruturação de obrigações financeiras ou comerciais relacionadas à atividade rural;
III – composição, liquidação ou amortização de dívidas rurais;
IV – renegociação, composição ou reestruturação de obrigações representadas por Cédulas de Produto Rural — CPR, operações de barter, contratos de fornecimento de insumos e outras obrigações comerciais vinculadas à atividade agropecuária, quando admitidas pela legislação, pela regulamentação ou pelo respectivo instrumento contratual;
V – acesso a linhas especiais ou emergenciais de crédito;
VI – demonstração da conjuntura econômica e produtiva verificada no Município; e
VII – obtenção de outras medidas de apoio previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis.

§ 1º - Os pedidos referidos neste artigo observarão os requisitos, as condições e os procedimentos estabelecidos na legislação, na regulamentação e nos instrumentos contratuais aplicáveis a cada modalidade de crédito ou obrigação, observadas, quando cabíveis, as disposições do Manual de Crédito Rural — MCR e o entendimento consolidado na Súmula nº 298 do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º - O reconhecimento instituído por este Decreto e os documentos que o fundamentam possuem caráter técnico, documental e institucional, não importando, por si sós, novação, alteração de vencimento, suspensão de exigibilidade, prorrogação, renegociação ou imposição de qualquer obrigação aos credores, cuja análise observará a legislação, a regulamentação e as relações contratuais aplicáveis.

Art. 6º - Os órgãos e as Secretarias Municipais competentes poderão adotar, no âmbito de suas atribuições, medidas destinadas ao enfrentamento dos efeitos da emergência econômica reconhecida neste Decreto, especialmente:
I – elaborar, atualizar e consolidar levantamentos técnicos, econômicos, produtivos e fiscais relativos ao Município;
II – consolidar dados pluviométricos e informações meteorológicas oficiais relativas ao território municipal;
III – prestar informações e fornecer documentos públicos destinados à comprovação da conjuntura econômica das atividades agropecuárias no Município;
IV – promover interlocução com órgãos dos Governos Estadual e Federal;
V – promover reuniões e tratativas com instituições financeiras e cooperativas de crédito;
VI – formular e encaminhar aos órgãos e entidades competentes pleitos destinados à instituição, à ampliação, à adequação ou à aplicação, no âmbito de suas respectivas competências, de linhas de crédito, programas de renegociação, mecanismos de composição de dívidas e outras medidas de suporte ao setor agropecuário;
VII – apoiar iniciativas destinadas à melhoria das condições de comercialização da produção;
VIII – fomentar medidas destinadas à diversificação produtiva, à agregação de valor e ao fortalecimento das cadeias locais;
IX – apoiar tecnicamente iniciativas de recuperação da capacidade produtiva e financeira dos produtores; e
X – adotar outras providências administrativas compatíveis com a legislação vigente.

Art. 7º - O Município poderá promover articulação institucional com o Sindicato dos Produtores Rurais de PERDIZES, com o Sistema FAEMG/SENAR, com associações, cooperativas, entidades de assistência técnica e extensão rural, instituições financeiras, entidades representativas das cadeias produtivas, órgãos estaduais e federais e demais organizações públicas ou privadas, com vistas a:
I – compartilhar informações técnicas e econômicas;
II – identificar demandas comuns dos produtores;
III – formular pleitos coletivos;
IV – promover tratativas relativas ao crédito e ao endividamento rural;
V – buscar mecanismos de melhoria das condições de comercialização; e
VI – acompanhar a evolução da situação econômica do setor.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar aos órgãos competentes da União e do Estado de Minas Gerais, bem como às instituições financeiras e às entidades representativas, o presente Decreto e os documentos que o fundamentam, para ciência e avaliação das medidas de suas respectivas competências.

Art. 9º - Os órgãos municipais competentes deverão acompanhar a evolução das condições econômicas das cadeias produtivas alcançadas por este Decreto, podendo produzir relatórios complementares e propor novas medidas administrativas caso seja constatado agravamento ou modificação relevante das circunstâncias que fundamentaram sua edição.

Art. 10 - As medidas decorrentes deste Decreto que importem criação ou ampliação de despesa pública, concessão de benefício fiscal, renúncia de receita, transferência de recursos, subvenção econômica ou assunção de obrigação financeira pelo Município dependerão do atendimento das exigências constitucionais, legais, orçamentárias e fiscais aplicáveis, em especial da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e, quando exigida, de prévia autorização legislativa.

Art. 11 - A situação de emergência econômica declarada neste Decreto vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por ato fundamentado,

mediante avaliação da persistência das circunstâncias que lhe deram causa.
Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Perdizes/MG, 31 de agosto de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:A11E363E

PROCURADORIA GERAL
DECRETO 4271 - ALTERAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

DECRETO Nº 4.271,
DE 31 DE AGOSTO DE 2.026.

"Dispõe sobre alteração de nomeação de ocupante de cargo em comissão e dá outras providencias".

O Prefeito do Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, FERNANDO MARANGONI, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas no artigo 69, I e III da Lei Orgânica Municipal e artigo 7º, I, §1º "h", da Lei Complementar Municipal nº 049 de 29 de janeiro de 2.025 e alterações posteriores, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Administração Direta do Município de Perdizes/MG:

CONSIDERANDO os princípios da finalidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência da administração pública;
CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar Municipal nº. 049/2025 que fixou nova estrutura organizacional do quadro de servidores comissionados do Município de Perdizes/MG;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto municipal nº 4.266/2.026, com a finalidade de alterar a nomeação da servidora *Wini Cibele dos Santos Pereira*, e somente neste ponto, o qual passará a viger com a seguinte redação:

*"Art. 1º - Fica NOMEADA nesta data a servidora **WINI CIBELE DOS SANTOS PEREIRA**, para exercer o **cargo de provimento em comissão de Assessoria de Fiscalização de Receita – Assessora V**, junto à **Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos**, com fundamento no artigo 27, da Lei Complementar nº. 049/2025."*

Art. 2º - Permanecendo as condições do Decreto Municipal nº 4.266/2.026, revogando as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Perdizes/MG, 31 de agosto de 2026

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:BE8DA2A7

PROCURADORIA GERAL
DECRETO 4272/2026 - AFASTAMENTO PRELIMIONAR

DECRETO Nº 4.272,
DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

"Concede Afastamento Preliminar à Aposentadoria e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, FERNANDO MARANGONI, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas no artigo 69, incisos I e VII da Lei Orgânica Municipal C/C Lei Municipal nº 1.524 de 19 de Outubro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 1.852 de 09 de Maio de 2013;
DECRETA:
Art. 1º- Fica concedido Afastamento Preliminar à aposentadoria, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias na forma do artigo 106 – A, caput, da Lei Municipal nº 1.852 de 09 de Maio de 2013, para a servidora **MARTA HELOÍSA MACEDO DE OLIVEIRA,** matrícula nº 873, servidora efetiva, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental – PEB - I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/08/2026, conforme requerimento protocolado sob o nº 289/2026.
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 31/08/2026.

Perdizes/MG, 31 de agosto de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:20861789

PROCURADORIA GERAL
DECRETO 4273/2026 AFASTAMENTO PRELIMINAR

DECRETO Nº 4.273, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

"Concede Afastamento Preliminar à Aposentadoria e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, FERNANDO MARANGONI, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas no artigo 69, incisos I e VII da Lei Orgânica Municipal C/C Lei Municipal nº 1.524 de 19 de Outubro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 1.852 de 09 de Maio de 2013;
DECRETA:
Art. 1º- Fica concedido Afastamento Preliminar à aposentadoria, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias na forma do artigo 106 – A, caput, da Lei Municipal nº 1.852 de 09 de Maio de 2013, para a servidora **VANILDA APARECIDA BORGES,** matrícula nº 990, servidora efetiva, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental – PEB - I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/08/2026, conforme requerimento protocolado sob o nº 290/2026.
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 31/08/2026.

Perdizes/MG, 31 de agosto de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:1D10AD69

PROCURADORIA GERAL
DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PERDIZES

DECRETO Nº 4.270
DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a implementação da Educação Digital e Midiática na Rede Municipal de Educação de Perdizes e dá outras providências."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação e à formação integral do estudante;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, o Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e o Complemento à BNCC sobre Computação, que estabelecem normas sobre Computação na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED);
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que estabelece diretrizes operacionais nacionais para o uso pedagógico de dispositivos digitais e para a integração curricular da Educação Digital e Midiática;
CONSIDERANDO o Currículo Referência de Minas Gerais como documento orientador do Sistema Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO o Anexo ao Currículo Referência de Minas Gerais – Referencial Curricular de Computação na Educação Básica;
CONSIDERANDO o Quadro Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Educação de Perdizes, que institui, a partir do ano letivo de 2026, a Educação Digital e Midiática como componente curricular transversal;
CONSIDERANDO a necessidade de promover o desenvolvimento de competências digitais, pensamento computacional, cultura digital, cidadania digital, uso ético, crítico e responsável das tecnologias e educação midiática no contexto escolar;
DECRETA:
Art. 1º - Tornar pública a implementação da Educação Digital e Midiática na Rede Municipal de Educação de Perdizes, de forma transversal e integrada ao currículo, observadas as especificidades da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Art. 2º - A Educação Digital e Midiática será desenvolvida em consonância com:
I – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
II – o Complemento da BNCC referente à Computação;
III – o Currículo Referência de Minas Gerais;
IV – o Anexo ao Currículo Referência de Minas Gerais - Referencial Curricular de Computação na Educação Básica;
V – a Política Nacional de Educação Digital (PNED);
VI – as diretrizes nacionais sobre Educação Digital e uso pedagógico de tecnologias digitais.
Art. 3º - São objetivos da implementação da Educação Digital e Midiática:
I – promover o desenvolvimento das competências digitais dos estudantes e profissionais da educação;
II – incentivar o pensamento crítico, ético e responsável no uso das tecnologias digitais e mídias;
III – desenvolver habilidades relacionadas à cultura digital, cidadania digital, segurança e proteção de dados;
IV – estimular o pensamento computacional, a criatividade, a resolução de problemas e a inovação;
V – integrar as tecnologias digitais às práticas pedagógicas de forma intencional e alinhada aos objetivos de aprendizagem;
VI – fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação para o uso pedagógico das tecnologias digitais.
Art. 4º - Compete às unidades escolares:
I – inserir a Educação Digital e Midiática em seus planejamentos pedagógicos;
II – promover práticas pedagógicas que contemplem o uso crítico, ético, seguro e criativo das tecnologias digitais;
III – incentivar ações de educação midiática, combate à desinformação e uso consciente das redes e mídias digitais;
IV – assegurar o alinhamento das ações pedagógicas aos documentos curriculares vigentes;
V – participar das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 5º - Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – orientar e acompanhar a implementação da Educação Digital e Midiática na rede municipal;
II – promover ações de formação continuada para professores, gestores e demais profissionais da educação;
III incentivar práticas pedagógicas inovadoras mediadas por tecnologias digitais e estratégias desplugadas de ensino;
IV – apoiar as unidades escolares na utilização pedagógica dos recursos tecnológicos disponíveis;
V – monitorar e avaliar o desenvolvimento das ações previstas nesta Portaria.
Art. 6º - A implementação da Educação Digital e Midiática deverá priorizar:
I – a equidade no acesso às oportunidades de aprendizagem digital;
II – a integração entre tecnologias, currículo e intencionalidade pedagógica;
III – o fortalecimento dos saberes digitais de estudantes e profissionais da educação;
IV – a promoção da segurança, ética e responsabilidade no ambiente digital.
Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares, documentos pedagógicos e instrumentos de acompanhamento necessários à execução desta Portaria.
Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 9 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:BDD4A5B9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.599 DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

DECRETO Nº 5.599 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Lidiane Aparecida Borges, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Keyth Carvalho Alves Cardoso, Brasileira, Casada, Servidora Pública Municipal;
III – Thiago Castro Lutifala, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI

Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliações conforme IMÓVEL 100% de um lote, com área de 245,00 m², e sua construção, situado na Rua Governador Valadares, 420, Bairro Centro em Perdões MG, inscrição municipal 01.03.002.0086.005 Mat. 6417 CRI Perdoes.

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.

§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 31 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:2B41D344

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.600 DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

DECRETO Nº 5.600 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Fernanda Vilela Martins Pinto, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Keyth Carvalho Alves Cardoso, Brasileira, Casada, Servidora Pública Municipal;
III – Samir Rodrigues Mendonça, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI

Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliações conforme IMÓVEL
100% de um lote, com área de 108,00 m², e sua construção, situado na Av. Regis Bitencourt, 45, Bairro Centro em Perdões MG, inscrição municipal 01.03.002.0086.001 Mat. 6418 CRI Perdoes.

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.

§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 31 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:A80806B3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.601 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

DECRETO Nº 5.601 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Lidiane Aparecida Borges, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Eugenio Antonio Furtado de Faria, Brasileiro, Casado, Servidor Público Municipal;
III – Neanderson Garcia Vilela, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI

Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliações conforme IMÓVEL
100% de um lote, com área de 750,90 m² e 183,50 m² de área construída, situado na Rua Beltrão Pereira, 74, Bairro Centro em Perdões MG, inscrição municipal 01.02.016.0089.002 Mat. 9.654 CRI Perdoes.

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.

§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 31 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:F964790C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PERDÕES - DISPENSA DECHAMAMENTO PÚBLICO - TERMO DE FOMENTO Nº 037/2026.

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO Nº 037/2026

PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PERDÕES, COM RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

OBJETO
O presente ato tem por objeto a formalização de parceria entre o Município de Perdões/MG e a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PERDÕES, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 23.479.421/0001-42, para aquisição e instalação de grupo gerador de energia elétrica, incluindo equipamentos, acessórios, materiais, serviços de instalação, adequações elétricas e estruturais e demais elementos necessários ao seu pleno funcionamento, conforme Plano de Trabalho aprovado.

ENTIDADE BENEFICIÁRIA
A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PERDÕES, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 23.479.421/0001-42, com sede na Praça Otávio Alvarenga, nº 48, Bairro Cruzeiro, Perdões/MG, CEP 37.260-000, neste ato representada por seu Provedor, ADERLEI JOSÉ FREIRE.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente parceria será celebrada mediante inexigibilidade de chamamento público, com fundamento no art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, em razão da inviabilidade de competição.
A Santa Casa de Misericórdia de Perdões é a única instituição hospitalar existente no Município apta a executar o objeto da parceria, que consiste na aquisição e instalação de grupo gerador de energia elétrica em sua própria estrutura hospitalar.
Dessa forma, considerando a especificidade do objeto, a inexistência de outra Organização da Sociedade Civil apta a executá-lo e o interesse público envolvido, mostra-se cabível a inexigibilidade de chamamento público, observados os demais requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014.

JUSTIFICATIVA
A presente parceria tem por finalidade fortalecer a estrutura da Santa Casa de Misericórdia de Perdões, entidade filantrópica sem fins lucrativos responsável pela prestação de serviços hospitalares essenciais à população do Município.
O objeto consiste na aquisição e instalação de grupo gerador de energia elétrica, equipamento indispensável para garantir a continuidade e a segurança dos serviços hospitalares em eventuais interrupções no fornecimento de energia.
A Santa Casa de Misericórdia de Perdões é a única instituição hospitalar existente no Município, sendo o equipamento destinado especificamente à sua estrutura física e operacional, o que caracteriza a inviabilidade de competição para execução do objeto.
Considerando a especificidade do objeto, a inexistência de outra Organização da Sociedade Civil apta a executá-lo, o relevante interesse público e a aplicação de recursos próprios do Município no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), justifica-se a celebração do Termo de Fomento nº 037/2026 mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Diante do exposto, determino a publicação do presente ato de Dispensa de Chamamento Público, para fins de publicidade e transparência, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.
A presente justificativa deverá integrar o processo administrativo da parceria, juntamente com o Plano de Trabalho, os documentos de regularidade da Organização da Sociedade Civil, os pareceres técnico e jurídico e os demais documentos exigidos pela legislação.

Perdões/MG, 01 de setembro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:0738B086

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ABERTURA DE CONTRATAÇÃO DIRETA / PROCESSO Nº 148/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

O Município de Perdões/MG, por intermédio da Prefeitura Municipal, torna público, para conhecimento, a abertura de Contratação Direta, por Dispensa de Licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por objeto a **contratação de profissional para prestação de serviços de Instrutor(a) de Capoeira**, visando ao planejamento, organização e condução de aulas e treinamentos de capoeira, contemplando aspectos técnicos, físicos, culturais, musicais e socioeducativos da modalidade.

O profissional irá, entre outras atribuições, elaborar e executar planos de aula compatíveis com a faixa etária e nível de desenvolvimento dos participantes; conduzir atividades práticas de forma segura, progressiva e inclusiva; trabalhar elementos culturais da capoeira, incluindo música, ritmo, instrumentos tradicionais e história; promover o desenvolvimento da coordenação motora, consciência corporal, agilidade, equilíbrio e ritmo; observadas as diretrizes da Administração e os princípios pedagógicos, esportivos e culturais aplicáveis à modalidade.

Quantidade: 624 (seiscentas e vinte e quatro) horas/aula.

A contratação será processada nos termos da legislação vigente, observadas as condições e exigências estabelecidas nos documentos que integram o processo de contratação direta.

Perdões/MG, 28 de Agosto de 2026.

ADRIANA BERTONI
Diretora do Departamento de Licitações
Prefeitura Municipal de Perdões/MG

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:C2B2AAE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.801/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO, TATIANA TAVARES DE ALMEIDA GOMES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.801/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA)

– DAS PARTES:

– MUNICÍPIO DE PERDÕES,pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça 1º de Junho, nº 03, Centro, Perdões/MG, CGC/MF nº 18.244.343/0001-67, neste denominado**CONTRATANTE,**representado pelo Prefeito Municipal, Guilherme Pereira Freitas, servidor público municipal e do outro lado;

- TATIANA TAVARES DE ALMEIDA GOMES,brasileira, ocupante do cargo de Professora II-B, portadora do CPF nº 048.xxx.xxx-27, residente na Rua B, bairro Cohab – Perdões/MG, neste denominada**CONTRATADA,**celebram o presente termo.

2 – DOS CONSIDERANDOS:
2.1 –Necessidade inadiável do contratado para o bom e regular atendimento na área da Educação, para atuar comoProfessor II-B, em substituição a servidora efetiva*Roseane de Fátima Vilela Bortone,*que se encontra de férias prêmio.
2.2 –Observando o disposto na Lei Orgânica Municipal;
2.3 –Possibilidade Jurídica de contratação em caráter temporário, função pública, amparado na Lei Complementar nº 031/10 de 19.03.2010
2.4 –Autorização legal quanto ao orçamento; rubrica 02.07.03.12.361.1201.2051.3.1.90.04 ficha 252.

3 – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato Administrativo a**TATIANA TAVARES DE ALMEIDA GOMES,**comoProfessor II-B, atuando junto a**Secretaria Municipal de Educação**com a carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, sob o vínculo de natureza estatutária.

4 – DA REMUNERAÇÃO

Pela prestação de serviços a contratada fará jus a remuneração de R$ 5.130,92 (cinco mil cento e trinta reais e noventa e dois centavos), sendo o referido valor passível dos descontos previdenciários.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
5.1 –Cumprir com fidelidade o presente Contrato;
5.2 –Dar integral cumprimento à legislação aplicável.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
6.1 –Cumprir jornada de trabalho conforme estipulado no item "3";
6-2 –Cumprir com fidelidade todas as ordens emanadas da**Secretaria Municipal de Educação**bem como se submeter ao regime constitucional adotado pela Prefeitura Municipal de Perdões.

7 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO DESTE CONTRATO
7.1 –Por acordo entre as partes;
7.2 –Término do prazo aludido no item 8;
7.3 –Vontade unilateral do contratante amparada no interesse público;
7.4 -Ausência da contratada por prazo superior a 3 (três) dias, alternados ou não, de forma injustificada.

8 – DO PRAZO
O presente contrato é por prazo determinado, iniciando-se em**05 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026**, podendo ocorrer antecipação de sua vigência atendendo a Portaria n.º 9.346/2023 ou prorrogação havendo interesse das partes.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1 –Este contrato é de direito público e ao ser interpretado obedece às normas respectivas, em especial a lei complementar n.º 031/10 de 19.03.2010
9.2 –As partes elegem o foro da comarca de Perdões para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, não solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Perdões, 05 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

TATIANA TAVARES DE ALMEIDA GOMES
Contratada

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:9FCD0953

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.815/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO, RENATA ALVARENGA DOMINGOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.815/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA)

– DAS PARTES:

– MUNICÍPIO DE PERDÕES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça 1º de Junho, nº 03, Centro, Perdões/MG, CGC/MF nº 18.244.343/0001-67, neste denominado **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal, Guilherme Pereira Freitas, brasileiro, servidor público municipal, e do outro lado;

– RENATA ALVARENGA DOMINGOS, brasileira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Educacionais, portadora do CPF n.º 102.xxx.xxx-00, residente na Zona Rural do Custodinho – Perdões/MG, neste denominada **CONTRATADA,** celebram o presente termo.

2 – DOS CONSIDERANDOS:
2.1 – Necessidade inadiável de contratação para o bom e regular atendimento na área da Educação, para atuar como Auxiliar de Serviços Educacionais, em substituição a servidora efetiva *Maria Deli de Paula Oliveira,* que se encontra em função readaptada.
2.2 – Observando o disposto na Lei Orgânica Municipal;
2.3 – Possibilidade Jurídica de contratação em caráter temporário, função pública, amparada na Lei Complementar nº 031/10 de 19.03.2010.

2.4 – Autorização legal quanto ao orçamento; rubrica 02.07.01.12.361.1201.2051.3.1.90.04.00 ficha 217

3 – DO OBJETO
Constitui objeto deste Contrato Administrativo a contratação de **RENATA ALVARENGA DOMINGOS,** como Auxiliar de Serviços Educacionais, atuando junto à **Secretaria Municipal de Educação** com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas mensais, sob o vínculo de natureza estatutária.

4 – DA REMUNERAÇÃO
Pela prestação de serviços a contratada fará jus a remuneração de R$ 1.699,37 (um mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), sendo o referido valor passível dos descontos previdenciários.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
5.1 – Cumprir com fidelidade o presente Contrato;
5.2 – Dar integral cumprimento à legislação aplicável.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
6.1 – Cumprir jornada de trabalho conforme estipulado no item "3";
6.2 – Cumprir com fidelidade todas as ordens emanadas da **Secretaria Municipal de Educação**, bem como se submeter ao regime constitucional adotado pela Prefeitura Municipal de Perdões.

7 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO DESTE CONTRATO
7.1 – Por acordo entre as partes;
7.2 – Término do prazo aludido no item 8;
7.3 – Vontade unilateral do contratante amparada no interesse público;
7.4 – Ausência da contratada por prazo superior a 3 (três) dias, alternados ou não, de forma injustificada.

8 – DO PRAZO
O presente contrato é por prazo determinado, iniciando-se em **13 de agosto de 2026 e encerrando-se em 18 de dezembro de 2026** podendo ocorrer antecipação de sua vigência atendendo a portaria n.º 9.346/23 ou prorrogação, havendo interesse das partes.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – Este contrato é de direito público e ao ser interpretado obedece às normas respectivas, em especial a Lei Complementar nº031/10 de 19.03.2010.

9.2 – As partes elegem o foro da comarca de Perdões para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, não solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Perdões, 13 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

RENATA ALVARENGA DOMINGOS
Contratada

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:F675EFCB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIEDADE DE PONTE NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 140/2025
PROCESSO LICITATORIO N° 080/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de reforma e ampliação do espaço destinado à implantação do setor de fisioterapia e construção do depósito da banda municipal, no município de Piedade de Ponte Nova – MG.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: AMAURI GOMES DA CRUZ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° 41.755.568/0001-08
O valor do aditivo corresponde: R$ 133.264,31 (cento e trinta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos)
Ovalor atualizado do Contrato corresponde ao valor de: 483.264,31 (quatrocentos e oitenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 092/2025
Processo Licitatório Nº 055/2025

Objeto: Contratação da proposta mais vantajosa visando a Contratação de Serviços de Engenharia e Segurança do Trabalho, em atendimento às necessidades do Município de Piedade de Ponte Nova, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados neste termo de referência.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG, CNPJ 18.316.257/0001-12.
Contratado: SESTRA – SERVIÇO DE ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 02.104.708/0001-18
Vigência: O contrato terá vigência até 20 de agosto de 2027.

Valor: O valor estimado decorrente da prorrogação para o ano de 2026 é de 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais)

EXTRATO DE CONTRATO N° 183/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 050/2026

Objeto: Aquisição de Veículo de Transporte Sanitário (Com Acessibilidade - 1 Cadeirante), para manutenção do transporte Eletivo de saúde municipal, conforme resolução SES nº10.514/2025, em atendimento ao município de Piedade de Ponte Nova.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrito no CNPJ n° 16.850.663/0001-35
Valor do Contrato: R$ 324.400,00 (trezentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais)
A vigência é até o dia 25 de agosto de 2027.

EXTRATO DE CONTRATO N° 182/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 055/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica no Parque de Exposição do Município de Piedade de Ponte Nova, contemplando o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: VITORIA CONSTRUTORA E EVENTOS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° 30.754.108/0001-30.
Valor do Contrato: R$ 666.442,29 (seiscentos e sessenta e seis mil quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos)
A vigência é até o dia 26 de agosto de 2027.

EXTRATO DE CONTRATO N° 184/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 065/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços destinados ao planejamento, organização e execução do X Concurso de Marcha, incluindo a preparação e organização das inscrições, recepção e conferência dos participantes, coordenação e realização das provas, julgamento, apuração e divulgação dos resultados, organização e entrega das premiações, bem como demais atividades necessárias à realização do concurso, em atendimento ao município de Piedade de Ponte Nova – MG.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: VINICIUS REIS DE OLIVEIRA SILVA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ: 43.879.740/0001-52
Valor do Contrato: R$ 42.381,03 (quarenta e dois mil trezentos e oitenta e um reais e três centavos)
A vigência é até o dia 27 de setembro de 2026.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 059/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 057/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na cessão de licença de uso, implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, de sistemas informatizados de gestão pública, devidamente integrados entre si, contemplando os módulos orçamentário, financeiro, contábil, patrimonial, administrativo, recursos humanos, controle interno, portal da transparência, tributos, almoxarifado, frota, obras públicas, e demais funcionalidades necessárias à Administração Pública Municipal, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: PLANO INFORMATICA LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ sob o n° 23.366.974/0001-99
Valor global da Ata de Registro de Preços: R$ 183.835,00 (cento e oitenta e três mil oitocentos e trintas e cinco reais).

A vigência é até o dia 31 de agosto de 2027.

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:4E6F10B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Processo Licitatório Nº. 137/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90043/2026, Registro de Preços N°. 026/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais e, com base na Lei 14.133/2021, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Contratada: VCR SERVIÇOS DE CAPINA E ROÇAGEM LTDA - CNPJ: 48.753.676/0001-82, Valor Total de R$ 132.790,00 (cento e trinta e dois mil, setecentos e noventa reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 31/08/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:E2943DBA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.Processo Licitatório Nº. 143/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90045/2026, Registro de Preços nº. 027/2026 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR – CAMINHÃO BASCULANTE, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA URBANA. Contratada: RENATA OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - CNPJ: 50.813.307/0001-80, Valor Total de R$ 113.193,36 (cento e treze mil, cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos) . Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 27/08/2026

FLÁVIO ALOÍSIO MACIEL
Secretário Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbanístico Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:7617692C

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório Nº. 141/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90044/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, NO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Contratadas: COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE VICOSA - COOPERA - 13.050.371/0001-20 no valor total de R$ 62.832,00 (vinte e seis mil, quarenta e oito reais), HELTON TRANSPORTES LTDA - CPF/CNPJ: 39.966.630/0001-50 no valor total de R$ 117.645,00 (cento e dezessete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 26/08/2026

ANTÔNIO JOSÉ TRINDADE DE PAIVA
Secretário Municipal de Educação Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:9BFEFAAE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório Nº. 112/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90033/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, NO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Contratadas: 55.171.461 ANESTOR MATILDES MAURILHO - 55.171.461/0001-19, no valor total de R$ 47.432,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais); 60.266.808 ANDRE ROBERTO DA SILVA - 60.266.808/0001-47, no valor total de R$ 56.727,00 (cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais); DIONIZIO MARTINS DA SILVA 05052724667 - 32.404.078/0001-68, no valor total de R$ 189.349,60 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos); ELEINE VIRGINA DOS SANTOS - 32.350.778/0001-17, no valor total de R$ 69.927,00 (sessenta e nove mil, novecentos e vinte e sete reais); JB TRANSPORTE LTDA - 30.090.235/0001-82, no valor total de R$ 125.312,00 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e doze reais); VINICIUS DE MELO OLIVEIRA - 32.450.671/0001-40, no valor total de R$ 172.480,00 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 27/08/2026

ANTÔNIO JOSÉ TRINDADE DE PAIVA
Secretário Municipal de Educação
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:B7B9319E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2024 – TRECHO 01 PROCESSO N° 156/2023 CONCORRÊNCIA 006/2023

EXTRATO DE 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2024 – TRECHO 01
PROCESSO N° 156/2023
CONCORRÊNCIA 006/2023

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em execução de pavimentação em CBUQ (revestimento asfáltico) trecho 1, trecho 2, trecho 3 e trecho 4, na avenida Otto André no município de Pirapetinga/MG, mediante o regime empreitada menor preço por lote, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
CONTRATADO: TCM CONSTRUTORA LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.436.760/0001-10, sediado(a) na Rua Marita Dornelas, 145, Dornelas, em Muriaé-MG, CEP. 36.884-176, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Magda Aline de Medeiros Bittencourt, portador(a) da Carteira de Identidade nº MG – 14.693.597, expedida pela (o) PC/MG, e CPF nº 089.810.876-44 e Marcelo Bittencourt Ferreira, portador(a) da Carteira de Identidade nº M – 8.132.128, expedida pela (o) SSP/MG, e CPF nº 029.346.066-09.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR: O valor total estimado deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 04 (quatro) meses é de R$ 248.494,09 (duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e nove centavos).

PRAZO DO ADITIVO: 26/12/2026
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício, estão programadas em dotação orçamentária conforme contrato de repasse 1079.832-45 SICONV: 920144/2021, na classificação:
02.06.00.15.451.0013.1.0009-4.4.90.51
Fonte de recursos: 1.500.000
Fonte de recursos: 1.701.000
DATA DO ADITIVO: 26 de Agosto de 2026.
Publique-se.

Publicado por:
Alan Rambaldi de Souza Costa '
Código Identificador:B7E6CB5B

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 1º ADITIVO A ARP Nº 014/2025 PROCESSO N° 106/2025 PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025 29 DE JULHO DE 2026

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO da Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços para a manutenção preventiva e corretiva de automóveis da frota oficial do município de Pirapetinga, por um período de 12 meses.
CONTRATADA: TOP CENTER DDP LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.308.392/0001-00, sediado(a) na RUA AUGUSTO LACERDA, 401, CAXIAS, RECREIO – MG, 36.740-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ITALLO RUBACK SILVA, CPF nº 145.548.476-83.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Bairro centro, nesta cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.092.825/0001-49.
PRAZO DO ADITIVO: 12 meses
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:901871E3

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 1º ADITIVO A ARP Nº 014/2025 PROCESSO N° 106/2025 PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025 29 DE JULHO DE 2026

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO da Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços para a manutenção preventiva e corretiva de automóveis da frota oficial do município de Pirapetinga, por um período de 12 meses.
CONTRATADA: JOTEL MECANICA DIESEL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.627.696/0001-06, sediado(a) na ROD BR 116, KM 03, 01, MATINHA, PIRAPETINGA – MG, CEP: 36730-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) JOCELIO FARIA PEREIRA, CPF nº 017.460.197-27.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Bairro centro, nesta cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.092.825/0001-49.
PRAZO DO ADITIVO: 12 meses
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:5B4D9C83

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 104/2026 DISPENSA 034/2026 CONTRATO Nº 147/2026 DATA: 31 DE AGOSTO DE 2026.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Veículo automotor de duas rodas para fins de sorteio com premiação do Programa IPTU Premiado, como estímulo à adimplência dos contribuintes municipais, conforme a lei municipal 1942/2023 e Decreto regulamentador 26/2026, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
CONTRATADO: **LUC PADUA MOTOS E REPRESENTACOES LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.215.466/0001-04, sediado(a) na AV FLORISMUNDO DECNOP, 438, TAVARES, em SANTO ANTONIO DE PADUA - RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **LUCIANO CHAVES DINIZ, portador(a) do CPF nº 763.440.537-04.**
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 20.990,00 (vinte mil e novecentos e noventa reais).
PRAZO DO CONTRATO: 06 MESES.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº:
02.04.00.04.129.0003.2.0015-3.3.90.31 Fonte de recursos: 1.500.000
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:2E6BC2F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 2.856/2026

LEI MUNICIPAL Nº 2.856/2026

Altera a redação do art. 86 da Lei nº 2.259, de 24 de março de 2015, que dispõe sobre o Sistema de Educação do Município de Pirapora e sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Pessoal do Magistério, para estender o pagamento da gratificação de incentivo à regência aos Professores de Educação Infantil – Creches, aos Professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistivas e aos Professores Bilíngues – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O Prefeito Municipal de Pirapora, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 86 da Lei Municipal nº 2.259, de 24 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os demais dispositivos da Lei:

Art. 86 Os servidores integrantes da carreira de Professor de Educação Básica, na forma instituída por esta Lei, prevista nos artigos 62 e 63, farão jus à gratificação de incentivo à regência e à gratificação de incentivo à assiduidade, equivalente a 10% (dez por cento) e 7% (sete por cento), respectivamente.

§ 1º Os servidores integrantes da carreira de Professor de Educação Infantil – Creches, prevista nos artigos 66, 67 e 68, farão jus à

gratificação de incentivo à regência, equivalente a 10% (dez por cento).
§ 2º Os servidores integrantes da carreira de Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas, prevista nos artigos 68-A, 68-B e 68-C, farão jus à gratificação de incentivo à regência, equivalente a 10% (dez por cento).

§ 3º Os servidores integrantes da carreira de Professor – Bilíngue – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, prevista nos artigos 68-D, 68-E e 68-F, farão jus à gratificação de incentivo à regência, equivalente a 10% (dez por cento).

§ 4º As gratificações previstas neste artigo, que serão regulamentadas por decreto, incidem apenas sobe o vencimento básico do cargo efetivo, e tendo natureza *propter laborem* servem de incentivo aos servidores com efetivo exercício em sala de aula.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEI MUNICIPAL Nº 2.856/2026

Sanciono a presente Lei. Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei couberem que cumpram e façam a cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Pirapora/MG, 31 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:61898495

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 282/2026

Portaria Nº 282/2026

Nomeia defensor dativo – Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade.

O **Prefeito Municipal de Pirapora/MG**, Alexandro Costa Cesar, no uso da atribuição que lhe confere o art. 167., § 2º, da Lei Municipal nº 1.782, de 25 de junho de 2005, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Inacia Maria Gomes, cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 7.996, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo no Processo Administrativo Disciplinar designado pela portaria nº 219/2026, podendo requerer à Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 14 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:D3175455

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 293/2026

PORTARIA Nº 293/2026

Dispõe sobre a homologação da reorganização interna de atribuições, fluxos e designações do Setor de Alfabetização e Letramento da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no âmbito do Decreto Municipal nº 062/2026, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e do regime de colaboração, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Pirapora-MG, o Sr. Alexandro Costa Cesar**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento no Decreto Municipal nº 062/2026 e na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a alfabetização na idade certa constitui direito social indisponível e dever prioritário do Poder Público, conforme os arts. 205 e 208 da Constituição Federal, em harmonia com as diretrizes da Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Alfabetização por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), visando a garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do País;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 062/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização Territorializada e Inclusiva de Pirapora/MG, em especial o disposto em seus artigos de organização e gestão operacional da rede municipal de ensino, que prevêem a estruturação técnica e o acompanhamento das ações de alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEMED);

CONSIDERANDO a importância da mútua cooperação e do regime de colaboração horizontal com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), a Superintendência Regional de Ensino de Pirapora (SRE/Pirapora) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (UNDIME-MG) para a qualificação técnica, o alinhamento de diretrizes e a mobilização institucional da política de alfabetização;

CONSIDERANDO a qualificação técnica e a competência inerente aos servidores da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que já integram o quadro funcional e exercem de forma contínua as atribuições pedagógicas e administrativas da pasta, possuindo plena aptidão técnica para gerir as ações da política educacional;

CONSIDERANDO a natureza consultiva, propositiva e pedagógica do Núcleo de Estudos, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos (NEPIR/DH), instituído pelo Decreto Municipal nº 115/2025 no âmbito da SEMED, e sua competência para atuar de forma transversal, prestando suporte a todos os segmentos da Secretaria;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a governança, a cooperação federativa e a gestão operacional da política educativa por meio da otimização de recursos humanos já existentes na pasta, sem a criação de cargos públicos, reestruturação de plano de carreira ou aumento de despesa ao erário municipal;

CONSIDERANDO o poder regulamentar e hierárquico da gestão municipal na organização interna de seus fluxos administrativos e aproveitamento racional de servidores públicos efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação (SEMED);

RESOLVE:

CAPÍTULO I
Da Reorganização e Estrutura do Setor
Art. 1º Fica homologada a reorganização interna do Setor de Alfabetização e Letramento, unidade técnica operacional e de suporte pedagógico continuado; vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED).
Parágrafo único. A estrutura do Setor fundamenta-se na Lei Federal nº 15.247/2025 e no Decreto Municipal nº 062/2026, sendo operacionalizada mediante o aproveitamento de servidores lotados na SEMED, sem criação de cargos, funções comissionadas, gratificações ou aumento de despesa.

Art. 2º O Setor de Alfabetização e Letramento atuará de forma integrada às diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, estruturando-se nas seguintes instâncias:
I – Coordenação Executiva do Setor;
II – Eixo I: Articulação com a Diretoria de Educação Infantil e respectivas coordenadorias;
III – Eixo II: Articulação com a Diretoria de Ensino Fundamental / Anos Iniciais e respectivas coordenadorias;
IV – Eixo III: Integração com a Coordenação de Educação em Tempo Integral;
V – Eixo IV: Inclusão e Equidade, subdividido em:
a) Articulação com a Diretoria do Serviço de Apoio à Inclusão (SAI);
b) Articulação com o representante do Núcleo de Estudos, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos (NEPIR/DH).

§ 1º As ações técnico-operacionais do Setor submetem-se às diretrizes emanadas pelo Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização (CEMPA), instituído pela Portaria Municipal nº 284/2026.

§ 2º O Setor desenvolverá suas atividades em cooperação federativa com a SRE/Pirapora e a UNDIME-MG, contando com o suporte transversal do NEPIR/DH para assegurar a equidade étnico-racial na rede municipal.

CAPÍTULO II
Das Atribuições e Designações Nominais
Art. 3º Ficam designados os **profissionais da educação efetivos da rede municipal de ensino e atuantes na Secretaria Municipal de Educação (SEMED)**, constantes do Anexo I desta Portaria, para compor a equipe técnica do Setor de Alfabetização e Letramento, competindo-lhes:
I – À Coordenação Executiva: planejar, articular e supervisionar as rotinas pedagógicas e administrativas do Setor, coordenar a equipe dos eixos e consolidar os dados operacionais da rede municipal;
II – Ao Eixo I (Educação Infantil): acompanhar as ações de desenvolvimento da linguagem oral e letramento na Educação Infantil, assegurando a articulação curricular e a transição pedagógica para o Ensino Fundamental;
III – Ao Eixo II (Ensino Fundamental / Anos Iniciais): orientar o trabalho pedagógico nos Anos Iniciais, acompanhar o monitoramento da fluência leitora e dar suporte às estratégias de recomposição das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática;
IV – Ao Eixo III (Educação em Tempo Integral): integrar os componentes de alfabetização e letramento às atividades e oficinas pedagógicas do tempo integral na rede municipal;
V – Ao Eixo IV (a - Serviço de Apoio à Inclusão - SAI): prestar suporte pedagógico inclusivo aos estudantes público-alvo da Educação Especial, orientando a aplicação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA);
VI – Ao Eixo IV (b - NEPIR/DH): atuar transversalmente na garantia da equidade étnico-racial, dos direitos humanos e do fortalecimento das diretrizes da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nos materiais e rotinas de alfabetização.

§ 1º Caberá à Coordenação Executiva manter canal permanente de alinhamento técnico-operacional com a Articulação Municipal da RENALFA/CNCA (integrante do CEMPA), visando à integração de dados e à fluidez de informações nos sistemas de monitoramento.

§ 2º As substituições e movimentações dos titulares indicados no Anexo I serão formalizadas mediante ato retificador próprio do Poder Executivo Municipal, preservando-se a regularidade e a continuidade do monitoramento público.

Art. 4º O exercício das funções no âmbito do Setor constitui encargo de relevante interesse público educacional, pautado pelos princípios da legalidade e da eficiência administrativa.
Parágrafo único. Os canais formais de diálogo, fluxos de alinhamento técnico e rotinas de articulação interinstitucional serão detalhados em manuais, diretrizes e fluxogramas operacionais internos expedidos pela SEMED.

CAPÍTULO III
Das Disposições Finais
Art. 5º Ficam convalidadas, para todos os efeitos legais e operacionais, as seguintes ações desenvolvidas pelos servidores no âmbito da SEMED desde a vigência do Decreto Municipal nº 062/2026:
I – as atividades técnico-pedagógicas vinculadas à Política Municipal de Alfabetização;
II – os relatórios de monitoramento pedagógico da rede;
III – as avaliações de fluência leitora e diagnósticos do CNCA.

Parágrafo único. Reconhece-se a regularidade da atuação dos servidores indicados no Anexo I com base na competência técnica e funcional dos cargos efetivos que ocupam.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação do Decreto Municipal nº 062/2026 no tocante às convalidações do Art. 5º, revogadas as disposições em contrário.

Pirapora-MG, 28 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal de Pirapora

ANEXO I

RELAÇÃO NOMINAL DA EQUIPE TÉCNICA E COMPOSIÇÃO DOS EIXOS DO SETOR DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
(Servidores efetivos atuantes no quadro funcional da SEMED)

I – Coordenação Executiva do Setor: Valdisséia Alves Araújo
II – Eixo I: Representação da Educação Infantil: Celina Cardoso Santos
III – Eixo II: Representação do Ensino Fundamental: Adriana Malaquias de A. Ribeiro
IV – Eixo III: Representação da Educação em Tempo Integral: Renata Aparecida Alves Gomes
V – Eixo IV (a): Representação do Serviço de Apoio à Inclusão (SAI): Nome: Andreia Dias Abreu Peixoto
VI – Eixo IV (b): Representação do Núcleo de Estudos, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos (NEPIR/DH): Maria Liliane Pereira Soares

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:24A5674A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2026
Processo Licitatório N° 004/2026
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026
Objeto: Credenciamento de músicos com seus conjuntos musicais para realizar apresentações em eventos do município, conforme especificado neste edital.
Empresa: 60.331.722 LUCIANA RIBEIRO BACELAR
CPF n° 101.449.926-71.
Valor global : R$ 38.400,00
Data da assinatura: 27/08/2026.
Vigência: 23/01/2027, podendo ser prorrogado conforme a Lei.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:F071EAE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0276/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000156/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0101/26
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE PALCO COM SANITÁRIOS ANEXOS NA PRAÇA JOSE CAETANO NEVES, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITO NO EDITAL
Contratado: MATEUS EUGENIO DE PAIVA, CNPJ n° 51.911.813/0001-74. Valor global estimado de R$ 189.000,00. Data da assinatura: 24/08/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 24 de agosto de 2026 até 24 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
02060115451200910100000449051001.710.000 F743

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:B28C8491

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N° 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 292/2025
PRC 158/2025
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE POÇO FUNDO E ALFALAGOS LTDA
O Município de Poço Fundo, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, com sede na Praça Presidente Tancredo Neves, 3000 em Poço Fundo/MG, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Rosiel de Lima e a empresa ALFALAGOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0001-14, com sede na Avenida Alberto Vieira Romão, nº 1700, no Município de Alfenas/MG, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem entre si justo e acordado e celebram o TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
A vigência deste contrato passa a ser até dia 22 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do originário não alteradas pelo presente Termo Aditivo.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Poço Fundo, 25 de agosto de 2026

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

NATANAEL PEREIRA
Representante Legal
Alfalagos LTDA

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:D0E9ACBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Poco Fundo informa ao publico em geral que, no dia vinte sete de agosto do presente ano, o Processo Licitatorio n 155/2026, na modalidade Pregao eletronico 100/2026, tendo como Objeto a CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUCAO DA REFORMA DO PREDIO SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CONFORME DESCRITO NO EDITAL, foi homologado sendo vencedora a empresa AMPLIAR PROJETOS LTDA CNPJ N 53.814.162/0001-20, com valor global de 328.000,00.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:49DD09D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGAO ELTERONICO 107-26

A Prefeitura Municipal de Poco Fundo, atraves do Departamento de Licitacoes, informa ao publico em geral que, encontra-se aberto o Processo Licitatorio n 170/2026, na modalidade Pregao Eletronico n 107/2026, tendo como Objeto do proposto certame a Contratacao de empresa especializada em prestacao de servicos para realizacao de buffet para formatura dos agentes de saude, conforme descrito no edital. A data de abertura sera dia 18 de SETEMBRO de 2026, as 13:00 horas. O edital encontra-se no site http://pe.pocofundo.mg.gov.br e o manual para uso do sistema de pregao eletronico encontram-se no site www.pocofundo.mg.gov.br.

MICHAEL OZANAN JOSE BATISTA DE OLIEVIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:A83089D5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - EDITAL DE Nº 77/2026

EDITAL DE ADVERTÊNCIA– Confecção De Passeio e Fechamento de Lote

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, departamento de Fiscalização de Obras, após tentativas de entrega do Auto de Advertência, vem através deste Edital, conforme previsto no Artigo 311, IV, da Lei Municipal 6.570/2022, notificar o contribuinte abaixo relacionado sobre autuação por infração ao Código de Obras Municipal:

TEREZINHA DE FATIMA PEREIRA
CNPJF: ***.550.126-**
AA: 61484/2026
DATA DA CONSTATAÇÃO: 27/05/2026

INFRAÇÃO:

ART. 107 da lei 6570/2022: Compete ao proprietário a construção, a reconstrução e a conservação dos passeios em toda a extensão das testadas do terreno, edificado ou não, desde que o logradouro público possua meio-fio executado e concluído.

ART. 110 da lei 6570/2022: Compete aos seus proprietários a construção, a reconstrução e a conservação dos muros quando houver.
O(a) autuado(a), se assim entender, poderá protocolar defesa por escrito, preferencialmente pelo Autoatendimento no site da Prefeitura de Pouso Alegre (MG) ou na Central de Atendimento, remetida ao Departamento de Fiscalização de Obras, **no prazo de vigência deste Edital que é de 30 (trinta) dias,** a contar da data de publicação, comprovando os fatos que vier alegar.

A defesa deverá estar devidamente assinada e acompanhada dos seguintes documentos: I- Petição, devidamente assinada pelo(a) autuado(a) ou representante legal (munido de procuração); II- Cópia do Auto de Advertência, cópia deste edital; e, III- Cópia de documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, se pessoa jurídica, que comprove a representação ou Procuração.

A falta dos documentos solicitados poderá ocasionar o não reconhecimento do pedido, caso não seja possível comprovar a legitimidade do requerente ou autenticidade dos documentos. A assinatura do requerente deve ser igual a constante no documento de identificação para comprovação da legitimidade. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma autuação.

Não sendo apresentado recurso e, constatada a permanência das irregularidades, será lavrado o respectivo Auto de Infração e Multa, nos termos do Artigo 272, § 4º, inciso X, da Lei nº 6.570/2022, desde que devidamente justificado, conforme prevê o Artigo 300 da mesma legislação.

Pouso Alegre, 24 de Agosto de 2026.

FÁBIA KARINA RIBEIRO ALMEIDA E RAIMUNDO
Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras

Publicado por:
Daiane Caroline de Faria Pereira
Código Identificador:C5C376CF

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE POSTURAS Nº 0085/2026 – NOTIFICAÇÃO COLETIVA (LIMPEZA DE TERRENO PARTICULAR)

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Departamento de Fiscalização de Posturas, após tentativas de notificação pessoal, vem através deste Edital, conforme previsto no Artigo 211, § 2º da Lei Municipal 6.543/2021 (Código de Posturas), **NOTIFICAR** os contribuintes abaixo relacionados para que, no prazo de **30 (TRINTA) dias**, a contar da data de publicação deste Edital, regularizem a situação do terreno cadastrado em seu nome, no que diz respeito à limpeza e a manutenção periódica do imóvel, conforme determina o Artigo 11, da Lei Municipal 6.543/2021.

DENIS WILLIAN MENDES
CPF.: 085.*.636-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA SERRA DO CIPO
BAIRRO: RESIDENCIAL SERRA MORENA
LOTE: 0009
QUADRA: L
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 76326
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 004.1125.0407
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 162A/2026

DOUGLAS REIS VIEIRA
CPF.: 060.*.816-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA ARGENTINA GROSSI TONINI
BAIRRO: PÃO DE AÇÚCAR
LOTE: 0092
QUADRA: 006
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 58768
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 005.0258.0104
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 661A/2026

DREIVOS IVAN DE FARIA
CPF.: 000.*.336-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA LUIZ FELIPE SILVA DE MORAES
BAIRRO: PITANGUEIRAS
LOTE: 0012
QUADRA: H
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 53150
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 005.0240.0260
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 699A/2026

FABIO PIERUZZI PLACIDI
CPF.: 296.*.198-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA MARIA JOSE DE PAULA
BAIRRO: CIDADE VERGANI
LOTE: 0026
QUADRA: 014
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 36142
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 004.0218.0048
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 325A/2026

FABIO PIERUZZI PLACIDI
CPF.: 296.*.198-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA MARIA JOSE DE PAULA
BAIRRO: CIDADE VERGANI
LOTE: 0025
QUADRA: 014
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 36143
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 004.0218.0060
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 326A/2026

JOSE PERCIVAL MOREIRA FILHO
CPF.: 631.*.723-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA JACY TEIXEIRA
BAIRRO: PITANGUEIRAS
LOTE: 0010
QUADRA: E
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 53080
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 005.0237.0131
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 686A/2026

LUIZ CARLOS DE MENESES
CPF.: 368.*.377-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA SERRA DA CANASTRA
BAIRRO: RESIDENCIAL SERRA MORENA
LOTE: 0002
QUADRA: J
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 76257
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 004.1123.0051
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 141A/2026

PAULO MARCELINO DA SILVA
CPF.: 552.*.206-****
TERRENO LOCALIZADO NA AVENIDA DOUTOR JOSE PINTO DE CARVALHO
BAIRRO: SAÚDE
LOTE:
QUADRA:
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 22766
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 003.0092.0112
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 649A/2026

RAFAEL DA CRUZ VASCONCELOS
CPF.: 307.*.528-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA LUIZ FERREIRA DE PAULA
BAIRRO: RESIDENCIAL SANTA RITA II
LOTE: 0016
QUADRA: V
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 58028
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 004.0983.0230
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 575A/2026

RUTENIO GARCIA
CPF.: 053.*.968-****
TERRENO LOCALIZADO NA RUA DOUTOR CICERO ROSA
BAIRRO: SAÚDE
LOTE: A
QUADRA: J
CADASTRO IMOBILIÁRIO: 22231
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 003.0069.0009
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 648A/2026

Ficam os(as) contribuintes acima qualificados(as), notificados(as) da(s) irregularidade(s) apontada(s) e intimados a saná-la(s), sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente Auto de Infração e Multa e aplicadas todas as penalidades previstas na Legislação vigente.
Ficam os(as) notificados(as) cientes da necessidade de manter o imóvel limpo, conforme determina a legislação, sob pena de, a qualquer tempo, serem aplicadas as sanções previstas em Lei.
Para a defesa: Os(as) notificados(as), se assim entenderem, poderão protocolar defesa por escrito na Central de Atendimento, na Rua Dionísio Machado, n. 96, Centro, ou preferencialmente pelo Autoatendimento disponível no site www.pousoalegre.mg.gov.br ou pousoalegre.atende.net dentro do prazo estabelecido acima, a contar da publicação deste, comprovando os fatos que vierem alegar.
A defesa deverá ser direcionada ao Departamento de Fiscalização de Posturas, assinada pelo proprietário ou responsável (munido de procuração), com os seguintes documentos:
* Cópia de documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, se pessoa jurídica, que comprove a representação; e,
* Procuração, quando for o caso.
A falta dos documentos solicitados poderá ocasionar o não reconhecimento do pedido, caso não seja possível comprovar a legitimidade do requerente ou autenticidade dos documentos. A assinatura do requerente deve ser igual a constante no documento de identificação para comprovação da legitimidade.

Pouso Alegre, 31 de agosto de 2026

ANGELO WAGNER RAMOS
Gerente Interino do Departamento de Fiscalização de Posturas
Prefeitura Municipal de Pouso Alegre

Publicado por:
Eder do Couto Nora
Código Identificador:B1909034

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
INSTRUÇÃO NORMATIVA SPUMA Nº 03/2026 - EDITAL Nº 76/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPUMA Nº 03/2026

Dispõe sobre critérios para análise da dispensa do recuo frontal prevista no art. 64, §§ 7º e 8º, da Lei Municipal nº 6.476/2021 – Plano Diretor Municipal.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de uniformizar a interpretação e a análise dos pedidos de dispensa do recuo frontal previstos no art. 64, §§ 7º e 8º, do Plano Diretor Municipal;

Considerando que a expressão “implantada junto ao alinhamento do passeio público” não se confunde com ocupação integral da testada;
Considerando que a situação dos lotes diretamente lindeiros constitui referência relevante, mas deve ser analisada em conjunto com a integração da edificação ao entorno imediato;

Considerando que o imóvel confrontante exclusivamente pelos fundos, quando relacionado a outro logradouro e submetido a alinhamento distinto, não possui relação direta com a análise do recuo frontal;

Considerando a necessidade de evitar decisões baseadas exclusivamente em situações isoladas ou em critérios não previstos na legislação;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece critérios interpretativos e procedimentais para análise da dispensa do recuo frontal prevista no art. 64, § 7º, inciso I, e § 8º, da Lei Municipal nº 6.476/2021.

§ 1º A dispensa não afasta o atendimento aos demais parâmetros urbanísticos, edilícios, ambientais, de segurança e acessibilidade aplicáveis.

§ 2º A análise observará o princípio da suficiência documental, considerando-se suficientes os elementos que permitam a verificação objetiva dos requisitos legais, vedada a exigência de documentos ou levantamentos adicionais sem demonstração de sua necessidade para o caso concreto.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – lotes laterais imediatos: os lotes diretamente confrontantes à direita e à esquerda do imóvel objeto da análise;

II – lote confrontante de fundos: aquele que confronta com a divisa posterior do imóvel e não integra a frente urbana analisada;

III – face de quadra: conjunto de lotes ou testadas situados no mesmo lado do logradouro, compreendidos, em regra, entre duas esquinas;

IV – entorno imediato: espaço urbano diretamente relacionado à implantação analisada, compreendendo, em regra, a face de quadra e, quando tecnicamente pertinente, imóveis próximos voltados para o mesmo logradouro;

V – edificação implantada junto ao alinhamento: construção permanente cujo corpo edificado alcance o alinhamento frontal do lote com o passeio público, ainda que não ocupe integralmente a testada.

CAPÍTULO II - DOS LOTES VIZINHOS E DO ALINHAMENTO

Art. 3º Para aplicação do art. 64, § 7º, inciso I, os lotes laterais imediatos constituirão referência inicial para análise da implantação das edificações vizinhas.

Parágrafo único. Não será exigida a ocupação integral da testada para caracterização da edificação implantada junto ao alinhamento, não sendo a existência de corredor, portão, garagem, acesso lateral ou área descoberta suficiente, por si só, para descaracterizar essa condição.

Art. 4º O imóvel confrontante exclusivamente pelos fundos, quando vinculado a outro logradouro e submetido a alinhamento distinto, não constituirá parâmetro para reconhecimento ou afastamento da dispensa do recuo frontal.

CAPÍTULO III - DA INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO IMEDIATO

Art. 5º A situação dos lotes laterais imediatos deverá ser analisada conjuntamente com a integração da implantação pretendida ao entorno imediato.

§ 1º A existência de edificações implantadas junto ao alinhamento nos lotes laterais constitui elemento relevante para a análise, mas não determina automaticamente a concessão da dispensa.

§ 2º A existência isolada de imóvel lindeiro com recuo frontal preservado também não implicará automaticamente o afastamento da dispensa.

§ 3º A análise deverá considerar a configuração da mesma frente urbana, verificando se a implantação pretendida apresenta compatibilidade com as características do entorno imediato.

Art. 6º A análise ampliada da face de quadra somente será necessária quando os elementos ordinariamente apresentados no processo não forem suficientes para avaliação da integração da implantação pretendida com o entorno imediato, especialmente quando:

I – um ou ambos os lotes laterais estiverem vagos;

II – houver dúvida objetiva quanto à implantação das edificações lindeiras;

III – a situação dos imóveis laterais divergir da configuração observada no entorno;

IV – houver indícios de que a situação dos lotes vizinhos seja isolada ou excepcional;

V – o imóvel possuir configuração urbanística atípica.

Art. 7º Na análise do entorno imediato deverão ser considerados, conforme as características do caso:

I – a continuidade ou repetição das edificações implantadas junto ao alinhamento;

II – a configuração predominante da frente urbana;

III – as características da face de quadra;

IV – a relação das edificações com o passeio público;

Parágrafo único. Dados quantitativos relativos aos lotes, testadas ou extensão das edificações poderão ser considerados como elementos auxiliares da análise.

CAPÍTULO IV - DA DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA E DA ANÁLISE ADMINISTRATIVA

Art. 8º A hipótese prevista no art. 64, § 7º, inciso I, deverá ser demonstrada pelo responsável técnico nos elementos que instruem o projeto arquitetônico.

§ 1º Não será exigido laudo, relatório, levantamento ou documento técnico autônomo quando as informações já constantes do projeto e da documentação apresentada forem suficientes à verificação do enquadramento.

§ 2º Quando os elementos apresentados não forem suficientes para avaliação do entorno imediato, poderá ser solicitada complementação simplificada, mediante croquis, plantas esquemáticas, fotografias, imagens aéreas, imagens públicas disponíveis ou outros elementos tecnicamente adequados.

Art. 9º Compete ao Departamento de Análise de Projetos avaliar a documentação apresentada à luz dos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

§ 1º A complementação documental somente será solicitada quando a ausência, insuficiência, inconsistência ou divergência das informações apresentadas impedir a verificação objetiva dos requisitos previstos no art. 64, devendo a exigência indicar especificamente o elemento a ser esclarecido ou complementado.

§ 2º Não será exigida reapresentação de informação ou documento já constante do processo, salvo quando houver divergência, ilegibilidade ou necessidade objetiva de atualização ou esclarecimento.

§ 3º Não constituem, isoladamente, fundamento suficiente para o indeferimento:

I – a existência de corredor, acesso lateral, portão, garagem ou área descoberta na testada;

II – a ausência de ocupação integral da testada;

III – a situação de imóvel confrontante exclusivamente pelos fundos e relacionado a outro logradouro;

IV – a existência isolada de imóvel lindeiro recuado, sem análise de sua relação com o entorno imediato;

V – a existência isolada de edificações no alinhamento, sem análise de sua compatibilidade com o entorno imediato.

CAPÍTULO V - DA UNIFORMIDADE ADMINISTRATIVA E DA MOTIVAÇÃO

Art. 10. Os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa deverão ser observados de forma uniforme nos processos que apresentem condições técnicas semelhantes, assegurando coerência, segurança jurídica e isonomia na aplicação do art. 64, § 7º, inciso I, e § 8º, do Plano Diretor.

§ 1º O indeferimento da dispensa deverá ser expressamente motivado, com indicação dos elementos técnicos e das circunstâncias concretas que afastem o enquadramento pretendido.

§ 2º A motivação deverá demonstrar a relação entre a situação dos lotes lindeiros, o entorno imediato e a conclusão adotada, não sendo suficiente a mera reprodução do texto legal, o emprego de conceitos genéricos ou a indicação isolada de característica de determinado imóvel vizinho.

§ 3º Havendo insuficiência documental passível de esclarecimento ou complementação, esta deverá ser oportunizada antes do indeferimento sempre que necessária à adequada conclusão da análise.

Art. 11. A aplicação desta Instrução Normativa não afasta a análise individualizada de cada processo, sendo vedada a adoção de requisitos, critérios ou condicionantes não previstos na legislação aplicável ou nesta regulamentação.

Art. 12. Esta Instrução Normativa aplica-se aos processos em tramitação ainda não definitivamente decididos, inclusive aos pedidos de reconsideração ou reanálise.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 31 de agosto de 2026.

THAÍS DE OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

WESLEY GONÇALVES DA COSTA
Superintendente de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

JÉSSICA ADALGISA FARIA
Gerente do Departamento de Análise de Projetos

CAMILO SOARES DE OLIVEIRA
Assessor Executivo

Publicado por:
Daiane Caroline de Faria Pereira
Código Identificador:CC526A95

SECRETARIA DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG –
TERMO DE REPASSE N° 27/2026

OBJETO: REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO REFERENTES AO PROJETO MIGUILIM, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SES Nº 10.902, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE TERMO DE REPASSE TERÁ VIGÊNCIA ATÉ 31/08/2027. ASSINATURA EM 28/08/2026. BENEFICIÁRIA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – CISAMESP. CADASTRADA JUNTO AO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CNPJ/MF SOB O Nº 01.080.759/0001-94 VALOR: R$43.302,33 (QUARENTA E TRES MIL TREZENTOS E DOIS REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nº 02.011.000.0010.0302.0002.2017.33390390000000000000.16050000000 FICHA: 880.

POUSO ALEGRE/MG, 28 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Júlia Borges de Carvalho
Código Identificador:904736B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 371/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CONTRATO Nº 371/2026 – PREGAO ELETRONICO Nº 61/2026 – Objeto: LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA.A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em: 01/09/2026. CONTRATADA: **ALEMÁQUINAS DRENAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA.** Valor R$ 717.000,00 (setecentos e dezessete mil reais). Dotação orçamentária: 02.003.000.0020.0606.0010.2064.3.3.90.39.00 – ficha 1686.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:5A6B0AD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CREDENCIAMENTO N° 08/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CREDENCIAMENTO nº 08/2026 – Objeto: Credenciamento para contratação de médicos plantonistas nas áreas de pediatria e clínica geral, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Pouso Alegre-MG. O início do recebimento dos documentos para habilitação será a contar do dia 08/09/2026 às 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Gustavo Luís Fernandes Silva – Agente de Contratação.

Pouso Alegre/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:4C4117B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PORTARIA Nº 15, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO, NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal de Licitações e Contratações Públicas do Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Decreto Municipal nº 6.271, de 08 de janeiro de 2026; o art. 5º do Decreto Municipal nº 5.535, de 18 de novembro de 2022; o art. 40, IV, art. 42, I, combinado com o art. 54, II, da Lei Municipal nº 5.881/2017 e o art. 72, § 1º, alínea "f", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º e no art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 5.535, de 18 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores, preferencialmente efetivos do quadro permanente da Administração, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos procedimentos licitatórios e das contratações públicas conduzidos no âmbito da Secretaria Municipal de Licitações e Contratações Públicas;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de designação prévia de servidor para substituir os Agentes de Contratação e Pregoeiros regularmente designados nos casos de férias, licenças, afastamentos, impedimentos ou outras situações que impossibilitem temporariamente o exercício de suas funções;

RESOLVE:

Designar Agente de Contratação/Pregoeiro Interino

Art. 1º Fica designado o servidor **MARCELO COSTA FLORES**, inscrito na matrícula funcional sob nº 24.204-1, para exercer as funções de Agente de Contratação e Pregoeiro, **na condição de substituto**, nos casos de férias, licenças, afastamentos, impedimentos ou outras situações que impossibilitem temporariamente a atuação dos servidores regularmente designados pela Portaria nº 14, de 27 de agosto de 2026.

§ 1º A atuação do servidor designado por esta Portaria ocorrerá exclusivamente durante o período necessário à substituição, sem prejuízo das designações ordinárias estabelecidas pela Portaria nº 14, de 27 de agosto de 2026.

§ 2º Em licitação na modalidade pregão, o servidor designado neste artigo, quando responsável pela condução do certame, será denominado Pregoeiro.

Art. 2º No exercício das funções previstas nesta Portaria, o Agente de Contratação/Pregoeiro Interino exercerá as atribuições conferidas aos Agentes de Contratação e Pregoeiros pela legislação aplicável, especialmente aquelas previstas no Decreto Municipal nº 5.535, de 18 de novembro de 2022.

Art. 3º Aplicam-se ao servidor designado por esta Portaria, no que couber, as disposições da Portaria nº 14, de 27 de agosto de 2026, inclusive quanto à atuação e à designação da equipe de apoio, observados o princípio da segregação de funções e as demais vedações legais aplicáveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, 31 de Agosto de 2026.

JOÃO LÁZARO OLIVEIRA SIMÕES
Secretário Municipal de Licitações e Contratações Públicas
Portaria nº 4.875/2026 - Decreto nº 6.271/2026

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:CD539F86

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 85/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico nº 85/2026 – Objeto: Aquisição de kit de laboratório didático de ciências portátil. A sessão pública será realizada no dia 17 de setembro de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Marcelo Costa Flores – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:BE3BDB0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRONICO Nº 89/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS nº 89/2026 – Objeto: Aquisição de pranchões de eucalipto, madeiras de eucalipto tratada, arame farpado, grampos galvanizados e pregos. A sessão pública será realizada no dia 21 de setembro de 2026 as 09h01min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Marcelo Costa Flores – Agente de Contratação.

Pouso Alegre/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:321E120E

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRONICO Nº 37/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2025 – Decorrência: Pregão Eletrônico nº 37/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS PARA ATENDER A DEMANDA DO LABORATORIO MUNICIPAL.** Data da assinatura: 27/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 03/09/2026 até 02/09/2027. Detentora: **J&K COMERCIAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.338.231/0001-60. Valor: R$ **957,55 (novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Dotação orçamentária nº 02.011.000.0010.0302.0002.2016.3.3.90.30.00– ficha 860 .**

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:F0602B0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 255/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 23/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 255/2024– INEXIGIBILIDADE Nº 23/2024– OBJETO: REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (SERDI I).O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 23/08/2026 e termino previsto para 23/08/2027. CONTRATADA : CONGREGAÇÃO DAS IRMAS SALESIANAS DOS SAGRADOS CORAÇÕES . Data assinatura: 21/08/2026. Dotação orçamentária: nº 02.011.10.0302.0002.2017.3.3.90.39.00 - FICHA 879.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:860E8A20

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
REAJUSTE CONTRATO Nº 49/2023 - PREGÃO ELETRONICO Nº 96/2022

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Termo de reajuste de preços CONTRATO nº 49/2023– PREGÃO EELETRONICO Nº 96/2022 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/ MG. Contratada : VÉRTICE SERVIÇOS , INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Indice de reajuste 4,71%. Dotação orçamentária nº 02.015.2115.0026.0782.0041.3.33.90.00– ficha 1585 / 02.015.2116.0026.0782.0041.3.33.90.00 – FICHA 2116. Data de assinatura: 27/08/2026.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:BEF80523

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024 - A

Processo Licitatório nº 154/2024 – Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 020/2024.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, que tem por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO MÉDICO HOSPITALAR, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-OPERATÓRIAS E PÓS-OPERATÓRIAS E CIRURGIAS DE CATARATAS"**.
Partes: Município de Prata-MG e **HBC-HOSPITAL BRASIL CENTRAL LTDA.**
Fundamento Legal: art. 84 da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$499.990,00 (quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa reais).
Prazo de vigência: de 17/09/2026 a 16/09/2027.
Data da assinatura: 31/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:44964166

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2025

Processo Licitatório nº 098/2025 – Pregão Eletrônico nº 043/2025.
Partes: Município de Prata-MG **DISTRIBUIDORA LIDER FRUTAL LTDA.**
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato para utilização de saldo remanescente, que tem por objeto **"AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME LEI N° 2.571 DE 27/02/2018, QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NO MUNICÍPIO DE PRATA/MG, OS PROJETOS E PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL"**.
Fundamento Legal: art. 105 e art. 107, da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$122.389,12 (cento e vinte e dois mil trezentos e oitenta e nove reais e doze centavos).
Prazo de vigência: de 16/09/2026 a 15/11/2026, ou, podendo ocorrer antes, caso haja exaurimento do saldo remanescente.
Data da assinatura: 31/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:DE843D09

ASSESSORIA JURÍDICA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2023

No **EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2023**, Publicado no Diário Oficial dos

Municípios Mineiros em 28 de agosto de 2026, ANO XVIII | Nº 4349, página 246, faz-se a seguinte retificação:

ONDE SE LÊ:
"Valor Total: R$235.076,82 (duzentos e trinta e cinco mil setenta e seis reais e oitenta e dois centavos)".

LEIA-SE:
"Valor Total: R$447.018,82 (quatrocentos e quarenta e sete mil dezoito reais e oitenta e dois centavos)".

Prata-MG, 28 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:AC2DAC38

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Pelo presente termo de Retificação do edital do Processo Licitatório **Nº 0005/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2026** tendo por objeto: **AQUISIÇÃO DE ITENS DE PAPELARIA E TI E MATERIAL DE ESCRITÓRIO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PRATINHA/MG,** considerando que, após conferência minuciosa dos documentos e informações disponibilizadas, foi constatado que o edital referente ao presente processo não foi devidamente publicado no site da Associação Mineira de Municípios (AMM) nem no Diário Oficial do Estado, o que compromete a transparência e a ampla divulgação exigida pela legislação vigente;
Diante disso, torna-se necessária a retificação do edital, a fim de assegurar a correta publicidade do certame, garantindo igualdade de acesso às informações, ampla visibilidade e pleno cumprimento dos princípios da legalidade, publicidade e isonomia que regem os processos administrativos e licitatórios.
Devido as alterações realizadas fica nova data da abertura da sessão designada para o dia 04/09/2026 as 09:00 (nove horas da manhã) pelo email: pratinhaprevidencia@terra.com.br. As maiores informações no Setor de licitações da prefeitura municipal de Pratinha localizada à rua Pedro Paulo Santos, nº 45, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00. Telefone (034) 2120-0601 e https://www.pratprev.mg.gov.br/.
Os demais itens permanecem como no edital, publique-se a presente retificação para o conhecimento de todos interessados.

Pratinha/MG, 31 de agosto de 2026.

ELIZANIA DOS REIS SILVÉRIO
Diretora Administrativa e Financeira - PRATPREV

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:CA106DE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 067/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026
MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 004/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL (CONSTRUTORA), COM ACERVO TÉCNICO EM CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL CORONEL NECA DE PAULA, COM CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) SALAS DE AULA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

DATA DO CONTRATO: 31/08/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRATINHA-PREFEITURA MUNICIPAL

CONTRATADA: D2D CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ N° 36.918.567/0001-99.

VALOR GLOBAL: R$ 635.200,00 (seiscentos e trinta e cinco mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2026 a 31 de outubro de 2027

Pratinha- MG, 31 de agosto de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:30C3D208

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 068/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2026
MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A AMPLIAÇÃO DO CEMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NEUSA OLÍMPIA DOS REIS, MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS DE AULA E 02 (DOIS) SANITÁRIOS, SENDO UM MASCULINO E UM FEMININO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG. CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS.

DATA DO CONTRATO: 31/08/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRATINHA-PREFEITURA MUNICIPAL

CONTRATADA: D2D CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ N° 36.918.567/0001-99.

VALOR GLOBAL: R$ 457.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil reais).

VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2027

Pratinha- MG, 31 de agosto de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:D1647BE3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 279/2026 – Pregão Eletrônico/Registro de

preço: 53/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o aviso de licitação do processo licitatório cujo objeto: Contratação de prestação de serviço de locação de máquina pá carregadeira capacidade mínima de 15 toneladas, para atendimento das demandas do Municipio de Quartel Geral/MG. Data de abertura das propostas comerciais e abertura da sessão do pregão eletrônico: dia 18/09/2026 ás 08:00 hs. Site para realização do pregão eletrônico: https://ammlicita.org.br/. Informações (37) 999575102–

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 31/08/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:0DA0D93F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA Nº 30/2026.

O município de Queluzito – MG, torna público o Aviso de Contratação Direta - Dispensa Nº 30/2026, autorizado pelo PL Nº 65/2026, objetivando a contratação de empresa especializada, sob o sistema de registro de preços, para fornecimento de materiais de uso odontológico em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Queluzito - MG, nos termos do §3º do art. 75 e §6º do art. 82 da Lei nº. 14.333/2021. Data e prazo final para recebimento das propostas: dia 08/09/2026 às 08h00min. As propostas devem ser enviadas pelo e-mail: licitacoes@queluzito.mg.gov.br. Edital disponível em www.queluzito.mg.gov.br.

Queluzito, 31/08/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:308C17FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026.

O município de Queluzito – MG, torna público o Pregão Eletrônico Nº 16/2026, autorizado pelo PL Nº 64/2026, visando a Contratação de pessoa jurídica, sob o sistema de registro de preços, para fornecimento de materiais de expediente, de uso escolar e para as oficinas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS em atendimento às Secretarias Municipais de Queluzito – MG. Dia 14/09/2026 às 09h00min. Edital disponível em **www.queluzito.mg.gov.br e na plataforma: https://queluzito.licitapp.com.br/.**

Queluzito, 31/08/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação/Pregoeira Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:19ADA9BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026,que entre si celebram aPREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor unitário do preço dos itens contratados passando para:

Item	Especificação	Preço Aceito p/ reajuste
02	00000018657-ESTEIO DE EUCALIPTO C/ 04 M CADA DIAMETRO 40 - CM	R$ 198,00
22	00000002014-PRANCHÃO DE EUCALIPTO ESPESSURA 06 CM X 25 C - 3,5 METRO	R$ 60,00
27	00000002017-TRAVESSÃO DE MAD. DE EUC. COM 3,5M CADA - 30 CM DE DIAMETRO	R$ 140,00
28	00000007253-VIGAS DE EUCALIPTO DIÂMETRO DE 40 A 50 CM -	R$ 198,00

Data da assinatura:31/08/2026.

Queluzito, 31 de agosto de 2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente De Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:F5F369D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR DE LICITAÇÕES
(3º) TERCEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 093/2023 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2023 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 192/2023

(3º) TERCEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 093/2023

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 192/2023

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo, por um lado, MUNICIPIO DE RECREIO, pessoa jurídica de direito público, por seu Órgão PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° 17.735.754/0001-92, com sede na Rua Prefeito José Antônio, n° 126, Centro, Recreio/MG, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Leandro Ferreira Medeiros, portador do CPF sob o n° 050.544.256-67, doravante denominado simplesmente de CONTRATATANTE, e de outro lado, **COLEFAR LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° **04.962.103/0001-93**, com sede na Rua Governador Milton Campos, n° 1154, Bairro Tupi B, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 31.844-440, representado pelo Sr. Rogério Brito Coutinho, portador do CPF sob o n° 734.099.366-53 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, com amparo nos termos estabelecidos no Art. 57, II § 2º na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores, pelos preceitos de direito público e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **DO OBJETO**

O presente termo tem como objeto:

1.1– 1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do Contrato Administrativo nº 192/2023, oriundo do Processo Licitatório n° 093/2023, Pregão Presencial n° 043/2023, em consonância com o disposto no Artigo 57, II, § 2º e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, pelo prazo de 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir da data de 02/09/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – As despesas decorrentes correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Especificação: Outros Serviços de 3º P.J. – 3.3.90.39.00 Fichas: 154,161,127.

CLÁUSULA TERCEIRA: **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
3.1 – Ficam mantidas as demais cláusulas do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1 – É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, o foro da Comarca de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, com expressa renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justas e acertadas as partes, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e para os fins de direito para dirimir todas as dúvidas que surgirem do presente instrumento na presença das testemunhas.

Recreio, 27 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal
Contratante

ROGÉRIO BRITO COUTINHO
Colefar LTDA - EPP
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Nome: Ronei de Paula Costa
CPF:

2. _____
Nome: João Guilherme Costa Ferreira
CPF:

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:D3F15796

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 244, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Declara vacância de cargo em virtude de aposentadoria de servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o art. 65, inciso IV c/c art. 68, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 37, de 23 de fevereiro de 2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Recreio, de suas Autarquias e Fundações Públicas,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago 01 (um) cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, constante do Quadro de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de Recreio, tendo em vista a concessão, pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social de aposentadoria à servidora **ROZELY SALUSTIANO DA ROCHA**, CPF nº 884.612.546-00, Matrícula Funcional nº 336, Benefício nº 223.968.937-9 – Aposentadoria por Idade, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 31 de agosto 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:E3069799

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 245, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Declara vacância de cargo em virtude de aposentadoria de servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o art. 65, inciso IV c/c art. 68, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 37, de 23 de fevereiro de 2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Recreio, de suas Autarquias e Fundações Públicas,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago 01 (um) cargo de Pedagoga, constante do Quadro de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de Recreio, tendo em vista a concessão, pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social de aposentadoria à servidora **MARIA JOSÉ LACERDA FREITAS DORIGO**, CPF nº 496.855.116-91, Matrícula Funcional nº 493, Benefício nº 223.968.853-4 – Aposentadoria por Idade, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 31 de agosto 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:24216E8F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA

A Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados/MG, torna público a Concorrência Eletrônica n° 006/2026, que ocorrerá no dia 17/09/2026 às 8:30h objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) CRECHE TIPO 2 DE EDUCAÇÃO INFANTIL, VINCULADA AO CONTRATO DE REPASSE Nº 979219/2025, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), A SER EXECUTADA NO MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS/MG, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS. O edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública no portal www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo site https://riachodosmachados.mg.gov.br/licitacoes/ . Inicio da Sessão de Disputa de Preços: às 08:30min do dia 17/09/2026, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br . Maiores informações pelo portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br .

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:E3ED332D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 000010698/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – AUTOS: 000010698/2026

EM DESFAVOR DE: H.R.S.

Comissão Processante: Suelen Mesquita de Jesus, Mardem Santos Barbosa e Fernanda R. De A. Rodrigues.

Data da Instauração: 28/08/2026.

Publicado por:
Fernanda Ribeiro de Almeida Rodrigues
Código Identificador:06A44688

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 145/2026

Dispõe sobre aprovação de desdobro de área que especifica.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 95, e com fundamento na alínea "a" do inciso I do art. 58, ambos da Lei Orgânica Municipal e, considerando;

I - o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

II - a Lei Complementar Municipal nº 231, de 23 de março de 2023;

III - o Decreto Estadual nº 48.254, de 18 de agosto de 2021;

IV – as instruções do Processo Administrativo nº 3544/2025;

V - a solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através do Processo SEI n° 456.333.026823/2026-93;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobro dos lotes 18 e 19 da quadra 13, situado no Bairro Condomínio Vale do Ouro, nesta cidade, registrado sob as matrículas nº 58.670 e 58.671 no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Ribeirão das Neves, com áreas de 3.050,00 m² (três mil e cinquenta metros quadrados) e 3.600,00m² (três mil e seiscentos metros quadrados), de propriedade de Taisa Furtado de Magalhães Gomes, Marcella Furtado de Magalhães Gomes, Alexandre Furtado de Magalhães Gomes, Hélio Baeta de Magalhães Gomes Neto, Iasmini Furtado de Magalhães Gomes e Corporation Negócios Imobiliários, Locações e Representações Ltda.

Parágrafo único. Do desdobro de que trata o *caput* resultam o lote 18 com área de 3.705,00 m² (três mil setecentos e cinco metros quadrados), e o lote 19, com área de 2.945,00m² (dois mil novecentos e quarenta e cinco metros quadrados), ambos com frente para a Rua Alameda dos Canários.

Art. 2° Ficam os órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves autorizados a procederem as anotações e averbações que se fizerem necessárias, em decorrência da presente aprovação.

Art. 3° O desmembramento da área de que trata este Decreto, será submetido a Registro Imobiliário no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sobre pena de caducidade da aprovação, conforme disposto no art. 18 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e art. 42 da Lei Municipal nº 231/2023.

Art. 4° A aprovação do projeto de desdobro se efetiva mediante o recolhimento de todas as taxas, impostos e demais tributos municipais incidentes sobre o imóvel e o serviço administrativo.

Art. 5º A aprovação de que trata este Decreto se fundamenta na anuência técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, consubstanciada no Processo SEI n° 456.333.026823/2026-93, no Processo Administrativo n°3544/2025, e na conformidade do projeto com os parâmetros urbanísticos vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ribeirão das Neves, 27 de Agosto de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:35751128

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO DA FICHA ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVO, ATA 50/2025-PROCESSO 157/2024, CELEBRADO COM A EMPRESA FORZAN LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Ribeirão das Neves - MG, em 24 de Agosto de 2026.

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por seu titular MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVOS por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido Contrato são:

13.002.18.542.0110.2764.3.3.90.39 | Ficha: 939 | Fonte: 1.759.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no, Contrato e aditivo (s) posterior (es).

Assim, assina o presente instrumento para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA /
Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:09F160E9

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –179/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –179/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

0091ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATADAINFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
GTN3B73	26/08/2026	11/01/2025	RJ-3236/2025	R100167453	INDEFERIDO
HOH7F86	26/08/2026	13/07/2025	RJ-3238/2025	AG10210536	INDEFERIDO
SHK8J75	26/08/2026	08/06/2025	RJ-3239/2025	R100200166	INDEFERIDO
PWS7C03	26/08/2026	17/12/2024	RJ-3240/2025	R100161467	INDEFERIDO
HHH0806	26/08/2026	16/01/2025	RJ-3259/2025	AG08837836	INDEFERIDO
GRN5B23	26/08/2026	22/01/2025	RJ-3315/2025	R100169333	INDEFERIDO
HPL3784	26/08/2026	01/03/2025	RJ-3316/2025	AG08837108	INDEFERIDO
NCW1F41	26/08/2026	29/01/2025	RJ-3317/2025	AG08837905	INDEFERIDO
ETJ5991	26/08/2026	12/02/2025	RJ-3318/2025	AG08834375	DEFERIDO
KXI2C43	26/08/2026	14/02/2025	RJ-3319/2025	R100174913	INDEFERIDO
HOF1D12	26/08/2026	08/03/2025	RJ-3320/2025	AG08840894	INDEFERIDO

Total de Registros: 11

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:E6360856

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 185/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –185/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

083ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
HFO2H80	31/08/2026	02/09/2025	RJ-292/2026	R100219567	INDEFERIDO
HFO2H80	31/08/2026	02/09/2025	RJ-293/2026	R100219529	INDEFERIDO
PYN7E77	31/08/2026	22/09/2025	RJ-294/2026	R100225170	INDEFERIDO
PYN7E77	31/08/2026	16/09/2025	RJ-295/2026	R100223224	INDEFERIDO
PYN7E77	31/08/2026	16/09/2025	RJ-296/2026	R100223467	INDEFERIDO
PYN7E77	31/08/2026	16/09/2025	RJ-297/2026	R100223234	INDEFERIDO
PYN7E77	31/08/2026	16/09/2025	RJ-298/2026	R100223468	INDEFERIDO
QUY0D59	31/08/2026	16/08/2025	RJ-299/2026	R100215575	INDEFERIDO
PZT0C27	31/08/2026	03/09/2025	RJ-300/2026	R100219836	INDEFERIDO
OWL5646	31/08/2026	13/09/2025	RJ-301/2026	R100222437	INDEFERIDO
OWL5646	31/08/2026	13/09/2025	RJ-302/2026	R100222523	INDEFERIDO
PWH7123	31/08/2026	10/09/2025	RJ-303/2026	AG10216437	INDEFERIDO
RVF7F92	31/08/2026	14/09/2025	RJ-304/2026	R100222711	INDEFERIDO
OPP1E80	31/08/2026	10/09/2025	RJ-305/2026	R100221737	INDEFERIDO
TCF2A12	31/08/2026	08/09/2025	RJ-306/2026	R100220476	INDEFERIDO

Total de Registros: 15

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:BC43EBD1

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 094° SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 31/08/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
2619	4045	788	31/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
2620	4045	789	31/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02

Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:27F03A6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2026

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2026
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 098/2021
PROCESSO N° 024/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: ERNST YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Referência/Objeto: Contratação de empresa de serviços de natureza continuada para apoio administrativo para a acompanhar, fiscalizar e atestar permanentemente, por meio de verificação independente, o cumprimento do contrato de concessão administrativa para execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, otimização eficientização, expansão, operação e manutenção de infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Ribeirão das Neves/MG.

ASSUNTO: ANÁLISE DE REAJUSTE CONTRATUAL – CONTRATO 215/2019.

Prezados Senhores,

Autorizamos V.Sas. a iniciarem a análise do aporte público destinado à expansão e modernização da infraestrutura de iluminação pública, no âmbito do Contrato de Concessão nº 215/2019, conforme Ofício SEMAD-GIP nº 13/2026 e Parecer PROGEM nº 258/2026.

Fica previsto um quantitativo de 200 (duzentas) horas de serviço técnico (HST), para realização das seguintes atividades:

• Avaliação da contemplação dos investimentos na modelagem originária;

• Compatibilidade do valor total do aporte ao escopo (implantação novos pontos em logradouros, praças, e intervenções no Parque Ecológico, Estádio Municipal e Cemitérios);

• Verificação de não ocorrência de duplicidade remuneratória;

• Análise do estágio atual dos serviços da concessão;

• Proporcionalidade do aporte (art. 7º, § 2º, Lei 12.766/2012);

• Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE);

• Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) comparativo entre Contraprestação e Aporte;

• Elaboração de relatório consolidado com parecer conclusivo;

• Reunião para apresentação dos resultados do trabalho.

Prazo: 7 (sete) dias, contados a partir da emissão desta Ordem de Serviço.

Atenciosamente,

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO
Ernst Young Assessoria Empresarial LTDA

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA
Secretário Municipal de Administração

06/02/2026

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:6E5E192B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
ATA PLENARIA 333 09 DE JULHO

PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN. Data: 09 de Julho de 2026, horário: início às 09h06min e término às 11h43min. Local: Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, situada à Rua Ari Teixeira da Costa, 1.100, Bairro Savassi – Ribeirão das Neves / MG. Conselheiros participantes: Cleonice Gomes Vieira, Marylúcia Aparecida da Silva Ferreira, Maurício Florentino da Silva, Natália Lino Silva, Regina Márcia Costa Campos e Viviane Silva dos Reis (conselheiros governamentais titulares); Helisama Mara de Almeida Costa Lima, Rosemary dos Santos Rodrigues Fernandes e Viviane Silvia Batista de Oliveira (conselheiras governamentais suplentes), Thamara Dalila Souza de Oliveira e Andrezza dos Reis Pimenta, (conselheiras titulares representantes de entidades); Cláudia Maria Venância de Paula e Geraldo Piedade Gonçalves (conselheiros suplentes representantes de entidades).Não houve representantes de usuários e trabalhadores do SUAS nesta plenária. Demais participantes: Jacqueline Martins Silva (Associação Borboleta Azul), Luciane Soares e Nayara Costa (representantes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade), Lucineide da Silva Gonçalves (representante da Superintendência de Planejamento e Gestão), Eni Galinari (servidora da Casa dos Conselhos), Angelita Dias Costa e Miguel Oliveira, (representantes da Gestão do SUAS), além da Secretária-executiva do CMAS, Aliziane Leite Silveira. ATA DA 333ª (trecentésima trigésima terceira) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN. Aos nove dias do mês de Julho de 2026, às nove horas e seis minutos, os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, reuniram-se em plenária ordinária, no auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. A plenária foi conduzida pela presidente Natália Lino Silva, que deu boas vindas aos presentes, iniciando as pautas do dia. Pauta 01: Leitura e aprovação da ata da plenária no 331 de 11 de junho de 2026, sendo aprovada por 04 votos e 04 abstenções, sendo as abstenções de quem não estava presente na plenária passada. Pauta 02: Justificativas de ausência. Somente a conselheira Efigenia justificou a ausência. Pauta 03: Posse da nova representante da Secretaria Municipal de Fazenda: Foi lido e assinado o termo de posse da Sra. Cleonice Gomes Vieira, conselheira governamental titular. Pauta 04: Reapresentação da Prestação de Contas da REDE CUIDAR – Acolhimento Institucional: Angelita, representante da Gestão do SUAS, apresentou a prestação de contas dos processos referentes aos Acolhimentos Institucionais Acreditar no Amanhã e Bem Querer, explicando que estes documentos já foram apresentados e aprovados pelo CMAS nos anos de 2020 e 2021, mas precisaram ser apresentados para nova apreciação e aprovação, visto que o sistema do Governo do Estado referente ao período apresentou falhas de comunicação e estes documentos constam como pendentes. Angelita falou das Resoluções do CMAS de número 64/2020 e 111/2021, que tratam exatamente do assunto. A Comissão de Finanças do CMAS fez análise prévia dos documentos e do que foi votado pelo CMAS na ocasião, através de reunião realizada no dia 06 de julho de 2026, analisando também a prestação de contas do Piso Mineiro referente ao ano de 2025, que será tema do próximo ponto de pauta. Pauta 05: Prestação de Contas do Piso Mineiro 2025. Miguel, representante da Gestão do SUAS, apresentou a prestação de contas referente ao Piso Mineiro 2025, recursos gastos com o pagamento dos benefícios eventuais e salário dos servidores dos equipamentos públicos de atendimento direto ao beneficiário, considerados “serviços da ponta”, como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, por exemplo. Foi lida a análise da Comissão de Finanças referente a Rede Cuidar e ao Piso Mineiro, e após, Natália colocou em votação sendo a prestação de contas da Rede Cuidar 2020/2021 e a prestação de contas do Piso Mineiro 2025 aprovadas por oito votos a favor, sem nenhuma abstenção. Pauta 06: Pedidos de inscrição no CMAS. Aliziane leu as atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Entidades referente as entidades que solicitaram inscrição no CMAS, a saber: Flor do Sol Eventos de Saúde, inscrição indeferida, após ser solicitado diversas vezes adequações e esclarecimentos ao plano de ação, permanecendo inconsistências nas informações, CNPJ sem atividade condizente com a Política de Assistência Social e ausência de termos de voluntariado. Instituto Educacional Saber e Conhecer, inscrição indeferida, após ser solicitadas adequações ao plano de ação, permanecendo inconsistências principalmente nos dias e horários de funcionamento e profissional de nível superior, o que não favorece a participação da comunidade. Associação dos Construtores, Artesãos e Companhia de Ribeirão das Neves – ACACIA, diversos pontos sem preenchimento no plano de ação, inviabilizando a conclusão da análise, sendo dado o prazo de 05 dias úteis para as correções dos apontamentos da Comissão, com término do prazo dia 10 de julho de 2026. Agência Mineira de Articulação de Politicas Públicas – AMAPP, a análise da Comissão foi pelo indeferimento, visto não terem sido entregues todos os documentos solicitados, a proposta é de assessoramento remoto, sem sede no município, não tendo a entidade comprovado que realizará ações específicas para o público de Ribeirão das Neves, local onde pleiteiam a inscrição. O representante da AMAPP, Sr. Lucas Estêvão Ribeiro da Silva, esteve presente na plenária, e após leitura do indeferimento pela comissão, iniciou seus argumentos, alegando que o acompanhamento do CRAS deverá ocorrer após a inscrição no CMAS, que não considera pertinente o termo de divulgação de imagens nem tampouco exigir termo de voluntariado, pois ferem a Lei de Proteção de Dados. O Conselheiro Maurício pontuou sobre a dificuldade de se comprovar o atendimento ao município de Ribeirão das Neves, Aliziane diz que a execução remota é permitida dentro das legislações, mas que precisa ser melhor comprovada. Devido ao assunto ter se estendido, com o Sr. Lucas argumentando não haver previsão legal pelo Conselho, e a Comissão alegando não estar claro que o público do município vai ter algum tipo de ações exclusivas de assessoramento que justifique conceder a inscrição para uma entidade com sede em outro município, sem nenhuma filial em Neves, a Conselheira Thamara sugeriu uma consulta aos Conselho Estadual ou Nacional para orientação neste caso e que a deliberação da inscrição da AMAPP seja pauta de outra plenária após a resposta dos órgãos competentes. Natalia Lino colocou esta sugestão em votação sendo aprovada por 07 votos e uma abstenção que o CMAS fará ofício ao Conselho Estadual a respeito de inscrição de entidade de assessoramento com sede em outro município, com ações generalizadas a vários municípios, e que a

AMAPP deverá encaminhar ao CMAS o restante da documentação pendente. Pauta 07: Formação da Comissão Eleitoral do CMAS: Aliziane pontuou que a Comissão eleitoral precisa estar formada e publicada antes da próxima plenária do CMAS, mas pelo adiantado da hora, e pela ausência de diversos conselheiros nesta plenária, que a formação da mesma ficaria impossibilitada, solicitando aos conselheiros interessados que se manifestem no grupo de whatsapp do Conselho, sobre o interesse para a formação da Comissão eleitoral. Informes: A Conselheira Rosemary trouxe a demanda que tem aparecido com frequência na saúde de moradias coletivas nomeadas de "residência inclusiva", e o impacto que isso tem gerado, uma vez que tem conhecimento de quatro casas, com aproximadamente dez moradores cada, sendo eles oriundos de outros municípios. Disse que repassou a questão para a vigilância sanitária e outros setores, para saber se estas casas estão dentro das normativas, mas que achou relevante trazer para a plenária do CMAS já que as residências inclusivas estão previstas na legislação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Ficou pactuado que o CMAS fará ofício à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania perguntando se é do conhecimento da mesma o surgimento destas casas, pois isso impacta na fragilização das ofertas socioassistenciais no município. A plenária foi finalizada às 11h43minutos, sendo que esta ata, após a sua aprovação será assinada por mim secretaria do CMAS e pelos conselheiros presentes.

NATÁLIA LINO SILVA	***HELISAMA MARA DE ALMEIDA COSTA LIMA***
Presidente do CMAS	Primeira Secretária do CMAS

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:20B30C9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
EXTRATO

Considerando o **Processo Administrativo n.º 456.333.004147/2026-81,** para atendimento à Emenda Parlamentar Impositiva n° 079-C/2025, em observância aos termos do que dispõe a legislação vigente, especialmente o artigo 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e no mesmo sentido o artigo 3o do Decreto Municipal n.º 021/2019 e alterado pelo Decreto Municipal n.º 080/2025 , que também prevê a inexigibilidade do chamamento público. em o presente a finalidade de justificar a ausência de realização de chamamento público para a formalização do Termo de Fomento a ser firmado com a organização da sociedade civil **Associação Promotora de Assistência Social (APAS)**, para desenvolvimento do projeto **"Qualificação da Infraestrutura para Continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de de Vínculos - SCFV/APAS",** promovendo a adequação, melhoria e acessibilidade da infraestrutura física utilizada para a execução do SCFV.

Ribeirão das Neves/MG, em 28 de Agosto de 2026

VANUSA PEREIRA /
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:0C73A103

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
EXTRATO

Considerando o Processo Administrativo n.º 456.333.004084/2026-36, para atendimento à Emenda Parlamentar Federal n°202541000006, em observância aos termos do que dispõe a legislação vigente, especialmente o artigo 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e no mesmo sentido o artigo 3o do Decreto Municipal n.º 021/2019 e alterado pelo Decreto Municipal n.º 080/2025, que também prevê a inexigibilidade do chamamento público. tem o presente a finalidade de justificar a ausência de realização de chamamento público para a formalização do Termo de Fomento a ser firmado com a organização da sociedade civil **Lar dos Idosos Santa Terezinha**, para desenvolvimento do projeto **"Acolher para viver bem",** para proporciona acolhimento de qualidade a pessoa com 60 anos ou mais, em situação de vulnerabilidade social, em um ambiente seguro, acolhedor e
favorável à convivência., Pelo valor de R$ 100.000,00 (Cento mil reais) cujo extrato de seu conteúdo será publicado no site oficial da prefeitura municipal, conforme previsão legal.

Ribeirão das Neves/MG, em 27 de Agosto de 2026

VANUSA PEREIRA /
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:EB3A3E12

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO CMAS/RN Nº 365, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a proposta de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2027, referente ao Fundo Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves, deliberada na 335ª (trecentésima trigésima quinta) plenária ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/RN, realizada no dia 27 de agosto de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 4.519/2025 de 03 de janeiro de 2025;

Art. 1º – APROVAR a proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA para o ano de 2027, no valor de R$ 29.504.270,00 (vinte e nove milhões quinhentos e quatro mil duzentos e setenta reais) referente ao Fundo Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão das Neves, 27 de agosto de 2026.

NATÁLIA LINO SILVA
Presidente do CMAS/RN

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:6E3BF069

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO CMAS/RN Nº 366, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o encerramento do Plano de Providências pactuado entre o Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, e a Associação de Moradores do Bairro Rosaneves – ASCOBARONE, deliberado na 335ª (trecentésima trigésima quinta) plenária ordinária do Conselho, realizada no dia 27 de agosto de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 4.519/2025 de 03 de janeiro de 2025;

Considerando a Resolução CMAS/RN nº 359, de 11 de junho de 2026, que dispõe sobre o Plano de Providências pactuado entre o Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN e a Associação de Moradores do Bairro Rosaneves;

RESOLVE:

Art. 1º ENCERRAR o Plano de Providências pactuado entre o Conselho Municipal de Ribeirão das Neves – CMAS/RN e a **Associação Comunitária do Bairro Rosaneves – ASCOBARONE, CNPJ 21.893.839/0001-76**.

Parágrafo único: A ASCOBARONE providenciou, dentro do prazo estabelecido, a contratação de profissional de nível superior com vínculo remunerado para o acompanhamento e execução de suas atividades socioassistenciais, estando, portanto, em situação regular junto a este Conselho.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão das Neves, 27 de agosto de 2026.

NATÁLIA LINO SILVA
Presidente do CMAS/RN

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:8F241808

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO

Referência: Termo de Retificação ao Contrato de Locação de Imóvel nº 073/2026 , Processo SEI Nº 456.333.003575/2026-05, que tem como objeto a locação do imóvel utilizado para abrigar as instalações do Educatec

Pelo presente instrumento, retifico o erro material para que se façam constar :

Claúsula Décima – Do Foro

• **Onde se lê;**

Ribeirão das Neves, em 22 de Junho de 2026.

• **Leia-se;**

Ribeirão das Neves, em 01 de Setembro de 2026.

Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do mencionado CONTRATO, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste instrumento.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Assim, assino o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais.

Ribeirão das Neves, em 24 de agosto de 2026.

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS /
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:938E2BCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ribeirão das Neves, 26 de agosto de 2026.

À
PREMOLDEC SOLUÇÕES CONCRETAS LTDA
Ari Teixeira da Costa, nº 1.289
Ribeirão das Neves – MG
E-mails: contato.premoldec@gmail.com
financeiro@ffaeng.com.br
Senhores,

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.314.609/0001-09, com sede na Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.100, Bairro Savassi, Ribeirão das Neves/MG, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Obras, o Sr. André Alexandre da Silva Motta, vem, por meio da presente, **NOTIFICAR FORMALMENTE a empresa PREMOLDEC SOLUÇÕES CONCRETAS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 34.804.452/0001-48**, contratada por meio do Contrato nº 132/2025, decorrente do Processo Administrativo nº 197/2024, com Sequencial do Contrato nº 27, cujo objeto compreende o REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

A contratação foi homologada em 01/07/2025, tendo o contrato sido formalizado em 02/07/2025.

Vimos, por meio desta, notificar a empresa em razão da necessidade de cumprimento da Solicitação de Fornecimento emitida em 17/06/2026, referente ao material constante da contratação.

A referida solicitação contempla o fornecimento do Item 4127588 – MOURÃO TIPO V, pré-moldado em concreto 20 MPa, com altura de 3,0 metros, ou equivalente, na quantidade de 50 (cinquenta) unidades, ao valor unitário de R$ 120,05, totalizando R$ 6.002,50 (seis mil e dois reais e cinquenta centavos).

Até o presente momento, verifica-se a necessidade de regularização do fornecimento solicitado, considerando que o material deverá ser entregue em conformidade com as especificações, quantitativos, condições e prazos estabelecidos nos instrumentos que regem a contratação.

Dessa forma, a ausência de fornecimento ou eventual atraso injustificado poderá comprometer o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, prejudicando o planejamento e a execução das atividades que dependem do referido material.

Diante do exposto, fica essa empresa NOTIFICADA para que promova a imediata regularização do fornecimento, realizando a entrega integral das 50 (cinquenta) unidades de Mourão Tipo V, conforme especificações constantes da Solicitação de Fornecimento de 17/06/2026, ou, caso exista fato impeditivo, apresente formalmente justificativa e informe a previsão efetiva para cumprimento da obrigação.

Solicita-se que a empresa se manifeste formalmente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento desta notificação, apresentando as providências adotadas para o cumprimento da obrigação.

Ressalta-se que a presente notificação constitui registro formal da necessidade de regularização do fornecimento, ficando essa empresa ciente de que a persistência do descumprimento, sem justificativa devidamente aceita pela Administração, poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no instrumento contratual e nos demais documentos que regem a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA /
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:E74A8357

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE INÍCIO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 001/2026
PROCESSO N° 20592/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 092/2026

DE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**
PARA: **JAF CONSTRUÇÕES**

REF.: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA PRODUÇÃO DE CBUQ NA USINA MUNICIPAL DE ASFALTO.**

O Município de Ribeirão das Neves, através da secretaria Municipal de Obras, autoriza a **JAF CONSTRUÇÕES**, (contratada), inscrita no CNPJ 00.150.489/0001-88, por meio de ata de registro de preço de número 092/2026, a dar início ao fornecimento de materiais/insumos para a operacionalização de usina de asfalto, visando a urbanização, manutenção e conservação de vias públicas, implantação e reforma de equipamentos públicos no Município de Ribeirão das Neves – MG.
O prazo do cronograma e vigência para o fornecimento dos materiais/insumos será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da ata de registro de preço.
Início da execução do objeto: 05 dias da emissão desta ordem de serviço.
O Valor total da presente ata de registro de preço é de **R$ 3.577.977,28** (Três milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos), a ser pago à Contratada pelos agregados efetivamente entregues.
A execução dos serviços será supervisionada pela Secretaria Municipal de Obras, por meio dos fiscais vinculados à Superintendência de Fiscalização Urbana e Contratos. A designação dos gestores e fiscais do contrato será formalizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da celebração do contrato ou do instrumento a ser gerenciado, conforme dispõe o artigo 9º do Decreto Municipal nº 41/2025.

Atenciosamente,

Ribeirão das Neves, 27 de agosto de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras
Contratante

JAF CONSTRUÇÕES
Contratada

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:40E18333

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 086/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 092/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 092/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 092/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 20592/2026**, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA PRODUÇÃO DE CBUQ NA USINA MUNICIPAL DE ASFALTO.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	Hanz Willian Lopes	Mat. 515624	Superintendente I
Fiscal Técnico	Aline Palhinha Batista	Mat. 518741	Gerente IV
Fiscal Administrativo	Priscilla Moura dos Santos	Mat. 515633	Assessora técnica III

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 27 de agosto de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:20858B25

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIO PRETO

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Rio Preto – Extrato de Processo nº 65/2026. Objeto: Processo nº 65/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 14/2026, Contrato nº 108/2026, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO/MG. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais visando à identificação, apuração, recuperação e incremento da arrecadação municipal, especificamente no que se refere a créditos de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), de competência do Município, decorrentes de divergências, omissões ou recolhimentos a menor por contribuintes e órgãos contratantes. CONTRATANTE: O Município. CONTRATADO: M.C ASSOCIADOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 70.188.768/0001-16. Pela prestação dos serviços, para cada R$ 1,00 (um real) que efetivamente favorecer o Município, será pago à CONTRATADA o valor de R$ 0,20 (vinte centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) sobre os valores efetivamente arrecadados e ingressados nos cofres municipais, devidamente comprovados, observados os moldes e limites legais inerentes ao adimplemento de honorários por serviços dessa natureza. Expediu-se o presente, publicando-se na forma da lei.

Rio Preto, 31 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Mariane Silva do Nascimento Pereira
Código Identificador:7B09D302

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

O Prefeito Municipal de Rodeiro, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de certificação de mérito e desempenho de gestores escolares de candidatos ao cargo de diretor escolar da rede municipal de ensino de Rodeiro-MG, em consonância com a lei complementar municipal n° 63/2022;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 063/2022 instituiu o processo democrático para escolha dos Diretores Escolares do Município de Rodeiro/MG, estabelecendo a observância obrigatória de critérios técnicos de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO que o processo de escolha contempla etapas de habilitação, avaliação de desempenho e formação de lista de candidatos aptos, sendo necessária a obtenção de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de desempenho na avaliação para que o candidato integre a referida lista;

CONSIDERANDO que a especificidade do processo demanda conhecimento técnico especializado para orientação da Comissão, elaboração e/ou adequação dos documentos necessários à sua regulamentação e implementação, bem como suporte na organização e acompanhamento das etapas de habilitação e avaliação de desempenho;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar à Comissão suporte técnico especializado para a adequada condução dos trabalhos, proporcionando maior segurança, organização, padronização e observância dos critérios estabelecidos na legislação municipal;

CONSIDERANDO que a empresa CONECTE-SE BRASIL CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ nº 52.188.110/0001-22, apresentou proposta no valor total de R$ 10.735,00 (dez mil setecentos e trinta e cinco reais), compatível com as necessidades do Município, bem como possui todas as condições exigidas para contratação;

Considerando que a notória especialização é verificada através de desempenho anterior, organização, técnica, formação acadêmica, resultados de serviços anteriores, sendo o trabalho essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação das necessidades do Poder Executivo, pois não se trata de contratação de profissional para execução de serviços meramente rotineiros, mas para dispor de atividade técnica especializada para assessoria na realização do processo de escolha democrática dos diretores escolares;

Considerando comprovada a inviabilidade de competição, por tratar-se de notória especialização, associada ao elemento subjetivo talento, inexistindo condições de licitar através de um julgamento objetivo, tratando-se, na verdade de decisão discricionária da administração pública, calçada nos elementos e requisitos objetivamente informados nesta peça;

Considerando que o corpo técnico da Empresa tem notória especialização, conforme faz prova nos autos, através de comprovação de realização de cursos relacionados e experiência em objetos similares ao pretendido.

Considerado que o preço apresentado está compatível com o praticado no mercado.

Considerando a existência do interesse público, recursos financeiros e orçamentários para contratação dos serviços;

Considerando que a contratação direta por inexigibilidade está amparada no Art. 74, III, “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de certificação de mérito e desempenho de gestores escolares de candidatos ao cargo de diretor escolar da rede municipal de ensino de Rodeiro-MG, em consonância com a lei complementar municipal n° 63/2022, com a empresa CONECTE-SE BRASIL CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ nº 52.188.110/0001-22, pelo valor de R$ 10.735,00 (dez mil setecentos e trinta e cinco reais), com fundamento no Art. art. 74, III, “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021,

Determino que o Setor de Licitações realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Rodeiro, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:11588101

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5968/2026

PORTARIA N. 5968/2025

Prorroga Licença a Servidor que Menciona por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o art. 80 da Lei Complementar n. 011/2008, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rodeiro, tendo em vista o requerimento do servidor e o Parecer Social anteriormente apresentado,

Resolve:

Art. 1º Prorrogar licença à servidora, **Antonina Silva Azevedo Andrade**, matrícula nº 1484, por Motivo de Doença em Pessoa da Família (seu marido), pelo prazo de 30 (trinta) dias, com remuneração, a partir de 01/09/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 28 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:CD3D43EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/2

Decreto Suplementar

Decreto N° 50 - de 14 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 167.200,49 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025

Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 167.200,49 (cento e sessenta e sete mil, duzentos reais e quarenta e nove centavos) como seguintes dotações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 04 - Secretaria de Educação Subunidade 01 - Secretaria de Educação 2.04.01.12.361.0004.2.0020-1.540.000 - 3.1.90.16.00 REMUNERAÇÃO PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70% - - - - - R$ 13.000,00 Total da

Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 13.000,00 Total da Unidade 04 - -- - - - - - - - - - R$ 13.000,00 Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.122.0005.2.0024-1.500.000 - 3.1.90.04.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - - - - - - R$ 74.677,05 2.05.01.10.122.0005.2.0024-1.500.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - - - - - R$ 14.364,27 2.05.01.10.122.0005.2.0024-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - - - - - - R$ 5.000,00 2.05.01.10.122.0005.2.0024-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - - - - - R$ 8.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - R$ 102.041,32 Subunidade 02 - Fundo Municipal de Saúde 2.05.02.10.303.0005.2.0032-1.621.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA DE TODOS - - - - - R$ 11.525,45 Total da Subunidade 02 - -- - - R$ 11.525,45 Total da Unidade 05 - - - - - R$ 113.566,77 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.15.122.0006.2.0035-1.500.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS - - - - - - R$ 4.898,60 2.06.01.15.122.0006.2.0035-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS - - - - - R$ 25.000,00 Total da Subunidade 01 - -- - R$ 29.898,60 Total da Unidade 06 - - - - - - - - R$ 29.898,60 Unidade 07 - Sec de Agric. Meio Ambiente Subunidade 01 - Sec de Agric. Meio Ambiente e Turismo 2.07.01.18.541.0007.2.0044-1.500.000 - 3.1.90.16.00 MANUT DA COLETA/DESTINAÇÃO DO LIXO URBANO/RURAL - - - - - R$ 7.735,12 Total da Subunidade 01 - - - - R$ 7.735,12 Total da Unidade 07 - - - - - - - - - R$ 7.735,12 Unidade 10 - Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo Subunidade 02 - Esporte 2.10.02.27.812.0010.2.0068-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUT DAS ATIVIDADES DO ESPORTE AMADOR - - - - - R$ 3.000,00 Total da Subunidade 02 - - - - - - - R$ 3.000,00 Total da Unidade 10 - - - - R$ 3.000,00 Total da Instituição 02 - -- - R$ 167.200,49 Total Geral Acrescido - - - - - R$ 167.200,49 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 04 - Secretaria de Educação Subunidade 01 - Secretaria de Educação 2.04.01.12.361.0004.2.0020-1.540.000 - 3.3.90.30.00 REMUNERAÇÃO PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70% - - - - - R$ 13.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - R$ 13.000,00 Total da Unidade 04 - - - - - - - - R$ 13.000,00 Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.500.000 - 3.3.90.08.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - - R$ 89.041,32 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.621.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 11.525,45 Total da Subunidade 01 - - - - - - R$ 100.566,77 Total da Unidade 05 - - - - - -- - R$ 100.566,77 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.15.122.0006.2.0035-1.500.000 - 3.3.90.08.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS - - - - - R$ 4.898,60 2.06.01.15.122.0006.2.0035-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS - - - - - - R$ 25.000,00 2.06.01.17.122.0006.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUT. SERVIÇOS DE ESGOTO DISTRITO DO ANCORADO - - - - - R$ 13.000,00 2.06.01.26.782.0006.2.0043-1.500.000 - 4.4.90.51.00 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO - - - - - R$ 3.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - R$ 45.898,60

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:B8DA0B83

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA
Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar

Decreto N° 51 - de 14 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 45.000,00 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025

Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) conforme seguintes doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 08 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social Subunidade 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.08.02.08.241.0008.2.0059-1.500.000 - 3.3.50.41.00 BLOCO DA PROT. MÍDIA ESPECIAL SOCIAL E ALTA (MAC) - - - - - R$ 25.000,00 Total da Subunidade 02 - - - - - R$ 25.000,00 Total da Unidade 08 - - - - - R$ 25.000,00 Unidade 10 - Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo Subunidade 02 - Esporte 2.10.02.27.812.0010.2.0068-1.500.000 - 3.3.90.43.00 MANUT DAS ATIVIDADES DO ESPORTE AMADOR - - - - - R$ 20.000,00 Total da Subunidade 02 - - - - - R$ 20.000,00 Total da Unidade 10 - - -- - - - - R$ 20.000,00 Total da Instituição 02 - -- - - - R$ 45.000,00 Total Geral Acrescido - - - - R$ 45.000,00 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 01 - Secretaria da Câmara Subunidade 01 - Secretaria da Câmara 1.01.01.01.031.0001.2.0002-1.500.000 - 3.3.90.39.00 RECEPÇÕES, HOMENAGENS E FESTIVIDADES - - - R$ 10.000,00 1.01.01.01.031.0001.2.0003-1.500.000 - 4.4.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA - - - - R$ 15.000,00 1.01.01.01.031.0001.2.0003-1.500.000 - 4.4.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA - - - - - R$ 20.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - R$ 45.000,00 Total da Unidade 01 - -- - - R$ 45.000,00 Total da Instituição 01 - - - - - R$ 45.000,00 Total Geral Anulado - - - - - - R$ 45.000,00 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 14 de maio de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:C92B26DF

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar

Decreto N° 52 - de 14 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 13.000,00 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais) conforme seguintes doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 01 - Secretaria da Câmara Subunidade 01 - Secretaria da Câmara 1.01.01.01.031.0001.2.0003-1.500.000 - 3.3.90.14.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA - - - - - R$ 10.000,00 1.01.01.01.031.0001.2.0003-1.500.000 - 3.3.90.93.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA - - - - - R$ 3.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - - - - R$ 13.000,00 Total da Unidade 01 - - - - -- - - - - R$ 13.000,00 Total da Instituição 01 - - - - - - - - - - R$ 13.000,00 Total Geral Acrescido - - - - - R$ 13.000,00 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 01 - Secretaria da Câmara Subunidade 01 - Secretaria da Câmara 1.01.01.01.031.0001.2.0002-1.500.000 - 3.3.90.36.00 RECEPÇÕES, HOMENAGENS E FESTIVIDADES - - - - - R$ 3.000,00 1.01.01.01.031.0001.2.0003-1.500.000 - 4.4.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA - - - - - R$ 10.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - - - - R$ 13.000,00 Total da Unidade 01 - - - - - - - - - - - - - R$ 13.000,00 Total da Instituição 01 - - - - - - - R$ 13.000,00 Total Geral Anulado - - - - - - - R$ 13.000,00 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 14 de maio de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:0C5082A5

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/2

Decreto Suplementar

Decreto N° 57 - de 28 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 87.871,36 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 87.871,36 (oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos) como seguintes dotações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.122.0005.2.0024-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - - - - - R$ 4.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 4.000,00 Total da Unidade 05 - - - - - - - R$ 4.000,00 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.26.782.0006.2.0043-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO - - - - - R$ 5.628,87 2.06.01.26.782.0006.2.0043-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO - - - - R$ 50.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 55.628,87 Total da Unidade 06 - - - - - - - - R$ 55.628,87 Unidade 07 - Sec de Agric. Meio Ambiente Subunidade 01 - Sec de Agric. Meio Ambiente e Turismo 2.07.01.20.606.0007.2.0049-1.720.000 - 3.3.90.39.00 INCENTIVO E FOMENTO AO PRODUTOR RURAL - - - - - R$ 3.242,49 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 3.242,49 Total da Unidade 07 - - - - - - - - R$ 3.242,49 Unidade 08 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social Subunidade 01 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social 2.08.01.08.122.0008.2.0052-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUT DAS ATIVIDADES SECRETO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - - - - - R$ 5.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 5.000,00 Total da Unidade 08 - - - - - - - R$ 5.000,00 Unidade 10 - Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo Subunidade 02 - Esporte 2.10.02.27.812.0010.2.0068-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUT DAS ATIVIDADES DO ESPORTE AMADOR - - - - - R$ 10.000,00 Total da Subunidade 02 - - - - - - - - R$ 10.000,00 Subunidade 03 - Cultura 2.10.03.13.813.0010.2.0085-1.500.000 - 3.3.90.39.00 REALIZAÇÃO E APOIO FESTAS CÍVICAS/FOLCL/CULTURAIS - - - - - R$ 10.000,00 Total da Subunidade 03 - - - - - - - - R$ 10.000,00 Total da Unidade 10 - - - - - - - - R$ 20.000,00 Total da Instituição 02 - - - - - - - R$ 87.871,36 Total Geral Acrescido - - - - - - - - R$ 87.871,36 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.500.000 - 3.3.90.48.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 4.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 4.000,00 Total da Unidade 05 - - - - - - - R$ 4.000,00 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.17.512.0006.2.0041-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUT. SERVIÇOS DE ÁGUA DISTRITO DO ANCORADO - - - - - R$ 30.000,00 2.06.01.15.452.0006.2.0036-1.720.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES/SERVIÇOS URBANOS - - - - - R$ 8.871,36 2.06.01.17.122.0006.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUT. SERVIÇOS DE ESGOTO DISTRITO DO ANCORADO - - - - - R$ 20.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 58.871,36 Total da Unidade 06 - - - - - - - - R$ 58.871,36 Unidade 08 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social Subunidade 01 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social 2.08.01.11.334.0009.2.0055-1.500.000 - 3.3.90.39.00 MANUT. DAS ATIVIDADES GERAÇÃO DE EMPREGO/RENDA - - - - - R$ 5.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 5.000,00 Total da Unidade 08 - - - - - - - R$ 5.000,00 Unidade 10 - Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo Subunidade 02 - Esporte 2.10.02.27.812.0010.2.0068-1.500.000 - 3.3.90.43.00 MANUT DAS ATIVIDADES DO ESPORTE AMADOR - - - - - R$ 20.000,00 Total da Subunidade 02 - - - - - - - R$ 20.000,00 SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:70FB7D5D

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar

Decreto N° 59 - de 28 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 12.359,65 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 12.359,65 (doze mil, trinta e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) como seguintes dotações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.600.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 12.359,65 Total da Subunidade 01 - -- R$ 12.359,65 Total da Unidade 05 - - R$ 12.359,65 Total da Instituição 02 -- - R$ 12.359,65 Total Geral Acrescido - - - R$ 12.359,65 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Total Geral Anulado - - -- R$ 0,00 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 28 de maio de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**
Com Tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:04F91496

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR NOVO ELEMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar Novo Elemento

Decreto N° 53 - de 14 de maio de 2026

Insere nenhum Orçamento vigente a natureza das despesas que menciona e de outras providências.

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) Natureza(s) de despesa(s): abrindo-se para este fim Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 02 - Fundo Municipal de Saúde 2.05.02.10.303.0005.2.0032-1.600.000 - 3.1.90.04.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA DE TODOS - - - - - R$ 3.000,00 2.05.02.10.303.0005.2.0032-1.600.000 - 3.1.90.11.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA DE TODOS - - - - - R$ 7.202,40 2.05.02.10.303.0005.2.0032-1.621.000 - 3.1.90.11.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA DE TODOS - - - - - - R$ 7.202,40 2.05.02.10.303.0005.2.0032-1.621.000 - 3.1.91.13.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA DE TODOS - - - - - R$ 2.259,67 Total da Subunidade 02 - - -- - - - - R$ 19.664,47 Subunidade 03 - Vigilância em Saúde 2.05.03.10.304.0005.2.0034-1.600.000 - 3.1.90.04.00 PROMOÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA - - - - - R$ 2.592,75 Total da Subunidade 03 - - - - - - - - R$ 2.592,75 Total da Unidade 05 - - --- - - R$ 22.257,22 Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - R$ 22.257,22 Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - - - - R$ 22.257,22 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.621.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - - R$ 2.259,67 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.621.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 7.202,40 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 9.462,07 Subunidade 02 - Fundo Municipal de Saúde 2.05.02.10.301.0005.2.0029-1.600.000 - 3.1.91.13.00 PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF - - - - - R$ 2.592,75 2.05.02.10.122.0005.2.0028-1.600.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL - - - - - R$ 10.202,40 Total da Subunidade 02 - - - -- - - - - - R$ 12.795,15 Total da Unidade 05 - - - - - - R$ 22.257,22 Total da Instituição 02 - - - - - - - - - R$ 22.257,22 Total Geral Anulado - - - -- - - - - - - - R$ 22.257,22 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 14 de maio de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:EE9F70B0

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR NOVO ELEMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/2

Decreto Suplementar Novo Elemento

Decreto N° 55 - de 28 de maio de 2026

Insere nenhum Orçamento vigente a natureza das despesas que menciona e de outras providências.

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) Natureza(s) de despesa(s): abrindo-se para este fim Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 01 - Gabinete do Prefeito Subunidade 01 - Gabinete do Prefeito 2.01.01.04.122.0002.2.0004-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE - - - - - R$ 1.427,76 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - - R$ 1.427,76 Total da Unidade 01 - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 1.427,76 Unidade 02 - Secretaria de Administração Subunidade 01 - Secretaria de Administração 2.02.01.06.122.0002.2.0013-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR - - - - - R$ 1.540,67 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - - - R$ 1.540,67 Total da Unidade 02 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 1.540,67 Unidade 04 - Secretaria de Educação Subunidade 01 - Secretaria de Educação 2.04.01.12.122.0004.2.0017-1.500.000 - 3.3.90.36.00 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - - - - - R$ 14.961,31 2.04.01.12.361.0004.2.0021-1.540.000 - 4.4.90.51.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - - - - - R$ 5.497,76 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - - - - R$ 20.459,07 Total da Unidade 04 - - - - -- - - - R$ 20.459,07 Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.621.000 - 3.3.90.93.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 144,46 Total da Subunidade 01 - - - - - -R$ 144,46 Total da Unidade 05 - - - - - -- R$ 144,46 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.26.782.0006.2.0043-1.501.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO - - - - - R$ 57.450,00 Total da Subunidade 01 - - - - - -- R$ 57.450,00 Total da Unidade 06 - - - - - -- R$ 57.450,00 Unidade 07 - Sec de Agric. Meio Ambiente Subunidade 01 - Sec de Agric. Meio Ambiente e Turismo 2.07.01.20.122.0007.2.0046-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUT DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - - - - - R$ 2.032,28 Total da Subunidade 01 - - - - - -- R$ 2.032,28 Total da

Unidade 07 - - - - - - -- R$ 2.032,28 Total da Instituição 02 - - - - - - -- R$ 83.054,24 Total Geral Acrescido - - - - - - -- R$ 83.054,24 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 04 - Secretaria de Educação Subunidade 01 - Secretaria de Educação 2.04.01.12.361.0004.2.0020-1.540.000 - 3.1.90.11.00 REMUNERAÇÃO PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70% - - - - - - R$ 5.497,76 2.04.01.12.122.0004.2.0017-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - - - - - R$ 14.961,31 Total da Subunidade 01 - - - - - - -- R$ 20.459,07 Total da Unidade 04 - - - - - - -- R$ 20.459,07 Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 02 - Fundo Municipal de Saúde 2.05.02.10.302.0005.2.0031-1.621.000 - 3.3.90.39.00 ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL - - - - - R$ 144,46 Total da Subunidade 02 - - - - - - -- R$ 144,46 Total da Unidade 05 - - - - - - -- R$ 144,46 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.15.452.0006.2.0036-1.720.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES/SERVIÇOS URBANOS - - - - - R$ 3.460,04 Total da Subunidade 01 - - - - - - -- R$ 3.460,04 Total da Unidade 06 - - - - - - -- R$ 3.460,04 Unidade 07 - Sec de Agric. Meio Ambiente Subunidade 01 - Sec de Agric. Meio Ambiente e Turismo 2.07.01.18.541.0007.2.0044-1.501.000 - 3.3.90.39.00 MANUT DA COLETA/DESTINAÇÃO DO LIXO URBANO/RURAL - - - - - R$ 27.450,00 SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:5CB9F0BC

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR NOVO ELEMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar Novo Elemento

Decreto N° 56 - de 28 de maio de 2026

Insere nenhum Orçamento vigente a natureza das despesas que menciona e de outras providências.

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025

Decreta: Arte. 1 - Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) Natureza(s) de despesa(s): abrindo-se para este fim Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-2.605.000 - 3.1.90.04.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 1.401,73 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - R$ 1.401,73 Total da Unidade 05 -- - R$ 1.401,73 Total da Instituição 02 - - - - R$ 1.401,73 Total Geral Acrescido - - - - R$ 1.401,73 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso: SUPERÁVIT FINANCEIRO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Total Geral Anulado - -- - - R$ 0,00 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 28 de maio de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:78FEB475

GABINETE
DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NO DIA 05 DE JUNHO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 054/2026

Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo no dia 05 de junho de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a ocorrência do feriado no dia 04 de junho de 2026;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de estabelecer ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia subsequente ao feriado:

DECRETA:
Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal dia 05 de junho de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços considerados essenciais e indispensáveis ao atendimento da população, os quais funcionarão em regime de plantão ou conforme determinação das respectivas secretarias e órgãos competentes.

Art. 3º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades municipais assegurar a manutenção dos serviços essenciais, adotando as medidas necessárias para garantir a continuidade do atendimento público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rosário da Limeira, 28 de maio de 2026.

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:2E937F38

GABINETE
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 3' CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ROSÁRIO DA LIMEIRA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 49, DE 14 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a Designação da comissão Organizadora Da 3°Conferência Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente De Rosário da Limeira/MG e dá outras providências.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e em conformidade com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão Organizadora da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rosário da Limeira/MG, orientada pelo fortalecimento das políticas públicas de promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema central:
"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa".

" I-Eixo 1: Aprimoramento do Controle Social e Fortalecimento da Participação Social;
1 — Eixo 2: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
HI — Eixo 3: Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
IV — Eixo 4: Prevenção e Enfrentamento às Violências;
V — Eixo 5: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho;
VI — Eixo 6: Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas.

Art. 2º A II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no dia 19 de junho de 2026 e terá uma Comissão Organizadora responsável por todas as atividades de execução.

Art. 3ºA Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

I — Presidente: Rafael Fernando Dias
II — Coordenadora Geral: Joyce Silva da Cunha Faria
III — Coordenadora Adjunta: Marcilene Aparecida Braga
IV — Mediadores e Facilitadores dos Debates:
Adélia Lourenço da Silva
Andrea Allo Lucia Siqueira Anthony Marcos Massi D'Avila Eloá Maria Silva
Karolainy Aparecida Braga Silva Laura Veiga Vianeli
Lavinia da Silva Melo
Marisa Cristina Roriz
Pedro henrique do carmo ferreira

V — Secretária Executiva: Rosana Maria da Silva Gonçalves
VI — Secretários de Credenciamento: Álvaro Ferreira Junior
Eric José Teixeira Pedrosa
Maciel Masse da Silva
Maira Aparecida Falco dos Santos Rosiane Maria de Souza
VII — Tesoureira: Rosana Maria Gomes
VIII — Relatora Geral: Viviane Ugatti Dias

Art. 4° As atribuições da Comissão Organizadora serão:
Presidente: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros relacionados à realização do evento, bem como fornecer apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da comissão.
Coordenadora Geral: Coordenar a execução das atividades da Conferência, acompanhar os trabalhos das equipes envolvidas, auxiliar na elaboração dos documentos oficiais e garantir o cumprimento do cronograma e das deliberações estabelecidas.
Art. 5°As despesas decorrentes da realização da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ.

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:7583B829

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo nº 098/2026 - Processo de Dispensa Eletrônica nº 025/2026
CONTRATANTE Prefeitura Municipal de Rubelita/MG.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos destinados à implantação de sistema simplificado de abastecimento de água, em atendimento ao objeto previsto no Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 09032025-076823, para construção de rede de distribuição comunitária destinada ao abastecimento de 05 (cinco) comunidades rurais do Município de Rubelita/MG.
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS Do dia 01/09/2026 ao dia 03/09/2026.
ENVIO DAS PROPOSTAS: E-mail: licitacao.rubelitamg@gmail.com
In loco: Praça Major Avelino de Almeida, nº406 – Centro – Rubelita/MG. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Termo de Referência: Disponível no site.

Publicado por:
Maria Cristina Dias Ramalho
Código Identificador:0F52D73D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2022

Processo nº: 0179/2022
Inexigibilidade Nº 034/2022
Contrato nº: 119/2022

4º Aditivo ao Contrato nº 119/2022

Contratada: ADRIANA DA LUZ MENDES, CNPJ nº 36.083.341/0001-15

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 08/10/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 09 de outubro de 2026 até 08 de outubro de 2027.

Vigência: 09/10/2026 a 08/10/2027.

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:9448C607

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE INTIMAÇÃO

Processo Administrativo Disciplinar n. 5.860/2026

Nos termos do art. 25, §6º, da Lei Complementar Municipal n. 1.910/2019, INTIMA-SE a Dr.ª Hanielly de Castro Rosa, OAB/MG 155.185, para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo em epígrafe, pelo presidente da 2ª Comissão Disciplinar Permanente (2ª CDP), Sr. Davi Soares de Oliveira - Despacho 16-5.860/2026.

A íntegra do processo se encontra disponível na plataforma 1Doc, a qual a procuradora obteve acesso em 27/08/2026, às 11:15:24.

Santa Bárbara-MG, 31 de agosto de 2026.

CLÁUDIO ALVES BRAGA,
Secretário da 2ª CDP.

Publicado por:
Cláudio Alves Braga
Código Identificador:000FFC1D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE N.º 6684/2026

Institui as diretrizes operacionais para a integração da Computação e da Educação Digital e Midiática no currículo, bem como para o uso de dispositivos digitais em espaços escolares na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Santa Bárbara/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA, Estado de Minas Gerais, nouso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando a relevância da educação para o desenvolvimento de habilidades essenciais no mundo contemporâneo, cada vez mais permeado pelas tecnologias digitais;
Considerando a instituição da Política Nacional de Educação Digital, pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que visa assegurar e ampliar o acesso à educação e à inclusão digital;

Considerando a previsão da Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define as normas sobre a implementação da Computação na Educação Básica como complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

Considerando que o Parecer CNE/CEB nº 2/2022, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação em 3 de outubro de 2022, e seu Anexo, detalham as competências e habilidades a serem desenvolvidas na Computação, em todas as etapas da Educação Básica;

Considerando a publicação da Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular de educação digital e midiática, reforçando a importância de um ambiente escolar que equilibre os benefícios pedagógicos da tecnologia com a necessidade de preservar o foco no ensino-aprendizagem e a convivência social saudável;

Considerando que para fins de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão previstas no art. 14, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para fins de distribuição dos recursos da complementação do FUNDEB Valor Anual por Aluno – VAAR, as redes de ensino deverão informar se os referenciais curriculares adotados contemplam as normas sobre a Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC, prevista na Resolução CEB/CNE nº 1, de 4 de outubro de 2022, e na Resolução CEB/CNE nº 2, de 21 de março de 2025;

Considerando a necessidade de adequar o currículo e as práticas da rede municipal de ensino às diretrizes nacionais, respeitando a autonomia e as especificidades locais para a operacionalização e contextualização das abordagens pedagógicas;

DECRETA:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CONCEITOS

Art. 1º. Ficam instituídas as diretrizes operacionais para a integração da Computação e da Educação Digital e Midiática no currículo, bem como para o uso de dispositivos digitais em espaços escolares na Educação Infantil e no Ensino Fundamental do Município de Santa Bárbara, a serem observadas pelas instituições de ensino da rede municipal, em conformidade com as Resoluções CNE/CEB nº 1/2022 e nº 2/2025, e a legislação pertinente.

Art. 2º. Para fins deste Decreto considera-se:

I - Dispositivos digitais: aparelhos eletrônicos que utilizam tecnologia digital para processar, armazenar e transmitir informações, podendo compreender computadores, celulares, notebooks, tablets, kits de robótica, kits de audiovisual, relógios inteligentes, entre outros.

II - Educação digital escolar: conjunto de competências, habilidades e conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania digital na contemporaneidade, estruturando-se a partir dos eixos de cultura digital, mundo digital e pensamento computacional, considerando os desafios e potencialidades da era digital relativos aos direitos digitais e inclusão digital, as dinâmicas sociais mediadas pela tecnologia e as transformações no mundo do trabalho.

III - Educação midiática: prática que possibilita a leitura crítica do mundo, incluindo a relação com a cultura, a formação da identidade e a análise crítica das mídias como instrumentos que moldam as formas de ser, compreender e agir na sociedade contemporânea, possibilitando uma análise das informações recebidas pelos mais diferentes suportes, bem como a produção de conteúdo de forma ética e responsável.

IV - Pensamento computacional: habilidade de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento.

V - Educação digital e midiática: área interdisciplinar que inclui as competências previstas na BNCC relativas ao uso de tecnologias, comunicação, reflexão e análise de informações e mídias, cultura digital, mundo digital e pensamento computacional, em consonância com as indicações do eixo de Educação Digital Escolar da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.

TÍTULO II
DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA

Art. 3º. A integração curricular da Computação e da Educação Digital e Midiática deverá incluir, no mínimo, conteúdos e práticas pedagógicas voltados para:

I - Desenvolvimento do pensamento crítico e criativo;

II - Alfabetização digital;

III - Promoção da sustentabilidade e da cidadania digital;

IV - Fomento à inovação e ao uso de tecnologias educacionais;

V - Reconhecimento e identificação de padrões, criação e teste de algoritmos e resolução colaborativa de problemas.

Parágrafo único. As práticas pedagógicas e metodologias poderão ser suplementadas e contextualizadas conforme necessidades e características locais da rede municipal, respeitando-se as competências e objetivos mínimos estabelecidos nacionalmente.

Art. 4º. Na Educação Infantil, que engloba creche e pré-escola, a integração da Computação e da Educação Digital e Midiática abrangerá, no mínimo, as premissas gerais listadas no Anexo I deste Decreto, conforme as diretrizes nacionais.

§ 1º O uso de telas e dispositivos digitais pelos estudantes na Educação Infantil, de forma individual ou coletiva para visualização ou interação, mesmo que para fins pedagógicos, não é recomendado como regra, devendo seu uso ocorrer em caráter absolutamente excepcional, com planejamento cuidadoso e mediação do profissional responsável e utilizando dispositivos fornecidos pela escola, respeitando as restrições de idade e os limites de exposição a telas.

§ 2º As unidades de ensino da Educação Infantil deverão priorizar a experiência e exploração do mundo, a integração da família para

conscientização sobre o uso equilibrado de dispositivos digitais e o estímulo à computação desplugada.

Art. 5º. No Ensino Fundamental, o desenvolvimento da Computação e da Educação Digital e Midiática observará as habilidades específicas para cada ano, conforme detalhado nos seguintes Anexos deste Decreto:

I - Anexo II: Habilidades do 1º Ano do Ensino Fundamental;

II - Anexo III: Habilidades do 2º Ano do Ensino Fundamental;

III - Anexo IV: Habilidades do 3º Ano do Ensino Fundamental;

IV - Anexo V: Habilidades do 4º Ano do Ensino Fundamental;

V - Anexo VI: Habilidades do 5º Ano do Ensino Fundamental;

VI - Anexo VII: Habilidades do 6º Ano do Ensino Fundamental;

VII - Anexo VIII: Habilidades do 7º Ano do Ensino Fundamental;

VIII - Anexo IX: Habilidades do 8º Ano do Ensino Fundamental;

IX - Anexo X: Habilidades do 9º Ano do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação regulamentará, por meio de atos próprios, a abordagem pedagógica e a integração das habilidades em cada ano do Ensino Fundamental, complementando os anexos deste Decreto e sempre observando as diretrizes das Resoluções CNE/CEB nº 1/2022 e nº 2/2025, e o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022.

TÍTULO III
DO USO DE DISPOSITIVOS DIGITAIS EM ESPAÇOS ESCOLARES

Art. 6º. O uso de dispositivos digitais pessoais por estudantes para fins que não pedagógicos fica vedado em toda a integralidade da rotina escolar, incluindo a sala de aula, demais ambientes de aprendizagem, recreio e intervalos entre as aulas, para todas as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, exceto nas seguintes hipóteses, conforme Resolução CNE/CEB nº 2/2025:

I - Por estudantes com deficiência, a partir de estudo de caso ou documento que comprove a necessidade do dispositivo como instrumento de tecnologia assistiva no processo de ensino-aprendizagem, de socialização ou comunicação.

II - Para monitoramento ou cuidado de condições de saúde dos estudantes.

III - Para garantir o exercício de direitos fundamentais por toda a comunidade escolar, em situações específicas e justificadas.

IV - Em situações de estado de perigo, estado de necessidade ou caso de força maior que demandem o uso imediato dos dispositivos pelos estudantes.

§ 1º As escolas deverão mapear os estudantes que necessitam usar dispositivos digitais como tecnologias assistivas ou para atendimento a condições de saúde, garantindo suporte adequado e podendo elaborar um plano de acompanhamento.

§ 2º Em situações emergenciais, como desastres naturais ou riscos iminentes à segurança, a utilização de dispositivos eletrônicos pode ser autorizada, devendo as escolas definirem protocolos claros.

§ 3º A permissão de portabilidade de dispositivos digitais pessoais pelos estudantes nas instituições escolares fica a critério da gestão escolar, que estabelecerá, em conjunto com a comunidade escolar, os modelos de guarda destes equipamentos, podendo ser:

I - a guarda com o estudante, em local inacessível durante o período escolar;

II - a guarda nas salas de aula, sob a supervisão do professor responsável;

III - a guarda pela escola em compartimentos específicos.

§ 4º Soluções tecnológicas para implementar bloqueio de sinal em escolas não são recomendadas, dado que afetam não apenas os alunos, mas também professores, funcionários e visitantes que possam necessitar do uso de seus dispositivos móveis por motivos pessoais ou profissionais.

§ 5º As escolas poderão recomendar aos pais e responsáveis que, sempre que possível, deixem os equipamentos dos estudantes em casa, a menos que haja previsão de utilização para fins pedagógicos por um profissional de educação da escola.

Art. 7º. Considera-se uso pedagógico de dispositivos digitais o uso intencional destes equipamentos com planejamento, intencionalidade pedagógica clara e orientação de profissional de educação da escola.

§ 1º O uso de dispositivos digitais fornecidos pela escola ou sistemas de ensino para as atividades pedagógicas deve ser sempre priorizado em relação ao uso de dispositivos pessoais.

§ 2º No Ensino Fundamental, o uso pedagógico de dispositivos digitais é recomendado, respeitando as competências e as habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa, numa perspectiva de progressão gradual alinhada ao desenvolvimento da autonomia do estudante.

§ 3º O uso de dispositivos digitais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá ser equilibrado e mais restrito, garantindo o desenvolvimento das competências digitais necessárias sem prejuízo das demais competências e habilidades previstas para esta etapa.

TÍTULO IV
DAS CAPACITAÇÕES, PREVENÇÃO E AMBIENTE ESCOLAR

Art. 8º As escolas e a Secretaria Municipal de Educação devem organizar capacitações e implementar iniciativas que promovam um ambiente escolar acolhedor e preventivo, em conformidade com as diretrizes de saúde mental e bem-estar, especialmente no que tange ao uso de tecnologias digitais.

§ 1º As capacitações para educadores e equipes escolares devem habilitar os profissionais para identificar sinais de sofrimento emocional e promover a saúde mental dos estudantes.

§ 2º Os estudantes devem ser conscientizados sobre a importância do bem-estar emocional e os impactos do uso excessivo e danoso de redes sociais e jogos eletrônicos.

§ 3º As escolas e a Secretaria Municipal de Educação devem realizar palestras e encontros para orientar pais e responsáveis sobre como monitorar o bem-estar emocional dos filhos e promover hábitos saudáveis de uso de tecnologia.

Art. 9º. As atividades e espaços para socialização de estudantes durante os intervalos deverão ser planejados e organizados, priorizando:

I - Na Educação Infantil, a organização de espaços livres para brincadeiras colaborativas e não mediadas por tecnologias, incentivando a interação social, atividades culturais e recreativas, e a valorização de espaços de leitura e ao ar livre.

II - Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a oferta de atividades culturais e esportivas, jogos cooperativos, criação de clubes escolares temáticos e a valorização de espaços de leitura e atividades lúdicas.

III - Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a organização de atividades e espaços em conjunto com os estudantes, incentivando a sociabilidade e práticas não digitais, como jogos, atividades artísticas, clubes de leitura e áreas de descanso ou debate.

IV - Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o uso de dispositivos digitais fornecidos pelo estabelecimento escolar deve ser eventual e coletivo, com critérios bem definidos e foco na importância pedagógica.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela implementação e acompanhamento do cumprimento das diretrizes estabelecidas neste Decreto, devendo:

I - Prover orientações pedagógicas claras e objetivas às escolas;

II - Promover, direta ou indiretamente, programas de formação inicial e continuada para os profissionais da educação sobre os novos conteúdos e abordagens;

III – Estabelecer mecanismos para o monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento contínuo da proposta curricular complementar, podendo instituir comissões técnicas ou grupos de trabalho para este fim;

IV – Realizar o levantamento de recursos, infraestrutura e equipamentos necessários, bem como planejar e executar sua adequação e aquisição, conforme as necessidades locais e disponibilidade orçamentária.

§ 1º Compete às escolas da rede municipal:

I - Iniciar as adequações em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) para constar como se dará a implantação da Computação e Educação Digital e Midiática e o regramento do uso de dispositivos digitais, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação e respeitando suas condições e características locais;

II - Engajar-se ativamente na implementação das diretrizes e orientações recebidas da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Compete aos professores da rede municipal:

I - Participarem ativamente das capacitações e formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela escola;

II - Implementar a Computação e a Educação Digital e Midiática em suas aulas, utilizando as abordagens pedagógicas e os recursos disponíveis.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, podendo sua implementação nas unidades de ensino ocorrer a partir do ano letivo subsequente, mediante planejamento da Secretaria Municipal de Educação que garanta a capacitação dos profissionais e a adequação dos recursos necessários.

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
(Art. 4º do Decreto)
PREMISSAS DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (Aplicável a Creche e Pré-escola)

A Computação e a Educação Digital e Midiática na Educação Infantil devem permitir explorar e vivenciar experiências, sempre movidas pela ludicidade por meio da interação com seus pares. Estas experiências se relacionam com diversos dos campos de experiência da Educação Infantil e devem considerar as seguintes premissas, em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025:

I - Desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, construindo conjuntos de objetos com base em diferentes critérios como: quantidade, forma, tamanho, cor e comportamento.

II - Vivenciar e identificar diferentes formas de interação mediadas por artefatos computacionais.

III - Criar e testar algoritmos brincando com objetos do ambiente e com movimentos do corpo de maneira individual ou em grupo.

IV - Solucionar problemas decompondo-os em partes menores identificando passos, etapas ou ciclos que se repetem e que podem ser generalizadas ou reutilizadas para outros problemas.

V - Priorizar a experiência e exploração do mundo concreto e interações sociais diretas.

VI - Integrar a família para conscientização sobre o uso equilibrado de dispositivos digitais.

VII - Estimular a computação desplugada, utilizando atividades lúdicas que desenvolvam o pensamento computacional sem o uso direto de telas.

ANEXO II
(Art. 5º, I, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 1º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF01CO01) Organizar objetos físicos ou digitais considerando diferentes características para esta organização, explicitando semelhanças (padrões) e diferenças.

- (EF01CO02) Identificar e seguir sequências de passos aplicados no dia a dia para resolver problemas.

- (EF01CO03) Reorganizar e criar sequências de passos em meios físicos ou digitais, relacionando essas sequências à palavra ‘Algoritmos’.

- (EF01CO04) Reconhecer o que é a informação, que ela pode ser armazenada, transmitida como mensagem por diversos meios e descrita em várias linguagens.

- (EF01CO05) Representar informação usando diferentes codificações.

- (EF01CO06) Reconhecer e explorar artefatos computacionais voltados a atender necessidades pessoais ou coletivas.

- (EF01CO07) Conhecer as possibilidades de uso seguro das tecnologias computacionais para proteção dos dados pessoais e para garantir a própria segurança.

ANEXO III
(Art. 5º, II, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 2º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF02CO01) Criar e comparar modelos (representações) de objetos, identificando padrões e atributos essenciais.

- (EF02CO02) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, construídos como sequências com repetições simples (iterações definidas) com base em instruções preestabelecidas ou criadas, analisando como a precisão da instrução impacta na execução do algoritmo.

- (EF02CO03) Identificar que máquinas diferentes executam conjuntos próprios de instruções e que podem ser usadas para definir algoritmos.

- (EF02CO04) Diferenciar componentes físicos (hardware) e programas que fornecem as instruções (software) para o hardware.

- (EF02CO05) Reconhecer as características e usos das tecnologias computacionais no cotidiano dentro e fora da escola.

- (EF02CO06) Reconhecer os cuidados com a segurança no uso de dispositivos computacionais.

ANEXO IV
(Art. 5º, III, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 3º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF03CO01) Associar os valores 'verdadeiro' e 'falso' a sentenças lógicas que dizem respeito a situações do dia a dia, fazendo uso de termos que indicam negação.

- (EF03CO02) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, que incluam sequências e repetições simples com condição - (iterações indefinidas), para resolver problemas de forma independente e em colaboração.

- (EF03CO03) Aplicar a estratégia de decomposição para resolver problemas complexos, dividindo esse problema em partes menores, resolvendo-as e combinando suas soluções.

- (EF03CO04) Relacionar o conceito de informação com o de dado.

- (EF03CO05) Compreender que dados são estruturados em formatos específicos dependendo da informação armazenada.

- (EF03CO06) Reconhecer que, para um computador realizar tarefas, ele se comunica com o mundo exterior com o uso de interfaces físicas (dispositivos de entrada e saída).

- (EF03CO07) Utilizar diferentes navegadores e ferramentas de busca para pesquisar e acessar informações.

- (EF03CO08) Usar ferramentas computacionais em situações didáticas para se expressar em diferentes formatos digitais.

- (EF03CO09) Reconhecer o potencial impacto do compartilhamento de informações pessoais ou de seus pares em meio digital.

ANEXO V
(Art. 5º, IV, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 4º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF04CO01) Reconhecer objetos do mundo real e/ou digital que podem ser representados através de matrizes que estabelecem uma organização na qual cada componente está em uma posição definida por coordenadas, fazendo manipulações simples sobre estas representações.

- (EF04CO02) Reconhecer objetos do mundo real e/ou digital que podem ser representados através de registros que estabelecem uma organização na qual cada componente é identificado por um nome, fazendo manipulações sobre estas representações.

- (EF04CO03) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, que incluam sequências e repetições simples e aninhadas (iterações definidas e indefinidas), para resolver problemas de forma independente e em colaboração.

- (EF04CO04) Entender que para guardar, manipular e transmitir dados deve-se codificá-los de alguma forma que seja compreendida pela máquina (formato digital).

- (EF04CO05) Codificar diferentes informações para representação em computador (binária, ASCII, atributos de pixel, como RGB etc.).

(EF04CO06) Usar diferentes ferramentas computacionais para criação de conteúdo (textos, apresentações, vídeos etc.).

- (EF04CO07) Demonstrar postura ética nas atividades de coleta, transferência, guarda e uso de dados.

- (EF04CO08) Reconhecer a importância de verificar a confiabilidade das fontes de informações obtidas na Internet.

ANEXO VI
(Art. 5º, V, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 5º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF05CO01) Reconhecer objetos do mundo real e/ou digital que podem ser representados através de listas que estabelecem uma organização na qual há um número variável de itens dispostos em sequência, fazendo manipulações simples sobre estas representações.

- (EF05CO02) Reconhecer objetos do mundo real e digital que podem ser representados através de grafos que estabelecem uma organização com uma quantidade variável de vértices conectados por arestas, fazendo manipulações simples sobre estas representações.

- (EF05CO03) Realizar operações de negação, conjunção e disjunção sobre sentenças lógicas e valores 'verdadeiro' e 'falso'.

- (EF05CO04) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, que incluam sequências, repetições e seleções condicionais para resolver problemas de forma independente e em colaboração.

- (EF05CO05) Identificar os componentes principais de um computador (dispositivos de entrada/saída, processadores e armazenamento).

- (EF05CO06) Reconhecer que os dados podem ser armazenados em um dispositivo local ou remoto.

- (EF05CO07) Reconhecer a necessidade de um sistema operacional para a execução de programas e gerenciamento do hardware.

- (EF05CO08) Acessar as informações na Internet de forma crítica para distinguir os conteúdos confiáveis de não confiáveis.

- (EF05CO09) Usar informações considerando aplicações e limites dos direitos autorais em diferentes mídias digitais.

- (EF05CO10) Expressar-se crítica e criativamente na compreensão das mudanças tecnológicas no mundo do trabalho e sobre a evolução da sociedade.

- (EF05CO11) Identificar a adequação de diferentes tecnologias computacionais na resolução de problemas.

ANEXO VII
(Art. 5º, VI, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 6º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF06CO01) Classificar informações, agrupando-as em coleções (conjuntos) e associando cada coleção a um 'tipo de dados'.

- (EF06CO02) Elaborar algoritmos que envolvam instruções sequenciais, de repetição e de seleção usando uma linguagem de programação.

- (EF06CO03) Descrever com precisão a solução de um problema, construindo o programa que implementa a solução descrita.

- (EF06CO04) Construir soluções de problemas usando a técnica de decomposição e automatizar tais soluções usando uma linguagem de programação.

- (EF06CO05) Identificar os recursos ou insumos necessários (entradas) para a resolução de problemas, bem como os resultados esperados (saídas), determinando os respectivos tipos de dados, e estabelecendo a definição de problema como uma relação entre entrada e saída.

- (EF06CO06) Comparar diferentes casos particulares (instâncias) de um mesmo problema, identificando as semelhanças e diferenças entre eles, e criar um algoritmo para resolver todos, fazendo uso de variáveis (parâmetros) para permitir o tratamento de todos os casos de forma genérica.

- (EF06CO07) Entender o processo de transmissão de dados, como a informação é quebrada em pedaços, transmitida em pacotes através de múltiplos equipamentos, e reconstruída no destino.

- (EF06CO08) Compreender e utilizar diferentes formas de armazenar, manipular, compactar e recuperar arquivos, documentos e metadados.

- (EF06CO09) Apresentar conduta e linguagem apropriadas ao se comunicar em ambiente digital, considerando a ética e o respeito.

- (EF06CO10) Analisar o consumo de tecnologia na sociedade, compreendendo criticamente o caminho da produção dos recursos bem como aspectos ligados à obsolescência e à sustentabilidade.

ANEXO VIII
(Art. 5º, VII, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 7º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF07CO01) Criar soluções de problemas para os quais seja adequado o uso de registros e matrizes unidimensionais para descrever suas informações e automatizá-las usando uma linguagem de programação.

- (EF07CO02) Analisar programas para detectar e remover erros, ampliando a confiança na sua correção.

- (EF07CO03) Construir soluções computacionais de problemas de diferentes áreas do conhecimento, de forma individual e colaborativa, selecionando as estruturas de dados e técnicas adequadas, aperfeiçoando e articulando saberes escolares.

- (EF07CO04) Explorar propriedades básicas de grafos.

- (EF07CO05) Criar algoritmos fazendo uso da decomposição e do reuso no processo de solução de forma colaborativa e cooperativa e automatizá-los usando uma linguagem de programação.

- (EF07CO06) Compreender o papel de protocolos para a transmissão de dados.

- (EF07CO07) Identificar problemas de segurança cibernética e experimentar formas de proteção.

- (EF07CO08) Demonstrar empatia sobre opiniões divergentes na web.

- (EF07CO09) Reconhecer e debater sobre cyberbullying.

- (EF07CO10) Identificar os impactos ambientais do descarte de peças de computadores e eletrônicos, bem como sua relação com a sustentabilidade.

- (EF07CO11) Criar, documentar e publicar, de forma individual ou colaborativa, produtos (vídeos, podcasts, web sites) usando recursos de tecnologia.

ANEXO IX
(Art. 5º, VIII, do Decreto)
HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 8º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF08CO01) Construir soluções de problemas usando a técnica de recursão e automatizar tais soluções usando uma linguagem de programação.

- (EF08CO02) Criar soluções de problemas para os quais seja adequado o uso de listas para descrever suas informações e automatizá-las usando uma linguagem de programação, empregando ou não a recursão como uma técnica de resolver o problema.

- (EF08CO03) Utilizar algoritmos clássicos de manipulação sobre listas.

- (EF08CO04) Construir soluções computacionais de problemas de diferentes áreas do conhecimento, de forma individual e colaborativa, selecionando as estruturas de dados e técnicas adequadas, aperfeiçoando e articulando saberes escolares.

- (EF08CO05) Compreender os conceitos de paralelismo, concorrência e armazenamento/processamento distribuídos.

- (EF08CO06) Entender como é a estrutura e funcionamento da internet.

- (EF08CO07) Compartilhar informações por meio de redes sociais, compreendendo a sua dinâmica de funcionamento, de forma responsável e avaliando sua confiabilidade, considerando o respeito e a ética.

- (EF08CO08) Distinguir os tipos de dados pessoais que são solicitados em espaços digitais e os riscos associados.

- (EF08CO09) Analisar criticamente as políticas de termos de uso das redes sociais e demais plataformas.

- (EF08CO10) Discutir questões sobre segurança e privacidade relacionadas ao uso dos ambientes virtuais.

- (EF08CO11) Avaliar a precisão, relevância, adequação, abrangência e vieses que ocorrem em fontes de informação eletrônica.

ANEXO X
(Art. 5º, IX, do Decreto)

HABILIDADES DA COMPUTAÇÃO E EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em conformidade com o Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, as habilidades a serem desenvolvidas no 9º Ano do Ensino Fundamental incluem:

- (EF09CO01) Criar soluções de problemas para os quais seja adequado o uso de árvores e grafos para descrever suas informações e automatizá-las usando uma linguagem de programação.

- (EF09CO02) Construir soluções computacionais de problemas de diferentes áreas do conhecimento, de forma individual e colaborativa, selecionando as estruturas de dados e técnicas adequadas, aperfeiçoando e articulando saberes escolares.

- (EF09CO03) Usar autômatos para descrever comportamentos de forma abstrata automatizando-os através de uma linguagem de programação baseada em eventos.

- (EF09CO04) Compreender o funcionamento de malwares e outros ataques cibernéticos.

- (EF09CO05) Analisar técnicas de criptografia para armazenamento e transmissão de dados.

- (EF09CO06) Analisar problemas sociais de sua cidade e estado a partir de ambientes digitais, propondo soluções.

- (EF09CO07) Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais das tecnologias digitais para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

- (EF09CO08) Discutir como a distribuição desigual de recursos de computação em uma economia global levanta questões de equidade, acesso e poder.

- (EF09CO09) Criar ou utilizar conteúdo em meio digital, compreendendo questões éticas relacionadas a direitos autorais e de uso de imagem.

- (EF09CO10) Avaliar a veracidade, credibilidade e relevância da informação em seus diferentes formatos, sendo capaz de identificar o propósito pelo qual foi disseminada.

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:9150101C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 6683/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 32 e 33 da Lei Municipal n.º 1106/2000 e no Decreto Municipal nº 6650/2026, **DECRETA**:

Art. 1º Sem efeito, por perda do prazo para a posse, a nomeação dos seguintes candidatos aprovados no concurso público regido pelo edital n.º 01/2024:

Nome do Candidato	Data de Nascimento	Cargo	Classificação Final
ALAM VIANA FIGUEIREDO	01/05/1990	PROCURADOR MUNICIPAL	7°
CAMILA ALMEIDA FONSECA	25/09/1992	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ARTES	7°

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:AFD23AB8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 6882/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA**:

Art. 1º. Fica nomeada, para o cargo em comissão demissível "ad nutum" de **GESTOR ADMINISTRATIVO** a Sra. **DAIANNE CRISTINE APARECIDA DOS SANTOS** com atribuições junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, inclusive, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:443E7296

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO N.° 420 PARA ADMISSÃO APÓS APROVAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 420

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA – CONVOCAÇÃO - Pelo presente instrumento, fica CONVOCADO para comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - MG, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados a partir da data desta publicação, conforme edital N.° 04/2025, o candidato relacionado no Anexo I deste Extrato, para manifestar interesse pela vaga ao qual foi aprovado e classificado. Salientamos que o prazo estipulado para manifestação de interesse pela vaga será único e não caberá prorrogação.

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública.

ANEXO I DO EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 420

CANDIDATO	Nº PROCESSO SELETIVO	CARGO
APARECIDA DE FÁTIMA BARBOSA	04/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MATEMÁTICA

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:8B217B5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO
1º ADITIVO AO CONVÊNIO - 1707/2025 WF - 1052347

CLÁUSULA 1ª
– OBJETO
1.1Conteúdo do ADITIVO:

1.1.1Prorrogar o prazo do CONVÊNIO aditando até o dia 31/01/2027 a contar do dia 01/09/2026.

1.1.2 No que se refere ao Plano de Trabalho, ficam excluídas as seguintes ações:

•Pequeno Negócio: Saiba Como Vender para o Órgão Público (20 horas);

•Semana do MEI - Oratória;

•Oficina Instagram, Facebook e WhatsApp para Negócios - Digital Biz;

•Lidere (antigo Líder Coach) - Workshop e Coaching (34 horas);

• Cooperação: Uma Nova Cultura Revolucionando os Negócios - Sensibilização;

•Cultura da Cooperação: Unir para Crescer - Diagnóstico;

•Cultura da Cooperação: Unir para Crescer - Etapa I Formação (6 encontros de 8 horas).

1.1.2.1Em substituição às ações excluídas, ficam incluídas no objeto do Convênio as seguintes atividades:

•Consultoria do Chef - Técnicas gastronômicas, operação e processos;

•Consultoria do Chef - Desenvolvimento de novos pratos para o festival com operação assistida;

•Aula Show de Encerramento com degustação para até 150 (cento e cinquenta) participantes.

As ações supramencionadas correspondem ao montante total de R$ 81.955,54 (oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), sendo R$ 32.782,22 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos) referentes à contrapartida municipal e R$ 49.173,32 (quarenta e nove mil, cento e setenta e três reais e trinta e dois centavos) referentes à contrapartida do Sebrae Minas.

CLÁUSULA 2ª - RATIFICAÇÃO

2.1 Validade das Demais Cláusulas – As demais cláusulas e condições do CONVÊNIO aditando, que não foram alteradas ou substituídas pelos termos deste ADITIVO, permanecem em vigor para todos os efeitos.

CLÁUSULA 3ª – ASSINATURA ELETRÔNICA

3.1Validade da Assinatura Eletrônica: As partes declaram que possuem poderes para aceitar os termos descritos neste ADITIVO e concordam que a assinatura eletrônica é uma forma válida de expressar consentimento e manifestação de vontade, nos termos da Lei nº 14.063/2020. Assim, o presente CONVÊNIO poderá ser assinado eletronicamente, estando as Partes desde já de acordo com essa forma de assinatura.

Belo Horizonte,

AFONSO MARIA ROCHA
Diretor Superintendente
SEBRAE/MG

MARDEN MÁRCIO MAGALHÃES
Diretor de Operações
SEBRAE/MG

GUSTAVO SILVINO OLIVEIRA LIMA
Secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação

FERNANDA SOUZA SILVA ACOMPANHAMENTO
SEBRAE/MG

Publicado por:
Gustavo Silvino Oliveira Lima
Código Identificador:93A3B777

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
CONVOCAÇÃO PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA MULHER

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL, no exercício de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal nº 1.711/2013 e no Decreto Municipal nº 4.259/2019, torna pública a convocação das candidatas abaixo relacionadas, classificadas no Edital de Seleção nº 01/2025 – SMDMPS, referente ao Programa Municipal de Inclusão Produtiva da Mulher, Modalidade I.
10 - Daniele Peixoto Venceslau - CPF: 155.XXX.XXX-06

A candidata convocada deverá comparecer à sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social, localizada no CEDESP, na R. Iveta Moreira dos Santos Novais, 194 - Santa Bárbara, MG, 35960-000, no horário das 07h30min às 11h30min, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação desta convocação, para apresentação da documentação exigida e formalização do ingresso no referido programa. O não comparecimento no prazo estipulado, bem como a não apresentação da documentação completa, será considerado como desistência tácita, facultando à Administração convocar a próxima candidata classificada.

Documentos exigidos (original e cópia): 1. Documento de identidade com foto (RG ou CNH); 2. CPF; 3. Comprovante de residência atualizado (emitido nos últimos 3 meses); 4. Comprovante de inscrição no Cadastro Único (NIS); 5. Número de Identificação Social – NIS/PIS; 6. Comprovante de escolaridade (se houver); 7. Carteira de Trabalho (páginas de identificação e dos contratos); 8. Declaração de que não possui vínculo empregatício formal; 9. Dados bancários (comprovante de conta ativa em nome da candidata – conta corrente ou poupança); 10. Atestado médico recente, emitido por profissional habilitado, atestando aptidão física para o desempenho das atividades previstas no programa.

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026

LARISSA S. BARBOSA MESSIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social.

Publicado por:
Larissa Stephanne Barbosa Messias
Código Identificador:07FA1BA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
DESLIGAMENTO - PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA MULHER

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL, no exercício de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal N° 1943/2019 e Decreto Municipal N° 4259/2019, comunica o desligamento da seguinte candidata do programa Inclusão Produtiva da Mulher - Modalidade de Qualificação I, por motivo de desistência tácita:
- Juliete da Conceição Beltoldo Amorin - CPF: 143.XXX.XXX-31.

Informa-se que as candidatas, acima citadas, já convocadas anteriormente, não compareceram à sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social, localizada no CEDESP, na R. Iveta Moreira dos Santos Novais, 194 - Santa Bárbara, MG, 35960-000, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para entrega de documento, conforme determinado em lei. Diante a inércia das candidatas, proceda-se seu desligamento, convocando-se as próximas postulantes.

Santa Bárbara, 31 de agosto de 2026

LARISSA S. BARBOSA MESSIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social

Publicado por:
Larissa Stephanne Barbosa Messias
Código Identificador:EEBD96B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO LESTE

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO ADITIVO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

O Município de Santa Barbara do Leste torna público extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº. 034/2025 – Processo Administrativo nº. 068/2025 – Concorrência Eletrônica nº 001/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de Pavimentação de vias urbanas sendo as seguintes Ruas: Alexandre Liberato Batista, Adão Afonso da Silva, Maria Josefina de Jesus e Gerson Gomes de Almeida na sede do município de Santa Barbara do Leste/MG, com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 952807/2023/MCIDADES/CAIXA. Contratada: Metron Construções e Locação Ltda - EPP – CNPJ – 43.869.294/0001-03, para alteração da Cláusula Quinta (DA VIGÊNCIA) prorrogando o prazo para 03 (três) meses, iniciando em 21/01/2026 até 20/04/2026.

Santa Barbara do Leste 16/01/2026 –

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:CFFC089F

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO ADITIVO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

O Município de Santa Barbara do Leste torna público extrato do Segundo Aditivo ao Contrato nº. 034/2025 – Processo Administrativo nº. 068/2025 – Concorrência Eletrônica nº 001/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de Pavimentação de vias urbanas sendo as seguintes Ruas: Alexandre Liberato Batista, Adão Afonso da Silva, Maria Josefina de Jesus e Gerson Gomes de Almeida na sede do município de Santa Barbara do Leste/MG, com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 952807/2023/MCIDADES/CAIXA. Contratada: Metron Construções e Locação Ltda - EPP – CNPJ – 43.869.294/0001-03, para alteração da Cláusula Primeira do primeiro aditivo (DA VIGÊNCIA) prorrogando o prazo para 03 (três) meses, iniciando em 21/04/2026 até 20/07/2026.

Santa Barbara do Leste 16/04/2026 –

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:FE719802

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO ADITIVO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

O Município de Santa Barbara do Leste torna público extrato do Terceiro Aditivo ao Contrato nº. 034/2025 – Processo Administrativo nº. 068/2025 – Concorrência Eletrônica nº 001/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de Pavimentação de vias urbanas sendo as seguintes Ruas: Alexandre Liberato Batista, Adão Afonso da Silva, Maria Josefina de Jesus e Gerson Gomes de Almeida na sede do município de Santa Barbara do Leste/MG, com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 952807/2023/MCIDADES/CAIXA. Contratada: Metron Construções e Locação Ltda - EPP – CNPJ – 43.869.294/0001-03, para alteração da Cláusula Primeira do primeiro aditivo (DA VIGÊNCIA) prorrogando o prazo para 03 (três) meses, iniciando em 21/07/2026 até 20/10/2026.

Santa Barbara do Leste 16/07/2026–

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:181ABB03

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
11º TERMO DE APOSTILAMENTO – ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11º TERMO DE APOSTILAMENTO – ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 49/2025, Pregão Eletrônico Nº 10/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 49/2025, Pregão Eletrônico Nº 10/2025, que versa sobre a "Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos da frota das Secretarias Município de Santana da Vargem/MG."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:

Ficha 111: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 2.501.000.0000.000 – Manutenção de Atividades Administrativas – Material de Consumo – Outros Recursos não Vinculados – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária .

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 31 de agosto de 2026

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:F6A56ED1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO DE APOSTILAMENTO – ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PROCESSO 119/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 46/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO – ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 119/2025, Pregão Eletrônico Nº 46/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 119/2025, Pregão Eletrônico Nº 46/2025, que versa sobre o "Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos (primeira vida, não remoldados), câmaras de ar e protetores, destinados à manutenção preventiva, corretiva e à garantia da segurança da frota de veículos leves, pesados e máquinas do Município de Santana da Vargem/MG.".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:
Ficha 111: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 2.501.000.0000.000 – Manutenção de Atividades Administrativas – Material de Consumo – Outros Recursos não Vinculados – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária .

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 31 de agosto de 2026

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:090C522E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO PROCESSO N° 115/2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem comunica aos interessados que a Chamada Pública n° 01/2026 – Processo nº 115/2026. Objeto: **CHAMAMENTO PÚBLICO, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao preparo da alimentação escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino do município de Santana da Vargem/MG, conforme rege o art.14, § 1º, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e Resoluções vigentes do FNDE, no âmbito do PNAE**, cuja sessão pública para rateio dos itens, anteriormente agendada para o dia **18 de setembro de 2026** está **TEMPORARIAMENTE SUSPENSA** por motivos de conveniência e oportunidade, visto a necessidade de adequações no Edital. A nova data da sessão pública será informada oportunamente, através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Santana da Vargem, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:3207E3F0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA - CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2025

ONDE SE LÊ:

" Prime Material Médico Hospitalar, inscrita no CNPJ sob o nº 12.092.502/0001-98",

LEIA-SE SE:

" Prime Material Médico Hospitalar, inscrita no CNPJ sob o nº **12.082.502/0001-98**".

A presente errata refere-se à publicação realizada no Diário Municipal de Santana da Vargem, no dia 13/07/2026, Edição nº 1701, Página 04, relativa ao Julgamento, bem como à publicação realizada no Diário Municipal do dia 25/08/2026, Edição nº 1732, Página 11 e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros do dia 27/08/2026, Edição nº 4348. Ficam ratificadas as demais informações das publicações originais.

Santana da Vargem/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:11CD1CE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DOS CONTRATOS

PROCESSO Nº 86/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2026

Objeto: Pregão eletrônico para aquisição de equipamentos e materiais de fisioterapia.

CONTRATO Nº 152/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **A A Z SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA** CNPJ: 17.238.455/0001-42
Vigência: 20/08/2026 A 20/08/2027
Valor estimado: R$ 23.060,13 (vinte e três mil, sessenta reais e treze centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 153/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **FLORIANÓPOLIS COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA** CNPJ: 23.514.704/0001-88
Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027

Valor estimado: R$ 3.689,97 (três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 154/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **JT COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA** CNPJ: 54.647.123/0001-48
Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027
Valor estimado: R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 155/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **LICITA MED LTDA** CNPJ: 51.972.983/0001-69
Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027
Valor estimado: R$ 7.893,00 (sete mil oitocentos e noventa três reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 156/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA** CNPJ: 47.484.691/0001-00
Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027
Valor estimado: R$ 9.238,46 (nove mil, duzentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO N° 157/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGÓCIOS DIGITAIS LTDA** CNPJ:14.323.297/0001-30
Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027
Valor estimado: R$ 1.274,31 (mil, duzentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 158/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **SZ HOSPITALAR LTDA** CNPJ: 57.977.634-0001-16
Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027
Valor estimado: R$ 1.388,58 (mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 159/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA** CNPJ: 51.740.794/0001-60
Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027
Valor estimado: R$ 398,35 (trezentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:D1CE2A93

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Santana de Cataguases-MG, através da Comissão Permanente de Contratação, designada pela Portaria nº 15 de 16 de janeiro de 2026, torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

LEIA-SE:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

Todas as demais informações permanecem inalteradas.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e subsidiariamente ao Decreto Municipal nº 138 de 03 de abril de 2023, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, as Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e nº 155/2016, ao Decreto Municipal nº 257, de 07 de agosto de 2025, e em atenção à Portaria nº 015/2026, de 16 de janeiro de 2026, que designou a Sra. Ana Maria Pereira de Oliveira, como Pregoeira Oficial do Município de Santana de Cataguases-MG e sua respectiva Equipe de Apoio.

OBJETO:A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e eventual ampliação de pontos de iluminação pública no município, incluindo fornecimento de mão de obra, equipamentos, veículos, para perfeita execução dos serviços, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital.
OBSERVAÇÃO:O objeto deste edital poderá ter a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), de acordo com o Decreto Municipal nº 155 de 18 de setembro de 2023 e Instruções Normativas nº 1.234/2012, 1.500/2014 e 2.134/2023.

DIA / HORÁRIOS:

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:A partir da publicação do edital no portal BBMNET.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ:15/09/2026 – às 09h00min.
ABERTURA / ANÁLISE DAS PROPOSTAS:15/09/2026 – às 09h01min.
Obs.: Nesta fase será informado via chat o horário do início da fase de lances.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

LOCAL:novobbmnet.com.br.

INFORMAÇÕES GERAIS: Praça Agostinho Alves Araújo, 26 Centro Santana de Cataguases-MG, CEP: 36795-000 – E-mail: licitasantanadecataguases2@gmail.com.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MENOR PREÇO POR ITEM.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no dia 31/08/2026. Edição 4350.

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:70E483D2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2025

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, Centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o senhor **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de Identidade nº M 2.396.684 SSP/MG, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, neste ato denominado como CONTRATANTE e a empresa **BITTNER MILANI & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.758.988/0001-64, com sede na Rua Orlando Nogueira da Silva, nº 132, Loja 1, Centro, Santana de Cataguases, MG, representada por seu procurador Senhor Nivaldo da Rocha Milani, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.313.708-8, abaixo assinado, doravante denominada como CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 77/2025 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, resolvem celebrar o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato 96/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 38/2025

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 96/2025, firmado em 26 de agosto de 2025, e considerando a necessidade de prorrogação de prazo pelo período de 60 (sessenta) dias, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, solicitação encaminhada através do memorando 36/2026, subsecretaria de Obras e Frotas nº assinado pelo senhor Jose Claudio Rodrigues Soares, a prorrogação de vigência permitirá que esta administração disponha de prazo suficiente para a elaboração dos estudos técnicos, levantamento de quantitativos, pesquisa de preços, elaboração do termo de referência e demais procedimentos administrativos necessários á instauração e conclusão de um noivo processo licitatório.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, aquisições de materiais de construção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA
3.1. O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias,conforme CLAUSULA SEGUNDA – VIGENCIA do contrato original, a contar de 27/08/2026 a 27/10/2026.

CLAUSULA QUARTA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.** E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 28 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES-MG
CNPJ: 17.702.515/0001-36

BITTNER MILANI & CIA LTDA-ME
CNPJ/MF sob o nº 08.758.988/0001-64

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF:_____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:770113EB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 98/2025

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, Centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o senhor **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de Identidade nº M 2.396.684 SSP/MG, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, neste ato denominado como CONTRATANTE e a empresa **SANTANENSE COMERCIO VAREJISTA LTDA**, inscrita no CNPJ: 17.604.569/0001-69, localizada na Rua Joaquim Alves Araújo, 29, Centro, Santana de Cataguases- MG, representada pelo senhor Cezar Augusto de Oliveira Costa, CPF: 17.604.569/0001-69, abaixo assinado, doravante denominada como CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 77/2025 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, resolvem celebrar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato 98/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 38/2025

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 98/2025, firmado em 26 de agosto de 2025, e considerando a necessidade de prorrogação de prazo pelo período de 60 (sessenta) dias, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, solicitação encaminhada através do memorando 36/2026, subsecretaria de Obras e Frotas nº assinado pelo senhor Jose Claudio Rodrigues Soares, a prorrogação de vigência permitirá que esta administração disponha de prazo suficiente para a elaboração dos estudos técnicos, levantamento de quantitativos, pesquisa de preços, elaboração do termo de referência e demais procedimentos administrativos necessários á instauração e conclusão de um noivo processo licitatório.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, aquisições de materiais de construção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA
3.1. O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias,conforme CLAUSULA SEGUNDA – VIGENCIA do contrato original, a contar de 27/08/2026 a 27/10/2026.

CLAUSULA QUARTA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.** E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 28 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES-MG
CNPJ: 17.702.515/0001-36

SANTANENSE COMERCIO VAREJISTA LTDA
CNPJ: 17.604.569/0001-69

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF:_____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:10141BDC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2024

O MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de Identidade nº M 2.396.684 SSP/MG e a empresa **VANIR FERREIRA DE SOUZA**, inscrita no CNPJ: 36.276.831/0001-38, localizada na Praça João Remígio de Resende Filho, 165, Centro, Santana de Cataguases- MG, representada pelo senhor Vanir Ferreira De Souza- CPF: 674.152.616-15, resolvem entre si, celebram SEGUNDO TERMO ADITIVO, ao contrato número 135/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2024, PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2024, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 44/2024 para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do PROCESSO LICITATÓRIO nº 108/2024, firmam a presente Ata de Registro de Preços nº 44/2024 nas condições seguintes:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 135/2024, firmado em 27 de agosto de 2024, e considerando a necessidade de prorrogação de vigência por 12 (doze), meses, e renovação de saldo (serviços), resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, contratações de empresa especializada em prestação de serviços de borracharia e troca de pneus para manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores da administração municipal, solicitação encaminhada através do Memorando 36/2026, assinado pelo senhor José Claudio Rodrigues Soares, Subsecretario de obras e frotas. A prorrogações se faz necessária para garantir a continuidade dos serviços objeto do contrato evitando interrupções que possam comprometer a execução das obrigações assumidas, mantem-se inalteradas todas as demais clausulas, condições, quantidades e valores contratuais, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS PRAZOS
1.1**.**Conforme previsão da CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA do contrato nº 135/2024 fica prorrogado a vigência do contrato, através deste termo aditivo, pelo período de mais 12 (doze) meses, a contar de 31/08/2026, com previsão de termino em 31/08/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS
2.1. O valor do presente Termo Aditivo referente a **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**
Continua nas mesmas condições do contrato originário.

CLAUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.**

E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 31 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES
Contratante

VANIR FERREIRA DE SOUZA
CNPJ: 36.276.831/0001-38
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:F6904AF8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DO RIACHO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES DE SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO RIACHO POR MEIO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE – CMDCA – Torna Público, tendo em vista a apresentação de apenas **02 (dois) candidatos** no Processo de Escolha Suplementar para membros suplentes do Conselho Tutelar, fica **prorrogado o prazo para inscrição de candidatos**, conforme estabelecido no Edital nº 001/2026. A prorrogação tem por objetivo ampliar a oportunidade de participação e assegurar a formação de número suficiente de candidatos para o regular prosseguimento do processo de escolha. Os interessados deverão observar os requisitos, documentos necessários e demais condições estabelecidas no edital.
Novo prazo para inscrições:
Período de Inscrições 01/09/2026 a 10/09/2026
Análise da Documentação 11/09/2026
Divulgação dos Habilitados 14/09/2026
Prazo para Recursos 15/09/2026 e 16/09/2026
Homologação Final 17/09/2026
Eleição Suplementar Direta 20/09/2026
Resultado Final 20/09/2026

Posse dos Suplentes 21/09/2026

Santana do Riacho, 31 de agosto de 2026

ISABELA CRISTINA FERREIRA SILVA DE CASTRO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Maria Carmosina Ferreira da Silva
Código Identificador:A76E1B9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2026 - PRÊMIO SABERES GERAIS - AGENTES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MG

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2026 - PRÊMIO SABERES GERAIS - AGENTES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MG

PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do MUNCÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes no SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS
Deste modo, o SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do Edital
O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural CATEGORIA GASTRONOMIA do MUNCÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS, observadas as categorias descritas no Anexo I deste Edital.
Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural ao MUNCÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS.
O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.

Categorias

Categoria	Valor Total	Nº de Contemplados	Valor Individual
01 – ARTESANATO	R$ 10.000,00	10	R$ 1.000,00
02 – MÚSICA	R$ 18.000,00	10	R$ 1.800,00
03 – LITERATURA	R$ 3.000,00	03	R$ 1.500,00
04 – CULTURA POPULAR E TRADICIONAL	R$ 9.000,00	06	R$ 1.500,00
05 – PATRIMÔNIO	R$ 3.962,69	01	R$ 3.962,69
06 – GASTRONOMIA	R$ 1.500,00	01	R$ 1.500,00
TOTAL	R$ 45.462,6G	31	—

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos as vagas podem ser ampliadas.

2.3 VALOR DA PREMIAÇÃO

Cada agente cultural selecionado receberá a premiação conforme as categorias previstas no Anexo I deste Edital.
O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.
O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo do agente cultural, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.
O valor total deste edital é de R$ 1.500,00 (HUM MIL QUINHENTOS REAIS)

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.00.02.008.010.13.392.0018.2.232.3.390.31.00.1.179.000

2.4 – Prazo de Inscrição

De 00:00 horas do dia 27/08/2026 até 00:000 horas do dia 15/09/2026

2.5 - Quem pode participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural com contribuição artística ou cultural no MUNCÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS, há pelo menos 1 ANO

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);
Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc);
Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo IV deste Edital.

2.6 - Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
II - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)
Atenção! O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer nesse Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7 - Em quantas categorias cada agente cultural pode se inscrever neste edital.
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital em, no máximo 01 (UMA) categorias, e poderá ser contemplado com no máximo 01 (UMA) premiações.

3 - Etapas
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

4 - Inscrições
4.1 – Como se Inscrever
O agente cultural deve encaminhar por meio de DOCUMENTOS SERÃO ENVIADOS PLATAFORMA ELETRÔNICA CULTBR a seguinte documentação:
Formulário de inscrição (Anexo II);

Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no MUNCÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ;
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.
Atenção! Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5 – Cotas
5.1 – Categoria de Cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 - Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas, que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 - Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 - Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 - Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
- pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
- pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
- pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
- outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VI e Anexo VII.

6 – Seleção
6.1 – Quem analisa as candidaturas
Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão 01 (UM) SERVIDORES DA SECRETARIA E CONSULTORIA CONTRATADA Quem não pode fazer parte da comissão de seleção
Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
– tiverem interesse direto na matéria;
– no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
- sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

6.2 – Análise das Candidaturas
A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do MUNCÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III.
Atenção! Os agentes culturais que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa
A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.

Recursos na etapa de Seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do MUNCÍPIO DE SANTANA DOS MONTES – MINAS GERAIS e no site oficial do
https://www.santanadosmontes.mg.gov.br/
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a CONSULTORIA CONRATADA
Os recursos deverão ser enviados ao NO SISTEMA CULTBR no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 11.740/2024.] a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no https://www.santanadosmontes.mg.gov.br/

7 – Remanejamento de Vagas
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS CANDIDATOS MAIOR PONTUAÇÃO GERAL

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

8 – Etapa de Habilitação
8.1 - Prazo para apresentação de documentos de habilitação
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 05 DIAS após a publicação do resultado final de seleção, por meio PLATAFORMA ELETRÔNICA os seguintes documentos:

Se o agente cultural for pessoa física:
documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
que se encontrem em situação de rua.
Se o agente cultural for pessoa jurídica:
- documento pessoal do representante legal que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
- atos constitutivos, ou seja, o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.

Se o agente cultural for grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):
documento pessoal do representante do grupo que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

8.2 Recursos da etapa de Habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado ao CONSULTOR, que deve ser apresentado por meio de oficio ao e-mail do proponente e da secretaria no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no https://www.santanadosmontes.mg.gov.br/
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

9 - ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo V deste Edital e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição.

10 – Disposições Finais
10.1 - Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://cultbr.cultura.gov.br/home
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no https://www.santanadosmontes.mg.gov.br/ e nas mídias sociais oficiais.
Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.

- Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@santanadosmontes.mg.gov.br.
Os casos omissos ficarão a cargo do SECRETÁRIO

- Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 365 dias após a publicação do resultado final.

- Anexos do Edital
Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I – Categorias
Anexo II - Formulário de Inscrição Anexo III – Trajetória cultural
Anexo IV - Critérios de seleção e bônus de pontuação
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural
Anexo VI - Termo de Premiação Cultural
Anexo VII - Autodeclaração Étnico-racial
Anexo VIII - Autodeclaração para pessoa com deficiência
Anexo IX – Formulário de Recurso

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:352C1350

SETOR DE PREGÕES
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS

A PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES, ATRAVÉS DO SEU PREFEITO MUNICIPAL, O SR. ALOISIO VIANA DA SILVA TORNA PÚBLICO A PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026, COM FULCRO NA LEI 14133/2021, OBJETO **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, COMPREENDENDO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS , INCLUINDO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E FORNECIMENTO DE TODOS OS SUPRIMENTOS NECESSÁRIOS (TONERS, CILINDROS, ENTRE OUTROS)**, ABERTURA DIA 16/09/2026 ÁS 08:00, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO ABAIXO IDENTIFICADO https://santanadosmontes.licitapp.com.br// e maiores informações no https://santanadosmontes.mg.gov.br/pagina/21274/Licita%C3%A7%C3%B5es%202026

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:28D50349

SETOR DE PREGÕES
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS DE MADEIRA EMENDA IMPOSITIVA

A PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES, ATRAVÉS DO SEU PREFEITO MUNICIPAL, O SR. ALOISIO VIANA DA SILVA TORNA PÚBLICO A PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026, COM FULCRO NA LEI 14133/2021, OBJETO**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS DE MADEIRA, EM CUMPRIMENTO DE EMENDA IMPOSITIVA, VISANDO A CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS MATERIAIS DE VALOR HISTÓRICO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA DOS MONTES**, ABERTURA DIA 14/09/2026 ÁS 08:00, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO ABAIXO IDENTIFICADO https://santanadosmontes.licitapp.com.br// e maiores informações no https://santanadosmontes.mg.gov.br/pagina/21274/Licita%C3%A7%C3%B5es%202026

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:E6D4C5EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO -PRC Nº 062/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 062/2026 – Dispensa Eletrônica nº 026/2026. Torna público o extrato do ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO para com a empresa JOSÉ SOARES RAIMUNDO-ME. Objeto: constitui objeto a aquisição de instrumentos musicais e materiais de reposição destinados a atender às necessidades de manutenção e funcionamento da Fanfarra "João Batista de Moraes", sob a coordenação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo com entrega imediata e integral, de natureza COMUM conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 31.08.2026.

OTÁVIO COUTO-
Secretário Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo.

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:7EE04367

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DE CONTRATO - PRC Nº 058/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 058/2026 - Edital nº 028/2026 - Pregão Eletrônico nº 020/2026. Torna público o extrato de contrato(s) celebrado(s) com a(s) seguinte(s) empresa(s): **VALDECIR FRANCISCO GABRIEL**. Objeto: constitui objeto do presente a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, de natureza contínua, visando a condução diária de alunos da rede pública de ensino, residentes na zona rural do município, compreendendo os itinerários de ida e volta para atendimento das escolas municipais e estaduais, incluindo a disponibilização de veículo adequado, motorista devidamente habilitado e o fornecimento integral de combustível, com o propósito de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 31.08.2026.

IVANIL DE CÁSSIA LOPES MENOSSI-
Secretária Municipal de Educação –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:A83CD237

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
DECRETO PM Nº 12.781/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação do processo de elaboração do Plano Decenal Municipal de Educação do Município de Santa Vitória, para o decênio 2026–2036, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA, Estado de Minas Ferais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento de articulação do Sistema Nacional de Educação e de promoção do desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2026–2036 e estabelece a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração ou adequação de seus respectivos planos decenais de educação;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da referida lei, que determina a elaboração dos planos subnacionais mediante lei específica, em consonância com as diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação;
CONSIDERANDO os princípios da gestão democrática, da participação social, da cooperação federativa, do monitoramento e da avaliação contínua das políticas públicas educacionais;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a **Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação – PME**, com a finalidade de coordenar, mobilizar, planejar, acompanhar e sistematizar o processo de elaboração do Plano Decenal Municipal de Educação do Município de **Santa Vitória**, para o decênio **2026–2036**
Art. 2º Compete à Comissão Gestora:
I – coordenar o processo de elaboração, revisão e consolidação do Plano Decenal Municipal de Educação;
II – organizar estudos técnicos, levantamento de dados, indicadores e diagnóstico da realidade educacional do município;
III – promover a participação da comunidade educacional e da sociedade civil organizada nas diferentes etapas de construção do Plano;
IV – organizar consultas públicas, audiências, plenárias, conferências, reuniões técnicas e demais espaços de participação social;
V – sistematizar contribuições, propostas e deliberações oriundas do processo participativo;
VI – Elaborar e consolidar a minuta do Projeto de Lei do Plano Decenal Municipal de Educação para encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo;
VII – acompanhar o cronograma de elaboração do plano, observando os prazos estabelecidos na legislação nacional.
Art. 3º A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes segmentos:
I – **Secretaria Municipal de Educação** – Luiza Maria de Lima;
II – **Conselho Municipal de Educação** – Solange Josefa Soares;
III – **Fórum Municipal de Educação** – Danilo Gonçalves de Melo;
IV – **Gestores escolares** – Mayre Luce Costa Amorim;
V – **Professores da rede pública municipal** – Gislaine Aparecida Silva;
VI – **Demais profissionais da educação -** Cátia Veronica Quirino Batista;
VII – **Estudantes** – VithorLeonidas Pereira Santos;
VIII – **Pais ou responsáveis** – Anna Rúbia Moura Oliveira;
IX – **Sociedade civil organizada /Maçonaria -** Fernanda de Oliveira Lima;
X – **Conselho Tutelar -** Ana Paula Camilo Nascimento.
Parágrafo único. Os membros da Comissão Gestora e seus respectivos suplentes serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 4º A participação na Comissão Gestora será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 5º A Comissão Gestora terá vigência até a conclusão dos trabalhos de elaboração, apreciação social e encaminhamento do Projeto de Lei do Plano Decenal Municipal de Educação às instâncias competentes.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, 17 de agosto de 2026.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Alves Ferreira
Código Identificador:75D6320B

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2026

A **Prefeitura Municipal de Santa Vitória**, inscrita no **CNPJ/MF nº 18.457.226/0001-81**, e a empresa **Nunes Comércio e Transporte Ltda.**, inscrita no **CNPJ/MF nº 63.880.333/0001-72**, firmam o **1º Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2026**, referente à **Inexigibilidade nº 003/2026 | Processo Licitatório nº 011/2026** procedente do **Credenciamento nº 018/2025 | Processo Licitatório nº 136/2025**.
Objeto: Equilíbrio econômico-financeiro do contrato original, referente ao fornecimento do seguinte item:
• ITEM 30 - LINHA 31 - VAN / KOMBI OU SIMILAR, ANO FABRICAÇÃO MÍNIMO 2010, CAPACIDADE MÍNIMA DE 08 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA= 09 LUGARES. MATUTINO - REGIÃO – ARANTES - PALMA DE OURO - SÃO PAULO CUIABÁ, valor unitário anteriormente contratado de R$ 2,42 o km, passando para R$ 3,13 o km.
Valor total ajustado: R$ 23.846,06.
Data da alteração: 25 de agosto de 2026.
Recursos financeiros e dotação orçamentária: Provenientes do orçamento vigente.

Santa Vitória/MG, 31 de agosto de 2026.

Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG

Publicado por:
Marilucia Aparecida Lorena Binato
Código Identificador:D57BD888

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02/2026

Altera os §§ 4º e 5º do art. 135 da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio do Aventureiro, para adequar o percentual das emendas parlamentares individuais impositivas ao princípio da simetria constitucional e às orientações dos órgãos de controle.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO,** Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 61 da Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou, em dois turnos de votação, nas sessões ordinárias realizadas nos dias **17 de agosto de 2026 e 27 de agosto de 2026**, observado o quórum mínimo de **2/3 (dois terços)** em ambas as votações, e **PROMULGA** a seguinte **EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:**

Art. 1º Os §§ 4º e 5º do art. 135 da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio do Aventureiro passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135. (...)

§ 4º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 5º É obrigatória à execução orçamentária e financeira das programações decorrentes das emendas individuais aprovadas, observado o montante correspondente a até 1,55% (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior."

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua promulgação.

Santo Antônio do Aventureiro, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO MACIEL RODRIGUES TORRES
Presidente

AFONSO JOSÉ PIRES CAVALHEIRO
Vice Presidente

LUIZ CARLOS DE MELO
Secretário

Publicado por:
Luciano Salvador Cunha Teixeira
Código Identificador:83E84D71

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
DECRETO 31/2026

Decreto nº 31/2026

Dispõe sobre a instituição da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 104, I, *m*, da Lei Orgânica local,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Alfabetização;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Política de Alfabetização do Território do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à alfabetização;

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização, instituída pelo Decreto n° 23/2026

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Aventureiro, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, destinada à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à garantia da alfabetização das crianças na idade adequada.

Art. 2º. A estrutura de que trata esta Portaria será composta pelos seguintes profissionais:

I – Coordenador Municipal da Política de Alfabetização;
II – Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – Equipe Técnica Pedagógica de Alfabetização;
IV – Diretores Escolares das unidades participantes;
V – Especialistas em Educação Básica/Supervisores Pedagógicos;
VI – Professores Alfabetizadores;
VII – Outros servidores designados pela Secretaria Municipal de Educação para atuação específica nas ações da política de alfabetização.

Art. 3º. Compete ao Coordenador Municipal da Política de Alfabetização:

I – coordenar as ações da política municipal de alfabetização;
II – articular a execução das metas e estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação;
III – acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
IV – elaborar relatórios técnicos e monitorar os resultados alcançados.

Art. 4º. Compete à Equipe Técnica Pedagógica de Alfabetização:

I – prestar apoio técnico às unidades escolares;
II – acompanhar o planejamento pedagógico das turmas de alfabetização;
III – promover ações de formação continuada dos profissionais da educação;
IV – monitorar a execução das ações previstas nos planos de alfabetização do município.

Art. 5º. Os profissionais designados para compor a estrutura administrativa e pedagógica exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções inerentes aos respectivos cargos, observada a carga horária definida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º. A estrutura instituída por esta Portaria atuará de forma articulada com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e com as unidades escolares da rede municipal de ensino.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Educação poderá editar atos complementares para regulamentar a execução das atividades previstas nesta Portaria.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Aventureiro/MG, 29 de agosto de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:571B6F27

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 3º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0097/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0074/2025 — Pregão Eletrônico nº 0027/2025.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X + OXIGENIO COMERCIO E SERVICOS LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 238.342,00 (duzentos e trinta e oito mil e trezentos e quarenta e dois reais).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE CARGAS/RECARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADES MOVEIS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**02/12/2025 — **Vigência:**02/12/2026. **Fundamentação Legal**: art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, Segunda-feira, 31 de agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:63CE996F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0156/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0069/2026 — Pregão Eletrônico nº 0027/2026. **Partes:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X MEDICAL CENTER LTDA. **Ata no valor Total de:** R$ 44.333,24 (quarenta e quatro mil e trezentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos). **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPE MÉDICA COMPOSTA POR MÉDICO, ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL DURANTE OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CONTEMPLANDO PROFISSIONAIS HABILITADOS, PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR, PRIMEIROS SOCORROS E ESTABILIZAÇÃO DE PACIENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS. **Assinatura:** 28/08/2026 — **Vigência:** 28/08/2027. **Fundamento Legal:** Art. 28, inciso I, da lei 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, Sexta-feira , 28 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:18170E93

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0026/2022

Processo nº 0038/2022, Pregão Presencial nº 0021/2022. **Partes:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X FREDERICO VICTOR RIBEIRO SOARES. **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE PSIQUIATRIA PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ/MG. **A vigência do contrato original fica prorrogada, por 01 (um) mês, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 01 de setembro de 2026 a 31 de setembro de 2026**. Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato. **Fundamentação Legal:** art. 57, II da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Itambé/MG, sexta-feira, 28 de agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:64C6D23C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0100/2026

Processo Licitatório nº 0079/2026
Dispensa nº 0021/2026

Processo Licitatório nº 0079/2026 — Dispensa nº 0021/2026. **PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X STRADA VEICULOS E PECAS LTDA. **Valor do Contrato:** R$ 5.674,02 (cinco mil e seiscentos e setenta e quatro reais e dois centavos). **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA SEGUNDA REVISÃO PERIÓDICA, VISANDO À MANUTENÇÃO DA GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO DE PLACA SQE6J25, PERTENCENTE AO GABINETE DO PREFEITO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, PEÇAS, ÓLEOS, FILTROS, FLUIDOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E PLANO DE MANUTENÇÃO DO FABRICANTE. **Assinatura**: Sexta-feira , 28 de Agosto de 2026.

Vigência: De Sexta-feira , 28 de Agosto de 2026 a Terça-feira , 13 de Outubro de 2026.

Santo Antônio do Itambé/MG, Sexta-feira , 28 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:A463313C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO:ORBITA SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 12.060,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:EE3FF005

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: NUTRIR SISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA TERAPIA NUTRICIONAL LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 33.618,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:0EA6BDF9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: PRODIET NUTRIÇÃO CLINICA LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 66.000,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:A42E7A40

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: NUTRIDIV DIETAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 195.350,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:1CEA5ADF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: 49.692.912 JORGE RAMOS DE OLIVEIRA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de

fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 22.500,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:9955BB3B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: MG2 NUTRIÇÃO LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 185.504,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:B4915077

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: BIOLIFE BRASIL LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 31.200,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:AAC5E02A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 31.900,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:DE5B71F1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 16.796,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:E756C414

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: APEX DISTRIBUIÇÃO LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de

fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 40.500,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:0B4C4E14

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 6.720,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:59D8BA05

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2026
PROCESSO: N° 59/026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: DROGARIA BARÃO LTDA
OBJETO: objeto do Processo Licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de fórmulas nutricionais e suplemento alimentar, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 29.600,00
VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:FB7A29DE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2026
PROCESSO: 77/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 040/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos e correlatos, de uso humano e animal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Edital e seus anexos.
VALOR:R$ 17.938,80
VIGÊNCIA: 15 de setembro de 2026.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 27 DE AGOSTO DE 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:E349BF83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2023

PROCESSO: 121/2023
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 72/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: JOSE ANTONIO DO COUTO 667.276.346-53
OBJETO:objeto do presente processo licitatório a contratação de empresa especializada na execução de serviços de locução e cerimonial para eventos e festividades do Município, atendendo a solicitação do Gabinete do Prefeito, conforme especificações e demais condições do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

VALOR:o valor mensal passa a ser R$ 2.311,12 (dois mil, trezentos e onze reais e doze centavos) preço reajustado pelo índice vigente INPC;

VIGÊNCIA: 04 DE SETEMBRO DE 2027

SANTO ANTÔNIO DO MONTE, 28DE AGOSTO DE 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:4F1F595B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2022

PROCESSO: Nº 110/2022
MODALIDADE: PREGÃO 79/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: EDITORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS GAZETA MONTENSE LTDA
OBJETO:objeto do contrato é contratação de órgão de imprensa escrita (jornal), com circulação no município de Santo Antônio do Monte/MG, para divulgações dos atos oficiais e publicidade institucional e legal, atendendo o Gabinete do Prefeito Municipal,

através da Assessoria de Comunicação, de acordo com especificações e condições descritas no Termo de Referência, Edital e anexos.
VIGÊNCIA: 17 DE AGOSTO DE 2027.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE, 10DE AGOSTO DE 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:5A4611FE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2022

PROCESSO: 95/2022
MODALIDADE: PREGÃO 66/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: LOCAPRINTER TECNOLGIA LTDA
OBJETO:objeto do contrato é contratação de empresa para prestação de serviços de impressões e digitalizações, com fornecimento de equipamentos com tecnologia digital, sem franquia mínima, contendo sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos originais, exceto papel, para atender a todos os setores da Administração Pública Municipal, de acordo com especificações e condições descritas no Termo de Referência, Edital e anexos.
VALOR:Considerando que a partir do dia 01 de setembro de 2026 fica firmado, os valores reajustados pelo INPC impressões coloridas passa a se R$ 0,83 (oitenta e três centavos) e impressão preta R$ 0,07 (sete centavos).
VIGÊNCIA: 01 DE SETEMBRO DE 2027

SANTO ANTÔNIO DO MONTE, 28 DE AGOSTO DE 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:31583F2F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº49/2026

CONTRATO Nº 49/2026
PROCESSO: 70/2026
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: GODOI EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO:objeto do processo licitatório, que deu origem à presente Concorrência Eletrônica é a contratação de empresa especializada para executar a reforma da Unidade Básica de Saúde da Comunidade Rural denominada Capela no Município de Santo Antônio do Monte – MG, conforme especificações, elementos técnicos e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, possam integrar este instrumento, independente de transcrição.
VALOR: R$ 33.900,00
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2026

Santo Antônio do Monte, 24 DE AGOSTO DE 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:03B54763

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026

CONTRATO Nº 50/2026
PROCESSO: 80/2026
MODALIDADE: CONCORRENCIA ELETRONICA 08/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: PEDRO HENRIQUE SANTOS TEIXEIRA
OBJETO:objeto do processo licitatório, que deu origem ao presente Contrato é a contratação de empresa especializada para executar a manutenção preventiva/corretiva no imóvel denominado Casarão Monsenhor Otaviano, situado na Rua Vigário Alexandrino, nº 126, nesta, conforme especificações, elementos técnicos e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura de Turismo, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, possam integrar este instrumento, independente de transcrição.
VALOR: R$ 48.700,00
VIGÊNCIA: 08 DE JANEIRO DE 2027

Santo Antônio do Monte, 25 DE AGOSTO DE 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:6C16EB52

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026

CONTRATO Nº 51/2026
PROCESSO: 101/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 13/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: TRAZENDO A ARCA EVENTOS E PUBLICIDADE LTDA
OBJETO:O objeto do Processo Licitatório, que deu origem ao presente contrato é a prestação de serviço de apresentação artística musical, com todos os custos e encargos incluidos, compreendendo apresentação da "Banda Trazendo a Arca" a ser realizado com duração de 90 (noventa minutos) no dia 05 de setembro de 2026 na Praça Benedito Valadares (Praça da Estação), Centro nesta Municipalidade, por ocasião do evento comemorativo do Dia da Marcha para Jesus, instituído no calendário oficial do município de Santo Antônio do Monte pela Lei Municipal nº 2.774 de 22 de abril de 2025, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que juntamente com a proposta da CONTRATADA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR: R$ 110.000,00
VIGÊNCIA: 05 DE SETEMBRO DE 2026

Santo Antônio do Monte, 26 DE AGOSTO DE 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:236E4990

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2026

CONTRATO Nº 52/2026
PROCESSO:060/2026
MODALIDADE:Pregão Eletrônico029/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO:SEMPRE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
OBJETO:Objeto do Processo Licitatório, que deu origem ao presente contrato é a contratação de empresaespecializada para prestação de serviços relativos à rede de telecomunicação multisserviços com fornecimento de link internet, banda larga e link dedicado, rede VPN nas câmeras olho vivo, com fornecimento de equipamentos em comodato, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da VENCEDORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
VALOR:R$ 421.500,00
VIGÊNCIA:01 de setembro de 2031

Santo Antônio do Monte,28 de agosto de 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:F46504B0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 34/2026

PROCESSO: Nº 15/2022
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 01/2022
CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CREDENCIADO: FABIAN MATTHAUS OLIVEIRA
OBJETO: PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de Instrutor de vôlei, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2022 E EM SEUS ANEXOS, CUJO EDITAL, SEUS ANEXOS, CONDIÇÕES E DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS O CREDENCIADO DECLARA CONHECER E ACATAR.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE, 20 DE AGOSTO DE 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:CBA46948

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 35/2026

PROCESSO: Nº 74/2025
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 01/2025
CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CREDENCIADO: CARMO ELIDIO DA SILVA JUNIOR 05349619675
OBJETO: CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2025 E EM SEUS ANEXOS, CUJAS CONDIÇÕES EDIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS O CREDENCIADO DECLARA CONHECER A CATAR.
VALOR: R$ 5.500,00

SANTO ANTÔNIO DO MONTE, 27 DE AGOSTO DE 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:63686204

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 79/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 41/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Monte comunica que irá realizar procedimento licitatório que tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de lavanderia hospitalar (desinfecção, calandragem, pesagem, acondicionamento e transporte) do enxoval utilizado na UPA 24hs atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com especificações e condições constantes do Termo de Referência, edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08:29 hs do dia 16/09/2026.**
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08:30 hs do dia 16/09/2026.**

Informações/Edital: santoantoniodomonte.atende.net ou Praça Getúlio Vargas, 18 – Centro em Santo Antônio do Monte – MG – Telefone (37) 3281 7328 Horário: 08:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: compras@samonte.mg.gov.br, santoantoniodomonte.atende.net ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santo Antônio do Monte, 31 de agosto de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:09673354

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 93/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 49/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Monte comunica que irá realizar procedimento licitatório, que tem por objeto a aquisição de veículos automotores tipo ônibus rural escolar com 30 e 45 lugares, novos, zero quilômetro, com o primeiro emplacamento e licenciamento em nome do Município de Santo Antônio do Monte, conforme especificações e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08:29 hs do dia 14/09/2026.**
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08:30 hs do dia 14/09/2026**

Informações/Edital: santoantoniodomonte.atende.net ou Praça Getúlio Vargas, 18 – Centro em Santo Antônio do Monte – MG – Telefone (37) 3281 7328 Horário: 08:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: compras@samonte.mg.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santo Antônio do Monte, 27 de Agosto de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:F68D6B46

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2022 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA BOA IDÉIA CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.

Processo Licitatório nº 075/2022

Modalidade: Pregão Presencial nº 004/2022

Objeto: Contratação de empresa para Manutenção do Sistema de Gestão Hospitalar e Locação de Software para atender o Hospital Municipal Dr. Brício de Castro Dourado.

Cláusula Primeira

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 22.679.153/0001-40, com sede na Av. Montes Claros, 243 – Centro – CEP.: 39.300-000, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada pelo Secretária Municipal de Saúde, através do Decreto Municipal nº 021/2022, o Sr**. ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES,** brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Euridson de Sá nº 2325, Bairro São José, na cidade de São Francisco/MG, portadora da Cédula de Identidade nº Mg 15822035, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 111.703.476–30 e a empresa **BOA IDÉIA CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA**, localizado na Rua Irmã Beata, nº. 57C, bairro Centro, na cidade de Montes Claros - MG, inscrita no CNPJ sob nº 00.364.378/0001-74, daqui por diante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada por Gustavo Silva Ramos, portador da Carteira de Identidade nº M-6.192.999, expedida pela SSP/MG e CPF nº 823.381.916-68, lastreado na Lei Federal 8.666/93 nos termos do art. 57, incisos II e IV, § 2º com as alterações da Lei 8.883/94, firmam o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

Cláusula Segunda

Fica a Cláusula Quarta do contrato original aditivada quanto ao seu prazo de vigência prorrogada até o dia **08 (Oito) de Agosto de 2027,** atendendo excepcional interesse público e a necessidade da continuidade dos serviços e que estes serviços são imprescindíveis para atendimento ao Sistema de Gerenciamento do Hospital Municipal Dr. Brício de Castro Dourado.

Cláusula Terceira
O presente aditivo poderá ser rescindido na hipótese de nova licitação, devendo neste caso ser o contratado comunicado com antecedência mínima de 10 dias, bem como de comum acordo entre as partes, além das hipóteses gerais de rescisão previstas no instrumento originário.

Cláusula Quarta

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original, sendo que as despesas decorrentes do presente termo aditivo serão pagas com recursos orçamentários oriundos do Tesouro Municipal, com a classificação funcional da Secretaria Municipal de Saúde.

São Francisco/MG, 07 de Agosto de 2026.

ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Boa Idéia CoNsultoria e Informática LTDA
GUSTAVO SILVA RAMOS
CPF Nº: 823.381.916-68
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME:_____
RG:

NOME:_____
RG:

Publicado por:
Ana Carla Oliveira Silva
Código Identificador:DE612331

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES ESTADO DE MINAS GERAIS EXTRATO DO CONTRATO N º 65/2026 A *Sr.ª*. Diretora do Departamento de Material da Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales, Por intermédio do presente, torna público, para amplo conhecimento dos interessados o extrato do contrato em epígrafe: Contratante: *MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG* Contratado: GNC AUTOMOTORES LTDA. Processo licitatório nº 51/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 27/2026 Objeto: Aquisição de veículo 7 lugares, 0 KM ano modelo fabricação mínimo 2026/2027, para compor a frota da Secretaria Municipal de Administração, em atendimento a Emenda Especial do Plano de Trabalho nº 002092/2026, conforme demais especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante do Edital. Vigência: A vigência do contrato será da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026, ou até a entrega total, sendo que neste período a Contratada se obriga a entregá-los no prazo máximo de até 5 (cinco) dias contadas da solicitação emitida pelo órgão solicitante, podendo o contratante conceder dilação no prazo de entrega dos gêneros alimentícios, com motivo plenamente justificado e aceito pelo mesmo. Dotação orçamentaria: 02.04.01.04.122.0005.0010.1003.4.4.90.52.00 Ficha (81). Material Permanente do Orçamento do Município. Valor Total: R$ 153.800,00 (Cento e cinquenta e três mil e oitocentos reais). Fundamento Legal: 14.133/21

São Francisco de Sales-MG, 28 de agosto de 2.026.

JUCIANA LOPES DA SILVA-
Diretora do Departamento de Compras e Materiais-
CPF 084.576.446-29.

Publicado por:
Luciana Prado de Matos
Código Identificador:C0759468

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE n.º 60/2.026. Processo n.º 13/2.026. Ratifico por este termo a Inexigibilidade n.º 13-2026, objeto: contratação por meio de processo de inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal 14.133/21, e o Parecer Jurídico favorável que instrui os autos, e AUTORIZO a contratação da empresa PROTEGE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 33.242.123/0001-98 End.: Avenida sete, N 5057, Bairro Olinda, ITAPAGIPE-MG, para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria e recuperação de créditos de contribuições previdenciárias patronais, (Modulo 1) e de apuração/ reenquadramento do RAT ao grau leve (Modulo 2), com remuneração fixa, ao percentual de 20% (vinte por cento) em ambos os módulos, calculada sobre o valor do benefício estimado e paga em parcelas fixas conforme a proposta de preços e o Termo de Referência no valor de R$ 141.200,00 (Cento e quarenta e um mil e duzentos reais), São Francisco de Sales-MG, 11 de agosto 2.026. Gilmar Aparecido Leonel Souto Prefeito Municipal. *PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES ESTADO DE MINAS GERAIS EXTRATO DO CONTRATO N º 62/2026* A *Sr.ª*. Diretora do Departamento de Material da Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales, Por intermédio do presente, torna público, para amplo conhecimento dos interessados o extrato do contrato em epígrafe: Contratante: *MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG* Contratado: PROTEGE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA. Processo licitatório nº 60/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026 Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela contratada, de serviços técnicos especializados estruturados em dois módulos. Vigência: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, até a conclusão do

acompanhamento administrativo dos créditos protocolados da economia mensal apurada. Dotação orçamentaria: 02.05.01.04.122.0006.2007.3.3.90.39.00 Ficha (104). Fonte de Recurso 1.500.000 Recursos não vinculados de impostos. Valor Total: R$ 141.200,00 (Cento e quarenta e um mil e duzentos reais). Fundamento Legal: 14.133/21 Data da assinatura: 11/08/2026.

São Francisco de Sales-MG, 11 de agosto de 2.026.

JUCIANA LOPES DA SILVA-
Diretora do Departamento de Compras e Materiais-
CPF 084.576.446-29.

Publicado por:
Luciana Prado de Matos
Código Identificador:3E2496BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

CONTROLE INTERNO
CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

SERVIÇO: DIREÇÃO DO GLORIAPREV (Instituto de Previdência Municipal de São Francisco do Glória/MG.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO. A Direção Geral do GLORIAPREV torna público o extrato resumido do CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CONSIGNATÁRIA: COPERATIVA DE CRÉDITO CREDISUDESTE LTDA - SICOOB CREDISUDESTE, instituição financeira não-bancária, sociedade cooperativa de primeiro grau, CNPJ nº 22.656.789/0001-76, CONSIGNATÁRIO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ sob o nº 06.032.184/0001-58; OBJETO: Concessão de empréstimos aos servidores da CONSIGNANTE, com consignação em folha de pagamento, regendo-se este instrumento Leis Municipais: n° 937 de 02 de abril 2008, nº 948 de 18 de novembro de 2008, Art. 1º a Art. 77° e n° 1208 de 21 de junho de 2017. NÃO HÁ VALOR A SER PAGO PELO GLORIAPREV.

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:E2CC2905

CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 072/2026 "CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA KELEN CRISTINA RORIZ ALMEIDA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 072/2026

"Concede gratificação a Servidora Kelen Cristina Roriz Almeida e contém outras providências".

O Prefeito Municipal de São Francisco do Glória/MG, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Orgânica Municipal, c/c à Lei Municipal n.º 1.280/2020.

CONSIDERANDO, a necessidade de reconhecer e valorizar os serviços prestados pela servidora no âmbito do Programa RENALFA e da POLITICA DE ALFABETIZAÇÃO;

CONSIDERANDO a importância das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens desenvolvidas no âmbito do Programa RENALFA e da POLITICA DE ALFABETIZAÇÃO;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, organização, monitoramento e execução das ações do Programa no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar condições para o adequado desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Sra. **KELEN CRISTINA RORIZ ALMEIDA**, inscrita no CPF sob o n.º 010.739.706-47, Supervisora Pedagógica da Escola Municipal Antônio Franco Laviola, a gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base, em razão da responsabilidade desempenhada na função, do reconhecimento à sua dedicação e o seu compromisso com um ensino de qualidade, conforme anexo III, da Lei Municipal nº. 890/2006, a partir de 01 de julho de 2026.

Art. 2º - A presente gratificação terá vigência pelo período de dois meses encerrando-se na data de 31 de agosto de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2025.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Francisco do Glória/MG, 31 de agosto de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:92D9B864

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº064/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.093/2026/ Pregão Eletrônico nº.064/2026/ Tipo: Menor Preço Por Lote: **CONTRATANTE**: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e **CONTRATADO: ROGERIO LUCIO CONSULTORIA E ARBITRAGEM ESPORTIVA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 65.541.395/0001-85 , com sede na Rua Luiz Antonio Faria, nº.451, Bairro Vale Do Castelo, na Cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem destinados à realização de campeonatos, torneios, competições e demais eventos esportivos promovidos pela secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo do município de São Francisco do Glória/mg. **VALOR:** R$ 136.100,00 (Cento e trinta e seis mil e cem reais). **DOTAÇÃO:** 02.013.27.812.0016.2.069-339039- 994- Manutenção das Atividades Esportivas – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica – 15000000000.

São Francisco do Glória, 31 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:23CADE0B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

ASSESSORIA GABINETE
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO/MG.

PORTARIA Nº 34/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Gestor da Política Municipal de Alfabetização do Município de São Gonçalo do Rio Preto/MG.

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e considerando a Política Municipal de Alfabetização,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Comitê Gestor da Política Municipal de Alfabetização, responsável pelo acompanhamento, monitoramento, avaliação e implementação das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização do Município de São Gonçalo do Rio Preto/MG.

O Comitê Gestor será composto pelos seguintes membros:

* Silmia Beatriz Damasceno;

* Claudiene de Oliveira de Castro;

* Jaciara Lúcia Pires;

* Irene da Conceição Santos Rocha;

* Betania Aparecida Silva Neto.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor exercer as atribuições previstas na Política Municipal de Alfabetização, promovendo a articulação, o acompanhamento e a avaliação das ações voltadas à alfabetização na rede municipal de ensino.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo do Rio Preto/MG, 31 de agosto de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:45144708

ASSESSORIA GABINETE
INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, ESTABELECE DIRETRIZES PLURIANUAIS PARA A GARANTIA E MANUTENÇÃO DO DIREITO À ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, INSTITUI O MONITORAMENTO DINÂMICO DE METAS PARA AS UNIDADES ESCOLARES MUN

LEI nº 718 /2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização de São Gonçalo do Rio Preto, estabelece diretrizes plurianuais para a garantia e manutenção do direito à alfabetização na idade certa, institui o monitoramento dinâmico de metas para as unidades escolares municipais, como providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de São Gonçalo do Rio Preto, de caráter plurianual, com o objetivo de assegurar o direito fundamental à alfabetização plena e na idade certa para todas as crianças matriculadas na rede pública municipal de ensino.
Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização consolida-se como estratégia prioritária para a manutenção da excelência educacional, tendo em vista o alcance de 100% (cem por cento) de estudantes alfabetizados no 2º ano do Ensino Fundamental, e estabelece como foco concomitante a recomposição das aprendizagens para os anos subsequentes.
Art. 3º As ações desta Política articulam-se com as diretrizes do Ministério da Educação, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Pacto Mineiro pela Alfabetização e, no âmbito local, regulamentam e operacionalizam as metas estabelecidas pelo Plano Decenal Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal nº 551, de 2015.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES
Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização reger-se-á pelos seguintes princípios:
I – a alfabetização como direito público subjetivo e a salvaguarda da excelência, garantindo a manutenção contínua dos índices de proficiência já alcançados;
II – a equidade territorial e logística na nucleação, assegurando que os estudantes das zonas rurais, dependentes do transporte escolar, possuam as mesmas condições de acesso, permanência e sucesso que os residentes na zona urbana;
III – a justiça curricular e o direito à recomposição digna, recusando a naturalização de lacunas de aprendizagem herdadas de ciclos anteriores;
IV – o foco pedagógico na centralidade da leitura, da escrita, do cálculo e da fluência crítica desde os anos iniciais;
V – a articulação sem rupturas na transição entre a Educação Infantil (Pré-Escola) e o Ensino Fundamental;
VI – a adoção de práticas fundamentadas em evidências científicas e a governança avaliativa em tempo real, valendo-se da centralização da rede em uma única unidade núcleo de Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III - DOS OBJETIVOS
Art. 5º O objetivo geral desta Política é assegurar a sustentabilidade e a manutenção contínua do índice de 100% (cem por cento) das crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental na escola-núcleo do município, além de institucionalizar um sistema contínuo de recomposição de aprendizagens voltado à erradicação das defasagens nos estudantes do 3º, 4º e 5º anos.
Art. 6º São objetivos específicos da Política Municipal de Alfabetização:
I – institucionalizar a cultura de blindagem preventiva no 1º e 2º anos, aplicando intervenções imediatas ao menor sinal de oscilação no aprendizado;
II – erradicar o passivo de alfabetização do 3º ao 5º ano por meio da consolidação de agrupamentos flexíveis e oficinas de letramento no contraturno;
III – otimizar o sistema de avaliação diagnóstica e formativa de forma centralizada, subsidiando o planejamento docente e a gestão escolar em tempo real;
IV – garantir a formação continuada e políticas de fixação dos professores alfabetizadores na unidade escolar;
V – equipar os ambientes de aprendizagem com materiais didáticos estruturados, acervos literários diversificados e recursos digitais voltados à alfabetização;
VI – fortalecer o engajamento comunitário, aproximando as famílias rurais e urbanas da rotina escolar para o incentivo à leitura no ambiente doméstico.

CAPÍTULO IV - DAS ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 7º A consecução dos objetivos dar-se-á por meio da execução de Matriz Operacional elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, que deverá prever, no mínimo:

I – a adoção do modelo de Resposta à Intervenção (RTI) para apoio imediato em sala de aula;
II – o alinhamento das rotinas de ensino sistemático do Sistema de Escrita Alfabética (SEA);
III – a estruturação permanente de laboratórios ou oficinas de recomposição da fluência leitora e ortografia na escola-núcleo;
IV – a implementação de ferramentas institucionais de monitoramento do impacto do transporte escolar rural no rendimento e na assiduidade dos estudantes em fase de alfabetização.
Art. 8º As diretrizes estabelecidas nesta Lei deverão constar obrigatoriamente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e no Plano de Ação Anual das unidades escolares do município.

CAPÍTULO V - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE
Art. 9º O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá de forma contínua por meio de um sistema de governança avaliativa estruturado nas seguintes dimensões:
I – acompanhamento pedagógico direto pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a gestão escolar;
II – aplicação obrigatória de Avaliação Diagnóstica de Entrada no início do ano letivo;
III – aplicação de Avaliações Formativas Intermediárias de fluência e escrita;
IV – participação universal nas Avaliações Somativas de Saída do Estado de Minas Gerais e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).
Art. 10. O Poder Executivo promoverá, anualmente, Audiência Pública de Prestação de Contas para apresentar à comunidade escolar e ao Conselho Municipal de Educação (CME) o balanço consolidado dos indicadores de alfabetização, justificando eventuais alterações de rotas pedagógicas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11. O Poder Executivo fica autorizado a instituir, por ato normativo próprio, o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização e a criar programas de valorização e reconhecimento de práticas pedagógicas exitosas focadas na manutenção da excelência e recomposição de aprendizagem.
Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.
Art. 13. O cronograma oficial de implementação e as metas plurianuais específicas serão definidos em regulamento próprio ou anexo técnico aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Gonçalo do Rio Preto - MG, 31 de agosto de 2026.

DILSON DE FATIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:FF007D59

ASSESSORIA GABINETE
SANÇÃO

GABINETE DO PREFEITO

PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

SANÇÃO

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto/MG, no uso de suas atribuições legais **SANCIONA**, nesta data, a Lei 718/2026 de 31 de Agosto de 2026, oriunda do Projeto de Lei 009/2026 aprovado em Reunião ordinária realizada na data de 31/08/2026, a qual **`` Institui a Política Municipal de Alfabetização de São Gonçalo do Rio Preto, estabelece diretrizes plurianuais para a garantia e manutenção do direito à alfabetização na idade certa, institui o monitoramento dinâmico de metas para as unidades escolares municipais, como providências correlatas.´´**

Diante do exposto, determino que REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE a Lei nº 718 de 31 de Agosto de 2026.

Determino ainda, para que se dê publicidade do seu teor, que a referida Lei seja afixada nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto e Câmara Municipal.

São Gonçalo do Rio Preto/MG, 31 de Agosto de 2026.

DILSON DE FATIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:1C9BCE9A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

GABINETE DO PREFEITO
13.ª CONVOCAÇÃO PARA POSSE E EXERCÍCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N.º 01/2024
13.ª Convocação para POSSE E EXERCÍCIO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG,** torna público a Décima Terceira Convocação para POSSE E EXERCÍCIO dos Candidatos aprovados.
O **Anexo I** deste Edital apresenta a lista de convocados para comparecerem no dia **01 de setembro de 2026, às 13:00hs**, no Setor de Recursos Humanos, na Sede da Prefeitura Municipal de São Gotardo, localizada na Rua Profa Maria Coeli Franco, n.º13, Bairro Centro, São Gotardo/MG, CEP: 38800-000.
Obs.: **No ato da posse o servidor deverá apresentar declaração dos bens e valores que constituem o seu patrimônio. De acordo com o art. 21, Parágrafo Único da Lei Complementar n.º 239 de 08 de abril de 2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Gotardo).**
O Edital de Convocação está disponível para consulta do no site da **Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG (www.saogotardo.mg.gov.br)**

São Gotardo/MG, 31 de agosto de 2026

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

ANEXO I – CONVOCADOS PARA POSSE E EXERCÍCIO
DIA 01/09/2026

INSCRIÇÃO: 2492
NOME COMPLETO: **ELIONAY CRISTINA ROSA SILVA**
DATA DE NASCIMENTO: 28/05/1997
CARGO: FISIOTERAPEUTA

CLASSIFICAÇÃO AMPLA CONCORRENCIA: 5

Publicado por:
Raphaella Geralda Pereira Barbosa
Código Identificador:2E45F222

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 74, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 74/2026

INSTITUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DESTINADO À APURAÇÃO DOS FATOS E DA EVENTUAL RESPONSABILIDADE CIVIL DO

MUNICÍPIO RELACIONADOS A ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO OFICIAL E VEÍCULO PARTICULAR DE TERCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal De São Gotardo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de São Gotardo, e

CONSIDERANDO o acidente de trânsito ocorrido em 29 de julho de 2026, na Avenida Brasil, nesta cidade, envolvendo o veículo oficial Chevrolet S10 Z71, placa TXC4A50, conduzido pelo servidor Cristiano Flávio Rodrigues, e o veículo particular Toyota Hilux, placa TFL5J25, de propriedade do Sr. Reinaldo de Oliveira Franco;

CONSIDERANDO o Memorando Interno nº 310/2026/SISMAM, subscrito pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, encaminhando os autos à Procuradoria-Geral do Município para manifestação quanto à possibilidade jurídica de reconhecimento e reparação administrativa dos danos materiais decorrentes do acidente;

CONSIDERANDO o Despacho nº 100/2026/PGM, exarado pela Procuradoria-Geral do Município, no sentido de que a manifestação jurídica conclusiva depende da prévia instauração de procedimento administrativo próprio, destinado à apuração dos fatos e à formação dos elementos técnicos e documentais indispensáveis à análise jurídica;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que estabelece a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;
CONSIDERANDO os princípios da eficiência, da economicidade e da autotutela administrativa que regem a atuação da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo destinado à apuração dos fatos relacionados ao acidente de trânsito ocorrido em 29 de julho de 2026, envolvendo o veículo oficial Chevrolet S10 Z71, placa TXC4A50, e o veículo particular Toyota Hilux, placa TFL5J25, de propriedade do Sr. Reinaldo de Oliveira Franco, com vistas à análise da responsabilidade civil do Município e à eventual reparação administrativa dos danos materiais dele decorrentes.

Art. 2º Ficam designados os servidores: Daniel Borges de Souza, Jair Pereira de Oliveira e Ângela Maria Gonçalves Beba para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial de Processo Administrativo.de que trata esta Portaria, competindo-lhe, entre outras providências:
I – juntar aos autos o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do veículo Toyota Hilux, placa TFL5J25, comprovando a titularidade do Sr. Reinaldo de Oliveira Franco;
II – obter comprovante de residência hábil e autorização expressa e formal do proprietário do veículo particular, autorizando eventual pagamento diretamente à empresa responsável pela execução dos reparos;
III – confirmar se o condutor do veículo oficial encontrava-se no exercício de função pública no momento do acidente;
IV – proceder à análise técnica de equivalência entre os orçamentos apresentados nos autos, de modo a assegurar que o menor valor orçado corresponda integralmente aos danos apurados, sem redução indevida da reparação necessária;
V – elaborar relatório conclusivo, instruído com os documentos e informações colhidos, a ser submetido à apreciação superior.

Art. 3º O prazo para conclusão da instrução de que trata esta Portaria é de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação deste ato, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada.

Art. 4º Concluída a instrução, os autos deverão retornar à Procuradoria-Geral do Município para emissão de parecer jurídico conclusivo quanto à legalidade do reconhecimento da obrigação, ao valor a ser reparado e à forma de pagamento, nos termos do Despacho nº 100/2026/PGM.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Gotardo/MG, 31 de agosto de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaella Geralda Pereira Barbosa
Código Identificador:D65EA08F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 268, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº. 268, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS (CRMG) E A INSTITUIÇÃO DA COMPUTAÇÃO COMO COMPLEMENTO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO GOTARDO/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Gotardo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 69, da Lei Orgânica do município de São Gotardo,

CONSIDERANDO a resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a normatização da Base Nacional Comum Curricular;

CONSIDERANDO o Parecer nº 937/2018 do CEE/MG, aprovado em 13.12.2018, que homologou o CRMG da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a revisão obrigatória dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das unidades escolares para se adequarem ao CRMG.

CONSIDERANDO a importância da adequação do currículo escolar às necessidades e características locais;

CONSIDERANDO a previsão da Lei n° 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital;

CONSIDERANDO a previsão da Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que traz as Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;

CONSIDERANDO a previsão da RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática;

CONSIDERANDO o Parecer nº 1265/CEE/PLENÁRIO/2023, que homologou o Anexo ao Currículo Referência de Minas Gerais: Referencial Curricular Computação na Educação Básica.

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a adesão do Município de São Gotardo/MG ao Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2° O CRMG passará a vigorar em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de São Gotardo, a partir do início do ano letivo de 2026.

Art. 3º Fica instituída a Computação como complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), integrando o currículo da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de São Gotardo/MG, de forma transversal e articulada às diferentes áreas do conhecimento, conforme as normas nacionais e o Referencial Curricular de Computação adotado pelo Município.

Art. 4º O referido complemento à BNCC incluirá conteúdos e práticas pedagógicas que visem:
I - desenvolver o pensamento crítico e criativo;
II - promover a alfabetização digital;
III - estimular o desenvolvimento sustentável e a cidadania digital;
IV - fomentar a inovação e o uso responsável de tecnologias educacionais;
V - desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, a criação e teste de algoritmos, e a solução de problemas de maneira colaborativa.

Art. 5° A inserção da Computação na Educação Infantil observará as seguintes premissas pedagógicas::
I - desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, construindo conjuntos de objetos com base em diferentes critérios como: quantidade, forma, tamanho, cor e comportamento.
II - vivenciar e identificar diferentes formas de interação mediadas por artefatos computacionais.
III - criar e testar algoritmos brincando com objetos do ambiente e com movimentos do corpo de maneira individual ou em grupo.
IV - Solucionar problemas decompondo-os em partes menores identificando passos, etapas ou ciclos que se repetem e que podem ser generalizadas ou reutilizadas para outros problemas.

Art. 6° No Ensino Fundamental, o ensino de Computação desenvolverá as seguintes competências:
I - compreender a Computação como área do conhecimento que contribui para explicar o mundo contemporâneo e atuar como agente ativo e consciente de transformação, capaz de analisar criticamente seus impactos sociais, ambientais, culturais, econômicos, científicos, tecnológicos, legais e éticos;
II - reconhecer os impactos dos artefatos computacionais e os respectivos desafios para os indivíduos na sociedade, discutindo questões socioambientais, culturais, científicas, políticas e econômicas;
III - expressar e partilhar informações, ideias, sentimentos e soluções computacionais utilizando diferentes linguagens e tecnologias da Computação de forma criativa, crítica, significativa, reflexiva e ética;
IV - aplicar os princípios e técnicas da Computação e suas tecnologias para identificar problemas e criar soluções computacionais, preferencialmente de forma cooperativa, bem como alicerçar descobertas em diversas áreas do conhecimento seguindo uma abordagem científica e inovadora, considerando os impactos sob diferentes contextos;
V - avaliar as soluções e os processos envolvidos na resolução computacional de problemas de diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de construir argumentações coerentes e consistentes, utilizando conhecimentos da Computação para argumentar em diferentes contextos com base em fatos e informações confiáveis com respeito à diversidade de opiniões, saberes, identidades e culturas;
VI - desenvolver projetos baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto ou interesse do estudante, de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias, utilizando conceitos, técnicas e ferramentas computacionais que possibilitem automatizar processos em diversas áreas do conhecimento com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, de maneira inclusiva;
VII - agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, identificando e reconhecendo seus direitos e deveres, recorrendo aos conhecimentos da Computação e suas tecnologias para tomar decisões frente às questões de diferentes naturezas.

Art. 7º A implementação do complemento curricular em Computação compete à Secretaria Municipal de Educação, cabendo-lhe:
I - elaborar e disponibilizar orientações pedagógicas para a rede municipal de ensino;
II - promover capacitações e formações continuadas para os profissionais da educação;
III - avaliar e revisar periodicamente o currículo complementar, em consonância com a BNCC, o CRMG e o Referencial Curricular de Computação, podendo constituir comissão específica por meio de portaria;
IV - realizar o levantamento e a adequação dos espaços e equipamentos escolares;
V - promover, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, as providências necessárias à disponibilização dos equipamentos e recursos tecnológicos necessários à implementação da Computação.
§ 1º Compete às escolas da Rede Municipal de Ensino adequar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e demais documentos institucionais às disposições deste Decreto e às orientações da Secretaria Municipal de Educação. A implementação do complemento será responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que deverá:
§ 2º Compete aos profissionais da educação, no âmbito de suas atribuições:
I - participar das formações e capacitações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
II - integrar os conhecimentos e práticas de Computação ao processo de ensino e aprendizagem, conforme as orientações curriculares e pedagógicas da rede.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 31 de agosto de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:3B859F28

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EXTERNA 035/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO TORNA PÚBLICO O AVISO DE ADESÃO
VEÍCULOS DIVERSOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO MINIVAN (MINIMO 7 LUGARES). AQUISIÇÃO ATRAVES DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2024, PAL 023/2024, PREGAO ELETRONICO 020/2024, REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CIM JEQUITINHONHA. PEDIDO REFERENTE AO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA 039/2026 (EM ANEXO) DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (DÉBORA T. S. A. ARAÚJO). FONTE DE RECURSO 621 CONTA: 48202-1 RESOLUÇÃO 9804/2024 ’. DATA DA ADESÃO: 28/08/2026.

DEBORA THAIS SILVA ALVES ARAUJO.
Secretária Municipal de Saúde:

MAKOTO EDISON SEKITA .
Prefeito- Municipal

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:98A5BAF8

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. PAL/249/2026. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 005/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO TORNA PÚBLICO - AVISO DE LICITAÇÃO: **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. PAL/249/2026. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 005/2026.** OBJETO:

“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, INCLUINDO AÇÕES NO DISTRITO DE GUARDA DOS FERREIROS”. OS INTERESSADOS DEVERÃO SE CREDENCIAR NA PLATAFORMA HTTPS://WWW.LICITANET.COM.BR/ **A PARTIR DAS 13:00H** DO DIA **01/09/2026**. FICANDO O CREDENCIAMENTO EM ABERTO ATÉ **01/10/2026**. CÓPIA DESTE EDITAL PODERÁ SER OBTIDO NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG (WWW.SAOGOTARDO.MG.GOV.BR) E NA PLATAFORMA (HTTPS://WWW.LICITANET.COM.BR/). ESCLARECIMENTOS: E-MAIL: LICITACAOSG@GMAIL.COM.

Publicado por:
Keilla Aparecida da Silva
Código Identificador:2EEB7290

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°175/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2021 – TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2021. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO 5° TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº. 175/2021 POR MAIS 05 (CINCO) MESES . CONTRATADA: MARCOS ANTÔR$ 433.276,11(QUATROCENTOS E TRINTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E ONZE CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 31/08/2026. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 03/09/2026 A 02/09/2027. ASSINANTES: MAKOTO EDISON SEKITA – PREFEITO MUNICIPAL. DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE. MARCOS ANTÔNIO DUTRA – REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:2A474439

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 61 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Comissão Gestora Responsável pela Coordenação, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais, no pleno exercício do seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, determina que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, definindo diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades;

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2026-2036, com 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias voltadas para a melhoria da qualidade da educação brasileira;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Lei Federal nº 15.388/2026, segundo o qual os Municípios deverão elaborar seus planos de educação mediante lei específica, de duração decenal, em consonância com o disposto no PNE;

CONSIDERANDO o disposto no art. 34 da Lei Federal nº 15.388/2026, que estabelece o prazo de até 15 (quinze) meses, contados da data de publicação da referida lei, para que os Municípios publiquem seus planos decenais de educação, ou seja, até 14 de julho de 2027;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 4º, da Lei Federal nº 15.388/2026 determina que os chefes dos Poderes Executivos dos Municípios editarão atos sobre a governança dos planos municipais, em consonância com o PNE;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar ampla participação social no processo de elaboração do PME, com representatividade da comunidade escolar e da sociedade civil organizada;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de garantir suporte técnico, metodológico e jurídico adequado para a elaboração do PME com qualidade e dentro dos prazos legais estabelecidos;

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituída a Comissão Gestora Municipal do Plano Municipal de Educação – PME, responsável por coordenar e acompanhar o processo de elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes, objetivos, metas e estratégias estabelecidos no Plano Nacional de Educação – PNE.

Art. 2º A Comissão Gestora Municipal será composta pelos representantes dos seguintes segmentos:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II – Representantes dos Diretores Escolares;

III – Representantes dos Professores;

IV – Representantes do Conselho Municipal de Educação (CME);

V – Representantes dos Pais de Alunos da Rede Pública;

VI – Representantes do Poder Legislativo;

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 3º Os membros da Comissão Gestora serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo, assegurada a representatividade dos segmentos previstos no artigo antecedente.

Art. 4º – Compete à Comissão Gestora Municipal de Educação:

I – coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;
II – promover a articulação entre os diferentes órgãos, instituições e segmentos envolvidos na elaboração do Plano Municipal de Educação;
III – garantir a transparência das ações e promover processo participativo e democrático junto à comunidade escolar e à sociedade civil;
IV – estimular a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na elaboração do Plano Municipal de Educação;
V – monitorar periodicamente o cumprimento das metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação;
VI – promover reuniões técnicas para discussão, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º A participação na Comissão Gestora constitui serviço público relevante, de caráter não remunerado.

Art. 6º A Comissão poderá instituir grupos de trabalho destinados à realização de estudos técnicos específicos, sempre que necessários ao pleno cumprimento de suas atribuições.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São João da Ponte – MG, 31 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:7F701613

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 62, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE 270,00 M² (DUZENTOS E SETENTA METROS QUADRADOS), SITUADA NA COMUNIDADE DE AGRESTE, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG, DESTINADA À EXTENSÃO DO CEMITÉRIO DO POVOADO DE AGRESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, que estabelece a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que disciplina as desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO que compete ao Município promover as medidas necessárias à adequada prestação dos serviços públicos de interesse local;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da área destinada ao Cemitério do Povoado de Agreste, visando assegurar espaço adequado para a continuidade e expansão do serviço público funerário e de sepultamento da comunidade local;

CONSIDERANDO a identificação de área contígua ao atual Cemitério do Povoado de Agreste, com características e localização adequadas à finalidade pública pretendida;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico planimétrico realizado em julho de 2026, que individualizou a área de 270,00 m² (duzentos e setenta metros quadrados), com dimensões de 10,00 metros por 27,00 metros e perímetro de 74,00 metros;

CONSIDERANDO que a área identificada integra o imóvel denominado Fazenda Agreste, situado na Comunidade de Agreste, Município de São João da Ponte/MG, cuja posse é exercida pela Sra. Valdivia da Silva Vidal;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público na incorporação da referida área ao patrimônio municipal, para sua destinação à extensão do Cemitério do Povoado de Agreste,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação, inclusive mediante acordo amigável, uma área de 270,00 m² (duzentos e setenta metros quadrados), integrante do imóvel denominado Fazenda Agreste, situada na Comunidade de Agreste, Município de São João da Ponte/MG, destinada à extensão do Cemitério do Povoado de Agreste.

Parágrafo único: A área objeto da presente declaração encontra-se atualmente na posse da Sra. Valdivia da Silva Vidal, inscrita no CPF sob o nº xxx.143.xxx-20.

Art. 2º A área declarada de utilidade pública possui as seguintes características: Área: 270,00 m²; Dimensões: 10,00 metros de largura por 27,00 metros de comprimento; Perímetro: 74,00 metros. A área encontra-se delimitada pelos vértices P1, P2, P3 e P4, conforme levantamento topográfico planimétrico e memorial descritivo em anexo.

Art. 3º A descrição técnica da área objeto da presente declaração é a seguinte, conforme memorial descritivo em anexo: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P1, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, coordenada UTM na Zona 23 L, de coordenadas 644054,93 m E e 8235745,94 m S; deste segue confrontando com o imóvel da proprietária/possuidora Sra. Valdivia da Silva Vidal, com azimute 19°42'28,72", por uma distância de 10,00 metros, até o vértice P2, de coordenadas 644058,29 m E e 8235755,32 m S; deste segue confrontando com o imóvel da Sra. Valdivia da Silva Vidal, com azimute 293°33'31,9", por uma distância de 27,00 metros, até o vértice P3, de coordenadas 644033,98 m E e 8235765,92 m S; deste segue confrontando com o imóvel da Sra. Valdivia da Silva Vidal, com azimute 197°13'3,27", por uma distância de 10,00 metros, até o vértice P4, de coordenadas 644030,94 m E e 8235756,11 m S; deste segue confrontando com o Cemitério, de propriedade do Município de São João da Ponte, com azimute 112°58'24,1", por uma distância de 27,00 metros, até o vértice P1, ponto inicial da descrição deste perímetro, totalizando 74,00 metros.

Art. 4º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade exclusiva a extensão do Cemitério do Povoado de Agreste, compreendendo a incorporação da área descrita ao patrimônio municipal para sua utilização na prestação e expansão do serviço público de sepultamento.

Art. 5º Fica autorizado a promover os atos necessários à efetivação da desapropriação, inclusive mediante negociação e celebração de acordo administrativo amigável com a possuidora sobre a área, observados, a justa indenização e os demais requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo único. Não havendo composição amigável, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para a efetivação da desapropriação, na forma da legislação vigente.

Art. 6º - As despesas decorrentes da efetivação da desapropriação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, observadas a legislação orçamentária e financeira aplicável e a disponibilidade de recursos.

Art. 7º - A presente declaração de utilidade pública terá vigência pelo prazo previsto no art. 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para a efetivação da desapropriação mediante acordo ou pela via judicial.

Art. 8 - Ficam os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal autorizados a adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento deste Decreto, especialmente aquelas destinadas à formalização do procedimento expropriatório e à futura incorporação da área ao patrimônio municipal.

Art. 9 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João da Ponte/MG, 31 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:020EF026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 205/2026
PROC. Nº 041/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de mão de obra terceirizada (operadores de máquinas - mediante execução indireta), por demanda, para atender as necessidades do Município de São João da Ponte/MG, conforme anexos.

O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio da Agente de contratação, nomeada através da Portaria nº 073 de 07/07/2026, torna público o extrato do contrato do Credenciamento nº 003/2026, conforme detalhado a seguir:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 205/2026
CONTRATADO: 64.358.879 HALISSON ANTONIO FERNANDES PINTO
CNPJ: 64.358.879/0001-20
SERVIÇO: OPERADOR DE MÁQUINA – MOTONIVELADORA
QUANTIDADE: 12 (DOZE) MESES
VALOR: R$ 198.000,00

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:52467974

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONTR. 205/2026 PROC. Nº 041/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de mão de obra terceirizada (operadores de máquinas - mediante execução indireta), por demanda, para atender as necessidades do Município de São João da Ponte/MG, conforme anexos.

O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público o extrato de **ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO** do Credenciamento nº 003/2026, ficando habilitados os interessados que atenderam às exigências do edital, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CONTRATADO: 64.358.879 HALISSON ANTONIO FERNANDES PINTO
CNPJ: 64.358.879/0001-20
SERVIÇO: OPERADOR DE MÁQUINA – MOTONIVELADORA
QUANTIDADE: 12 (DOZE) MESES
VALOR: R$ 198.000,00

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:DAA5CE00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRTATO Nº 200/2025 PROC. Nº 064/2024

1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SALDO REMANESCENTE Nº 200/2025, EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 029/2024; PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024; PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 019/2024** - CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE**, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. CONTRATADA: **ELCIO DE CARVALHO SILVA - ME**, CNPJ: 06.031.178/0001-86. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei Complementar nº 123/2006, com exceção do item nº 01, que será aberto para ampla competitividade, objetivando o **fornecimento de fogos de artifícios incluindo a prestação de serviço de show pirotécnico, para abrilhantar os eventos realizados pelo Poder Público, tais como as festas populares e tradicionais que compõem o calendário de eventos oficiais deste Município**, de forma parcelada, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura. Fica prorrogado o prazo de vigência do **Contrato Administrativo de Saldo Remanescente nº 200/2025** até **27 de agosto de 2027**, permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

Publique-se para conhecimento público.

São João da Ponte MG, 28 de agosto de 2026.

FABIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:94A9EEA6

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 209/2025 PROC. 116/2025

1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 209/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2025; ADESÃO Nº 019/2025; ORIGEM: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 011/2024; PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. **CONTRATADA: SANTO ANDRÉ TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 14.650.080/0001-35. OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de veículos, máquinas e equipamentos, com e sem condutor, com e sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro ou proteção veicular e rastreador**, para atender as necessidades dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMAMS, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura. Fica prorrogado o prazo de vigência do **Contrato nº 209/2025** por mais 12 (doze) meses, até **24 de agosto de 2027**, conforme o disposto no **art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

Publique-se para conhecimento público.

São João da Ponte/MG, **25 de agosto de 2026**.

FABIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:348A9775

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SALDO REMANESCENTE Nº 163/2024

1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SALDO REMANESCENTE Nº 163/2024, EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2024; PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2024; PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 012/2024 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. CONTRATADA: JOÃO BATISTA FERREIRA ALMEIDA 12261087683, CNPJ: 34.238.100/0001-72. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas, objetivando o fornecimento de Materiais de Construção, Elétrico, Hidráulico, Materiais e Prestação de Serviços de Serralheria, de forma parcelada, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo de Saldo Remanescente nº 163/2024 até 24 de agosto de 2027, com início em 25 de agosto de 2026, permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

Publique-se para conhecimento público.

São João da Ponte MG, 25 de agosto de 2025.

FABIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:6B09A74C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 207/2025

2º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 207/2025, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 036/2024; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. CONTRATADA: AGUATECNICA SISTEMA DE IRRIGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 05.150.060/0001-04. OBJETO: Fornecimento de materiais de construção, elétrico, hidráulico, materiais e prestação de serviços de serralheria, de forma parcelada, conforme Termo de Referência – Anexo I, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Fica prorrogado o prazo de vigência do **Contrato nº 207/2025 até 24 de agosto de 2027,** conforme o disposto no Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

Publique-se para conhecimento público.

São João da Ponte/MG, 25 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:D19E52E8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

10º TERMO ADITIVO – **ACRESCIMO DE ROTA ESCOLAR (30)** AO CONTRATO 021/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2025 – **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2025 - TERMO DE ADESÃO Nº 007/2025**. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. **CONTRATADA: CONSORCIO SPA TRANSPORTES** CNPJ: 53.115.182/0001-02**. OBJETO:** Prestação de serviços de **transporte escolar, através do menor preço por quilometragem diária, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas diretas/indiretas; fornecimento de veículos convencionais e adaptados, com combustível e manutenção corretiva e preventiva inclusa, sendo um condutor e um monitor**, quando necessário, através de procedimentos de carona a Ata de Registro de Preço n° 030/2024, processo licitatório n° 036/2024, Pregão Eletrônico nº 020/2024 da CONSORICO INTERMUNICPAL MULTIFINALITARIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE -CIMAMS, com fulcro no caput do Art. 74, da Lei Federal de Licitação Nº 14.133/21, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. Fica inclusa a rota 29, ficará da seguinte forma (Prestação de serviços de transporte com veículo com capacidade para 12 lugares, equipado para TRANSPORTE ESCOLAR, na forma da lei, ano de fabricação mínimo 2007. Com manutenção preventiva e corretiva do veículo, inclusive troca de peças, acessórios, pneus, lubrificantes, filtros, combustível, condutor, dentre outros. ROTA ACIMA DE 50 A 100KM/DIA. **VIAS NÃO PAVIMENTADAS.VIAS NÃO PAVIMENTADA**), no valor de 8,50 (Oito reais e cinquenta centavos), passando a vigorar a partir da data de assinatura do presente termo aditivo, passando a vigorar a partir da data de assinatura do presente termo aditivo, com fulcro no Art. 124, inciso I da 14.133/2021 e alterações permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte MG, 03 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:2B759C6F

COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
EDITAL COMPLEMENTAR DE DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO Nº 007/2026

EDITAL COMPLEMENTAR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL. PRAZO 30 (TRINTA) DIAS.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE- MG, pessoa jurídica de direito public interno,com sede na Praça Olímpio Campos, 128, bairro Centro, São João da Ponte - MG - CEP: 39430-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n.º 16.928.483/0001-29, vem através do Prefeito Municipal, Fábio Luiz Fernandes Cordeiro, para fins registrais, nos termos da Lei Federal nº13.465/17 e considerando a **Decisão Administrativa de 03 de julho de 2026 no qual determinou a instauração do procedimento administrativo de regularização fundiária nº 010/2026, que tem por objetivo regularizar o núcleo urbano informal consolidado no local denominado Alvorada,** conforme mapa do perímetro indicado a seguir.
Estando em termos, expediu-se o presente edital para **NOTIFICAÇÃO** de todos **interessados, espólios, confrontantes, confinantes, possuidores, proprietários e especialmente os seguintes proprietários registrais:**

MATRÍCULA IDENTIFICADA NA CERTIDÃO	PROPRIETÁRIO REGISTRAL IDENTIFICADO NA CERTIDÃO	CPF/CNPJ IDENTIFICADO NA CERTIDÃO	ENDEREÇO IDENTIFICADO NA CERTIDÃO
8307	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apt. 203, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 8307	WISLEI GONÇALVES DE SOUZA	CPF: ***.***.*96-86	RuaGentil Gomes Cordeiro, 218, bairro Denise, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/2 8307	IZAQUE MENDES ANTUNES / JANAINA DE MELO ANTUNES	CPF: ***.***.*66-40, CPF: ***.***.*46-84	RuaCapitãoAmâncio Teixeira, 38, BairroAlvorada, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000

Nomes das ruas:
· Avenida José Marciano Pimenta
· Rua Sebastião Santos
· Rua Jaime da Silva Pereira
· Rua Janaúba
· Rua Bocaiúva
· Rua José Borges Rego
· Rua Mirabela
· Avenida Montes Claros
· Rua Brasíla de Minas
· Rua José Laercio Peres de Oliveira
· Rua Varzelândia

Nessa oportunidade, **adverte-se que não apresentando impugnação e discordância de forma detalhada perante o Município de São João da Ponte - MG, na sede da Prefeitura, localizadas na Praça Olímpio Campos, 128, bairro Centro, São João da Ponte - MG - CEP: 39430-000, em 30 (trinta) dias após a publicação do presente edital poderá implicar em concordância e/ou possível perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb**. Os proprietários registrais identificados nas certidões fornecidas pelo cartório de registro de imóveis que possuem endereço complete serão notificados também via aviso de recebimento (AR). O presente edital não sera renovado caso a titulação final seja por usucapião judicial ou extrajudicial, servindo o presente para atendimento do dispositivo no §4º do art. 216-A da lei 6.015/73. Será o presente edital, por extrato afixado nos átrios da Prefeitura e publicado.
Eu,Fábio Luiz Fernandes Cordeiro, Prefeito municipal de São João da Ponte - MG, conferi e assino.

São João da Ponte - MG, 31 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal De São João Da Ponte - MG

Publicado por:
Angelica Ferreira Dos Santos
Código Identificador:CB8148ED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL PREGÃO Nº 026-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – Torna Público o Processo de Licitatório nº 127/2026, Pregão Eletrônico Nº 026/2026, tendo com contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de recarga de oxigênio medicinal (oxigênio respiratório) e locação de concentradores de oxigênio destinado ao abastecimento dos cilindros utilizados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde. As propostas serão recebidas até dia 18/09/2026 as 08:00, inicio da etapa de lances as 10:00 do mesmo dia. As empresas interessadas poderam retirar edital no site oficial da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal ou no site NOVO BBMNET LICITAÇÕES. Publica-se, 31 de agosto de 2026.

AILTON GERALDO DOS SANTOS-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucivan Jose da Cruz
Código Identificador:40C160BA

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO Nº 021-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – Extrato de homologação Processo de Licitatório nº 113/2026, Pregão Eletrônico Nº 021/2026, objeto: contratação de empresa para fornecimento de equipamento semi reboque com capacidade mínima de 15 (quinze) toneladas e Lixeiras Seletiva Urbana e contêiner conforme CONVÊNIO Nº 1491000073/2024/SEGOV/PADEM. Tendo como vencedoras as empresas TDB INDUSTRIAL METALMECANICA LTDA vencedora do item 01 valo total de R$: 215.650,00, RDL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA vencedora do item 02 o valor total de R$: 16.455,32 e a empresa PALLET RIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA vencedora pelo valo total de R$: 17.836,00. Homologa-se 26 de agosto de 2026. Publica-se, 31/08/26.

AILTON GERALDO DOS SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucivan Jose da Cruz
Código Identificador:1AB6F307

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO 0281/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 0106/2026

Objeto: Aquisição de totens digitais interativos, para utilização em ações de promoção cultural, histórica e turística, bem como em atividades e projetos relacionados às comemorações dos 100 anos de emancipação do Município, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de São Lourenço/MG. Sessão Pública às 13:00h do dia 21/09/2026. Credenciamento: até as 13:00h do dia 21/09/2026. Apresentação das propostas: até as 13:00h do dia 21/09/2026. Início dos lances: sob comando da pregoeira após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Pregoeira Oficial e

CLÁUDIA NOGUEIRA DE SOUZA -
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:7DBFE26D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5393

LEI MUNICIPAL Nº 5393
PROJETO DE LEI Nº 5880

"DENOMINA UMA VIA PÚBLICA AINDA SEM DENOMINAÇÃO DE RUA CONCEIÇÃO BENEDITA BORGES FERREIRA"

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar uma via pública ainda sem denominação de Rua **"CONCEIÇÃO BENEDITA BORGES FERREIRA",** em homenagem póstuma à sua saudosa pessoa.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 18 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:BE5926BF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5394

LEI MUNICIPAL Nº 5394
PROJETO DE LEI Nº 5882

"DENOMINA UMA VIA PÚBLICA AINDA SEM DENOMINAÇÃO DE RUA ANTÔNIO ZANIN".

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar uma via pública ainda sem denominação de Rua "**ANTÔNIO ZANIN"**, em homenagem póstuma à sua saudosa pessoa.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 18 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:564313C5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5395

LEI MUNICIPAL Nº 5395
PROJETO DE LEI Nº 5884

"DENOMINA UMA VIA PÚBLICA AINDA SEM DENOMINAÇÃO DE RUA LUIZ FERNANDES.".

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar uma via pública ainda sem denominação de Rua **"LUIZ FERNANDES",** em homenagem póstuma à sua saudosa pessoa.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Muncipal de São Sebastião do Paraíso, 17 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:29B9A2E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ DAS LETRAS – MG
AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO – PAL Nº 032/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

A Prefeitura Municipal de São Thomé das Letras/MG, por meio do Departamento de Compras e Licitações, torna público o Aviso de Credenciamento para contratação de Oficineiros e Agente Social, por Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, para execução de oficinas socioeducativas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e, quando necessário, de ações, projetos e intervenções do CREAS.
O recebimento da documentação ocorrerá exclusivamente de forma eletrônica, por meio da plataforma Licitar Digital www.licitardigital.com.br, a partir de 04 de setembro de 2026, às 09h00. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma.Mais informações e acesso ao edital completo estão disponíveis no site institucional: https://saotomedasletras.mg.gov.br/licitacoes-publicadas, ou pelo telefone (35) 3237-1086.
São Tomé das Letras – MG

CLODOALDO LÁZARO DE SOUZA
Chefe do Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Clodoaldo Lazaro de Souza
Código Identificador:59506AC7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE, REALIZADA NO DIA DEZ DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, reuniram-se no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, os vereadores, em Reunião Ordinária, sob a presidência do Senhor José da Purificação Vieira, que convidou para comporem a Mesa, os parlamentares Reinaldo Pereira Viana - vice-presidente e João Dehon Alves Couto – 1º secretário. Feita a chamada, foi constatada e registrada a presença de todos os vereadores: Arlindo Martins Florentino, Geraldo Eustáquio Nardy, Max Vinícius Ribeiro Carneiro, Nonato Xarlen Mantena Norberto, Pedro Vagno Pereira e Romar Chaves Canazart. Verificado o quórum regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e solicitou a leitura da ata da segunda Reunião Extraordinária, realizada no dia treze de julho de dois mil e vinte e seis. Submetida a turno único de discussão, sem objeções, a ata foi colocada em votação simbólica, sendo aprovada por unanimidade, e o resultado proclamado pelo Presidente. Na sequência, foi reiterado o convite para a Ordenação Presbiteral de Kleyton da Silva Gomes Paschoal, a realizar-se no dia cinco de setembro e para sua Primícia Sacerdotal, no dia seis de setembro, às dez horas, na Igreja Matriz São Sebastião, em Sem Peixe. Ato contínuo, foram distribuídas aos Vereadores e despachadas para as comissões competentes as seguintes matérias: Projeto de Resolução **nº 001/2026**, que ´´Institui o Diário Oficial dos Municípios Mineiros, mantido pela Associação Mineira de Municípios – AMM, como órgão oficial de publicação dos atos da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, disciplina sua utilização e dá outras providências;´´ Projeto de Resolução **nº 002/2026**, que ``Dispõe sobre a adoção do Portal Modelo do Programa Interlegis como sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG e dá outras providências;´´ ambos de autoria da Mesa Diretora e logo após o Parecer Prévio do Tribunal de Contas Estado de Minas Gerais, que ´´Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de Sem Peixe/MG – Exercício/2022, Processo **nº** 1148423.´´ Após a distribuição das matérias, a assessora jurídica da Câmara, Dra. Adriana Alves Ferreira de Oliveira, procedeu à leitura do relatório de julgamento e do parecer favorável aprovado por unanimidade com ressalvas, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Depois explicou os prazos regimentais referentes a cada fase de tramitação da matéria, para que os Vereadores se atentem às respectivas etapas, colocando-se à disposição caso tenham dúvidas. Prosseguindo, foi apresentada a indicação **nº 029/2026**, de autoria do vereador Max Vinícius Ribeiro Carneiro, solicitando a substituição da ponte existente nas proximidades do terreno do Senhor "Tão de Dico", na comunidade

Córrego das Almas, por uma de estrutura permanente e mais segura, preferencialmente em concreto armado ou estrutura metálica, conforme projeto, avaliação e estudo técnico do Município. Submetida a turno único de discussão, sem objeções, foi colocada em turno único de votação nominal, que aprovada por unanimidade teve o resultado proclamado pelo Presidente. Antes do encerramento, foi lida uma mensagem em apoio às campanhas do mês de agosto. Em seguida, foi lida uma mensagem alusiva à passagem do Dia dos Pais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e determinou a realização da chamada final, por meio da qual foi novamente constatada a presença de todos os parlamentares. Em seguida, o Presidente declarou encerrada a reunião. Lavrada, lida e aprovada, a presente ata segue assinada pelos membros da Mesa Diretora e demais vereadores presentes.

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:D60C0DEB

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
DESPACHO Nº 011/2026

EMENTA: Projeto de Lei **nº 008/2026,** que "Institui o Sistema Municipal de Cultura de Sem Peixe e dá outras providências."

Considerando que o Projeto de Lei nº 008/2026, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, tem por finalidade instituir o Sistema Municipal de Cultura de Sem Peixe, bem como criar o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura;

Considerando a solicitação de urgência formulada pelo Poder Executivo Municipal;

Despacho o presente Projeto de Lei às Comissões de Legislação e Justiça e Redação, Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e Comissão de Educação, Saúde, Esporte, Ciência, Cultura e Lazer, para análise e emissão dos respectivos pareceres, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no Regimento Interno.

Após, retornem os autos à Presidência para prosseguimento da tramitação regimental.

Sem Peixe, 14 de agosto de 2026.

JOSÉ DA PURIFICAÇÃO VIEIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:BD97A40C

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
INDICAÇÃO Nº 030/2026

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O Vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, indica ao Poder Executivo Municipal, por intermédio do setor competente, **a necessidade de instalação de sinalização adequada com pintura indicando (quebra-molas) localizado em frente à residência do Senhor Biscoito, bem como a instalação de um novo quebra-molas, devidamente sinalizado e pintado na cor amarela, no trecho compreendido entre a residência do Senhor Elias Gomes de Oliveira e a residência do Senhor João Couto, na Rua Horácio José de Barros.**

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por objetivo promover maior segurança aos moradores, pedestres e condutores que utilizam a Rua Horácio José de Barros.

A falta de sinalização e de pintura adequada no redutor de velocidade localizado em frente à "Casa de Biscoito" dificulta sua visualização pelos motoristas, podendo aumentar o risco de acidentes e danos aos veículos. Dessa forma, faz-se necessária a instalação de placa indicativa e a pintura adequada do local.

Também se faz necessária a instalação de um novo quebra-molas no trecho entre as residências do Senhor Elias Gomes de Oliveira e do Senhor João Couto, visando controlar a velocidade dos veículos e proporcionar maior segurança aos moradores e pedestres.

Assim, as medidas solicitadas contribuirão para a prevenção de acidentes e para a melhoria da segurança no trânsito da referida via.

Diante da relevância da solicitação, conto com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2026.

PEDRO VAGNO PEREIRA
Vereador

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:D27F016D

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
INDICAÇÃO Nº 031/2026

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O Vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **indica ao Executivo Municipal que estude a legalidade e a viabilidade administrativa e financeira de celebrar convênio ou outro instrumento legal com uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (Asilo), visando garantir acolhimento, assistência e cuidados aos idosos do Município que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, familiar ou financeira.**

JUSTIFICATIVA
O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que é dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
Embora a permanência do idoso junto à família seja sempre a alternativa mais desejável, existem situações em que os familiares não possuem condições físicas, emocionais ou financeiras para oferecer os cuidados necessários. Há também idosos que vivem sozinhos, não possuem familiares próximos ou se encontram em situação de abandono e vulnerabilidade.
Nesses casos, o acolhimento em uma Instituição de Longa Permanência pode oferecer proteção, segurança, cuidados adequados e melhores condições de vida.
A celebração de uma parceria com uma instituição próxima, como o asilo de Dom Silvério, também facilitaria a visita dos familiares e permitiria maior participação da comunidade de Sem Peixe, por meio de grupos religiosos, voluntários, escolas, grupos da terceira idade e demais entidades, proporcionando aos idosos momentos de convivência, carinho e atenção.

Diante da relevância da presente indicação, conto com o apoio dos nobres Vereadores e solicito ao Executivo Municipal que avalie a possibilidade de sua implementação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2026.

ARLINDO MARTINS FLORENTINO
Vereador

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:BCF0C445

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
INDICAÇÃO PARLAMENTAR Nº 032/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG

O Vereador adiante assinado, **JOÃO DEHON ALVES COUTO**, no exercício de suas prerrogativas fundamentais, e em observância o que dispõe o Regimento Interno, vem requerer Vossa Excelência se digne encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal a presente Indicação Parlamentar para que seja tomada a providência adiante listada.
Indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal que sejam adotadas as providências administrativas necessárias para a **aquisição e instalação de móveis novos e adequados para o Posto de Saúde da Comunidade Rural de São Bartolomeu**, neste Município de Sem Peixe/MG, especialmente aqueles indispensáveis ao adequado funcionamento da unidade e à prestação dos serviços de saúde à população.

JUSTIFICATIVA:

A presente Indicação tem por finalidade contribuir para a **melhoria das condições estruturais e funcionais do Posto de Saúde da Comunidade Rural de São Bartolomeu**, garantindo que a unidade disponha de mobiliário adequado, seguro, funcional e compatível com as necessidades dos profissionais que nela atuam e dos usuários que diariamente procuram atendimento.
A saúde constitui direito fundamental de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, devendo as ações e serviços públicos de saúde ser organizados de modo a assegurar o acesso universal e igualitário à promoção, proteção e recuperação da saúde. Nesse contexto, a adequada estrutura física das unidades de atendimento integra as condições necessárias para que o serviço público de saúde seja prestado com qualidade, dignidade e eficiência.
O mobiliário de uma unidade de saúde não possui caráter meramente acessório ou estético. Mesas, cadeiras, armários, arquivos, bancos e demais equipamentos de apoio são instrumentos indispensáveis à organização dos ambientes, ao acondicionamento adequado de materiais e documentos e ao atendimento dos pacientes e servidores. Móveis deteriorados, inadequados ou insuficientes podem comprometer a organização do espaço, dificultar o trabalho dos profissionais e ocasionar desconforto aos usuários.
A situação merece especial atenção quando se trata de uma comunidade rural, considerando que a unidade de saúde local exerce relevante função de atendimento e acompanhamento da população residente na região, muitas vezes representando o principal ponto de acesso dos moradores aos serviços públicos de saúde.
A substituição e modernização do mobiliário contribuirão para proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores, maior conforto e segurança aos pacientes, melhor organização dos ambientes e maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde, refletindo diretamente na qualidade do atendimento oferecido à comunidade.
Ressalte-se, ainda, que a providência ora indicada deverá ser precedida, conforme o caso, de levantamento técnico e administrativo das necessidades existentes, com identificação dos móveis que necessitam de substituição, bem como da elaboração dos procedimentos necessários à aquisição, em observância à legislação vigente, especialmente às normas que disciplinam as contratações públicas e a aplicação dos recursos públicos.
A medida, portanto, revela-se pertinente não apenas sob a perspectiva da melhoria da infraestrutura física da unidade, mas também como ação voltada à valorização do serviço público, à eficiência administrativa e à garantia de condições adequadas para o atendimento da população rural do Município de Sem Peixe.

Diante do exposto, considerando a relevância da matéria e o interesse público envolvido, indica-se ao Poder Executivo Municipal que providencie, com a brevidade possível, o levantamento das necessidades e a consequente aquisição de móveis novos e adequados para o Posto de Saúde da Comunidade Rural de São Bartolomeu, de modo a assegurar melhores condições de atendimento à população e de trabalho aos profissionais que atuam na unidade.

Assim, solicita-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que avalie a presente indicação e adote as medidas administrativas necessárias para sua efetivação.

Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, em 24 de agosto de 2026.

JOÃO DEHON ALVES COUTO
Vereador - PSD

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:6ED6D09F

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
INDICAÇÃO PARLAMENTAR Nº 033/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG

O Vereador **JOÃO DEHON ALVES COUTO**, no exercício de suas prerrogativas parlamentares e em observância às disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Sem Peixe/MG a presente **INDICAÇÃO PARLAMENTAR**, para que sejam adotadas, pelo Poder Executivo Municipal, as providências administrativas e técnicas necessárias à execução de obras de calçamento em trechos de vias rurais do Município, nos seguintes locais:
I – execução de calçamento no trecho compreendido **entre a guarita/ponto de ônibus do Barreiro até ao ponto de encontro com o calçamento já existente na comunidade rural de São Vitorino**;
II – execução de calçamento no trecho compreendido **entre o alto da comunidade rural de São Bartolomeu, seguindo em direção à comunidade de São Paulino, até a entrada da comunidade rural denominada Rodrigues**.

JUSTIFICATIVA:

A presente Indicação tem por finalidade solicitar ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas concretas destinadas à **melhoria da infraestrutura viária das comunidades rurais acima mencionadas**, mediante a execução de obras de calçamento nos trechos indicados.
As estradas e vias de acesso às comunidades rurais constituem importantes instrumentos de integração territorial e de garantia do deslocamento diário dos moradores, produtores rurais, trabalhadores, estudantes, prestadores de serviços e demais usuários. Dessa forma, a adequada conservação e pavimentação dessas vias representa medida diretamente relacionada à **mobilidade, segurança, acessibilidade e qualidade de vida da população rural**.
Os trechos objeto desta Indicação apresentam relevante importância para a ligação entre as comunidades, sendo utilizados cotidianamente pelos moradores para acesso à sede do Município, escolas, unidades de saúde, comércio, serviços públicos e demais atividades essenciais.
A ausência de pavimentação adequada, especialmente em períodos de chuvas, pode ocasionar a formação de lama, erosões, atoleiros, buracos e demais obstáculos que dificultam ou, em determinadas situações, comprometem o tráfego de veículos e o deslocamento seguro dos cidadãos.
No trecho **da guarita do Barreiro até o encontro com o calçamento da comunidade de São Vitorino**, a execução da obra permitirá a continuidade da infraestrutura já implantada, proporcionando maior integração viária e melhores condições de circulação para os moradores e usuários da região.
Da mesma forma, o **calçamento do alto da comunidade de São Bartolomeu, no sentido da comunidade de São Paulino, até a entrada da comunidade de Rodrigues**, contribuirá para a melhoria do acesso entre localidades rurais, reduzindo os transtornos decorrentes das condições climáticas e proporcionando maior segurança e regularidade ao deslocamento da população.
A medida também possui relevante interesse econômico e social, uma vez que a melhoria das estradas rurais facilita o escoamento da produção agropecuária, o transporte de insumos e mercadorias e o acesso dos produtores aos mercados consumidores, fortalecendo as

atividades econômicas desenvolvidas no meio rural e contribuindo para o desenvolvimento do Município.
Sob a perspectiva do interesse público, a realização da obra encontra fundamento no dever do Poder Público de promover condições adequadas de infraestrutura urbana e rural, bem como de assegurar à população o acesso a serviços e equipamentos públicos de forma eficiente e segura.
Diante da relevância da medida para os moradores das comunidades de **São Vitorino, São Bartolomeu, São Paulino e Rodrigues**, especialmente em razão da necessidade de assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e integração entre as localidades rurais, mostra-se pertinente e oportuno o encaminhamento da presente Indicação ao Poder Executivo Municipal.
Diante do exposto, espera-se que o Poder Executivo Municipal avalie a presente indicação e promova, com a maior brevidade possível, a execução da obra ora pleiteada.

Assim, solicita-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que avalie a presente indicação e adote as medidas administrativas necessárias para sua efetivação.

Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, em 24 de agosto de 2026.

JOÃO DEHON ALVES COUTO
Vereador - PSD

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:E5C9E004

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
INDICAÇÃO PARLAMENTAR Nº 034/2026

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG

O Vereador adiante assinado, **JOÃO DEHON ALVES COUTO**, no exercício de suas prerrogativas fundamentais, e em observância o que dispõe o Regimento Interno, vem requerer Vossa Excelência se digne encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal a presente Indicação Parlamentar para que seja tomada a providência adiante listada.
Indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal que sejam adotadas as providências administrativas necessárias para a execução da **substituição integral do atual calçamento da Rua Osvaldo Basto Verneck**, promovendo a sua adequada recuperação e reestruturação, mediante a instalação de novo pavimento que atenda aos padrões de qualidade, segurança, acessibilidade e durabilidade exigidos para as vias públicas urbanas. A presente medida deverá contemplar, ainda, a correção de eventuais desníveis, afundamentos, irregularidades e demais defeitos existentes na via, garantindo melhores condições de trafegabilidade para veículos, ciclistas e pedestres.

JUSTIFICATIVA:

A presente Indicação decorre de reivindicações apresentadas pelos moradores da Rua Osvaldo Basto Verneck, os quais têm enfrentado constantes transtornos em razão das precárias condições do calçamento atualmente existente.
Observa-se que o pavimento da referida via apresenta significativo desgaste decorrente da ação do tempo, do tráfego contínuo de veículos e da ausência de intervenções estruturais mais efetivas ao longo dos anos. Tal situação tem ocasionado irregularidades na pista, comprometendo a mobilidade urbana, aumentando o risco de acidentes e dificultando o deslocamento seguro da população.
Além dos prejuízos à segurança viária, o estado de conservação da rua afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores, gera danos aos veículos que transitam pelo local e dificulta o acesso de serviços essenciais, tais como transporte escolar, coleta de resíduos sólidos, atendimento por veículos de saúde e demais serviços públicos.
A substituição do atual calçamento representa investimento necessário para a valorização do patrimônio público, melhoria da infraestrutura urbana e promoção do bem-estar coletivo, atendendo aos anseios legítimos da comunidade local e contribuindo para o desenvolvimento ordenado do Município.
Assim, solicita-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que avalie a presente indicação e adote as medidas administrativas necessárias para sua efetivação.

Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, em 24 de agosto de 2026.

JOÃO DEHON ALVES COUTO
Vereador - PSD

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:5064C0C3

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
PROJETO DE LEI N° 008 DE 13 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Sistema Municipal de Cultura de Sem Peixe e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SEM PEIXE
Faço saber que a Câmara Municipal de Sem Peixe aprova e eu, em nome do povo, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 1º Fica instituído Sistema Municipal de Cultura de Sem Peixe, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, da Lei nº 14.835, de 24 de abril de 2024, que institui o Sistema Nacional de Cultura, e da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, relações entre os seus componentes, recursos humanos e financiamento, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil.
§1° O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.
§2° O Sistema Municipal de Cultura de Sem Peixe é integrado por:
I – A Política Municipal de Cultura;
II – O Conselho Municipal de Cultura;
III – O Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO II
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Art. 2º A Política Municipal de Cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Município, no campo da cultura, com a participação da sociedade, observadas as seguintes finalidades:
I - promover e proteger o patrimônio cultural material e imaterial do Município, compreendendo bens móveis e imóveis, documentos, obras de arte, manifestações literárias, musicais, teatrais, folclóricas e religiosas;
II - os modos de viver, fazer e criar que conformam a identidade cultural da comunidade;
III - democratizar o acesso aos bens e serviços culturais, garantindo a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais, além de fomentar a produção, a difusão e a circulação de bens e serviços culturais no âmbito do Município.
§1° A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito municipal.
§2° A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no território municipal.
§3° Cabe ao Poder Público do Município planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
III - contribuir para a construção da cidadania cultural;
IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.
XIII - planejar e fomentar políticas públicas de cultura;
XIV - estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.
§5° A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementariedade das ações, evitando superposições e desperdícios.
Art. 3° São princípios fundamentais desta Política a diversidade de expressões culturais, o direito de todos à participação na vida cultural, a liberdade de criação e expressão, a gestão democrática, participativa e transparente, a descentralização das ações culturais, a valorização da cultura como fator de desenvolvimento sustentável, o respeito à memória e à identidade cultural da comunidade e a complementaridade entre as ações dos setores público e privado.
Art. 4º A Política Municipal de Cultura de Sem Peixe será executada por meio de planos, programas, projetos e ações culturais de iniciativa do Poder Público Municipal, instrumentos de fomento à cultura, incluindo editais, prêmios, concessão de incentivos fiscais e apoio a projetos culturais, parcerias com entidades públicas e privadas, nos termos da legislação aplicável, e integração com o Sistema Nacional de Cultura e com o Sistema Estadual de Cultura.
Art. 5º O Poder Executivo Municipal, por intermédio do órgão municipal de cultura, coordenará a implementação da Política Municipal de Cultura, cabendo-lhe elaborar e executar o Plano Municipal de Cultura, em articulação com o Conselho Municipal de Cultura, promover estudos, levantamentos e diagnósticos da realidade cultural do Município e articular-se com os demais órgãos da Administração Pública Municipal para a integração das políticas culturais com as demais políticas públicas.

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Art. 6º Fica instituída a Política de Incentivo e Desenvolvimento da Cultura no Município de Sem Peixe, destinada a estimular a criação, a produção, a difusão e a circulação de bens e serviços culturais, bem como a preservação e a valorização do patrimônio cultural do Município.
Art. 7º A Política de Incentivo e Desenvolvimento da Cultura compreende a concessão de apoio financeiro a projetos culturais por meio de editais públicos, com critérios objetivos de seleção, assegurada a diversidade de manifestações culturais, a concessão de prêmios a artistas, grupos e coletivos culturais que se destaquem pela relevância de sua produção cultural e a concessão de incentivos fiscais, nos termos da legislação tributária municipal, a pessoas físicas e jurídicas que invistam recursos em projetos culturais aprovados pelo Poder Público.
Art. 8º Poderão ser beneficiários desta Política os artistas, artesãos, grupos artísticos e coletivos culturais com residência ou atuação comprovada no Município de Sem Peixe, entidades da sociedade civil de natureza ou finalidade cultural, produtores culturais e agentes culturais residentes no Município, bem como comunidades tradicionais e grupos portadores de patrimônio imaterial do Município.
Art. 9º Os projetos culturais a serem apoiados com recursos do Fundo Municipal de Cultura serão selecionados mediante edital público, elaborado pelo órgão municipal de cultura e aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura, observados os princípios da publicidade, transparência, critérios objetivos de avaliação, composição de comissão de seleção paritária e obrigatoriedade de prestação de contas.
Art. 10. O Poder Executivo Municipal estimulará a criação e a manutenção de espaços culturais públicos, tais como bibliotecas, centros culturais, galerias de arte, teatros, cineteatros e demais equipamentos culturais, bem como apoiará iniciativas privadas que contribuam para a difusão cultural no Município.
Art. 11. A Política de Incentivo e Desenvolvimento da Cultura será implementada de forma articulada com as políticas de educação, por meio da integração de ações culturais no ambiente escolar, e com as políticas de turismo, visando a valorização do patrimônio cultural como fator de atração turística e de desenvolvimento econômico sustentável.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 12. Fica criado o Conselho Municipal de Cultura de Sem Peixe, órgão de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura administrativa do Município, com a finalidade de propor, acompanhar e fiscalizar a Política Municipal de Cultura, bem como deliberar sobre as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura.
Art. 13. O Conselho Municipal de Cultura terá composição paritária, totalizando seis membros efetivos e seis membros suplentes, sendo:
I - três representantes do Poder Público Municipal indicados pelo Chefe do Poder Executivo; e
II - três representantes da sociedade civil, preferencialmente a representação de artistas, entidades culturais e comunidades tradicionais.
Art. 14. Compete ao Conselho Municipal de Cultura propor diretrizes e prioridades da Política Municipal de Cultura, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura, deliberar sobre os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura, aprovar editais de seleção de projetos e elaborar seu regimento interno no prazo de cento e vinte dias contados de sua instalação.
Art. 15. O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por requerimento de um terço de seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, com a presença mínima da metade mais um de seus membros efetivos.
Art. 16. O Conselho Municipal de Cultura deverá ser instalado no prazo de até noventa dias, contados da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO V
DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 17. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura de Sem Peixe, de natureza contábil, nos termos do art. 71 da Lei nº 4.320/1964, com a finalidade de captar, gerir e aplicar recursos financeiros destinados ao fomento, ao incentivo e ao desenvolvimento das atividades culturais no âmbito do Município.
Art. 18. Constituem receitas do Fundo:
I - as dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município;
II - transferências e repasses da União, do Estado de Minas Gerais;
III – oriundas de instituições privadas, nacionais e internacionais;
IV - produto de operações de crédito;
V – doações;
VI - rendimentos de aplicações financeiras e saldos de exercícios anteriores;
VII – outras receitas que forem destinadas ao fundo.
Art. 19. Constituem despesas do Fundo o financiamento de projetos culturais selecionados por editais, concessão de prêmios e bolsas, apoio a pontos de cultura, realização de eventos e festivais, aquisição e restauração de bens culturais, além de despesas de administração e gestão do próprio Fundo.
Art. 20. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão depositados e movimentados em conta especial, sob a responsabilidade conjunta

do titular do órgão municipal de cultura e do titular da Tesouraria Municipal, que atuarão como ordenadores conjuntos de despesa.
Art. 21. A execução financeira do Fundo Municipal de Cultura será acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Cultura.
Art. 22. O saldo positivo apurado em balanço, ao final de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo Municipal de Cultura.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O Poder Executivo Municipal deverá expedir regulamento do sistema municipal de cultura em consonância com os dispositivos legais de caráter nacional indicados no art. 1°, em complementação as normas contidas nestas observado o prazo de regulamentação de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.
Art. 24. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sem Peixe, 13 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:0EC99763

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DE 1º ADITIVO AOS CONTRATOS COMPRA COMPARTILHADA 004/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Compra Compartilhada 004/2025. Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual até o dia 25/08/2027 a partir da data 25/08/2026. Contratado: **CH3 ELETRO E ELETRÔNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ de nº 39.581.101/0001-39, com sede à Quadra Shcs CR 516, Bloco B, 69, Asa Sul, Brasília/DF, Sem Peixe, 06 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:6D253FD9

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO 111/2026 DE ADESÃO 013/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Adesão 013/2026. **EXTRATO DO CONTRATO 111/2026**. Objeto: Aquisição de Mobiliários e Materiais Permanentes. Contratado: ABC Indústria e Comércio de Móveis Escolares LTDA, inscrita no CNPJ de nº 13.960.165/0001-57, com sede à Rodovia DVL 040, KM 19, Divinolandia, Poços de Caldas/MG, pelo valor global de R$ 14.810,00 (quatorze mil oitocentos e dez reais).

Sem Peixe, 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:CD5791DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE LEI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato da Lei nº 1.663/2026. O Município de Serrania/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.243.261/0001-06, torna pública a sanção da Lei nº 1.663/2026, que Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Serrania, estabelece princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos de governança, monitoramento e avaliação, e dá outras providências. A Política Municipal de Alfabetização tem por finalidade assegurar o direito à alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens e elevar continuamente a qualidade da educação pública municipal. A Lei entra em vigor na data de sua publicação. A Lei nº 1.663/2026 será publicada, em sua íntegra no endereço eletrônico: https://www.serrania.mg.gov.br/.

Serrania, 31 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:BE8B8AC1

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato Pregão Presencial nº 17/2026. Processo Licitatório nº 82/2026. REPUBLICAÇÃO. OBJETO: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de madeiras para as atividades do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Serrania/MG. Abertura: dia 16 de Setembro de 2026 às 09:00 horas. Edital no site www.serrania.mg.gov.br.

Serrania, 31 de agosto de 2026.

FREDERICO HOLANDA CSIZMAR –
Pregoeiro.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:2792F517

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO 92/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Abertura de Licitação:
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO: Processo Licitatório 92/2026 - Pregão Eletrônico nº 09.016/2026. **OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licença de uso e locação de softwares e aplicativos para gestão pública, operados em ambiente de computação em nuvem com provimento de data center, compreendendo implantação com migração e conversão de dados pré-existentes, parametrização dos módulos, treinamento dos usuários, suporte técnico remoto e presencial, visitas in loco, manutenção com atualizações legais, corretivas, evolutivas e adaptativas, garantindo o atendimento integral aos requisitos do SIAFIC e demais normativos aplicáveis, visando à automação, integração, segurança da informação e eficiência na execução das atividades administrativas da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Tapira/MG.** RETIFICA-SE devido a erro material, onde lê-se**:** Abertura: 31/08/2026 às 09h. leia-se: Abertura: 16/09/2026 às 09h.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 31/08/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:3725587E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026 – ADESÃO Nº 08/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG, CNPJ Nº 18.140.806/0001-40. CONTRATADA: JLM DISTRIBUIDORA LTDA

EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL – CONTRATO Nº 190/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL.

Contrato Administrativo nº 190/2026. Processo Administrativo nº 08/2026 – Adesão nº 08/2026. Contratante: Município de Tapira/MG, CNPJ nº 18.140.806/0001-40. **Contratada:** JLM DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 27.343.602/0001-06. **Objeto:** extinção consensual do Contrato Administrativo nº 190/2026, celebrado para aquisição de materiais odontológicos, saneantes e bens duráveis destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Tapira/MG, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 005/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2026 do CISALP. **Fundamento legal:** art. 138, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. **Motivação:** desistência consensual das partes quanto à continuidade da contratação. Não houve emissão de ordem de fornecimento, entrega de bens, execução, pagamento ou obrigações pendentes decorrentes do contrato. **Data da assinatura: 25 de agosto de 2026.**

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:5B383A30

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL.
CONTRATO Nº 196/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025. CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025. DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG.

EXTRATO DE DISTRATO – CONTRATO Nº 196/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL.

Contrato nº 196/2026. Processo Administrativo nº 75/2025. Credenciamento nº 05.010/2025. Inexigibilidade de Licitação nº 39/2025. **Distratante:** Município de Tapira/MG. **Distratada:** 59.086.789 JOSE AILTON DA SILVA, CNPJ nº 59.086.789/0001-98. **Objeto:** extinção consensual do Contrato nº 196/2026, referente à prestação de serviços de **Jardineiro com Encargos Complementares**. **Fundamento:** arts. 137 e 138, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. O distrato produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura, permanecendo devidos somente os valores correspondentes aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados até a data da extinção. **Data da assinatura: 27 de agosto de 2026.**

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:4297C8EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL.
CONTRATO Nº 197/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025. CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025. DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG. DISTRATADA: 58.879.250 ERLI MARIA DOS SANTOS

EXTRATO DE DISTRATO – CONTRATO Nº 197/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL.

Contrato nº 197/2026. Processo Administrativo nº 75/2025. Credenciamento nº 05.010/2025. Inexigibilidade de Licitação nº 39/2025. **Distratante:** Município de Tapira/MG. **Distratada:** 58.879.250 ERLI MARIA DOS SANTOS, CNPJ nº 58.879.250/0001-23. **Objeto:** extinção consensual do Contrato nº 197/2026, referente à prestação de serviços de **Auxiliar de Serviços Gerais com Encargos Complementares**. **Fundamento:** arts. 137 e 138, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. O distrato produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura, permanecendo devidos somente os valores correspondentes aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados até a data da extinção.**Data da assinatura: 27 de agosto de 2026.**

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:3E536593

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEIXEIRAS

DEPTO COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica - 11/2026 - Nº PROCESSO ADM. 62/2026

O Município de Teixeiras/MG torna público para conhecimento dos interessados que o órgão, de acordo com a regulamentação 553/2024 realizará a **DISPENSA ELETRÔNICA** sendo conduzida pela agente de contratação ELIANE APARECIDA MEDINA e tendo como autoridade NIVALDO RITA.

OBJETO DO PROCESSO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO INTENSIVÃO PREPARATÓRIO APROVA ENEM-TEIXEIRAS 2026, COM FORNECIMENTO INTEGRADO DE INFRAESTRUTURA, COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, CORPO DOCENTE MULTIDISCIPLINAR, MATERIAL DIDÁTICO INDIVIDUAL, RECURSOS AUDIOVISUAIS, AVALIAÇÕES, SIMULADOS, CONTROLE DE FREQUÊNCIA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO, PARA ATENDIMENTO DE ATÉ 20(VINTE) ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG, EM TURMA NOTURNA PRESENCIAL.

Data de publicação do processo: 28/08/2026 - 17:11
Data início das propostas: 31/08/2026 - 08:00
Data final das propostas: 03/09/2026 - 09:00
Data de abertura das propostas: 03/09/2026 - 09:01
Tipo de Julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto
Processo exclusivo ME: Sim
Valor total do processo: R$ 62.240,00
LINK DO EDITAL: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/MG/Prefeitura-Municipal-de-Teixeiras-4146/DE-11-2026-2026-507801 ou https://teixeiras.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/dis-11-2026/155/

ELIANE APARECIDA MEDINA
Agentede Contratação
Teixeiras-MG

Publicado por:
Eliane Aparecida Medina
Código Identificador:511E96BB

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIRAS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRAS – FUMSAT
ESTADO DE MINAS GERAIS
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

A Fundação Municipal de Saúde de Teixeiras – FUMSAT, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais

legislação aplicável, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de adequação civil e elétrica da sala destinada à instalação do novo equipamento de raio-X da Fundação Municipal de Saúde de Teixeiras – FUMSAT, incluindo o fornecimento de materiais, componentes, equipamentos auxiliares e mão de obra necessários, conforme os documentos técnicos da contratação, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global, em item único.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 de setembro de 2026.
HORÁRIO DA SESSÃO: 09h00min (horário de Brasília).
HORÁRIO FINAL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: 08h30min.
LOCAL: Portal de Compras Públicas.
A presente licitação será realizada de forma **exclusiva para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, em razão de o valor estimado da contratação ser inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sem prejuízo do tratamento favorecido assegurado pela legislação aplicável.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, no **Portal de Compras Públicas** e no site oficial da **Fundação Municipal de Saúde de Teixeiras – FUMSAT**.

Teixeiras/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Juda Machado Ramos Mol
Código Identificador:0B2722D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 006/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N° 198/2024 ALTERAÇÃO CADASTRAL DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS

ALTERAÇÃO CADASTRAL DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS

Foi formalizado e anexados documentos, via e-mail institucional da licitação (licitacao@teofilootoni.mg.gov.br) através do responsável pela prestação dos serviços, o Sr. Guilherme Vieira Lopes Zimerer, que houveram alterações cadastrais, cuja a empresa anteriormente denominada **LOPES E ZIMERER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - CNPJ Nº 53.336.554/0001-20,** sob o Termo de Credenciamento nº 54/2024 CR006/2024 PL 198, cujo o objeto: "**CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS PARA ATUAÇÃO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DR RAIMUNDO GOBIRA E A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H, NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG"** passou a se chamar **ACUDIR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 53.336.554/0001-20, **MANTENDO** o mesmo CNPJ, passando a vigorar o novo termo de credenciamento nº 169/2026, após assinatura do prestador responsável e gestor da saúde. Sendo realizadas a atualização do sistema cadastral institucional, comprovada pela empresa e justificada por:

• Alteração do nome empresarial;
• Alteração das atividades econômicas (principal e secundárias);
• Alteração do endereço entre municípios dentro do mesmo Estado.

A solicitação de atualização dos dados cadastrais foi em 26 de agosto de 2026, sendo acatada por complementação da documentação exigida, em 31/08/2026.

Teófilo Otoni/MG, 31 de agosto de 2026

OLAVO AZEVEDO
Credenciamentos
Agente Público

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:550F7945

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 011/2026

EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 011/2026 – O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **DISPENSA**, processada com fundamento no artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e ainda com base no Parecer Jurídico, para que se proceda a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS E ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTO-NI/MG, CONFORME PROCESSO S2ID-SEI 59052.038925/2026-16**, no valor estimado de **R$ 695.905,18 (seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinco reais e dezoito centavos)**. Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária do Município de Teófilo Otoni – MG, para o exercício de 2026.

Teófilo Otoni/MG, 31/08/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:C0D923F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MANIFESTAÇÃO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 198/2025 – PREGÃO ELETRÊNICO Nº 103/2025

O**PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando os elementos constantes dos autos,

CONSIDERANDOo Processo Licitatório nº 198/2025, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 103/2025;

CONSIDERANDOque o edital do certame foi publicado e que, posteriormente, o procedimento foi suspenso antes da realização da sessão pública, não tendo sido apresentadas propostas por quaisquer licitantes;

CONSIDERANDOas impugnações apresentadas ao edital, cuja matéria foi submetida à análise da Procuradoria Jurídica do Município;

CONSIDERANDOa recomendação expedida pelo Ministério Público, bem como os demais elementos constantes dos autos;

CONSIDERANDOo Parecer Jurídico nº 350/PG/2026, exarado pela Procuradoria Jurídica do Município, que, após análise dos elementos constantes do processo, concluiu pela existência de vício insanável e opinou pela anulação do procedimento licitatório;

CONSIDERANDOo poder-dever de autotutela da Administração Pública, consagrado pelas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDOa necessidade de preservação da legalidade e de regularidade do procedimento licitatório;

CONSIDERANDOo disposto no § 3º do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura a prévia manifestação dos interessados nos casos de anulação e revogação;

DECIDE:

I – ACOLHER, neste momento, os fundamentos constantes do Parecer Jurídico nº 350/PG/2026, quanto à existência de vício insanável no Processo Licitatório nº 198/2025 – Pregão Eletrônico nº 103/2025, e MANIFESTAR A INTENÇÃO DE ANULAR o referido procedimento.

II – DETERMINAR que seja dada ciência aos interessados acerca da intenção de anulação, assegurando-lhes oportunidade para manifestação, nos termos do § 3º do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

III – DETERMINAR que, após o decurso do prazo concedido para manifestação, com ou sem manifestação dos interessados, os autos retornem à autoridade competente para apreciação e decisão definitiva.

IV – DETERMINAR que, após a decisão definitiva, sejam observadas as disposições legais relativas à eventual interposição de recurso, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.Acolher neste momento, os fundamentos constantes do Parecer Jurídico nº 350/PG/2026, quanto à existência de vício insanável no Processo Licitatório nº 198/2025 – Pregão Eletrônico nº 103/2025, e **ANULAR** o referido procedimento.

Registre-se. Publique-se. Dê-se ciência aos interessados. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE MESQUITA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:07FC7647

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS
RESUMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PREVIDENCIÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, CONSOLIDAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ÀS DISPOSIÇÕES DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TRÊS PONTAS/IPREV

Processo Administrativo nº 002/2026 – Dispensa de Licitação nº 001/2026
Contrato nº 002/2026
Resumo de Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos previdenciários para elaboração de estudos, consolidação e adequação da legislação previdenciária às disposições da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos previdenciários. para elaboração de estudos, consolidação e adequação da legislação previdenciária às disposições da Emenda Constitucional nº 103/2019, contemplando a análise de anteprojetos legislativos, revisão da legislação municipal, realização de reuniões técnicas on-line, destinados ao atendimento das demandas do IPREV, no âmbito das subunidades Núcleo de Benefícios e Diretoria, executados pelo Setor de Benefícios e Setor Jurídico, pelo período de 02(dois) meses, a serem executados pela empresa Mario Brunhara Sociedade Individual de Advocacia, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei 14.1333/2021.

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Três Pontas/IPREV, autarquia situada a Rua 15 de Novembro, nº 579, Bairro Catumbi, Três Pontas, Minas Gerais, CEP: 37191-060, inscrita no CNPJ sob o nº 00.191.026/0001-64, neste ato representado por sua Diretora, Sra. Marlene Rosa de Lima Oliveira.

Contratada: Mario Brunhara Sociedade Individual de Advocacia, empresa situada à Rua Edson Rosa Paula, nº 145, bairro Jardim Europa, em São Paulo-SP, CEP: 14645-022, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 40.066.180/0001-29, neste ato representada pelo seu administrador Sr. Mário Luiz Brunhara.

Valor da Contratação: *R$ 6.500,00.*

Três Pontas, 31 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Alício Martinho da Silva
Código Identificador:4C488FA2

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO – INEX N.º 018/2026 – PROCESSO N.º 143/2026 - CONTRATO N.º 090/2026.

Objeto: Prestação de serviços técnicos de auditoria externa independente, de natureza contábil, orçamentária, financeira e operacional, com ênfase nas áreas contábil/orçamentária, financeira/tesouraria e tributária, abrangendo o período de janeiro de 2020 a julho de 2026, com emissão de relatórios técnicos circunstanciados, recomendações para o aperfeiçoamento dos controles e apoio técnico documental à instrução da Tomada de Contas Especial. **Contratada:** REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP, sociedade simples, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997.348/0001-81. **Valor total do contrato:** R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). **Vigência:** 12 (doze) meses. **Data:** 31/08/2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:73E68491

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
QUARTO TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 123/2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS E A EMPRESA ITAÚ UNIBANCO S.A, REFERENTE À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 011/2022 - PROCESSO N.º 222/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG, com sede administrativa localizada na Praça Prefeito Francisco José de Brito, n.º 82, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sra. Erika Mesquita, ora denominada CONTRATANTE, e a empresa ITAÚ UNIBANCO S.A, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Parque Jabaquara, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, neste ato representada pelo Sr. Valter Telles do Nascimento e pela Sra. Maria Amélia Gomes da Silva, doravante denominada CONTRATADA, fica acordado, com fundamento no art. 57 c/c art. 65, ambos da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e reajuste previstos nas Cláusulas Nona e Sexta do Contrato nº 123/2022, cujo objeto consiste no Credenciamento de instituições financeiras e cooperativas de crédito com Agência no Município de Três Pontas que prestam serviços de arrecadação de multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB (multas de trânsito) autuadas pelo Município de Três Pontas, e recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) dos valores recolhidos com a

cobrança de tais multas ao Fundo Nacional de Educação e Segurança de Trânsito – FUNSET, conforme código de barras padrão DENATRAN/FEBRABAN, segmento 7 - Multa de Trânsito, nos termos da Portaria nº 95 de 28 de julho de 2015, do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, e a respectiva prestação de contas por meio magnético ou mediante a entrega física dos documentos dos valores arrecadados por intermédio de suas agências bancárias com extensão a todos os pontos de atendimento da Instituição Arrecadadora, tais como: Guichês de Caixa, Terminais de Auto Atendimento, internet/mobile Bank, Correspondentes Bancários, Central de Atendimento/Telefone.

1.2. Em decorrência da presente prorrogação, a vigência contratual fica prorrogada até 30 de agosto de 2027.

1.3 - Em decorrência da prorrogação, o valor da tarifa passa a corresponder a **R$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos)**, decorrente da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, durante os doze meses de vigência do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - O recurso financeiro destinado ao pagamento está previsto na Dotação Orçamentária, sob a rubrica 02.006.0.2032.0004.0123.2000.3339039 – **Ficha 350,** da Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato exordial permanecem inalteradas e em pleno vigor, produzindo todos os efeitos legais e jurídicos, durante a vigência do presente termo aditivo.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:1AE2020F

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
QUARTO TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 133/2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, REFERENTE À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 011/2022 - PROCESSO N.º 222/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG, com sede administrativa localizada na Praça Prefeito Francisco José de Brito, n.º 82, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sra. Erika Mesquita, ora denominada CONTRATANTE, e a empresa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/0001-04, com sede e foro no Setor Bancário Sul, Quadra 04, n.º 34, Bloco A, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70092-900, neste ato representada pelo Gerente Geral de Rede, Sr. Cristian Alexandre Tavares Leite, doravante denominada CONTRATADA, fica acordado, com fundamento no art. 57 c/c art. 65, ambos da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e reajuste previstos nas Cláusulas Nona e Sexta do Contrato nº 123/2022, cujo objeto consiste no Credenciamento de instituições financeiras e cooperativas de crédito com Agência no Município de Três Pontas que prestam serviços de arrecadação de multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB (multas de trânsito) autuadas pelo Município de Três Pontas, e recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) dos valores recolhidos com a cobrança de tais multas ao Fundo Nacional de Educação e Segurança de Trânsito – FUNSET, conforme código de barras padrão DENATRAN/FEBRABAN, segmento 7 - Multa de Trânsito, nos termos da Portaria nº 95 de 28 de julho de 2015, do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, e a respectiva prestação de contas por meio magnético ou mediante a entrega física dos documentos dos valores arrecadados por intermédio de suas agências bancárias com extensão a todos os pontos de atendimento da Instituição Arrecadadora, tais como: Guichês de Caixa, Terminais de Auto Atendimento, internet/mobile Bank, Correspondentes Bancários, Central de Atendimento/Telefone.

1.2. Em decorrência da presente prorrogação, a vigência contratual fica prorrogada até 30 de agosto de 2027.

1.3 - Em decorrência da prorrogação, o valor da tarifa passa a corresponder a **R$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos)**, decorrente da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, durante os doze meses de vigência do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - O recurso financeiro destinado ao pagamento está previsto na Dotação Orçamentária, sob a rubrica 02.006.0.2032.0004.0123.2000.3339039 – **Ficha 350,** da Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato exordial permanecem inalteradas e em pleno vigor, produzindo todos os efeitos legais e jurídicos, durante a vigência do presente termo aditivo.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:DC1F7426

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
QUARTO TERMO DE REAJUSTE AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 009/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS E O BANCO SANTANDER S.A, REFERENTE À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 011/2022 - PROCESSO N.º 222/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG, com sede administrativa localizada na Praça Prefeito Francisco José de Brito, n.º 82, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sra. Erika Mesquita, ora denominada CONTRATANTE, e Banco Santander S.A, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.400.888/0001-42 com sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041, Conjunto 281 – Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04543-011, neste ato representado pelo Sr. João Victor Mendes, e pela **Sra.** Carolina dos Santos, doravante denominada CONTRATADA, doravante denominada CONTRATADA, fica acordado, com fundamento no art. 65, da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, as seguintes cláusulas e condições:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e reajuste previstos nas Cláusulas Nona e Sexta do Contrato nº 123/2022, cujo objeto consiste no Credenciamento de instituições financeiras e cooperativas de crédito com Agência no Município de Três Pontas que prestam serviços de arrecadação de multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB (multas de trânsito) autuadas pelo Município de Três Pontas, e recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) dos valores recolhidos com a cobrança de tais multas ao Fundo Nacional de Educação e Segurança de Trânsito – FUNSET, conforme código de barras padrão DENATRAN/FEBRABAN, segmento 7 - Multa de Trânsito, nos termos da Portaria nº 95 de 28 de julho de 2015, do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, e a respectiva prestação de contas por meio magnético ou mediante a entrega física dos documentos dos valores arrecadados por intermédio de suas agências bancárias com extensão a todos os pontos de atendimento da Instituição Arrecadadora, tais como: Guichês de Caixa, Terminais de

Auto Atendimento, internet/mobile Bank, Correspondentes Bancários, Central de Atendimento/Telefone.

1.2. Em decorrência da presente prorrogação, a vigência contratual fica prorrogada até 30 de agosto de 2027.

1.3 - Em decorrência da prorrogação, o valor da tarifa passa a corresponder a **R$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos)**, decorrente da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, durante os doze meses de vigência do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - O recurso financeiro destinado ao pagamento está previsto na Dotação Orçamentária, sob a rubrica 02.006.0.2032.0004.0123.2000.3339039 – **Ficha 350,** da Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato exordial permanecem inalteradas e em pleno vigor, produzindo todos os efeitos legais e jurídicos, durante a vigência do presente termo aditivo.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:57C45E0C

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
RETIFICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026

Considerando a documentação constante dos autos do Processo, especialmente o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a proposta comercial, a justificativa de preços e a Justificativa da Inexigibilidade de Licitação;
Considerando a necessidade da Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de auditoria independente, de natureza contábil, orçamentária, financeira e operacional, com ênfase nas áreas contábil/orçamentária, financeira/tesouraria e tributária, abrangendo o período de janeiro de 2020 a julho de 2026, com emissão de relatórios técnicos circunstanciados, recomendações para o aperfeiçoamento dos controles e apoio técnico documental à instrução da Tomada de Contas Especial;

Considerando que a contratação direta encontra amparo no **art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021**, e que o preço proposto foi devidamente analisado e justificado em conformidade com o art. 23 da mesma Lei;
Considerando, ainda, o atendimento aos requisitos previstos no **art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a existência de disponibilidade orçamentária para suportar a despesa;
AUTORIZO a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ n° 06.997.348/0001-84, pelo valor global de **R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)**.
Determino o prosseguimento do processo para a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à publicidade dos atos e demais exigências legais aplicáveis.

Três Pontas, 28 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:50744E59

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 022 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Aposentadoria integral por Tempo de contribuição a Servidor Público Municipal.

O Senhor Marcelo Chaves Garcia, Diretor do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Três Pontas – MG, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, de acordo com o Decreto 13.617 de 01 de Janeiro de 2025;
Considerando o disposto no artigo 30-E, Lei Municipal nº. 1.646, de 24 de agosto de 1994, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.818/2007.
Considerando, finalmente, o que consta no processo de benefício, devidamente aprovado pelo Conselho Previdenciário do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida **Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Serviço e Contribuição,** com proventos integrais e paridade, nos termos do art. 3º da da Emenda Constitucional 47/2005, c/c art. 30-E da Lei Municipal n.º 1.646/1994, com redação dada pela Lei Municipal 2.818/2007, ao servidor **JAYME PIRES DE BRITO,** Matrícula 172-01, inscrito no CPF sob o n.º 616.176.876-34, no cargo efetivo de Pedreiro Autárquico, Nível TEPED-III, Grau 4, 40 horas, a partir de 1º de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Três Pontas - MG, 31 de agosto de 2026.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:60875586

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº.21 , DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Pensão por morte de Servidor Público Municipal.

O Senhor Marcelo Chaves Garcia, Diretor do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Três Pontas – MG, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, de acordo com o Decreto 13.617 de 01 de Janeiro de 2025;
Considerando o disposto nos artigos 23 e 24, I da Lei Municipal nº. 1.646, de 24 de agosto de 1994,
Considerando, finalmente, o que consta no processo de benefício, devidamente aprovado pelo Conselho Previdenciário do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida à Senhora, **Celina de Jesus Laudomiro Bernardo**, inscrita no CPF sob o n.º 313.280.166-68, viúva do servidor municipal aposentado **Osair Francisco Bernardo**, matrícula 68-01, Fiscal Autárquico, Nível IV, 40 horas, inscrito no CPF sob o n.º 323.709.206-10, falecido em 19 de junho de 2026, o benefício de Pensão por Morte previsto no art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41 de 2003; c/c artigos 23 e 24, I, da Lei Municipal n.º 1.646 de 1994, alterada pela Lei Municipal n.º 2.818 de 2007, no valor de R$ 2.601,08 (dois mil seiscentos e um reais e oito centavos), correspondente a 100% dos vencimentos.

Art. 2.º A pensão é devida a partir da data do óbito do servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Três Pontas - MG, 31 de agosto de 2026.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:54762081

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
TERMO DE RATIFIACAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 027/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 027/2026

No uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Despesa Administrativa, com fundamento no ***PROCESSSO DE COMPRA 054/2026*** – ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO 027/2026***, com base no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 e no parecer jurídico desta Casa de Leis pelo Dr. RENATO JOSE DO NASCIMENTO, Procurador Jurídico desta Casa de Leis, para contratação da empresa, INSTITUTO CONECTA BRASIL CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ 58.457.287/0001-63, visando a inscrição do vereador ***JOSENILDO SOARES DE MELO***, para participar curso com o Tema: O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA GESTÃO PUBLICA EFICIENTE E RESPONSAVEL, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 01/09/2026 A 04/09/2026, NA CIDADE DE BRASILIA -DF.

DOTAÇÃO: 01.01.01.01.031.0001.2902.3.3.90.39.00

VALOR: **R$1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais).**

TUPACIGUARA-MG, 31 DE AGOSTO DE 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:DE5B1AA4

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

PORTARIA Nº23 /2026

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 101, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o direito à educação e à aprendizagem como princípios fundamentais assegurados pela Constituição Federal;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as diretrizes nacionais relacionadas à alfabetização e à aprendizagem;
CONSIDERANDO a importância da implementação de uma Política Municipal de Alfabetização articulada às políticas educacionais nacional e estadual e às especificidades da Rede Municipal de Ensino de Tupaciguara/MG;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação de Tupaciguara para planejar, executar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir estrutura administrativa e pedagógica específica, com servidores responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização.
RESOLVE:
I - DA ORGANIZAÇÃO E DA FINALIDADE
Art.1º Fica organizada, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Tupaciguara/MG, a atuação integrada de servidores para o desenvolvimento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à Política Municipal de Alfabetização.
Art.2º A organização de que trata esta Portaria constitui medida de caráter administrativo interno da Secretaria Municipal de Educação e atuará de forma articulada com os demais setores da secretaria, unidades escolares, profissionais da educação, programas e políticas educacionais das demais esferas de governo.
Art.3º A **atuação integrada dos servidores** terá como finalidade
I – coordenar e apoiar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – planejar e acompanhar as ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
III – apoiar as unidades escolares na elaboração e execução de estratégias pedagógicas voltadas à alfabetização;
IV – promover a articulação entre as políticas educacionais municipais, estaduais e federais relacionadas à alfabetização;
V – acompanhar a execução das metas e estratégias estabelecidas na Política Municipal de Alfabetização.
VI – fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências e nas necessidades de aprendizagem dos estudantes;
VII – organizar mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas;
VIII – produzir relatórios técnicos e registros das ações implementadas.

II- DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE RESPONSÁVEL
Art.4º A **equipe responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização** será composta por servidores efetivos e designados, lotados na Secretaria Municipal de Educação de Tupaciguara/MG, observada a legislação municipal vigente.
Art.5º A fim de organizar internamente as ações previstas nesta Portaria, ficam **indicados** os seguintes servidores, **que atuarão de forma articulada e dentro das atribuições legais:**
I – PATRÍCIA SANTOS DO NASCIMENTO, como responsável pela coordenação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – LOREZA PIMENTEL MATOS, como responsável pela articulação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
III – PÂMELA FERNANDA DE ANDRADE MOREIRA, para atuar no **acompanhamento pedagógico da alfabetização**;
IV – ÉRICA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA para atuar no **acompanhamento pedagógico da alfabetização**;
V – VIVIAN RIBEIRO E SOUZA para exercer as atividades de **apoio administrativo e sistematização de dados e informações**.

§1º Os servidores relacionados neste artigo atuarão de forma articulada com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, especialistas da educação e professores da Rede Municipal de Ensino.
§2º As funções de coordenar e articular na Política de Alfabetização são distintas e complementares, cabendo à primeira a coordenação e o gerenciamento das ações da política, e à segunda a articulação, mobilização e acompanhamento de sua implementação junto às unidades escolares e demais envolvidos.
§3º A **indicação** dos servidores **poderá ser alterada por ato da Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário à organização administrativa, observada a legislação municipal vigente.**
§4º A atuação dos servidores nas atividades previstas nesta Portaria não implicará alteração de cargo, emprego, função, vencimento,

remuneração, jornada de trabalho ou das atribuições legais dos respectivos cargos.

III- DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS

Art.6º Compete ao servidor responsável pela coordenação das ações da Política Municipal de Alfabetização, observadas as atribuições legais de seu respectivo cargo:

I – coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – planejar, acompanhar e avaliar as ações e metas da Política;

III – articular as ações municipais com programas e políticas de alfabetização dos demais entes federativos;

IV – orientar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas unidades escolares;

V – coordenar o monitoramento e a avaliação dos resultados, analisando indicadores e propondo intervenções;

VI – promover e articular ações de formação continuada para profissionais da educação;

VII – elaborar relatórios sobre a implementação da Política;

VIII – representar a Secretaria Municipal de Educação em ações relacionadas à alfabetização, quando designado;

IX – exercer outras atribuições correlatas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.7º Compete ao **servidor responsável pela articulação das ações da Política Municipal de Alfabetização, observadas as atribuições legais de seu respectivo cargo:**

I – articular as unidades escolares na implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – mobilizar gestores, especialistas e professores para participação nas ações e formações da política;

III – acompanhar a execução das ações de alfabetização nas unidades escolares, identificando demandas e encaminhando-as à Coordenação Municipal;

IV – apoiar a divulgação e implementação de orientações, materiais, estratégias e programas relacionados à alfabetização;

V – acompanhar a participação das escolas nas ações, projetos, formações e avaliações da política;

VI – apoiar a coleta e sistematização de informações, registros e resultados das ações de alfabetização;

VII – participar de reuniões, encontros e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;

VIII – exercer outras **atividades** correlatas, **desde que compatíveis com as atribuições legais do respectivo cargo e determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.**

Art.8º Compete aos às servidores responsáveis pelo acompanhamento pedagógico da alfabetização, observadas as atribuições legais de seus respectivos cargos:

I – acompanhar as unidades escolares e apoiar a implementação das ações de alfabetização;

II – orientar professores e especialistas quanto às ações pedagógicas e estratégias de intervenção;

III – acompanhar e analisar resultados das avaliações, visando à melhoria da aprendizagem e à recomposição das aprendizagens;

IV – apoiar a elaboração de materiais, orientações e ações de formação continuada;

V – realizar visitas técnicas e registrar as ações de acompanhamento;

VI – contribuir para o monitoramento, sistematização de informações e elaboração de relatórios da Política Municipal de Alfabetização;

VII – exercer outras atividades pedagógicas correlatas, **desde que compatíveis com as atribuições legais dos respectivos cargos e determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.**

Art.9º Compete ao servidor responsável pelo apoio administrativo e sistematização de dados:

I – organizar documentos e registros referentes à Política Municipal de Alfabetização;

II – apoiar a coleta e sistematização de dados educacionais;

III – manter atualizados os instrumentos de monitoramento da política;

IV – organizar atas, relatórios, listas de presença, registros de formação e demais documentos;

V – apoiar a organização administrativa das ações de formação e acompanhamento;

VI – auxiliar na elaboração de relatórios e consolidação de informações;

VII – desempenhar outras atividades administrativas correlatas.

IV-DO REGIME DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art.10 Os servidores integrantes da **organização de que trata esta Portaria** observarão o regime de trabalho estabelecido para seus respectivos cargos, funções ou vínculos, conforme a legislação municipal vigente.

Art.11 Os servidores designados para a implementação da Política Municipal de Alfabetização destinarão parte de sua jornada às ações de planejamento, acompanhamento, formação, monitoramento e avaliação da política, conforme organização da Secretaria Municipal de Educação.

§1º A Coordenadora Municipal terá dedicação prioritária às ações da política, conforme definido pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º A Articuladora Municipal exercerá suas atribuições em jornada compatível com o cargo ou função, observada a legislação municipal vigente.

§3º As Especialistas Educacionais destinarão, preferencialmente, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da jornada semanal às ações da Política Municipal de Alfabetização.

§4º A servidora de apoio administrativo destinará, no mínimo, 30% (trinta por cento) da jornada às atividades administrativas relacionadas à política.

§5º Os percentuais poderão ser ajustados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme a organização da jornada e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

§6º Os servidores integrantes da estrutura atuarão nas ações previstas nesta Portaria dentro da jornada de trabalho correspondente aos respectivos cargos, conforme organização administrativa da Secretaria Municipal de Educação e observada a legislação municipal vigente.

V- DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art.12 A **equipe responsável pelas ações da Política Municipal de Alfabetização** deverá elaborar, anualmente, plano de trabalho contendo:

I – objetivos e metas;

II – ações e estratégias;

III – cronograma de execução e responsáveis;

IV – indicadores de acompanhamento;

V – mecanismos de monitoramento e avaliação.

Art.13 O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização deverá considerar, entre outros:

I – resultados das avaliações diagnósticas;

II – indicadores de alfabetização e fluência leitora;

III – resultados de avaliações internas e externas;

IV – frequência e participação dos estudantes;

V – ações de formação continuada;

VI – ações de recomposição das aprendizagens;

VII – evidências das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

VI- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.14 A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias à implementação desta Portaria.

Art.15 A **organização interna das ações** e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização atuará de forma articulada com o Comitê Municipal da Política de Alfabetização, instituído pelo Decreto nº 174/2026 e regulamentado pela Portaria nº 74/2026, visando ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da política.

Art.16 A **composição da equipe e a distribuição interna das atividades poderão ser ajustadas pela Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário à adequação às demandas da Rede Municipal de Ensino, desde que não impliquem criação, transformação ou provimento de cargos, empregos ou funções públicas, alteração das atribuições legais dos cargos OU mudança de jornada de trabalho.**

Art.17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 31 de agosto de 2026

JAQUELINE CARDOSO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Loreza Pimentel Matos
Código Identificador:287FC6BE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 5981, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNIÃO DE MINAS /MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 5981, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNIÃO DE MINAS /MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVÁ TOMAZ DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de União de Minas Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação), na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso), Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no Decreto nº 48.939/2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, destinada a assegurar a alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, da Base Nacional Comum Curricular, do Currículo Referência de Minas Gerais e do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2°. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - Garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - Promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos que apresentem defasagens;
III - Reduzir desigualdades educacionais;
IV-Fortalecer a qualidade da alfabetização mediante práticas pedagógicas baseadas em evidências;

V - Promover o monitoramento contínuo da aprendizagem;
VI - Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
VII - Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização;

VIII - Fomentar a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da aprendizagem.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I - Garantia do direito à alfabetização na idade certa;
II - Equidade e inclusão;
III - Gestão baseada em evidências;
IV - Valorização dos profissionais da educação;
V - Formação continuada;
VI - Colaboração entre Estado, Município e União;
VII - Gestão democrática;
VIII - Monitoramento permanente dos resultados;
IX - Respeito às especificidades locais.

CAPÍTULO IV
DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 4º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio dos seguintes eixos estruturantes:
I - Gestão e Governança da Alfabetização;
II - Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores;
III - Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem;
IV - Intervenção Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens;
V - Articulação com as Famílias e Comunidade;
VI - Infraestrutura, Materiais Didáticos e Recursos Tecnológicos;
VII - Compartilhamento das Práticas Pedagógicas Inspiradoras.

CAPÍTULO V
DA GOVERNANÇA

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 6º. Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, de caráter consultivo e de acompanhamento.

§1º. O Comitê será regulamentado por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

§2º. O Comitê terá representantes, dentre outros:

I - Da Secretaria Municipal de Educação;
II - Das equipes gestoras das escolas;
III - Dos coordenadores pedagógicos;
IV - Dos professores alfabetizadores;
V - Do Conselho Municipal de Educação;
VI - Do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, quando couber;
VII - De outros órgãos ou instituições convidadas.

Art. 7º. Compete ao Comitê:

I - Acompanhar a implementação da Política Municipal;
II - Monitorar indicadores;
III - Propor aperfeiçoamentos;
IV - Acompanhar o Plano Municipal de Ação;
V - Elaborar relatórios anuais.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO

Art. 8º. O monitoramento da Política Municipal será realizado mediante utilização dos resultados:

I - Das avaliações internas (diagnósticas e processuais);
II - Das avaliações de fluência em leitura adotadas pelo Município, Estado ou União;
III - Das Avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública - SIMAVE;

IV - Dos indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V - Das demais avaliações nacionais, estaduais e municipais.

Art. 9º. Os resultados deverão subsidiar:
I - O planejamento anual do Município;
II - Os planos de ação das escolas;
III - As formações continuadas;
IV - A recomposição das aprendizagens;
V - A revisão das metas municipais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Caberá à Secretaria Municipal de Educação acompanhar, monitorar, avaliar e zelar pela plena execução da Política Municipal de Alfabetização, garantindo que suas ações estejam alinhadas às metas, diretrizes e aos princípios estabelecidos neste Decreto.
Art. 11. Incumbe à Secretaria Municipal de Educação editar normas complementares, orientações normativas, necessárias à regulamentação, execução, acompanhamanto, desta Política, sempre em consonância com os objetivos e princípios estabelecidos neste Decreto.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União de Minas/MG, 31 de agosto de 2026.

GEOVÁ TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:4E277F0E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERÍSSIMO

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 142/2026

EXTRATO CONTRATO 142/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 10/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026 – OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para atender as diversas secretarias municipais de veríssimo até 31 de dezembro de 2026. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Veríssimo - CONTRATADO – MEGALIMP HIGIENE E LIMPEZA LTDA. Valor do contrato: R$36.150,40 (Trinta e seis mil, cento e cinquenta reais e quarenta centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 27 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:BF158C90

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 075/2026 – DISPENSA 015/2026 – RATIFICAÇÃO –

Ratifico o processo as empresas TRÊS PODERES COMÉRCIO LTDA, no valor de R$ 152.700,00, e DISTRIBUIDORA IRMÃOS SANTANA LTDA no valor de R$ 120.670,00, visando a aquisição de materiais de higiene e limpeza, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA LIMA,
Secretário de Administração

Publicado por:
Cleonice Dos Santos Costa
Código Identificador:B23A3608

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PUBLICAÇÃO DE CHAMADAS PSS 002/2026 - PEB II - ENSINO RELIGIOSO - 3ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002/2026
LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 01/09/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 002/2026.

CARGO: PEB II - ENSINO RELIGIOSO

3ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação realizará CHAMADA EXTRAORDINÁRIA para o cargo de PEB II - ENSINO RELIGIOSO. Será ofertada 01 (uma) vaga, destinada ao primeiro candidato CONVOCADO que se apresentar. A chamada seguirá a ordem de classificação conforme o RESULTADO FINAL. O candidato constante na lista de classificação deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação, munido da documentação exigida no EDITAL 002/2026.

COMPARECER NO DIA 01/09/2026
HORÁRIO: 09H00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Endereço: Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 135, Centro (Praça da Matriz)

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DO Nº 01 AO Nº 24

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:BF0B5A14

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PUBLICAÇÃO DE CHAMADAS PSS 006/2024 - AUX. DE SECRETARIA - 21ª CHAMADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 006/2024
LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 01/09/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 006/2024.

CARGO: AUXILIAR DE SECRETARIA

21ª CHAMADA - COMPARECER NO DIA 01/09/2026
HORÁRIO: 09H00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Endereço: Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 135, Centro (Praça da Matriz)

CLASSIFICAÇÃO	PCD	NOME COMPLETO
236	NÃO	LEANDRO VILAÇA SILVA
237	NÃO	ROSALINA MARIA DOS SANTOS
238	NÃO	UYARA ADELAINE DE OLIVEIRA ROSA SILVA
239	NÃO	ADRIANA ROSA DA SILVA
240	NÃO	ELISANGELA MARIA DIAS

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:B844DC7D

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PUBLICAÇÃO DE CHAMADAS PSS 006/2024 - PEB II EDUCAÇÃO FISICA - 7ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 006/2024

LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 01/09/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 006/2024.

CARGO: PEB II - EDUCAÇÃO FÍSICA

7ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação realizará CHAMADA EXTRAORDINÁRIA para o cargo de PEB II - EDUCAÇÃO FÍSICA. Será ofertada 01 (uma) vaga, destinada ao primeiro candidato CONVOCADO que se apresentar. A chamada seguirá a ordem de classificação conforme o RESULTADO FINAL. O candidato constante na lista de classificação deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação, munido da documentação exigida no EDITAL 006/2024.

COMPARECER NO DIA 01/09/2026
HORÁRIO: 09H00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Endereço: Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 135, Centro (Praça da Matriz)

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DO Nº 101 AO Nº 110

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:AE648821

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PUBLICAÇÃO DE CHAMADAS PSS 006/2024 - PEB II MATEMATICA - 21ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 006/2024
LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 01/09/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 006/2024.

CARGO: PEB II - MATEMÁTICA

21ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação realizará CHAMADA EXTRAORDINÁRIA para o cargo de PEB II - MATEMÁTICA. Serão ofertadas 02 (duas) vagas, destinadas aos primeiros candidatos CONVOCADOS que se apresentarem. A chamada seguirá a ordem de classificação conforme o RESULTADO FINAL. O candidato constante na lista de classificação deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação, munido da documentação exigida no EDITAL 006/2024.

COMPARECER NO DIA 01/09/2026
HORÁRIO: 09H00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Endereço: Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 135, Centro (Praça da Matriz)

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DO Nº 01 AO Nº 107

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:D1DD4D65

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PUBLICAÇÃO DE CHAMADAS PSS 006/2024 - PEB II - PORTUGUES - 10ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 006/2024
LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 01/09/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 006/2024.

CARGO: PEB II - PORTUGUÊS
10ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação realizará CHAMADA EXTRAORDINÁRIA para o cargo de PEB II - PORTUGUÊS. Será ofertada 01 (uma) vaga, destinada ao primeiro candidato CONVOCADO que se apresentar. A chamada seguirá a ordem de classificação conforme o RESULTADO FINAL. O candidato constante na lista de classificação deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação, munido da documentação exigida no EDITAL 006/2024.

COMPARECER NO DIA 01/09/2026
HORÁRIO: 09H00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Endereço: Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 135, Centro (Praça da Matriz)

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DO Nº 01 AO Nº 135

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:7F6D25DA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PUBLICAÇÃO DE CHAMADAS PSS 006/2024 - PORTEIRO - 29ª CHAMADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 006/2024
LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 01/09/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 006/2024.

CARGO: PORTEIRO ATENDENTE

29ª CHAMADA - COMPARECER NO DIA 01/09/2026
HORÁRIO: 09H00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Endereço: Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 135, Centro (Praça da Matriz)

CLASSIFICAÇÃO PCD NOME COMPLETO

312	NÃO	MARIA DAS DORES GONÇALVES MOREIRA
313	NÃO	DOUGLAS PEREIRA DA SILVA
314	NÃO	RAYANNE RAFAELLE DE JESUS AZEVEDO
315	NÃO	WILLIAN DOUGLAS DE SOUZA ROCHA
316	NÃO	DENISE ALVES BEZERRA
317	NÃO	VENICIOS SILVA MAGALHÃES
318	NÃO	SERGIO HENRIQUE GOMES MARTINS
319	NÃO	MAICON DOUGLAS LOPES DA SILVA
320	NÃO	MAYCON JAQUES PEREIRA
321	NÃO	KILMER DAYNE MARQUES DE OLIVEIRA

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:CFA5CD68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO Nº 008/2026-CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2026

A Prefeitura Municipal Vespasiano, através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer e da Comissão de gestão Estratégica e Deliberativa de Projeto Culturais do Município, cumprindo a Lei nº 14.399 de 08 de Julho de 2022- Lei que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, torna público o Processo Licitatório nº 008/2026- Chamamento Público nº 008/2026 , cujo objeto é a seleção de 02 (dois) projetos de Pontões de Cultura que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva. Cada proposta selecionada receberá apoio financeiro valor bruto de R$ 90.800,00 (Noventa mil e oitocentos Reais), perfazendo um total de R$ 181.600,00 (Cento e oitenta e um mil e seiscentos Reais). Dotação : 02.11.01.13.392.0003.2416.3.3.90.41.00

– Ficha 421 – Fonte 1.719.000- O Edital encontra-se à disposição dos interessados para inscrições de 02 de Setembro de 2026 até as 23:59 hrs do dia 30 de Setembro de 2026, no site:www.vespasiano.mg.gov.br na aba legislação--

ANA RITA REZENDE VIANA SILVA-
Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Lazer

Publicado por:
Ednard John Peixoto Marques
Código Identificador:872ED4DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO Nº 009/2026-CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal Vespasiano, através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer e da Comissão de gestão Estratégica e Deliberativa de Projeto Culturais do Município, cumprindo a Lei nº 14.399 de 08 de Julho de 2022- Lei que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, torna público o Processo Licitatório nº 009/2026- Chamamento Público nº 009/2026 , cujo objeto é a premiação de 05 (cinco) iniciativas, atividades ou ações já realizadas por Pontos e Pontões de Cultura, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva. Cada proposta selecionada receberá apoio financeiro valor bruto de R$ 10.000,00 (Dez mil Reais), perfazendo um total de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil Reais). Dotação : 02.11.01.13.392.0003.2416.3.3.90.41.00 – Ficha 421 – Fonte 1.719.000- O Edital encontra-se à disposição dos interessados para inscrições de 02 de Setembro de 2026 até as 23:59 hrs do dia 30 de Setembro de 2026, no site:www.vespasiano.mg.gov.br na aba legislação--

ANA RITA REZENDE VIANA SILVA-
Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Lazer

Publicado por:
Ednard John Peixoto Marques
Código Identificador:A5E9C9DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINAL-EDITAL PROCESSO Nº 004/2026-CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal Vespasiano, através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer e da Comissão de gestão Estratégica e Deliberativa de Projeto Culturais do Município, cumprindo a Lei nº 14.399 de 08 de Julho de 2022- Lei que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 004/2026- Chamamento Público nº 004/2026 , cujo objeto é seleção e premiação de (24) vinte quatro autores residentes no Município de Vespasiano, nas linguagens literárias sendo (12) doze autores adultos,(06) seis autores infanto juvenil e (06) seis autores infantis. Os nomes dos classificados , desclassificados e inabilitados, encontram-se publicados no site:www.vespasiano.mg.gov.br na aba legislação e nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.-

ANA RITA REZENDE VIANA SILVA-
Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Lazer

Publicado por:
Ednard John Peixoto Marques
Código Identificador:D27EC1FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OMunicípio de Volta Grande torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 039/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 020/2025, realizada pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE RETROESCAVADEIRA NOVA, ZERO HORA, FABRICADA NO ANO VIGENTE, cujas especificações técnicas constam no Termo de Referência do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preço e no ETP - Estudo Técnico Preliminar deste Município, anexo ao processo de adesão.
Fornecedor: BAMAQ S/A BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.209.965/0001-54 no valor de R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)
Volta Grande, 31/08/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT
Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:E9182CB1

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 42 AO CONTRATO Nº 001/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Município de Volta Grande. **QUADRAGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO.** Processo nº 001/2024, Inexigibilidade nº 001/2024- Fornecedor Contratado: Posto Alteza Comércio e Indústria LTDA, CNPJ nº 00.502.875/0008-68. Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços dos itens do Contrato nº 001/2024, com base no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor atual	Vlr reequilibrado
001	Alcool - Etanol	R$ 4,19	R$ 4,39

Volta Grande, 25/08/2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:CF1F6A63

PUBLICAÇÃO
PORTARIA N. 065/2026

Portaria n. 065/2026

> "DESIGNA A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA AFERIÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO E COMPOSIÇÃO DE BANCO DE GESTORES HABILITADOS À FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE – MG (BIÊNIO 2027/2029) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as que lhe são conferidas pelos Arts. 81 e 82, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, incisos V e IX, da Constituição Federal, bem como a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 583 de Repercussão Geral;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas na Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Lei do FUNDEB), em especial o art. 14, § 1º, inciso I, que prevê a exigência de provimento do cargo ou

função de gestor escolar mediante critérios técnicos de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 2.393, de 12 de setembro de 2022, que regulamenta os procedimentos para seleção e composição do Banco de Gestores no âmbito do Município de Volta Grande/MG;

CONSIDERANDO a necessidade de estruturação e condução do Processo Seletivo Simplificado para o biênio 2027/2029;

RESOLVE

Art. 1° Designar a Comissão do Processo Seletivo Simplificado encarregada de conduzir, avaliar e julgar todas as etapas relativas à execução do Edital de Abertura, visando à aferição de mérito e desempenho para a composição do Banco de Gestores Habilitados à função de Diretor Escolar das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Volta Grande/MG, para o biênio 2027/2029, composta pelos seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação (Presidente): Marcia Cristina de Freitas Domingos;

II – Representante do Conselho Municipal de Educação: Ana Lúcia Oliveira Magalhães Cassani;

III – Representante dos Pais de Alunos: Mariane Ferreira de Paula Brum;

IV – Representante do Sindicato dos Professores: Tania Maria Bernardo Faria;

V - Representante do Quadro do Magistério da Rede Municipal: Maria José Brum Magalhães.

Art. 2° Compete à Comissão ora designada a coordenação, acompanhamento, julgamento de recursos e deliberação sobre todos os atos do certame previstos no Decreto Municipal n.º 2.393/2022 e no Edital de Abertura.

Art. 3° Os membros designados nesta Portaria desempenharão suas atribuições em caráter de relevância pública, sem ônus financeiro adicional ou remuneração específica.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Volta Grande, 27 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Dos Santos Albino
Código Identificador:38633028

PUBLICAÇÃO
PORTARIA N. 066/2026

Portaria n. 066/2026

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO PARA EXERCER, EM SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA, O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS DURANTE O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTARES DO TITULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto no art. 82, incisos VI e IX, combinados com o art. 108, inciso II, alínea "a"; e

CONSIDERANDO que a eficiência, a regularidade e o atendimento ao interesse público são princípios norteadores da Administração Pública, nos moldes do artigo 37 da Constituição Federal e do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Princípio da Continuidade do Serviço Público, segundo o qual as atividades estatais e a prestação dos serviços à coletividade não podem sofrer interrupções;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de garantir que a estrutura administrativa possua mecanismos ágeis de substituição em casos de afastamentos temporários do titular do órgão, evitando prejuízos à ordem administrativa e à celeridade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO a boa doutrina administrativa, que chancela a designação prévia de servidores para o exercício de substituições eventuais como emanação do poder hierárquico e organizatório da Chefia do Poder Executivo;

RESOLVE

Art. 1° Designar o servidor efetivo PAULO FELIPE RIBEIRO SEBASTIÃO, ocupante do cargo de Artífice I, Matrícula n.º 3853, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Obras, em substituição temporária ao titular, nomeado pela Portaria n.º 06/2025, a contar de 1º de setembro de 2026, durante o período de fruição de suas férias regulamentares.
Art. 2° No período em que estiver formalmente investido na substituição, o servidor assumirá integralmente a plenitude das competências, atribuições e responsabilidades institucionais inerentes ao cargo de Secretário Municipal de Obras, inclusive as funções correlatas de ordenação de despesas e gestão orçamentária e financeira da respectiva pasta.

Art. 3° Fica assegurado ao servidor designado o direito de optar, durante o período efetivo da substituição, pela percepção do subsídio fixado para o cargo de Secretário Municipal ou pela remuneração de seu cargo efetivo acrescida das vantagens legais, em consonância com a legislação municipal vigente e o regime estatutário local.

Art. 4° O exercício temporário das atribuições de comando da Secretaria Municipal de Obras constitui múnus público de relevante valor, cujo período será computado integralmente como de efetivo exercício no serviço público para todos os efeitos legais e funcionais.

Art. 5° Cientificar o servidor de que a investidura temporária na condição de agente político substituto o sujeita estritamente ao regime de responsabilidade administrativa, civil e penal pelos atos praticados no período, impondo-se o estrito cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Volta Grande, 31 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Dos Santos Albino
Código Identificador:F3C958E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CONCESSÃO DE BOLSA CULTURAL PARA ATUAÇÃO COMO MAESTRO(A) DA BANDA MUNICIPAL DE ABAETÉ/MG – FUMPAC

***Prefeito Municipal de Abaeté, Estado de Minas Gerais**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 2.746/2017 e pelas demais disposições legais aplicáveis, e **CONSIDERANDO-SE** as normas, condições, critérios e procedimentos estabelecidos no Edital nº 01/2026, destinado à concessão de Bolsa Cultural para atuação como Maestro(a) da Banda Municipal de Abaeté/MG, custeada com recursos do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC; **CONSIDERANDO-SE** a regular constituição da Comissão de Seleção e a conclusão das etapas de análise e avaliação das propostas apresentadas; **CONSIDERANDO-SE** a realização das entrevistas técnicas com os candidatos considerados aptos, em conformidade com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório; **CONSIDERANDO-SE** a interposição de recurso administrativo, sua regular análise e o respectivo julgamento pela Comissão de Seleção, conforme documentação constante do processo administrativo; **CONSIDERANDO-SE** a publicação do Resultado Final da Seleção e a conclusão da fase de habilitação documental do proponente selecionado; **CONSIDERANDO-SE** que foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório, bem como os critérios de seleção, classificação e desempate previstos no Edital nº 01/2026*; **RESOLVE:**

Art. 1º Fica homologado, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Resultado Final do Edital nº 01/2026 – Concessão de Bolsa Cultural para atuação como Maestro(a) da Banda Municipal de Abaeté/MG – FUMPAC, bem como os atos praticados pela Comissão de Seleção no curso do respectivo procedimento administrativo.
Art. 2º Fica homologada a classificação final dos candidatos, observada a aplicação dos critérios de desempate estabelecidos no Edital nº 01/2026, nos seguintes termos:
I – primeiro lugar – selecionado e contemplado: Cristiano Figueiredo da Silva, com pontuação final de **100 (cem) pontos;**
II – segundo lugar – classificado para o cadastro de reserva: Leonardo Bittencourt Silva, com pontuação final de **100 (cem) pontos.**
Art. 3º Ficam homologadas as desclassificações constantes do Resultado Final da Seleção, nos seguintes termos:
I – Geraldo Gonçalves de Assis: desclassificado em razão do não atendimento ao requisito obrigatório de formação acadêmica estabelecido no Edital nº 01/2026;
II – Rafhael Russo Borsatto: desclassificado em razão do não atendimento aos requisitos de participação e habilitação estabelecidos no Edital nº 01/2026.
Parágrafo único. As desclassificações previstas neste artigo decorrem da aplicação objetiva das condições e dos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, conforme fundamentação constante dos autos do processo administrativo.
Art. 4º Fica ratificada a decisão proferida pela Comissão de Seleção no julgamento do recurso administrativo interposto pelo candidato **Rafhael Russo Borsatto**, que concluiu pelo seu **indeferimento**, com a consequente manutenção da desclassificação, nos termos da Ata de Análise e Julgamento de Recurso integrante do processo administrativo.
Art. 5º Em decorrência da classificação final e da regular conclusão da fase de habilitação documental, fica declarado contemplado o candidato **Cristiano Figueiredo da Silva**, classificado em primeiro lugar, ficando autorizada sua convocação para a celebração do Termo de Concessão de Bolsa Cultural.
Art. 6º A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo adotará as providências administrativas necessárias à convocação do candidato contemplado e à formalização do respectivo Termo de Concessão de Bolsa Cultural, observadas as condições, obrigações, prazos e demais disposições estabelecidas no Edital nº 01/2026.
Art. 7º Este Termo de Homologação produzirá efeitos a partir de sua publicação nos meios oficiais de divulgação do Município.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Abaeté/MG, 28 de agosto de 2026.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:6AD02D42

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO EM ANÁLISES CLÍNICAS, PARA VERIFICAÇÃO E CONTROLE DA QUALIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ/MG
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL
PROCESSO Nº 107/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 64/2024
CONTRATO Nº 120/2024
CONTRATANTE: Município de Abaeté/MG.
CONTRATADA: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA. – PNCQ, inscrita no CNPJ sob o nº **73.302.897/0001-08**.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de controle de qualidade externo em análises clínicas, para verificação e controle da qualidade.
RESCISÃO: Fica rescindido, a partir de **19 de agosto de 2026**, o Contrato nº 120/2024, celebrado entre o Município de Abaeté/MG e a empresa PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA. – PNCQ, em razão da desnecessidade de continuidade da contratação, tendo em vista que os serviços passarão a ser executados pelo Instituto de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA RESCISÃO: 19 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Senhor Ivanir Deladier da Costa, Prefeito Município, pelo Município; Abaeté/MG, e **Senhor** José Abol Corrêa, da empresa PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA. – PNCQ.

Abaeté/MG, 17 de agosto de 2026.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:B3EC5500

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS COM BASE NA TABELA DE PREÇOS DO SUS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ/MG
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL
PROCESSO Nº 132/2022 – MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº: 20/2022
CONTRATO: 0295/2022 – Laboratório Hoffman Ltda.
CONTRATO: 0290/2022 – Laboratório São Lucas de Abaeté Ltda.
CONTRATANTE: Município de Abaeté/MG.
CONTRATADAS: Empresa Laboratório Hoffman Ltda, CNPJ: 06.118.284/0001-00
Empresa Laboratório São Lucas de Abaeté Ltda, CNPJ: 02.822.052/000-79
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais com base na tabela de preços do SUS, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
RESCISÃO: Fica rescindido, a partir de **19 de agosto de 2026**, os Contratos nº 295/2022, 290/2022, celebrado entre o Município de Abaeté/MG e as empresas Laboratório Hoffman Ltda e Laboratório São Lucas de Abaeté Ltda, respectivamente, em razão da desnecessidade de continuidade da contratação, tendo em vista que os serviços passarão a ser executados pelo Instituto de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, fundamentada no art. 79, inciso II.
DATA DA RESCISÃO: 19 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Município de Abaeté/MG, **Senhor Ivanir Deladier da Costa**, Prefeito Municipal;
Empresa Laboratório Hoffman Ltda, CNPJ: 06.118.284/0001-00, **Senhora Maria Faustina Morato de Oliveira;**
Empresa Laboratório São Lucas de Abaeté Ltda, CNPJ: 02.822.052/000-79, **Senhor Márcio Túlio Avelar.**

Abaeté/MG, 17 de agosto de 2026.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:036406DF

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
FAÇO SABER QUE O POVO DE ABAETÉ, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS NA CÂMARA MUNICIPAL, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI: ART. 1º - O MUNICÍPIO DE ABAETÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, POR SEU PODER EXECUTIVO, FICA AUTORIZAD

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no importe de R$660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais) para aumento de saldo da seguinte dotação orçamentária constante do orçamento do exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.13.03 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural **20.606.0061.2047 – Gestão e Fomento do Desenvolvimento Rural** 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	2.700.000.0000	660.000,00
TOTAL GERAL	*	**660.000,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para suportar a abertura de crédito autorizada no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no importe de R$660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:6BDAFD46

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
FAÇO SABER QUE O POVO DE ABAETÉ, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS NA CÂMARA MUNICIPAL, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI: ART. 1º - O MUNICÍPIO DE ABAETÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, POR SEU PODER EXECUTIVO, FICA AUTORIZAD

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover a abertura de crédito adicional, tipo suplementar, no importe de R$465.133,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil e cento e trinta e três reais), para ampliação de saldo de dotação do orçamento vigente no exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.08.02 – Fundo Municipal de Saúde **10.302.0062.2026 Fortalecimento da Atenção Secundária e Terciária à Saúde** 3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	1.621.000.3210	465.133,00
TOTAL GERAL	*	**465.133,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para suportar a abertura de crédito autorizada no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias que integram o orçamento municipal, até o importe de R$465.133,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil e cento e trinta e três reais):

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.08.02 – Fundo Municipal de Saúde **10.302.0062.2026 Fortalecimento da Atenção Secundária e Terciária à Saúde**		
3.3.90.30.00 Material De Consumo	1.621.000.0000	265.133,00
10.302.0062.2027 Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial	1.621.000.0000	200.000,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica		
TOTAL GERAL	*	**465.133,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:A0065BF5

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
FAÇO SABER QUE O POVO DE ABAETÉ, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS NA CÂMARA MUNICIPAL, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES ART. 1º - FICA INSTITUÍDO O PLANO MUNICIPAL DE ALFABETI

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a realizar transferência de recursos financeiros, no montante de R$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), à Organização da Sociedade Civil-OSC denominada **APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 23·776·156/0001-64.

§ 1º - O beneficiário deverá utilizar os recursos recebidos tão somente em ações de assistência ao portador de deficiência que se enquadrem na ação orçamentária do governo estadual nº 4025 – Apoio Centro Dia de Referência Para Pessoa com Deficiência, indicada pela Resolução SEDESE nº 44/2024 devendo a execução ser comprovada para esse fim.

§ 2º - Os recursos recebidos deverão ser utilizados única e exclusivamente para o atendimento do objeto previsto na Resolução SEDESE nº 44/2024.

§ 3º - Fica vedada a utilização dos recursos com obras, serviços, salários e demais gastos de custeio.

§ 4º - A entidade filantrópica deverá estar e permanecer regular no Cadastro Geral de Convenentes – CAGEC, podendo ser consideradas apenas as exceções previstas em lei.

§ 5º - Os recursos financeiros transferidos serão movimentados em conta corrente específica em nome da entidade beneficiária.

§ 6º - A execução dos recursos deverá ser precedida do devido processo licitatório ou de procedimento análogo, em conformidade com o regulamento próprio de compra da entidade, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa, respeitados os princípios da Administração Pública e os princípios da igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Art. 2º - Para a execução do previsto nesta lei, o Município deverá firmar termo de fomento/colaboração com a Organização da Sociedade Civil - OSC, entidade sem fins lucrativos, observando o disposto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC – Lei Federal nº 13.019/2014.
Parágrafo único. Fica dispensada a realização de chamamento público para atender a execução do objeto previsto nesta lei, em conformidade com o disposto no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiária deverá prestar contas dos recursos transferidos no prazo previsto no instrumento de parceria, sob pena de glosa do valor e ressarcimento ao erário.

Art. 4º - Além das disposições legais pertinentes, a entidade beneficiária deverá seguir as orientações e normatizações do Município e do Fundo Estadual de Assistência Social para a realização das ações previstas nesta lei e na Resolução SEDESE Nº 44/2024.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 28 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:475D24DC

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - AUTORIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - SUBVENÇÃO SOCIAL - RESOLUÇÕES SES/MG 11.050-2026 E 11.059-2026 - PROVIDÊNCIAS

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover transferência de recursos financeiros, mediante subvenção social, no valor total de R$ 465.133,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil cento e trinta e três reais), à Organização da Sociedade Civil-OSC denominada Hospital São Vicente De Paulo De Abaeté, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 16.505.851/0001-26.

§ 1º - Os recursos financeiros autorizados nesta Lei possuem destinação específica para execução dos objetos previstos nas seguintes Resoluções da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais:
I – **Resolução SES/MG nº 11.050/2026**, destinada à aquisição de **Kit 05 Camas Fowler Elétricas**, no valor de **R$ 125.500,00**.

II – **Resolução SES/MG nº 11.059/2026**, destinada à aquisição de **Kit HPP**, no valor de **R$ 339.633,00.**

§ 2º - Os recursos recebidos deverão ser utilizados exclusivamente para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), observadas integralmente as disposições constantes das respectivas Resoluções SES/MG.

§ 3º - Os rendimentos provenientes da aplicação financeira dos recursos deverão ser utilizados exclusivamente na execução do objeto previsto nas Resoluções SES/MG nº 11.050/2026 e nº 11.059/2026.

§ 4º - A utilização dos recursos observará todas as condições, restrições, vedações e exigências estabelecidas nas Resoluções SES/MG nº 11.050/2026 e nº 11.059/2026 e demais normas aplicáveis.

§ 5º - A entidade beneficiária deverá permanecer regular perante os órgãos de controle e os cadastros exigidos pela legislação estadual e federal durante toda a execução dos recursos.

§ 6º - Os recursos financeiros transferidos serão movimentados em conta bancária específica da entidade beneficiária, observadas as normas da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 7º - A execução dos recursos deverá ser precedida do devido processo licitatório ou de procedimento análogo, em conformidade com o regulamento próprio de compra da entidade, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa, respeitados os princípios da Administração Pública e os princípios da igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Art. 2º - A execução do previsto nesta lei far-se-á mediante celebração de Termo de Parceria entre o Município e a Organização da Sociedade Civil - OSC, entidade sem fins lucrativos, observando o disposto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC – Lei Federal nº 13.019/2014, das Resoluções SES/MG nº 11.050/2026 e nº 11.059/2026 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Fica dispensada a realização de chamamento público para atender a execução do objeto previsto nesta lei, em conformidade com o disposto no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiária deve prestar contas dos recursos transferidos no prazo previsto no instrumento de parceria, sob pena de glosa do valor e ressarcimento ao erário.

Art. 4º - Além das disposições desta Lei, a entidade beneficiária deverá observar todas as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde, pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e pelos órgãos de controle competentes para execução do objeto financiado.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:0F3664C0

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ABAETÉ – MG (PMA) – POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PROVIDÊNCIAS

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Plano Municipal de Alfabetização de Abaeté – PMA, política pública permanente da Rede Municipal de Ensino destinada à garantia do direito de aprendizagem de todas as

crianças, assegurando sua alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens até o 5º ano.

§1º - O Plano Municipal de Alfabetização será desenvolvido em regime de colaboração entre o Município de Abaeté, a União, o Estado de Minas Gerais e instituições parceiras.
§2º O Plano integra as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, instituído pelo Decreto Estadual nº 48.939, de 07 de novembro de 2024, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, do Currículo Referência de Minas Gerais, do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação.

§3º O Plano será executado anualmente por meio do Plano de Trabalho Anual (PTA), elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a comissão formada por representantes da educação nas escolas do Município.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º - Constituem princípios do Plano Municipal de Alfabetização:

I - Garantia do direito à alfabetização.

II - Equidade educacional.

III - Gestão democrática.

IV - Valorização dos profissionais da educação.

V - Ensino fundamentado em evidências científicas.

VI - Inclusão e respeito às diversidades.

VII - Educação integral.

VIII – Participação das famílias.

IX - Fortalecimento do regime de colaboração.

X - Monitoramento permanente da aprendizagem.

XI - Transparência da gestão pública.

XII - Melhoria contínua dos indicadores educacionais.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 3º - São objetivos do Plano:

I - Garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano.

II - Promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano.

III - Elevar continuamente o Indicador Criança Alfabetizada – ICA.

IV - Fortalecer as competências de leitura, escrita, oralidade e numeracia.

V - Reduzir desigualdades educacionais.

VI - Ampliar a participação das famílias.

VII - Fortalecer a formação continuada.

VIII - Garantir acompanhamento pedagógico permanente.

IX - Desenvolver políticas públicas baseadas em evidências.

X - Fortalecer a alfabetização inclusiva.

CAPÍTULO IV
DAS METAS NORTEADORAS

Art. 4º - Constituem metas do Plano Municipal de Alfabetização:

I - Garantir a alfabetização de, no mínimo, 70% das crianças até dezembro de 2026.

II - Alcançar 80% de alfabetização plena ao final do 2º ano do Ensino Fundamental até 2030.

III - Assegurar que 95% dos estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade adequada até 2035.
IV - Atingir as metas anuais do Indicador Criança Alfabetizada – ICA estabelecidas para o Município.

V - Garantir a participação de 100% dos estudantes nas avaliações internas e externas.

VI - Assegurar que todas as escolas contempladas utilizem efetivamente os Cantinhos de Leitura.

VII - Fortalecer práticas permanentes de incentivo à leitura em todas as unidades escolares.

CAPÍTULO VV
DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 5º - O Plano será organizado nos seguintes eixos:

I - Gestão e Governança.

II - Formação Continuada.

III - Infraestrutura Pedagógica.

IV - Reconhecimento e Boas Práticas.

V - Avaliação, Monitoramento e Recomposição das Aprendizagens.

CAPÍTULO VI
DA GESTÃO E GOVERNANÇA

Art. 6º - Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I - Coordenar a Política Municipal de Alfabetização.

II - Elaborar e executar o Plano de Trabalho Anual.

III - Promover reuniões periódicas com gestores escolares.

IV - Realizar visitas técnicas às unidades escolares.

V - Divulgar indicadores de aprendizagem.

VII - Elaborar relatórios trimestrais e anuais.

VIII - Acompanhar a execução das metas do Plano.

Art. 7º - As visitas técnicas deverão ocorrer periodicamente em todas as escolas municipais com acompanhamento pedagógico da equipe técnica e da Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CAPÍTULO VII
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 8º - O Município promoverá formação continuada para professores alfabetizadores, gestores escolares, especialistas e demais profissionais da educação.

Parágrafo único. As formações compreenderão estudos sobre:

I - Alfabetização baseada em evidências.

II - Consciência fonológica.

III - Fluência leitora.

IV - Alfabetização matemática.

V - Avaliação diagnóstica.

VII - Planejamento pedagógico.

VIII - Práticas inclusivas.

IX - Metodologias ativas.

X - Tecnologias educacionais.

Art. 9º - Fica instituída a Mentoria entre Pares, destinada ao fortalecimento das práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores.

CAPÍTULO VIII
DA INFRAESTRUTURA PEDAGÓGICA

Art. 10 - O Município promoverá:
I - Implantação e manutenção dos Cantinhos de Leitura.

II - Fortalecimento das bibliotecas escolares.

III - Aquisição de materiais didáticos.

IV - Recursos tecnológicos.

V - Ambientes alfabetizadores.

CAPÍTULO IX
DAS BOAS PRÁTICAS

Art. 11 - Ficam instituídos os seguintes programas permanentes:

I - Programa Escola de Valor.

II - Mostra Educacional de Alfabetização.

III - Programa Municipal de Incentivo à Leitura.

IV - Programa Cantinhos de Leitura.

Parágrafo único. Os programas terão regulamento próprio.

CAPÍTULO X
DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 12 - O acompanhamento da aprendizagem ocorrerá por meio de:

I - Avaliações diagnósticas.

II - Monitoramento da fluência leitora.

III - Avaliações externas.

IV - Indicador Criança Alfabetizada – ICA.

V - Relatórios pedagógicos.

VI - Acompanhamento individualizado dos estudantes.

Art. 13 - A Secretaria Municipal publicará relatórios trimestrais contendo:

I - Evolução dos indicadores.

II - Resultados das avaliações.

III - Cumprimento das metas.

IV - Ações corretivas.

CAPÍTULO XI
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 14 - O Município desenvolverá ações permanentes de recomposição das aprendizagens por meio de programas específicos.

§1º - Fica reconhecido como estratégia permanente o Programa de Recomposição das Aprendizagens – PROET.

§2º - Fica instituído o Programa Alfa em Rede para acompanhamento pedagógico intensivo dos estudantes em processo de alfabetização.

CAPÍTULO XII
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 15 - Fica instituída a Comissão Municipal de Alfabetização.

Art. 16 - A Comissão será composta por representantes:

I - Secretaria Municipal de Educação.

II - Articuladora Municipal do CNCA

III - Diretores Escolares

IV - Professores Alfabetizadores.

V - Educação Infantil.
VI - Conselho Municipal de Educação.

VII - Conselho do FUNDEB.

VIII – Famílias.

IX - Instituições parceiras.

CAPÍTULO XIII
DAS RESPONSABILIDADES DAS ESCOLAS

Art. 17 - Compete às unidades escolares:

I - Elaborar estratégias locais de alfabetização.

II - Acompanhar individualmente todos os estudantes.

III - Utilizar avaliações diagnósticas.

IV - Participar das formações.

V - Desenvolver projetos permanentes de leitura.

VI - Incentivar a participação das famílias.

VII - Garantir a utilização dos Cantinhos de Leitura.

CAPÍTULO XIV
DOS INDICADORES

Art. 18 - Constituem indicadores oficiais do Plano:

I - Indicador Criança Alfabetizada – ICA.

II - Fluência Leitora.

III - Proficiência em Língua Portuguesa.

IV - Fluxo Escolar.

V - Distorção Idade/Ano.

VII - Frequência escolar.

VIII - Participação nas avaliações externas.

CAPÍTULO XV
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 19 - As despesas correrão por conta de:

I - Recursos próprios do Município.

II – FUNDEB.

III - Recursos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

IV - Recursos do Pacto Mineiro pela Alfabetização.

V - Convênios.

VI - Emendas parlamentares.

VII - Demais fontes legalmente autorizadas.

CAPÍTULO XVI
DO PLANO DE TRABALHO ANUAL

Art. 20 - A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, o Plano de Trabalho Anual – PTA.

Parágrafo único. O PTA conterá, entre outros:

I - Diagnóstico da rede.

II - Indicadores educacionais.

III - Metas anuais.

IV - Cronograma de execução.

V- Responsáveis.

VI - Indicadores de monitoramento.

VII - Avaliação das ações desenvolvidas.

CAPÍTULO XVII
DA REVISÃO

Art. 21 - O Plano Municipal de Alfabetização será monitorado continuamente.

Art. 22 - O Plano será revisado a cada quatro anos, podendo sofrer adequações anuais por meio do Plano de Trabalho Anual.

CAPÍTULO XVIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 30 dias.

Art. 24 - Integram esta Lei, como instrumentos complementares de planejamento e gestão:

I - O Plano de Trabalho Anual da Política de Alfabetização.

II - Os relatórios anuais de monitoramento.

III - Os indicadores oficiais de alfabetização da Rede Municipal.

IV - Os atos normativos expedidos pela Secretaria Municipal de Educação para sua execução.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Abaeté, 28 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:E03BE69C

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL - TIPO ESPECIAL – RESOLUÇÃO SEDESE Nº 044/2024 – CENTRO DIA – PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover a abertura de crédito adicional, tipo especial, ao orçamento vigente no importe de R$125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais) incluindo a seguinte dotação ao orçamento vigente:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.14.02 – Secretaria Municipal de Assistência Social **08.242.0035.2065 – Centro-Dia de Referência Para Pessoa com Deficiência** 3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais	2.661.000.0000	125.000,00
TOTAL GERAL	*	**125.000,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para suportar a abertura de crédito autorizada no artigo 1º deste Lei utilizar-se-ão como fonte de custeio os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior (2025) no importe de R$125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:477DE23F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL - TIPO SUPLEMENTAR - ALAMBRADO PRAÇA DE ESPORTES

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover a abertura de crédito adicional, tipo suplementar, ao orçamento vigente no importe de R$238.750,00 (Duzentos e trinta e oito mil e setecentos cinquenta reais) para aumento de saldo da seguinte dotação orçamentária constante do orçamento no exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.16.03 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer **27.813.0010.2062 – Atividade do Fundo Municipal da Praça de Esportes** 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	2.700.000.3140	238.750,00
TOTAL GERAL	*	**238.750,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para suportar a abertura de crédito autorizada no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício

anterior no importe de R$238.750,00 (Duzentos e trinta e oito mil e setecentos e trinta e oito reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:86A09DA2

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL - TIPO SUPLEMENTAR - REALIZAÇÃO FESTIVAL DE VIOLA - PROVIDÊNCIAS

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover a abertura de crédito adicional, tipo suplementar, no importe de R$250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) para aumento de saldo de dotação ao orçamento vigente do exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.15.05 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo 13.392.0039.2061 – Gestão e Fomento de Cultura e do Turismo 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.701.000.3210	250.000,00
TOTAL GERAL	*	**250.000,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para suportar a abertura de crédito autorizada no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias que integram o orçamento municipal no importe de R$250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais):

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.07.03 – Secretaria Municipal de Infraestrutura 15.451.0069.3002 – Infraestrutura e Mobilidade – Rodovia LMG762 3.3.90.39.93.00 – Indenizações e Restituições	1.701.000.0000	250.000,00
TOTAL GERAL	*	**250.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:B48E1458

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EFETIVO - PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, consoante lhe autoriza o art. 21 da Lei Orgânica do Município; ***Considerando-se*** *o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal;* ***Considerando-se*** *que houve desistência e não comparecimento de convocados pelo Decreto Municipal nº 209-2026;* ***Considerando-se*** *a necessidade de se prover vagas existentes e necessárias à continuidade do serviço público;* ***Considerando-se*** *a ordem de aprovação em concurso público para o cargo de provimento efetivo de* ***Assistente Técnico Educacional,*** observada a ordem de aprovação em concurso público promovido pelo Município, **DECRETA**:

Art. 1° - O Poder Executivo de Abaeté, Estado de Minas Gerais, em virtude de aprovação em concurso público em 15º lugar, por este ato, nomeia **JULIANA MELO RODRIGUES,** inscrita no CPF sob nº 041.616.606-77, para exercer o cargo público de **ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL**, conforme requisitos e atribuições relativos ao cargo que constam da Lei Complementar Municipal nº 106-2023.

Art. 2º - A Agente Pública nomeada neste Decreto tem lotação inicial na Unidade Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Chico Cirilo, com carga horária semanal de 30h (Trinta horas), com jornada prevista para ser exercida diariamente no horário vespertino, onde deve exercer suas atividades.

Art. 3º - A candidata nomeada deve promover a apresentação de todos os documentos previstos em lei para o exercício do cargo, além dos exames de saúde habilitando-o ao pleno exercício de cargo público.

Art. 4º - É de responsabilidade da candidata nomeada apresentar no ato de posse, termo de Inacumulatividade em cargo público ou a Termo de Compatibilidade de exercício de cargos público acumuláveis.

Art. 5º - A Agente Pública nomeada neste ato tem prazo de até 30 (Trinta) dias para tomar posse no referido cargo público de provimento efetivo.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo legal para posse e início de exercício do cargo público, operar-se-á a decadência do direito de posse.

Art. 6° - A Agente Pública nomeada deve apresentar declaração de bens e direitos como condição para posse e início de exercício de atividade em cargo público de provimento efetivo.

Art. 7° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 25 de Agosto de 2026.

REPUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:BCF03388

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EFETIVO - PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, consoante lhe autoriza o art. 21 da Lei Orgânica do Município; ***Considerando-se*** *o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal;* ***Considerando-se*** *que houve desistência e não comparecimento de convocados pelo Decreto Municipal nº 209-2026;* ***Considerando-se*** *a necessidade de se prover vagas existentes e necessárias à continuidade do serviço público;* ***Considerando-se*** *a ordem de aprovação em concurso público para o cargo de provimento efetivo de* ***Assistente Técnico Educacional,*** *observada a ordem de aprovação em concurso público promovido pelo Município,* ***DECRETA;***

Art. 1° - O Poder Executivo de Abaeté, Estado de Minas Gerais, em virtude de aprovação em concurso público em 16º lugar, por este ato, nomeia **JORDANNA GLEICY DE FREITAS SILVA,** inscrita no CPF sob nº 139.311.826-73, para exercer o cargo público de **ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL**, conforme requisitos e

atribuições relativos ao cargo que constam da Lei Complementar Municipal nº 106-2023.

Art. 2º - A Agente Pública nomeada neste Decreto tem lotação inicial na Unidade Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Senador Souza Viana, com carga horária semanal de 30h (Trinta horas), com jornada prevista para ser exercida diariamente no horário vespertino, onde deve exercer suas atividades.

Art. 3º - A candidata nomeada deve promover a apresentação de todos os documentos previstos em lei para o exercício do cargo, além dos exames de saúde habilitando-o ao pleno exercício de cargo público.

Art. 4º - É de responsabilidade da candidata nomeada apresentar no ato de posse, termo de Inacumulatividade em cargo público ou a Termo de Compatibilidade de exercício de cargos público acumuláveis.

Art. 5º - A Agente Pública nomeada neste ato tem prazo de até 30 (Trinta) dias para tomar posse no referido cargo público de provimento efetivo.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo legal para posse e início de exercício do cargo público, operar-se-á a decadência do direito de posse.

Art. 6° - A Agente Pública nomeada deve apresentar declaração de bens e direitos como condição para posse e início de exercício de atividade em cargo público de provimento efetivo.

Art. 7° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 25 de Agosto de 2026.

REPUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:42908BC4

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EFETIVO - PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, consoante lhe autoriza o art. 21 da Lei Orgânica do Município; ***Considerando-se*** *o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal;* ***Considerando-se*** *que houve desistência e não comparecimento de convocados pelo Decreto Municipal nº 209-2026;* ***Considerando-se*** *a necessidade de se prover vagas existentes e necessárias à continuidade do serviço público;* ***Considerando-se*** *a ordem de aprovação em concurso público para o cargo de provimento efetivo de* ***Assistente Técnico Educacional,*** *observada a ordem de aprovação em concurso público promovido pelo Município,* ***DECRETA;***

Art. 1° - O Poder Executivo de Abaeté, Estado de Minas Gerais, em virtude de aprovação em concurso público em 17º lugar, por este ato, nomeia **TAIS NAVARRO DE FARIA E NOVAES,** inscrita no CPF sob nº 046.520.166-03, para exercer o cargo público de **ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL**, conforme requisitos e atribuições relativos ao cargo que constam da Lei Complementar Municipal nº 106-2023.

Art. 2º - A Agente Pública nomeada neste Decreto tem lotação inicial na Unidade Secretaria Municipal de Educação, no CEMEI Dona Ina, com carga horária semanal de 30h (Trinta horas), com jornada prevista para ser exercida diariamente no horário vespertino, onde deve exercer suas atividades.

Art. 3º - A candidata nomeada deve promover a apresentação de todos os documentos previstos em lei para o exercício do cargo, além dos exames de saúde habilitando-a ao pleno exercício de cargo público.

Art. 4º - É de responsabilidade da candidata nomeada apresentar no ato de posse, termo de Inacumulatividade em cargo público ou a Termo de Compatibilidade de exercício de cargos público acumuláveis.

Art. 5º - A Agente Pública nomeada neste ato tem prazo de até 30 (Trinta) dias para tomar posse no referido cargo público de provimento efetivo.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo legal para posse e início de exercício do cargo público, operar-se-á a decadência do direito de posse.

Art. 6° - A Agente Pública nomeada deve apresentar declaração de bens e direitos como condição para posse e início de exercício de atividade em cargo público de provimento efetivo.

Art. 7° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 25 de Agosto de 2026.

REPUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:B9B984C9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
CONTRATOS

Contrato: 1062026/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : ESTRUTURA DE OURO LOCACAO E MONTAGEM PARA EVENTOS LTDA
VALOR: R$1.797.900,00
Vigência:: 21/08/2026
Término: 21/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DELOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, PALCO,FECHAMENTO METÁLICO, GRADIL DE CONTENÇÃO ESANITÁRIOS QUÍMICOS, PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOSDESTE MUNICÍPIO.

Alterosa, 31 de Agosto de 2026.

Contrato: 162/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : BANCO ITAÚ S/A
Valor: R$23.520,00
Vigência:: 21/08/2026
Término: 15/07/2027
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 61/2026
Objeto da Contratação: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DERECOLHIMENTO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDAATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DAM (DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL), EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS.

Alterosa, 31 de Agosto de 2026.

Contrato: 163/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : ESTRUTURA DE OURO LOCACAO E MONTAGEM PARA EVENTOS LTDA
VALOR: R$1.797.900,00
Vigência:: 24/08/2026
Término: 24/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DELOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, PALCO,FECHAMENTO METÁLICO, GRADIL DE CONTENÇÃO ESANITÁRIOS QUÍMICOS, PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOSDESTE MUNICÍPIO.

Alterosa, 31 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:593AB1C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 132/2026
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2026 09:37
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, PALCO, FECHAMENTO METÁLICO, GRADIL DE CONTENÇÃO E SANITÁRIOS QUÍMICOS, PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DESTE MUNICÍPIO.

CONTRATADO: ESTRUTURA DE OURO LOCACAO E MONTAGEM PARA EVENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.797.900,00 (um milhão e setecentos e noventa e sete mil e novecentos reais).

31/08/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:8C237278

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 017/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº017/2025: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do termo aditivo do contrato Nº017/2025, originado do Processo licitatório Nº022/2025, Pregão Eletrônico Nº04/2025, termo aditivo para a inclusão de mais dois veículos no contrato de seguro.
BYD DOLPHIN MINI, CHASSI: ****E4CC4VK055***; Motor: ***0857**; ANO FAB/MOD: 2026/2027; MARCA: BYD; MODELO: DOLPHIN MINI; Combustível: ELETRICO FONTE EXTERNA.
POLO: CHASSI: ****G5R18TP096***; Motor: ***7198**; ANO FAB/MOD: 2026/2026; MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: VW POLO TRACK MA; Combustível: GASOLINA, COR: CINZA PLATINUM.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02.
Representante legal: Felipe Santana Cunha.
Dotação:
Fundo Municipal de Saúde
02.06.02 10 122.0010 3.3.90.39
Ficha 267 - fonte de recursos 01.0500
Vigência: De 24/08/2026 à 23/04/2027.
Valor: R$3.050,00(três mil e cinquenta reais).
O termo aditivo do contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 31 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:5DD2EA9E

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 074/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº074/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato administrativo Nº074/2026, originado do Processo licitatório Nº070/2026, Concorrência Eletrônica Nº005/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CONFORME INSTRUMENTO N° 1301001854/2026, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE, conforme condições, quantitativos e especificações técnicas constantes no Termo de Referência, nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o Processo Licitatório retromencionado.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: PAESAN - PAVIMENTAÇÃO ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA, CNPJ nº 03.691.134/0001-94.
Representante legal: José Wilson Ribeiro.
Dotação:
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES
Dotação: 513 – 02.09.00 15 451.0028 1.0028 4.4.90.51.00.00
Fonte 01.0710
Vigência: De 31/08/2026 à 31/08/2027.
Valor: R$314.900,00(Trezentos e quatorze mil e novecentos reais).
O contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 31 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:972A93DD

JURIDICO
LEI ORDINÁRIA Nº 888 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Arapuá e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Arapuá, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Ordinária:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Arapuá, estabelecendo diretrizes, princípios, objetivos e estratégias para assegurar a alfabetização de crianças e estudantes da rede municipal de ensino, desde a pré-escola até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como ações de recomposição de

aprendizagens para estudantes que apresentem defasagem no processo de alfabetização.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – Alfabetização em Língua Portuguesa: aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;

II – Letramento em Língua Portuguesa: uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;

III – Alfabetização em Matemática: uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;

IV – Educação Inclusiva: conjunto de práticas e adaptações pedagógicas destinadas a assegurar o pleno acesso à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I – integração e cooperação entre os entes federativos, nos termos do § 1º do art. 211 da Constituição Federal, promovendo a colaboração entre União, Estado e Município para a melhoria contínua do processo de alfabetização;

II – adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o currículo da rede municipal de ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;

III – implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;

IV – valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores;

V – adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o meio para a interação social, o diálogo, a produção e a construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;

VI – aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de superação de vulnerabilidades e condição para o exercício pleno da cidadania;

VII – valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental;

VIII – valorização de metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – assegurar que as crianças da pré-escola tenham acesso a uma cultura de leitura, escrita e oralidade em sua rotina, com ampliação de experiências com a linguagem escrita a partir de vivências significativas para a infância;

II – assegurar que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para trajetórias escolares bem-sucedidas;

III – implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;

IV – fomentar adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva destinados ao ensino e à aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial, assegurando condições de acessibilidade plena;

V – selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;

VI – participar, anualmente, de avaliações de larga escala da alfabetização dos estudantes, estimulando as escolas a criarem instrumentos próprios de monitoramento e avaliação, e implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

VII – articular a Política Municipal de Alfabetização com a Política Municipal de Educação em Tempo Integral, instituída pela Lei Municipal nº 881, de 11 de junho de 2026, buscando a convergência de ações e a potencialização dos resultados educacionais.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I – priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;

II – incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, com ações intensificadas nas turmas de Pré I e Pré II e mantidas nos demais anos escolares;

III – estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária, por meio de ações integradas à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e demais instituições educacionais;

IV – valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem;

V – promoção de estudos e formações nas unidades educacionais, realizadas pelas equipes pedagógicas e pelos formadores da Secretaria Municipal de Educação;

VI – fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudos, mentorias e ações formativas;

VII – fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas com a participação em palestras, congressos, simpósios e atividades afins relacionadas à alfabetização e ao letramento;

VIII – elaboração de materiais pedagógicos pela equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;

IX – fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010).

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO E DOS AGENTES

Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

I – crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de Pré I e Pré II;

II – estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

III – estudantes dos anos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização.

Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I – professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II;

II – professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

III – pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

IV – diretores escolares;

V – demais profissionais que atuam nas unidades educacionais;

VI – equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

VII – comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:

I – orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas para a Educação Infantil e para as turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

II – formação continuada de professores de Educação Infantil e de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e o letramento;

III – ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada;

IV – promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;

V – formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores e às crianças e estudantes;

VI – seleção e produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;

VII – produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica, encaminhamentos metodológicos e boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;
VIII – difusão de recursos educacionais para o ensino e a aprendizagem de leitura, escrita e matemática;
IX – recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;
X – documentação das ações planejadas para recompor aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de plano de apoio pedagógico;
XI – incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;
XII – elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 9º Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I – monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas pela Secretaria Municipal de Educação;
II – monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de instrumentos de acompanhamento pedagógico realizados pelos professores, coordenadores e gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;
IV – análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso de tais resultados nos processos de ensino-aprendizagem;
V – desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, com ênfase na fluência em leitura oral, na competência leitora e na proficiência em escrita e em matemática;
VI – incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação a elaboração do Plano de Trabalho Anual de Alfabetização, bem como a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação, quando constituído, participará do acompanhamento e do monitoramento da execução desta Política.
Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, por decreto, Comissão de Trabalho Intersetorial de apoio às famílias e estudantes em idade de alfabetização da rede municipal, dispondo sobre sua composição, atribuições e funcionamento.
Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e os recursos oriundos de programas federais e estaduais de fomento à alfabetização.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arapuá/MG, 28 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gomes Moreira
Código Identificador:C9B7010D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 06/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Aos 21 dias do mês de julho de 2026, o **MUNICÍPIO DE ASTOLFO DUTRA**, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Praça Governador Valadares, 77, Centro, Astolfo Dutra, MG, inscrito no CNPJ sob o n° 17.702.507/0001-90, representado neste ato pela Sr(a). TIAGO MARTINS BRAGA, Secretário Municipal de Urbanismo, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Pregão Eletrônico **nº. 024/2026,** que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento

Fornecedor: A empresa **PIRA SINAL COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA SINAIIZAÇÃO LTDA**., estabelecida à Rua Almirante Barroso, 37, Bairro São Judas, Piracicaba, SP, CEP. 13416-398, inscrita no CNPJ sob o n° 30.680.484/0001-28, email.: pirasinal@gmail.com, neste ato representada pelo seu **CÁSSIA TEREZINHA SALUOTTO MONTEIRO,** brasileira, inscrito(a) no CPF sob o nº. 072.xxx.648/79.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, conforme resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026, com autorização constante do Processo Administrativo Nº 54/2026, homologado em 21 de julho de 2026, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 024/2026, seus anexos, a proposta do Fornecedor e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa legalmente constituída e especializada no ramo de sinalização e pintura viária, para execução e fornecimento de materiais destinados a sinalização viária horizontal e vertical, em conformidade com as normas do Código Brasileiro de Trânsito – CTB, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme Termo de Referência, anexo do edital de Licitação em epígrafe, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2.2. A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
2.3. Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Astolfo Dutra.
2.4. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	Suporte de aço carbono galvanizado, com costura, diâmetro nominal de 2.1/2", espessura de parede de 3,65 mm, destinado à instalação e sustentação de placas de sinalização viária, conforme padrão DER/DNIT.	M	1200	R$ 67,50	R$ 81.000,00
		TOTAL POR LOTE		R$ 81.000,00	

2.5. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra,

equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o Município de Astolfo Dutra.
3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as Saúde ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das Saúde ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do licitante vencedor ou fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

9.1.1. for liberado;

9.1.2. descumprir as condições da ARP, sem motivo justificado;

9.1.3. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;

9.1.6. sofrer sanção de declaração de impedimento no âmbito municipal ou de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.1.7. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor;

9.1.8. nas hipóteses de anulação e revogação da ARP;

9.1.9. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

9.1.10. por ordem judicial.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação dos sansões administrativos estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das sansões decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Município De Astolfo Dutra
TIAGO MARTINS BRAGA
Secretário Municipal de Urbanismo

Pira Sinal Comércio De Materiais Para Sinaiização LTDA.
CNPJ n° 30.680.484/0001-28
CÁSSIA TEREZINHA SALUOTTO MONTEIRO

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:0E077E25

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA 32/2026

Processo n° 084/2026
Dispensa n° 032/2026

Objeto: A PRESENTE AQUISIÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE COMPRA DE TROFÉUS PARA PREMIAÇÃO DOS CAMPEONATOS, TORNEIOS E DEMAIS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PROMOVIDAS E/OU APOIADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, BEM COMO DE REDES PARA OS GOLS DAS QUADRAS DE FUTSAL E HANDEBOL. OS MATERIAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA GARANTIR A ADEQUADA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE USO DOS ESPAÇOS, SEGURANÇA E FUNCIONALIDADE DURANTE TREINAMENTOS E COMPETIÇÕES.

Ratificação
A PRESENTE AQUISIÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE COMPRA DE TROFÉUS PARA PREMIAÇÃO DOS CAMPEONATOS, TORNEIOS E DEMAIS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PROMOVIDAS E/OU APOIADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, BEM COMO DE REDES PARA OS GOLS DAS QUADRAS DE FUTSAL E HANDEBOL. OS MATERIAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA GARANTIR A ADEQUADA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE USO DOS ESPAÇOS, SEGURANÇA E FUNCIONALIDADE DURANTE TREINAMENTOS E COMPETIÇÕES.

L.S.R. DE ARRUDA & CIA LTDA - CNPJ: 07.638.973/0001-08
Valor Total de R$ 9.204,00 (nove mil e duzentos e quatro reais)

ASTOLFO DUTRA, 25 de Agosto de 2026.

FABIANO DIAS DE MELLO RABELLO
Secretário de Cultura, Esporte

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:4F24B524

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE ADESÃO ARP

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE MINAS torna pública ADESÃO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2026 - Processo Licitatório nº 01/2026 – Pregão Eletrônico nº 01/2026, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ENTORNO DE SALINAS – CIMES, CNPJ Nº 07.333.598/0001-80. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de material médico-hospitalar, saneantes, reagentes, bens duráveis e materiais/equipamentos odontológicos, com desconto baseado na REVISTA SIMPRO ATUALIZADA, para atender demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA. Valor: R$ 4.512.500,00. Vigência: 12 (doze) meses.

Bela Vista de Minas, 31 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Eliete Dalva Dos Santos Silva
Código Identificador:8BDE2A47

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – **RATIFICAÇÃO** do **Processo Licitatório nº 74/2026, Adesão 07/2026**. Empresa: **HOSPMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**. CNPJ Nº 22.445.814/0001-72**.** Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de material médico-hospitalar, saneantes, reagentes, bens duráveis e materiais/equipamentos odontológicos, com desconto baseado na REVISTA SIMPRO ATUALIZADA, para atender demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA**.** Valor: **R$ 4.512.500,00**. Vigência: 12 (doze) meses.

Bela Vista de Minas, 31 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Eliete Dalva Dos Santos Silva
Código Identificador:F412D408

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 155/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 155/2026

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DESTINADO À APURAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO Nº 310730720200001, RELACIONADO AO PROCESSO Nº 71000.035717/2020-72, NOMEIA A RESPECTIVA COMISSÃO RESPOSÁVEL PELA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 170 da Lei Municipal de nº 3.266/2007, e

CONSIDERANDO que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público municipal é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo, assegurada ao acusado a ampla defesa;
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 666/2026/SNAS/DEFNAS/CGPC/CAPC-GND4, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, referente à análise da prestação de contas da Programação nº 310730720200001, vinculada ao Processo nº 71000.035717/2020-72;
CONSIDERANDO que, conforme consta no referido expediente, a prestação de contas relativa à mencionada programação não foi aprovada, tendo o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS identificado impropriedades na execução dos recursos, especialmente quanto à utilização dos valores repassados para a aquisição de bens e equipamentos e à forma de aplicação desses recursos pela Administração Municipal;
CONSIDERANDO o apontamento, pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, da utilização de recursos para a aquisição de itens que não constavam da planilha de itens pactuada, bem como da aquisição de itens em quantidade superior à prevista, sem prejuízo de outras inconsistências relacionadas à aplicação dos recursos da Programação nº 310730720200001;

CONSIDERANDO, por fim, os termos do Memorando nº 269/2026/SMG/GAB, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, por meio do qual solicita a edição de Portaria para fins de instauração de processo administrativo específico, destinado à apuração dos fatos relacionados à execução da Programação nº 310730720200001, vinculada ao Processo nº 71000.035717/2020-72, conforme os apontamentos apresentados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, encaminhando, na ocasião, a relação dos membros indicados para compor a Comissão responsável pela instrução do referido processo administrativo;
CONSIDERANDO que os fatos narrados, em tese, podem caracterizar infração funcional, impondo à Administração Pública o dever de promover a devida apuração administrativa, assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **INSTAURADO** Processo Administrativo destinado à apuração dos fatos relacionados à execução da Programação nº 310730720200001, vinculada ao Processo nº 71000.035717/2020-72, conforme os apontamentos apresentados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, por meio do **Ofício nº 66/2026/SNAS/DEFNAS/CGPC/CAPC-GND4**, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, fica designada a respectiva Comissão, composta pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CPF
ANE FROIS DINIZ SILVA	PRESIDENTE	20418	076.***.***-**
LEANDRA PIMENTA OLIVEIRA	SECRETÁRIA	22257	044.***.***-**
MATHEUS JEFTHE DIAS SANTOS	MEMBRO	20452	149.***.***-**

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, possui as seguintes atribuições, sem prejuízo das competências e disposições previstas na Lei Municipal nº 3.266/2007:

I - Instauração de Sindicância e/ou Processo Administrativo específico;

II - Averiguação dos fatos que culminaram na instauração do processo administrativo;

III - Instrução do feito, com produção dos meios de prova pertinentes;

IV - A tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos;

V - Elaboração de Relatório Final;

VI - Remessa dos autos à autoridade competente, para decisão ou adoção de diligências que repute necessárias.

Parágrafo Único - O (s) servidor (es), autoridade (s), órgão (s) ou setor (es) do município, a quem forem solicitadas informações e/ou documentos hábeis ao esclarecimento dos fatos, que não atenderem à solicitação formal, deixar de prestá-las/fornecê-los no prazo fixado ou prestá-las/fornecê-las de forma insuficiente, ficam sujeitos às sanções legais cabíveis.

Art. 4º - A Comissão nomeada nos termos do art. 2º terá o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência a autoridade competente dos seus termos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 173 da Lei Municipal de nº 3.266, de 03 de setembro de 2007, devendo ser concedida ampla defesa e contraditório, em estrita observância ao disposto no art. 174 do retromencionado diploma legal.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva-MG, 31 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva – MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:0909F582

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 PROCESSO LICITATORIO 192/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026

A Prefeitura Municipal de Borda da Mata informa que fará realizar licitação na modalidade CREDENCIAMENTO, cujo o objeto do presente credenciamento é a ***"Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de pedreiro, servente de pedreiro, pintor, carpinteiro, capina, roçada e varrição, serviços de jardinagem, serviços de calceteiro, serviços assentamento de meio-fio, serviços de construção de sarjeta, serviços de retirada e reassentamento de pavimento, serviços de serralheria e serviços manutenção preventiva e corretiva predial de sistemas elétricos e eletrônicos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos".*** **O credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo, iniciando-se em 08/09/2026, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Borda da Mata – MG, na Praça Antônio Megale, nº 86 – Bairro Centro** ou por e-mail: licitacao@bordadamata.mg.gov.br e/ou marco-licitacao@bordadamata.mg.gov.br. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br. Informações (35) 3445-4900.

Borda da Mata/MG, 31 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:50087C3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 181/2026

O Município de Borda da Mata, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.912.023/0001-75, com sede na Praça Antônio Megale, nº 86, Centro, torna público o cancelamento, exclusivamente, dos itens 35 e 45 do Processo Licitatório nº 181/2026 – Pregão Eletrônico nº 029/2026, nos termos do art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão dos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, conforme consignado no Ofício LIC.CFIILCIP.SURICATO.TCEMG nº 397/2026. Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e materiais de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus respectivos anexos. Justificativa: Necessidade de adequações no Termo de Referência, em atendimento aos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG. O cancelamento ora promovido restringe-se exclusivamente aos itens 35 e 45, permanecendo inalteradas as demais disposições e os demais itens integrantes do certame.

Borda da Mata, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe De Gabinete.

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:810D2E68

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 194/2026 – DISPENSA 066/2026

OBJETO: "*Contratação de empresa especializada para revisão de 40.000 Km do veículo nº 189 - modelo Marruá AM200MO da marca Agrale, placa: TDG 9D48".* **CONTRATADA:** MOTORBUS VEICULOS LTDA , CNPJ nº 14.295.407/0001-06. **VALOR:** R$ 3.436,61 (três mil quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos). **DESPACHO:** Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por dispensa, com fundamento no Art. 75, inciso "IV", alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/21 e **RATIFICO** o presente processo de dispensa.

Borda da Mata – MG, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:ADA16592

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 164/2026 INEXIGIBILIDADE 033/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – Inexigibilidade nº 033/2026 Processo Licitatório nº 164/2026 Objeto: **CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO NEGRITUDE JÚNIOR, REPRESENTADO PELA EMPRESA RONEIA FORTE CORRÊA ME, INSCRITA NO CNPJ Nº21.539.815/0001-13, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026, EM BRAZÓPOLIS/MG, DURANTE A 9ª EDIÇÃO DO FESTIVAL ROMEU E JULIETA, EM COMEMORAÇÃO AOS 125 ANOS DE MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS.** – Contratado: **RONEIA FORTE CORRÊA,** inscrita no CNPJ 21.539.815/0001-13, estabelecida à Estrada do Capuava, nº 2333, Condomínio Quebec Ville, Casa 92, Bairro Paisagem Renoir, na cidade de Cotia, estado de São Paulo, CEP 06.715-410, neste ato representada pela Sr.ª. Roneia Forte Correa, inscrita no CPF/MF sob o nº. 159.015.858-01, no valor estimado de **R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil),** para apresentação musical (show) de no mínimo 90 (noventa) minutos de duração, a ser realizado no dia 13 de setembro de 2026, na Praça da Matriz, Brazópolis/MG, no horário a combinar; no 9º Festival Romeu e Julieta, estando incluso no valor, além do tempo de duração, o fornecimento de todos os equipamentos e instrumentos necessários para a apresentação; obtenção todas as licenças e autorizações pertinentes; responsabilidade por toda a logística, incluindo deslocamento, alimentação e encargos trabalhistas de toda a equipe.

Brazópolis, 31/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:64634053

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 164/2026 INEXIGIBILIDADE 033/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2026 – Inexigibilidade nº 033/2026 Processo Licitatório nº 164/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO NEGRITUDE JÚNIOR, REPRESENTADO PELA EMPRESA RONEIA FORTE CORRÊA ME, INSCRITA NO CNPJ Nº21.539.815/0001-13, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026, EM BRAZÓPOLIS/MG, DURANTE A 9ª EDIÇÃO DO FESTIVAL ROMEU E JULIETA, EM COMEMORAÇÃO AOS 125 ANOS DE MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS. – Contratado: RONEIA FORTE CORRÊA,** inscrita no CNPJ 21.539.815/0001-13, estabelecida à Estrada do Capuava, nº 2333, Condomínio Quebec Ville, Casa 92, Bairro Paisagem Renoir, na cidade de Cotia, estado de São Paulo, CEP 06.715-410, neste ato representada pela Sr.ª. Roneia Forte Correa, inscrita no CPF/MF sob o nº. 159.015.858-01, no valor estimado de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil), para apresentação musical (show) de no mínimo 90 (noventa) minutos de duração, a ser realizado no dia 13 de setembro de 2026, na Praça da Matriz, Brazópolis/MG, no horário a combinar; no 9º Festival Romeu e Julieta, estando incluso no valor, além do tempo de duração, o fornecimento de todos os equipamentos e instrumentos necessários para a apresentação; obtenção todas as licenças e autorizações pertinentes; responsabilidade por toda a logística, incluindo deslocamento, alimentação e encargos trabalhistas de toda a equipe. – Vigência: 31/08/2026 A 30/10/2026 – Assinado em 31/08/2026.

Brazópolis, 31/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR –
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:33B09877

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 165/2026 INEXIGIBILIDADE 034/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – Inexigibilidade nº 034/2026 Processo Licitatório nº 165/2026 Objeto: **CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA PURA RESENHA, REPRESENTADA PELA EMPRESA IGOR BATISTA CAMARGO 118000388608, INSCRITA NO CNPJ: 46.942.141/0001-24, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026, EM BRAZÓPOLIS/MG, DURANTE A 9ª EDIÇÃO DO FESTIVAL ROMEU JULIETA, EM COMEMORAÇÃO AOS 125 ANOS DO MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS.** – Contratado: **IGOR BATISTA CAMARGO 11800388608,** inscrita no CNPJ 46.942.141/0001-24, estabelecida à Rua Major Jose Feliciano, nº 145, Bairro Centro, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, CEP 37.540-000, neste ato representada pelo Sr. Igor Batista Camargo, inscrita no CPF/MF sob o nº. 118.003.886-08, no valor estimado de **R$ 10.000,00 (dez mil)**, para apresentação musical (show) de no mínimo 2 horas (duas horas) de duração, a ser realizado no dia 13 de setembro de 2026, na Praça da Matriz, Brazópolis/MG, no a combinar; no 9º Festival Romeu e Julieta, estando incluso no valor, além do tempo de duração, o fornecimento de todos os equipamentos e instrumentos necessários para a apresentação; obtenção todas as licenças e autorizações pertinentes; responsabilidade por toda a logística, incluindo deslocamento, alimentação e encargos trabalhistas de toda a equipe.

Brazópolis, 31/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:27818CBC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 165/2026 INEXIGIBILIDADE 034/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2026 – Inexigibilidade nº 034/2026 Processo Licitatório nº 165/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA PURA RESENHA, REPRESENTADA PELA EMPRESA IGOR BATISTA CAMARGO 118000388608, INSCRITA NO CNPJ: 46.942.141/0001-24, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026, EM BRAZÓPOLIS/MG, DURANTE A 9ª EDIÇÃO DO FESTIVAL ROMEU JULIETA, EM COMEMORAÇÃO AOS 125 ANOS DO MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS.** – Contratado: **IGOR BATISTA CAMARGO 11800388608,** inscrita no CNPJ 46.942.141/0001-24, estabelecida à Rua Major Jose Feliciano, nº 145, Bairro Centro, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, CEP 37.540-000, neste ato representada pelo Sr. Igor Batista Camargo, inscrita no CPF/MF sob o nº. 118.003.886-08, no valor estimado de **R$ 10.000,00 (dez mil)**, para apresentação musical (show) de no mínimo 2 horas (duas horas) de duração, a ser realizado no dia 13 de setembro de 2026, na Praça da Matriz, Brazópolis/MG, no a combinar; no 9º Festival Romeu e Julieta, estando incluso no valor, além do tempo de duração, o fornecimento de todos os equipamentos e instrumentos necessários para a apresentação; obtenção todas as licenças e autorizações pertinentes; responsabilidade por toda a logística, incluindo deslocamento, alimentação e encargos trabalhistas de toda a equipe. – Vigência: 31/08/2026 A 30/10/2026 – Assinado em 31/08/2026.

Brazópolis, 31/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR –
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:52D4E6C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EDITAL DE LICITAÇÃO - RETIFICADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2026 CONCORRENCIA Nº 006/2026

PREFEITURA MUNICÍPAL DE BRAZÓPOLIS/MG – Edital retificado – Mudança de data de abertura - Processo nº 153/2026 – Concorrência nº 006/2026 - objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E PINTURA DE QUADRA ESCOLAR, LOCALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL "ALTINO PEREIRA ROSA", DISTRITO DE LUMINOSA, NO MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS-MG, ATRAVÉS DO SALDO DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº1261002366/2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BASE, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ANEXOS AO EDITAL. Critério de julgamento: Menor Preço Global. Modo de disputa: Aberto. Abertura: 25/09/2026 às 09:00h, através do sistema Portal COMPRASBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição na página do Município www.brazopolis.mg.gov.br e https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Dúvidas pelo e-mail: licitacao@brazopolis.mg.gov.br. Tel. (35) 3641-1373 / 98421-9093.

Brazópolis, 31/08/2026.

JULIANA ALVES DE FREITAS –
Divisão de Licitação

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:F2F9966B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 160/2026 DISPENSA 053/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO** – Dispensa nº 160/2026 Processo Licitatório nº 053/2026 Objeto: **CONTRATAÇÃO REFERENTE A AQUISIÇÃO DO SUPLEMENTO ALIMENTAR "FRESUBIN ENERGY 1.5 KCLA/ML", EM ATENDIMENTO AO PACIENTE S.G.S., CONFORME DECISÃO JUDICIAL – PROCESSO Nº 5000784-39.2024.8.13.0089** – Contratado: **HUMANA ALIMENTAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ: 02.786.436/0001-83, estabelecida a Rua Joaquim Marques de Figueiredo, nº 8-105, Galpão F-40 – Parque Logístico Bauru, Distrito Industrial Domingos Biancardi, CEP: 17.034-290, Bauru/SP, neste ato representada pela senhora Ana Flávia Maion, portadora do CPF nº 425.009.848-69 e da cédula de identidade nº 43.899.386-x SSP/SP, onde, por meio de procuração, representa a senhora Rosângela Maria Barone, portador do CPF nº 067.822.368-85 e da cédula de identidade nº 12.632.940-0 SSP/SP.

Brazópolis, 31/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JÚNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o **EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2026** – Dispensa nº 160/2026 Processo Licitatório nº 053/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO REFERENTE A AQUISIÇÃO DO SUPLEMENTO ALIMENTAR "FRESUBIN ENERGY 1.5 KCLA/ML", EM ATENDIMENTO AO PACIENTE S.G.S., CONFORME DECISÃO JUDICIAL – PROCESSO Nº 5000784-39.2024.8.13.0089** – Contratado: **HUMANA ALIMENTAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ: 02.786.436/0001-83, estabelecida a Rua Joaquim Marques de Figueiredo, nº 8-105, Galpão F-40 – Parque Logístico Bauru, Distrito Industrial Domingos Biancardi, CEP: 17.034-290, Bauru/SP, neste ato representada pela senhora Ana Flávia Maion, portadora do CPF nº 425.009.848-69 e da cédula de identidade nº

43.899.386-x SSP/SP, onde, por meio de procuração, representa a senhora Rosângela Maria Barone, portador do CPF nº 067.822.368-85 e da cédula de identidade nº 12.632.940-0 SSP/SP. O valor estimado global será de R$13.779,30 (Treze Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Trinta Centavos), referente a 230 litros, sendo o valor de R$59,91 (Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Um Centavo) o litro – Vigência: 27/08/2026 a 26/02/2027 – Assinado em 27/08/2026.

Brazópolis, 27/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JÚNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:C01BC81E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 35/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE RESIDÊNCIA INCLUSIVA.

Informação complementar:CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE RESIDÊNCIA INCLUSIVA, DESNTINADO A JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 18 (DEZOITO) ANOS COMPLETOS E INFERIOR A 60 (SESSENTA) ANOS, DE AMBOS OS SEXOS, COM VINCULOS FAMILIARES ROMPIDOS OU FRAGILIZADOS, SEM CONDIÇÕES DE AUTOSSUSTENTO OU RETAGUARDA FAMILIAR, EM SINTONIA COM A TIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRAR$ 66.000,00

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:6024C3B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026 (CREDENCIAMENTO) - PROCESSO Nº 198/2026 - CREDENCIAMENTO para contratação especializada na prestação de serviços de pediatria, com o propósito de atender às necessidades de assistência médica às crianças e adolescentes no âmbito do município.
Observação: O presente credenciamento permanecerá aberto para o recebimento da documentação dos interessados pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir de 01 de setembro de 2026, encerrando-se em 22 de setembro de 2026.

A empresa interessada em aderir ao **CREDENCIAMENTO** de que trata o presente Edital deverá apresentar à **Comissão de Contratação,** em envelope fechado ou por meio do e-mail **pmc.licitacao@yahoo.com.br**, a documentação de habilitação exigida neste Edital, para análise e apreciação pelos membros da Comissão.

DANNYLO COSTA LUCAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Luís César Nunes Bastos
Código Identificador:EFF0E48B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 116/2026 – PREGÃO: 054/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 116/2026, Pregão Eletrônico nº 054/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de saibro, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 15/09/2026 às 13h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286,

Caparaó/MG, 31 de agosto de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:A58EDB66

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 125/2026 – PREGÃO: 057/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 125/2026, Pregão Eletrônico nº 057/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos da Tabela REMUME, conforme especificações, constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 16/09/2026 às 13h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286,

Caparaó/MG, 31 de agosto de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:A53254BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 034/2026 - REPUBLICAÇÃO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

R E P U B L I C A Ç Ã O

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 034/2026

A Prefeitura Municipal de Chiador – MG, está **REPUBLICANDO** o processo acima descrito, tipo menor preço global, nos termos do **Art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/21**, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO**

TEATRAL INFANTIL, COM CARACTERIZAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTERAÇÃO DE PERSONAGENS TEMÁTICOS DO UNIVERSO INFANTIL, INCLUINDO PERSONAGENS TOY STORY (WOODY, BUZZ LIGHTYEAR E JESSIE) E PRINCESAS (ARIEL E BRANCA DE NEVE), PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE COMEMORATIVA ALUSIVA AO DIA DAS CRIANÇAS. *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 08/09/2026 às 14:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 14:01 hs do dia 08/09/2026.* Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. Em 31/08/2026.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:9E1414F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 095/2026 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 095/2026
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo acima referenciado, tipo menor preço global, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS NO DISTRITO DE PARADA BRAGA – CHIADOR/MG.** *O Credenciamento, Recebimento e julgamento das Propostas e Documentos de Habilitação, ocorrerão no dia 17/09/2026 às 09:00 hs*, na Sede da Prefeitura Municipal de Chiador – MG. Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. **Em 31/08/2026**.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:84608F05

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
DECLARAÇÃO UTILIDADE PUBLICA

DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
Declara de utilidade pública, nos termos do disposto no inciso VII do art. 37º na Seção IX do Decreto nº 47.749 de 11/11/2019, as obras de construção do calçamento, situado na Rua José Lopes, no município de Coimbra.

Prefeitura Municipal de Coimbra - MG.

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:FD3AD7D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2025 DO IPMC

A Prefeitura de Coimbra torna público o extrato do Primeiro Termo Aditivo do contrato prestação de serviço nº 001/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025, celebrado entre o Instituto Previdenciário do Município de Coimbra – IPMC, CNPJ Nº 00.821.869/0001-05 e a empresa ALIANÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, CNPJ: 10.773.805/0001-21, no valor total de R$: 27.600,00 (Vinte e Sete Mil e Seiscentos Reais), em 12(doze) parcelas iguais e sucessivas de R$: 2.300,00(Dois Mil e Trezentos Reais) mensais, cujo objeto é a contratação de empresa especializa em realização de assessoria e consultoria atuarial e previdenciária.
VIGENCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.
Dotação: 3.3.90.39.00.3.01.00.04.122.0002.2.0089 – Fonte 1.802.000 – Descrição: Recursos Vinculados ao RPPS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado por:
Vania Cristina Ladeira Stampine
Código Identificador:BD424204

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG – Termo de Extinção Consensual da Ata de Registro de Preço nº 11/2025, Processo Administrativo nº09/2025 e Pregão Presencial nº 04/2025, Contratante- Município Conceição das Pedras e a empresa LINIKKER RANGEL SILVA FERREIRA 13439813606, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.975.091/0001-93. Objetivo- Registro de preços para eventual para fornecimento refeições prontas para atender a Prefeitura Municipal de Conceição das Pedras/MG.

Conceição das Pedras, 27 de agosto de 2026.

BENEDITO CARLOS PEREIRA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:A07EB0F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

CONTROLADORIA INTERNA
LEI Nº 1667 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 1667 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a denominação do campo municipal localizado no Bairro Serrinha São Benedito e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS**, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominado "Campo Municipal João Caetano dos Santos" o campo de futebol localizado no Bairro Serrinha São Benedito, neste Município.
Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a confecção e instalação das placas indicativas com a denominação estabelecida nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Córrego do Bom Jesus, 28 de agosto de 2026.

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Pereira Finamor
Código Identificador:9DAE92FA

CONTROLADORIA INTERNA
LEI Nº 1668 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 1668 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a denominação de via pública no Município de Córrego do Bom Jesus e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS**, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Estrada Municipal Nestor Saluchi" a via pública que dá acesso ao Bairro Serrinha São Benedito, iniciando-se no ponto final da Rua Justiniano Quintino da Fonseca até o antigo grupo escolar do referido bairro.
Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a confecção e instalação das placas indicativas com a denominação estabelecida nesta Lei.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Córrego do Bom Jesus, 28 de agosto de 2026.

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Pereira Finamor
Código Identificador:7B890EC3

CONTROLADORIA INTERNA
LEI Nº 1669 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 1669 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

"Denomina "Centro Comunitário Viver Bem: José Izidoro da Rosa" o prédio público localizado no Bairro Serrinha São Benedito e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS**, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "Centro Comunitário Viver Bem JOSÉ IZIDORO DA ROSA" o prédio do antigo grupo escolar localizado no Bairro Serrinha São Benedito, atualmente utilizado para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a confecção e instalação das placas indicativas com a denominação estabelecida nesta Lei.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Córrego do Bom Jesus, 28 de agosto de 2026.

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Pereira Finamor
Código Identificador:63B9F8BB

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, através de seu pregoeiro, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 136/2026 – Pregão Presencial nº 065/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS MANUAIS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Entrega e abertura dos envelopes no dia 16/09/2026 às 09h00min. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura na Rua Doze de Dezembro, 347, Tel: (35) 3432-1122, Site: www.corregodobomjesus.mg.gov.br ou pelo E-mail: compras@corregodobomjesus.mg.gov.br.

Córrego do Bom Jesus, 31 de agosto de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:7AFC854C

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, através de seu pregoeiro, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 137/2026 – Pregão Presencial nº 066/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Entrega e abertura dos envelopes no dia 22/09/2026 às 13h30min. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura na Rua Doze de Dezembro, 347, Tel: (35) 3432-1122, Site: www.corregodobomjesus.mg.gov.br ou pelo E-mail: compras@corregodobomjesus.mg.gov.br.

Córrego do Bom Jesus, 31 de agosto de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:0D4F2A05

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, decide **REVOGAR** o Processo Licitatório nº 129/2026 – Pregão Presencial nº 058/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS, ADITIVOS, GRAXAS, PRODUTOS PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA AUTOMOTIVA E DEMAIS PRODUTOS AFINS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,

Córrego do Bom Jesus, 31 de Agosto de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:D708EE5D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLANDIA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS. EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO. Extrato de aditivo de prazo n° 02 do contrato N° 106/2025. PROCESSO N° 109/2025. Modalidade: ADESÃO nº 010/2025. Contratante: Município de Divinolândia de Minas. Contratada: TRANSJOELMA TRANSPORTE E LOCACAO. Objeto da Licitação: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2025, MUNICÍPIO DE PAULISTAS/MG, VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS EM ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNÍCIPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS/MG**. Vigência: 27/08/2026 a 27/08/2027.

Divinolândia de Minas – MG, 31 de agosto de 2026.

***GEUBER DE PINHO CAMPOS* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:E868BD07

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 00081/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO-MG. Extrato do Contrato nº 00081/2026. Partes: Município de Espírito Santo do Dourado (MG) X Delta Produtos e Serviços Ltda., CNPJ nº 11.676.271/0001-88. Objeto: Adesão à ata de registro de preços n° 57/2025, oriunda do pregão eletrônico n° 25/2025 realizado pelo CIMINAS – Consórcio Interfederativo Minas Gerais objetivando a aquisição de moveis escolares, em atendimento às necessidades do CEIM Benedita Cândida de Melo, do Município de Espírito Santo do Dourado/MG. Vigência: 28/08/2026 à 28/08/2027. Processo Administrativo municipal nº 00151/2026. Adesão nº 00008/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 025/2025, realizado pelo CIMINAS. Valor: R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Dotação Orçamentária: 02.05.05-4490.52.00-12.365.0012-2.087 – Manutenção do Ensino Infantil – Recursos FUNDEB, reduzido 215.

Espírito Santo do Dourado/MG, 31 de agosto de 2026.

***HÉRICA ALVARENGA* –**
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wualley Yuri Ribeiro Serapião
Código Identificador:6CEBD409

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Eugenópolis
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026
TIPO: Menor Preço por Item
APLICAÇÃO LC 123/2006: Exclusivo para ME, EPP e MEI.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ferramentas manuais, elétricas e EPIs, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Atividades Urbanas e Estradas, conforme edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 340.298,00 (trezentos e quarenta mil, duzentos e noventa e oito reais).
DATA DA SESSÃO: 17/09/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: 09:00 H (Horário de Brasília)

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS:
O Aviso de Licitação e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Eugenópolis, no endereço https://eugenopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas pessoalmente junto ao departamento de licitação do Município, sito à Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Bairro Centro ou através do e-mail **licitacao@eugenopolis.mg.gov.br** ou pelo telefone (32)3724-1133, em dias úteis, em horário de expediente, das 08:00 h às 16:00h.

Eugenópolis, 21 de agosto de 2026.

GILVANE AMAIA ALVES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:3135068B

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Eugenópolis
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 060//2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 025/2026
TIPO: Menor Preço por Item
APLICAÇÃO LC 123/2006: Exclusiva ME, EPP e MEI
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, em atendimento as Secretarias Municipais de Eugenópolis, conforme Edital e seus Anexos.
VALOR ESTIMADO: R$ 208.954,00 (Duzentos e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais).
DATA DA SESSÃO: 18/09/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: 09:00 H (Horário de Brasília)

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS:
O Aviso de Licitação e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Eugenópolis, no endereço https://eugenopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas pessoalmente junto ao departamento de licitação do Município, sito à Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Bairro Centro ou através do e-mail **licitacao@eugenopolis.mg.gov.br** ou pelo telefone (32)3724-1133, em dias úteis, em horário de expediente, das 08:00 h às 16:00h.

Eugenópolis, 25 de agosto de 2026.

GILVANE AMAIA ALVES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:D6CFEAD7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 041/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 007/2026

OBJETO: **Eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis/MG
REPRESENTANTE: Nilton do Santos Coimbra, CPF 997.***.***-68

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026
FORNECEDOR: PROFI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 52.139.016/0001-83
REPRESENTANTE LEGAL: Nayra Rodrigues Soares Ferraz
VALOR: R$133.800,00 (cento e trinta e três mil, oitocentos reais).
VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 28/06/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026
FORNECEDOR: JM COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA
CNPJ: 63.500.562/0001-14
REPRESENTANTE LEGAL: Nazira Carlos de Oliveira
VALOR: R$847.787,60 (oitocentos e quarenta e sete reais, setecentos e oitenta e sete reais, sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 28/06/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026
FORNECEDOR: M & E SUPERMERCADO LTDA
CNPJ: 18.258.894/0001-80
REPRESENTANTE LEGAL: Emilye Anízia de Oliveira Alves
VALOR: R$984.672,20 (Novecentos e oitenta e quatro reais, seiscentos e setenta e dois reais, vinte centavos).
VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 28/06/2027

Franciscópolis, 28 de agosto de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:F4377569

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 040/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 061/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMAMS.**

EMPRESA CONTRATADA: **RIO DOCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 13.426.763/0001-40

OBJETO: **Aquisição de 01 (um) veículo utilitário tipo pick-up cabine dupla com os recursos do Termo de Compromisso de Transferência Especial Nº INSTRUMENTO: 1491002253/2026, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, com a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços n.º 040/2025 gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMAMS.**

ITEM: VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO CAMINHONETE "PICK-UP" CABINE DUPLA ZERO KM, 2025, mínimo cabine dupla com capacidade de transporte para 05(cinco) pessoas; 04 portas laterais; motor à diesel ou flex (gasolina e álcool), com potência mínima de 100 cv; transmissão manual de seis velocidades; com sistema de tração dianteira; direção hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica original de fábrica; ar-condicionado. Acessórios: rádio am/fm, usb/mp3, bluetooth; ferramentas e acessórios obrigatórios exigidos pelo contran. Preferencialmente sólida (ex: branco, prata ou cinza). Primeiro emplacamento.

QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA**:** 01 (uma) unidade

VALOR TOTAL R$120.500,00 (cento e vinte mil, quinhentos reais)

DATA DA ADESÃO: 31 de agosto de 2026

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:B860134B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES

SETOR DE LICITAÇÃO E CONVÊNIOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO

O Município de Gonçalves/MG, com sede na Rua Cap. Antônio Carlos, 196, Centro, Gonçalves/MG torna público, para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL** da Concorrência Eletrônica nº 06/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CALÇAMENTO DA PRAÇA MONSENHOR DUTRA E RUA CEL. PROCÓPIO RIBEIRO, NO MUNICÍPIO DE GONÇALVES/MG, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Em razão das alterações promovidas no Edital, fica **reaberto o prazo para apresentação das propostas**, passando a sessão pública a ocorrer na seguinte data e horário: **23/09/2026 às 08h:00min**. Edital completo disponível em: www.goncalves.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br e https://pncp.gov.br/app/editais. Informações: licitacaogoncalves@gmail.com.

Gonçalves, 31 de agosto de 2026.

***A) LILIAN CRISTINA NEVES DE OLIVEIRA* –**
Setor de Licitações.

Publicado por:
Michel Rosa Gomes Vieira
Código Identificador:36CB4858

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
EXTRATO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

EXTRATO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
Processo nº 134/2026. Objeto: Licitação compartilhada junto aos municípios consorciados ao CIMOG, para contratação de serviços de medicina e segurança do trabalho e outros relacionados à gestão da saúde e segurança ocupacional, conf. Art. 181 da Lei 14.133/21 e Lei Federal de Consórcios Públicos nº 11.107/21. Empresa Contratada: Vanice Hammad Clínica Médica Ltda. Valor da Contratação: R$ 27.254,10 (vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

Processo nº 135/2026. Objeto: Licitação compartilhada junto aos municípios consorciados ao CIMOG, para contratação de serviços de medicina e segurança do trabalho e outros relacionados à gestão da saúde e segurança ocupacional, conf. Art. 181 da Lei 14.133/21 e Lei Federal de Consórcios Públicos nº 11.107/21. Empresa Contratada:

Flora Insights – Plataforma de Saúde e Bem Estar Ocupacional Ltda. Valor da Contratação: R$ 3.000,00 (três mil reais).

31/08/2026 -

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:E23F420C

PREFEITURA
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 N°02/2026 E N°03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA –EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
PREMIAÇÃO DE TRAJETÓRIAS - PNAB
Objeto: premiação de trajetórias de agentes culturais da Folia de Reis e da Música com relevante contribuição cultural em Guaranésia/MG.
Público e vagas: pessoas físicas residentes no Município, com atuação mínima de 10 anos; 06 premiações, sendo 03 para Folia de Reis e 03 para Música.
Valor: R$ 2.000,00 por premiado, total de R$ 12.000,00, à conta da dotação 513/70/001/13/392/0471/2.115/3.3.50.41.00.00.00.00, fonte 1.719.000.0000.0000.
Inscrições: de 01/09/2026, às 00h00, a 25/09/2026, às 17h00, exclusivamente em https://prosas.com.br/editais/18929.
Fundamentação e acesso: Leis nº 14.399/2022 e nº 14.903/2024, Decretos nº 11.740/2023 e nº 11.453/2023 e IN MinC nº 10/2023; inteiro teor no site oficial da Prefeitura e na plataforma de inscrições.

Guaranésia/MG, 1º de setembro de 2026.

NAIM DE MACIEL JUSTINO,
Secretário(a) Municipal de Cultura e Turismo.

MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - APOIO DIRETO A PROJETOS - PNAB
Objeto: seleção de projetos culturais para apoio financeiro às diversas manifestações culturais de Guaranésia/MG.
Público e vagas: agentes culturais com atuação municipal mínima de 02 anos, ou 05 anos para Folia de Reis; 17 projetos nas categorias do Anexo I.
Valor: R$ 130.000,00 no total, à conta da dotação 513/70/001/13/392/0471/2.115/3.3.50.41.00.00.00.00, fonte 1.719.000.0000.0000.
Inscrições: de 01/09/2026, às 00h00, a 25/09/2026, às 17h00, exclusivamente em https://prosas.com.br/editais/18930.
Fundamentação e acesso: Leis nº 14.399/2022 e nº 14.903/2024, Decretos nº 11.740/2023 e nº 11.453/2023 e IN MinC nº 10/2023; inteiro teor no site oficial da Prefeitura e na plataforma de inscrições.

Guaranésia/MG, 1º de setembro de 2026.

NAIM DE MACIEL JUSTINO,
Secretário(a) Municipal de Cultura e Turismo

MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
SUBSÍDIO PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS, AMBIENTES E INICIATIVAS ARTÍSTICO-CULTURAIS - PNAB
Objeto: seleção de espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais de Guaranésia/MG para subsídio de manutenção.
Público e vagas: pessoas jurídicas sem fins lucrativos, com funcionamento regular mínimo de 03 anos e cadastro cultural válido; 03 vagas.
Valor: R$ 10.000,00 por selecionado, em parcela única, total de R$ 30.000,00, à conta da dotação 513/70/001/13/392/0471/2.115/3.3.50.41.00.00.00.00, fonte 1.719.000.0000.0000.
Inscrições: de 01/09/2026, às 00h00, a 25/09/2026, às 17h00, exclusivamente em https://prosas.com.br/editais/18931.
Fundamentação e acesso: Leis nº 14.399/2022 e nº 14.903/2024, Decretos nº 11.740/2023 e nº 11.453/2023 e IN MinC nº 10/2023; inteiro teor no site oficial da Prefeitura e na plataforma de inscrições.

Guaranésia/MG, 1º de setembro de 2026.

NAIM DE MACIEL JUSTINO,
Secretário(a) Municipal de Cultura e Turismo.31/08/2026 -

JOÃO CARLOS MINCHILO –
Prefeito

Publicado por:
Claudineia do Carmo Rodrigues Melo
Código Identificador:864830D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
DECRETO Nº 373/2026

DECRETO Nº 373, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a utilização dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde para Transporte Sanitário Eletivo e Tratamento Fora do Domicílio – TFD e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Inimutaba, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando a necessidade de organizar e racionalizar a utilização dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando a necessidade de assegurar o atendimento dos usuários residentes ou domiciliados no Município, observados os critérios de agendamento, regulação e disponibilidade do serviço;
DECRETA:
CAPÍTULO I
Disposições Gerais
Art. 1º Este Decreto regulamenta a utilização dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde para o transporte de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, incluindo o Transporte Sanitário Eletivo e o Tratamento Fora do Domicílio – TFD.
Art. 2º O transporte sanitário municipal destina-se exclusivamente ao deslocamento de usuários para consultas, exames, tratamento, procedimentos e demais atendimentos de saúde previamente agendados e autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º O transporte será organizado pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma individual ou coletiva, conforme a necessidade do serviço, os atendimentos agendados, os roteiros estabelecidos, a disponibilidade da frota e o interesse público.

CAPÍTULO II
Dos Usuários

Art. 4º O Transporte Sanitário Municipal será destinado aos usuários residentes ou domiciliados no Município de Inimutaba, regularmente cadastrados na rede municipal de saúde e que atendam aos requisitos estabelecidos neste Decreto.
Art. 5º O usuário deverá comprovar, previamente, o agendamento do atendimento de saúde que justifique o deslocamento, mediante apresentação de documento emitido pelo estabelecimento ou profissional de saúde responsável, contendo, sempre que possível, a

identificação do usuário, a data, o horário e a natureza do atendimento.
§1º A comprovação prevista no *caput* constitui requisito para o agendamento do transporte, não sendo suficiente a mera informação verbal do usuário ou acompanhante acerca da existência de consulta, exame, tratamento ou procedimento.
§2º A Secretaria Municipal de Saúde poderá estabelecer os documentos e procedimentos necessários à comprovação do atendimento, observadas as características de cada situação.
Art.6º O usuário que, após a realização de consulta, exame, tratamento ou procedimento de saúde, receber alta e necessitar de transporte para retorno poderá utilizar o veículo municipal, desde que haja disponibilidade de vaga em veículo que esteja realizando o respectivo trajeto, mediante comprovação da alta.
§1º O disposto no *caput* aplica-se inclusive ao usuário que tenha se deslocado para o atendimento por meios próprios ou particulares.
§2º O transporte de retorno previsto neste artigo não implicará alteração do roteiro, horário ou destino previamente estabelecidos para o veículo.
§3º A possibilidade de inclusão do usuário será verificada pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando a disponibilidade de vagam a capacidade do veículo e a organização do transporte.

CAPÍTULO III
Do Agendamento e da Autorização

Art. 7º O transporte deverá ser previamente solicitado e autorizado pela Secretaria de Saúde, mediante comprovação do atendimento de saúde, ressalvada a hipótese de retorno prevista no art. 6º.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Saúde manterá controle dos usuários e dos deslocamentos realizados, podendo estabelecer formulário, sistema eletrônico ou outro meio de registro.
Art. 9º O transporte será realizado conforme os horários e roteiros definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único. O usuário ou acompanhante não poderá exigir alteração do roteiro, do horário ou do local de embarque ou desembarque previamente estabelecido, salvo por motivo diretamente relacionado ao atendimento de saúde e autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IV
Dos Acompanhantes

Art. 10 O transporte de acompanhante dependerá da necessidade do usuário e de autorização da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as normas aplicáveis ao atendimento e ao TFD.
Parágrafo único. O acompanhante deverá observar as mesmas regras estabelecidas neste Decreto para utilização do transporte.

CAPÍTULO V
Das Condutas Vedadas

Art. 11 É vedada a utilização dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde para:
I – deslocamentos destinados a atividades particulares do usuário ou acompanhante;
II – alterações do itinerário ou realização de paradas não previstas no roteiro estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;
III – transporte de pessoas não autorizadas previamente;
IV – qualquer outra finalidade estranha à assistência à saúde.
Art. 12 O usuário ou acompanhante que utilizar o transporte para finalidade diversa daquela autorizada poderá ter o transporte indeferido em solicitações futuras, sem prejuízo da adoção de outras medidas administrativas cabíveis.

CAPÍTULO VI
Da Organização e Responsabilidade

Art. 13 Compete à Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Secretaria de Transporte e Trânsito:
I – organizar os roteiros e horários do transporte;
II – autorizar previamente os usuários;
III – manter os registros dos atendimentos e deslocamentos realizados;
IV – estabelecer os procedimentos necessários ao controle e à fiscalização do serviço;
V – orientar os usuários e acompanhantes quanto às regras de utilização do transporte.
Art. 14 Compete aos motoristas cumprir os roteiros e orientações estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria de Transporte e Trânsito, sendo-lhe vedado alterar itinerários ou realizar paradas por solicitação pessoal dos usuários ou acompanhantes.
Art. 15 Nenhuma autoridade, agente público ou servidor poderá autorizar a utilização dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde em desacordo com os critérios estabelecidos neste Decreto.
Parágrafo único. As solicitações de transporte deverão observar os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, não sendo admitida autorização exclusivamente verbal para inclusão de usuário no transporte.

CAPÍTULO VII
Do Tratamento Fora do Domicílio - TFD

Art. 16 O Tratamento Fora do Domicílio – TFD observará a legislação federal e estadual aplicável, bem como as normas, critérios, procedimentos e fluxos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se à utilização da frota municipal no âmbito do TFD, sem prejuízo das regras específicas relativas à sua concessão, autorização, acompanhamento e custeio.

CAPÍTULO VIII
Disposições Finais

Art. 17 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria de Transporte e Trânsito, observada a legislação aplicável.
Art. 18 As Secretarias de Saúde e Transporte e Trânsito poderão expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto.
Art. 19 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Inimutaba, 31 de agosto de 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:37D937AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
PORTARIA Nº 72/2026

PORTARIA Nº 72, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia servidor para ocupar cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Inimutaba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, IX, art. 77, I e art. 101, II, *a*, da Lei Orgânica do Município;
Considerando o disposto nos incisos II e V do art. 37 da Constituição Federal, resolve:
Art. 1º. Nomear Cristiane Rodrigues Oliveira, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Ação Social, criado pela Lei Complementar nº 62, de 9 de setembro de 2025.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Inimutaba, 31 de agosto de 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:117A573F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito do Município de Jequitinhonha/MG, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 43, VI da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, **HOMOLOGA** em 31/08/2026 o Resultado do Processo Licitatório: N.º 053/2026, Modalidade Pregão Nº 021/2026 para o Aquisição de Mobiliário e Equipamentos Escolares para atender às necessidades da Escola Municipal Antônio de Lucena Peixoto (Convênio/Parceria SIGCON: 1261000231/2024), para a empresa 66.084.148 LUDMILA APARECIDA DE SOUZA – CNPJ: 66.084.148/0001-60, com valor global de R$ 1.213,64 (um mil duzentos e treze reais e sessenta e quatro centavos); GOMIDE SOLUTIONS LTDA – CNPJ: 58.988.976/0001-02, com valor global de R$ 3.443,44 (três mil quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos); PB COMERCIO E UTILIDADES – CNPJ: 46.845.026/0001-31, com valor global de R$ 4.389,00 (quatro mil trezentos e oitenta e nove reais); FJF COMERCIO E SERVIÇO LTDA – CNPJ: 57.032.406/0001-73 com valor global de R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais); VB COMERCIAL LTDA ME – CNPJ: 25.536.137/0001-96, com valor global de R$ 7.460,00 (sete mil quatrocentos e sessenta reais); DISTRIBUIDORA & COMERCIAL ARACUAI LTDA – CNPJ: 01.166.654/0001-52, com valor global de R$ 5.675,00 (cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais).

NILO BARBUDA SOUTO –
Prefeito de Jequitinhonha

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:F0AC1304

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ: 18.083.659/0001-14
DISTRIBUIDORA & COMERCIAL ARACUAI LTDA – CNPJ: 01.166.654/0001-52
Processo Licitatório n° 053/2026 – Pregão Eletrônico: nº 021/2026
Objeto: Aquisição de Mobiliário e Equipamentos Escolares para atender às necessidades da Escola Municipal Antônio de Lucena Peixoto (Convênio/Parceria SIGCON: 1261000231/2024).
Data da Homologação: 31/08/2026
Vigência do Contrato: nº 098/2026: 31/08/2026 a 31/08/2027.
Valor do Contrato: R$ 5.675,00 (cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais).

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:EBF5C509

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ: 18.083.659/0001-14
GOMIDE SOLUTIONS LTDA – CNPJ: 58.988.976/0001-02
Processo Licitatório n° 053/2026 – Pregão Eletrônico: nº 021/2026
Objeto: Aquisição de Mobiliário e Equipamentos Escolares para atender às necessidades da Escola Municipal Antônio de Lucena Peixoto (Convênio/Parceria SIGCON: 1261000231/2024).
Data da Homologação: 31/08/2026
Vigência do Contrato: nº 099/2026: 31/08/2026 a 31/08/2027.
Valor do Contrato: R$ 3.443,44 (três quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:2C4A9FC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ: 18.083.659/0001-14
FJF COMERCIO E SERVIÇO LTDA – CNPJ: 57.032.406/0001-73
Processo Licitatório n° 053/2026 – Pregão Eletrônico: nº 021/2026
Objeto: Aquisição de Mobiliário e Equipamentos Escolares para atender às necessidades da Escola Municipal Antônio de Lucena Peixoto (Convênio/Parceria SIGCON: 1261000231/2024).
Data da Homologação: 31/08/2026
Vigência do Contrato: nº 102/2026: 31/08/2026 a 31/08/2027.
Valor do Contrato: R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais).

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:1ED5C97D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PROCESSO LICITATÓRIO FLOWDOCS Nº 241/2026, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 113/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
Processo Licitatório flowdocs nº 241/2026, Dispensa eletrônica nº 113/2026. Objeto: Aquisição de 110 (cento e dez) camisetas de manga curta em malha, nos modelos masculino e feminino, em diversos tamanhos, personalizadas por sublimação, com artes, cores e logotipos definidos pela Administração, destinadas às ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, desenvolvido no Município de Leandro Ferreira/MG... Entrega das propostas até o dia 04/09/2026 às 07:59 horas, Plataforma – www.licitadigital.com.br, abertura da proposta 04/09/2026 as 08:00 horas. Mais informações pelo telefone 37-3277-1331. Edital na íntegra no site www.leandroferreira.mg.gov.br.

Leandro Ferreira, 31/08/2026.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Romario de Sousa Ricardo
Código Identificador:A839253D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE RP 19/2026.

Processo Licitatório n° 141/2026, Adesão a Ata de Registro de Preços nº 19/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Lima Duarte. Contratada: Eduque Comercio, Representação e Consultoria LTDA, CNPJ: 50.545.570/0001-35: R$ 151.590,00. Vigência: 12 meses. Objeto: Aquisição de Kit completo de Laboratório de Programa Educacional de Ensino em 3ª Dimensão, através da adesão a Ata de Registro de Preços n° 16/2025 oriunda do Processo Licitatório 54/2024 Pregão Eletrônico 50/2024 do Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha.

Publicado por:
Fernanda Carelli da Silva
Código Identificador:11066524

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2026
O Município de Luisburgo, Estado de Minas Gerais, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, tendo como objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições, cardápio do dia, na cidade de Manhuaçu/MG, a serem disponibilizadas aos servidores municipais em deslocamento, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades das Secretarias e Setores vinculados à Prefeitura Municipal de Luisburgo/MG.
Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 027/2026 e demais condições estabelecidas no edital.
Critério de julgamento: Menor preço por lote.
Modo de disputa: Aberto.
Participação exclusiva para MEI, ME e EPP: Sim.
Data da sessão pública: 15 de setembro de 2026.
Horário: 09h00min.
Local: Plataforma AMM Licita, disponível em https://ammlicita.org.br/.
Referência de horário: Horário de Brasília.
O edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e obtenção pelos interessados na plataforma eletrônica AMM Licita e demais meios oficiais de divulgação.

Luisburgo/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:C885F3C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA
COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 022/26, MODALIDADE CONCORRENCIA - Nº 02/26, TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS, DO DISTRITO JUNCO DE MINAS E DISTRITO JAGUARITIRA, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MALACACHETA-MG. CONFORME PROGRAMA FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – CONVÊNIO 1261004051/2026/SEE. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 17/09/26 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 35.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@malacacheta.mg.gov.br ou Site Portal da Transparência .

MALAC. 31/08/2026.

Publicado por:
Lucas de Azevedo Lopes
Código Identificador:60BF32B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2026 – LICITAÇÃO COMPARTILHADA, através de ARP Nº010/2026 DO PROCESSO Nº014/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2026-CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE MINAS GERAIS -COMGRANBEL.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ**, através do seu Departamento de Licitações, pela presente torna público acima identificada, cujo processo e a Adesão a ARP CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE MINAS GERAIS - COMGRANBEL, que será realizado em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE 01 APARELHO DE RAIO X MOVEL, ATRAVÉS DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA - ADESÃO A ARP Nº010/2026 DO PROCESSO Nº014/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2026-CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE MINAS GERAIS -COMGRANBEL, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DATA DE ADESÃO E VALOR
Data: 28/08/2026
Valor total de R$ 214.013,58 (duzentos e quatorze mil e treze reais e cinquenta e oito centavos)
O Edital na integra encontra-se no site oficial da Prefeitura – www.mariadafe.mg.gov.br

ADVº CARLOS ALBERTO LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:01078CD2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
HOMOLOGAÇÃO

Processo n° 115/2026

Pregão Eletrônico n° 038/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA INTERNA E EXTERNA COM CAPTAÇÃO DE ÁUDIO, BEM COMO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, CONFORME DFD, ETP E TR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Homologação

Homologo o Processo Licitatório nº115/2026, Pregão Eletrônico nº038/2026, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

J & M ESPIGARES GESTAO E SUPRIMENTOS LTDA - CNPJ: 66.057.130/0001-79
Valor Total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

PROJETAR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI - CNPJ: 15.385.294/0001-94
Valor Total de R$ 162.052,22 (cento e sessenta e dois mil, cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos)

TOPJET COMERCIO LTDA - CNPJ: 04.431.264/0001-50
Valor Total de R$ 19.205,72 (dezenove mil, duzentos e cinco reais e setenta e dois centavos)

MARIA DA FÉ, 27 de Agosto de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:F75928D7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
RATIFICAÇÃO

Processo n° 140/2026
Dispensa n° 051/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - PEAD, DESTINADOS A EXECUÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS DE DRENAGEM NECESSARIOS A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DAS ESTRADAS VICINAIS LOCALIZADAS DO DISTRITO PINTOS NEGREIROS E SERRA DO DISTRITO SÃO JOÃO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS E VIAS PUBLICAS, CONFORME DFD, ETP E TERMO DE REFERENCIA.
Ratificação
RATIFICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº140/2026 - DISPENSA Nº051/2026, PARA QUE PRODUZA OS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS.
INOVAGEO GEOSSINTETICOS LTDA - CNPJ: 44.173.316/0002-31
Valor Total de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais)

MARIA DA FÉ, 24 de Agosto de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:BAAA74BC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
RATIFICAÇÃO

Processo n° 131/2026
Dispensa n° 045/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR PE. JOSE CARLOS DE FARIA, NO DISTRITO DE PINTOS NEGREIROS, MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.
Ratificação
RATIFICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº131/2026 - DISPENSA Nº045/2026, PARA QUE PRODUZA OS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS.
ITAJUBA PURIFICADORES DE AGUA LTDA - ME - CNPJ: 12.690.910/0001-22
Valor Total de R$ 12.240,00 (doze mil e duzentos e quarenta reais)

MARIA DA FÉ, 25 de Agosto de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:7E4527DE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
RATIFICAÇÃO

Processo n° 137/2026
Dispensa n° 050/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM ESTABELECIMENTO HOTELEIRO, VISANDO ATENDER NECESSIDADES DE ACOMODAÇÃO DOS ARTISTAS E DE SUAS EQUIPES, POR OCASIÃO DA PARTICIPAÇÃO NO EVENTO 21º EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE MARIA DA FÉ/MG, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO NOS DIAS 23 A 27 DE SETEMBRO DE 2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ROOMING LISTS DE CADA ARTISTA E RESPECTIVAS EQUIPES TÉCNICAS, CONTANTES NO DOCUMENTO ANEXO.
Ratificação
RATIFICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº137/2026 - DISPENSA Nº50/2026, PARA QUE PRODUZA OS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS.
BRAMIG HOTEL LTDA - CNPJ: 19.040.377/0001-00
Valor Total de R$ 12.905,00 (doze mil e novecentos e cinco reais)

MARIA DA FÉ, 25 de Agosto de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:2C58E6A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
007/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS - Processo n°.093/2026, Pregão Eletrônico no.007/2026, do tipo Menor Preço por Item, Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de agregados naturais e britados, que será realizado no dia 11/09/2026 às 09:00 horas, no sistema eletrônico provido pela **BLL Compras.** O edital será disponibilizado no site da Prefeitura, BLL Compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Maripá de Minas, 27 de agosto de 2026.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:800F4A7F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 17/2026, REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 06/2025 - PROCESSO Nº 284/2025**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: CONSTRUTORA E LOCADORA MORADA LTDA – **CNPJ:**
12.080.302/0001-04

Objeto Contratual: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DAS RUAS 15, 30, NO BAIRRO ATALAIA E RUAS ANTÔNIO GONZAGA E JAIR CÂNDIDO NO BAIRRO JOÃO PAULO II, EM MATEUS LEME/MG

Objeto do termo aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo no valor de R$ 200.972,26 (Duzentos mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos), conforme quantidades descritas na planilha apresentada e solicitação do setor de Fiscalização de Contrato, bem como Justificativa Técnica e Nota Técnica em anexo nos autos.
O valor do contrato passará de R$ 809.023,84 (Oitocentos e Nove mil, Vinte e Três reais e Oitenta e Quatro centavos) para R$ 1.009.996,10 (Um milhão, Nove mil, Novecentos e noventa e seis reais e Dez centavos).

Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo Artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 31 de agosto de 2026

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:6FA59930

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 117/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N°14/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2024.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

CONTRATADA: Ativa Licitacoes Empreendimentos Comerciais LTDA sob nº 27.748.454/0001-00

Objeto Contratual: O objeto do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de papel A4., nas condições estabelecidas

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 117/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 18 de setembro de 2026 e término em 17 de setembro de 2027, bem como a aplicação de reajuste contratual, com fundamento na Cláusula Nona do contrato original, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no percentual de 4,44% (quatro, quarenta e quatro por cento), correspondente ao acumulado dos últimos 12 (doze) meses (08/2025 a 07/2026), em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias.
Em decorrência do reajuste previsto no item anterior, os valores dos itens contratados passam a vigorar conforme demonstrativo:
Item 1: Papel Oficio A4
Valor unitário: R$ 19,96
Valor unitário com reajuste: R$ 20,85

Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 31 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Vitoria Stefany de Oliveira
Código Identificador:F9F8193F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretario Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. Da Lei 14133/21, Processo n° 66/2026, Adesão a Ata de Registro de Preços n° 05/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epigrafe, nos seguintes termos:

Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 PROCESSO ADM 006/2025 – (ORGÃO GERENCIADOR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS INOVADORES – CIMI) PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MATEUS LEME/MG, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS, MATERIAIS DE REPOSIÇÃO, LUBRIFICANTES, QUANDO NECESSÁRIOS, E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSID

Fornecedor: RODAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 08.009.135/0001-20

Valor homologado: R$ 1.409.190,00 (um milhão, quatrocentos e nove mil, cento e noventa reais)

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00**, outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 – 2118-6481.

Assessoria de Licitações e Contratos

Mateus Leme, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:381E95E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Secretario Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. Da Lei 14133/21, Processo n° 66/2026, Adesão a Ata de Registro de Preços n° 05/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve RATIFICAR o procedimento em epigrafe, nos seguintes termos:

Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 PROCESSO ADM 006/2025 – (ORGÃO GERENCIADOR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS INOVADORES – CIMI) PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MATEUS LEME/MG, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS, MATERIAIS DE REPOSIÇÃO, LUBRIFICANTES, QUANDO NECESSÁRIOS, E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSID

Fornecedor: RODAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 08.009.135/0001-20

Valor homologado: R$ 1.409.190,00 (um milhão, quatrocentos e nove mil, cento e noventa reais)

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00**, outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 – 2118-6481.

Assessoria de Licitações e Contratos

Mateus Leme, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:C5FA0696

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
Pregão Eletrônico Nº 43/2026
Remarcação de Data – Pregão Eletrônico Nº 043/2026
O Município de Miraí/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que fica REMARCADA para o dia 16 de setembro, às 09:00 horas, a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 43/2026, objetivando a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE O VALOR DE MERCADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no município de Miraí/MG.
Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com.

Miraí, 31 de agosto de 2026 de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES–
Prefeito de Miraí;

MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA –
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:962D200C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
Pregão Eletrônico Nº 44/2026

A Prefeitura Municipal de Miraí – MG, torna público, que fará realizar no dia 16 de setembro de 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, objetivando a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS E DIETAS ENTERAIS , PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO MUNICIPIO DE MIRAÍ-MG** Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com.

Miraí, 31 de agosto de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES–
Prefeito de Miraí;

MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA –
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:D7CBEEDD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DO CONTRATO 060.2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e TUDO MAIS LTDA. Contrato nº 0060/2026; Objeto: ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MOEDA/MG À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2025, ORIUNDA DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 013/2025, PROMOVIDO PELO CIMPAR, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE KIT DE INFORMATIZAÇÃO ESCOLAR, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOEDA/MG; Licitação: Adesão a Registro de Preços 0003/2026 Valor Global: R$354.613,00, Vigência: 28/08/2026 Até: 31/12/2026.

Moeda/MG, Sexta-feira , 28 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Juliana Conceição Silva Borges
Código Identificador:3E11AD1C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026
Termo de Fomento nº 026/2026
Partícipes: Município de Nova Resende/MG e Associação Casa da Criança.
Objeto: Readequação do Plano de Trabalho, com alteração da execução financeira, permanecendo inalterados o objeto, as metas e o valor global pactuado.
Valor global: R$ 26.608,66.
Vigência: Inalterada, até 31 de dezembro de 2026.
Data da assinatura: 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Bruna de Farias
Código Identificador:583CAD7B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 76/2026 DISPENSA SEM FASE RECURSAL Nº. 16/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 76/2026
DISPENSA SEM FASE RECURSAL Nº. 16/2026
A(O) Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, CNPJ: 01.616.836/0001-88, representado pelo(a) Autoridade competente, Sr(a). Carlos José de Oliveira, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade dispensa sem fase recursal, Nº 16/2026, Processo Administrativo nº 76/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 75, II (Dispensa por valor - Bens e Serviços Comuns), para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 112005
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A PRÁTICA DE ATLETISMO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO EM EPÍGRAFE
Data de Publicação: 31/08/2026 13:49:15
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 04/09/2026 08:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto
Valor total do processo: R$ 14.034,02
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/112005

_____
Carlos José de Oliveira - Autoridade competente

Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, 31 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:5B6A907B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE SUSPENÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2026

O Município de Paraisópolis torna público a suspenção do Processo Licitatório N. º 172/2026 – Pregão Eletrônico N. º 035/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.paraisopolis.mg.gov.br, na aba Licitações. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para futura e eventual para prestação, sob demanda, de serviços de sonorização de pequeno, médio e grande porte, iluminação, sistema de monitoramento pessoal sem fio, técnico de som, técnico de luz e produtor de palco, incluindo transporte, montagem, operação, acompanhamento técnico e desmontagem, para atendimento dos eventos promovidos ou apoiados pelo Município de Paraisópolis/MG, consoante as condições estabelecidas no Edital e Anexo I – Termo de Referência. Nova data de recebimento de propostas será informada através dos meios oficiais. Formulação de consultas e obtenção do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455. –

MARLENE CARVALHO –
Diretora de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Agnaldo Costa Manso
Código Identificador:B9672884

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE SUSPENÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2026

O Município de Paraisópolis torna público a suspenção do Processo Licitatório N. º 174/2026 – Pregão Eletrônico N. º 036/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.paraisopolis.mg.gov.br, na aba Licitações. Objeto: Contratação de instituição financeira com tecnologia para arrecadação integrada ao PIX QR Code Dinâmico dos tributos e demais receitas municipais, com vinculação às guias de recebimento com código de barras, padrão FEBRABAN CNAB 750, com prestação de serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, e prestação de contas dos valores arrecadados com integração via API (Application Programming Interface) ou meio magnético (arquivo de retorno), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Anexo IV - Termo de Referência/Especificação do Objeto. Nova data de recebimento de propostas será informada através dos meios oficiais. Formulação de consultas e obtenção do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455. –

HANDERSON ALEX RIBEIRO –
Diretor de Administração.

Publicado por:
Agnaldo Costa Manso
Código Identificador:D6AEB372

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 347/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Administração, torna público o extrato do contrato n.º 347/2026, oriundo do Processo Licitatório n.º 181/2026 – Dispensa de Licitação n.º 055/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de placas de identificação veicular – PIV, no padrão Mercosul, destinadas aos veículos integrantes da frota da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, quantitativos e critérios estabelecidos no Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Contratado: AUTO PLACAS CAMBUÍ LTDA; CNPJ nº 11.375.477/0001-14; Valor: R$7.310,00 (sete mil e trezentos e dez reais). Data de assinatura: 31/08/2026, vigência de 31/08/2026 até 31/08/2027.

HANDERSON ALEX RIBEIRO –
Diretor de Administração.

Publicado por:
Agnaldo Costa Manso
Código Identificador:8588EA69

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 396, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Marlene Carvalho e Wanessa Francine Faria Donizetti, para atuarem, respectivamente, como Gestora e Fiscal da ARP Nº 343/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 133/2026 - Pregão Eletrônico 025/2026, firmado com a empresa **COMERCIAL MUNICK LTDA**, situada à Avenida Professor José Jeronymo de Souza Filho, nº 70, bairro Jardim Independência, no município de Taubaté/SP, CEP n.º 12.031-620, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.842.073/0001-21, que tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de Kits de Livros Literários, destinados aos alunos da Educação Infantil e Fundamental das escolas da Rede Municipal de Ensino de Paraisópolis/MG.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 31 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:E299746B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 398, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Elenilda Silva Ribeiro, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal das Atas de Registro de Preços a seguir especificadas, objeto do Processo Administrativo N.º 154/2026 - Pregão Eletrônico 033/2026, que tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para aquisição de Materiais Diversos (materiais de consumo, mobiliários, eletrodoméstico, vestuário, materiais educativos e materiais decorativos) para o Departamento Municipal de Saúde.

ATA Nº	FORNECEDOR
340	**GOMIDE SOLUTIONS LTDA** - Rua José Garcia Cunha, nº 45, bairro Moradas do Engenho, Formiga/MG, CEP n.º 35.576-476, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.988.976/0001-02
341	**LANÇA PRODUTOS - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** - Rua Cardeal de Fronte Roxa, 2026, Jardim Casa Grande II, Arapongas/PR, CEP 86.705-705, no CNPJ 44.258.379/0001-00
342	**NINE DIGITAL - CERTIFICAÇÃO DIGITAL E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA** - Rua Doutor Celestino, nº 874, Centro, Cruzeiro/SP, CEP n.º 12.701-430, CNPJ n.º 30.977.140/0001-85

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 31 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:46F21332

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 399, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Lara Silvério Soares, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal da Carta Contrato nº 020/2026, objeto do Processo Administrativo N.º 166/2026 - Dispensa 050/2026, firmado com a empresa LIG LIG Industria e Comercio de Impressos Ltda, CNPJ: **12.410.952/0001-62,** que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para aquisição de tatuagens personalizadas temporárias, destinada ao atendimento das demandas das campanhas de vacinação do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 31 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:2F912E06

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 400, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Cleuzeli de Fátima Oliveira Periles dos Santos, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato nº 339/2026, objeto do Processo Administrativo N.º 175/2026 - Inexigibilidade nº 019/2026, firmado com a empresa DENVX Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 35.332.338/0001-25, sediada na av.: Comendador Costa, n.º 459, loja 06, CEP: 37.470-000, centro, na cidade de São Lourenço/MG**,** que tem por objeto a contratação de empresa especializada em licenciamento de uso de aplicativo de celular para acompanhamento das atividades diárias dos Agentes de Combate a Endemias - ACE, em atendimento ao Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 31 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:88AE4D31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 401, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Handerson Alex Ribeiro e Paola Inácio de Lima, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal da Carta-Contrato nº 345/2026, objeto do Processo Administrativo N.º 180/2026 - Dispensa nº 054/2026, firmado com a empresa Tiago Rosa de Souza e Cia Ltda**,** CNPJ: 19.481.016/0001-91 que tem por objeto a aquisição de iscas formicidas granuladas e grampos metálicos para cercas, destinados ao atendimento das necessidades do Setor de Meio Ambiente e Agropecuária do Município de Paraisópolis/MG, visando à manutenção, instalação e reparo de cercamentos em áreas públicas, bem como ao controle de formigas cortadeiras e à proteção de áreas verdes, jardins, canteiros, áreas de recuperação ambiental e plantios de mudas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 31 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:47F7A5F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº 402, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Determina a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal c/c art. 241 da Lei Municipal n° 27/1950, e ***considerando*** a comunicação encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos ao Departamento de Administração, relatando sobre suposta conduta indevida praticada pela servidora L.D.S., registro nº *49*, ocupante do cargo de Faxineira;
que a conduta da servidora configura, em tese, o descumprimento de seus deveres, como previsto nos incisos I e II do art. 216, da Lei nº 27/1950 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, e ainda, nos termos do art. 277 da Lei nº 27/1950, que prevê, em caso de omissão, a aplicação subsidiária do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, os dispositivos previstos no art. 216, I, da Lei nº 869/1952;
que a conduta informada caracteriza, em tese, ilícitos administrativos de averiguação obrigatória e necessária;
que o Capítulo IV do Título III - Dos Deveres e da Ação Disciplinar da Lei nº 27/1950 estabelece que as faltas funcionais praticadas por empregado público serão averiguadas por Processo Administrativo Disciplinar;
RESOLVE,
Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo para apuração dos fatos acima narrados, imputados a servidora pública L.D.S., registro nº *49*.

Art. 2º Ficam designados os servidores efetivos **Vicente Tavares da Silveira Neto, Alessandra Cristina da Costa e Juliana Gabrielly da Silva Kis,** para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão do Processo Administrativo instaurado no artigo anterior, que deverá apresentar suas conclusões no prazo de 60 (sessenta) dias.
Parágrafo único: Fica designado o servidor público municipal Felipe Marcel Franco como suplente da Comissão do Processo Administrativo, substituindo automaticamente qualquer dos participantes, durante suas ausências ou impedimentos

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 31 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:914105AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 01/2026 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E A OBRAS SOCIAIS SÃO GERALDO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **EMILSON BARBOSA DE SOUZA** e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **LEANDRO MÁXIMO CAIXETA** e as **OBRAS SOCIAIS SÃO GERALDO**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 222.245.880/0001-08, com sede em Avenida dos Jacarandás, nº 3.375, bairro Morada Nova, Patrocínio/MG, representado por sua representante legal, **Gláucia Rodrigues da Silva Santos,** XXX, XXX, XXX, residente e domiciliada XXX, inscrita no CPF sob o nº XXX e portadora da Carteira de Identidade nº XXX, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento**, decorrente do **Edital de Seleção n° 02/2026 – FIA – FUNDO COMUM,** tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente **Termo de Fomento** é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da **OSC,** de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **aquisição de materiais para criar o Espaço Ludo como ambiente pedagógico permanente, organizado em diferentes eixos de aprendizagem — artes visuais, brinquedoteca, musicalização, tecnologias e biblioteca — favorecendo experiências educativas diversificadas e adequadas ao estágio de desenvolvimento das crianças,** na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.
As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.10.04.08.243.0105.2105.33.50.43.00.**
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO
Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 **(doze) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:
Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e
de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.
CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento a Prefeitura Disponibilizará a quantia de **R$ 17.067,44 (dezessete mil sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos),** conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria.
O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em parcela única**.**
4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA
5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:
Banco: 104 – Caixa Econômica Federal
Agência nº: 0143
Conta corrente nº: 795604349-3
5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.
5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.

5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.

[6.2 Os bens e direitos adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste Termo de Fomento com recursos repassados pela administração pública se manterão sob a titularidade da OSC após o termino da parceria, observado o disposto no art. 14 da Lei 4.976/2017 quanto a eventual rejeição da prestação de contas e dissolução da entidade durante o curso da parceria.

6.2.1 Caso sejam adquiridos equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, sendo que a assinatura do presente termo formaliza promessa de transferência de sua propriedade à administração pública municipal na hipótese de extinção da entidade.

6.3 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

analisar e decidir sobre a prestação de contas;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;

prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.

permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;

divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de

serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.

Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.

Na gestão financeira, a **OSC** poderá:

pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

É vedado a **OSC:**

pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);

realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);

poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.

Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).

A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.

O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).

Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.

Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.

Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
malversação de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**

13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.

13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;

13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:
os resultados já alcançados e seus benefícios;
os impactos econômicos ou sociais;
o grau de satisfação do público-alvo;
a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.

14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar de forma ativa na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste **Termo de Fomento**, nos termos do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 do art. 64 da Lei Municipal 4.976/2017.

15.2 Sob pena de irregularidade na execução da parceria, a publicidade a que se refere o item anterior deverá ocorrer mediante:

a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e pôsteres, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;

b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;

c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.

15.3 A Administração Municipal avaliará as ações empregadas pela Organização da Sociedade Civil parceira para garantia de publicidade e transparecia da parceria, podendo, durante o seu intermédio, expedir

orientações, avisos e notificações com os fins de que esta promova as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.

17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 24 de Agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	*GLÁUCIA RODRIGUES DA SILVA SANTOS*
Prefeito Municipal	Presidente

EMILSON BARBOSA DE SOUZA	*LEANDRO MÁXIMO CAIXETA*
Presidente do CMDCA	Secretário Municipal de Assistência Social

Testemunhas:

_____
Nome:
Identidade:
CPF:

_____
Nome:
Identidade:
CPF:

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:BE2DEC0C

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 02/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 02/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E A FUNDAÇÃO PADRE EUSTÁQIO "CASA DA MENINA", PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **EMILSON BARBOSA DE SOUZA** e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **LEANDRO MÁXIMO CAIXETA** e a **FUNDAÇÃO PADRE EUSTÁQIO "CASA DA MENINA"**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.733.382/0001-70, com sede em NA Avenida Jacinto Barbosa, nº 1.400, Bairro São Cristóvão, Patrocínio/MG, representado por seu representante legal, **Alex Guimarães Machado,** XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento**, decorrente do **Edital de Seleção n° 02/2026 – FIA – FUNDO COMUM,** tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente **Termo de Fomento** é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da **OSC,** de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente **à promover ações voltadas à inclusão digital, ao desenvolvimento de competências tecnológicas e ao estímulo ao raciocínio lógico de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social,** na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.

As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.10.04.08.243.0105.2105.33.50.43.00**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e

de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento a Prefeitura Disponibilizará a quantia de **R$ 16.478,00 (dezesseis mil, quatrocentos e setenta e oito reais),** conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria.

O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em parcela única**.**

4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:

Banco do Brasil
Agência nº: 214-7
Conta corrente nº: 75455-2

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.

5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.

5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao

Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.

6.2 Os bens e direitos adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste Termo de Fomento com recursos repassados pela administração pública se manterão sob a titularidade da OSC após o termino da parceria, observado o disposto no art. 14 da Lei 4.976/2017 quanto a eventual rejeição da prestação de contas e dissolução da entidade durante o curso da parceria.

6.2.1 Caso sejam adquiridos equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, sendo que a assinatura do presente termo formaliza promessa de transferência de sua propriedade à administração pública municipal na hipótese de extinção da entidade.

6.3 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

analisar e decidir sobre a prestação de contas;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;

prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.

permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;

divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.

Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.

Na gestão financeira, a **OSC** poderá:

pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

É vedado a **OSC:**

pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);

realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);

poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.

Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).

A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.

O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).

Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.

Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.

Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**

13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.

13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;

13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:
os resultados já alcançados e seus benefícios;
os impactos econômicos ou sociais;
o grau de satisfação do público-alvo;
a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.

14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar de forma ativa na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste **Termo de Fomento**, nos termos do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 do art. 64 da Lei Municipal 4.976/2017.

15.2 Sob pena de irregularidade na execução da parceria, a publicidade a que se refere o item anterior deverá ocorrer mediante:

a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e pôsteres, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;

b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;

c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.

15.3 A Administração Municipal avaliará as ações empregadas pela Organização da Sociedade Civil parceira para garantia de publicidade e transparecia da parceria, podendo, durante o seu intermédio, expedir orientações, avisos e notificações com os fins de que esta promova as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO
17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.
17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 24 de Agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	*ALEX GUIMARÃES MACHADO*
Prefeito Municipal	Presidente

EMILSON BARBOSA DE SOUZA	*LEANDRO MÁXIMO CAIXETA*
Presidente do CMDCA	Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:7396A24F

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 03/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 03/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E A INSTITUTO SAÚDE E EQUILÍBRIO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **EMILSON BARBOSA DE SOUZA** e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **LEANDRO MÁXIMO CAIXETA** e a **INSTITUTO SAÚDE E EQUILÍBRIO**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.550.277/0001-65, com sede na Rua Juriti, nº 59, bairro Morada do Sol, Patrocínio-MG, representado por sua representante legal, **Sônia Helena Ricetto de Lima,** XXX, XXX, XXX, residente e domiciliada XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portadora da Carteira de Identidade nº XXX, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento**, decorrente do **Edital de Seleção n° 02/2026 – FIA – FUNDO COMUM,** tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente **Termo de Fomento** é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da **OSC,** de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **promoção de inclusão, desenvolvimento integral, autonomia, autoestima e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes atípicos, especialmente pessoas com Transtorno do Espectro Autista através do ensino individualizado do ciclismo**, na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.
As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.10.04.08.243.0105.2105.33.50.43.00**.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO
Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:
Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e
de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.
CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento a Prefeitura Disponibilizará a quantia de **R$ 23.904,28 (vinte e três mil, novecentos e quatro reais e vinte e oito centavos),** conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria.
O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em 5 **(cinco) parcelas mensais**, ou seja, uma parcela por mês, durante 5 (cinco) meses consecutivos, nos valores de: **R$ R$ 7.019,62 (sete mil e dezenove reais e sessenta e dois centavos)** primeira parcela; **R$ 4.968,54 (quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)** segunda parcela; **R$ 4.968,54 (quatro mil, novecentos e** sessenta **e oito reais e cinquenta e quatro centavos)** terceira parcela; **R$ 4.968,54 (quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)** quarta parcela; e **R$ 1.979,04 (mil, novecentos e setenta e nove reais e quatro centavos)** quinta parcela.
4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA
5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:

Banco: 104 – Caixa Econômica Federal
Agência nº: 0143
Conta corrente nº: 569507978-7

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.
5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.
5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**
CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS
6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.
6.2 Os bens e direitos adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste Termo de Fomento com recursos repassados pela administração pública se manterão sob a titularidade da OSC após o termino da parceria, observado o disposto no art. 14 da

Lei 4.976/2017 quanto a eventual rejeição da prestação de contas e dissolução da entidade durante o curso da parceria.

6.2.1 Caso sejam adquiridos equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, sendo que a assinatura do presente termo formaliza promessa de transferência de sua propriedade à administração pública municipal na hipótese de extinção da entidade.

6.3 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

analisar e decidir sobre a prestação de contas;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;

prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.

permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;

divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.

Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.

Na gestão financeira, a **OSC** poderá:

pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

É vedado a **OSC:**

pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);

realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);

poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.

Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).

A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.

O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).

Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.

Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.

Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**

13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.

13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;

13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:
os resultados já alcançados e seus benefícios;
os impactos econômicos ou sociais;
o grau de satisfação do público-alvo;
a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.

14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar de forma ativa na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste **Termo de Fomento**, nos termos do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 do art. 64 da Lei Municipal 4.976/2017.

15.2 Sob pena de irregularidade na execução da parceria, a publicidade a que se refere o item anterior deverá ocorrer mediante:

a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e pôsteres, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;

b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;

c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.

15.3 A Administração Municipal avaliará as ações empregadas pela Organização da Sociedade Civil parceira para garantia de publicidade e transparecia da parceria, podendo, durante o seu intermédio, expedir orientações, avisos e notificações com os fins de que esta promova as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.

17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente

acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.
E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do prese,nte instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 24 de Agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	*SÔNIA HELENA RICETTO DE LIMA*
Prefeito Municipal	Presidente

EMILSON BARBOSA DE SOUZA	*LEANDRO MÁXIMO CAIXETA*
Presidente do CMDCA	Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:87F4E8FC

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2026 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 04/2026 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATROCÍNIO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **EMILSON BARBOSA DE SOUZA** e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **LEANDRO MÁXIMO CAIXETA** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATROCÍNIO**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.839.937/0001-58, com sede na Rua Marechal Floriano, nº 170, bairro Cidade Jardim, Patrocínio/MG, representada por seu representante legal, **SILAS RIBEIRO SILVA,** XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado na XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente do **Edital de Seleção n° 02-2026 Fia – Fundo Comum**, tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente **Termo de Fomento** é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da OSC, de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **oferta de oficinas de culinária, atendimentos multiprofissionais de saúde e atividades socioassistenciais destinadas a crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla no contraturno escolar**, na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.
As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.10.04.08.243.0105.2105.33.50.43.00**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:
Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e
de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento a Prefeitura Disponibilizará a quantia de **R$ 44.817,12 (quarenta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais doze centavos),** conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria.
O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em **parcela única**.
4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:

Banco: 104 – Caixa Econômica Federal
Agência nº: 143
Conta corrente nº: 577601898-2

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.
5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.
5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.
6.2 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.
Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:
prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;
receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;
designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;
retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;
assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;
prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;
publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;
divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;
analisar e decidir sobre a prestação de contas;
aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:
executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;
zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;
prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;
responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.
permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;
manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;
manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;
divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;
submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;
quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.
Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.
Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.
10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.
Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.
Na gestão financeira, a **OSC** poderá:
pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
É vedado a **OSC:**

pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.
É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.
As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.
No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:
designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);
designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);
emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);
realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);
poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);
poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e
poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.
Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).
A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.
O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.
O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).
Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.
Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:
extinto por decurso de prazo;
extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou
rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.
Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
malversação de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**
13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.
13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.
13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.
13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:
13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;
13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.
13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:
os resultados já alcançados e seus benefícios;
os impactos econômicos ou sociais;
o grau de satisfação do público-alvo;
a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:
14.1.1 advertência;
14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e
14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.
14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar de forma ativa na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste **Termo de Fomento**, nos termos do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 do art. 64 da Lei Municipal 4.976/2017.
15.2 Sob pena de irregularidade na execução da parceria, a publicidade a que se refere o item anterior deverá ocorrer mediante:
a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e pôsteres, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;
b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;
c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.
15.3 A Administração Municipal avaliará as ações empregadas pela Organização da Sociedade Civil parceira para garantia de publicidade e transparecia da parceria, podendo, durante o seu intermédio, expedir orientações, avisos e notificações com os fins de que esta promova as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.
17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 24 de Agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	***SILAS RIBEIRO SILVA***
Prefeito Municipal	Presidente

EMILSON BARBOSA DE SOUZA	***LEANDRO MÁXIMO CAIXETA***
Presidente do CMDCA	Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:A940EDF7

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 05/2026 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATROCÍNIO/MG – APAE PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **EMILSON BARBOSA DE SOUZA** e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **LEANDRO MÁXIMO CAIXETA** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATROCÍNIO/MG – APAE**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.839.937/0001-58, com sede na Rua Marechal Floriano, nº 170, bairro Cidade Jardim, Patrocínio/MG, representado por seu representante legal, **SILAS RIBEIRO SILVA,** XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado na XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento** decorrente do **Edital de Seleção n° 02-2026 Fia – Fundo Comum**, tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0 O objeto do presente Termo de (Fomento ou Colaboração) é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da OSC, de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **utilização da dança como instrumento de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla, promovendo inclusão social, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e socioemocional**, na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.

As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.10.04.08.243.0105.2105.33.50.43.00.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e

de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento a Prefeitura Disponibilizará a quantia de **R$ 17.153,32 (dezessete mil, cento e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos),** conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria.

O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em parcela única**.**

4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:

Banco: Caixa Econômica Federal
Agência nº: 0143
Conta corrente nº: 576296242-0

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.

5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.

5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.

6.2 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;
divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;
analisar e decidir sobre a prestação de contas;
aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:
executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;
zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;
prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;
responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.
permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;
manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;
manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;
divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;
submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;
quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.
Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.
Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.
10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.
Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.
Na gestão financeira, a **OSC** poderá:
pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
É vedado a **OSC:**
pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.
É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.
As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:
designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);
designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);
emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);
realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);
poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);
poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e
poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.
Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).
A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.
O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.
O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).
Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.
Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:
extinto por decurso de prazo;
extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou
rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.
Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
malversação de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**
13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.
13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.
13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:
13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;
13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.
13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:
os resultados já alcançados e seus benefícios;
os impactos econômicos ou sociais;
o grau de satisfação do público-alvo;
a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:
14.1.1 advertência;
14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e
14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.
14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar de forma ativa na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste **Termo de Fomento**, nos termos do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 do art. 64 da Lei Municipal 4.976/2017.
15.2 Sob pena de irregularidade na execução da parceria, a publicidade a que se refere o item anterior deverá ocorrer mediante:
a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e pôsteres, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;
b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;
c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.
15.3 A Administração Municipal avaliará as ações empregadas pela Organização da Sociedade Civil parceira para garantia de publicidade e transparecia da parceria, podendo, durante o seu intermédio, expedir orientações, avisos e notificações com os fins de que esta promova as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.
17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 24 de Agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	***SILAS RIBEIRO SILVA***
Prefeito Municipal	Presidente

EMILSON BARBOSA DE SOUZA	***LEANDRO MÁXIMO CAIXETA***
Presidente do CMDCA	Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:F9248D36

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 06/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 06/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E O LAR DA CRIANÇA DE PATROCÍNIO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **EMILSON BARBOSA DE SOUZA** e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **LEANDRO MÁXIMO CAIXETA** e o **LAR DA CRIANÇA DE PATROCÍNIO**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº.18.519.314/0001-60, com sede na Avenida Jacinto Barbosa, nº 1140, bairro São Cristóvão, Patrocínio-MG, representado por seu representante legal, **Maria José Dias Melo,** XXX, XXX, XXX, residente e domiciliada em XXX, inscrita no CPF sob o nº XXX e portadora da Carteira de Identidade nº XXX, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento**, decorrente do **Edital de Seleção n° 02/2026 – FIA – FUNDO COMUM,** tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente **Termo de Fomento** é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da **OSC,** de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **contratação de profissional de Psicologia para realização de atendimentos individuais e em grupo destinados às crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, buscando prevenir situações de risco social, promover a saúde mental, fortalecer vínculos familiares e comunitários e contribuir para o desenvolvimento integral dos usuários,** na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.

As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.10.04.08.243.0105.2105.33.50.43.00.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **08 (oito) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e

de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESENBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento a Prefeitura Disponibilizará a quantia de **R$ 24.944,77 (vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos),** conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria.

O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em parcela única**.**

4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:

Banco: Caixa Econômica Federal - 104
Agência nº: 0143
Conta corrente nº: 1292/000571569902-5

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.

5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.

5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.

6.2 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

analisar e decidir sobre a prestação de contas;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;
prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;
responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.
permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;
manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;
manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;
divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;
submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;
quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.
Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.
Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.
10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.
Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.
Na gestão financeira, a **OSC** poderá:
pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
É vedado a **OSC:**
pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.
É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.
As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.
No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:
designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);
designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);
emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);
realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);
poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);

poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e
poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.
Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).
A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.
O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.
O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).
Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.
Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:
extinto por decurso de prazo;
extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou
rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.
Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
malversação de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**
13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.
13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.
13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.
13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:
13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;
13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.
13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:
os resultados já alcançados e seus benefícios;
os impactos econômicos ou sociais;
o grau de satisfação do público-alvo;

a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:
14.1.1 advertência;
14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e
14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.
14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO
15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar de forma ativa na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste **Termo de Fomento**, nos termos do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 do art. 64 da Lei Municipal 4.976/2017.
15.2 Sob pena de irregularidade na execução da parceria, a publicidade a que se refere o item anterior deverá ocorrer mediante:
a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e pôsteres, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;
b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;
c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.
15.3 A Administração Municipal avaliará as ações empregadas pela Organização da Sociedade Civil parceira para garantia de publicidade e transparecia da parceria, podendo, durante o seu intermédio, expedir orientações, avisos e notificações com os fins de que esta promova as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO
17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.
17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 24 de Agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	***MARIA JOSÉ DIAS MELO***
Prefeito Municipal	Presidente

EMILSON BARBOSA DE SOUZA	***LEANDRO MÁXIMO CAIXETA***
Presidente do CMDCA	Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:06DC8DE9

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 07/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 07/2025 – CMDCA/SMAS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E A ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA - PATRONATO BERLAAR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, XXX, XXX, XXX, residente e domiciliado XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **EMILSON BARBOSA DE SOUZA** e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **LEANDRO MÁXIMO CAIXETA** e A **ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA - PATRONATO BERLAAR**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 16.554.008/0005-63, com sede na Praça Honorico Nunes, 500, bairro Centro, Patrocínio/MG, CEP 38740-120, representada por sua representante legal, **MARIA DE FÁTIMA GOMES,** XXX, XXX, XXX, residente e domiciliada XXX, inscrita no CPF sob o nº XXX e portadora da Carteira de Identidade nº XXX, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento**, decorrente do **Edital de Seleção n° 02/2026 – FIA – FUNDO COMUM,** tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente **Termo de Fomento** é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da **OSC,** de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **promoção da educação preventiva por meio de atividades educativas lúdicas voltadas à preparação para eventos climáticos extremos, com produção de um livro educativo sobre o tema,** na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.
As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.10.04.08.243.0105.2105.33.50.43.00.**
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO
Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte

integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e

de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento a Prefeitura Disponibilizará a quantia de **R$ 14.535,95 (quatorze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos)**, conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria.

O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em 5 **parcelas mensais e iguais**, ou seja, uma parcela por mês, durante 5 (cinco) meses consecutivos, nos valores de: **R$ 335,95 (trezentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos)** primeira parcela; **R$ 3.610,00 (três mil e seiscentos e dez reais)** segunda parcela; **R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** terceira parcela; **R$ 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais)** quarta parcela; e **R$ 3.610,00 (três mil e seiscentos e dez reais)** quinta e última parcela**.**

4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:

Banco: Caixa Econômica Federal
Agência nº: 0143
Conta corrente nº: 569589852-4

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.

5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.

5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.

6.2 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

analisar e decidir sobre a prestação de contas;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;

prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que

diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.
permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;
manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;
manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;
divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;
submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;
quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.
Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.
Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.
10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.
Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.
Na gestão financeira, a **OSC** poderá:
pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
É vedado a **OSC:**
pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.
É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.
As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.
No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:
designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);
designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);
emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);
realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);
poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);
poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e
poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.
Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).
A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.

O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).

Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.

Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.

Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**

13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.

13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;

13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:

os resultados já alcançados e seus benefícios;

os impactos econômicos ou sociais;

o grau de satisfação do público-alvo;

a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da

sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.

14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar de forma ativa na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste **Termo de Fomento**, nos termos do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 do art. 64 da Lei Municipal 4.976/2017.

15.2 Sob pena de irregularidade na execução da parceria, a publicidade a que se refere o item anterior deverá ocorrer mediante:

a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e pôsteres, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;

b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;

c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.

15.3 A Administração Municipal avaliará as ações empregadas pela Organização da Sociedade Civil parceira para garantia de publicidade e transparecia da parceria, podendo, durante o seu intermédio, expedir orientações, avisos e notificações com os fins de que esta promova as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.

17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 24 de Agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	*MARIA DE FÁTIMA GOMES*
Prefeito Municipal	Presidente

EMILSON BARBOSA DE SOUZA	*LEANDRO MÁXIMO CAIXETA*
Presidente do CMDCA	Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:14E7BDCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 175/2026
MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 121/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO
Processo nº: 175/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 121/2026
Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA COMPLETA DO MOTOR (RETÍFICA GERAL), INCLUINDO A RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS AUXILIARES (INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, ARREFECIMENTO, LUBRIFICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO), BEM COMO A REFORMA DO SISTEMA DE GIRO DO CÍRCULO (CÍRCULO DA LÂMINA), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS, DESTINADOS À MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140 B, PREFIXO M241, **SOLICITADA** PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E INFRAESTRUTURA RURAL.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 28 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitaptc@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio/MG, 31 de agosto de 2026.

HEITOR OLIVEIRA LOPES XAVIER
Pregoeiro

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:DD070ED2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 180/2026
MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 125/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 180/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 125/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE APARELHOS DE SUPORTE RESPIRATÓRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 18 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitaptc@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio/MG, 31 de agosto de 2026.

HEITOR OLIVEIRA LOPES XAVIER
Pregoeiro

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:DCCA3430

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO PROCESSO Nº: 107/2025
MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 63/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº: 107/2025
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 63/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, com sede nesta cidade na Avenida João Alves do Nascimento, nº 1.452, inscrita no CNPJ sob nº **18.468.033/0001-26**.

CONTRATADA: VELHA GRÁFICA LTDA, inscrita no CNPJ **04.664.811/0001-48**.

JUSTIFICATIVA: O presente apostilamento faz-se necessário para promover o reajuste , com base no índice INPC, conforme previsto na Cláusula Décima Primeira, item 11.1.1 do Edital. O reajuste é devido em razão do transcurso de 12 (doze) meses de vigência da Ata, em conformidade com as disposições estabelecidas no respectivo instrumento.

DO PREÇO:

Ficam reajustados em 4,098050 %, conforme variação acumulada do índice INPC no período de agosto de 2025 a julho de 2026.

Descrição	Quantidade	Un	Valor Unit.registrado em Ata	Valor Unit. Aditivado pelo Indice INPC	Valor Total
PARAFUSO SEXTAVADO DE 8 MM X 1/4 COM PORCA ZINCO BRANCO ROSCA PARCIAL	5.000	Un	R$ 1,70	R$ 1.77	R$ 8.850,00

FUNDAMENTO: O presente reajuste encontra respaldo na Cláusula Décima Primeira, item 11.1.1 do Edital, a qual assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença mediante a aplicação do índice previamente pactuado o INPC após o decurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses.
Ademais, fundamenta-se no art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a atualização dos valores contratuais com vistas à preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

As demais cláusulas da ata continuam inalteradas.

Patrocínio, 27 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito de Patrocínio

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:48BF86C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00015, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00015, de 31 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196
/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
CREMILDA NUNES DE PAULA	007.042.846-85	4961/00061/2026
CRISTOVAM BOTELHO JUNIOR	038.130.376-49	4961/00062/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: NAYARA BERNARDES TEIXEIRA BRANDAO
Cargo: Fiscal Tributario / 89112011
Matrícula: 04159

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:09341592

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, de 31 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196
/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
REUBERT DE OLIVEIRA GOMES CAROLINO	779.178.476-91	4961/00103/2026
REUBERT DE OLIVEIRA GOMES CAROLINO	779.178.476-91	4961/00104/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: NAYARA BERNARDES TEIXEIRA BRANDAO
Cargo: Fiscal Tributario / 89112011
Matrícula: 04159

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:EC000A98

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 85-2026

PREFEITURA DE PEDRA AZUL – Estado de Minas Gerais, CNPJ 18.414.565/0001-80, assinou 12/08/2026, resultado do Processo Administrativo 051/2026, Inexigibilidade 022/2026, **Contrato n° 085/2026**, com a empresa **LOJAS TOPA TUDO MOVEIS LTDA CNPJ 01.411.044/0001-77 no valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais),** cujo objeto **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAPS AD 3,** em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. O valor global do contrato é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.** Em 12/08/2026.

MÁRCIO FERREIRA SOUTO –
Prefeito Municipal

Publique-se:

Publicado por:
Renato Dias de Melo
Código Identificador:C8220550

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o contrato **Nº 089/2026**, respaldado pelo resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº **047/2026**, **PREGÃO ELETRONICO 015/2026**, cujo objeto **AQUISIÇÕES DE MAQUINÁRIOS E EUIPAMENTOS DESTINADOS AO MATADURO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE APRIMORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 05 E 07/2026**. Fornecedor **FJF COMERCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ: n° 57.032.406/0001-73,** valor do contrato **R$ 2.099,67 (dois mil, noventa e nove reais, sessenta e sete centavos).**

Publicado por:
Jovino Jardem Freitas Souza
Código Identificador:692D1DDB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o contrato **Nº 090/2026**, respaldado pelo resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº **047/2026**, **PREGÃO ELETRONICO 015/2026**, cujo objeto **AQUISIÇÕES DE MAQUINÁRIOS E EUIPAMENTOS DESTINADOS AO MATADURO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE APRIMORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 05 E 07/2026**. Fornecedor **MACEDO & SANTOS IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA CNPJ: n° 22.533.778/0001-07,** valor do contrato **R$ 2.480,24 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).**

Publicado por:
Jovino Jardem Freitas Souza
Código Identificador:3CE4326C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o contrato **Nº 091/2026**, respaldado pelo resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº **047/2026**, **PREGÃO ELETRONICO 015/2026**, cujo objeto **AQUISIÇÕES DE MAQUINÁRIOS E EUIPAMENTOS DESTINADOS AO MATADURO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE APRIMORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 05 E 07/2026**. Fornecedor **MDUARTE COMERCIO DE PEÇAS PARA BOMBAS E MOTORES LTDA CNPJ: n° 32.802.964/0001-40,** valor do contrato **R$ 729,98 (setecentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).**

Publicado por:
Jovino Jardem Freitas Souza
Código Identificador:F146140E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o contrato **Nº 092/2026**, respaldado pelo resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº **047/2026**, **PREGÃO ELETRONICO 015/2026**, cujo objeto **AQUISIÇÕES DE MAQUINÁRIOS E EUIPAMENTOS DESTINADOS AO MATADURO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE APRIMORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 05 E 07/2026**. Fornecedor **SOLUÇÕES DELTA LTDA CNPJ: n° 58.038.611/0001-09,** valor do contrato **R$ 125.040,00 (cento e vinte e cinco mil e quarenta reais).**

Publicado por:
Jovino Jardem Freitas Souza
Código Identificador:3F3DAF51

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o contrato **Nº 093/2026**, respaldado pelo resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº **047/2026**, **PREGÃO ELETRONICO 015/2026**, cujo objeto **AQUISIÇÕES DE MAQUINÁRIOS E EUIPAMENTOS DESTINADOS AO MATADURO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE APRIMORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 05 E 07/2026**. Fornecedor **STELLA DISTRIBUIÇÃO E LOGISTICA LTDA CNPJ: n° 55.514.837/0001-40,** valor do contrato **R$ 4.000,00 (quatro mil reais).**

Publicado por:
Jovino Jardem Freitas Souza
Código Identificador:3851AC7D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o contrato **Nº 094/2026**, respaldado pelo resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO** nº **047/2026**, **PREGÃO ELETRONICO 015/2026**, cujo objeto **AQUISIÇÕES DE MAQUINÁRIOS E EUIPAMENTOS DESTINADOS AO MATADURO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE APRIMORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 05 E 07/2026**. Fornecedor **VLX EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: n° 48.045.312/0001-48,** valor do contrato **R$ 289.084,00 (duzentos oitenta e nove mil e oitenta e quatro reais).**

Publicado por:
Jovino Jardem Freitas Souza
Código Identificador:12950BC7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE PEDRA AZUL, Estado de Minas Gerais, torna-se pública a RATIFICAÇÃO da Inexigibilidade de Licitação n. **022/2026,** resultado do processo administrativo **n° 051/2026**, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAPS AD 3, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NESTA MUNICIPALIDADE.** A ser pago em favor da empresa LOJAS TOPA TUDO MOVEIS LTDA CNPJ 01.411.044/0001-77 no valor de **R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Pedra Azul **11/08/2026** –

MARCIO FERREIRA SOUTO -
Prefeito Municipal.

Publique-se:

Publicado por:
Renato Dias de Melo
Código Identificador:E04F18A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
LEI MUNICIPAL Nº. 1.007 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DISPONIBILIZAR O TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTAS E EXAMES PARTICULARES OU POR PLANOS DE SAÚDE EM OUTROS MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a disponibilizar o transporte de pacientes e munícipes para:
I - Realização de consultas e exames na rede particular de saúde ou por intermédio de planos de saúde;
II - Participação em programas, campanhas e ações de saúde promovidos por órgãos públicos, entidades beneficentes ou instituições parceiras, incluindo campanhas de doação de sangue.
§ 1º. O transporte previsto nesta Lei será disponibilizado quando houver vagas remanescentes nos veículos destinados ao transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, assegurando-se prioridade absoluta aos usuários do SUS.
§ 2º. Excepcionalmente, fica o Município autorizado a disponibilizar transporte aos beneficiários desta Lei mesmo quando não houver pacientes do SUS agendados para transporte na mesma data, desde que o destino esteja localizado em município situado a até 100 (cem) quilômetros da sede do Município de Pedra Dourada/MG, observadas a disponibilidade de veículos, motoristas e recursos da Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo dos serviços prestados aos usuários do SUS.
§ 3º. Excepcionalmente, poderá ser disponibilizado transporte para municípios situados a distância superior ao limite previsto no § 2º, desde que haja disponibilidade de veículos, motoristas e recursos da Secretaria Municipal de Saúde, bem como seja demonstrada a necessidade de realização da consulta, exame ou tratamento em localidade mais distante, em razão da inexistência da especialidade ou da complexidade do atendimento em município mais próximo, sem prejuízo dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.
§ 4º. O interessado deverá solicitar o transporte junto à Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de documento comprobatório do procedimento, consulta, exame ou ação de saúde, contendo data, horário e local de realização, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis.
§ 5º. O transporte do paciente para consulta ou exame particular ou por plano de saúde deverá ocorrer, preferencialmente, em rota já estabelecida para o transporte de pacientes do SUS.
§ 6º. O Município não estará obrigado a disponibilizar transporte em horários exclusivos ou compatíveis com o horário específico da consulta, exame ou procedimento agendado pelo beneficiário desta Lei, sendo considerada atendida a obrigação mediante a disponibilização de veículo para o respectivo município de destino na mesma data, cabendo ao beneficiário aguardar os horários de saída e retorno estabelecidos pela Administração Municipal.
§ 7º. Será permitido o transporte de acompanhante apenas nos seguintes casos:
I - Pacientes menores de idade;
II - Idosos que necessitem de assistência;
III - Pessoas com deficiência;
IV - Pacientes que apresentem indicação médica expressa da necessidade de acompanhante.
§ 8º. O acompanhante deverá ser maior de 18 (dezoito) anos, portar documento de identificação e possuir condições físicas e mentais para prestar assistência ao paciente durante o deslocamento.

Art. 2º. Para fins de controle, transparência e fiscalização da execução desta Lei, a Secretaria Municipal de Saúde deverá:
I - Apresentar, trimestralmente, ao Conselho Municipal de Saúde relatório contendo:
a) número total de passageiros transportados, discriminando usuários do SUS e beneficiários desta Lei;
b) número de viagens realizadas e respectivos municípios de destino;
c) taxa média de ocupação dos veículos utilizados;
d) registro de ocorrências e intercorrências relacionadas ao transporte.
II - Manter cadastro atualizado dos solicitantes e beneficiários do serviço, observando a ordem cronológica dos pedidos, as prioridades legais e as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Art. 3º. A disponibilização do transporte prevista nesta Lei fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária, financeira e operacional do Município, não gerando direito subjetivo ao transporte.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Dourada/MG, 27 de agosto de 2026.

FAGNER FERREIRA VEIGA
Prefeito Municipal de Pedra Dourada/MG

Publicado por:
Kaique Rodrigues de Freitas
Código Identificador:66AF3A0F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14913

DECRETO Nº 14913, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

TRANSPÕE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Que há autorização prévia para realização de transposição de dotações ao orçamento de 2026, conforme Lei de Diretrizes - LDO nº 4856/2025
DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a transposição no valor de R$ 2.610.218,58 as seguintes dotações orçamentárias:
Ficha.....: 234
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0073 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - MEDIA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2466 - SERV. PROT. ATEND. ESPEC. A FAM.-PAEFI
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

Valor do Lançamento: R$ 22.349,84
Ficha.....: 370
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2081 - MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Valor do Lançamento: R$ 50.000,00
Ficha.....: 370
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2081 - MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Valor do Lançamento: R$ 40.000,00
Ficha.....: 394
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0021 - ASSIST. AMBUL. MEDIA COMPLEXIDADE - REDE
Projeto Atividade.: 2098 - MANUTENÇÃO DO LABORATORIO CENTRAL
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 131.000,00
Ficha.....: 371
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2088 - MEDICAMENTO NAO INCLUSOS FARMACIA BÁSICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Valor do Lançamento: R$ 50.000,00
Ficha.....: 371

Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2088 - MEDICAMENTO NAO INCLUSOS FARMACIA BÁSICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Valor do Lançamento: R$ 60.000,00
Ficha.....: 426
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2104 - ATEND DA MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-FAEC
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 623.085,31
Ficha.....: 426
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2104 - ATEND DA MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-FAEC
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 1.000.000,00
Ficha.....: 691
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.12 - SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
SubUnidade.....: 02.12.01 - SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
Função.....: 15 - Urbanismo
Sub-Função.....: 452 - Servicos Urbanos
Programa.....: 0009 - ILUMINACAO PUBLICA
Projeto Atividade.: 2026 - PAGAMENTO DA ILUMINACAO PUBLICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 450.000,00

Ficha.....: 430
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2454 - MAN PROG INTERV PRECOCE AVANCADO-PIPA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 3.3.50.41.00 - Contribuições
Valor do Lançamento: R$ 18.500,00
Ficha.....: 394
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0021 - ASSIST. AMBUL. MEDIA COMPLEXIDADE - REDE
Projeto Atividade.: 2098 - MANUTENÇÃO DO LABORATORIO CENTRAL
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 126.354,08
Ficha.....: 234
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0073 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - MEDIA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2466 - SERV. PROT. ATEND. ESPEC. A FAM.- PAEFI
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 7.402,53
Ficha.....: 234
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0073 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - MEDIA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2466 - SERV. PROT. ATEND. ESPEC. A FAM.- PAEFI
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 1.008,00
Ficha.....: 248
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social

Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPL
Projeto Atividade.: 2050 - MANUTENÇÃO DA UAI DE VOLTA PARA CASA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 6.541,05
Ficha.....: 248
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2050 - MANUTENÇÃO DA UAI DE VOLTA PARA CASA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 2.456,96
Ficha.....: 305
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral

Programa.....: 0017 - ADMINISTRACAO GERAL DO FUNDO M. DE SAUDE
Projeto Atividade.: 2065 - MANUTENCAO DA FROTA DO FMS
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 1.834,00
Ficha.....: 370
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2081 - MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Valor do Lançamento: R$ 19.686,81

Art. 2º - A transposição no valor de R$ 2.610.218,58 decorreu das seguintes dotações orçamentárias:
Ficha.....: 248
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO

SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais

Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2050 - MANUTENÇÃO DA UAI DE VOLTA PARA CASA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 22.349,84
Ficha.....: 340
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2473 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CEO
Categoria Despesa.: 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
Grupo Despesa.....: 4.4.00.00.00 - Investimentos
Modalidade Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 4.4.90.52.00 - Equipamento e Material Permanente
Valor do Lançamento: R$ 50.000,00
Ficha.....: 378
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2371 - MAN DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA MINAS
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 40.000,00
Ficha.....: 425
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2103 - ATEND DE MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-SIASIH
Categoria Despesa.: 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
Grupo Despesa.....: 4.4.00.00.00 - Investimentos
Modalidade Despesa: 4.4.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 4.4.50.42.00 - Auxílios
Valor do Lançamento: R$ 131.000,00
Ficha.....: 370
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude

Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2081 - MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Valor do Lançamento: R$ 50.000,00
Ficha.....: 370
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2081 - MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita
Valor do Lançamento: R$ 60.000,00
Ficha.....: 423
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial

Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2103 - ATEND DE MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-SIASIH
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 3.3.50.41.00 - Contribuições
Valor do Lançamento: R$ 623.085,31
Ficha.....: 423
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2103 - ATEND DE MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-SIASIH
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 3.3.50.41.00 - Contribuições
Valor do Lançamento: R$ 1.000.000,00
Ficha.....: 690
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.12 - SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
SubUnidade.....: 02.12.01 - SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
Função.....: 15 - Urbanismo
Sub-Função.....: 452 - Servicos Urbanos
Programa.....: 0009 - ILUMINACAO PUBLICA

Projeto Atividade.: 1005 - EXPANSAO DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA
Categoria Despesa.: 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
Grupo Despesa.....: 4.4.00.00.00 - Investimentos
Modalidade Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Valor do Lançamento: R$ 450.000,00
Ficha.....: 423
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2103 - ATEND DE MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-SIASIH

Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 3.3.50.41.00 - Contribuições
Valor do Lançamento: R$ 18.500,00
Ficha.....: 424
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2103 - ATEND DE MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-SIASIH

Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 126.354,08
Ficha.....: 210
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0072 - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA
Projeto Atividade.: 2380 - MANUTENÇÃO DO SCFV
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 7.402,53
Ficha.....: 210
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0072 - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA
Projeto Atividade.: 2380 - MANUTENÇÃO DO SCFV
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 1.008,00
Ficha.....: 262
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2329 - MANUTENCAO DO SERVICO AO MIGRANTE
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 6.541,05
Ficha.....: 262
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2329 - MANUTENCAO DO SERVICO AO MIGRANTE
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 2.456,96
Ficha.....: 299
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral
Programa.....: 0017 - ADMINISTRACAO GERAL DO FUNDO M. DE SAUDE
Projeto Atividade.: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMS
Categoria Despesa.: 4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
Grupo Despesa.....: 4.4.00.00.00 - Investimentos
Modalidade Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 4.4.90.52.00 - Equipamento e Material Permanente
Valor do Lançamento: R$ 1.834,00
Ficha.....: 377
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0062 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Projeto Atividade.: 2371 - MAN DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA MINAS
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 19.686,81
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PONTE NOVA, 06 de AGOSTO de 2026

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSOLAÇÃO DE FREITAS SILVA PAULA
Secretaria Mun.de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:878ACBA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE 1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO – ADITAMENTO PROCESSO 132/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2025

Extrato de 1ª Alteração de Contrato – Aditamento Processo 132/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2025. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova – MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando o Extrato de 1ª Alteração Contratual referente ao Processo Licitatório 132/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2025 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para reforma de unidade básica de saúde (UBS) no bairro Vau Açu, TOWERS ENGENHARIA

LTDA, CNPJ Nº 14.272.475/0001-41, no valor de R$ 110.836,90 (cento e dez mil, oitocentos e trinta e seis reais e noventa centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:EA86D646

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO 175/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 065/2025

Extrato de 1º Termo de Prorrogação ao Contrato 175/2026. Processo Licitatório nº 132/2025 – Pregão Eletrônico Nº: 065/2025. Objeto: Prorrogação de prazo ao contrato 175/2026, aquisição de kit enxoval bebê, pelo período de 6 (seis) meses, passando a vigorar até 27/03/2027, (vinte sete de março de dois mil e vinte e sete). Contratada: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ:79.788.766/0027-71. Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:68D28E25

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE 2O TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 82/2025. PROCESSO Nº: 072/2024

Extrato de 2o Termo de Prorrogação de Contrato nº 82/2025. Processo Nº: 072/2024 – Pregão eletrônico Nº: 028/2024. Objeto: Prorrogação de prazo do contrato 001/2025 para execução pela CONTRATADA de serviços médico veterinário de Castração/esterilização de cães e gatos e identificação por tatuagem e microchip, pelo período de 12 meses, passando a vigorar até 10/03/2027 (dez de março de dois mil e vinte e sete). CONTRATADA: DELGADO SERVICOS VETERINARIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 51.705.467/0001-78. Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:A022E76D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA 03/SEMEJ - REGULAMENTA O SISTEMA MUNICIPAL DE INTEGRIDADE DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE DE PONTE NOVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal e o disposto no Decreto Municipal nº 14.940/2026, de 20 de agosto de 2026,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Portaria regulamenta o Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas, instituído pelo **Decreto Municipal nº 14.940/2026**, disciplinando sua organização administrativa, seu funcionamento, os procedimentos administrativos aplicáveis, a atuação da Comissão Permanente de Integridade e Julgamento Desportivo, das Comissões Disciplinares das competições integrantes do Sistema e demais providências necessárias à execução do referido Decreto.

Art. 2º. Fica aprovado, na forma do Anexo I desta Portaria, o Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas, aplicável às competições integrantes do Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas.
Art. 3º. As disposições desta Portaria aplicam-se:
I – à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;
II – à Comissão Permanente de Integridade e Julgamento Desportivo;
III – às Comissões Disciplinares regularmente constituídas;
IV – aos organizadores das competições integrantes do Sistema;
V – às entidades esportivas, clubes, ligas, associações e demais instituições participantes das competições submetidas ao Sistema;
VI – às pessoas físicas sujeitas às disposições do Código Municipal.
Art. 4º. A aplicação desta Portaria observará, obrigatoriamente:
I – o Decreto que instituiu o Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas;
II – o Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas;
III – os regulamentos específicos das competições, quando compatíveis com as normas municipais.
Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude promover a coordenação administrativa do Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas, assegurando os meios necessários ao funcionamento de seus órgãos, ao processamento dos expedientes administrativos e ao cumprimento das decisões proferidas no âmbito do Sistema.
Art. 6º. As atividades administrativas disciplinadas por esta Portaria serão desenvolvidas com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, economicidade, contraditório, ampla defesa, boa-fé e segurança jurídica.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO SISTEMA MUNICIPAL DE INTEGRIDADE DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Art. 7º. Compete à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude exercer a coordenação administrativa do Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas, assegurando sua organização, funcionamento e desenvolvimento permanente.
Art. 8º. Para o cumprimento das competências previstas nesta Portaria, caberá à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude:
I – prestar apoio administrativo à Comissão Permanente de Integridade e Julgamento Desportivo;
II – manter atualizados os registros administrativos do Sistema;
III – promover a autuação, tramitação, controle e arquivamento dos processos administrativos;
IV – receber, protocolizar e encaminhar documentos dirigidos à Comissão Permanente;
V – expedir comunicações, notificações e demais atos administrativos necessários ao funcionamento do Sistema;
VI – manter os cadastros previstos nesta Portaria;
VII – promover a publicação dos atos e decisões cuja divulgação seja obrigatória;
VIII – prestar informações aos organizadores das competições integrantes do Sistema;
IX – adotar as providências necessárias ao cumprimento das decisões administrativas proferidas pelos órgãos integrantes do Sistema;
X – exercer outras atribuições administrativas necessárias à execução desta Portaria.
Art. 9º. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude disponibilizará os meios administrativos necessários ao funcionamento da Comissão Permanente, compreendendo, sempre que possível:
I – espaço adequado para realização das sessões;
II – apoio de secretaria;
III – controle dos processos;
IV – equipamentos necessários às reuniões;
V – suporte aos meios eletrônicos utilizados pelo Sistema.

Art. 10. Todos os processos administrativos disciplinados por esta Portaria receberão numeração própria e sequencial, observada a ordem cronológica de autuação.

§ 1º Cada processo corresponderá a um único fato ou conjunto de fatos conexos.
§ 2º Os documentos juntados aos autos deverão permanecer organizados em ordem cronológica.
§ 3º Poderão ser utilizados processos físicos, eletrônicos ou híbridos, conforme disponibilidade administrativa da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.
Art. 11. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude manterá controle administrativo das competições integrantes do Sistema, contendo, sempre que possível:
I – identificação da competição;
II – entidade organizadora;
III – período de realização;
IV – regulamento aprovado;
V – ato de constituição da Comissão Disciplinar;
VI – decisões administrativas relevantes;
VII – recursos encaminhados à Comissão Permanente;
VIII – outras informações consideradas necessárias à gestão do Sistema.
Art. 12. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude manterá cadastro das medidas de proteção à integridade em vigor, exclusivamente para fins de controle administrativo e cumprimento das decisões proferidas no âmbito do Sistema.
§ 1º O cadastro conterá apenas as informações necessárias à execução das decisões administrativas.
§ 2º O acesso às informações observará a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e às normas de transparência da Administração Pública.
Art. 13. Os atos administrativos praticados no âmbito do Sistema observarão modelos padronizados elaborados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, sempre que possível.
Parágrafo único. A padronização de formulários, termos, certidões, notificações e demais documentos administrativos tem por finalidade assegurar uniformidade, eficiência e segurança jurídica na atuação dos órgãos integrantes do Sistema.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO PERMANENTE DE INTEGRIDADE E JULGAMENTO DESPORTIVO
Art. 14. A Comissão Permanente de Integridade e Julgamento Desportivo exercerá suas atribuições na forma do Decreto que instituiu o Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas, desta Portaria e do Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas.
Art. 15 As reuniões da Comissão Permanente serão convocadas pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, com indicação da data, horário, local e pauta dos processos a serem apreciados.
Parágrafo único. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida.
Art. 16. A Comissão Permanente reunir-se-á com a participação de três membros.
§ 1º Na ausência ou impedimento de membro titular, será convocado o respectivo suplente.
§ 2º As decisões serão tomadas por maioria simples dos membros participantes da reunião.
Art. 17. No início de cada reunião, os membros presentes escolherão entre si aquele que conduzirá os trabalhos da sessão.
Parágrafo único. Compete ao condutor da sessão:
I – declarar aberta e encerrada a reunião;
II – organizar a ordem dos trabalhos;
III – conceder a palavra aos participantes;
IV – submeter as matérias à votação;
V – proclamar o resultado das decisões.
Art. 18. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude prestará apoio administrativo à Comissão Permanente, competindo-lhe:
I – organizar a pauta das reuniões;
II – preparar os processos para apreciação;
III – providenciar as convocações;
IV – registrar as decisões;
V – lavrar as atas das reuniões;
VI – praticar os demais atos administrativos necessários ao funcionamento da Comissão.
Art. 19. Os processos serão apreciados pela Comissão Permanente na ordem constante da pauta da reunião, ressalvada deliberação em sentido diverso dos próprios membros.
Art. 20. Durante a apreciação de cada processo, a Comissão poderá:
I – ouvir os interessados, quando entender necessário;
II – solicitar esclarecimentos;
III – determinar diligências indispensáveis ao esclarecimento dos fatos;
IV – deliberar imediatamente sobre a matéria.
Parágrafo único. Sempre que forem determinadas diligências, o julgamento ficará suspenso até o seu cumprimento.
Art. 21. Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação, proclamando-se imediatamente o resultado.
Art. 22. Todas as reuniões serão registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – data e local da reunião;
II – membros participantes;
III – processos apreciados;
IV – decisões proferidas;
V – demais ocorrências relevantes.
Art. 23. As decisões da Comissão Permanente serão formalizadas por escrito e integrarão o respectivo processo administrativo.
Art. 24. As decisões da Comissão Permanente produzirão efeitos na forma estabelecida pelo Decreto, por esta Portaria e pelo Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas.

CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES DISCIPLINARES
Art. 25. As competições integrantes do Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas deverão possuir Comissão Disciplinar própria, constituída pelo organizador da competição, na forma do Decreto, desta Portaria e do Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas.
Art. 26. Compete ao organizador da competição instituir sua Comissão Disciplinar antes do início da competição, mediante ato formal.
§ 1º O ato de constituição deverá indicar os membros titulares e, preferencialmente, suplentes.
§ 2º A constituição da Comissão Disciplinar deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude antes do início da competição.
Art. 27. A Comissão Disciplinar será composta por, no mínimo, três membros.
Parágrafo único. Sempre que possível, os membros deverão possuir reconhecida idoneidade, imparcialidade e conhecimento das normas da competição.
Art. 28. Compete à Comissão Disciplinar:
I – apreciar as infrações disciplinares ocorridas durante a competição;
II – assegurar o contraditório e a ampla defesa;
III – aplicar as sanções previstas no Código Municipal;
IV – proferir decisões fundamentadas;
V – encaminhar os recursos cabíveis à Comissão Permanente, quando interpostos.
Art. 29. As reuniões da Comissão Disciplinar serão realizadas sempre que necessário ao regular andamento da competição.
Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as regras de funcionamento previstas para a Comissão Permanente.
Art. 30. As decisões da Comissão Disciplinar serão tomadas pela maioria de seus membros.
Art. 31. As decisões serão reduzidas a termo e juntadas ao processo disciplinar correspondente.
Art. 32. Compete ao organizador da competição prestar o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Disciplinar.
Art. 33. Encerrada a atuação da Comissão Disciplinar, toda a documentação referente aos processos julgados deverá permanecer arquivada pelo organizador da competição pelo prazo mínimo estabelecido na legislação aplicável ou, na sua ausência, por cinco anos, facultando-se à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude solicitar cópias sempre que necessário ao exercício de suas competências.

CAPÍTULO V
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 34. Os processos administrativos submetidos ao Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas terão por finalidade assegurar a adequada apuração dos fatos, a observância do devido processo administrativo e a correta aplicação das normas previstas no Decreto, nesta Portaria e no Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas.
Art. 35. Os processos poderão ser instaurados:
I – de ofício;
II – mediante súmula, relatório ou comunicação oficial da arbitragem;
III – por representação apresentada por pessoa legitimada;
IV – por determinação da Comissão Permanente ou da Comissão Disciplinar;
V – por qualquer outro meio idôneo que indique a ocorrência de infração disciplinar.
Art. 36. Recebida a notícia dos fatos, será autuado processo administrativo próprio, ao qual serão juntados todos os documentos relacionados à ocorrência.
Parágrafo único. Sempre que possível, os documentos deverão permanecer organizados em ordem cronológica.
Art. 37. Os interessados terão direito ao acesso aos autos, observado o disposto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais e às hipóteses de restrição legal.
Art. 38. Sempre que necessário ao esclarecimento dos fatos, poderão ser produzidos os meios de prova admitidos em direito e compatíveis com a natureza do processo administrativo.
Parágrafo único. Poderão ser utilizados, entre outros:
I – documentos;
II – súmulas;
III – relatórios;
IV – fotografias;
V – gravações de áudio ou vídeo;
VI – depoimentos;
VII – outros elementos considerados pertinentes.
Art. 39. A Comissão responsável pelo julgamento poderá determinar a realização de diligências sempre que entender indispensável ao esclarecimento dos fatos.
Art. 40. Os atos processuais observarão os princípios da simplicidade, informalidade, celeridade, economia processual e busca da verdade dos fatos, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.
Art. 41. Os atos praticados pelas Comissões serão registrados nos respectivos processos administrativos.
Art. 42. As notificações poderão ser realizadas por qualquer meio que permita comprovar a ciência do interessado, inclusive:
I – meio eletrônico;
II – aplicativo de mensagens;
III – correio eletrônico;
IV – entrega pessoal;
V – outro meio idôneo.
Art. 43. Os processos permanecerão arquivados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude ou pelo organizador da competição, conforme a competência de cada órgão.

CAPÍTULO VI
DOS REGISTROS, DAS PUBLICAÇÕES E DOS CADASTROS

Art. 44. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude manterá os registros administrativos necessários ao funcionamento do Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas.
Art. 45. Os processos administrativos, decisões, atas e demais documentos produzidos no âmbito do Sistema integrarão arquivo próprio, físico ou eletrônico, observado o disposto na legislação aplicável.
Art. 46. As decisões da Comissão Permanente serão publicadas em mural administrativo da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude, além do site da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, na seção correspondente aos atos oficiais da SEMEJ, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso ou proteção de dados pessoais.
Parágrafo único. As decisões das Comissões Disciplinares serão divulgadas pelo organizador da competição, sem prejuízo do encaminhamento à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude quando necessário.
Art. 47. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude manterá cadastro das competições integrantes do Sistema, contendo, sempre que possível:
I – identificação da competição;
II – entidade organizadora;
III – período de realização;
IV – ato de constituição da Comissão Disciplinar, quando houver;
V – recursos encaminhados à Comissão Permanente;
VI – outras informações relevantes para a gestão do Sistema.
Art. 48. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude poderá manter cadastro das decisões administrativas proferidas pela Comissão Permanente, exclusivamente para fins de controle, acompanhamento e execução das medidas previstas no Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas.
Art. 49. As informações constantes dos cadastros administrativos observarão os princípios da publicidade, da transparência e da proteção de dados pessoais, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. Os casos omissos relativos ao funcionamento administrativo do Sistema Municipal de Integridade das Competições Esportivas serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, observadas as disposições do Decreto, desta Portaria e do Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas.
Art. 51. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude poderá expedir orientações, manuais, formulários e modelos de documentos destinados à padronização dos procedimentos administrativos previstos nesta Portaria.
Art. 52. Os modelos de atas, notificações, termos, certidões, formulários e demais documentos administrativos poderão ser atualizados por ato da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, desde que não impliquem alteração do conteúdo normativo desta Portaria.
Art. 53. Os procedimentos administrativos em andamento na data de publicação desta Portaria passarão a observar suas disposições, preservando-se os atos regularmente praticados.
Art. 54. Integra esta Portaria, para todos os fins legais, o **Anexo I – Código Municipal de Integridade e Disciplina das Competições Esportivas**.
Art. 55. Fica revogada toda disposição em contrário.
Art. 56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL PACHECO SILVA
Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Publicado por:
Rafael Pacheco Silva
Código Identificador:9EEAE88E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 249/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 078/2026

Retificação de Edital - Processo Licitatório nº 249/2026 – Pregão Eletrônico 078/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, juntamente com o agente de contratação, vem por meio desta "RETIFICAR" o edital do Processo Licitatório nº 249/2026 – Pregão Eletrônico 078/2026. Objeto: Aquisição de implementos agrícolas, conforme convênio nº 1231000318/2025/SEAPA. Esta retificação se dá dentro dos prazos legais previstos no §1º do artigo 55 da Lei 14.133/2021, passando o certame para o dia 14/09/2026, (catorze de setembro de dois mil e vinte e seis), às 09h. Tal retificação (Edital nº 249A/2026) estará disponível no site da Prefeitura no endereço www.pontenova.mg.gov.br , não obstante, serão avisados todos os possíveis participantes cadastrados no portal LICITAR (https://licitar.digital). Publique-se.

YGOR LUÍZ DA SILVA REIS
(Agente de Contratação).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:742EEF4A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

A Prefeitura Municipal de PRATÁPOLIS/MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que realiza através de dispensa de licitação, fundamentada pelo inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, com a finalidade de selecionar propostas para "Contratação de empresa para fornecimento, transporte e plantio de 300 (trezentas) mudas de flores ornamentais do tipo Vinca (*Catharanthus roseus*), em cores variadas, destinadas à ornamentação, revitalização e manutenção paisagística dos canteiros da Fonte Municipal de Pratápolis/MG, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência no setor de licitação do município até às 17h do dia 03/09/2026, pelo critério de menor preço global. O procedimento será realizado em conformidade com o Decreto Municipal n.º 3.723/2026, na Lei Federal 14.133/2021, na Lei Complementar n.º 123/2006 e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos integrantes.

O Edital está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de PRATÁPOLIS/MG, na PRAÇA CASTORINO DE SOUZA, 100, Centro, em PRATÁPOLIS/MG – Seção de Licitações e Contratos, das 11h:30min às 17h nos endereços eletrônicos ewww.pratapolis.mg.gov.br.

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:7ABD0609

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 217/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 217/2026
Processo Administrativo nº 113/2026
Adesão nº 14/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente, Sr.(a) Rafaela Lucia Martins de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: SERV SOLUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.082.835/0001-07, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) Lucas Oliveira Amorim.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de zeladoria, mediante disponibilização de 01 (um) profissional para a função de ZELADOR, destinado à execução de serviços contínuos de limpeza, conservação e manutenção das áreas internas e externas do Mercado Municipal de Prudente de Morais/MG, conforme especificações do Cargo " zelador" da Ata de Registro de Preços n° 01/2025, para atender às necessidades da Secretária Municipal de Meio Ambiente.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 83.510,52 (oitenta e três mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e dois centavos).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 27 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

RAFAELA LÚCIA MARTINS DE OLIVEIRA —
Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
LUCAS OLIVEIRA AMORIM -
Representante Legal da Empresa Contratada.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:EF44099B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 219/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 219/2026
Processo Administrativo nº 118/2026, **Inexigibilidade de Licitação nº 040/2026**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Educação e Cultura, Sr.(a) Cheila Reis de Souza, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: KI-LEGAL EVENTOS E REPRESENTAÇÕES ESPORTIVAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 68.308.374/0001-02, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) Isaias Marques Pereira.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação da empresa KI-LEGAL EVENTOS E REPRESENTAÇÕES ESPORTIVAS LTDA, devidamente qualificada nos autos do processo administrativo, para a implantação, gestão, coordenação e operação de unidade oficial da Academia de Futebol do Galo, no Município de Prudente de Morais/MG, mediante utilização autorizada da marca, metodologia, identidade visual, sistema de gestão, materiais, uniformes, padrões técnicos e demais elementos integrantes do modelo oficial da Academia de Futebol do Galo, vinculado ao Clube Atlético Mineiro, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.
Prudente de Morais / MG, 27 de agosto de 2026.
Assinam digitalmente:
Cheila Reis de Souza — Secretaria Municipal de Educação.
Isaias Marques Pereira - Representante legal da empresa contratada.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:0762A72C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº:135/2026
Contrato Original:nº 16/2026
Contratante:MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS - MG (CNPJ nº 18.314.625/0001-93)
Contratada:LUANA DA SILVA PINHEIRO (CNPJ nº 50.177.103/0001-08)
Objeto do Contrato Original: Prestação de serviços de assessoria técnica à política pública municipal de Turismo.
Fundamento Legal:art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Motivação: Pedido formal da contratada, em 06 de julho de 2026, por razões de reestruturação e redirecionamento de suas atividades profissionais, inviabilizando a continuidade da execução contratual. Não há inadimplemento culposo da contratada.
Data da Rescisão:31 de julho de 2026.
Efeitos Principais:

• Extinção do vínculo contratual;
• Quitação mútua entre as partes;
• Não aplicação de penalidades à contratada;
• Desobrigação de execuções e pagamentos futuros.

Publicação:O extrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Foro: Comarca de Matozinhos/MG.

Prudente de Morais/MG, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:2B334539

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG
CNPJ: 18.314.625/0001-93
Representante: Jocimar Cesar Brandão – Prefeito Municipal
CONTRATADA:
ADRIANA MOREIRA SILVA MELO
CPF: 612.247.746-04
Endereço: Rua Raimundo José Dias, nº 48, Morro do Claro, Sete Lagoas/MG
OBJETO:
Prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor mensal do contrato de prestação de serviços de assessoria em convênios, contratos de repasse e projetos de captação de recursos.
PRAZO DE VIGÊNCIA:
Prorrogação por mais 12 (doze) meses:

• Início: 02/09/2026
• Término: 02/09/2027

REAJUSTE DO VALOR:

• Valor mensal anterior: R$ 2.420,59
• Índice aplicado: INPC/IBGE – 4,10%
• Novo valor mensal: R$ 2.519,83
• Valor total do aditivo (12 meses): R$ 30.237,96

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Ficha 90 – Fonte de Recurso 1.500 (mesma do contrato original).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Oitava do contrato original.
DEMAIS CLÁUSULAS:
Permanecem inalteradas as condições contratuais originais (objeto, obrigações, pagamento, fiscalização, penalidades, rescisão etc.).

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:16465408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2026
Processo: Licitatório nº 66/2025 - Concorrência nº 02/2025
Contratante:MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG (CNPJ: 18.314.625/0001-93), representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, Habitação e Estradas, Sr. Philippe Afonso Alves Amaral.
Contratada:DANIMANN CONSTRUTORA LTDA (CNPJ: 51.056.624/0001-61), representada pelo Sr. Josemar de Oliveira.
Objeto: Supressão de valor do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 157/2026, para corrigir erro material no valor lançado, adequando-o ao saldo remanescente da obra de construção do auditório municipal.
Fundamento Legal: Art. 124, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor Suprimido:R$ 27.778,04 (vinte e sete mil, setecentos e setenta e oito reais e quatro centavos), correspondente a 1,26% do valor original do contrato.
Novo Valor Contratual:R$ 2.168.434,65 (dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).
Natureza da Alteração: Exclusivamente retificadora, sem alteração do objeto, escopo físico, cronograma ou demais condições pactuadas.
Garantia Contratual:A contratada está ciente de que a garantia (5% do valor) poderá ser readequada para o novo valor contratual.
Dotação Orçamentária: Fonte 2.571.000.0000; Elemento de despesa 4495100; Dotação 02.0620.12.361.0188.1235.4.4.90.51.00.
Publicação: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), site oficial do Município e Imprensa Oficial.
Foro: Comarca de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:4CDA2AF0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA
1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA. AVISO DE RETIFICAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2025. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025. A Prefeitura Municipal de Ressaquinha cadastrada no Ministério da Economia como UASG 932264 TORNA PÚBLICA a divulgação da 1ª Retificação do Credenciamento Nº 007/2025, Inexigibilidade 013/2025. Obj.: Credenciamento de empresa especializada na área da saúde em geral (neuropsicopedagoga, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação do Município de Ressaquinha/MG. Edital disponível a partir das 18:00h do dia 31/08/2026 no site https://www.ressaquinha.mg.gov.britransparencia/licitacoes,
Informações Gerais: Vide Edital e/ou através do e- mail: licita.ressaquinha@gmail.com ou ainda pelo Telefone: (32) 99968-3978. Luis Henrique Rodrigues Carvalho - Diretor de Licitações e Contratos.

Ressaquinha/MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Erika Valdira da Silva Diniz
Código Identificador:00E3D42E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO 1 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – MG. RETIFICAÇÃO 1 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 02 (dois) veículos automotores tipo Minivan 7 lugares, zero quilômetro e 01 (um) veículo automotor tipo Caminhonete/Picape Cabine Dupla, zero quilômetro, para a atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Casca – MG. O Município de Rio Casca/MG torna pública a **RETIFICAÇÃO** do edital, em razão da necessidade de alteração da especificação constante do Item 01, decorrente do acolhimento da impugnação apresentada, conforme manifestação jurídica constante dos autos. O edital retificado será publicado nos mesmos meios oficiais, ficando designada a nova data para realização da sessão pública para o **dia 15 de setembro de 2026, às 08:30**. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital e seus anexos. Sessão Eletrônica na plataforma https://ammlicita.org.br/ .Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações (31) 3924-0010.

Rio Casca, 31 de agosto de 2026.

FERNANDA AMORIM BOSEJA DE MORAIS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:4C4252E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N° 092/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2026
Objeto: Aquisição de trator agrícola novo, zero hora, para atendimento das necessidades das demandas do Município de Rio Novo, **Recebimento de propostas e documentos:** até 15/09/2026 às 08h. **Início da sessão:** 15/09/2026 às 08h30, no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/. Edital em www.rionovo.mg.gov.br e pelo e-mail licitacao@rionovo.mg.gov.br.

Rio Novo-MG, 31/08/2026.

GISLENE AP. FERREIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:CA666771

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 033/2026

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 033/2026
PROCESSO Nº 185/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 063/2026
Conforme Lei 13.019/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO POMBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 17.744.434/0001-07, com sede na Av. Raul Soares, nº 15, Centro, na Cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, e a Associação Comunitária RioPombense de Radiodifusão, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.812.039/0001-76, com sede na Praça Dr. Último de Carvalho, nº 79, Loja 10, Bairro Centro, Município de Rio Pomba.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R$ 2.464,24 (Dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 04/08/2026 a 31/12/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 04/08/2026 a 31/12/2026.
ASSINATURAS: FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO e PAULO CEZÁR DE PAIVA RODRIGUES.
DATA DE ASSINATURA: 04/08/2026.

Publicado por:
Maria Vitória Ferreira Mendes
Código Identificador:2B1A378A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 035/2026

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 035/2026
PROCESSO Nº 193/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 067/2026
Conforme Lei 13.019/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO POMBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.744.434/0001-07, com sede na Av. Raul Soares, nº 15, Centro, na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, e Ubaense de Proteção aos Animais e Saúde Humana, SUPASH , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.630.201/0001-60, com sede na Estrada Ubá/Divinésia, Km 9, Zona Rural de Ubá, Minas Gerais

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil, quinhentos reais),
PRAZO DE EXECUÇÃO: 10/08/2026 a 31/12/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/08/2026 a 31/12/2026.
ASSINATURAS: FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO e MARIA ANGÉLICA XAVIER CALDERANO
DATA DE ASSINATURA: 10/08/2026.

Publicado por:
Maria Vitória Ferreira Mendes
Código Identificador:5D5B92C1

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 036/2026

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 036/2026
PROCESSO Nº 197/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 068/2026
Conforme Lei 13.019/14

CONTRATANTE: Município de Rio Pomba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.744.434/0001-07, com sede na Av. Raul Soares, nº 15, Centro, na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, e o América Atlético Clube, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.972.281/0001-00, com sede na Avenida Dr. José Neves, nº 980, Bairro Jardim América, Município de Rio Pomba.

OBJETO: Firmar Termo de Colaboração com o América Atlético Clube, com o objetivo de fomentar, junto à comunidade rio-pombense, o incentivo ao esporte e à manutenção e evolução do Clube em todos os âmbitos. O PROPONENTE deverá empregar os recursos para cobrir despesas de custeio, manutenção das instalações físicas, conservação de bens móveis, aquisição de material esportivo e outras despesas vinculadas à continuidade das atividades do Clube.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R$ 20.683,03 (Vinte mil, seiscentos e oitenta e três reais e três centavos)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12/08/2026 a 31/12/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12/08/2026 a 31/12/2026.
ASSINATURAS: FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO e CLEITON JOSÉ REIS
DATA DE ASSINATURA: 12/08/2026

Publicado por:
Maria Vitória Ferreira Mendes
Código Identificador:56D4C39A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 037/2026

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 037/2026
PROCESSO Nº 199/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 069/2026
Conforme Lei 13.019/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO POMBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.744.434/0001-07, com sede na Av. Raul Soares, nº 15, Centro, na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, e a Associação de Amigos e Protetores dos Animais de Rio Pomba, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.518.634/0001-97, com sede na Rua Gerardo Marini, S/N, Loja 07, Centro, Município de Rio Pomba.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R$ 25.292,85 (Vinte e cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 13/08/2026 a 31/12/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 13/08/2026 a 31/12/2026.
ASSINATURAS: FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO e HIRA FERNANDA DE LIMA.
DATA DE ASSINATURA: 13/08/2026.

Publicado por:
Maria Vitória Ferreira Mendes
Código Identificador:FFFFFFCE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 208/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para às **Aquisições de materiais de construções e elétricos**. Data da sessão pública: 15/09/2026 às 10h00min. Informações gerais e edital: no site https://www.riopomba.mg.gov.br. e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Rio Pomba-MG, 31 de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VIEIRA GONÇALVES –
Chefe de Setor.

Publicado por:
Marcos Antônio Vieira Gonçalves
Código Identificador:35110424

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO:
RETIFICADO 01
CONCORRÊNCIA Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, para **Permissões de uso de bens públicos**. Data da sessão pública: 24/09/2026 as 10h00min. Informações gerais e edital: na sede da Prefeitura ou no site https://www.riopomba.mg.gov.br.

Rio Pomba-MG, 31 de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VIEIRA GONÇALVES –
Chefe de Setor.

Publicado por:
Marcos Antônio Vieira Gonçalves
Código Identificador:AD31D6B6

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, A PEDIDO, EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 200/2026

Concede, a pedido, exoneração de servidor ocupante de cargo que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba, MG, no uso das atribuições que lhe confere os dispositivos insculpidos no artigo 59, I e VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, a partir desta data, o Sr. **JOÃO CARLOS BATISTA CANCELA** do cargo de Secretário Municipal de Cultura e Turismo, criado conforme inciso II, do art. 2º da Lei nº 2.056/2025, de 06/11/2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria º 120/2026, de 16/04/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 14 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:E165CD30

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE PENSÃO POR MORTE À PENSIONISTA MARIA DA CONCEIÇÃO DE PAULA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 1.855/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N.º 3.414/2026

"Concede pensão por morte à pensionista Maria da Conceição de Paula, nos termos da Lei Municipal 1.855/2022 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 59 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida, nos termos dos artigos 1o, 2o, I da Lei Municipal 1.855/2022, § 7º, do art. 40, da Constituição Federal, pensão por morte à Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE PAULA, viúva de José de Paula.
Parágrafo Único – O valor da pensão será de 60% (sessenta por cento) do valor do provento que era recebido pelo falecido, conforme art. 4º da Lei Municipal nº 1.855/2022.

Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Pomba, 03 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação.

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:A7873D83

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 191/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 141/2026, com vigência até 08/12/2026, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com DANIELE BARCELLOS PINHEIRO, como Cuidador Infantil do Serviço Municipal de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Casa-Lar, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 05 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:48B3A618

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 195/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 110/2025, com vigência até 28/05/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com THALITA DIAS DOS SANTOS, como Auxiliar de Serviços Gerais – Jardim e Poda, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 12 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:5AC0E26D

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 198/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 181/2025, com vigência até 01/10/2026, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com DERLÂNIA APARECIDA DA SILVA, como Auxiliar de Serviços Gerais – Varrição, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 12 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:31BCA676

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 199/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 152/2025, com vigência até 22/07/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com ANA GABRIELE ANASTÁCIO DA SILVA REIS, como Auxiliar de Serviços Gerais - Varrição, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 12 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:26D6C789

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 204/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir do dia 31/08/2026, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 230/2025, com vigência até 02/12/2026, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com FERNANDA TOLEDO DE BARROS, como Técnico em Enfermagem, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2026..

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 20 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:43B1B53E

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 205/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir do dia 31/08/2026, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 077/2025, com vigência até 16/05/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com WERVERTON DOS SANTOS SOUZA, como Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2026..

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 20 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:D6B30870

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 206/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir do dia 31/08/2026, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 001/2025, com vigência até 10/01/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com IURI RODRIGUES DE SOUZA, como Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2026..

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 20 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:D3258DA9

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 207/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir do dia 31/08/2026, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 048/2025, com vigência até 11/04/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com RONILDA GOULART, como Técnico em Enfermagem, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2026..

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 20 de Agosto de 2026;

259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:C273C6B5

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 208/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir do dia 31/08/2026, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 159/2026, com vigência até 20/01/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com MARIA JOSÉ NOVATO, como Auxiliar de Serviços Gerais da Casa-Lar Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2026..

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 20 de Agosto de 2026;

259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:CB86AE4F

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDOR QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 193/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 076/2025, com vigência até 16/05/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com PEDRO LUIZ LOURENÇO, como Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 12 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:6157B274

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDOR QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 194/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 080/2025, com vigência até 19/05/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com WELLINGTON BRUNO COSTA, como Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 12 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:F1B3F955

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDOR QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 196/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 086/2025, com vigência até 20/05/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com SÉRGIO LUIS DA SILVA, como Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 12 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:0B382521

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDOR QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 197/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir desta data, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 107/2025, com vigência até 27/05/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com ELDER DA SILVA SANTOS, como Auxiliar de Serviços Gerais – Coletor de Lixo, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 12 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:3E07C6F6

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 190/2026

Rescinde contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – Proceder à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 151/2026, com vigência até 17/12/2026, com fulcro no artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com HERCÍLIA DE PAULA, como Auxiliar de Cuidador Infantil, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 05 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:41E124BF

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 192/2026

Rescinde contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – **Art.1º – Proceder à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 148/2026, com vigência até 11/12/2026, com fulcro no artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com ÉRIKA REGINA CAMPOS, como Auxiliar de Cuidador Infantil, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 10 de Agosto de 2026;

259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:DE5D8648

GABINETE DO PREFEITO
REVOGA, A PEDIDO, A PORTARIA Nº 187/2025.

PORTARIA Nº 209/2026

Revoga, a pedido, a Portaria nº 187/2025.

O Prefeito do Município de Rio Pomba, MG, no uso das atribuições que lhe confere os dispositivos insculpidos no artigo 59, I e VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Revogar, a pedido, a Portaria nº 187/2026, de 05/08/2026, que concedeu à servidora **ELIANE ALVES SOARES**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde (Matrícula 2085), **01 (um) ano de Licença sem Vencimentos, a partir de 01/09/2026 até 01/09/2027**, para tratar de interesses particulares, conforme art. 108 da Lei Complementar nº 17/2015, de 10/09/2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio Pomba.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 21 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:168B0A5A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N º 068/2026 - Pregão Presencial 024/2026.
AVISO.
O Município de Santa Juliana, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 024/2026, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial da infraestrutura elétrica predial de baixa tensão dos próprios municipais, mediante pagamento por hora-profissional trabalhada, com fornecimento de mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos e EPIs pela contratada, cabendo ao Município o fornecimento dos materiais e insumos necessários, sendo que a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 17/09/2026 às 09:00h, na divisão de licitações da Superintendência Municipal de Licitações e Contratos Administrativos. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados na Superintendência Municipal de Licitações.

Prefeitura Municipal de Santa Juliana – MG, 31 de agosto de 2026.

ALEX RODRIGUES DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:CD624C3E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 028/2026 – PROCESSO N. 085/2026 – EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 028/2026 – PROCESSO N. 085/2026 – EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO – Objeto: Contratação da empresa PALOMA MARQUES OLIVEIRA DE DEUS 11863009655, para apresentação de Show artístico musical da cantora "PALOMA MARQUES", a ser realizado durante a "Festa de Nossa Senhora do

Rosário de Santa Maria de Itabira 2026", no Município de Santa Maria de Itabira/MG. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inc. II da Lei nº 14.133/2021. Termo de contrato nº 071/2026. Valor Global R$ 25.000,00. Vigência do Contrato: Até 31/10/2026.

SMI 31/08/2026 –

ANDRÉ LÚCIO TORRES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:5AB24118

LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 029/2026 – PROCESSO N. 088/2026 – EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 029/2026 – PROCESSO N. 088/2026 – EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO – Objeto: **Contratação da empresa DIMAS FERREIRA COSTA para apresentação de show artístico musical do cantor "DIMAS E SEUS TECLADOS", a ser realizado durante a "Festa de Nossa Senhora do Rosário de Santa Maria de Itabira 2026", no Município de Santa Maria de Itabira/MG**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inc. II da Lei nº 14.133/2021. Termo de contrato nº 072/2026. Valor Global R$ 60.000,00. Vigência do Contrato: Até 31/10/2026. SMI 31/08/2026 –

ANDRÉ LÚCIO TORRES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:5C343C3F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA/MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – AVISO DE LEILÃO PÚBLICO
O Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a realização do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026 – LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2026**, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, tendo por objeto a **alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município**, conforme relação, especificações e valores mínimos constantes do Edital e seus anexos.
O certame será conduzido pela Leiloeira Oficial **Renata Murta Moreira, matrícula JUCEMG nº 1324**, e realizado em duas etapas: **online**, com abertura em **29/09/2026** e encerramento em **09/10/2026, a partir das 10h00**, por meio do portal da GP Leilões; e **simultânea (presencial e online)**, no dia **09/10/2026, a partir das 10h00**, sendo a etapa presencial realizada na **Rua Alfredo Macena, s/nº, Centro, Santa Rita de Ibitipoca/MG**.
Os bens poderão ser visitados nos dias **07 e 08 de outubro de 2026**, das **08h00 às 11h00 e das 13h00 às 15h00**, mediante agendamento pelo portal da leiloeira. O valor mínimo total previsto para os bens objeto do leilão é de **R$ 201.900,00 (duzentos e um mil e novecentos reais)**.
Edital e demais informações disponíveis no portal da leiloeira, GP Leilões, e no site oficial do Município.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 31 de agosto de 2026.

LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:DD1C3A9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
EXTRATO-TERMO ADITIVO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG, torna público o **EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 085/2025**, Processo Licitatório Nº 168/2025 na modalidade credenciamento nº 003/2025, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 em seu artigo 107 e alterações posteriores da legislação referida. OBJETO: O presente termo aditivo de Contrato tem como objeto a prorrogação de prazo do contrato nº 085/2025, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra e a empresa **JEIEL RANGEL ANTUNES,** inscrita sob o nº CNPJ: **62.356.943/0001-09**. A partir de 27 de agosto de 2026.

KÉSIA HELENA SILVA GABRIEL-
Presidente da Comissão.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:50195850

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 77

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 077/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026

OBJETO: A presente ata tem como objeto o Registro de preço para futura contratação de empresa especializada, para o fornecimento de material elétrico para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama/MG.

CONTRATADO: 59.208.177 EZEQUIEL DE ABREU LIMA FILHO, inscrito no CNPJ sob o nº 59.208.177/0001-20, com sede na Rua Coronel José Vieira, nº 505, Loja 01, Bairro Centro, Rio Casca/MG, beste ato representado pelo Senhor **EZEQUIEL DE ABREU LIMA FILHO**, inscrito no CPF sob 591.254.976-34.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$310.260,00(trezentos e dez mil, duzentos e sessenta reais)

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 28 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:1F95F4C4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PROCESSO N. º 59/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N. º 16/2026
EXTRATO DO CONTRATO N° 56/2026

PARTES: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/ **RRV MULTI WORK LTDA**

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, JULGAMENTO E PREMIAÇÕES DO CONCURSO DE MARCHA, QUE OCORRERÁ DURANTE A XXV CAVALGADA DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO, NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026
DATA DO CONTRATO: 28/08/2026.
VALOR DO CONTRATO: R$ 42.000,00 (quarenta dois mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, no prazo legal.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 31 de agosto de 2026.

GEISIELLE ALMEIDA SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:58C1C3A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
PORTARIA Nº 58/2026

PORTARIA Nº 58/2026

Nomeia a servidora EVELANGE CRISTINA DE ASSIS para o cargo que especifica e dá outras providências

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santos Dumont, vereador Luciano Gomes, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o disposto no art. 44, incisos VIII e XLI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santos Dumont, bem como art. 28 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 25 de 14 de fevereiro de 2022;
Considerando o período de férias regulamentares da servidora Karolini Aparecida da Silva Procópio, no período de 1º de setembro a 30 de setembro de 2026, atual Chefe de Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Câmara Municipal, e a necessidade de nomeação de servidor para exercer as atribuições do cargo durante esse período;
Resolve:
Artigo 1º Nomear, em substituição, a servidora EVELANGE CRISTINA DE ASSIS, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, para exercício simultâneo das atribuições do Cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, CBO 1234-05, padrão CD, do Legislativo Municipal de Santos Dumont, durante o período de férias regulamentares da servidora Karolini Aparecida da Silva Procópio.

Artigo 2º Nos termos do art. 29, 2º, I, da Lei Complementar nº 25/2022, durante o período de acumulação, a servidora fará jus a percepção da remuneração correspondente ao cargo de maior vencimento, a qual será adotada como base remuneratória para todos os fins, enquanto perdurar a designação.

Artigo 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º.9.2026 até o dia 30.9.2026.

Registre-se e Publique-se.

Santos Dumont, 31 de agosto de 2026.

LUCIANO GOMES
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto Raphael Coure Júnior
Código Identificador:6A37720F

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO 31/2025 PROCESSO LICITATÓRIO: 088/2025

Pregão Eletrônico 031/2025 - Processo Licitatório: 088/2025 – 1º Termo Aditivo às Atas de Registro de Preços **nº. 48/2025** - Detentora: Amigão Gás e Água Ltda e **Nº 49/2025** - Detentora: Mendes e Pina Comércio de Gás Ltda
Objeto: Prorrogação de vigência até 27/08/2027

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR–
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:E17B1675

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA CONCORRÊNCIA Nº 12/2025 – PROC. Nº 143/2025

Concorrência nº 12/2025 – Proc. nº 143/2025 - 2º T.A ao Cont nº 164/2025
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Construtora Sinarco Ltda
Objeto: Prorrogação de vigência até 07 de agosto de 2027.
Assinado em 07 de agosto de 2026
Fundamento Legal: 107da Lei nº. 14.133/21.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:51B93360

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025 - PROCESSO Nº 127/2025

Inexigibilidade de Licitação nº 023/2025 - **Processo nº** 127/2025 – 1º TA ao Cont. 135/2025
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratado: Goldmed Importação de Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: Prorrogação de vigência até 20 de Julho de 2027
Fundamento legal: Inciso I do art. 74 da Lei Federal 14.133/2021

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:254686FB

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025 – PROC. Nº 104/2025

Pregão Eletrônico nº 38/2025 – Proc. nº 104/2025 - 3º T.A ao Cont nº 175/2025

Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Comércio e Construtora e Conservadora Ewbanquense Ltda
Objeto: Prorrogação da vigência até 25 de agosto de 2027
Fundamento Legal: art. 107 da Lei nº. 14.133/21.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:65258B1D

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO ORDINATÓRIO 116/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Praça Cesário Alvim, 02 – Santos Dumont-MG
CNPJ 17.747.924/0001-59
Governo 2025/2028

ATO ORDINATÓRIO Nº 116/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX e XIII do art.90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990, Lei Municipal n° 2.274, de 30 de maio de 1990 e Decreto Municipal n° 1180/90, Lei Municipal n° 952 de 20 de junho de 1969 e respectivas alterações.

R E S O L V E:

Art.1º) – **DECLARAR** vago o cargo de **PEB I**, ocupado pela servidora **FRANSCIENY DE SOUZA CALIXTO**, Matrícula n° 5571.
Art.2º) A vacância dar-se-á na forma prevista do artigo 68, inciso 7°, da Lei Municipal 952/69, Estatuto dos Servidores da Prefeitura Municipal de Santos Dumont

Art.2º) – Os efeitos deste ATO terão vigência a partir da data de 27 de agosto de 2.026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Paço da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 27 de agosto de 2.026.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

PERJ/gas.

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:62462EA0

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO ORDINATÓRIO 117/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Praça Cesário Alvim, 02 – Santos Dumont-MG
CNPJ 17.747.924/0001-59
Governo 2025/2028

ATO ORDINATÓRIO Nº 117/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX e XIII do art.90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990, Lei Municipal nº 2.274, de 30 de maio de 1990 e Decreto Municipal n° 1180/90, Lei Municipal n° 952 de 20 d e junho de 1969 e respectivas alterações.

R E S O L V E:

Art.1º) – **EXONERAR** o Senhor **UMBERTO BRETAS PALMIERI** das atribuições do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFESA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR- PROCON,** simbologia CC-2, enquanto for de interesse do Executivo Municipal.

Art.2º) – Os efeitos deste ATO terão vigência a partir de 28 de agosto de 2.026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Paço da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 28 de agosto de 2.026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

PERJ/gas.

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:78B03C42

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO ORDINATÓRIO 118/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Praça Cesário Alvim, 02 – Santos Dumont-MG
CNPJ 17.747.924/0001-59
Governo 2025/2028

ATO ORDINATÓRIO Nº 118/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX e XIII do art.90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990, Lei Municipal nº 2.274, de 30 de maio de 1990 e Decreto Municipal nº 1180/90, Lei Municipal n º 952 de 20 de junho de 1969 e respectivas alterações.

R E S O L V E:

Art.1º) – **NOMEAR** o Senhor **UMBERTO BRETAS PALMIERI** para exercer as atribuições do cargo em comissão de **PROCURADOR JURÍDICO,** simbologia DC-1, enquanto for de interesse do Executivo Municipal.

Art.2º) – Os efeitos deste ATO terão vigência a partir de 31 de agosto de 2.026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Paço da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 31 de agosto de 2.026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

PERJ/gas.

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:58E286A7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 082/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 082/2026.

A prefeitura Municipal de São Miguel do Anta, torna público o extrato do termo de contrato referente ao **processo administrativo de n° 059/2026**, decorrente do Pregão Eletrônico n° 018/2026, Registro de Preços nº 015/2026, firmado com a empresa ONEDOCTOR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 36.502.943/0001-60. O presente instrumento tem por objeto: A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE**

SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E CLÍNICOS GERAIS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMENADAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO ANTA/MG, Conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência. O valor total do contrato é de R$ 429.900,00 (Quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos reais)**.** A vigência contratual compreende o período de 01/09/2026 a 31/08/2027.

Data da assinatura: 31 de agosto de 2026.

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JÚNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinto Pacheco
Código Identificador:256C1DAE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 158/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2026. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS CORRELATOS E MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO - MG, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA À POPULAÇÃO LOCAL.
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM 31/08/2026 ÀS 17:00HR.
FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM 14/09/2026 ÀS 08h:30m.
INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM 14/09/2026 ÀS 08h:30m. NA PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES: SITE Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da União - Prefeitura de São Pedro da União - MG e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1&ufs=MG&municipios=2994

JULIANA REIS TERRA
Pregoeira

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:65F654D9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
TERMO ADITIVO

- Processo Licitatório: n.003/2025 - **Modalidade:** Inexigibilidade/Credenciamento n. 005/2025. **Contrato Administrativo** 084/2025**. Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratados: CLINICA MEDICA FAVORETTO GONCALVES S/S LTDA, CNPJ: 29.220.892/0001-18**. **Objeto:** "**Prestação de serviços de Procedimentos cirúrgicos média e alta complexidade, procedimentos, consultas e exames conforme Decreto Municipal 011/2023 das tabelas dos valores estabelecidos, à Prefeitura de São Tomás de Aquino."** O presente termo aditivo tem por objeto o prorrocação de prazo de execução do contrato firmado entre as partes até 30/08/2027, para mais 12 meses. **Embasamento Legal:** conforme art. 107, da Lei 14.133/21. **Dotação Orçamentária: 020401 1030210042.083 339039; Data de Assinatura:** 28/08/2026. **Representantes dos Contratados**: MAURICIO AUGUSTO DE PAULA GONÇALVES**. Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

- Processo Licitatório: n.237/2023 - **Modalidade:** Inexigibilidade n. 035/2023. **Contrato Administrativo** 237.035-0/2023**. Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratados: QUEIROZ SERVIÇOS MÉDICOS S/S, CNPJ: 24.505.678/0001-94**. **Objeto:** "**Prestação de serviços de Procedimentos cirúrgicos média e alta complexidade, procedimentos, consultas e exames conforme decreto 011/2023 das tabelas dos valores estabelecidos, à Prefeitura de São Tomás de Aquino."** O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do contrato firmado entre as partes até 31/08/2027. Acrescendo um total de **R$ 20.940,00 (vinte mil novecentos e quarenta reais)** ao processo original para mais 12 meses. **Embasamento Legal:** conforme art. 107, da Lei 14.133/21. **Dotação Orçamentária: 020401 1030210042.083 339039; Data de Assinatura:** 31/08/2026. **Representantes dos Contratados**: Diego Lemos Queiroz**. Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:996A8534

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 1º ADITIVO PROCESSO Nº 472/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO Nº 472/2025 – PROCESSO EXTERNO Nº 15/2025
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo ao contrato firmado através do Processo Licitatório acima identificado. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: Mix Rack Produções de Eventos Ltda., CNPJ 17.363.118/0001-04. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de serviços para fornecimento, montagem e desmontagem de estruturas e equipamentos necessários a realização de eventos a serem promovidos pelo Município de Sericita/MG, correspondente à, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047001/2025, derivada do Processo Administrativo de Licitação Pública nº 047/2025, Pregão Eletrônico nº 021/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Luisburgo/MG, pelo prazo de 180 dias, sendo de 27/08/2026 a 26/02/2027. Data de assinatura 24/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:0223831B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 2º ADITIVO PROCESSO 464/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO DE 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO
Processo de Licitação nº 464/2025 – Pregão Eletrônico nº 44/2025. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: Medeiros Assessoria e Turismo Ltda., CNPJ 41.***.183/0001-**. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por 180 dias, sendo de 14/08/2026 a 13/02/2027, do contrato de prestação de serviços de assessoria técnica e apoio administrativo para desenvolvimento e execução das ações relacionadas aos Programas do ICMS Patrimônio Cultural e do ICMS Turístico do Município de Sericita/MG. Data de assinatura 11/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:025F6923

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 2º TA PROCESSO 456-2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO DE 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO
Processo de Licitação nº 456/2025 – Pregão Eletrônico nº 42/2025.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: Naturarte Comunicação Visual Ltda., CNPJ 22.***.116/0001-**. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por 180 dias, sendo de 02/08/2026 a 01/02/2027, do contrato de prestação de serviços de comunicação visual, incluindo a confecção de banners, faixas em lona, placas de identificação de obras, envelopamentos, layouts para veículos, produção de quadros com estrutura metálica, instalação de letras em PVC, fachadas, adesivos em vinil, bem como serviços de sinalização viária urbana e demais materiais relacionados. Data de assinatura 31/07/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:19EFA95C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 5º TA PREGAO 13/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO Nº 287/2023 – PREGAO Nº 13/2023
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
5º Termo Aditivo ao contrato firmado através do Processo Licitatório acima identificado. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: Mais Máquinas e Tratores Ltda., CNPJ 19.183.400/0001-08. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento parcelado de peças, acessórios e outros itens para manutenção da frota municipal, pelo prazo de 180 dias, sendo de 18/08/2026 a 17/02/2027 – Data de assinatura 13/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:C993E102

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 6º TA PROCESSO 208/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO DE 6º (SEXTO) TERMO ADITIVO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 208/2022, PREGAO Nº 30/2022.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG, CNPJ 19.243.518/0001-84. Contratada: Adriana da Silva Barbosa, psicóloga, CRP **/2794*. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo de 20/08/2026 a 19/02/2027. Data de assinatura 17/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:3019E30B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 6º TA PROCESSO 243-2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO Nº 243/2022 – PREGAO Nº 35/2022
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo Aditivo ao contrato firmado através do Processo Licitatório acima identificado. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: Mais Máquinas e Tratores Ltda., CNPJ 19.183.400/0001-08. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento de peças, acessórios e outros itens destinados à manutenção das máquinas e equipamentos da frota municipal, por 180 dias, sendo de 15/08/2026 a 14/02/2027. Data de assinatura 11/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:C7CA134D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO ADITIVOS PROCESSO 281/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO Nº 281/2023 – PREGÃO Nº 26/2023
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termos Aditivos aos contratos firmados através do Processo Licitatório acima identificado. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratadas: 1). Marcela Santana Gomes, Enfermeira e 2). Nathália Dias Mendes, Enfermeira. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por 180 dias, sendo de 22/08/2026 a 21/02/2027 – Data de assinatura 17/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:B7C39785

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO ADJUDICACAO PROCESSO 49/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG
Processo Administrativo nº 49/2026
Processo Externo nº 07/2026
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, após análise, conferência e deliberação, decido ADJUDICAR o Processo Administrativo de Adesão à Ata de Registro de Preços, nos seguintes termos: Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, destinados à execução de pavimentação em bloquetes sextavados, sarjetas e drenagem em estradas vicinais do município de Sericita/MG, com recursos oriundos do Convênio de Saída nº 1231003317/2026-SEAPA, firmado entre o Municipio de Sericita/MG e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2026, decorrente do Processo de Licitação nº 123/2025 – Concorrência Eletrônica nº 005/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Matipó/MG. Empresa Executora: GJS Construções e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.225.***/****-01. Valor: R$ 3.010.073,04.

Sericita/MG, aos 27/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:BEF9D63D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO CONTRATO PROCESSO 49/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2026
PROCESSO EXTERNO Nº 07/2026
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 71/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: GJS Construções e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.225.***/****-01. Objeto: Execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, incluindo disponibilização de todos os equipamentos necessários

à execução pavimentação asfáltica – concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) com regularização de subleito, sub-base, base, fornecimento e aplicação de imprimação, execução de drenagem em estrada vicinal do Município de Sericita/MG, com recursos oriundos do Convênio de Saída nº 1231002843/2026-SEAPA, firmado entre o município de Sericita/MG e o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2026, decorrente do Processo de Licitação nº 123/2025 – Concorrência Eletrônica nº 005/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Matipó/MG. Valor global adjudicado R$ 3.010.073,04. Prazo de execução 365 dias. Data de assinatura 27/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:DBF5BF63

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO 203/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS
Processo nº 203/2021 – Pregão nº 16/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG.
Contratadas: 1). Junia Cássia Reis Paula, enfermeira; 2). Natalia Reis Paula, enfermeira; 3). Elaine Cristina Pires Coelho, enfermeira; 4). Wana Tainá Oliveira Viana, enfermeira; 5). Natália Reis Pereira, técnica de enfermagem; 6). Amanda Ferreira Pio, técnica de enfermagem e 7). Elielma Louise Carvalho Coelho, enfermeira. Objeto: prorrogação do prazo de vigência por 180 dias, sendo de 18/08/2026 a 17/02/2027, dos contratos de prestação de serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde. – sem alteração de valor mensal. Data de assinatura 13/08/2026. Vigência até 17/02/2026.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:EBC416EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO HOMOLOGACAO PROCESSO 49/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2026
PROCESSO EXTERNO Nº 07/2026
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Com base nas informações constantes do Processo Administrativo de Adesão à Ata de Registro de Preços, destinado a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, destinados à execução de pavimentação em bloquetes sextavados, sarjetas e drenagem em estradas vicinais do município de Sericita/MG, com recursos oriundos do Convênio de Saída nº 1231003317/2026-SEAPA, firmado entre o Municipio de Sericita/MG e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2026, decorrente do Processo de Licitação nº 123/2025 – Concorrência Eletrônica nº 005/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Matipó/MG, considerando o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, homologo o Processo Administrativo de Adesão à Ata de Registro de Preços a favor da empresa GJS Construções e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.225.***/****-01, para a execução da obra citada pelo valor global de R$ 3.010.073,04.

Sericita/MG, aos 27/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:5BABE00D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO TERMO ADITIVO PREGAO 23/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO Nº 220/2023 – PREGÃO Nº 23/2023
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo Aditivo ao contrato firmado através do Processo Licitatório acima identificado. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratado: Romeu dos Reis, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais – CRM MG 25306. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por 180 dias, sendo de 21/08/2026 a 20/02/2027 – Data de assinatura 17/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:8C08F5D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Setubinha torna público o interesse em aderir como Carona a Ata nº 025/2026 oriunda do processo licitatório 014/2026, Pregão Eletrônico 014/2026 realizado pelo CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTOS DOS MUNICÍPIOS MINEIROS – CODEMM CNPJ 55.071.775/0001-40, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes ao assunto, objetivando a Aquisição de veículo tipo VAN para atender às demandas das Secretarias Municipal de Educação, através do convênio de saída n° 003020/2026 firmados com o Estado de Minas Gerais, para no valor de R$ 387.600,00 Fornecedor: BELABRU COMERCIO E REPRESENTAÇOES CNPJ N°03.353.258/0001-60.

Publicado por:
Rogério de Oliveira
Código Identificador:3493F799

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2024 – CREDENCIAMENTO 001/2024

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2024 – CREDENCIAMENTO 001/2024

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o extrato de Termo aditivo.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2024
CREDENCIAMENTO 001/2024

OBJETO: Prestação de serviços de arrecadação destinados ao recebimento de tributos, taxas, multas de trânsito e demais receitas municipais, mediante os canais e modalidades previstos no instrumento contratual.

CONTRATO: Nº 227/2024

CONTRATADA: BANCO BRADESCO S.A

CNPJ - 60.746.948/0001-12

ENDEREÇO: Rua Benedito Américo de Oliveira, S/N, Vila Yara Núcleo Cidade de Deus, na cidade de Osasco/SP

ADITIVO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 078/2024

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 meses, compreendendo o período de 13 de agosto de 2026 a 13 de agosto de 2027, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o reajuste das tarifas dos serviços de arrecadação pelo INPC (IBGE), considerando o último período oficialmente disponível na data da elaboração deste instrumento, de agosto de 2025 a junho de 2026, correspondente a 4,108460%, permanecendo demonstrada a necessidade da continuidade do serviço e a vantajosidade da prorrogação.Conforme tabela:

Recebimento de documento com código de barras (padrão Febraban) através de "Home/Office Baking, internet ou autoatendimento:
Valor Unitário: R$ 1,43

Recebimento de documento através de débito automático padrão :
Valor Unitário R$ 0,87

Recebimento de documento com código de barras (padrão Febraban) no canal correspondente bancário e prestação de contas através de meio eletrônico:
Valor Unitário : R$ 2,53

Dou fé, Tiradentes, 31 de agosto de 2026.

(Assinado Nos Autos)
DENÍLSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:76B1A687

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 283/2024

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 283/2024
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024, GERENCIADA PELO MUNICÍPIO DE PRADOS/MG

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o extrato de Termo aditivo.

OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos automotores da frota municipal, com fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica e demais serviços correlatos necessários ao adequado funcionamento dos veículos do Município.
CONTRATO: Nº **283/2024**
CONTRATADA: MUNDO DOS UTILITÁRIOS AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ - 27.115.972/0001-88
ENDEREÇO: Rua Raimundo de Avila, nº 108, Bairro Grogotó, Barbacena/MG, CEP 36.202-386
ADITIVO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 283/2024
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 283/2024 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 28/08/2026 a 28/08/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, observados os requisitos previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Com renovação do saldo.
Nova vigencia - 28/08/2026 a 28/08/2027

Dou fé, Tiradentes, 31 de agosto de 2026.

(Assinado Nos Autos)
DENÍLSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:BBF34777

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 126/2026)

EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 126/2026)

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o contrato abaixo :

CONTRATO Nº126/2026, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 021/2025(CIGEDAS)
PREGÃO Nº 002/2025 (CIGEDAS) ATA SRP 018/2025-(CIGEDAS)

Objeto: Constitui objeto do presente contrato contratação de empresa especializada para fornecimento/prestação de serviços de serviços de locação e montagem de equipamentos e estruturas, e contratação de bandas para eventos a serem realizados nos municípios que integram o Consorcio Intermunicipal de Gestão e desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes.
Contrato N°: 126/2026**.**
Valor do Contrato: R$6.394,56 (seis mil trezentos trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis reais).
Vigência: De 31/08/2026 a 31/08/2027
Contratada: MAIS SERVIÇOS e LOCAÇÕES LTDA
CNPJ: 03.149.058/0001-90
Endereço: Av. Heráclito Mourão de Miranda, 1480, loja 19, Belo Horizonte – MG, CEP 31.330-142

Íntegra do contrato encontra-se disponível em www.tiradentes.mg.gov.br

Dou fé, Tiradentes, 31 de agosto de 2026

(Assinado Nos Autos)
DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:16814C24

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 133/2026)

EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 133/2026)

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o contrato abaixo :

CONTRATO Nº 133/2026 oriundo do Processo Licitatório nº **N°052/2025**, **Pregão Eletronico N° 025/2025**

Objeto: O presente contrato tem por Constitui objeto desta Ata/Contrato, O objeto da presente licitação é futura e eventual prestação de Serviço de Lavanderia para atender a demanda das secretarias da Prefeitura Municipal de Tiradentes/MG
Contrato N°: 133/2026**.**
Valor do Contrato: R$35.910,00(trinta e cinco mil novecentos e dez reais)
Vigência: De 31/08/2026 até o dia 02/10/2026
Contratada: POUSO TIRADENTES LTDA
CNPJ: 40.186.558/0001-28
Endereço: Rua Rua Manoel Moraes Batista Junior, 512, Bairro Parque das Abelhas, na Cidade de Tiradentes / MG, CEP: 36325000

Íntegra do contrato encontra-se disponível em www.tiradentes.mg.gov.br

Dou fé, Tiradentes, 31 de agosto de 2026

(Assinado Nos Autos)
DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:893F9475

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE TOLEDO MG**, realizará PREGÃO ELETRÔNICO RP - 019/2026 Nº PROC. ADM. 068/2026 N° EDITAL 030/2026. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTULA E FUTURA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS ENTERAIS PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE TOLEDO MG**, INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/09/2026 08h00min FIM REC. PROPOSTA: 16/09/2026 08h00min INÍCIO DISPUTA: 16/09/2026 10h00min TIPO DE LANCE: MENOR LANCE TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO. Em caso de dúvidas favor contatarem suporte ao fornecedor (41) 3097-4600 ou https://bll.org.br/. Para demais informações contato via e-mail: licitacaotoledomg@gmail.com, telefone: 3534361219.

31 de agosto de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:F4BDBF59

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2026 (DECISÃO SOBRE RECURSO).

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 055/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2026

O Prefeito do Município de Uruana de Minas, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi apreciado o recurso apresentado pela empresa KCRS Comércio de Equipamentos EIRELI – EPP para o item 06 do Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2026.
Após análise dos argumentos apresentados e dos documentos constantes dos autos, decidiu-se pelo conhecimento do recurso, por atender aos requisitos de admissibilidade, e, no mérito, pelo seu indeferimento, mantendo-se integralmente a decisão da Agente de Contratação. Portanto, fica mantido a classificação das empresas: **COMERCIAL MINASFORT LTDA, GB COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, VF COMERCIAL PINHEIRENSE LTDA, BAIA GC MIX LTDA – ME e J & M ESPIGARES GESTÃO E SUPRIMENTOS LTDA**, relativamente ao **item 06** do Pregão Eletrônico SRP nº 019/2026.

A decisão encontra-se devidamente motivada e fundamentada na Lei nº 14.133/2021 e nos demais elementos constantes do processo administrativo.

Uruana de Minas/MG, 31 de agosto de 2026.

BRUNO RAPHAEL MOTA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:8D06D492

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
EXTRATO DE EDITAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Urucânia/MG, através de seu Agente de Contratação, torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 134/2026, Pregão Eletrônico n° 058/2026. **Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de pintura, acabamento, manutenção predial e demarcação viária, compreendendo tintas, massas, seladores, vernizes, zarcão, solventes, lixas, rolos, trinchas, broxas, ferramentas, acessórios e demais materiais correlatos, destinados à manutenção, conservação, recuperação e adequação de prédios, espaços e equipamentos públicos, bem como à execução de serviços de pintura e sinalização horizontal das vias públicas do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores Vinculados a Prefeitura Municipal de Urucânia/MG.** Início da sessão pública: às 08:30 horas do dia 17/09/2026, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrônica e no Site: www.urucania.mg.gov.br. Maiores informações pelo Tel: (31) 2150-0380 ou pelo e-mail: licitacao@urucania.mg.gov.br.

Urucânia/MG, 31 de Agosto de 2026,

SÉRGIO FERNANDO MAYRINK –
Agente de Contratação.

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Urucânia/MG, através de seu Agente de Contratação, torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 135/2026, Pregão Eletrônico n° 059/2026. **Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedra de ardósia, com espessura de 2 cm, destinados à manutenção, adequação e melhorias em instalações públicas do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores Vinculados a Prefeitura Municipal de Urucânia/MG.** Início da sessão pública: às 08:30 horas do dia 18/09/2026, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrônica e no Site: www.urucania.mg.gov.br. Maiores informações pelo Tel: (31) 2150-0380 ou pelo e-mail: licitacao@urucania.mg.gov.br.

Urucânia/MG, 31 de Agosto de 2026,

SÉRGIO FERNANDO MAYRINK –
Agente de Contratação.

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Urucânia/MG, através de seu Agente de Contratação, torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 136/2026, Pregão Eletrônico n° 060/2026. **Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedra de ardósia, com espessura de 2 cm, destinados à manutenção, adequação e melhorias em instalações públicas do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores Vinculados a Prefeitura Municipal de Urucânia/MG.** Início da sessão pública: às 08:30 horas do dia 21/09/2026, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrônica e no Site: www.urucania.mg.gov.br. Maiores informações pelo Tel: (31) 2150-0380 ou pelo e-mail: licitacao@urucania.mg.gov.br.

Urucânia/MG, 31 de Agosto de 2026,

SÉRGIO FERNANDO MAYRINK –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:A958CF40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
PORTARIA Nº 110, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 110, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

"Nomeia a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para fins de Estágio Probatório e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUCÂNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos Artigos 30 a 34 da Lei Complementar nº 143, de 18 de outubro de 2011,

RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, incumbida de avaliar a capacidade e aptidão dos servidores em estágio probatório, para fins de confirmação no cargo, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I- Sérgio Fernando Mayrink, matrícula nº 1311, representante da Administração;
II - Adriana Aparecida Teixeira, matrícula nº 836, servidor responsável indicado pela Gestão de Pessoal: Representante da Administração.
III- Nilda de Jesus Coelho, matrícula n° 1305, representante dos Servidores;
IV- Vanderly Brígida Roberto Silva, matrícula nº 1313, representante dos Servidores;

Art. 3º Fica designado o servidor **Sérgio Fernando Mayrink** para exercer a função de Presidente e a servidora **Nilda de Jesus Coelho**, para a função de Relator.

Art. 4º A Comissão deverá avaliar os servidores observando fatores como relações humanas, desempenho, comprometimento, assiduidade e disciplina, conforme previsto no Art. 31 da referida Lei.

Art. 5º A Comissão de Avaliação disporá do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento do parecer do supervisor imediato, para proceder à análise, discussão e votação do relatório de avaliação do servidor em estágio probatório.

§1º Concluída a avaliação, a Comissão elaborará o relatório circunstanciado e o encaminhará ao órgão de pessoal competente.

§ 2º Recebido o relatório, caberá ao órgão de pessoal promover a notificação formal do servidor avaliado, assegurando-lhe ciência integral de seu teor.

§3º Fica assegurado ao servidor o direito de apresentar manifestação por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, facultada a juntada de documentos que entender pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25 de agosto de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia/MG, 25 de agosto de 2026.

SERGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:A7B46A60

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
DECRETO Nº. 104/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 104/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

"Regulamenta provisoriamente preço público, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as festividades do tradicional Jubileu do Senhor Bom Jesus de Vieiras ocorridas no período de 7 a 14 de setembro do corrente ano;

CONSIDERANDO o número considerável de feirantes, barraqueiros e vendedores ambulantes, que buscam autorização, junto à municipalidade, para exploração de comércio;

CONSIDERANDO a necessidade de fixação de preço público, conforme capacidade financeira de cada usuário/contribuinte;

CONSIDERANDO ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca da arrecadação responsável.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estipulado a título de preço público, o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por metro linear, para utilização de terreno público.

Art. 2º. Será obrigatória a fixação do Alvará no recinto do estabelecimento, de forma visível, para fins de fiscalização.

Art. 3º. Fica autorizado o recebimento em espécie, exclusivamente, pelo servidor Célio Francisco Rodrigues, qual poderá ser contatado pelo número de telefone (32) 98403-0900, nos finais de semana e feriado, mediante os seguintes requisitos:

I - Preenchimento do requerimento, contendo:
Nome do requerente, endereço, CPF e a cidade de origem (itens obrigatórios);
Tipo de comércio explorado;
Área a ser ocupada, com as devidas metragens.

II - Preenchimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com valores em espécie.

Parágrafo Único: O recolhimento dos valores arrecadados serão recolhidos, depois de devidamente registrados no setor de tributação.

Art. 4º Fica expressamente proibida, nas barracas, expositores e demais pontos de comércio instalados na Praça Dom Delfim, durante a realização das festividades, a comercialização, exposição, distribuição ou utilização de bombinhas, estalinhos, rojões e quaisquer outros artefatos pirotécnicos que produzam estampido, explosão ou ruído.

§1º: Fica ressalvada a utilização de foguetes e fogos de artifício exclusivamente para fins de abertura e/ou encerramento oficial das festividades, desde que previamente autorizada e realizada sob a responsabilidade do Poder Público Municipal.

§2º: O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o responsável às medidas administrativas cabíveis, inclusive à apreensão dos produtos, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

Art. 5º - As barracas, expositores e demais estruturas destinadas ao comércio deverão ser organizados e instalados de forma ordenada, segura e harmônica, de modo a contribuir para a acessibilidade, a mobilidade e o livre fluxo de romeiros, fiéis, turistas e demais participantes durante as festividades.

§ 1º - Fica proibida a exposição, disposição ou armazenamento de mercadorias, caixas, equipamentos, mesas, cadeiras ou quaisquer outros objetos fora dos limites da área autorizada, especialmente nas vias de circulação, passeios e demais espaços destinados ao livre trânsito de pedestres.

§ 2º - Os comerciantes deverão manter permanentemente desobstruídas as áreas de circulação, acessos, rampas e demais espaços destinados à acessibilidade, ficando sujeitos à fiscalização e às determinações dos agentes municipais responsáveis pela organização do evento.

§ 3º - O responsável pela barraca ou expositor deverá organizar seus produtos de maneira a não prejudicar a circulação e a segurança do público, sendo vedado espalhar mercadorias ou quaisquer materiais pelas vias públicas.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 31 de Agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:04A99D85

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
PORTARIA Nº 69 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 69 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Institui e nomeia a Comissão Organizadora do 76º Jubileu do Senhor Bom Jesus de Vieiras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a importância histórica, religiosa, cultural e turística do Jubileu do Senhor Bom Jesus para o Município de Vieiras;

CONSIDERANDO que o Jubileu constitui uma das mais tradicionais manifestações religiosas e culturais do Município, reunindo anualmente fiéis, moradores e visitantes de diversas localidades;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento integrado entre o Poder Público Municipal, a Paróquia/Santuário do Senhor Bom Jesus, entidades, órgãos de segurança, comunidade e demais instituições envolvidas na realização das festividades;

CONSIDERANDO a realização do 76º Jubileu do Senhor Bom Jesus de Vieiras, previsto para o período de 07 a 14 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora do 76º Jubileu do Senhor Bom Jesus de Vieiras, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar e apoiar a organização e realização das festividades religiosas, culturais e turísticas relacionadas ao evento.

Art. 2º A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

I – Anildo Alves Pereira – Presidente;

II – Celio Francisco Rodrigues – Vice-Presidente;

III – Sérgio Vitor dos Santos – Secretário;

IV – Weslley Rodrigues de Andrade – Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

V – Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira – Representante da Secretaria Municipal de Administração;

VI – Jacqueline Daniela Ferreira – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

VII – Flaviana dos Santos Ramalho Pereira – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII – Adriano de Paula Matos – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

IX – Candida Barros Fumian Pereira – Representante da Paróquia/Santuário do Senhor Bom Jesus;

XI – João Marcos de Jesus Aquino – Representante do COMTUR;

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora:

I – elaborar, acompanhar e avaliar o planejamento geral das festividades do 76º Jubileu;

II – promover a articulação entre a Prefeitura Municipal, a Paróquia/Santuário do Senhor Bom Jesus, órgãos públicos, entidades, instituições e comunidade;

III – acompanhar a elaboração e execução da programação religiosa, cultural, turística e social do Jubileu;

IV – articular, junto aos órgãos competentes, as providências necessárias relacionadas à segurança pública, trânsito, saúde, limpeza urbana, infraestrutura, iluminação, mobilidade e atendimento aos visitantes;

V – colaborar na organização dos espaços públicos destinados às festividades, apresentações, comércio temporário e demais atividades culturais;

VI – promover ações de valorização e preservação das tradições culturais e religiosas relacionadas ao Jubileu;

VII – apoiar ações de divulgação e promoção turística do Município durante o período das festividades;

VIII – acompanhar a recepção e o acolhimento dos peregrinos, visitantes e turistas;

IX – estabelecer, quando necessário, grupos de trabalho e equipes de apoio para execução das atividades do evento;

X – acompanhar a execução das ações de comunicação, divulgação e identidade visual do 76º Jubileu;

XI – zelar pelo cumprimento das normas legais, administrativas e de segurança aplicáveis às atividades desenvolvidas durante as festividades;

XII – reunir-se sempre que necessário para deliberar sobre assuntos relacionados à organização do evento;

XIII – elaborar relatório final das atividades realizadas junto aos conselhos da Cultura e do Turismo.

Art. 4º A Comissão Organizadora terá caráter temporário, iniciando suas atividades na data da publicação desta portaria e encerrando-se após a conclusão do Festival e entrega do relatório final à Secretaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vieiras/MG, 27 de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal de Vieiras

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:B6D0755D

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
PROCESSO LICITATÓRIO N° 85/2026

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 85/2026
PREGÃO Nº 33/2026

A Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, através de sua Pregoeira Oficial, torna pública o edital do Processo Licitatório **nº 85/2026,** na modalidade **Pregão nº 33/2026**, na forma presencial, do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal n. º 14.133/2021, Decreto Municipal n. º 09/2024, Decreto Municipal n.º 18/2024, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto**:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sondagem geotécnica do terreno destinado à construção de Unidade de Educação Infantil – Creche, objeto do Termo de Colaboração nº 001/2026, celebrado entre o Município de Vieiras e o Instituto Central das Creches Comunitárias. Credenciamento e abertura dos envelopes: 17/09/2026 às 08:00 horas. Local: Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000. Melhores informações no telefone 0800 755 1001 e e-mail licitacao@vieiras.mg.gov.br

ANA PAULA BREIJÃO MANSO.
Pregoeira

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:10318472

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
PROCESSO LICITATÓRIO N° 89/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 89/2026
DISPENSA Nº 19/2026

A Prefeitura Municipal de Vieiras/ MG, torna-se público que se realizará dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 104/2023.

OBJETO: Contratação de empresa para ornamentação em flores naturais para atender o evento cultural/religioso "Jubileu do Senhor Bom Jesus de Vieiras/MG".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

INICIO: Das 08h00min do dia 01/09/2026 até o dia 04/09/2026 às 08h00min

LOCAL DO RECEBIMENTO: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, localizado na Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000

O Aviso de Dispensa de Licitação, Termo de Referência e os seus anexos encontram–se disponível no site oficial do município www.vieiras.mg.gov.br e também poderá ser solicitado pelo email **:**licitacao@vieiras.mg.gov.br ou poderá ser retirado na Sede da Prefeitura Municipal de Vieiras na Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:D2D71514

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

O Município de Vieiras/MG, torna público a retificação de extrato de Contrato administrativo referente ao Processo Licitatório nº 68/2026, Pregão nº 28/2026, Registro de Preços nº 23/2026. Publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 12/08/2026, Edição 4337. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição parcelada de carnes diversas para merenda escolar das escolas municipais de Vieiras/MG.

Empresa Contratada: 59.751.286 AMARILDO MONTEZANO PIMENTEL, pessoa jurídica inscrita no CNPJ de nº 59.751.286/0001-90.
Onde se lê: valor global estimado de R$ 174.550,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais).

Leia-se: o valor global estimado de R$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:A8B4C354

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO

TERMO DE PRORROGAÇÃO 02 AO CONTRATO N° 253/2024 - PROCESSO Nº 063/2024 – CREDENCIAMENTO N° 003/2024 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: JAIRO CARLOS FERREIRA DUTRA - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo prorrogar o prazo de validade do contrato n**º 253/2024**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas devidamente habilitadas, para prestação de serviços em regime de plantão. **Data: 24/08/2026 - Vigência: 24/08/2027.**

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:88FF6727

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE BOCAIUVA

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PROCESSO 96/2026 DISPENSA 58/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA
O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE DE BOCAIÚVA através de seu agente de contratação torna público o P.L. 096/2026 – D.E. 058/2026. Obj **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO LIMPA FOSSA VW 15.180, PERTECENTE AO SAAE DE BOCAIÚVA-MG. Sessão dia 04/09/2026 as 08h00min**. Edital nos Portais: saaebocaiuva.com.br/licitacoes, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.

MARLON ALEXSANDER SIQUEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Marlon Alexsander Silva Siqueira
Código Identificador:E255BB54

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
7º ADITAMENTO AO CONTRATO 04/2021

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. 7º Aditivo ao Contrato 04/2021. Contratado: S-Service Telecom e Segurança Eletrônica LTDA- ME, CNPJ nº 05.607.184/0001-76. Objeto: Locação de câmeras digitais e monitoramento remoto nas unidades do SAAE/Pirapora-MG para uso do CMCO. Altera o prazo de vigência contratual que passa a ter término em 31/12/2026. Caso o procedimento licitatório para nova contratação finalize e seja assinado novo contrato para os serviços, objeto deste aditamento, este aditamento poderá ser rescindido antes da data prevista para o seu término. Base legal para este aditamento: §4º do artigo 57 e §1º do art. 65, ambos da Lei 8.666/93. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato inicial. Data assinatura aditivo: 28/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:3C66FDA5

SAAE PIRAPORA-MG
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO 26/2022

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Rescisão ao Contrato 26/2022. Contratado: Inovação Computação Móvel Ltda – CNPJ n° 04.225.153/0001-98. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação e manutenção de um Software de automação de leituras e impressão simultânea de faturas, contemplando a implantação, configuração dos módulos, comprovação de sua consistência, importação e exportação de dados, treinamento de usuários, hospedagem em nuvem, gestão da base de dados, e rotinas de backup. Considerando que o procedimento licitatório para nova contratação finalizou e novo Contrato já foi assinado, com início da execução dos serviços previsto para o próximo dia 1º de setembro de 2026, resolvem rescindir, amigavelmente, o Contrato 26/2022, na data de hoje, 31/08/2026. A extinção do vínculo contratual ocorre de forma consensual, sem imputação de inadimplemento ou aplicação de sanções. Data assinatura da rescisão contratual: 31/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor Geral SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:FC0ED480

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA - SAAE
RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO COMPRA DIRETA MOTO

RATIFICAÇÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama/MG torna pública a **RATIFICAÇÃO** do **Processo Administrativo de Contratação Direta – Dispensa de Licitação**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERTO DA MOTOCICLETA PLACA QNA-1725, PERTENCENTE À FROTA DO SAAE**. Ratifico a contratação das empresas Adriano César Oliveira Minucci inscrita no CNPJ Nº 15.514.590/0001-48 com o valor global de R$ 977,00 (novecentos e setenta e sete reais). A presente contratação possui amparo legal no artigo 75 paragrafo 7° da Lei 14.133/2021.

Iguatama/MG, 31 de agosto de 2026 –

EDNEI LOPES CAMARGOS
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG.

Publicado por:
Isabelle Khristine Aparecida Peixoto Silva
Código Identificador:CC1CC668

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CAMBUÍ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

SAAE CAMBUÍ-MG – Aviso de Licitação

Reabertura do Pregão Eletrônico nº 027/2026 - PRC Nº 062/2026.

OBJETO: Processo de Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de produtos químicos destinados ao tratamento de água no Município de Cambuí/MG, pelo período de 12 (doze) meses, com a finalidade de atender, de forma contínua e eficiente, às demandas operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cambuí/MG – SAAE, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência do presente edital. A abertura será dia 14 de setembro de 2026 às 8h30min. Edital na íntegra à disposição no site: https://www.saaecambui.mg.gov.br ou pelos e-mails: licitacoes@saaecambui.mg.gov.br e compras@saaecambui.mg.gov.br.

Publicado por:
Daniele Magalhães
Código Identificador:09DC4656

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
EXTRATO DE CARTA CONTRATO 009/2026 - CONTRATO 109/2026

O **SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis/MG**, torna público, por meio de seu Diretor, que, oriundo do **Processo Licitatório nº 053/2026 – Dispensa de Licitação nº 011/2026**, foi celebrada a **Carta-Contrato nº 009/2026**, tendo por objeto a **Contratação de empresa para fornecimento de 02 (duas) licenças de acesso à Plataforma Adapta One Business, na modalidade de assinatura anual, pelo período de 12 (doze) meses, destinadas ao atendimento das atividades desenvolvidas pelo Setor de Comunicação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Paraisópolis/MG, contemplando os recursos e funcionalidades disponibilizados no plano contratado, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e especificações do objeto.**

CONTRATADA: ADAPTA EDUCAÇÃO LTDA.
CNPJ: 26.081.999/0001-34.
VALOR GLOBAL: R$2.856,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais).
VIGÊNCIA: 27/08/2026 a 27/08/2027.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:BB062E90

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
PORTARIA Nº 037, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e atendendo ao disposto no artigo 11, da Lei Municipal nº 2451 de 18 de dezembro de 2015,
RESOLVE,

Art. 1.º - Designar **VLADIMIR MARCONDES DA SILVEIRA**, servidor público municipal, para atuar como fiscal do contrato 109/2026 - Carta Contrato 009/2026, objeto do Processo Licitatório nº 053/2026, oriundo de Dispensa 011/2026, para contratação de empresa para fornecimento de 02 (duas) licenças de acesso à Plataforma Adapta One Business, na modalidade de assinatura anual, pelo período de 12 (doze) meses, destinadas ao atendimento das atividades desenvolvidas pelo Setor de Comunicação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE de Paraisópolis/MG, contemplando os recursos e funcionalidades disponibilizados no plano contratado, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I Termo de Referência e especificações do objeto.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Paraisópolis, 31 de agosto de 2026.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Jessica de Fatima Goria
Código Identificador:0B732CF2

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EXTRATO DO CONTRATO 085/2026

Partes: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS/MG e FILLIPE GENEBALDO BARBOSA RUSSI.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, sob demanda, de sonorização volante (moto de som) e de recreação infantojuvenil, compreendendo a locação de brinquedos e a operação de postos de alimentação festiva (pipoca e algodão-doce), para suporte e atendimento ao cronograma de eventos do projeto "Ação Cidadania" do SAAE Passos/MG.

Da Vigência:O contrato terá vigência de 12 (Doze) meses no período de 31/08/2026 a 31/08/2027, contados a partir da data de assinatura, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Valor: Estabelece-se como valor limite do contrato a quantia **R$ 23.340,00 (Vinte e três mil, trezentos e quarenta reais)**.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, incluídos na **Ficha 19,** "33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", Atividade/Projeto: 0301.1712200166.131 - Operação e Manutenção do Sistema de Administração.

Processo de Contratação n° 074/2026. Dispensa Eletrônica nº 023/2026.

Passos/MG, 01 de setembro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Ricardo de Paula Silva
Código Identificador:4177ADFE

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - LAGOA DA PRATA

SAAE LAGOA DA PRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata-MG – SAAE, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a seguinte licitação:

Pregão Eletrônico nº 049/2026 – Objeto: Aquisição de Sal grosso moído, através do Sistema de Registro de Preços , conforme exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do edital.

Data de abertura: 14 de setembro de 2026, às 9h.

Edital encontra-se disponível nos sites www.saaelp.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e Portal Nacional de Contratações Públicas.

A sessão ocorrerá na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

•

Lagoa da Prata, 31 de agosto de 2026.

Autoridade Competente:
HERMANO DRUMMOND -
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Joana Resende de Oliveira Lacerda
Código Identificador:52F0A65C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ADJUDICAÇÃO PROCESSO Nº 0149/2026 CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

Termo de Adjudicação da Concorrência EletrônicaNº 0006/2026
Após averiguar o resultado da Concorrência n°0006/2026 referente ao processo 00014926, a autoridade competente, Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
Resultado da Adjudicação

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	GLOBAL	SUDESTE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA	-	465.961,0400	548.304,24	15,02%	31/08/2026

31 de agosto de 2026 10:09:04

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:AA52BA4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
HOMOLOGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0149/2026 CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

Termo de homologação da Concorrência Eletrônica
Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente , Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, HOMOLOGA a adjudicação referente a Concorrência Nº 0006/2026.

Homologação		
Processo	**Autoridade**	**Data homologação**
00062026	ANDERSON GERALDO DE PAULA	31/08/2026

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	GLOBAL	SUDESTE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA	-	465.961,0400	548.304,24	15,02%	31/08/2026

31 de agosto de 2026

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:D817169C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADJUDICAÇÃO PROCESSO Nº 0181/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

Termo de Adjudicação do Pregão EletrônicoNº 0064/2026
Após averiguar o resultado do Pregão n°0064/2026 referente ao processo 00018126, a autoridade competente, Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
Resultado da Adjudicação

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
3	Item - AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 1	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	60,4000	60,40	0%	31/08/2026
4	Item - AMOXICILINA 500MG COMPRIMIDO - CAIXA C/ 21 CO	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	12,0000	12,77	6,03%	31/08/2026
6	Item - ASPIRINA PREVENT 100MG - CX 30 COMP	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	ASPIRINA PREVENT	23,3000	23,42	0,51%	31/08/2026
7	Item - AXONIUM 5MG C/ 30 CPR	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	AXONIUM	147,4000	151,67	2,82%	31/08/2026
9	Item - CILOSTAZOL 50 MG CX COM 60 COMPRIMIDOS	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	26,9000	27,06	0,59%	31/08/2026
10	Item - CLONAZEPAM 2 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	5,0000	5,15	2,91%	31/08/2026
11	Item - CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 18MG - CAIXA C/ 30	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	ATENTAH	61,8800	61,88	0%	31/08/2026
13	Item - CLORIDRATO DE BUPROPIONA	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	34,0000	34,18	0,53%	31/08/2026
14	Item - CLORIDRATO DE BUPROPIONA XL 150MG COMPRIMIDO	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	40,0000	40,37	0,92%	31/08/2026
15	Item - CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	35,9000	35,90	0%	31/08/2026
16	Item - DERMOTIVIN SABONETE EM BARRA ORIGINAL	DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA	GALDERMA	38,7000	39,90	3,01%	31/08/2026
17	Item - DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 70 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	149,6000	158,34	5,52%	31/08/2026
18	Item - DULOXETINA 30 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	45,5000	45,73	0,50%	31/08/2026
19	Item - EPISOL SEC FPS 60	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	EPISOL SEC	103,6600	103,66	0%	31/08/2026
20	Item - FENITOINA 100MG CX C/ 30	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	10,4000	10,52	1,14%	31/08/2026
21	Item - FENOBARBITAL 100MG CX COM 30 COMPRIMIDOS	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	11,2400	11,34	0,88%	31/08/2026
22	Item - FILGRASTIM 300 MCG INJETÁVEL CX C 1 FRASCO	DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA	BLAU	53,4000	56,01	4,66%	31/08/2026
23	Item - FISIOGEL HIPOALERGÊNICO 100 ML	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	FISIOGEL	73,9300	73,93	0%	31/08/2026
24	Item - FOSFATO DE OSELTAMIVIR 30 MG CÁPSULA/COMPRIMI	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	57,0000	59,55	4,28%	31/08/2026
25	Item - FOSFATO DE OSELTAMIVIR 45 MG CÁPSULA/COMPRIMI	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	88,0000	91,00	3,30%	31/08/2026
26	Item - FOSFATO DE OSELTAMIVIR 75 MG CÁPSULA/COMPRIMI	BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	GENÉRICO/NATCOFARMA	120,7000	155,14	22,20%	31/08/2026
27	Item - FUROATO DE MOMETASONA POMADA OU CREME 1 MG/G	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	13,9000	16,44	15,45%	31/08/2026
28	Item - IBUPROFENO 600 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	125,9000	126,00	0,08%	31/08/2026
29	Item - INSULINA HUMANA NPH	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	NOVOLIN N	40,0000	44,36	9,83%	31/08/2026
30	Item - INSULINA HUMANA REGULAR	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	NOVOLIN R	40,5000	44,32	8,62%	31/08/2026
31	Item - LANCETA AUTOMÁTICA DESCARTÁVEL	TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME	TKL	28,5000	32,19	11,46%	31/08/2026
32	Item - LEVODOPA 100MG + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 25	BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	PROLOPA/ROCHE	38,7000	90,96	57,45%	31/08/2026
33	Item - LEVODOPA 200MG + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 50	BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	PROLOPA/ROCHE	79,5000	120,15	33,83%	31/08/2026
34	Item - OMEPRAZOL 20MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	9,3500	9,36	0,11%	31/08/2026
35	Item - PREGABALINA 75 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	20,5000	20,54	0,19%	31/08/2026
36	Item - RISPERIDONA 1MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	12,7000	12,80	0,78%	31/08/2026
37	Item - RISPERIDONA 1MG/ML	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	36,5500	36,56	0,03%	31/08/2026
38	Item - RISPERIDONA 2 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	14,3500	14,45	0,69%	31/08/2026

39	Item - RIVAROXABANA 15 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	30,1000	30,13	0,10%	31/08/2026
40	Item - RIVAROXABANA 20 MG CX COM 30 COMPRIMIDOS	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	28,8000	28,96	0,55%	31/08/2026

31 de agosto de 2026 14:29:17

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:9A7E9F37

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0181/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

Termo de homologação do Pregão Eletrônico
Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente , Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Nº 0064/2026.

Homologação		
Processo	**Autoridade**	**Data homologação**
00642026	ANDERSON GERALDO DE PAULA	31/08/2026

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
3	Item - AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 1	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	60,4000	60,40	0%	31/08/2026
4	Item - AMOXICILINA 500MG COMPRIMIDO - CAIXA C/ 21 CO	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	12,0000	12,77	6,03%	31/08/2026
6	Item - ASPIRINA PREVENT 100MG - CX 30 COMP	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	ASPIRINA PREVENT	23,3000	23,42	0,51%	31/08/2026
7	Item - AXONIUM 5MG C/ 30 CPR	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	AXONIUM	147,4000	151,67	2,82%	31/08/2026
9	Item - CILOSTAZOL 50 MG CX COM 60 COMPRIMIDOS	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	26,9000	27,06	0,59%	31/08/2026
10	Item - CLONAZEPAM 2 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	5,0000	5,15	2,91%	31/08/2026
11	Item - CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 18MG - CAIXA C/ 30	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	ATENTAH	61,8800	61,88	0%	31/08/2026
13	Item - CLORIDRATO DE BUPROPIONA	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	34,0000	34,18	0,53%	31/08/2026
14	Item - CLORIDRATO DE BUPROPIONA XL 150MG COMPRIMIDO	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	40,0000	40,37	0,92%	31/08/2026
15	Item - CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	35,9000	35,90	0%	31/08/2026
16	Item - DERMOTIVIN SABONETE EM BARRA ORIGINAL	DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA	GALDERMA	38,7000	39,90	3,01%	31/08/2026
17	Item - DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 70 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	149,6000	158,34	5,52%	31/08/2026
18	Item - DULOXETINA 30 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	45,5000	45,73	0,50%	31/08/2026
19	Item - EPISOL SEC FPS 60	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	EPISOL SEC	103,6600	103,66	0%	31/08/2026
20	Item - FENITOINA 100MG CX C/ 30	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	10,4000	10,52	1,14%	31/08/2026
21	Item - FENOBARBITAL 100MG CX COM 30 COMPRIMIDOS	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	11,2400	11,34	0,88%	31/08/2026
22	Item - FILGRASTIM 300 MCG INJETÁVEL CX C 1 FRASCO	DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA	BLAU	53,4000	56,01	4,66%	31/08/2026
23	Item - FISIOGEL HIPOALERGÊNICO 100 ML	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	FISIOGEL	73,9300	73,93	0%	31/08/2026
24	Item - FOSFATO DE OSELTAMIVIR 30 MG CÁPSULA/COMPRIMI	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	57,0000	59,55	4,28%	31/08/2026
25	Item - FOSFATO DE OSELTAMIVIR 45 MG CÁPSULA/COMPRIMI	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	88,0000	91,00	3,30%	31/08/2026
26	Item - FOSFATO DE OSELTAMIVIR 75 MG CÁPSULA/COMPRIMI	BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	GENÉRICO/NATCOFARMA	120,7000	155,14	22,20%	31/08/2026
27	Item - FUROATO DE MOMETASONA POMADA OU CREME 1 MG/G	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	13,9000	16,44	15,45%	31/08/2026
28	Item - IBUPROFENO 600 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	125,9000	126,00	0,08%	31/08/2026
29	Item - INSULINA HUMANA NPH	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	NOVOLIN N	40,0000	44,36	9,83%	31/08/2026
30	Item - INSULINA HUMANA REGULAR	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	NOVOLIN R	40,5000	44,32	8,62%	31/08/2026
31	Item - LANCETA AUTOMÁTICA DESCARTÁVEL	TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME	TKL	28,5000	32,19	11,46%	31/08/2026
32	Item - LEVODOPA 100MG + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 25	BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	PROLOPA/ROCHE	38,7000	90,96	57,45%	31/08/2026
33	Item - LEVODOPA 200MG + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 50	BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	PROLOPA/ROCHE	79,5000	120,15	33,83%	31/08/2026
34	Item - OMEPRAZOL 20MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	9,3500	9,36	0,11%	31/08/2026
35	Item - PREGABALINA 75 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	20,5000	20,54	0,19%	31/08/2026
36	Item - RISPERIDONA 1MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	12,7000	12,80	0,78%	31/08/2026
37	Item - RISPERIDONA 1MG/ML	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	36,5500	36,56	0,03%	31/08/2026
38	Item - RISPERIDONA 2 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	14,3500	14,45	0,69%	31/08/2026
39	Item - RIVAROXABANA 15 MG	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	30,1000	30,13	0,10%	31/08/2026
40	Item - RIVAROXABANA 20 MG CX COM 30 COMPRIMIDOS	DROGARIA FAMILIA DE BARROSO EIRELI	GENERICO	28,8000	28,96	0,55%	31/08/2026

31 de agosto de 2026

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:64D2812D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

SETOR DE LICITAÇAO
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 047/2026

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA- MG
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 047/2026

Às **08:00:27 horas do dia 27 de Agosto de 2026** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG..**

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo. Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	**Microempresa**
MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	**Microempresa**
ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	**Microempresa**
MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	**Microempresa**
ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	**Microempresa**
LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	**Microempresa**
BEAGA HOSPITALAR LTDA	10.478.755/0001-50	**Microempresa**
ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	**Microempresa**
NS ASSESSORIA E REPRESENTACOES DE CALCADOS LTDA	13.655.221/0001-40	**Microempresa**
BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA	06.175.908/0001-12	**Microempresa**
NOVAC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	11.015.846/0001-11	**Microempresa**
SHOPINGA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA	49.728.772/0001-33	**Microempresa**
ROSILENE VIEIRA LOPES	10.279.430/0001-48	**Microempresa**
SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	**Microempresa**
HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07.196.444/0001-93	**Grande Porte**
ZENITH LTDA	46.623.193/0001-38	**Microempresa**
ANVAX COMPANY LTDA	34.346.501/0001-46	**Microempresa**

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
74060	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	VIEL	UNIDADE	R$ 5,25	**Classificada**	--
1262	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ORIGINAL	MANUAL	R$ 5,25	**Classificada**	--
61731	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 5,25	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,15
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,19
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 5,25

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
57640	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	LUME	UNIDADE	R$ 13,96	**Classificada**	--
36072	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	FLAME	AUTOMATICO	R$ 13,96	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 2

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 13,81
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 13,82

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
90778	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MAIS	UNIDADE	R$ 8,28	**Classificada**	--
36133	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	LIQUIDO	R$ 8,28	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 3

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,09
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 8,10

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
18922	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Clorito	Cl	R$ 4,57	**Classificada**	--
50219	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 4,50	**Classificada**	--
83447	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	Q.BOA	UNIDADE	R$ 4,58	**Classificada**	--
89939	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARIN A	FRASCO 1L	R$ 4,57	**Classificada**	--

82935	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO	R$ 4,58	**Classificada**	--
76550	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	sol	sol	R$ 4,58	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 4			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,79
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 3,80
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,00
4º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 4,36
5º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 4,44
6º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 4,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 5

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
84046	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ANHANGUE RA	UNIDADE	R$ 11,93	**Classificada**	--
51704	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	FLOPS	LIQUIDO	R$ 11,93	**Classificada**	--
80080	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	ÁLCOOL ABSOLUTO, 92,8 FRASCO 1 LITRO	R$ 11,94	**Classificada**	--
6071	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	sol	sol	R$ 11,94	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 5			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 10,54
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 10,55
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 11,60
4º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 11,73

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 6

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
98989	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 9,00	**Classificada**	--
71447	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ASSEPTIG EL	UNIDADE	R$ 9,16	**Classificada**	--
11566	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	FLOPS	LIQUIDO	R$ 9,16	**Classificada**	--
7367	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70 - 1 LITRO	R$ 9,17	**Classificada**	--
43318	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	sol	sol	R$ 9,17	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 6			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,58
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 8,59
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 8,60
4º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 9,00
5º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 9,17

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 7

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
18186	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GELACOOL	UNIDADE	R$ 9,78	**Classificada**	--
92757	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	FIXA	GEL	R$ 9,78	**Classificada**	--
58164	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	ÁLCOOL GEL 70% INPM	R$ 9,79	**Classificada**	--
52753	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07196444000193	MARCA PROPRIA	LINHA PROPRIA 500ML	R$ 9,79	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 7			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 9,23
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 9,24
3º	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07.196.444/0001-93	R$ 9,25
4º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 9,30

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 8

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
14816	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	APOLO	UNIDADE	R$ 7,90	**Classificada**	--
65383	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	APOLLO	LIQUIDO	R$ 7,90	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 8			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 7,65
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,69

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 9

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
64691	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TUFF	UNIDADE	R$ 10,83	**Classificada**	--
9830	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	INTENSO	R$ 10,83	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 9			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 10,65
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 10,69

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 10							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
12315	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TROPICAL	UNIDADE	R$ 5,66	**Classificada**	--
23044	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	CWA	BORRACHA	R$ 5,65	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 10			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,40
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,49

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 11							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
23682	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TROPICAL	UNIDADE	R$ 5,68	**Classificada**	--
27704	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	CWA	BORRACHA	R$ 5,67	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 11			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,64
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,65

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 12							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
67259	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TROPICAL	UNIDADE	R$ 11,96	**Classificada**	--
70621	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	CWA	BORRACHA	R$ 11,95	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 12			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 11,94
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 11,95

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 13							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
98852	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GTX	UNIDADE	R$ 14,26	**Classificada**	--
87481	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ARQPLAST	PLASTICO	R$ 14,26	**Classificada**	--
40459	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Espo nflora	Varremais/Wilson/Espo nflora	R$ 14,00	**Classificada**	--
1092	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 13			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 13,95
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 13,96
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 14,00
4º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 100,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 14							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
62639	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PETROFIX	UNIDADE	R$ 19,64	**Classificada**	--
44136	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ARQPLAST	PLASTICO	R$ 19,63	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 14							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
73656	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 14			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 19,58
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 19,59
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 100,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 15							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
98413	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOTALPLAST	PACOTE	R$ 43,90	**Classificada**	--
93375	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ARQPLAST	ISOPOR	R$ 43,89	**Classificada**	--
59740	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	ISOBRAS	ISOBRAS	R$ 43,90	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 15			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 43,35
2º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 43,39
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 43,63

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 16							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
11658	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Oxford	Pratico	R$ 65,20	**Classificada**	--
32607	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GUFE	BOBINA	R$ 65,50	**Classificada**	--

603	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	EBAO	PLASTICO	R$ 65,49	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 16			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 64,68
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 64,69
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 64,80

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 17

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
4441	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Oxford	Excelence	R$ 67,80	**Classificada**	--
58617	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GUFE	BOBINA	R$ 67,82	**Classificada**	--
72194	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	EBAO	PLASTICO	R$ 67,82	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 17			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 67,44
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 67,45
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 67,48

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 18

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
74144	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Oxford	Premium	R$ 56,05	**Classificada**	--
34034	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GUFE	BOBINA	R$ 56,08	**Classificada**	--
62520	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	EBAO	PLASTICO	R$ 56,07	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 18			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 55,74
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 55,75
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 55,80

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 19

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
37602	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BRILHE X	UNIDADE	R$ 3,16	**Classificada**	--
21495	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	LIQUIDO	R$ 3,16	**Classificada**	--
53559	LINEX LTDA	34427515000194	BRILHE X	DETERGENTE LIQUIDO ACIDO LIMPA ALUMINIO	R$ 3,17	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 19			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 2,98

Classificação Final do Item 19			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 2,99
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,04

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 20

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
57094	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	JOAGRO	UNIDADE	R$ 84,15	**Classificada**	--
81689	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ARQPLAST	PLASTICA	R$ 84,15	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 20			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 83,95
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 83,96

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 21

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
99507	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 14,60	**Classificada**	--
54696	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLYLAR	UNIDADE	R$ 14,60	**Classificada**	--
16604	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	POLITRIX	LIQUIDA	R$ 14,60	**Classificada**	--
6635	NOVAC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	11015846000111	MARCA PRÓPRIA	UNIDADE	R$ 14,61	**Classificada**	--
93042	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	polylar	polylar	R$ 14,61	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 21			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,89
2º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 5,90
3º	NOVAC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	11.015.846/0001-11	R$ 10,90
4º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 13,78
5º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 14,60

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 22

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
63851	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 15,00	**Classificada**	--
80979	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLILUZ	UNIDADE	R$ 15,60	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 22							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
39467	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	INGLESA	LIQUIDA	R$ 15,60	**Classificada**	--
29421	NOVAC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	11015846000111	MARCA PRÓPRIA	UNIDADE	R$ 15,61	**Classificada**	--
45611	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	polylar	polylar	R$ 15,61	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 22			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 9,89
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 9,90
3º	NOVAC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	11.015.846/0001-11	R$ 10,84
4º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 13,90
5º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 15,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 23							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
46303	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MAIS	UNIDADE	R$ 6,03	**Classificada**	--
6247	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MAIS	LIQUIDO	R$ 6,03	**Classificada**	--
8125	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	CLORO, FRASCO DE 01 LITRO	R$ 6,04	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 23			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 3,10
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 3,20
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,78

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 24							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
87929	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PRINCESA	UNIDADE	R$ 8,25	**Classificada**	--
13501	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	COAR	PAPEL	R$ 8,26	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 24			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,23
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 8,24

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 25							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
60617	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PRAFESTA	PACOTE	R$ 6,96	**Classificada**	--
84408	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	PRAFESTA	PLASTICO	R$ 6,96	**Classificada**	--
50420	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Bellocopo/Prafesta/Ri ofesta	Bellocopo/Prafesta/Ri ofesta	R$ 6,50	**Classificada**	--
50358	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	bellofesta	bellofesta	R$ 6,97	**Classificada**	--
Classificação Final do Item 25							
Posição	**Licitante**	**CNPJ**					**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31					R$ 4,85
2º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50					R$ 4,90
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08					R$ 4,99
4º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25					R$ 5,50
Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 26							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
13370	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PRAFESTA	PACOTE	R$ 6,96	**Classificada**	--
86230	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	PRAFESTA	PLASTICO	R$ 6,96	**Classificada**	--
38531	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Bellocopo/Prafesta/Ri ofesta	Bellocopo/Prafesta/Ri ofesta	R$ 6,50	**Classificada**	--
83941	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	bellofesta	bellofesta	R$ 6,97	**Classificada**	--
Classificação Final do Item 26							
Posição	**Licitante**	**CNPJ**					**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31					R$ 4,85
2º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50					R$ 4,90
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08					R$ 4,99
4º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25					R$ 5,50
Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 27							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
37643	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOK BOTHANICO	UNIDADE	R$ 15,30	**Classificada**	--
Propostas Inicias do Item 27							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
41070	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	BOTANICO	LIQUIDO	R$ 15,30	**Classificada**	--
12060	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07196444000193	MARCA PROPRIA	LINHA PROPRIA 350ML	R$ 15,31	**Classificada**	--
Classificação Final do Item 27							
Posição	**Licitante**	**CNPJ**					**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08					R$ 8,14
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31					R$ 8,15
3º	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07.196.444/0001-93					R$ 8,30
Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 28							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
68646	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Copobom	200	R$ 7,94	**Classificada**	--
13090	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ECONOPOT	PACOTE	R$ 7,95	**Classificada**	--
34549	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	COPOBOM	PLASTICO	R$ 7,94	**Classificada**	--
10851	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Copobom/Copoplast/	Copobom/Copoplast/ Copoflex	R$ 7,50	**Classificada**	--

			Copoflex				
99644	SHOPINGA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA	49728772000133	VITALFORM	VITALFORM	R$ 7,95	**Classificada**	--
47174	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	copobom	copobom	R$ 7,95	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 28

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,24
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,25
3º	SHOPINGA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA	49.728.772/0001-33	R$ 5,30
4º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 6,40
5º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 6,90
6º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 7,38

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 29

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo Proposta R$		Situação	Motivo
50642	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Copobom	30	R$ 11,60	**Classificada**	--
35633	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TERMOPOT	PACOTE	R$ 11,60	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 29

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo Proposta R$		Situação	Motivo
24955	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	COPOBOM	PLASTICO	R$ 11,60	**Classificada**	--
32269	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Massimo/Copoplast	Massimo/Copoplast	R$ 11,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 29

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 10,14
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 10,15
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 10,50
4º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 10,88

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 30

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
98381	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Copobom	50	R$ 4,78	**Classificada**	--
70736	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TERMOPOT	PACOTE	R$ 4,78	**Classificada**	--
91040	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	COPOBOM	PLASTICO	R$ 4,78	**Classificada**	--
35479	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Massimo/Copopl ast	Massimo/Copopl ast	R$ 4,50	**Classificada**	--
80865	SHOPINGA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA	49728772000133	MINAPLAST	MINAPLAST	R$ 4,79	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 30

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,34
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 3,35
3º	SHOPINGA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA	49.728.772/0001-33	R$ 3,50
4º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 3,90
5º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 4,38

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 31

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
58948	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLICORDA	UNIDADE	R$ 5,77	**Classificada**	--
58570	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	VARALIS	NYLON	R$ 5,77	**Classificada**	--
66489	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 5,50	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 31

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,24
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,25
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 5,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 32

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
2821	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOTALPLAST	PACOTE	R$ 24,70	**Classificada**	--
64248	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	COPOBOM	ISOPOR	R$ 24,69	**Classificada**	--
93013	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 24,50	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 32

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 24,29
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 24,30
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 24,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 33

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
50500	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 9,50	**Classificada**	--
90785	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	VOREL	UNIDADE	R$ 9,53	**Classificada**	--
29242	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARIN A	LIQUIDO	R$ 9,53	**Classificada**	--
69230	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	DESINFETANTE EMB. 02 LITROS	R$ 9,54	**Classificada**	--
92469	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	estrela	estrela	R$ 9,54	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 33

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,44
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 5,45
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,50
4º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 7,74
5º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 9,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 34

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
97564	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 22,80	**Classificada**	--
87124	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AZULIM	UNIDADE	R$ 22,88	**Classificada**	--
20958	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARIN A	LIQUIDO	R$ 22,79	**Classificada**	--
96170	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	DESINFETANTE EMB. 05	R$ 22,88	**Classificada**	--

				LITROS			
24308	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	estrela	estrela	R$ 22,88	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 34

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 15,61
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 15,63
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 15,64
4º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 17,99
5º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 22,80

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 35

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
83138	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	START CLOR	KG	R$29,76	**Classificada**	--
12833	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	STARCLOR	PO	R$29,76	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 35

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 29,39
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 29,40

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 36

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
69640	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PURO AR	UNIDADE	R$15,26	**Classificada**	--
17097	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ULTRA FLASH	AERO	R$15,26	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 36

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$

Classificação Final do Item 36

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 15,19
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 15,20

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 37

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
31875	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 2,80	**Classificada**	--
2853	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLYLA R	UNIDADE	R$ 2,82	**Classificada**	--
40917	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	LIQUIDO	R$ 2,82	**Classificada**	--
483	LINEX LTDA	34427515000194	BRILHEX	DETERGENTE LIQUIDO 500 ML	R$ 2,83	**Classificada**	--
43578	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	polylar	polylar	R$ 2,83	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 37

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 1,84
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 1,85
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 2,45
4º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 2,67
5º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 2,80

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 38

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
31306	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	nobre	nobre	R$ 50,00	**Classificada**	--
83964	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NOBRE	UNIDADE	R$ 50,50	**Classificada**	--
94510	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	BETTANN	PLASTICO	R$ 50,49	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 38

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 48,90
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 48,94
3º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 50,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 39

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
47703	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CONDOR	UNIDADE	R$ 4,53	**Classificada**	--
56337	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	RADIAL	MADEIRA	R$ 4,53	**Classificada**	--
76334	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Esponfl ora	Varremais/Wilson/Esponfl ora	R$ 4,50	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 39

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,19
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,20
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 4,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 40

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
39054	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CONDOR	UNIDADE	R$ 6,07	**Classificada**	--
21075	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ORALB	MACIA	R$ 6,07	**Classificada**	--
79394	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	BBIO	BBIO	R$ 6,00	**Classificada**	--
8091	BEAGA HOSPITALAR LTDA	10478755000150	ALG	ALG	R$ 6,00	**Classificada**	--
90775	BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA	06175908000112	MEDFIO	MEDFIO	R$ 6,08	**Classificada**	--
1709	ROSILENE VIEIRA LOPES	10279430000148	ALGSUN	INFANTIL	R$ 6,08	**Classificada**	--
34843	ZENITH LTDA	46623193000138	alg	alg	R$ 0,85	**Classificada**	--
26348	ANVAX COMPANY LTDA	34346501000146	Anvax Care	Infantil	R$ 3,50	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 40

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ANVAX COMPANY LTDA	34.346.501/0001-46	R$ 0,84
2º	ZENITH LTDA	46.623.193/0001-38	R$ 0,85
3º	ROSILENE VIEIRA LOPES	10.279.430/0001-48	R$ 3,48
4º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,49
5º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 5,50
6º	BEAGA HOSPITALAR LTDA	10.478.755/0001-50	R$ 6,00
7º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,07
8º	BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA	06.175.908/0001-12	R$ 6,08

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 41

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
86726	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOQ	UNIDADE	R$ 9,47	**Classificada**	--
37247	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Esponfl ora	Varremais/Wilson/Esponfl ora	R$ 9,40	**Classificada**	--
37428	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	SEU LAR	PLASTICO	R$ 9,47	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 41

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,88
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 8,89
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 9,40

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 42

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
99689	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BRILHUS	UNIDADE	R$ 6,00	**Classificada**	--
73347	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Fuzuê/Esponflora	Fuzuê/Esponflora	R$ 6,00	**Classificada**	--
25368	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	ANT.	R$ 6,07	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 42

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,94
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,95
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 5,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 43

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
37756	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ASSOLON	PACOTE	R$2,87	**Classificada**	--
55281	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	AZULIM	LA	R$2,87	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 43

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,85
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 2,86

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 44

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
51513	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	nobre	nobre	R$ 3,00	**Classificada**	--
31939	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BRILHUS	UNIDADE	R$ 3,16	**Classificada**	--
53317	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Fuzuê/Esponflora	Fuzuê/Esponflora	R$ 3,00	**Classificada**	--
65172	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	MULTI	R$ 3,16	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 44

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 0,99
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 1,00
3º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 3,00
4º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 3,16

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 45

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
59602	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	nobre	nobre	R$ 4,00	**Classificada**	--
14437	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	FLASCH LIMP	UNIDADE	R$ 4,24	**Classificada**	--
58241	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	FLASH LIMP	METALICA	R$ 4,23	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 45

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 3,90
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,91
3º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 4,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 46

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
91656	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Guarufilme	Insu	R$ 29,99	**Classificada**	--
95401	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BOREDA	UNIDADE	R$ 30,15	**Classificada**	--
81118	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Lusafilm	Lusafilm	R$ 30,00	**Classificada**	--
63885	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	LUSAFILM	PVC	R$ 30,15	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 46

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 29,49

Classificação Final do Item 46

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 29,50
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 29,53
4º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 30,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 47

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
51857	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BRIGITA	CAIXA	R$ 5,70	**Classificada**	--
36571	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Brigitta	Brigitta	R$ 5,50	**Classificada**	--
37824	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	BRIGIDA	NUMERO 103	R$ 5,70	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 47

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,29
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,30
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 5,40

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 48

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
96933	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	VIMAC	UNIDADE	R$ 5,79	**Classificada**	--
9406	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 5,50	**Classificada**	--
78480	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	PREGUIÇA	AMARELA	R$ 5,78	**Classificada**	--
95932	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 48

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,29

2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,30
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 5,40
4º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 5,65

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 49

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
40204	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PRAFESTA	PACOTE	R$ 6,63	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 49

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
79932	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Bellocopo/Prafesta/Riofe sta	Bellocopo/Prafesta/Riofe sta	R$ 6,50	**Classificada**	--
51684	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	PRAFESTA	PLASTICO	R$ 6,62	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 49

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,94
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,95
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 6,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 50

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
5796	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MOR	UNIDADE	R$ 38,79	**Classificada**	--
52852	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	TERMOLAR	TERMICA	R$ 38,79	**Classificada**	--
70401	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 50

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 38,61
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 38,62
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 41,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 51

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
94961	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	THERMOFORT	UNIDADE	R$ 50,98	**Classificada**	--
42363	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	TERMOLAR	TERMICA	R$ 50,97	**Classificada**	--
53130	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 300,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 51

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 20,95
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 50,96
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 300,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 52

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
66894	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	INVI	UNIDADE	R$ 159,00	**Classificada**	--
81136	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	TERMOLAR	TERMICA	R$ 138,06	**Classificada**	--
38558	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 300,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 52

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 137,98
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 137,99
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 218,18

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 53

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
5200	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BOB	PACOTE	R$ 4,15	**Classificada**	--
38239	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Diffatto/Maxfine	Diffatto/Maxfine	R$ 4,00	**Classificada**	--
97477	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	limpmax	Plastico	R$ 4,15	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 53

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,81
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 3,82
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 4,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 54

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
98945	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BIC	UNIDADE	R$ 5,93	**Classificada**	--
41531	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Lighter/Hiper/Chama	Lighter/Hiper/Chama	R$ 5,90	**Classificada**	--
97578	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	bic	medio	R$ 5,93	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 54

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,45
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 4,46

Classificação Final do Item 54			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,47

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 55

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
58526	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NADIR FIGUEIREDO (1.550 ML)	UNIDADE	R$ 32,60	**Classificada**	--
59818	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	DUHOME	VIDRO	R$ 32,63	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 55			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 32,34
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 32,35

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 56

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
28974	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	azulim	R$ 46,00	**Classificada**	--
68438	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AZULIM	UNIDADE	R$ 46,32	**Classificada**	--
32010	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	LIQUIDO	R$ 46,32	**Classificada**	--
29766	NOVAC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	11015846000111	MARCA PRÓPRIA	UNIDADE	R$ 46,33	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 56			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 45,64
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 45,65
3º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 46,00
4º	NOVAC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	11.015.846/0001-11	R$ 46,33

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 57

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
1437	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AZULIM	UNIDADE	R$ 6,20	**Classificada**	--
83671	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	LIMPA VIDROS, LÍQUIDO	R$ 6,21	**Classificada**	--
39936	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	LIQUIDO	R$ 6,20	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 57			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,11
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 4,20
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,42

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 58

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
17805	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13251576000173	start	start	R$ 4,80	**Classificada**	--
61468	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AZULIM	UNIDADE	R$ 4,80	**Classificada**	--
81592	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	LIMPADOR MULTIUSO	R$ 4,81	**Classificada**	--
13071	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MARINA	LIQUIDO	R$ 4,80	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 58			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,65
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 3,66
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 3,80
4º	MANOEL DANTE BARROS JUNIOR	13.251.576/0001-73	R$ 4,80

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 59

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
18757	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ARQPLASTIC	UNIDADE	R$ 131,30	**Classificada**	--
90505	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	CASABLANCA	PLASTICO	R$ 131,32	**Classificada**	--
20647	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 300,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 59			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 93,99
2º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 94,00
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 119,98

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 60

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
58657	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ANTARES	UNIDADE	R$ 178,00	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 60

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
2761	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	PLATIBOM	PLASTICO	R$ 178,02	**Classificada**	--
61923	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIAD	CONFORT	R$ 300,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 60			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**

1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 123,99
2º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 124,00
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 178,02

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 61

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
66524	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PLASLIDER	UNIDADE	R$ 27,90	**Classificada**	--
49659	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ECO	PLASTICO	R$ 27,94	**Classificada**	--
73113	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 300,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 61

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 10,99
2º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 11,00
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 27,94

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 62

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
38625	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ANTARES	UNIDADE	R$ 42,80	**Classificada**	--
8065	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ECO	PLASTICO	R$ 42,83	**Classificada**	--
59359	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 300,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 62

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 42,74
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 42,75
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 60,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 63

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
9049	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AZULIM	UNIDADE	R$ 10,70	**Classificada**	--
34480	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	BRY	LIQUIDO	R$ 10,70	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 63

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 10,49
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 10,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 64

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
11449	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MUCAMBO	PAR	R$ 5,56	**Classificada**	--
11761	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 5,50	**Classificada**	--
21558	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MUCAMBO	BORRACHA	R$ 5,56	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 64

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,51
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,55
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 4,58

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 65

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
91156	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ZANEL	UNIDDE	R$ 19,64	**Classificada**	--
19364	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ZANEL	COURO	R$ 19,63	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 65

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 19,59
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 19,60

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 66

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
79397	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ZANEL	UNIDADE	R$ 19,64	**Classificada**	--
22012	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	MELETO	RASPA	R$ 19,63	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 66

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 19,59
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 19,60

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 67

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
3939	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Copobras	Marmitex	R$ 40,80	**Classificada**	--
4525	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOTALPLAST	PACOTE	R$ 40,83	**Classificada**	--
63595	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 40,00	**Classificada**	--
82023	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	COPOBRAS	ISOPOR	R$ 40,82	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 67			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 33,50
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 34,01
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 34,50
4º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 34,90

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 68							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
32439	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RADIAL	UNIDADE	R$ 17,38	**Classificada**	--
46754	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Espo nflora	Varremais/Wilson/Espo nflora	R$ 15,00	**Classificada**	--
94976	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	RADIAL	PA	R$ 17,38	**Classificada**	--
82177	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 68			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 11,19

Classificação Final do Item 68			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 11,20
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 11,30
4º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 16,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 69							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
94009	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	VIMAC	UNIDADE	R$ 9,96	**Classificada**	--
52380	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ENCOPA	CRU	R$ 9,96	**Classificada**	--
82848	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 69			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 9,51
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 9,80
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 100,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 70							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
74656	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	VIMAC	UNIDADE	R$ 8,60	**Classificada**	--
12948	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Espo nflora	Varremais/Wilson/Espo nflora	R$ 8,00	**Classificada**	--
77786	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	ENCOPA	CRU	R$ 8,60	**Classificada**	--
20516	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 70			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,25
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,29
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 6,30
4º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 100,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 71							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
92617	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	VIMAC	UNIDADE	R$ 6,74	**Classificada**	--
57323	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	SOPANO	ALVEJADO	R$ 6,74	**Classificada**	--
44285	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 71			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,60
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,61
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 100,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 72							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
19736	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BOREDA	UNIDADE	R$ 6,90	**Classificada**	--
10948	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Mello/Bompack	Mello/Bompack	R$ 6,90	**Classificada**	--
17615	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	BOREDA	ALUMINIO	R$ 6,90	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 72			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,69
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,70
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 6,74

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 73							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
82809	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BOB	PACOTE	R$ 7,16	**Classificada**	--
95023	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Mili/Belisoft	Mili/Belisoft	R$ 7,00	**Classificada**	--

89042	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	BOB	60MTS	R$ 7,16	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 73			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,49
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,50
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 6,55

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 74

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
2846	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BOREDA	ROLO	R$ 11,63	**Classificada**	--
63082	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	BOREDA	MANTEIGA	R$ 11,63	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 74			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 11,57
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 11,58

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 75

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
29353	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NEW PAPER	PACOTE	R$ 13,95	**Classificada**	--
79196	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	LIMPMAX	TOALHA	R$ 12,45	**Classificada**	--
48732	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	braspel	braspel	R$ 12,46	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 75			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 12,06
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 12,07
3º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 12,20

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 76

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
27992	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MAXIM	PACOTE	R$ 8,59	**Classificada**	--
3075	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Yuroi	Papel	R$ 8,59	**Classificada**	--
27254	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	SNOB	SNOB	R$ 8,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 76			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,79
2º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 6,80
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 7,48

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 77

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
81675	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	DENTIL	UNIDADE	R$ 5,44	**Classificada**	--
85184	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Dentil	pasta	R$ 5,43	**Classificada**	--
9560	BEAGA HOSPITALAR LTDA	10478755000150	ALG	ALG	R$ 5,40	**Classificada**	--
43904	BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA	06175908000112	FREEDENT _ RAYMOUND'S	FREEDENT _ RAYMOUND'S	R$ 5,44	**Classificada**	--
50856	ZENITH LTDA	46623193000138	alg	alg	R$ 2,05	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 77			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	BEAGA HOSPITALAR LTDA	10.478.755/0001-50	R$ 4,15
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,19
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,43
4º	BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA	06.175.908/0001-12	R$ 5,44

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 78

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
53936	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ERCAPLAST	UNIDADE	R$ 14,14	**Classificada**	--
26249	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 14,00	**Classificada**	--
10677	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Master	Plastico	R$ 14,13	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 78			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 10,49
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 10,50
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 12,40

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 79

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
53466	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TERMOPOT	PACOTE	R$ 8,60	**Classificada**	--
49405	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Bellocopo/Copopla st	Bellocopo/Copopla st	R$ 8,50	**Classificada**	--
26964	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	copoplast	plastico	R$ 8,60	**Classificada**	--
19269	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	COPOPLAST	COPOPLAST	R$ 8,61	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 79

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 2,90
2º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 3,00
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,95
4º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 8,35

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 80

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
9177	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TERMOPOT	PACOTE	R$ 5,05	**Classificada**	--
29307	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Bellocopo/Copoplast	Bellocopo/Copoplast	R$ 5,00	**Classificada**	--
45051	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	copoplast	plastico	R$ 5,05	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 80

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 2,50
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,95
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,99

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 81

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
81761	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RADIAL	UNIDADE	R$ 28,05	**Classificada**	--
96375	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Espo nflora	Varremais/Wilson/Espo nflora	R$ 25,00	**Classificada**	--
2665	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
88993	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Radial	60cm	R$ 28,05	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 81

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 19,99
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 20,00
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 21,00
4º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 28,05

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 82

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
34726	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RADIAL	UNIDADE	R$ 22,98	**Classificada**	--
93745	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Espo nflora	Varremais/Wilson/Espo nflora	R$ 22,00	**Classificada**	--
73807	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
95251	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Radial	40cm	R$ 22,97	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 82

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 19,87
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 19,88
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 21,98
4º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 100,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 83

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
72021	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	KRA KRA	PACOTE	R$ 13,16	**Classificada**	--
17472	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Bica	pct 5unid	R$ 13,16	**Classificada**	--
94706	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	estrela	estrela	R$ 13,17	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 83

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,50
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 8,59
3º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 8,80

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 84

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
92647	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TIXAM	UNIDADE	R$ 15,26	**Classificada**	--
85707	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Amacitel	emb. 800g	R$ 15,26	**Classificada**	--
7015	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	triex	triex	R$ 15,27	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 84

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$

Classificação Final do Item 84

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 7,96
2º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 7,98
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,01

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 85

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
95051	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MOTIVUS	UNIDADE	R$ 8,30	**Classificada**	--
6438	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Nipis	unid	R$ 8,31	**Classificada**	--
58456	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07196444000193	MARCA PROPRIA	LINHA PROPRIA - 80G	R$ 8,32	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 85			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,99
2º	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07.196.444/0001-93	R$ 6,00
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,92

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 86

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
36960	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOK BOTHANICO	UNIDADE	R$ 11,39	**Classificada**	--
27004	LINEX LTDA	34427515000194	LINEX	SABONETE LIQUIDO - EMBALAGEM 500 M	R$ 11,39	**Classificada**	--
7231	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	tok botanico	500ml	R$ 11,38	**Classificada**	--
64239	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07196444000193	MARCA PROPRIA	LINHA PROPRIA 500ML	R$ 11,39	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 86			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 9,29
2º	LINEX LTDA	34.427.515/0001-94	R$ 9,30
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 10,00
4º	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07.196.444/0001-93	R$ 11,19

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 87

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
9333	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	DIVI	PACOTE	R$ 6,30	**Classificada**	--
3669	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Kromasa	Kromasa	R$ 6,00	**Classificada**	--
76455	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	especial	pct c/50unid	R$ 6,30	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 87			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,49
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,50
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 5,85

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 88

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
49834	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Codeplast	100L	R$ 11,95	**Classificada**	--
28657	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLILUZ	UNIDADE	R$ 11,96	**Classificada**	--
76756	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Pokalixo	reforçado	R$ 11,96	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 88			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 10,94
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 10,95
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 11,28

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 89

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
77970	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Codeplast	15L	R$ 7,60	**Classificada**	--
798	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLILUZ	UNIDADE	R$ 7,60	**Classificada**	--
53363	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Pokalio	reforçado	R$ 7,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 89			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,79
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,80
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 7,08

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 90

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
31316	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Codeplast	30L	R$ 7,60	**Classificada**	--
98029	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLILUZ	UNIDADE	R$ 7,60	**Classificada**	--
43302	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Poklixo	reforçado	R$ 7,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 90			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,79
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 6,80
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 7,29

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 91

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
16942	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Codeplast	50L	R$ 4,92	**Classificada**	--

15580	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	POLILUZ	UNIDADE	R$ 6,90	**Classificada**	--
87939	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Poklixo	reforçado	R$ 4,95	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 91

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 4,75
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,78
3º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 4,79

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 92

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
61565	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	DIVI	PACOTE	R$ 6,22	**Classificada**	--
43465	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Kromasa	Kromasa	R$ 6,00	**Classificada**	--
21342	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	especial	pct c/ 100	R$ 6,22	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 92

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,94
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 5,95

Classificação Final do Item 92

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
3º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 6,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 93

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
92889	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOK BOTHANICO	UNIDADE	R$ 14,60	**Classificada**	--
10300	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Oslo	frasco 325ml	R$ 14,60	**Classificada**	--
14817	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07196444000193	MARCA PROPRIA	LINHA PROPRIA 350ML	R$ 14,61	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 93

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 12,79
2º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 12,80
3º	HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	07.196.444/0001-93	R$ 13,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 94

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
64629	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ENGOTEX	UNIDADE	R$ 33,30	**Classificada**	--
46366	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 33,00	**Classificada**	--
7389	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
61285	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Oslo	toalha	R$ 33,30	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 94

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 22,40
2º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 22,50
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 25,01
4º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 28,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 95

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
34589	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ENGOTEX	UNIDADE	R$ 20,64	**Classificada**	--
9771	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 20,00	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 95

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
13955	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
16280	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Oslo	toalha	R$ 20,63	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 95

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 8,50
2º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 8,60
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 12,01
4º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 16,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 96

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
66977	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NOBRE	PACOTE	R$ 15,35	**Classificada**	--
88092	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Genérica	Genérico	R$ 15,00	**Classificada**	--
34807	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Platbom	descartavel	R$ 15,35	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 96

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 12,20
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 12,30
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 14,99

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 97							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
51168	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CONDOR	UNIDADE	R$ 26,38	**Classificada**	--
13253	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Espo nflora	Varremais/Wilson/Espo nflora	R$ 26,00	**Classificada**	--
2468	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
16589	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	radial	Nylon	R$ 26,38	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 97			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 23,50

Classificação Final do Item 97			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 23,99
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 26,38

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 98							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
9681	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CONDOR	UNIDADE	R$ 32,60	**Classificada**	--
86334	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Espo nflora	Varremais/Wilson/Espo nflora	R$ 30,00	**Classificada**	--
97770	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
63245	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Radial	Pelo	R$ 32,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 98			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 21,50
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 27,99
3º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 32,60

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 99							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
1514	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RADIAL	UNIDADE	R$ 34,49	**Classificada**	--
55116	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52429342000125	Varremais/Wilson/Esp onflora	Varremais/Wilson/Esp onflora	R$ 34,00	**Classificada**	--
88005	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
90783	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Radial	piaçava	R$ 34,48	**Classificada**	--
13690	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41818239000150	ANDRADE	ANDRADE	R$ 34,49	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 99			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 24,40
2º	ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA	52.429.342/0001-25	R$ 27,50
3º	SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	41.818.239/0001-50	R$ 28,40
4º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 32,99
5º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 52,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 100							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
67948	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RADIAL	UNIDADE	R$ 48,50	**Classificada**	--
55104	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 100,00	**Classificada**	--
23440	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	radial	piaçava	R$ 44,82	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 100			
Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 44,80
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 44,81
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 61,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 101							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
5202	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48603440000160	Cartom	Astro	R$ 54,50	**Classificada**	--
45706	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PEGA FORT	PAR	R$ 54,79	**Classificada**	--
56863	NS ASSESSORIA E REPRESENTACOES DE CALCADOS LTDA	13655221000140	innpro	bota de pvc	R$ 54,80	**Classificada**	--
92038	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Innpor	Borracha	R$ 54,79	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 101			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 49,99
2º	PHOENIX RIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.603.440/0001-60	R$ 50,00
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 50,99
4º	NS ASSESSORIA E REPRESENTACOES DE CALCADOS LTDA	13.655.221/0001-40	R$ 54,80

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 102							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**

22287	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	FLAMLIMP(SEM CABO)	UNIDADE	R$ 48,15	**Classificada**	--
91916	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14323297000130	ORTHOVIDA	CONFORT	R$ 300,00	**Classificada**	--
48729	MERCADO PADRAO RR LTDA	27361953000131	Radial	lovar carro	R$ 48,15	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 102			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	MERCADO PADRAO RR LTDA	27.361.953/0001-31	R$ 48,00
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 48,14
3º	ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	14.323.297/0001-30	R$ 300,00
Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **08:03:41 horas do dia 31 de Agosto de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .			
CASSIANO PEREIRA DA SILVA			
Pregoeiro(a) Oficial			
RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA			
Equipe de Apoio			
GABRIELLA BERNARDES DA SILVA			
Equipe de Apoio			
Autenticação: 1C0772ECE3D1EB6502D82B5D1CC66107			

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:42654500

SETOR DE LICITAÇAO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ARPS Nº 072/2026, 073/2026, 074/2026, 075/2026, 076/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG.

CONTRATADO: MERCADO PADRAO RR LTDA - 27.361.953/0001-31

VALOR DO CONTRATO: R$ R$ 248.270,80 (duzentos e quarenta e oito mil e duzentos e setenta reais e oitenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

FONTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

FICHAS	FONTES	UNID	DESPESAS	ELEMENTOS
34	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2005.	3.3.90.30.00
38	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2006.	3.3.90.30.00
57	1.500.000.000	02.03.01	04.122.0004.2007.	3.3.90.30.00
154	1.500.000.000	02.05.01	12.122.0013.2115	3.3.90.30.00
183	1.500.000.000 1.550.000.000 1.551.000.000	02.05.01	12.361.0012.2029	3.3.90.30.00
199	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0009.2021	3.3.90.30.00
208	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0010.2025	3.3.90.30.00
233	1.500.000.000	02.06.01	13.392.0018.2040.	3.3.90.30.00
260	1.500.000.000	02.06.02	27.812.0019.2042	3.3.90.30.00
277	1.500.000.000	02.06.03	13.391.0024.2146	3.3.90.30.00
296	1.500.000.000	02.09.01	04.122.0029.2049	3.3.90.30.00
308	1.500.000.000 1.501.000.000 1.720.000.000 1.752.000.000 2.720.000.000	02.09.02	15.451.0030.2050	3.3.90.30.00
313	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0031.2051	3.3.90.30.00
319	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0032.2143	3.3.90.30.00
361	1.500.000.000 1.501.000.000	02.10.01	20.606.0039.2063	3.3.90.30.00
382	1.500.000.000 2.708.000.000	02.10.03	20.606.0037.2061	3.3.90.30.00
392	1.500.000.000	02.13.01	08.128.0028.2078	3.3.90.30.00
396	1.500.000.000	02.13.01	08.241.0035.2072	3.3.90.30.00
407	1.500.000.000	02.13.01	08.244.0026.2074	3.3.90.30.00
424	1.500.000.000 1.660.000.000 1.661.000.000	02.13.01	08.244.0026.2150	3.3.90.30.00
449	1.500.000.000	02.13.02	08.243.0025.2046	3.3.90.30.00
466	1.500.000.000	02.14.01	10.122.0005.2043	3.3.90.30.00
497	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.301.0020.2201	3.3.90.30.00
526	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.302.0020.2085	3.3.90.30.00
551	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.303.0021.2083	3.3.90.30.00
575	1.500.000.000	02.15.01	04.122.0045.2153	3.3.90.30.00
599	1.500.000.000 1.501.000.000	02.17.01	26.782.00382059	3.3.90.30.00

Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitações

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ARPS Nº 073/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG.

CONTRATADO: ISRAEL E ISRAEL LTDA - 23.407.794/0001-08
VALOR DO CONTRATO: R$ 467.245,40 (quatrocentos e sessenta e sete mil e duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

FONTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

FICHAS	FONTES	UNID	DESPESAS	ELEMENTOS
34	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2005.	3.3.90.30.00
38	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2006.	3.3.90.30.00
57	1.500.000.000	02.03.01	04.122.0004.2007.	3.3.90.30.00
154	1.500.000.000	02.05.01	12.122.0013.2115	3.3.90.30.00
183	1.500.000.000 1.550.000.000 1.551.000.000	02.05.01	12.361.0012.2029	3.3.90.30.00
199	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0009.2021	3.3.90.30.00
208	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0010.2025	3.3.90.30.00
233	1.500.000.000	02.06.01	13.392.0018.2040.	3.3.90.30.00
260	1.500.000.000	02.06.02	27.812.0019.2042	3.3.90.30.00
277	1.500.000.000	02.06.03	13.391.0024.2146	3.3.90.30.00
296	1.500.000.000	02.09.01	04.122.0029.2049	3.3.90.30.00
308	1.500.000.000 1.501.000.000 1.720.000.000 1.752.000.000 2.720.000.000	02.09.02	15.451.0030.2050	3.3.90.30.00
313	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0031.2051	3.3.90.30.00
319	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0032.2143	3.3.90.30.00
361	1.500.000.000 1.501.000.000	02.10.01	20.606.0039.2063	3.3.90.30.00
382	1.500.000.000 2.708.000.000	02.10.03	20.606.0037.2061	3.3.90.30.00
392	1.500.000.000	02.13.01	08.128.0028.2078	3.3.90.30.00
396	1.500.000.000	02.13.01	08.241.0035.2072	3.3.90.30.00
407	1.500.000.000	02.13.01	08.244.0026.2074	3.3.90.30.00
424	1.500.000.000 1.660.000.000 1.661.000.000	02.13.01	08.244.0026.2150	3.3.90.30.00
449	1.500.000.000	02.13.02	08.243.0025.2046	3.3.90.30.00
466	1.500.000.000	02.14.01	10.122.0005.2043	3.3.90.30.00
497	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.301.0020.2201	3.3.90.30.00
526	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.302.0020.2085	3.3.90.30.00
551	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.303.0021.2083	3.3.90.30.00
575	1.500.000.000	02.15.01	04.122.0045.2153	3.3.90.30.00
599	1.500.000.000 1.501.000.000	02.17.01	26.782.00382059	3.3.90.30.00

Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitações

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ARPS Nº 074/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG.

CONTRATADO: ANVAX COMPANY LTDA - 34.346.501/0001-46

VALOR DO CONTRATO: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

FONTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

FICHAS	FONTES	UNID	DESPESAS	ELEMENTOS
34	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2005.	3.3.90.30.00
38	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2006.	3.3.90.30.00
57	1.500.000.000	02.03.01	04.122.0004.2007.	3.3.90.30.00
154	1.500.000.000	02.05.01	12.122.0013.2115	3.3.90.30.00
183	1.500.000.000 1.550.000.000 1.551.000.000	02.05.01	12.361.0012.2029	3.3.90.30.00
199	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0009.2021	3.3.90.30.00
208	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0010.2025	3.3.90.30.00
233	1.500.000.000	02.06.01	13.392.0018.2040.	3.3.90.30.00
260	1.500.000.000	02.06.02	27.812.0019.2042	3.3.90.30.00
277	1.500.000.000	02.06.03	13.391.0024.2146	3.3.90.30.00
296	1.500.000.000	02.09.01	04.122.0029.2049	3.3.90.30.00
308	1.500.000.000 1.501.000.000 1.720.000.000 1.752.000.000 2.720.000.000	02.09.02	15.451.0030.2050	3.3.90.30.00
313	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0031.2051	3.3.90.30.00
319	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0032.2143	3.3.90.30.00
361	1.500.000.000 1.501.000.000	02.10.01	20.606.0039.2063	3.3.90.30.00
382	1.500.000.000 2.708.000.000	02.10.03	20.606.0037.2061	3.3.90.30.00
392	1.500.000.000	02.13.01	08.128.0028.2078	3.3.90.30.00
396	1.500.000.000	02.13.01	08.241.0035.2072	3.3.90.30.00
407	1.500.000.000	02.13.01	08.244.0026.2074	3.3.90.30.00
424	1.500.000.000 1.660.000.000 1.661.000.000	02.13.01	08.244.0026.2150	3.3.90.30.00
449	1.500.000.000	02.13.02	08.243.0025.2046	3.3.90.30.00
466	1.500.000.000	02.14.01	10.122.0005.2043	3.3.90.30.00
497	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.301.0020.2201	3.3.90.30.00
526	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.302.0020.2085	3.3.90.30.00
551	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.303.0021.2083	3.3.90.30.00
575	1.500.000.000	02.15.01	04.122.0045.2153	3.3.90.30.00
599	1.500.000.000 1.501.000.000	02.17.01	26.782.00382059	3.3.90.30.00

Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitações

,
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ARPS Nº 075/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG.

CONTRATADO: BEAGA HOSPITALAR LTDA - 10.478.755/0001-50

VALOR DO CONTRATO: R$ 4.150,00 (quatro mil e cento e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

FONTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

FICHAS	FONTES	UNID	DESPESAS	ELEMENTOS
34	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2005.	3.3.90.30.00
38	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2006.	3.3.90.30.00
57	1.500.000.000	02.03.01	04.122.0004.2007.	3.3.90.30.00
154	1.500.000.000	02.05.01	12.122.0013.2115	3.3.90.30.00
183	1.500.000.000 1.550.000.000 1.551.000.000	02.05.01	12.361.0012.2029	3.3.90.30.00
199	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0009.2021	3.3.90.30.00
208	1.500.000.000	02.05.01	12.365.0010.2025	3.3.90.30.00

	1.550.000.000			
233	1.500.000.000	02.06.01	13.392.0018.2040.	3.3.90.30.00
260	1.500.000.000	02.06.02	27.812.0019.2042	3.3.90.30.00
277	1.500.000.000	02.06.03	13.391.0024.2146	3.3.90.30.00
296	1.500.000.000	02.09.01	04.122.0029.2049	3.3.90.30.00
308	1.500.000.000 1.501.000.000 1.720.000.000 1.752.000.000 2.720.000.000	02.09.02	15.451.0030.2050	3.3.90.30.00
313	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0031.2051	3.3.90.30.00
319	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0032.2143	3.3.90.30.00
361	1.500.000.000 1.501.000.000	02.10.01	20.606.0039.2063	3.3.90.30.00
382	1.500.000.000 2.708.000.000	02.10.03	20.606.0037.2061	3.3.90.30.00
392	1.500.000.000	02.13.01	08.128.0028.2078	3.3.90.30.00
396	1.500.000.000	02.13.01	08.241.0035.2072	3.3.90.30.00
407	1.500.000.000	02.13.01	08.244.0026.2074	3.3.90.30.00
424	1.500.000.000 1.660.000.000 1.661.000.000	02.13.01	08.244.0026.2150	3.3.90.30.00
449	1.500.000.000	02.13.02	08.243.0025.2046	3.3.90.30.00
466	1.500.000.000	02.14.01	10.122.0005.2043	3.3.90.30.00
497	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.301.0020.2201	3.3.90.30.00
526	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.302.0020.2085	3.3.90.30.00
551	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.303.0021.2083	3.3.90.30.00
575	1.500.000.000	02.15.01	04.122.0045.2153	3.3.90.30.00
599	1.500.000.000 1.501.000.000	02.17.01	26.782.00382059	3.3.90.30.00

Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitações

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ARPS Nº 076/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG.
.

CONTRATADO: ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA - 52.429.342/0001-25
VALOR DO CONTRATO: R$ 11.050,00 (onze mil e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

FONTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

FICHAS	FONTES	UNID	DESPESAS	ELEMENTOS
34	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2005.	3.3.90.30.00
38	1.500.000.000	02.02.01	04.122.0003.2006.	3.3.90.30.00
57	1.500.000.000	02.03.01	04.122.0004.2007.	3.3.90.30.00
154	1.500.000.000	02.05.01	12.122.0013.2115	3.3.90.30.00
183	1.500.000.000 1.550.000.000 1.551.000.000	02.05.01	12.361.0012.2029	3.3.90.30.00
199	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0009.2021	3.3.90.30.00
208	1.500.000.000 1.550.000.000	02.05.01	12.365.0010.2025	3.3.90.30.00
233	1.500.000.000	02.06.01	13.392.0018.2040.	3.3.90.30.00
260	1.500.000.000	02.06.02	27.812.0019.2042	3.3.90.30.00
277	1.500.000.000	02.06.03	13.391.0024.2146	3.3.90.30.00
296	1.500.000.000	02.09.01	04.122.0029.2049	3.3.90.30.00
308	1.500.000.000 1.501.000.000 1.720.000.000 1.752.000.000 2.720.000.000	02.09.02	15.451.0030.2050	3.3.90.30.00
313	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0031.2051	3.3.90.30.00
319	1.500.000.000	02.09.02	15.452.0032.2143	3.3.90.30.00
361	1.500.000.000 1.501.000.000	02.10.01	20.606.0039.2063	3.3.90.30.00
382	1.500.000.000 2.708.000.000	02.10.03	20.606.0037.2061	3.3.90.30.00
392	1.500.000.000	02.13.01	08.128.0028.2078	3.3.90.30.00
396	1.500.000.000	02.13.01	08.241.0035.2072	3.3.90.30.00
407	1.500.000.000	02.13.01	08.244.0026.2074	3.3.90.30.00

424	1.500.000.000 1.660.000.000 1.661.000.000	02.13.01	08.244.0026.2150	3.3.90.30.00
449	1.500.000.000	02.13.02	08.243.0025.2046	3.3.90.30.00
466	1.500.000.000	02.14.01	10.122.0005.2043	3.3.90.30.00
497	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.301.0020.2201	3.3.90.30.00
526	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.302.0020.2085	3.3.90.30.00
551	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000	02.14.01	10.303.0021.2083	3.3.90.30.00
575	1.500.000.000	02.15.01	04.122.0045.2153	3.3.90.30.00
599	1.500.000.000 1.501.000.000	02.17.01	26.782.00382059	3.3.90.30.00

Córrego Danta/MG, 31 de agosto de 2026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:2C9087A0

SETOR DE LICITAÇAO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 047/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA- MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 047/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA-MG comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 008/2026 referente à *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG.*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : MERCADO PADRAO RR LTDA - 27.361.953/0001-31

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R$
1	40,00	UNIDADE	ORIGIN AL	MANUA L	R$ 5,15	R$ 206,0000	R$ 5,26	R$ 210,40	2,0912%	R$ 4,40
Descrição: ABRIDOR DE LATA - Abridor de lata e de garrafas, manual, em alumínio, linha doméstica										
8	300,00	UNIDADE	APOLL O	LIQUIDO	R$ 7,65	R$ 2.295,0000	R$ 7,91	R$ 2.373,00	3,2869%	R$ 78,00
Descrição: ALGODÃO HIDRÓFILO 50G, em camadas contínuas em forma de rolo (manta), provido de papel apropriado em toda sua extensão. O algodão deverá apresentar aspecto homogêneo e macio, boa absorção, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, ser inodoro, de cor branca (no mínimo 80 de brancura). Embalado em caixinhas de papel individual										
9	500,00	UNIDADE	MARINA	INTENS O	R$ 10,65	R$ 5.325,0000	R$ 10,85	R$ 5.423,35	1,8134%	R$ 98,35
Descrição: AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS - Amaciante de roupa, aspecto líquido viscoso, concentrado, perfumado, solúvel em água, embalagem plástica, aplicação amaciante artigos têxteis, frasco com 2 litros										
10	50,00	UNIDADE	CWA	BORRA CHA	R$ 5,40	R$ 270,0000	R$ 5,67	R$ 283,34	4,7064%	R$ 13,34
Descrição: ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PANELA										
15	1.500,00	PACOTE	ARQPL AST	ISOPOR	R$ 43,35	R$ 65.025,0000	R$ 43,91	R$ 65.860,05	1,2679%	R$ 835,05
Descrição: BANDEJA DESCARTAVEL DE ISOPOR, funda - B3 - pct c/100										
16	30,00	BOBINA	EBAO	PLASTI CO	R$ 64,68	R$ 1.940,4000	R$ 65,50	R$ 1.965,00	1,2519%	R$ 24,60
Descrição: BOBINA DE SACO PLÁSTICO (CAP. 03 KG) picotada 23x38. Plástico liso, totalmente transparente, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações e permitindo a selagem. Rolo contendo aproximadamente 500 plásticos										
19	800,00	UNIDADE	MARINA	LIQUIDO	R$ 2,98	R$ 2.384,0000	R$ 3,18	R$ 2.541,36	6,1919%	R$ 157,36
Descrição: BRILHA ALUMÍNIO Limpeza de alumínio e alumínio anodizado. Desoxida e elimina oleosidade. Base água, ecológico, biodegradável. Embalagem 500ml										
22	3.000,00	UNIDADE	INGLES A	LIQUIDA	R$ 9,89	R$ 29.670,0000	R$ 15,61	R$ 46.839,90	36,6565%	R$ 17.169,90
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
Descrição: CERA LIQUIDA PARAARDÓSIA, AUTO BRILHO embalagem 750 ml										
23	2.000,00	UNIDADE	MAIS	LIQUIDO	R$ 3,10	R$ 6.200,0000	R$ 6,05	R$ 12.093,40	48,7323%	R$ 5.893,40
Descrição: CLORO, FRASCO DE 01 LITRO - Solução de hipoclorito sódico a 1, acondicionado em frasco com 1000 mL, lacrado. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, lote e validade.										
25	2.000,00	PACOTE	PRAFE STA	PLASTI CO	R$ 4,85	R$ 9.700,0000	R$ 6,98	R$ 13.953,40	30,4828%	R$ 4.253,40
Descrição: COLHER PLASTICA DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - cor: cristal/transparente - pacote c/50 unidades										
26	1.500,00	PACOTE	PRAFE STA	PLASTI CO	R$ 4,85	R$ 7.275,0000	R$ 6,98	R$ 10.465,05	30,4828%	R$ 3.190,05
Descrição: COLHER PLASTICA DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA -										
38	50,00	UNIDADE	BETTAN N	PLASTI CO	R$ 48,90	R$ 2.445,0000	R$ 50,50	R$ 2.525,00	3,1683%	R$ 80,00
Descrição: DISPENSER PAPEL TOALHA - .										
45	1.000,00	UNIDADE	FLASH LIMP	METALI CA	R$ 3,90	R$ 3.900,0000	R$ 4,25	R$ 4.246,70	8,1639%	R$ 346,70
Descrição: ESPONJA METALICA - Esponja metálica feita de aço inox. Indicado par limpeza profunda. Não arranha. Não enferruja. Realça o brilho. Embalagem com 01 unidade de 17 gr.										
51	80,00	UNIDADE	TERMO LAR	TERMIC A	R$ 20,95	R$ 1.676,0000	R$ 50,98	R$ 4.078,40	58,9054%	R$ 2.402,40
Descrição: GARRAFA TERMICA 5 LITROS - Garrafa térmica 5 litros com tampa de rosca, boca larga, pés retráteis, torneira desmontável para higienização, de boa qualidade.										
52	80,00	UNIDADE	TERMO LAR	TERMIC A	R$ 137,98	R$ 11.038,4000	R$ 138,07	R$ 11.045,34	0,0627%	R$ 6,94
Descrição: GARRAFA TERMICA 9 LITROS - GARRAFA TÉRMICA: com torneira, capacidade 9 litros, em material plástico resistente, tampas giratórias e de proteção, selo de garantia. De boa qualidade.										
54	200,00	UNIDADE	bic	medio	R$ 4,45	R$ 890,0000	R$ 5,94	R$ 1.188,66	25,1257%	R$ 298,66
Descrição: ISQUEIRO A GAS - cor aleatória - Tamanho: 8,0 x 2,5 x 1,5cm										
67	200,00	PACOTE	COPOB RAS	ISOPOR	R$ 33,50	R$ 6.700,0000	R$ 40,83	R$ 8.166,66	17,9591%	R$ 1.466,66
Descrição: MARMITEX, 750 ml, cor branca, embalagem com 100 unidades.										
70	800,00	UNIDADE	ENCOP A	CRU	R$ 6,25	R$ 5.000,0000	R$ 8,61	R$ 6.888,00	27,4099%	R$ 1.888,00
Descrição: PANO DE LIMPAR CHAO GRANDE- ALVEJADO - Pano de limpar chão: algodão, com costuras laterais - com medida de no mínimo 58 x 78cm. Alvejado										
71	800,00	UNIDADE	SOPAN O	ALVEJA DO	R$ 6,60	R$ 5.280,0000	R$ 6,75	R$ 5.400,00	2,2222%	R$ 120,00
Descrição: PANO DE PRATO ALVEJADO - Pano de prato com aproximadamente 40 X 60 CM, algodão reforçado e alvejado										
84	800,00	UNIDADE	Amacitel	emb. 800g	R$ 7,96	R$ 6.368,0000	R$ 15,27	R$ 12.218,64	47,8829%	R$ 5.850,64
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
Descrição: SABÃO EM PO, EMBALAGEM DE 800GR - Sabão em pó, embalagem com no mínimo 800gr, composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, branqueador óptico, corante, essência, carga, água e alquil										

benzeno sulfonato de sódio. Deve ter registro ANVISA/MS. Marcas de referência: OMO, TIXAN ou BRILHANTE.										
91	4.000,00	UNIDADE	Poklixo	reforçad o	R$ 4,75	R$ 19.000,0000	R$ 4,96	R$ 19.853,20	4,2975%	R$ 853,20
Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 50 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
94	150,00	UNIDADE	Oslo	toalha	R$ 22,40	R$ 3.360,0000	R$ 33,31	R$ 4.996,50	32,7529%	R$ 1.636,50
Descrição: TOALHA DE BANHO - CORES VARIADAS - toalha de banho, grossa e felpuda, 100 algodão, em cores unidade variadas, medindo 0,70 x 1,30m.										
95	150,00	UNIDADE	Oslo	toalha	R$ 8,50	R$ 1.275,0000	R$ 20,64	R$ 3.096,50	58,8244%	R$ 1.821,50
Descrição: TOALHA ROSTO, 44X70cm 100 ALGODA rosto, dimensões (cm) 44 x 70. Peso 90 gr. Tecido: 100 algodão. Cor: branca.										
96	250,00	PACOTE	Platbom	descarta vel	R$ 12,20	R$ 3.050,0000	R$ 15,36	R$ 3.840,83	20,5899%	R$ 790,83
Descrição: TOUCA DESCARTAVEL, SANFONADA C/ ELASTICO PCT C/100 - Touca descartável - touca branca, sanfonada, com elástico, descartável, tamanho único, unissex. Confeccionada em TNT. Pacote com 100 unidades										
99	600,00	UNIDADE	Radial	piaçava	R$ 24,40	R$ 14.640,0000	R$ 34,50	R$ 20.698,02	29,2685%	R$ 6.058,02
Descrição: VASSOURA DE PIAÇAVA Nº05 - vassoura de piaçava: com cabo de madeira, base em pé, nº5.										
100	200,00	UNIDADE	radial	piaçava	R$ 44,80	R$ 8.960,0000	R$ 44,83	R$ 8.966,66	0,0742%	R$ 6,66
Descrição: VASSOURA DE PIAÇAVA TIPO GARI - Vassoura de piaçava: tipo gari, com cabo de madeira, base com 60 cm										
101	200,00	PAR	Innpor	Borracha	R$ 49,99	R$ 9.998,0000	R$ 54,80	R$ 10.960,00	8,7773%	R$ 962,00
Descrição: BOTA DE BORRACHA - COR BRANCA - tamanhos variados										
102	300,00	UNIDADE	Radial	lovar carro	R$ 48,00	R$ 14.400,0000	R$ 48,16	R$ 14.448,99	0,3390%	R$ 48,99
Descrição: VASSOURA PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, INDICADA PARA LIMPEZA DE AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS, CONFECCIONADA COM CERDAS MACIAS EM NYLON OU PET, QUE NÃO RISCAM A PINTURA, BASE EM PLÁSTICO resistente, largura aproximada de 25 a 30 cm, com encaixe para cabo rosqueável, proporcionando praticidade, resistência e durabilidade durante o uso. Marcas de referência: Odim, Bettanin, Condor, Vonder, Bralimpia, Nove54 ou de qualidade equivalente.										
						Subtotal Adjudicado:	**R$248.270,80**	**Subtotal Orçado: R$ 304.626,33**	**18,4998%**	**R$56.355,53**
Fornecedor : ISRAEL E ISRAEL LTDA - 23.407.794/0001-08										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
2	30,00	UNIDADE	LUME	UNIDAD E	R$ 13,81	R$ 414,3000	R$ 13,98	R$ 419,30	1,1926%	R$ 5,00
Descrição: ACENDEDOR AUTOMÁTICO PARA FOGÃO - Acendedor, tipo lança chama, automático, com gatilho, para fogão a gás, confeccionado em plástico, embalagem 1 unidade.										
3	200,00	UNIDADE	MAIS	UNIDAD E	R$ 8,09	R$ 1.618,0000	R$ 8,29	R$ 1.658,66	2,4513%	R$ 40,66
Descrição: ÁCIDO MURIÁTICO - 01 LITRO - removedor de manchas de alta concentração para uso geral. Embalagem 1 litro.										
4	4.000,00	UNIDADE	Q.BOA	UNIDAD E	R$ 3,79	R$ 15.160,0000	R$ 4,58	R$ 18.320,00	17,2489%	R$ 3.160,00
Descrição: ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO: água sanitária, aspecto: líquido, composição: a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, teor cloro ativo: entre 2,0 a 2,5 p/p, cor: amarela esverdeada bastante fraca, aplicação: assepsia de ambientes, roupas e alimentos. características adicionais: isenta de corantes, detergentes e aromatizantes, embalagem: frasco plástico com tampa e lacre de segurança. peso líquido: 1 lit										
5	2.000,00	UNIDADE	ANHAN GUERA	UNIDAD E	R$ 10,54	R$ 21.080,0000	R$ 11,95	R$ 23.893,40	11,7747%	R$ 2.813,40
Descrição: ÁLCOOL ABSOLUTO, 92,8 FRASCO 1 LITRO - Álcool absoluto uso doméstico, 92,8 inpm, para higienização em geral, com orientações de segurança no frasco, (1,0 litro).										
6	3.000,00	UNIDADE	ASSEPT IGEL	UNIDAD E	R$ 8,58	R$ 25.740,0000	R$ 9,18	R$ 27.530,10	6,5023%	R$ 1.790,10
Descrição: ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70 - 1 LITRO - Álcool etílico hidratado uso doméstico, 70º INPM, para higienização em geral, c/ orientações de segurança no frasco, (1,0 litro)										
7	1.000,00	UNIDADE	GELAC OOL	UNIDAD E	R$ 9,23	R$ 9.230,0000	R$ 9,79	R$ 9.793,30	5,7518%	R$ 563,30
Descrição: ÁLCOOL GEL 70 PARA LIMPEZA - Frasco 500 ml - ideal para limpeza, elimina até 99,9 das bactérias										
11	30,00	UNIDADE	TROPIC AL	UNIDAD E	R$ 5,64	R$ 169,2000	R$ 5,68	R$ 170,40	0,7042%	R$ 1,20
Descrição: ANEL DEVEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PANELA DE PRESSÃO - 4,5 litros. Material: borracha nitrílica. Garantia contra defeitos de fábrica.										
12	20,00	UNIDADE	TROPIC AL	UNIDAD E	R$ 11,94	R$ 238,8000	R$ 11,96	R$ 239,20	0,1672%	R$ 0,40
Descrição: ANEL DEVEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PANELA DE PRESSÃO - 7,0 litros. Material: borracha nitrílica. Garantia contra defeitos de fábrica.										
13	80,00	UNIDADE	GTX	UNIDAD E	R$ 13,95	R$ 1.116,0000	R$ 14,28	R$ 1.142,14	2,2883%	R$ 26,14
Descrição: BALDE, PLÁSTICO, RESISTENTE, ALÇA EM METAL, 10 LITROS - Balde material plástico, resistente, alça em metal, capacidade de 10 litros										
14	100,00	UNIDADE	PETRO FIX	UNIDAD E	R$ 19,58	R$ 1.958,0000	R$ 19,65	R$ 1.964,67	0,3394%	R$ 6,67
Descrição: BALDE, PLÁSTICO, RESISTENTE, ALÇA EM METAL, 15 LITROS - Balde material plástico, resistente, alça em metal, capacidade de 15 litros										
17	30,00	BOBINA	GUFE	BOBINA	R$ 67,44	R$ 2.023,2000	R$ 67,83	R$ 2.034,90	0,5749%	R$ 11,70
Descrição: BOBINA DE SACO PLÁSTICO (CAP. 07 KG) picotada 40x60. Plástico liso, totalmente transparente, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações e permitindo a selagem. Rolo contendo aproximadamente 500 plásticos.										
18	30,00	UNIDADE	GUFE	BOBINA	R$ 55,74	R$ 1.672,2000	R$ 56,09	R$ 1.682,60	0,6181%	R$ 10,40
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
Descrição: BOBINA DE SACO PLÁSTICO (CAP. 08 KG) picotada 35x50. Plástico liso, totalmente transparente, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações e permitindo a selagem. Rolo contendo aproximadamente 500 plásticos.										
20	100,00	UNIDADE	JOAGR O	UNIDAD E	R$ 83,95	R$ 8.395,0000	R$ 84,17	R$ 8.416,67	0,2574%	R$ 21,67
Descrição: CAIXA PLASTICA P/MANTIMENTOS 47 LITROS- CAIXA PLÁSTICA - Caixa plástica organizadora de supermercado. Dimensões: 31 cm x 34 cm x 55 cm (altura x largura x comprimento) Produzida com composto termoplástico de alta qualidade. Capacidade volumétrica: 47 Litros										
21	2.000,00	UNIDADE	POLYLA R	UNIDAD E	R$ 5,89	R$ 11.780,0000	R$ 14,61	R$ 29.226,60	59,6942%	R$ 17.446,60
Descrição: CERA PARA PISO, tipo líquida auto brilho. Aplicação pisos cerâmicos, granitos, mármore e paviflex. Cor: incolor/amarela/verde. Frasco de 750ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade. Similar, compatível ou de melhor qualidade que a cera Brilho Fácil.										
24	100,00	UNIDADE	PRINCE SA	UNIDAD E	R$ 8,23	R$ 823,0000	R$ 8,28	R$ 827,67	0,5642%	R$ 4,67
Descrição: COADOR DE CAFE PANO (MALHA) cabo de madeira ou plástico, tamanho referência 103 (médio)										
27	300,00	UNIDADE	TOK BOTHA NICO	UNIDAD E	R$ 8,14	R$ 2.442,0000	R$ 15,31	R$ 4.593,00	46,8321%	R$ 2.151,00
Descrição: CONDICIONADOR PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS. Embalagem MÍNIMA DE de 325 ml.										
28	4.000,00	PACOTE	ECONO POT	PACOTE	R$ 5,24	R$ 20.960,0000	R$ 7,96	R$ 31.826,80	34,1435%	R$ 10.866,80
Descrição: COPO DESCARTAVEL 200 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES - copo descartável 200 ml, resistente, dentro das normas ABNT pacote com 100 und.										
29	1.000,00	PACOTE	TERMO POT	PACOTE	R$ 10,14	R$ 10.140,0000	R$ 11,61	R$ 11.610,00	12,6614%	R$ 1.470,00
Descrição: COPO DESCARTÁVEL 300 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES - copo descartável 300 ml: resistente, dentro das normas ABNT pacote com 100 und.										
30	1.500,00	PACOTE	TERMO POT	PACOTE	R$ 3,34	R$ 5.010,0000	R$ 4,79	R$ 7.185,00	30,2713%	R$ 2.175,00
Descrição: COPO DESCARTAVEL 50 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES - copo descartável 50 ml: resistente, dentro das normas ABNT - pacote com 100 unid.										
31	20,00	UNIDADE	POLICO RDA	UNIDAD E	R$ 5,24	R$ 104,8000	R$ 5,78	R$ 115,60	9,3425%	R$ 10,80
Descrição: CORDA PARA VARAL, material nylon, resistente. Pacote com 10 metros.										
32	2.000,00	PACOTE	TOTALP LAST	PACOTE	R$ 24,29	R$ 48.580,0000	R$ 24,70	R$ 49.400,00	1,6599%	R$ 820,00
Descrição: CUMBUCA DESCARTAVEL DE ISOPOR 15 cm X 5 cm - redonda - capacidade 300 ml - PCT C/100 UnD										
33	2.500,00	UNIDADE	VOREL	UNIDAD E	R$ 5,44	R$ 13.600,0000	R$ 9,55	R$ 23.866,75	43,0169%	R$ 10.266,75
Descrição: DESINFETANTE EMB. 02 LITROS - Desinfetante liquido para uso geral com alto poder germicida e bactericida, aroma lavanda, eucalipto ou floral com registro no Ministério da Saúde. Galão de 2 Litros. Identificação do produto e prazo de validade.										
34	3.000,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 15,61	R$ 46.830,0000	R$ 22,89	R$ 68.660,10	31,7944%	R$ 21.830,10
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
Descrição: DESINFETANTE EMB. 05 LITROS - Desinfetante liquido para uso geral com alto poder germicida e bactericida, aroma lavanda, eucalipto ou floral com registro no Ministério da Saúde. Galão de 5 Litros. Identificação do produto e prazo de validade										
35	30,00	KILO	START CLOR	KG	R$ 29,39	R$ 881,7000	R$ 29,77	R$ 893,20	1,2873%	R$ 11,50
Descrição: DESINFETANTE EM PÓ PARA UTENSÍLIOS - SANITIZANTE										
36	200,00	UNIDADE	PURO AR	UNIDAD E	R$ 15,19	R$ 3.038,0000	R$ 15,28	R$ 3.055,34	0,5675%	R$ 17,34
Descrição: DESODORIZADOR AMBIENTAL, AEROSOL, SEM CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade.										
37	4.000,00	UNIDADE	POLYLA R	UNIDAD E	R$ 1,84	R$ 7.360,0000	R$ 2,83	R$ 11.320,00	34,9823%	R$ 3.960,00
Descrição: DETERGENTE LIQUIDO 500 ML Marcas de referência: Ypê ou Limpol										
39	100,00	UNIDADE	CONDO R	UNIDAD E	R$ 4,19	R$ 419,0000	R$ 4,55	R$ 454,67	7,8452%	R$ 35,67
Descrição: ESCOVA DE LAVAR ROUPA..										
41	50,00	UNIDADE	TOQ	UNIDAD E	R$ 8,88	R$ 444,0000	R$ 9,48	R$ 474,00	6,3291%	R$ 30,00

Descrição: ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM SUPORTE - Escova de nylon para lavar vaso sanitário c/ cabo de plástico e suporte.										
42	1.000,00	UNIDADE	BRILHU S	UNIDAD E	R$ 4,94	R$ 4.940,0000	R$ 6,08	R$ 6.083,30	18,7940%	R$ 1.143,30
Descrição: ESPONJAANTIADERENTE - Esponja antiaderente dupla face, abrasiva, para limpeza, com aproximadamente 75 x 110 mm										
43	1.500,00	PACOTE	ASSOL ON	PACOTE	R$ 2,85	R$ 4.275,0000	R$ 2,88	R$ 4.320,00	1,0416%	R$ 45,00
Descrição: ESPONJA DE LÃ DE AÇO - PACOTE COM 08 UND. Formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades. Marcas de referencia: Bom Bril e Assolan										
44	1.500,00	UNIDADE	BRILHU S	UNIDAD E	R$ 0,99	R$ 1.485,0000	R$ 3,18	R$ 4.765,05	68,8355%	R$ 3.280,05
Descrição: ESPONJA MULTIUSO DE LIMPEZA DUPLA FACE - VERDE/AMARELA, formato retangular, aplicação para limpeza geral de superfícies e utensílios como panelas, frigideiras, pratos, etc, Embalagem com 01 unidade										
46	50,00	UNIDADE	BORED A	UNIDAD E	R$ 29,49	R$ 1.474,5000	R$ 30,17	R$ 1.508,34	2,2432%	R$ 33,84
Descrição: FILME PVC transparente - tamanho 28cm X 100 metros Para Embalar, proteger e conservar alimentos, frutas e verduras										
47	250,00	CAIXA	BRIGITA	CAIXA	R$ 5,29	R$ 1.322,5000	R$ 5,71	R$ 1.427,50	7,3555%	R$ 105,00
Descrição: FILTRO PARA CAFÉ 103 - caixa com 30 unidades										
48	600,00	UNIDADE	VIMAC	UNIDAD E	R$ 5,29	R$ 3.174,0000	R$ 5,79	R$ 3.474,00	8,6355%	R$ 300,00
Descrição: FLANELA - Flanela: para limpeza, laranja, algodão, medindo 60 cm x 40 cm										
49	1.000,00	PACOTE	PRAFE STA	PACOTE	R$ 5,94	R$ 5.940,0000	R$ 6,63	R$ 6.630,00	10,4072%	R$ 690,00
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
Descrição: GARFO PLÁSTICO, GRANDE DESC. C/50UN - Garfo: plástico descartável para refeição (grande) pct com 50 und										
50	80,00	UNIDADE	MOR	UNIDAD E	R$ 38,61	R$ 3.088,8000	R$ 38,80	R$ 3.104,00	0,4896%	R$ 15,20
Descrição: GARRAFA TERMICA 1 LITRO - garrafa térmica: 1 litro, corpo plástico, ampola de vidro, rolha dosadora, com copo multiuso, nas cores azul, vermelha ou preta. Com selo de garantia. De boa qualidade.										
53	1.000,00	PACOTE	BOB	PACOTE	R$ 3,81	R$ 3.810,0000	R$ 4,16	R$ 4.160,00	8,4134%	R$ 350,00
Descrição: GUARDANAPOS DE PAPEL BRANCO, PCT. C/ 50 UNID - guardanapos de papel branco 22 cm x 23 cm pct. C/ 50 und.										
55	60,00	UNIDADE	NADIR FIGUEI REDO (1.550 ML)	UNIDAD E	R$ 32,34	R$ 1.940,4000	R$ 32,65	R$ 1.958,80	0,9394%	R$ 18,40
Descrição: JARRA DE VIDRO COM ALÇA, 2 LITROS - jarra de vidro: lisa com alça, capacidade de 2 litros. De boa qualidade.										
56	100,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 45,64	R$ 4.564,0000	R$ 46,34	R$ 4.633,67	1,5035%	R$ 69,67
Descrição: LIMPA CERÂMICAS - EMBALAGEM 05 LITROS Pode ser usado para faxinas pesadas e limpezas diárias. Remove todo tipo de sujeiras e incrustações. Tipos de pisos: cerâmicas, azulejos, ardósia, sanitários. Embalagem com 05 litros. Similar, compatível ou de melhor qualidade que a marca Azulim.										
57	100,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 4,11	R$ 411,0000	R$ 6,21	R$ 621,33	33,8515%	R$ 210,33
Descrição: LIMPA VIDROS, LÍQUIDO - Composição: Lauril éter sulfato de sódio, coadjuvantes, corante e água, Biodegradável, APLICAÇÃO: Limpeza de vidros em geral, TAMPA: Pulverizador, Frasco, 500 ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário										
58	400,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 3,65	R$ 1.460,0000	R$ 4,81	R$ 1.924,00	24,1164%	R$ 464,00
Descrição: LIMPADOR MULTIUSO - Para uso geral com múltiplas funções como remover manchas e sujeiras, em fogões, geladeiras, pias, e demais superfícies laváveis Composição básica: Linear alquil benzeno sulfanato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, perfume e água Embalado em garrafa plástica de 500 ml - Marcas de referência: Veja Ypê, Minuano, Limpol, ou similar de melhor ou igual qualidade.										
59	60,00	UNIDADE	ARQPL ASTIC	UNIDAD E	R$ 93,99	R$ 5.639,4000	R$ 131,33	R$ 7.880,00	28,4339%	R$ 2.240,60
Descrição: LIXEIRA BASCULANTE, RETANGULAR C/ PEDAL 30 l - lixeira: basculante, plástica, retangular com pedal, capacidade 30 litros. CORES VARIADAS										
60	50,00	UNIDADE	ANTAR ES	UNIDAD E	R$ 123,99	R$ 6.199,5000	R$ 178,04	R$ 8.901,84	30,3570%	R$ 2.702,34
Descrição: LIXEIRA PLASTICA C/TAMPA, ALÇA E PEDAL, 60 lts - lixeira plástica: plástica, com tampa, alça e pedal, 60lts, CORES VARIADAS										
61	80,00	UNIDADE	PLASLI DER	UNIDAD E	R$ 10,99	R$ 879,2000	R$ 27,95	R$ 2.236,00	60,6797%	R$ 1.356,80
Descrição: LIXEIRA PLASTICA, TELADA, SEM TAMPA, 9 LITROS - lixeira:plástica,telada,vazada, redonda, semtampa, capacidade 9 litros										
62	60,00	UNIDADE	ANTAR ES	UNIDAD E	R$ 42,74	R$ 2.564,4000	R$ 42,84	R$ 2.570,60	0,2411%	R$ 6,20
Descrição: LIXEIRA, PLASTICA, COM TAMPA E SEM ALÇA, COM PEDAL 15 LITROS - lixeira: plástica para banheiro, com tampa, pedal e sem alça, 15 litros										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
63	200,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 10,49	R$ 2.098,0000	R$ 10,71	R$ 2.142,00	2,0541%	R$ 44,00
Descrição: LUSTRA MÓVEIS. Emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Aromas diversos. Frasco plástico de 200ml com bico econômico. A embalagem deveráconter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade										
64	650,00	PAR	MUCAM BO	PAR	R$ 4,51	R$ 2.931,5000	R$ 5,58	R$ 3.624,86	19,1277%	R$ 693,36
Descrição: LUVA DE BORRACHA - LÁTEX - TAM P, M, G, GG - luvas de borracha: de segurança, material látex natural, com c.ª (certificado de avaliação do ministério do trabalho), tamanho P, M E G, cor amarela, Características adicionais aveludada internamente e palma antiderrapante, uso doméstico.										
65	50,00	UNIDADE	ZANEL	UNIDDE	R$ 19,59	R$ 979,5000	R$ 19,65	R$ 982,34	0,2885%	R$ 2,83
Descrição: LUVAS DE RASPA DE COURO, CANO CURTO, TAMANHO GRANDE										
66	50,00	UNIDADE	ZANEL	UNIDAD E	R$ 19,59	R$ 979,5000	R$ 19,65	R$ 982,34	0,2885%	R$ 2,83
Descrição: LUVAS DE RASPA DE COURO, CANO CURTO, TAMANHO MÉDIO.										
68	80,00	UNIDADE	RADIAL	UNIDAD E	R$ 11,19	R$ 895,2000	R$ 17,40	R$ 1.391,74	35,6774%	R$ 496,54
Descrição: PÁ COLETORA DE LIXO: Material da base: zinco, Material do cabo: madeira, Comprimento do cabo: 60 cm, Para limpeza doméstica.										
69	500,00	UNIDADE	VIMAC	UNIDAD E	R$ 9,51	R$ 4.755,0000	R$ 9,97	R$ 4.986,65	4,6454%	R$ 231,65
Descrição: PANO DE LIMPAR CHÃO - ALGODÃO CRU, com costuras laterais - com medida de no mínimo 58 x 78cm.										
72	50,00	ROLO	BORED A	UNIDAD E	R$ 6,69	R$ 334,5000	R$ 6,91	R$ 345,67	3,2300%	R$ 11,17
Descrição: PAPEL ALUMINIO, ROLO 7,5 M COMPRIMENTO X 45 CM LARGURA - Papel alumínio: rolo 7,5 m comprimento x 45 cm largura.										
73	4.000,00	PACOTE	BOB	PACOTE	R$ 6,49	R$ 25.960,0000	R$ 7,18	R$ 28.706,80	9,5684%	R$ 2.746,80
Descrição: PAPEL HIGIENICO 60M X 10 CM, 04 UNIDADES, FOLHA SIMPLES - Papel higiênico: papel absorvente de primeira qualidade, fibras 100 naturais, na cor branca, picotado, golfrado medindo 60m x 10 cm, embalagem com 04 unidades. Folha simples										
74	30,00	ROLO	BORED A	ROLO	R$ 11,57	R$ 347,1000	R$ 11,65	R$ 349,40	0,6585%	R$ 2,30
Descrição: PAPEL MANTEIGA em rolo de 30 cm de largura por 7,5 metros de comprimento										
75	800,00	PACOTE	NEW PAPER	PACOTE	R$ 12,06	R$ 9.648,0000	R$ 12,46	R$ 9.970,64	3,2359%	R$ 322,64
Descrição: PAPEL TOALHA BRANCO - Papel toalha inter-folhado na cor branca, 2 dobras, gramatura mínima 28g/m², alta alvura, 100 fibras celulósicas virgem, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, dimensões mínimas de 21,5 x 22,2cm. Pacote com 1000 folhas dividido em maços com 250 folhas cada, não reciclado.										
76	500,00	PACOTE	MAXIM	PACOTE	R$ 6,79	R$ 3.395,0000	R$ 8,61	R$ 4.303,35	21,1079%	R$ 908,35
Descrição: PAPEL TOALHA COM 2 ROLOS - Papel toalha para cozinha com 2 rolos de 20 cm x 22 cm, com 50 folhas duplas cada - marca de referência										
78	80,00	UNIDADE	ERCAP LAST	UNIDAD E	R$ 10,49	R$ 839,2000	R$ 14,14	R$ 1.131,20	25,8132%	R$ 292,00
Descrição: PORTA FILTRO PARA CAFÉ 103, MATERIAL PLÁSTICO - Coador de café de plástico tamanho 103										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
81	100,00	UNIDADE	RADIAL	UNIDAD E	R$ 19,99	R$ 1.999,0000	R$ 28,06	R$ 2.806,33	28,7681%	R$ 807,33
Descrição: RODO CABO DE MADEIRA REVESTIDO, BASE DE METAL, BORRACHA DUPLA, 60 cm - Rodo cabo de madeira revestido, base de metal, borracha dupla, 60 cm										
82	100,00	UNIDADE	RADIAL	UNIDAD E	R$ 19,87	R$ 1.987,0000	R$ 22,98	R$ 2.298,00	13,5335%	R$ 311,00
Descrição: RODO CABO DE MADEIRA REVESTIDO, BASE DE PLÁSTICO, BORRACHA DUPLA, 40 cm - Rodo cabo de madeira revestido, base de plástico, borracha dupla, 40 cm										
83	700,00	PACOTE	KRA KRA	PACOTE	R$ 8,50	R$ 5.950,0000	R$ 13,18	R$ 9.223,69	35,4921%	R$ 3.273,69
Descrição: SABAO EM BARRA NEUTRO, PACOTE COM 5 BARRAS DE 200 GRAMAS - sabão em barra: neutro, biodegradável, glicerinado, dermatologicamente, testado, para limpeza em geral, pacote com 5 barras de 200 gramas.										
85	500,00	UNIDADE	MOTIVU S	UNIDAD E	R$ 5,99	R$ 2.995,0000	R$ 8,32	R$ 4.161,65	28,0333%	R$ 1.166,65
Descrição: SABONETE EM TABLETE, PESO 85 G - Sabonete em tablete, peso mínimo de 85 g, aspecto físico sólido, com perfume, formato retangular. Marcas de referência: LUX, NÍVEA, PALMOLIVE										
86	300,00	UNIDADE	TOK BOTHA NICO	UNIDAD E	R$ 9,29	R$ 2.787,0000	R$ 11,40	R$ 3.419,01	18,4851%	R$ 632,01
Descrição: SABONETE LIQUIDO - EMBALAGEM 500 ML - Sabonete líquido concentrado, cremoso, com alto poder germicida, essências de variadas, certificado pela ANVISA/MS. Embalagem 500 ml.										
87	500,00	PACOTE	DIVI	PACOTE	R$ 5,49	R$ 2.745,0000	R$ 6,31	R$ 3.156,65	13,0407%	R$ 411,65
Descrição: SACO PARA CACHORRO-QUENTE Hot Dog- plástico - 20 x 12 cm - 50 un										
88	2.000,00	UNIDADE	POLILU Z	UNIDAD E	R$ 10,94	R$ 21.880,0000	R$ 11,97	R$ 23.946,60	8,6300%	R$ 2.066,60
Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 100 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
89	4.000,00	UNIDADE	POLILU Z	UNIDAD E	R$ 6,79	R$ 27.160,0000	R$ 7,61	R$ 30.453,20	10,8139%	R$ 3.293,20

Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 15 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
90	4.000,00	UNIDADE	POLILU Z	UNIDAD E	R$ 6,79	R$ 27.160,0000	R$ 7,61	R$ 30.453,20	10,8139%	R$ 3.293,20
Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 30 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
92	200,00	PACOTE	DIVI	PACOTE	R$ 5,94	R$ 1.188,0000	R$ 6,23	R$ 1.246,00	4,6548%	R$ 58,00
Descrição: SACOS PLÁSTICOS PARA CHUP CHUP - EMB. COM 100 UND. MED. APROX. 5 cm x 23 cm										
93	300,00	UNIDADE	TOK BOTHA NICO	UNIDAD E	R$ 12,79	R$ 3.837,0000	R$ 14,61	R$ 4.383,00	12,4572%	R$ 546,00
Descrição: SHAMPOO, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELOS - EMBAL. MÍNIMA DE 325 ML										
						Subtotal Adjudicado:	**R$467.245,40**	**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**	**19,6395%**	**R$114.191,38**
Fornecedor : ANVAX COMPANY LTDA - 34.346.501/0001-46										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
40	5.000,00	UNIDADE	Anvax Care	Infantil	R$ 0,84	R$ 4.200,0000	R$ 6,08	R$ 30.416,50	86,1917%	R$ 26.216,50
Descrição: ESCOVA DENTAL, INFANTIL, .										
						Subtotal Adjudicado:	**R$ 4.200,00**	**Subtotal Orçado: R$ 30.416,50**	**86,1917%**	**R$26.216,50**
Fornecedor : BEAGA HOSPITALAR LTDA - 10.478.755/0001-50										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
77	1.000,00	UNIDADE	ALG	ALG	R$ 4,15	R$ 4.150,0000	R$ 5,44	R$ 5.443,30	23,7594%	R$ 1.293,30
Descrição: PASTA DENTAL - TUBO DE 90 GRAMAS em creme, uso adulto, com flúor. Caixa de papel cartão plastificada, contendo 1 tubo de 90g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade.										
						Subtotal Adjudicado:	**R$ 4.150,00**	**Subtotal Orçado: R$5.443,30**	**23,7594%**	**R$1.293,30**
Fornecedor : ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA - 52.429.342/0001-25										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
79	1.000,00	PACOTE	Bellocop o/Copopl ast	Bellocop o/Copopl ast	R$ 2,90	R$ 2.900,0000	R$ 8,62	R$ 8.616,70	66,3444%	R$ 5.716,70
Descrição: PRATO PLASTICO DESCARTAVEL Nº 18 - REFEIÇÃO - Prato plástico descartável, para refeição, redondo numero 18 - pacote com 10 unidades										
80	600,00	PACOTE	Bellocop o/Copopl ast	Bellocop o/Copopl ast	R$ 2,50	R$ 1.500,0000	R$ 5,06	R$ 3.037,50	50,6172%	R$ 1.537,50
Descrição: PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL Nº 15 - SOBREMESA - Prato raso: plástico, descartável para sobremesa, nº 15, resistente e dentro das normas da ABNT - pacote com 10 unidades										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
97	100,00	UNIDADE	Varremai s/Wilson /Esponfl ora	Varremai s/Wilson/ Esponflo ra	R$ 23,50	R$ 2.350,0000	R$ 26,40	R$ 2.639,67	10,9737%	R$ 289,67
Descrição: VASSOURA DE NYLON, C/ CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO, BASE 30 cm - Vassoura de nylon: com cabo de madeira revestido em plástico, base com 30 cm										
98	200,00	UNIDADE	Varremai s/Wilson /Esponfl ora	Varremai s/Wilson/ Esponflo ra	R$ 21,50	R$ 4.300,0000	R$ 32,62	R$ 6.523,34	34,0828%	R$ 2.223,34
Descrição: VASSOURA DE PÊLO SINTÉTICO - Vassoura pelo sintético, projetada para uso interno e pisos lisos como: cerâmica, porcelanato, madeira e laminados: pela medida da base: 40 cm.										
						Subtotal Adjudicado:	**R$ 11.050,00**	**Subtotal Orçado: R$ 20.817,21**	**46,9189%**	**R$ 9.767,21**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado			**Total Orçado**			**Economia %**		**Economia R$**		
R$ 734.916,20			R$ 942.740,12			22,0446%		207.823,92		

Córrego Danta-MG , 31 de Agosto de 2026

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Assine aqui
Assine aqui

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:90BB22AB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEMAD N.º 039, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Concede readaptação à servidora e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de sua competência delegada e outorgada pelo Senhor Prefeito Municipal de Diamantina, conforme o disposto no Decreto nº 421 de 11 de agosto de 2026, e pelo Estatuto dos Servidores Municipais de Diamantina;

CONSIDERANDO o Memorando n.º 60/2026 exarado pela Diretoria de Gestão de Pessoas/ Perícia Médica, bem como os documentos em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR a servidora especificado ABAIXO, em virtude de estar impossibilitado de exercer as atividades vinculadas ao seu cargo efetivo, conforme apurado na respectiva avaliação pericial.

Secretaria de Lotação	Nome do Servidor (a)	Cargo	Matrícula	Período Inicial	Período Final	Local de Atividade/Readaptado
Secretaria Municipal de Educação	**Paulina Barbosa de Souza**	Professor P1	1959 90038	**10/08/2026**	**10/08/2027**	Conforme definição da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Após o período de 01 (UM) ano da readaptação, a servidora acima relacionada deve ser submetida a nova avaliação através de junta médica oficial.

Parágrafo Único: A critério da Administração, o prazo a que se refere o *caput* do presente artigo poderá ser antecipado por requerimento da chefia imediata, da Gerência de Segurança do Trabalho, ou através de solicitação médica.

Art. 3º. A READAPTAÇÃO ou ajustamento funcional, deverá ser efetivada em cargos de atribuições afins àquelas do cargo efetivo, respeitados os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 15/95.

§1º. O ajustamento funcional ocorrerá para cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação física ou mental sofrida pelo servidor, e, será em caráter temporário ou permanente, conforme apurado em avaliação pericial.

§2º. O laudo médico deverá especificar as atividades que não poderão ser desempenhadas pelo servidor em processo de readaptação.

Art. 4º. O provimento mediante readaptação não poderá resultar em perda remuneratória para o servidor.

§1º. Realizando-se o ajustamento funcional em cargo de padrão inferior ou superior, ficará assegurado ao servidor vencimento correspondente ao cargo que ocupava.

§2º. O servidor(a) readaptado(a) apenas fará jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade caso as atribuições do novo cargo também ofereçam risco à sua vida, saúde ou integridade física, nos termos da legislação municipal.

Art. 5º. A reavaliação da readaptação dar-se-á, obrigatoriamente, a cada 2 (dois) anos, por intermédio da Gerência de Segurança do Trabalho, podendo ser antecipada por requerimento da chefia imediata, da Gerência de Segurança do Trabalho ou através de solicitação médica.

Art. 6º. Durante o período de vigência da readaptação, o servidor ficará obrigado a seguir rigorosamente o tratamento médico, às suas expensas, com vistas à recuperação da capacidade laborativa, nos casos de readaptação temporária.

§1º. Para dar cumprimento ao caput deste artigo, o servidor readaptado será liberado de suas atribuições para realizar o tratamento, desde que tenha jornada integral de trabalho de 8 horas diárias nesta Prefeitura, ou que seja detentor de 2 (dois) cargos.

§2º. O servidor deverá encaminhar ao chefe imediato a comprovação de comparecimento no tratamento, até o dia 10 de cada mês, para fins de regularização de sua frequência.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, observando o período inicial da readaptação do servidor conforme especificado no quadro desta portaria.

Diamantina-MG,27 de agosto de 2026.

MARIANA PIRES FERNANDES FERREIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:860973C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEMAD N.º 040, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Concede readaptação à servidora e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de sua competência delegada e outorgada pelo Senhor Prefeito Municipal de Diamantina, conforme o disposto no Decreto nº 421 de 11 de agosto de 2026, e pelo Estatuto dos Servidores Municipais de Diamantina;

CONSIDERANDO o Memorando n.º 59/2026 exarado pela Diretoria de Gestão de Pessoas/ Perícia Médica, bem como os documentos em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR a servidora especificado ABAIXO, em virtude de estar impossibilitado de exercer as atividades vinculadas ao seu cargo efetivo, conforme apurado na respectiva avaliação pericial.

Secretaria de Lotação	Nome do Servidor (a)	Cargo	Matrícula	Período Inicial	Período Final	Local de Atividade/Readaptado
Secretaria Municipal de Educação	**Evalda Maria Carvalho**	Servente Escolar	2060	**10/08/2026**	**10/08/2027**	Conforme definição da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Após o período de 01 (UM) ano da readaptação, a servidora acima relacionada deve ser submetida a nova avaliação através de junta médica oficial.

Parágrafo Único: A critério da Administração, o prazo a que se refere o *caput* do presente artigo poderá ser antecipado por requerimento da chefia imediata, da Gerência de Segurança do Trabalho, ou através de solicitação médica.

Art. 3º. A READAPTAÇÃO ou ajustamento funcional, deverá ser efetivada em cargos de atribuições afins àquelas do cargo efetivo, respeitados os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 15/95.

§1º. O ajustamento funcional ocorrerá para cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação física ou mental sofrida pelo servidor, e, será em caráter temporário ou permanente, conforme apurado em avaliação pericial.

§2º. O laudo médico deverá especificar as atividades que não poderão ser desempenhadas pelo servidor em processo de readaptação.

Art. 4º. O provimento mediante readaptação não poderá resultar em perda remuneratória para o servidor.

§1º. Realizando-se o ajustamento funcional em cargo de padrão inferior ou superior, ficará assegurado ao servidor vencimento correspondente ao cargo que ocupava.

§2º. O servidor(a) readaptado(a) apenas fará jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade caso as atribuições do novo cargo também ofereçam risco à sua vida, saúde ou integridade física, nos termos da legislação municipal.

Art. 5º. A reavaliação da readaptação dar-se-á, obrigatoriamente, a cada 2 (dois) anos, por intermédio da Gerência de Segurança do Trabalho, podendo ser antecipada por requerimento da chefia imediata, da Gerência de Segurança do Trabalho ou através de solicitação médica.

Art. 6º. Durante o período de vigência da readaptação, o servidor ficará obrigado a seguir rigorosamente o tratamento médico, às suas expensas, com vistas à recuperação da capacidade laborativa, nos casos de readaptação temporária.

§1º. Para dar cumprimento ao caput deste artigo, o servidor readaptado será liberado de suas atribuições para realizar o tratamento, desde que tenha jornada integral de trabalho de 8 horas diárias nesta Prefeitura, ou que seja detentor de 2 (dois) cargos.

§2º. O servidor deverá encaminhar ao chefe imediato a comprovação de comparecimento no tratamento, até o dia 10 de cada mês, para fins de regularização de sua frequência.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, observando o período inicial da readaptação do servidor conforme especificado no quadro desta portaria.

Diamantina-MG, 27 de agosto de 2026.

MARIANA PIRES FERNANDES FERREIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:8403A77F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEMAD N.º 041, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Concede readaptação à servidora e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de sua competência delegada e outorgada pelo Senhor Prefeito Municipal de Diamantina, conforme o disposto no Decreto nº 421 de 11 de agosto de 2026, e pelo Estatuto dos Servidores Municipais de Diamantina;

CONSIDERANDO o Memorando n.º 61/2026 exarado pela Diretoria de Gestão de Pessoas/ Perícia Médica, bem como os documentos em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR a servidora especificado ABAIXO, em virtude de estar impossibilitado de exercer as atividades vinculadas ao seu cargo efetivo, conforme apurado na respectiva avaliação pericial.

Secretaria de Lotação	Nome do Servidor (a)	Cargo	Matrícula	Período Inicial	Período Final	Local de Atividade/Readaptado
Secretaria Municipal de Educação	**Ilmi Vania Ribeiro**	Pedagogo/ Supervisor Escolar	88981	**10/08/2026**	**10/08/2027**	Conforme definição da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Após o período de 01 (UM) ano da readaptação, a servidora acima relacionada deve ser submetida a nova avaliação através de junta médica oficial.

Parágrafo Único: A critério da Administração, o prazo a que se refere o *caput* do presente artigo poderá ser antecipado por requerimento da chefia imediata, da Gerência de Segurança do Trabalho, ou através de solicitação médica.

Art. 3º. A READAPTAÇÃO ou ajustamento funcional, deverá ser efetivada em cargos de atribuições afins àquelas do cargo efetivo, respeitados os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 15/95.

§1º. O ajustamento funcional ocorrerá para cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação física ou mental sofrida pelo servidor, e, será em caráter temporário ou permanente, conforme apurado em avaliação pericial.

§2º. O laudo médico deverá especificar as atividades que não poderão ser desempenhadas pelo servidor em processo de readaptação.

Art. 4º. O provimento mediante readaptação não poderá resultar em perda remuneratória para o servidor.

§1º. Realizando-se o ajustamento funcional em cargo de padrão inferior ou superior, ficará assegurado ao servidor vencimento correspondente ao cargo que ocupava.

§2º. O servidor(a) readaptado(a) apenas fará jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade caso as atribuições do novo cargo também ofereçam risco à sua vida, saúde ou integridade física, nos termos da legislação municipal.

Art. 5º. A reavaliação da readaptação dar-se-á, obrigatoriamente, a cada 2 (dois) anos, por intermédio da Gerência de Segurança do Trabalho, podendo ser antecipada por requerimento da chefia imediata, da Gerência de Segurança do Trabalho ou através de solicitação médica.

Art. 6º. Durante o período de vigência da readaptação, o servidor ficará obrigado a seguir rigorosamente o tratamento médico, às suas expensas, com vistas à recuperação da capacidade laborativa, nos casos de readaptação temporária.

§1º. Para dar cumprimento ao caput deste artigo, o servidor readaptado será liberado de suas atribuições para realizar o tratamento, desde que tenha jornada integral de trabalho de 8 horas diárias nesta Prefeitura, ou que seja detentor de 2 (dois) cargos.

§2º. O servidor deverá encaminhar ao chefe imediato a comprovação de comparecimento no tratamento, até o dia 10 de cada mês, para fins de regularização de sua frequência.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, observando o período inicial da readaptação do servidor conforme especificado no quadro desta portaria.

Diamantina-MG, 27 de agosto de 2026.

MARIANA PIRES FERNANDES FERREIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:B2EFD39E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA SEMC Nº 20/2026

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO PARA CUMPRIMENTO DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA APROVADA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

A **Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)**, órgão da administração pública direta do Município de Divinópolis/MG, por meio de seu Secretário, no exercício de suas competências institucionais e legais, apresenta esta justificativa para formalizar a intenção de celebrar um Termo de Fomento com dispensa do procedimento de chamamento público, com base na exceção expressamente prevista no artigo 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a execução de finalidade de relevante ***interesse público e social.***

1. INTRODUÇÃO E OBJETO DA JUSTIFICATIVA
O presente documento tem por finalidade demonstrar e fundamentar, de maneira detalhada e transparente, as razões de fato e de direito que autorizam a Administração Pública Municipal a celebrar parceria direta, via Termo de Fomento, com a **IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS BAIRROS INTERLAGOS E DONA QUITA**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 64.478.910/0001-67. A parceria visa o "**Fortalecimento, valorização e preservação das manifestações culturais e tradicionais do Município, por meio da realização das Festas de Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos bairros Interlagos, Dona Quita e Ermida, associadas à execução de atividades formativas e culturais, incluindo oficinas de capoeira, confecção de fardas tradicionais e produção artesanal de rosários, bem como o fornecimento de alimentação aos reinadeiros e a disponibilização de materiais, utensílios e serviços de apoio necessários à realização das atividades, promovendo a continuidade, a difusão e a valorização das tradições afro-brasileiras e da cultura popular local**".
A fundamentação para a não realização do chamamento público, procedimento que ordinariamente precede a celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), reside na natureza específica da origem dos recursos. Os fundos para a execução deste projeto são provenientes de uma **Emenda Parlamentar Impositiva Municipal**, cuja alocação e beneficiário foram definidos pelo Poder Legislativo Municipal no processo de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), configurando a hipótese de exceção prevista no **artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014**, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS
A verba orçamentária que fundamenta o futuro Termo de Fomento, no valor total de **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, tem sua origem na **Emenda Impositiva nº 066/2025**, de autoria do Vereador Hilton de Aguiar, devidamente aprovada e integrada à Lei Orçamentária Anual do Município de Divinópolis para o exercício de 2026. É fundamental destacar o caráter *impositivo* de tal emenda. A legislação constitucional e orçamentária confere às emendas dessa natureza uma força vinculante, tornando a sua execução uma obrigação para o Poder Executivo, e não um ato de mera liberalidade ou discricionariedade do gestor público.
Dessa forma, a emenda parlamentar impositiva representa uma decisão soberana do Poder Legislativo, que, no exercício de sua função constitucional de alocar recursos orçamentários, optou por destinar um montante específico para uma finalidade clara e para um beneficiário predeterminado. No caso concreto, a referida emenda indicou nominalmente a **IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS BAIRROS INTERLAGOS E DONA QUITA** como a entidade executora do projeto cultural. Essa designação específica, realizada durante o processo legislativo orçamentário, é o fato gerador que atrai a aplicação da exceção ao chamamento público.
Ignorar a indicação nominal do beneficiário feita pelo parlamentar e aprovada em plenário, submetendo o recurso a um processo de seleção aberto (chamamento público), representaria um esvaziamento da prerrogativa do Legislativo e uma violação da própria sistemática do orçamento impositivo. A escolha do parlamentar, convertida em lei orçamentária, já constitui o ato de seleção da entidade, restando ao Poder Executivo a análise do cumprimento dos requisitos legais para a efetivação da parceria.
3.. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO
A Lei Federal nº 13.019/2014, ao instituir o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estabeleceu o chamamento público como regra geral, garantindo a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência na seleção das entidades parceiras. Contudo, o próprio legislador previu situações excepcionais em que o chamamento público não é exigido, reconhecendo a existência de contextos específicos que justificam a celebração direta da parceria.
A hipótese que se amolda perfeitamente ao caso em análise está disposta no *caput* do artigo 29 do referido diploma legal, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A clareza do dispositivo legal é incontestável. A norma determina que Termos de Fomento, como o que se pretende celebrar, financiados com recursos de emendas parlamentares, **serão celebrados sem chamamento público**. Trata-se de uma determinação legal expressa, que afasta a obrigatoriedade do procedimento seletivo justamente para conferir eficácia à alocação de recursos realizada pelo Poder Legislativo por meio de emendas. A celebração da parceria direta, neste cenário, não é uma opção, mas um dever do administrador público para cumprir a destinação específica estabelecida na lei orçamentária.

Portanto, a conduta desta Secretaria em dispensar o chamamento público não apenas encontra amparo legal, como é a única medida compatível com o ordenamento jurídico vigente, que busca harmonizar as normas do MROSC com as regras do orçamento impositivo.

4. ANÁLISE DA PROPOSTA DE PARCERIA

4.1. Interesse Público e Alinhamento: A iniciativa atende ao interesse público ao promover a preservação, valorização e fortalecimento das manifestações culturais tradicionais do Município de Divinópolis, assegurando condições para a continuidade dessas expressões do patrimônio cultural imaterial. O objeto encontra-se alinhado às diretrizes da política pública municipal de cultura, contribuindo para a proteção das tradições populares, o incentivo à participação comunitária, a promoção da identidade cultural local e a garantia do acesso da população às manifestações culturais, em consonância com os princípios da Lei Federal nº 13.019/2014 e com as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura.

4.2. Capacidade Técnica e Operacional: A entidade demonstrou regularidade jurídica e compatibilidade entre seus objetivos institucionais e o objeto da parceria. A entidade possui experiência prévia e equipe qualificada, evidenciando capacidade técnica e operacional para executar o projeto com eficiência e responsabilidade.

4.3. Conformidade do Plano de Trabalho: O Plano de Trabalho atende aos requisitos legais, apresentando metas, etapas, cronograma, indicadores e custos de forma clara e adequada. Os valores estão compatíveis com o mercado, e a proposta foi considerada viável e exequível pela análise técnica.

Destaca-se a emenda parlamentar:

Emenda	Vereador(a)	Valor (R$)	Beneficiário	Modalidade
066/2025	Hilton de Aguiar	80.000,00	IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS BAIRROS INTERLAGOS E DONA QUITA	**Fortalecimento, valorização e preservação das manifestações culturais tradicionais do Município, por meio da realização das Festas de Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos bairros Interlagos, Dona Quita e Ermida, associadas à execução de atividades formativas e culturais, incluindo oficinas de capoeira, confecção de fardas tradicionais e produção artesanal de rosários, bem como o fornecimento de alimentação aos reinadeiros e a disponibilização de materiais, utensílios e serviços de apoio necessários à realização das atividades, promovendo a continuidade, a difusão e a valorização das tradições afro-brasileiras e da cultura popular local.**

5. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, fica demonstrado de forma inequívoca que a pretensão de celebrar Termo de Fomento direto com a **CONGREGAÇÃO DAS IRMANDADES CONGADEIRAS, DE REINADO, FESTA DE CRUZ, FOLIA DE REIS E CORRELATAS DE DIVINÓPOLIS, MG - CONGADIV** está em plena conformidade com a legalidade e o interesse público.

A dispensa do chamamento público fundamenta-se na exceção clara e objetiva do **artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014**, uma vez que os recursos são decorrentes de **Emenda Parlamentar Impositiva nº 066/2025**, que indicou nominalmente a organização beneficiária, vinculando a atuação do Poder Executivo.

Além disso, o objeto da parceria possui relevante interesse social, alinhado às políticas públicas de cultura do município. A organização proponente demonstra ter capacidade técnica para executar o projeto, e o Plano de Trabalho apresentado foi considerado viável e consistente. Por fim, reafirma-se que todos os demais mecanismos de controle, fiscalização, transparência e prestação de contas previstos na legislação serão rigorosamente observados.

Assim, esta Secretaria justifica e ratifica a legalidade e a legitimidade da celebração direta do Termo de Fomento, por ser a medida que cumpre a deliberação do Poder Legislativo expressa na Lei Orçamentária Anual e atende ao interesse da comunidade de Divinópolis.

Este é o posicionamento desta Secretaria de Cultura.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARDEY SOUSA RUSSO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4C2309B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 002/2026 – ASSISTENTE SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Divinópolis torna público para os interessados a homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2026, cujo objeto é a contratação de Assistente Social.

Classificação – Ampla concorrência									
Class.	Nome	Exp.	Graduação	Pós-Grad.	Mestrado	Doutorado	Cursos	Nascimento	**Total**
1	UILIANE FABIENE PEREIRA	50	0	5	0	20	0	26/06/1987	**75**
2	DENISE GONCALVES	50	0	15	0	0	0	14/09/1977	**65**
3	VERA LUCIA MARQUES SOUZA VASCONCELOS DAVID	50	0	10	0	0	0	25/05/1967	**60**
4	OLSYMARA CAVALCANTI	50	0	10	0	0	0	31/12/1970	**60**
5	ISABEL CAROLINA DA SILVA	50	0	10	0	0	0	27/10/1971	**60**
6	LUCILENE APARECIDA DOS SANTOS	50	0	10	0	0	0	02/04/1979	**60**
7	FERNANDA GIORDANI MACEDO	50	0	10	0	0	0	24/05/1983	**60**
8	MADALENA AMARAL FERNANDES	50	0	5	0	0	0	21/07/1964	**55**
9	DIRLENE ROZARIA PEREIRA	50	0	5	0	0	0	18/11/1969	**55**

10	LUANA DE MORAIS OLIVEIRA CONRADO	50	0	5	0	0	0	08/04/1984	**55**
11	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	40	0	15	0	0	0	21/09/1971	**55**
12	MARCIA LUISA DOS SANTOS	50	0	0	0	0	0	23/04/1970	**50**
13	LUCIMEIRE ANA DOS SANTOS RIBEIRO	50	0	0	0	0	0	19/08/1981	**50**
14	LIDIANE PIMENTEL DE MELO HOLANDA	50	0	0	0	0	0	09/05/1983	**50**
15	ADRIANY FERNANDES DA SILVA	50	0	0	0	0	0	28/08/2026	**50**
16	ESMERALDINA FELIPE DOS SANTOS	40	0	10	0	0	0	18/02/1965	**50**
17	RITA ANGELICA FERREIRA	40	0	10	0	0	0	30/05/1982	**50**
18	MICHELINE DA SILVA DIAS	40	0	0	0	0	0	08/12/1972	**40**
19	SANDRA MARA BITENCOURT	35	0	5	0	0	0	01/01/1973	**40**
20	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA BESSA	35	0	5	0	0	0	30/03/1986	**40**
21	TIAGO ISMAEL FERREIRA DA SILVA	10	0	15	15	0	0	23/02/1989	**40**
22	JOYCE APARECIDA DA PAZ	35	0	0	0	0	0	03/12/1985	**35**
23	FLAVIO XAVIER DOS SANTOS	25	0	10	0	0	0	02/12/1987	**35**
24	JESSICA TAUANY SANTOS	25	0	10	0	0	0	21/08/1996	**35**
25	FERNANDA DIAS SILVA FERREIRA	30	0	0	0	0	0	21/08/1981	**30**
26	RENATA ANTONIA DA SILVA	25	0	5	0	0	0	15/02/1982	**30**
27	GUILHERME LUCAS DE MELO	25	0	5	0	0	0	08/07/1993	**30**
28	DENIZIA SOUZA SILVA	20	0	10	0	0	0	04/01/1979	**30**
29	NAIARA LISBOA SANTOS	15	0	15	0	0	0	29/04/1988	**30**
30	ROBERTA DOS SANTOS NAPOLEAO	25	0	0	0	0	0	29/01/1981	**25**
31	SABRINA DE SOUSA PEREIRA	25	0	0	0	0	0	20/05/1997	**25**
32	SABRINA BROMBIM ZANCHETTA	20	0	5	0	0	0	04/03/1993	**25**
33	ADRIANA RAMOS DA SILVA SANTIAGO	10	0	15	0	0	0	17/07/1975	**25**
34	WEMERSON DA SILVA CASTRO	20	0	0	0	0	0	28/08/1992	**20**
35	LUANA RAISSA DOS SANTOS FARIA	20	0	0	0	0	0	25/11/1992	**20**
36	NOELIA PEREIRA DA SILVA	10	0	10	0	0	0	10/01/1968	**20**
37	SINEIDE DA CONCEICAO SILVA	5	0	15	0	0	0	10/08/1974	**20**
38	WELSON FELICIO GOMES	5	0	15	0	0	0	02/01/1976	**20**
39	LILIAN VAZ DE MELO	5	0	15	0	0	0	28/11/1978	**20**
40	ALINE CASSIA MARIANO GERMANO	5	0	15	0	0	0	02/10/1982	**20**
41	GABRIELA ESTEFANY RODRIGUES DE MELO	5	0	15	0	0	0	04/07/1999	**20**
42	SIRLEI APARECIDA DE SOUZA	15	0	0	0	0	0	15/07/1973	**15**
43	MARILIA APARECIDA ARAUJO PAULINO	15	0	0	0	0	0	28/01/1974	**15**
44	LARISSA GABRIELLE DE SOUSA	15	0	0	0	0	0	23/11/1999	**15**
45	LUISA OLIVEIRA	15	0	0	0	0	0	18/09/2000	**15**
46	PAULO HENRIQUE MARCONDES RODRIGUES	15	0	0	0	0	0	07/01/2001	**15**
47	LISIAS MARIA SALOME	10	0	5	0	0	0	06/05/1966	**15**
48	RENATA VELOZO ROMAN	10	0	5	0	0	0	01/05/1977	**15**
49	JESSICA DE SOUZA ENES	10	0	5	0	0	0	24/12/1990	**15**
50	TALLIA MONIQUE DIAS SIQUEIRA	10	0	5	0	0	0	03/08/1997	**15**
51	ISADORA CRISTINA DOS REIS ALVES	10	0	5	0	0	0	29/08/1999	**15**
52	LARA BEATRIZ ALVES SANTOS	10	0	5	0	0	0	10/02/2001	**15**
53	KELLY CRISTINA DA SILVA	5	0	10	0	0	0	02/10/1969	**15**
54	CARLOS VINICIUS DA COSTA	5	0	10	0	0	0	29/11/1982	**15**
55	DOUGLAS FRANCKLIN SANTOS CARVALHO	5	0	10	0	0	0	04/06/1988	**15**
56	SANDY BASTOS BORGES	5	0	10	0	0	0	06/01/1999	**15**
57	PATRICIA DANIELE MORATO RIBEIRO	0	0	15	0	0	0	16/03/1978	**15**
58	JORDANIA RODRIGUES ESTEVES	0	0	15	0	0	0	02/09/1987	**15**
59	NATALIA FERREIRA DO CARMO	0	0	15	0	0	0	25/12/1991	**15**
60	MARGARETE MARTINS CLEMENTE	10	0	0	0	0	0	02/04/1970	**10**
61	MARINA CADAVID RIBEIRO	10	0	0	0	0	0	30/05/1985	**10**
62	SARAH AUGUSTA MARTINS	5	0	5	0	0	0	09/05/1985	**10**
63	GUILHERME ANGELO DIAS SILVA	5	0	5	0	0	0	06/06/1990	**10**
64	BIANCA BARBARA OLIVEIRA	5	0	5	0	0	0	12/02/1996	**10**
65	ERICA CRISTINA MARTINS	0	0	10	0	0	0	08/06/1991	**10**
66	LUDMILLA VANESSA VERISSIMO	0	0	10	0	0	0	11/03/1997	**10**
67	WILSON LUCIANO PINHO	5	0	0	0	0	0	26/07/1958	**5**
68	SIRLEY APARECIDA LEITE	5	0	0	0	0	0	29/06/1976	**5**
69	LADY DAIANE BRITO VIEIRA	5	0	0	0	0	0	29/12/1980	**5**
70	ALINE FERNANDA FERREIRA DE ANDRADE	5	0	0	0	0	0	21/11/1982	**5**
71	EDEILZA MARIA DOS REIS	5	0	0	0	0	0	23/09/1985	**5**
72	CLAUDINEIA ANTONIA DA SILVA	5	0	0	0	0	0	27/04/1987	**5**
73	BIANCA STEFANNY GOMIDES	5	0	0	0	0	0	14/11/1988	**5**
74	SILMARA CRISTINA FREITAS DA SILVA	5	0	0	0	0	0	19/12/1991	**5**
75	JAQUELINE CANDIDA DE OLIVEIRA	5	0	0	0	0	0	23/11/1994	**5**
76	DANIELE NOGUEIRA PESSIM DA FONSECA	5	0	0	0	0	0	27/11/1994	**5**
77	GUILHERME SANTOS GOULART	5	0	0	0	0	0	10/06/1995	**5**
78	SONIA MARIA PEREIRA	0	0	5	0	0	0	18/07/1971	**5**
79	ALESSANDRA FERNANDES PEREIRA	0	0	5	0	0	0	08/07/1982	**5**
80	HELEN CRISTINA FERREIRA	0	0	5	0	0	0	31/05/1983	**5**
81	JOSELI MARA DA SILVA	0	0	5	0	0	0	02/08/1984	**5**
82	MARIA LUIZA FAUSTINO	0	0	5	0	0	0	09/09/1998	**5**
83	CLEA MARIA PAIVA PORTO	0	0	0	0	0	0	06/05/1962	**0**
84	LOURDES RIBEIRO DE ALMEIDA LA PORTA	0	0	0	0	0	0	06/02/1969	**0**
85	GEIZA APARECIDA REIS	0	0	0	0	0	0	05/12/1970	**0**
86	MARIA CAETANA AMANCIO DA CRUZ	0	0	0	0	0	0	03/04/1972	**0**
87	CYNTHIA FARIA OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	23/03/1973	**0**
88	GRAZIELA DE MEDEIROS DORNELES	0	0	0	0	0	0	02/06/1975	**0**
89	FERNANDA PATRICIA DE SOUSA SILVA	0	0	0	0	0	0	16/08/1977	**0**
90	CACILDA DA FONSECA AMORIM	0	0	0	0	0	0	05/11/1977	**0**
91	ALEXANDRA DE LOURDES DA SILVA	0	0	0	0	0	0	07/12/1977	**0**
92	SCHIRLEY SILVA FERREIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	22/01/1979	**0**
93	EDSON PEREIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	15/09/1979	**0**
94	DALIENE ALEXANDRA RIBEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	05/11/1980	**0**
95	GISLANDIA ROSA GONTIJO	0	0	0	0	0	0	22/01/1981	**0**
96	LEONARDO JOSE DE MIRANDA PEREIRA	0	0	0	0	0	0	30/04/1984	**0**
97	SIRLENE APARECIDA DE FREITAS	0	0	0	0	0	0	21/05/1984	**0**
98	MIRIAM EUGENIA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	05/11/1984	**0**

99	DANIELA MARCELI DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	15/06/1986	**0**
100	LEANDRO ARAUJO TEIXEIRA	0	0	0	0	0	0	07/10/1986	**0**
101	RAFAELLA ALVIM DE MELO	0	0	0	0	0	0	28/09/1987	**0**
102	SAMUEL DE MATOS SILVEIRA	0	0	0	0	0	0	14/09/1991	**0**
103	RAYLANES MARTINS DA COSTA	0	0	0	0	0	0	02/11/1993	**0**
104	RAFAELA LOPES DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	30/11/1994	**0**
105	YANE APARECIDA OLIVEIRA RODRIGUES	0	0	0	0	0	0	02/10/1996	**0**
106	BRUNA TAVARES MARTINS	0	0	0	0	0	0	09/10/1996	**0**
107	GEISA DA ROCHA CARDOSO DE BARROS	0	0	0	0	0	0	22/01/1997	**0**
108	PATRICIA APARECIDA BRANDAO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	11/03/1997	**0**
109	ANA CAROLINA DE SOUZA REIS	0	0	0	0	0	0	18/06/1997	**0**
110	EFLAYANNE RODRIGUES CAETANO	0	0	0	0	0	0	14/03/2001	**0**
111	ALICIA CAMILLE SILVA REIS	0	0	0	0	0	0	05/01/2003	**0**
112	LIVIA GUIMARAES DA SILVA	0	0	0	0	0	0	20/03/2003	**0**
113	KARINE OLIVEIRA FERREIRA	0	0	0	0	0	0	31/05/2003	**0**
114	SOPHIA DE MELO COSTA	0	0	0	0	0	0	25/06/2003	**0**
115	ANA CLARA SILVA AMARAL	0	0	0	0	0	0	04/01/2005	**0**
116	ESTHER DE BARROS FERREIRA	0	0	0	0	0	0	27/08/2005	**0**
117	KAIO YURI OLIVEIRA FERREIRA	0	0	0	0	0	0	19/10/2005	**0**
118	MARIA CLARA LOPES OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	17/11/2005	**0**
119	NICOLE KEYSE FLORES DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	13/12/2005	**0**

Classificação – PCD									
Class. PCD	Nome	Exp.	Graduação	Pós-Grad.	Mestrado	Doutorado	Cursos	Nascimento	**Total**
1	FLAVIO XAVIER DOS SANTOS	25	0	10	0	0	0	02/12/1987	**35**
2	LOURDES RIBEIRO DE ALMEIDA LA PORTA	0	0	0	0	0	0	06/02/1969	**0**

Divinópolis, agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:59BFD07D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 002/2026 – NUTRICIONISTA

A Prefeitura Municipal de Divinópolis torna público para os interessados a homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2026, cujo objeto é a contratação de Nutricionista.

Classificação – Ampla concorrência									
Class.	Nome	Exp.	Graduação	Pós-Grad.	Mestrado	Doutorado	Cursos	Nascimento	**Total**
1	PRISCILA GONTIJO CORREA FRANCA	50	0	5	15	0	0	19/10/1992	**70**
2	MARCELO SOARES DE MORAES	40	0	15	15	0	0	03/04/1969	**70**
3	JEANNINE CARLA ANTUNES	50	0	15	0	0	0	23/12/1974	**65**
4	CLAUDIA APARECIDA DA COSTA ABREU	50	0	15	0	0	0	27/12/1980	**65**
5	JANAINA RESENDE DE ASSIS	50	0	15	0	0	0	24/01/1983	**65**
6	THATIANE MARTINS COELHO CARVALHO	50	0	15	0	0	0	28/12/1983	**65**
7	FERNANDA DE SOUSA COELHO	50	0	15	0	0	0	20/11/1984	**65**
8	MARINA KELLY VITORINO	50	0	15	0	0	0	15/07/1986	**65**
9	LAIS KELLY DE AZEVEDO BARBOSA	50	0	15	0	0	0	26/12/1986	**65**
10	SUDARIA BARBOSA DE OLIVEIRA LEMOS	50	0	10	0	0	0	03/02/1967	**60**
11	PAOLA PENONI DE VASCONCELOS	50	0	10	0	0	0	28/03/1980	**60**
12	MARIO HENRIQUE RABELO	50	0	10	0	0	0	04/02/1981	**60**
13	MARCELA ELIZA ALVES SILVA	50	0	5	0	0	0	08/07/1984	**55**
14	JUCIMARA MOREIRA TEIXEIRA	50	0	5	0	0	0	28/11/1985	**55**
15	MIRLANE CAMARGOS CAMPOS	40	0	15	0	0	0	04/02/1980	**55**
16	PRISCILA AERAFE TEIXEIRA	40	0	15	0	0	0	25/06/1991	**55**
17	ANA PAULA VIEIRA DA COSTA DIAS	25	0	15	15	0	0	06/11/1992	**55**
18	JUNIA FLAVIA SILVA RODRIGUES	50	0	0	0	0	0	03/07/1976	**50**
19	BIANCA BARROS FERNANDES REIS FIGUEIREDO	50	0	0	0	0	0	27/03/1978	**50**
20	ALESSANDRA DE SOUSA ANDRADE PEIXOTO	50	0	0	0	0	0	24/11/1978	**50**
21	DANIELA FRAGA DE AZEVEDO CAMARGOS	50	0	0	0	0	0	29/11/1981	**50**
22	FERNANDA CIPRIANO RODRIGUES	50	0	0	0	0	0	25/09/1982	**50**
23	JACKELINE RODRIGUES DE JESUS	50	0	0	0	0	0	08/11/1982	**50**
24	FRANCIANE CONCEICAO DA SILVA SEVERIANO RIBEIRO	50	0	0	0	0	0	04/01/1984	**50**
25	AMANDA BATISTA NEVES	50	0	0	0	0	0	12/10/1985	**50**
26	LOURENA CANDIDA DE MORAES	50	0	0	0	0	0	03/03/1987	**50**
27	JESSICA NATALIA DA SILVA PARACATU	45	0	5	0	0	0	17/08/1992	**50**
28	LAURA DE ASSIS CASTRO	35	0	15	0	0	0	15/08/1994	**50**
29	JULIA MERCON DA SILVA SANTOS	25	0	10	15	0	0	24/12/1995	**50**
30	NADINARA COSTA FERREIRA	35	0	5	0	0	0	23/06/1989	**40**
31	MICHELLE MIRANDA SANTOS	35	0	0	0	0	0	15/10/1985	**35**
32	BERENICE DE SOUZA DAMASCENO	35	0	0	0	0	0	29/01/1991	**35**
33	IZADORA VITORIA COUTINHO BENTO	25	0	10	0	0	0	22/10/1998	**35**
34	LARISSA LOPES MENEZES SERIZAWA	25	0	10	0	0	0	18/05/1999	**35**
35	SABRINA LUISA SOUZA SILVA	20	0	15	0	0	0	24/06/2000	**35**
36	ANGELA MARIA NATAL DE SOUZA	0	0	0	15	20	0	17/09/1993	**35**
37	RENATA RENOIR FERREIRA	30	0	0	0	0	0	05/05/1979	**30**

38	MOEMA CASSIMIRA GONTIJO SILVA ASSUNCAO MONTEZUMA ANDALECIO	25	0	5	0	0	0	31/10/1987	**30**
39	ANDREZZA ROBERTA OLIVEIRA BRAGA	25	0	5	0	0	0	30/04/1990	**30**
40	ALINE LARA MENEZES	25	0	5	0	0	0	19/04/1996	**30**
41	JENNIFER CAROLAINE DA SILVA	25	0	5	0	0	0	26/04/2000	**30**
42	FERNANDA SANTOS DE OLIVEIRA	15	0	0	15	0	0	23/02/1995	**30**
43	VANESSA MARIA HENRIQUES COSTA	25	0	0	0	0	0	02/03/1983	**25**
44	BRUNA RODRIGUES DOS SANTOS	20	0	5	0	0	0	23/08/1990	**25**
45	NATALIA DA SILVA	20	0	5	0	0	0	11/07/1995	**25**
46	ROBERTA RIBEIRO	20	0	5	0	0	0	03/03/1996	**25**
47	KATRINE LORRANE AZEVEDO	20	0	5	0	0	0	20/03/1998	**25**
48	PATRICK GONCALVES DUARTE CINHIKA LIMA	20	0	5	0	0	0	06/12/1999	**25**
49	BRUNA MARRA SILVA	15	0	10	0	0	0	11/04/1996	**25**
50	BRUNA TABATA BERNARDES	10	0	0	15	0	0	12/06/1987	**25**
51	EDUARDA ANASTACIO GOULART LEAO	20	0	0	0	0	0	28/12/1998	**20**
52	GABRIELA BUENO DA COSTA PEREIRA	20	0	0	0	0	0	26/04/1999	**20**
53	PAMELA LOPES GONCALVES	15	0	5	0	0	0	12/09/1990	**20**
54	ANA CLARA MARTINS DO CARMO	15	0	5	0	0	0	25/11/1997	**20**
55	THAYNARA BITENCOURT EVANGELISTA	15	0	5	0	0	0	04/12/1997	**20**
56	MATHEUS BARBOSA DILSON	10	0	10	0	0	0	14/01/1999	**20**
57	ELIZANGELA APARECIDA DA SILVA	5	0	15	0	0	0	22/04/1974	**20**
58	WEMERSON ALAN MACEDO DA SILVA	5	0	15	0	0	0	13/08/1988	**20**
59	GABRIELLE CRISTINA FERREIRA OLIVEIRA	5	0	15	0	0	0	06/08/1990	**20**
60	GISLENE DA SILVA ALONSO	5	0	15	0	0	0	28/12/1999	**20**
61	AMABILE CLARA DE SOUZA SILVA	15	0	0	0	0	0	23/08/2002	**15**
62	TACIANE MORAIS DIMAS	10	0	5	0	0	0	03/06/1981	**15**
63	MARINA CARMO DA SILVA	10	0	5	0	0	0	12/02/1997	**15**
64	ARIANI FARIA GONTIJO XAVIER	10	0	5	0	0	0	23/07/1998	**15**
65	LAIS MORAIS LELI	10	0	5	0	0	0	01/02/1999	**15**
66	YASMIN DUTRA MARVILA DOS SANTOS	10	0	5	0	0	0	12/11/2001	**15**
67	DIEGO GABRIEL FARIA	10	0	5	0	0	0	16/05/2002	**15**
68	GUSTAVO SOARES DOS SANTOS	0	0	15	0	0	0	01/11/1981	**15**
69	DANIELLA EFIGENIA DA SILVA CAMILOZZI	0	0	15	0	0	0	18/11/1988	**15**
70	ALEXANDRE ROCHA DE AMORIM	0	0	15	0	0	0	05/11/1993	**15**
71	REBECCA CARVALHO RODRIGUES	0	0	15	0	0	0	10/02/1994	**15**
72	DAPHINY MAYRA RODRIGUES ALVES	10	0	0	0	0	0	16/12/1996	**10**
73	YASMIN SOARES MAGALHAES	10	0	0	0	0	0	24/03/1998	**10**
74	NILZA DE FATIMA FELICIANO SALES	5	0	5	0	0	0	13/12/1982	**10**
75	ELIDA CAVALCANTI PEREIRA MOURAO	5	0	5	0	0	0	02/06/1986	**10**
76	LAIANY MICHELE REIS MEDEIROS	5	0	5	0	0	0	09/07/1988	**10**
77	ESTHER BARBOSA FONSECA	5	0	5	0	0	0	28/03/2003	**10**
78	ANDRESSA EVANGELISTA SILVA	0	0	10	0	0	0	23/02/1990	**10**
79	WALKYRIA BEGHE COLACO	0	0	10	0	0	0	17/08/1995	**10**
80	GUSTAVO DOS SANTOS CARVALHO	0	0	10	0	0	0	12/11/1996	**10**
81	GRAZIELLE GOMES ESTEVES	5	0	0	0	0	0	09/12/1980	**5**
82	JEFFERSON SOUSA AMARAL	5	0	0	0	0	0	22/07/1996	**5**
83	CRISTIELLE PEREIRA APARECIDO	5	0	0	0	0	0	14/11/1997	**5**
84	THAMARA RIBEIRO DA SILVA	5	0	0	0	0	0	26/08/2002	**5**
85	TAYNARA DE OLIVEIRA FERREIRA	5	0	0	0	0	0	31/03/2003	**5**
86	RUBIA MARIA DE SOUZA RABELO FONSECA	0	0	5	0	0	0	23/06/1977	**5**
87	MARIA JACINTA BARBOSA SANTOS	0	0	5	0	0	0	14/06/1983	**5**
88	ELUANA ALVARES MARTINS	0	0	5	0	0	0	15/03/1984	**5**
89	GRAZIELE HELENA GOMES MARTINS	0	0	5	0	0	0	24/02/1995	**5**
90	RAIANY DE SOUSA PEREIRA	0	0	5	0	0	0	13/10/1995	**5**
91	RAYANE LOPES FREITAS	0	0	5	0	0	0	27/03/2002	**5**
92	SABRINA FERREIRA SANTOS TRINDADE	0	0	5	0	0	0	30/06/2004	**5**
93	CELIA MARIA GUERREIRO COVELO	0	0	0	0	0	0	04/04/1974	**0**
94	MARGARETH SILVA CARVALHO	0	0	0	0	0	0	13/09/1976	**0**
95	LIDIANE RIBEIRO BATISTA	0	0	0	0	0	0	26/04/1984	**0**
96	MARLUCIA SILVA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	03/03/1988	**0**
97	ANDRE FREITAS XAVIER	0	0	0	0	0	0	02/06/1988	**0**
98	TATIANE SOARES DE VASCONCELOS	0	0	0	0	0	0	30/11/1990	**0**
99	SARA ROCHA GREGO	0	0	0	0	0	0	01/01/1991	**0**
100	PATRICIA DE FARIA SANTOS SILVA	0	0	0	0	0	0	28/06/1992	**0**
101	HELIADA MARESSA PEREIRA	0	0	0	0	0	0	14/02/1995	**0**
102	ANA CECILIA COSTA	0	0	0	0	0	0	25/03/1996	**0**
103	RAISSA DE SOUSA ALVARENGA	0	0	0	0	0	0	01/02/1999	**0**
104	WENDELL VINICIUS DE JESUS	0	0	0	0	0	0	21/04/1999	**0**
105	LARISSA MARIA RIBEIRO MARTINS	0	0	0	0	0	0	17/06/1999	**0**
106	ANA VICTORIA AMARAL CRUZ	0	0	0	0	0	0	01/11/1999	**0**
107	FABIA ASSIS MARTINS LIBOREIRO	0	0	0	0	0	0	22/01/2000	**0**
108	PAULO HENRIQUE MARCONDES RODRIGUES	0	0	0	0	0	0	07/01/2001	**0**
109	LIVIA FARIA SILVA	0	0	0	0	0	0	23/09/2001	**0**
110	JULIA ROCHA SILVA	0	0	0	0	0	0	11/03/2002	**0**
111	MARIA LAURA SANTOS DUARTE	0	0	0	0	0	0	21/02/2003	**0**
112	MARJORI LORRANNA BARBOSA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	09/05/2003	**0**
113	LAURA SANTOS CARDOSO	0	0	0	0	0	0	06/06/2003	**0**
114	LUIZ OTAVIO LIBANIO PEREIRA	0	0	0	0	0	0	06/02/2004	**0**
115	SARAH SILVA PEREIRA	0	0	0	0	0	0	09/04/2004	**0**

Classificação – PCD

Class. PCD	Nome	Exp.	Graduação	Pós-Grad.	Mestrado	Doutorado	Cursos	Nascimento	**Total**
1	RENATA RENOIR FERREIRA	30	0	0	0	0	0	05/05/1979	**30**

Divinópolis, agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AAF90E0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 67/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 67/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2016, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO e/ou a IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via Correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VENCIMENTO
AVW6662	DA00093516	20/08/2026	5550/0	20/10/2026
DIL8A21	DA00096407	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
DQP8797	DA00097161	22/08/2026	6530/0	23/10/2026
EGJ5B89	DA00097236	20/08/2026	5541/1	20/10/2026
EJJ6595	DA00096481	21/08/2026	6599/2	23/10/2026
ENE1E86	DA00097233	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
ENP6B94	DA00096961	18/08/2026	7633/2	19/10/2026
EYG7H71	DA00088431	18/08/2026	7633/1	19/10/2026
FKW8C93	DA00092322	20/08/2026	5592/0	20/10/2026
FSC1H00	DA00093521	21/08/2026	5401/0	23/10/2026
FZF1D65	DA00097036	19/08/2026	7633/1	19/10/2026
FZQ1E67	DA00097010	25/08/2026	5541/4	26/10/2026
GKB7E27	DA00096493	22/08/2026	7633/1	23/10/2026
GMF3F84	DA00096077	20/08/2026	5568/0	23/10/2026
GQY7297	DA00093314	24/08/2026	5487/0	26/10/2026
GRQ4I48	DA00094813	22/08/2026	6637/1	23/10/2026
GRY2868	DA00097135	18/08/2026	5185/1	19/10/2026
GSZ0A88	DA00096788	21/08/2026	7625/1	26/10/2026
GSZ3129	DA00094855	25/08/2026	5487/0	26/10/2026
GUW1111	DA00094809	20/08/2026	6050/1	20/10/2026
GWH0750	DA00096200	19/08/2026	5592/0	20/10/2026
GWI5G42	DA00091588	19/08/2026	5550/0	20/10/2026
GWS3344	DA00096075	20/08/2026	5550/0	20/10/2026
GYI9358	DA00096410	21/08/2026	6050/1	23/10/2026
GYR3092	DA00097147	19/08/2026	6530/0	23/10/2026
GZC1699	DA00096966	18/08/2026	6068/1	19/10/2026
GZI8J00	DA00096484	21/08/2026	6661/0	23/10/2026
GZI8J00	DA00096485	21/08/2026	7633/2	23/10/2026
GZJ0F11	DA00093524	25/08/2026	7633/1	26/10/2026
GZJ6898	DA00096204	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
GZO7E45	DA00096201	19/08/2026	6548/0	19/10/2026
HAB7J31	DA00096203	20/08/2026	7633/1	20/10/2026
HAE8G53	DA00097174	23/08/2026	5550/0	23/10/2026
HAM3J84	DA00093304	19/08/2026	5622/2	19/10/2026
HAZ8B22	DA00097151	19/08/2026	7340/0	19/10/2026
HBJ8B68	DA00094819	25/08/2026	7633/1	26/10/2026
HCM8925	DA00095569	21/08/2026	6858/0	23/10/2026
HCU2358	DA00097143	19/08/2026	5185/1	23/10/2026
HDG9700	DA00095563	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
HDL0D47	DA00096195	16/08/2026	5193/0	19/10/2026
HDS4B36	DA00093311	21/08/2026	6599/2	23/10/2026
HEL2311	DA00097239	24/08/2026	5541/4	26/10/2026
HES5446	DA00097038	19/08/2026	5592/0	19/10/2026
HEU3370	DA00097140	19/08/2026	5193/0	23/10/2026
HEW4904	DA00096408	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
HFQ6A76	DA00097241	25/08/2026	5541/1	26/10/2026
HFR7F74	DA00096979	20/08/2026	5541/4	23/10/2026
HFV3256	DA00097163	23/08/2026	7340/0	23/10/2026
HGI5I56	DA00089410	20/08/2026	7633/1	20/10/2026
HGP3F61	DA00097146	19/08/2026	5185/1	23/10/2026

HGS1D14	DA00097234	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
HHH6749	DA00096795	21/08/2026	7625/2	26/10/2026
HHK3C55	DA00094852	24/08/2026	5550/0	26/10/2026
HHM1027	DA00096772	20/08/2026	5550/0	26/10/2026
HHR4J78	DA00096988	20/08/2026	7633/2	20/10/2026
HIE2C63	DA00096989	20/08/2026	6637/1	23/10/2026
HIP0375	DA00096965	21/08/2026	7633/2	23/10/2026
HIP5A36	DA00092323	20/08/2026	5592/0	20/10/2026
HIP7046	DA00095552	19/08/2026	5185/1	19/10/2026
HIZ3H49	DA00097152	19/08/2026	7340/0	19/10/2026
HJM5G24	DA00097167	23/08/2026	7340/0	23/10/2026
HKC4D98	DA00097007	25/08/2026	7633/2	26/10/2026
HLF9E79	DA00096781	21/08/2026	7625/1	26/10/2026
HLQ2A81	DA00097153	21/08/2026	5592/0	23/10/2026
HME8E93	DA00096784	21/08/2026	5568/0	26/10/2026
HMG0967	DA00097172	23/08/2026	5452/2	23/10/2026
HMI2E44	DA00097041	19/08/2026	5592/0	19/10/2026
HMQ5805	DA00095549	19/08/2026	7633/2	19/10/2026
HNK1401	DA00092571	20/08/2026	5193/0	20/10/2026
JDZ2I52	DA00096972	19/08/2026	5487/0	20/10/2026
JGC3896	DA00096775	21/08/2026	6530/0	26/10/2026
JGO9D39	DA00095107	20/08/2026	5550/0	26/10/2026
KRT9C48	DA00096782	21/08/2026	5550/0	26/10/2026
KXN0A42	DA00097168	23/08/2026	5185/1	23/10/2026
KYI0696	DA00093998	25/08/2026	7633/1	26/10/2026
KYW6A90	DA00096533	19/08/2026	7633/1	19/10/2026
LLH4G85	DA00096776	21/08/2026	5568/0	26/10/2026
LMJ1H76	DA00096492	22/08/2026	6050/1	23/10/2026
LSY1I61	DA00097034	19/08/2026	5592/0	19/10/2026
LTN6535	DA00096490	21/08/2026	6661/0	23/10/2026
NET2H41	DA00096404	20/08/2026	5452/2	20/10/2026
NET2H41	DA00096476	20/08/2026	5185/1	20/10/2026
NGG0B04	DA00096779	21/08/2026	7625/1	26/10/2026
NHN2C87	DA00093306	21/08/2026	7633/2	23/10/2026
NTN3A96	DA00094854	25/08/2026	7633/2	26/10/2026
NYB7137	DA00095649	21/08/2026	5550/0	23/10/2026
OLT6218	DA00096790	21/08/2026	5550/0	26/10/2026
OLX4I07	DA00093313	24/08/2026	6637/1	26/10/2026
OMG3B00	DA00092572	20/08/2026	5193/0	20/10/2026
OMP9A99	DA00094190	19/08/2026	7633/2	19/10/2026
OPB0G38	DA00095651	24/08/2026	5401/0	26/10/2026
OPJ0F37	DA00096402	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
OPM5823	DA00097170	23/08/2026	7340/0	23/10/2026
OPM5823	DA00097171	23/08/2026	6599/2	23/10/2026
OQO2202	DA00096783	21/08/2026	5568/0	26/10/2026
OQT3120	DA00095560	19/08/2026	5592/0	19/10/2026
OQX4A18	DA00097142	19/08/2026	7030/1	19/10/2026
OUS6D63	DA00093999	25/08/2026	7633/2	26/10/2026
OWK7119	DA00093526	25/08/2026	7633/1	26/10/2026
OXA4F53	DA00096500	23/08/2026	7340/0	23/10/2026
PBD8H57	DA00095105	17/08/2026	7633/1	26/10/2026
PIX5E54	DA00096661	20/08/2026	5592/0	20/10/2026
PIX5E54	DA00096662	20/08/2026	6599/2	20/10/2026
PUW5F34	DA00096665	23/08/2026	6050/1	23/10/2026
PVC1E38	DA00096793	21/08/2026	5550/0	26/10/2026
PVP2C79	DA00095564	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
PVZ8504	DA00094808	20/08/2026	5576/0	20/10/2026
PWO4C11	DA00094811	20/08/2026	5568/0	20/10/2026
PWV9884	DA00096479	20/08/2026	6122/0	20/10/2026
PWY6318	DA00093315	24/08/2026	5738/0	26/10/2026
PXQ3818	DA00093308	21/08/2026	6599/2	23/10/2026
PXS6303	DA00096208	20/08/2026	7633/1	20/10/2026
PXT8H20	DA00095555	19/08/2026	5185/1	19/10/2026
PXY6H48	DA00097139	18/08/2026	5541/3	19/10/2026
PYR1705	DA00093525	25/08/2026	7633/1	26/10/2026
PYZ5812	DA00093522	21/08/2026	5401/0	23/10/2026
PZM5D82	DA00093309	21/08/2026	7633/1	23/10/2026
PZN9H64	DA00096197	19/08/2026	7633/2	19/10/2026
QFO8A96	DA00096478	20/08/2026	6122/0	20/10/2026
QNF8J86	DA00090599	25/08/2026	7633/1	26/10/2026
QNS6D66	DA00096076	20/08/2026	5568/0	23/10/2026
QNZ7E30	DA00097008	25/08/2026	5991/0	26/10/2026
QPO9E78	DA00096475	20/08/2026	5550/0	20/10/2026
QQG1771	DA00097148	19/08/2026	7340/0	23/10/2026
QQN7E81	DA00096975	19/08/2026	6653/1	23/10/2026
QUB9D70	DA00096659	20/08/2026	5592/0	20/10/2026
QUE8E50	DA00096767	18/08/2026	6769/0	20/10/2026
QUR7B32	DA00096971	19/08/2026	5622/2	20/10/2026
QUR7B32	DA00096973	19/08/2026	6599/2	20/10/2026
QUX6125	DA00097164	23/08/2026	7340/0	23/10/2026
QXL8158	DA00096990	20/08/2026	7633/2	23/10/2026
QXO9E79	DA00092573	25/08/2026	5622/2	26/10/2026
QXR3D15	DA00096663	21/08/2026	5592/0	23/10/2026
RFT8D11	DA00097158	22/08/2026	5185/1	23/10/2026
RFT8D11	DA00097159	22/08/2026	6050/1	23/10/2026
RJO2B77	DA00096401	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
RMF8H36	DA00096993	21/08/2026	5592/0	23/10/2026
RMY6C87	DA00096498	23/08/2026	7340/0	23/10/2026
RNA3B33	DA00096657	20/08/2026	7633/1	20/10/2026

RNA3B33	DA00096658	20/08/2026	6599/2	20/10/2026
RTI5I40	DA00094807	20/08/2026	7030/1	20/10/2026
RTY1G22	DA00096980	20/08/2026	6637/1	23/10/2026
RUB5H30	DA00094193	22/08/2026	5568/0	23/10/2026
RUI4J73	DA00095553	19/08/2026	5185/1	19/10/2026
RUL0D55	DA00097035	19/08/2026	5592/0	19/10/2026
RVV2B57	DA00096196	19/08/2026	7633/1	19/10/2026
RVY2F71	DA00096794	21/08/2026	5550/0	26/10/2026
SAL7J99	DA00096534	19/08/2026	7633/2	23/10/2026
SDF8H81	DA00097178	24/08/2026	7684/2	26/10/2026
SHP7F26	DA00093312	21/08/2026	7633/2	23/10/2026
SHT2H44	DA00095559	19/08/2026	5185/1	19/10/2026
SIP5G13	DA00096666	24/08/2026	5738/0	26/10/2026
SIP8C16	DA00093305	19/08/2026	5193/0	19/10/2026
SIW7A75	DA00096656	19/08/2026	7633/1	19/10/2026
SJF7B56	DA00094850	20/08/2026	7633/2	20/10/2026
SJI4D44	DA00097037	19/08/2026	7633/1	19/10/2026
SYP7E52	DA00093993	21/08/2026	5525/0	23/10/2026
SYT6H29	DA00095568	21/08/2026	5592/0	23/10/2026
TCC2A55	DA00096766	18/08/2026	5452/2	20/10/2026
TDO0F25	DA00096405	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
TEC8H40	DA00096964	18/08/2026	6068/1	19/10/2026
TEV9J26	DA00093310	21/08/2026	7340/0	23/10/2026
TXV8F42	DA00096664	23/08/2026	6050/1	23/10/2026
TYA2E08	DA00096207	20/08/2026	5541/2	20/10/2026
TYJ3I03	DA00093523	21/08/2026	5401/0	23/10/2026
TYQ8H75	DA00096764	17/08/2026	5584/0	20/10/2026
UVG7G01	DA00097155	21/08/2026	7340/0	23/10/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C6968FC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 66/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 66/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2022, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA PENALIDADE de multa referente à infração de trânsito os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposto o RECURSO perante à Junta Administrativa de Recurso de Infração - JARI, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br.
O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 31 de agosto de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VALOR	VENCIMENTO
EAY6B19	DA00088983	20/05/2026	5550/0	R$130,16	05/10/2026
FFL0E18	DA00092188	14/05/2026	7633/1	R$293,47	05/10/2026
FZF3B43	DA00092214	15/05/2026	5541/2	R$195,23	05/10/2026
GQS1755	DA00092212	15/05/2026	5541/2	R$195,23	05/10/2026
GUV0717	DA00087206	19/05/2026	5592/0	R$130,16	05/10/2026
GUV1260	DA00089614	20/05/2026	5738/0	R$293,47	05/10/2026
GVA6874	DA00092194	14/05/2026	5452/1	R$195,23	05/10/2026
GVS9688	DA00092251	19/05/2026	5541/1	R$195,23	05/10/2026
HDC2H36	DA00092224	18/05/2026	7340/0	R$130,16	05/10/2026
HDC2H36	DA00092225	18/05/2026	7714/2	R$130,16	05/10/2026
HDD5585	DA00092702	20/05/2026	6050/2	R$293,47	05/10/2026
HDD9346	DA00092192	14/05/2026	6530/0	R$195,23	05/10/2026
HEH3203	DA00092703	20/05/2026	6050/1	R$293,47	05/10/2026
HGZ4145	DA00091327	15/05/2026	5541/2	R$195,23	05/10/2026
HHX2901	DA00092221	15/05/2026	5541/2	R$195,23	05/10/2026
HIH8F69	DA00091378	19/05/2026	5592/0	R$130,16	05/10/2026
HKV5F23	DA00092203	15/05/2026	5541/2	R$195,23	05/10/2026
HLR0587	DA00088982	20/05/2026	7633/1	R$293,47	05/10/2026
HMA5354	DA00089609	18/05/2026	5185/2	R$195,23	05/10/2026
IWD7D16	DA00089610	18/05/2026	6050/1	R$293,47	05/10/2026
JFN6362	DA00091329	15/05/2026	5541/2	R$195,23	05/10/2026
JGG5877	DA00091324	15/05/2026	5541/2	R$195,23	05/10/2026
KWD5J73	DA00091889	20/05/2026	5487/0	R$195,23	05/10/2026

KXT8J91	**DA00090376**	**20/05/2026**	**6173/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
NYD6J90	**DA00091177**	**09/05/2026**	**5541/3**	**R$195,23**	**05/10/2026**
NYD9B13	**DA00092207**	**15/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
OKA1A30	**DA00089612**	**20/05/2026**	**6661/0**	**R$195,23**	**05/10/2026**
OPO1244	**DA00092397**	**19/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**05/10/2026**
OQQ1010	**DA00091694**	**20/05/2026**	**5550/0**	**R$130,16**	**05/10/2026**
OQX4A18	**DA00092187**	**14/05/2026**	**5452/1**	**R$195,23**	**05/10/2026**
OQX4A18	**DA00092190**	**14/05/2026**	**7340/0**	**R$130,16**	**05/10/2026**
ORA8063	**DA00092189**	**14/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**05/10/2026**
OWO7337	**DA00092197**	**15/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
PAN1953	**DA00092209**	**15/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
PLE7A00	**DA00091178**	**09/05/2026**	**5487/0**	**R$195,23**	**05/10/2026**
PVE6178	**DA00088981**	**20/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**05/10/2026**
PWS0158	**DA00092185**	**14/05/2026**	**7714/2**	**R$130,16**	**05/10/2026**
PXF0622	**DA00089611**	**18/05/2026**	**5738/0**	**R$293,47**	**05/10/2026**
PYK3243	**DA00092704**	**20/05/2026**	**5592/0**	**R$130,16**	**05/10/2026**
PYL5J97	**DA00092448**	**19/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**05/10/2026**
QNV7040	**DA00092206**	**15/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
RFA4I88	**DA00092199**	**15/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
RTB2G69	**DA00090709**	**18/05/2026**	**5401/0**	**R$195,23**	**05/10/2026**
SID0A57	**DA00092396**	**19/05/2026**	**5592/0**	**R$130,16**	**05/10/2026**
SIU6C88	**DA00092186**	**14/05/2026**	**7633/2**	**R$293,47**	**05/10/2026**
SYO4A45	**DA00092211**	**15/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
TXF0A85	**DA00092946**	**15/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**05/10/2026**
TXM4E20	**DA00092949**	**15/05/2026**	**7340/0**	**R$130,16**	**05/10/2026**
TXQ7F96	**DA00092183**	**14/05/2026**	**7340/0**	**R$130,16**	**05/10/2026**
TYS1A65	**DA00092775**	**20/05/2026**	**7633/2**	**R$293,47**	**05/10/2026**
TYW0B84	**DA00091374**	**18/05/2026**	**7625/1**	**R$293,47**	**05/10/2026**
TZA1F95	**DA00092226**	**19/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**05/10/2026**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:436A8CE0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 073/2026

PORTARIA Nº 073, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Dom Bosco, Minas gerais, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 86, inciso V, combinado com o Art. 107, inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que os servidores Municipais, Fazem uso ao gozo de férias regulamentares, conforme requerimento por ter comtemplado o período de aquisição, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Mat.	Cargo/Função	Período aquisitivo	Período de gozo de férias
Elizângela Laurinda da Cruz dos Santos	1141-7	Secret. Mun. de Saúde	05/04/2024 a 05/04/2025	01/09/2026 a 30/09/2026
Marilene Francisca dos Santos	11-6	Téc. Em Enfermagem	13/05/2025 a 12/05/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Alcides Pereira de Souza	1492-0	Téc. Em Enfermagem	20/03/2025 a 19/03/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Manoel Robs Nunes Ferreira	662-4	Motorista	29/07/2024 a 28/07/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Pedro Lopes da Silva	643-1	Motorista	24/05/2024 a 23/05/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Fabiana Oliveira de Lima	423-8	Agente Com. de Saúde	07/03/2025 a 06/03/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Iramar Júnior de Oliveira Correa	1273-9	TNS Enfermeiro	03/01/2024 a 02/01/2025	01/09/2026 a 30/09/2026
Juliana Teixeira de Souza	1443-9	Aux. de Serv.Gerais	03/02/2025 a 02/02/2026	13/09/2026 a 12/10/2026
Sidivânia Marques de Oliveira	1512-1	Aux. de Serv.Gerais	01/07/2025 a 30/06/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Valquíria Aparecida da Cunha Ramos	1457-7	Diretor de Departamento	04/02/2025 a 03/02/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Geovani Messias Correa	1252-2	Vigilante	08/08/2025 a 07/08/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Cristielen Basílio de Oliveira	1411-4	Diretora de Depto.	08/01/2025 a 07/01/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Laice Inácia Rodrigues	1521-0	Conselheira Tutelar	01/07/2025 a 30/06/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Márcio Alves da Silva	715-3	Operador de Máquina II	02/03/2025 a 01/03/2026	01/09/2026 a 30/09/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dom Bosco - MG, 31 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:CC8BAF47

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026 - PROCESSO Nº 059/2026 - PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2026 – REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2026

OBJETO: Aquisição de panificação, quitandas, salgados, frios, sucos e refrigerantes para atender as demandas das diversas Secretarias do Município de Indianópolis/MG - Data da assinatura: 20/08/2026. Parte: **PANIFICADORA E CONFEITARIA AMARO PAES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.804.959/0001-49.

ITEM	QTDE	UNIDADE	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	595	KG	BOLACHINHAS DE NATA	35,50	21.122,50
02	561	KG	BOLO CONFEITADO/RECHEADO VARIOS SABORES	67,40	37.811,40
03	440	UN	BOLO DE CHOCOLATE NO MÍNIMO 500GR. Ingred.: açúcar, leite, farinha, achocolatado em pó, fermento biológico, sal, óleo, ovo e margarina.	23,55	10.362,00
04	680	UN	BOLO DE CÔCO NO MÍNIMO 500GR. Ingred.: açúcar, leite, farinha, coco, ferm. biol., sal, óleo, ovo emargarina.	19,90	13.532,00
05	790	UN	BOLO DE FUBÁ NO MÍNIMO 500g; Ingred.: açúcar, leite, farinha, queijo, ferm. biol., sal, óleo, ovo emargarina.	19,90	15.721,00
06	795	UN	BOLO DE MILHO MÍNIMO 500GR; Ingred.: açúcar, leite, farinha, milho, fermento biológico, sal, óleo, ovo e margarina.	20,20	16.059,00
07	966	KG	BROA DE DOCE de fuba com erva doce	33,50	32.361,00
08	766	KG	BROA DE SAL de fuba temperada	32,50	24.895,00
09	5.380	KG	PÃO DE CÔCO 50G, INGREDIENTES: açúcar, água, côco, farinha de trigo, fermento biológico, margarian, óleo, ovo, sal.	28,40	152.792,00
10	1.017	KG	PÃO DE QUEIJO de polvilho doce	34,70	35.289,90
11	2.315	KG	PÃO FIT 50g, ingredientes, agua, fuba de milho, fermento biologico e sal.	22,35	51.740,25
12	20.047	KG	PÃO FRANCÊS 50G, Ingredientes: farinha de trigo fermento biológico e sal	19,20	384.902,40
13	759	KG	ROSQUINHA ASSADA de farinha de trigo no mínimo 20gr a unidade.	30,95	23.491,05
14	6.400	UN	SANDUICHE FRIO (PÃO, PRESUNTO E MUSSARELA) EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	5,45	34.880,00
				TOTAL ESTIMADO: R$ 854.959,50	

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:64FF0975

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 059/2026 - PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2026 – REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2026

OBJETO: Aquisição de panificação, quitandas, salgados, frios, sucos e refrigerantes para atender as demandas das diversas Secretarias do Município de Indianópolis/MG - Data da assinatura: 20/08/2026. Parte: **MARLOS ALVES DE ALMEIDA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.277.514/0001-09.

ITEM	QTDE	UNIDADE	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	133	KG	BISCOITO DE POLVILHO AZEDO, isento de gluten, formato tipo argola,embalado em saco plastico transparente resistente, com 90% do produto deve estarcom suas caracteristicas fisicas intactas (nao quebrados)no seu rotolo devera conter informação nutricional p	48,30	6.423,90
02	505	PC	BISCOITO DE POLVILHO DOCE, 200gr, ingredientes: agua, sal, ovo, óleo, açucar e polvilho doce.	12,40	6.262,00
03	1.524	KG	BISCOITO DE POLVILHO DOCE, isento de gluten, formato tipo argola,embalado em saco plastico transparente resistente, com 90% do produto deve estarcom suas caracteristicas fisicas intactas (nao quebrados)no seu rotolo devera conter informaçãonutricional por	46,45	70.789,80
04	2.330	KG	MINI SALGADOS VARIADOS de 15 a 20gr a unidade (pastel, quibe, risole, coxinha entre outros)	71,45	166.478,50
05	520	KG	MORTANDELA DEFUMADA. Ingredientes minimos Carne Suína, Carne Mecanicamente Separada de Ave, Gordura Suína, Água, Sal, Açúcar, Alho. Marca sugerida Sadia, Perdigão ou Similar	29,25	15.210,00
06	806	KG	MUSSARELA, INGREDIENTES MÍNIMOS: Leite Pasteurizado Cloreto De Sódio (Sal) Fermento Lácteo, Cloreto De Cálcio não contém glúten. Marcas sugeridas: Sadia, Calú eTirolez ou similar	58,35	47.030,10
07	806	KG	PRESUNTO INGREDIENTES MINIMOS: Carne suína, água, sal, proteína de soja, estabilizantes:pirofosfato de sódio, antioxidante: isoascorbato de sódio, aromas naturais de pimenta, conservador: nitrito de sódio, realçador de sabor: glutamato monossódico,.não co	43,80	35.302,80
08	488	UN	REFRIGERANTE PET 2 LITROS COLA ZERO. Ingredientes: Água Gaseificada, Cafeína, Extrato de Noz de Cola, Aroma Natural, Corante Caramelo IV, Acidulante Ácido Fosfórico, Edulcorantes Ciclamato de Sódio (27 mg), Acesulfame de Potássio (15 mg) e Aspartame (12 m	10,45	5.099,60
09	2.206	UN	REFRIGERANTE PET 2 LITROS SABOR COLA INGREDIENTES MINIMOS: Água gaseíficada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo acidulante INS 338 e aroma natural. Marcas sugeridas: Coca-cola , Pepsi cola ou similar.	10,65	23.493,90
10	1.918	UN	REFRIGERANTE PET 2 LITROS SABOR GUARANÁ	7,90	15.152,20

			INGREDIENTES MÍNIMOS:Água gaseificada, açúcar, extrato de guaraná ou semente de guaraná, acidulante ácido cítrico, conservadores: benzoato de sódio aromatizante guaraná e corante caramelo IV. Não contém glúten. Mar		
11	1.650	UN	REFRIGERANTE PET 2 LITROS SABOR LARANJA INGREDIENTES MINIMOS: Água gaseificada, açúcar, suco natural de laranja, acidulante INS 330, conservador INS 211, aroma natural de laranja, antioxidante INS 300, corante artificial INS 110. Marcas sugeridas: Fanta,	9,20	15.180,00
12	1.002	UN	SUCO (NÉCTAR) DIVERSOS SABORES 1 LITRO, INGREDIENTES MINIMOS: Água potavel, sucoconcentrado de fruta, açúcar, acidulante ácido cítrico, aroma natural, antioxidante ácido ascórbico. Não contem glutem. Marcas sugeridas: Del Valle, Maguary ou similar	8,15	8.166,30
13	280	UN	SUCO DE LARANJA INTEGRAL NO MINIMO 4LTS. SUCO DE LARANJA PASTEURIZADO, SEM CONSERVANTES, NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO. MARCAS SUGERIDAS: PRATS OU CAMPO LARGO.	44,80	12.544,00
TOTAL ESTIMADO:				R$ 427.133,10	

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:AC7872E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA SEM FASE RECURSAL Nº 000013/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do Dispensa sem fase recursal nº 000013/2026, Processo Administrativo nº 000217/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve ADJUDICAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (ACESSÓRIOS PADRÃO) PARA OS SERVIDORES DO CARGO DE
AGENTE DE TRÂNSITO do Município de João Monlevade, para realização de suas atribuições e competências previstas na Lei Federal nº.9503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, conforme Termo de Referência.

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
ALTA PATENTE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - 01.184.725/0001-40 vendas@altapatente.com.br - (32) 3215-0934	16.458,12	7.413,84	9.044,28 Proveito (54,95%)
Totais	16.458,12	7.413,84	9.044,28 Proveito (54,95%)

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de **Autoridade competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: ALTA PATENTE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CPF/CNPJ: 01.184.725/0001-40				
Lote 1	**Data/Hora da Adjudicação - 28/08/2026 17:01:38**			
Lote 1				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
APITO TRISSONORO – FARDAMENTO – AGENTE DE TRÂNSITO - Apito profissional, tipo trinado (multitonal), indicado para uso em atividades de trânsito, confeccionado em metal niquelado, com bocal emborrachado para maior conforto durante o uso, capaz de emitir som agudo de alta intensidade, com intensidade sonora na faixa de 110 a 120 Db, dimensões aproximadas de 10,5 cm x 2,5 cm, dotado de argola para fixação de cordão.	63,00	UNIDADE	47,84	3.013,92
Marca: FABRICA DOS APITOS	**Fabricante:** FABRICA DOS APITOS	**Modelo:**		
Lote 2	**Data/Hora da Adjudicação - 28/08/2026 17:01:47**			
Lote 2				

João Monlevade, 28 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:EDB57E9A

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA SEM FASE RECURSAL Nº 000013/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Dispensa sem fase recursal** nº **000013/2026**, Processo Administrativo nº **000217/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (ACESSÓRIOS PADRÃO) PARA OS SERVIDORES DO CARGO DE
AGENTE DE TRÂNSITO do Município de João Monlevade, para realização de suas atribuições e competências previstas na Lei Federal nº.9503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, conforme Termo de Referência.

Fornecedor	**Estimado**	**Homologado**	**Diferença**
ALTA PATENTE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - 01.184.725/0001-40 vendas@altapatente.com.br - (32) 3215-0934	16.458,12	7.413,84	9.044,28 Proveito (54,95%)

Totais	**16.458,12**	**7.413,84**	**9.044,28 Proveito (54,95%)**

Fornecedor: ALTA PATENTE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CPF/CNPJ: 01.184.725/0001-40				
Lote 1	**Data/Hora da Homologação - 28/08/2026 17:02:04**			
Lote 1				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
APITO TRISSONORO – FARDAMENTO – AGENTE DE TRÂNSITO - Apito profissional, tipo trinado (multitonal), indicado para uso em atividades de trânsito, confeccionado em metal niquelado, com bocal emborrachado para maior conforto durante o uso, capaz de emitir som agudo de alta intensidade, com intensidade sonora na faixa de 110 a 120 Db, dimensões aproximadas de 10,5 cm x 2,5 cm, dotado de argola para fixação de cordão.	63,00	UNIDADE	47,84	3.013,92
Marca: FABRICA DOS APITOS	**Fabricante:** FABRICA DOS APITOS	**Modelo:**		
Lote 2	**Data/Hora da Homologação - 28/08/2026 17:02:04**			
Lote 2				

João Monlevade, 28 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:FDE0B101

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
CLASSIFICAÇÃO PARCIAL - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMS Nº 004/2026

NÍVEL SUPERIOR – MÉDICO PEDIATRA NASF

	CANDIDATO	DT. NASC.	Pós Grad. PED.	Pós Grad. Área de Saúde	Mestr.	Dout.	Expe. Prof.	TOTAL	SITUAÇÃO
1	LEONARDO FERREIRA MEDEIROS	07/02/1971	20	30			20	70	CLASSIFICADO
2	LETICIA BARBOSA VARGAS	16/08/1977	20	30			20	70	CLASSIFICADO
3	JOSANIA DA SILVA LIMA	02/10/1975	10	30				40	CLASSIFICADO
4	ANGELA CRISTINA TURETA F. LOPES	02/08/1985	10				20	30	CLASSIFICADO
	VANDERSON FIRMIANO VALENTE	24/07/1982							DESCLASSIF. SEM ANEXO I

Leopoldina, 24 de agosto de 2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário de Saúde

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Carla Monteiro da Silveira Silva
Código Identificador:646D8468

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMS Nº 006/2026

O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, MG, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO INADIÁVEL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, AUTORIZADAO PELA LEI N° 2.620/1994, E ALTERADA PELA LEI N° 3.444/2002, TORNA PÚBLICO QUE ESTARÃO ABERTAS, DO DIA 03/09/2026 a 13/09/2026, AS INSCRIÇÕES PARA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 006/2026, PARA ATENDER AO QUADRO ABAIXO DISCRIMINADO:

- **01 (UM) CUIDADOR (SRT) Serviço de Residência Terapêutica + CR** = CADASTRO DE RESERVA, CONFORME LEI N° 4.205, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014;
- **01 (UM) AUXILIAR DE ENFERMAGEM (SRT) Serviço de Residência Terapêutica** + CR = CADASTRO DE RESERVA, CONFORME LEI N° 4.205, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

1 - DAS INSCRIÇÕES:

1.1 - Ao se inscrever o(a) candidato(a) aceita de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, que constituem as normas que regem o Processo Seletivo Simplificado, não podendo delas alegar desconhecimento.

1.2 - O(A) candidato(a) interessado(a) em participar do Processo Seletivo deverá acessar o link (1.5) abaixo e fazer sua inscrição, preenchendo os dados obrigatórios e anexando a documentação descrita no item 2 deste Edital.

1.3 - O(A) candidato(a), ao acessar o link (1.5) abaixo, deverá clicar na função pretendida e realizar sua inscrição, sendo VEDADA a mesma para (02) duas ou mais funções. Caso ocorram duas ou mais inscrições, será considerada válida somente aquela que foi realizada por último.

1.4 - DATA DAS INSCRIÇÕES: 03/09/2026 a 13/09/2026

1.5 - LINK DE INSCRIÇÃO: https://forms.gle/ngBCKv2527ngypM26

1.6 - O(A) candidato(a) que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo tendo sido aprovado, no caso de ser constatado posteriormente à realização do processo seletivo.

2 - DA DOCUMENTAÇÃO E REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO:
Será exigido dos(as) candidatos(as) ao Processo Seletivo Simplificado, para fins de inscrição, **o upload, em formato PDF** escaneados dos seguintes documentos:
- Ficha de Inscrição, constante do anexo I, e Curriculum Vitae, constante do anexo II, os quais deverão vir acompanhados dos respectivos comprovantes, devidamente preenchidos.
- **O anexo I deverá ser preenchido corretamente e de forma legível sob pena de desclassificação**
Requisitos necessários:
- Ser brasileiro nato, naturalizado, ou cidadão português a quem foi conferida igualdade, nas condições previstas no Art. 12, II, §1º, da Constituição Federal.
- Ter, no ato da inscrição, idade mínima de 18 anos.
- Ter disponibilidade de carga horária, conforme disposto no quadro demonstrativo do item 4.
- Ter a escolaridade exigida, comprovada mediante apresentação de diploma e/ou declaração de instituição de ensino reconhecida pelo MEC, de acordo com a função pleiteada e registro no respectivo conselho de classe (quando necessário e no momento da contratação).

4 - DA VAGA, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

O candidato (a) concorrerá às vagas oferecidas, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

FUNÇÃO	VAGA	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE /PRÉREQUISITO	REMUNERAÇÃO
CUIDADOR (SRT) Serviço de Residência Terapêutica	01 (UM) + CR	40 (QUARENTA) HORAS EM REGIME DE PLANTÃO DE 12H	Nível Médio	R$ 1.661,62+ R$ 800,00 de Auxílio Alimentação
AUXILIAR DE ENFERMAGEM (SRT) Serviço de Residência Terapêutica	01 (UM) + CR	40 (QUARENTA) HORAS EM REGIME DE PLANTÃO DE 12H	Nível Médio + Registro no respectivo Conselho de Classe	R$ 2.060,32+ R$ 800,00 de Auxílio Alimentação

CR = CADASTRO DE RESERVA

CARGO	ATRIBUIÇÕES
CUIDADOR (SRT) Serviço de Residência Terapêutica	- Ajudar, estimular e realizar, caso seja indispensável, as atividades de vida diária, ou seja, a higiene pessoal e bucal, alimentação, locomoção, etc.; - Cuidar do vestuário (organizar a roupa que vai ser usada, dando sempre à pessoa o direito de escolha), manter o armário e os objetos de uso arrumados e nos locais habituais; e cuidar da aparência da pessoa (unhas, cabelos, barba) de modo a aumentar a sua autoestima; - Facilitar e estimular a comunicação com a pessoa, conversando e ouvindo-a; - Acompanhar a pessoa em seus passeios e incentivá-lo a realizar exercícios físicos, sempre que autorizados pelos profissionais de saúde, e a participar de atividades de lazer. Desta forma, ajudará a sua inclusão social e a melhorar sua saúde, etc.
AUXILIAR DE ENFERMAGEM (SRT) Serviço de Residência Terapêutica	- Prestar os cuidados de enfermagem conforme suas atribuições específicas e prescrição do Enfermeiro; - Retirar os prontuários/acolhimentos para consulta médica e arquivá-los após atendimentos; - Orientar, após atendimento médico local onde retirar medicamentos prescritos ou realizar os exames que não forem regulados pelo CAPS III, preencher os dados do cliente no verso dos encaminhamentos para regulação de vaga de consulta especializada e solicitar assinatura do cliente no formulário de exame de média e alta complexidade; - Acompanhar os clientes em caso de transferência quando necessário.

5 - DA SELEÇÃO:
5.1 - A seleção constará da análise de currículo, mediante critérios:

CRITÉRIOS PARA FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

ITEM	TÍTULO	PONTUAÇÃO	
		Unitária	Máxima
01	Experiência profissional em atribuições na função a qual concorre pontuação para cada mês de trabalho.....	1,0	10
02	Experiência profissional em atribuições na função a qual concorre pontuação para cada mês de trabalho. (RESIDÊNCIA TERAPEUTICA).....	1,0	20

OBS: *Não será computada experiência profissional em consultório próprio, somente sendo valorado o tempo de serviço junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado. A Comprovação de experiência deverá constar de certidão emitida por órgão público, na qual se inclua o cargo desempenhado, bem como o tempo em que permaneceu no mesmo, ou ainda, no caso de contrato com empresas privadas, apresentar este ou cópia da CTPS, com foto e folhas da parte do contrato e seguintes, para que seja permitido à Comissão, verificar a anotação Formal registrada (correspondente a vínculos de natureza estatutária e/ou trabalhista, devidamente reconhecidos). É necessário que tais informações sejam precedidas de data de entrada e de saída. Experiências em concomitância, ou seja, de dois empregadores diferentes ao mesmo período de tempo, não serão computadas em conjunto, sendo válida apenas àquela relativa a um deles.

6 - DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO:

6.1 - Na lista de classificação constará a relação dos candidatos, por ordem de classificação, de acordo com o número de pontos obtidos, do primeiro ao último colocado.
6.2 - Em caso de empate no total de pontos na classificação, terá preferência o candidato maior idade.
6.3 - O resultado do processo seletivo será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Leopoldina (www.leopoldina.mg.gov.br), Associação Mineira de Municípios (https://portalamm.org.br), além de ser afixado nos quadros de avisos da Secretaria Municipal de Leopoldina, situada na Rua Benedito Valadares, 52, Centro, Leopoldina, MG, CEP 36.700-278.

7 - DO RECURSO:

7.1 - Após divulgação da lista de classificação, o candidato (a) que se sentir prejudicado poderá impetrar recurso mediante requerimento individual, que deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal (UAI), no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da divulgação do resultado.
7.2 - O recurso não terá, sob nenhuma hipótese, efeito suspensivo total ou parcial.

8 - DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

8.1 - O Departamento de Políticas de Recursos Humanos, convocará através de telefone celular ou e-mail, os candidatos selecionados para preenchimento da ficha cadastral, bem como para assinatura do contrato, podendo ser convocado no momento em que houver interesse para o preenchimento da função: O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

8.2 - O prazo da contratação é de 06 meses, podendo ser rescindido unilateralmente, de acordo com interesse da Administração, ou ainda nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação ilegal dos recursos do erário; IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo disciplinar; X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público; XI - corrupção; XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; XIII - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, XIV - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, XV - recusar fé a documentos públicos quando a lei ou ato específico o autorizar; XVI - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, XVII - promover manifestação de desapreço pessoal e pejorativo no recinto da repartição, XVIII - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado, XIX - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, XX - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau, XXI - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, XXII - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas municipais, salvo repartições públicas, de qualquer pessoa ainda que parente de qualquer grau, cônjuge ou companheiro, XXIII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições funcionais, XXIV - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, XXV - praticar usura sob qualquer de suas formas, XXVI - proceder de forma negligente, XXVII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares, XXVIII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias, XXIX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho, XXX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado, XXXI - praticar crimes ou contravenções penais, especialmente os crimes contra a administração pública, falsidades, inclusive ideológicas e ofender a honra de munícipes ou servidores através de calúnia, injúria ou difamação na repartição pública, XXXII - faltar com a ética, cujos preceitos deontológicos serão definidos em lei, XXIII - contratar com o Poder Público Municipal. O contrato poderá ainda ser prorrogado por igual período, conforme preceitua a Lei Municipal n° 2.620/94 alterada pela Lei n° 3.444/02.
8.3 - Os candidatos que forem aprovados no presente processo seletivo simplificado, fora do número de vagas disponibilizadas neste edital, ficarão em cadastro de reserva, devendo a administração seguir a ordem de classificação em caso de surgimento de novas vagas durante a validade do processo seletivo.

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Informações: A inexatidão das informações e as irregularidades de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
9.2 - Condições: A inscrição do(a) candidato(a) importará no conhecimento das instruções deste Edital e na aceitação tácita das condições nele contidas tais como se acham estabelecidas.
9.3 - O(A) candidato(a) não poderá acrescentar alterar, substituir ou incluir qualquer informação exigida na ficha de inscrição e currículo após a entrega dos mesmos.
9.4 - Não haverá inscrição fora da data prevista neste edital.
9.5 - O(A) profissional que por incompatibilidade de horário ou qualquer outro motivo não assumir a vaga oferecida no momento da convocação, perderá o direito à vaga.
9.6 - Após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação, o(a) candidato(a) que não comparecer será eliminado do Certame, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.
9.7 - O presente processo seletivo simplificado terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período (6 meses) de acordo com interesse da Administração.

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

FUNÇÃO		PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMS 006/2026	
NOME			
E- MAIL:			
DATA DE NASCIMENTO _____/_____/_____	IDENTIDADE	CPF	SEXO
ENDEREÇO			Nº / COMPLEMENTO
BAIRRO		CEP	CIDADE / UF
TELEFONE (S)	TELEFONE (S)		TELEFONE (S)

Declaro que aceito as condições descritas no Edital N° 006/2026 que rege este processo seletivo, e, se convocado para contratação, que apresentarei todos os documentos comprobatórios dos requisitos pessoais, de escolaridade e profissionais para assinar o contrato.

Leopoldina/MG, 27 de agosto de 2026.

ANEXO II DO EDITAL - CURRICULUM VITAE

NOME:	
FUNÇÃO:	
RG:	CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE/UF:	TELEFONE:
EMAIL:	

Experiência: (informar períodos, empregadores e cargos/funções nos últimos cinco anos na área do cargo pleiteado).

*Tudo que informar aqui precisa de comprovação (cópia de carteira de trabalho/contrato ou certidão de onde trabalhou, no caso de órgão público).

Formação Escolar: (informar instituições de ensino, ano da conclusão, o curso e área de habilitação).

*Tudo que informar aqui precisa de comprovação (cópia de declaração da escola, certificado ou diploma).

Cursos de Qualificação Profissional
*Tudo que informar aqui precisa de comprovação (cópia de declaração, certificado ou diploma).

OBS: *Não será computada experiência profissional em consultório próprio, somente sendo valorado o tempo de serviço junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado. A Comprovação de experiência deverá constar de certidão emitida por órgão público, na qual se inclua o cargo desempenhado, bem como o tempo em que permaneceu no mesmo, ou ainda, no caso de contrato com empresas privadas, apresentar este ou cópia da CTPS, com foto e folhas da parte do contrato e seguintes, para que seja permitido à Comissão, verificar a anotação Formal registrada (correspondente a vínculos de natureza estatutária e/ou trabalhista, devidamente reconhecidos). É necessário que tais informações sejam precedidas de data de entrada e de saída. Experiências em concomitância, ou seja, de dois empregadores diferentes ao mesmo período de tempo, não serão computadas em conjunto, sendo válida apenas àquela relativa a um deles.

Leopoldina, MG, 27 de agosto de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário de Saúde

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Geral-Leopoldina

Publicado por:
Carla Monteiro da Silveira Silva
Código Identificador:DB807CAD

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 201, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia o Comitê Municipal da Política Municipal de Alfabetização responsável por acompanhar e monitorar sua execução e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026 que aprova o Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 4.980 de 05 de agosto de 2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização na rede municipal de Leopoldina;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Comitê responsável pelo acompanhamento e monitoramento da política municipal de alfabetização do município Leopoldina.

Art. 2º Fica constituído o Comitê Municipal encarregado de promover, supervisionar e acompanhar a execução da Política Municipal de Alfabetização.

§1° Os membros do Comitê são do quadro de profissionais da Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, ficando designados para sua composição conforme quadro abaixo:

REPRESENTANTES	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Secretaria Municipal de Educação	Soledade Rezende Pacheco	7547	Professora
Secretaria Municipal de Educação	Nara Moraes Rezende	7213	Professora
Articulador Municipal da Renalfa	Fabiana Gonçalves Barbosa	7461	Professora
Diretor de escola de 1º e 2º ano	Andrea Silveira Lima Fonseca	10979	Diretora
Diretor de escola de 1º e 2º ano	Marilza Aparecida Ferreira Duarte Bella	2733 e 5307	Vice-diretora
Especialista da Educação Básica de 1º e 2º ano	Anna Thereza Patricio Ribeiro Arantes	2075	Especialista da Educação Básica
Especialista da Educação Básica de 1º e 2º ano	Angela Aparecida Do Carmo Dutra Oliveira	8364 e 2175	Especialista da Educação Básica e Professora
Professor da Pré-escola	Alexandra Rodrigues de Almeida Melo	964	Professora
Professor da Pré-escola	Ana Paula Baia Meneguite	2213	Professora
Professor de 1º ano	Graziela Lamin Garcia Pires	1890	Professora
Professor de 1º ano	Laura Da Silva Rocha	5208 e 7455	Professora
Professor de 2º ano	Juliene Ferreira De Oliveira	5217	Professora
Professor de 2º ano	Vanilse de Almeida Azevedo	2217	Professora
Conselho Municipal de Educação	Begma Tavares Barbosa	---	Membro do CME
Conselho Municipal de Educação	Thais LorenzetoPereira Silva		Membro do CME e Professora

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 31 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

LUCIA LOPES HORTA
Secretária Municipal de Educação

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Municipal

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:968D6965

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1185 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL N° 1.185, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO VALOR DE R$115.000,00.

O Povo do Município de Matutina, através de seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município, em favor da Secretaria Municipal de Educação, no valor de R$115.000,00 (cento e quinze mil reais), para cobertura das despesas com aquisição de equipamentos e material permanente e obras de reforma e ampliação de prédios escolares, para adequação à criação de matrículas na Educação Integral em tempo integral na Educação Básica, de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº2 de 19 de junho de 2026 e Resolução nº 23 de 17 de março de 2026, conforme disposto nos artigos 40 a 43 da Lei Nº 4.320/64.

Art. 2º. O valor constante do artigo 1º será incorporado na seguinte dotação orçamentária vigente:

CÓDIGO	ELEMENTO	FONTE	FICHA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR
02.02.02.12.365.1002.2140	44.90.52.00	1.540.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.000,00
02.02.02.12.365.1002.2140	44.90.51.00	1.540.00		OBRAS E INSTALÇOES	45.000,00
Total					**115.000,00**

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado promover as alterações necessárias para compatibilização ao PPA e LDO, nos termos do art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 3º. . Para ocorrer o disposto no artigo anterior fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de **anulação de dotação** na fonte 1.540.000 Transferências do FUNDEB - (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) no valor de R$115.000,00 (cento e quinze mil reais), conforme disposto no inciso III do §1° do artigo nº 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme dotações:

CÓDIGO	ELEMENTO	FONTE	FICHA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR
02.02.02.12.361.1002.2042	44.90.52.00	1.540.00	182	Equipamentos e Material Permanente	R$30.000,00
02.02.02.12.365.1002.2138	33.90.39.00	1.540.00	192	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.000,00
02.02.02.12.365.1002.2140	33.90.39.00	1.540.00	202	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$40.000,00
02.02.02.12.367.1002.2141	31.90.04.00	1.540.00	203	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
02.02.02.12.367.1002.2141	31.90.11.00	1.540.00	204	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	10.000,00
02.02.02.12.367.1002.2141	31.90.13.00	1.540.00	205	Obrigações Patronais	4.000,00
02.02.02.12.367.1002.2141	33.90.32.00	1.540.00	206	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	20.000,00
Total					**R$ 115.000,00**

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Matutina, 28 de agosto de 2026.

GILBERTO ERNANE DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sonia Francisca da Silva
Código Identificador:162AC8F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1922/2026

LEI N.º 1922/2026

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE, MEDIANTE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Considerando, ainda, o disposto no art. 45 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 1.861/2025, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao Orçamento de 2026, até o valor de **R$ 2.602.331,00 (dois milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e trinta e um reais)**, para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 01 01 04 122 0001 2.001 – Manutenção Ativ. do Gabinete do Prefeito

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 35	Serviços de Consultoria		1500	44.100,00

02 02 02 04 122 0001 2.011 – Manutenção Ativ. da Secretaria Municipal de Administração

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 35	Serviços de Consultoria		1500	12.000,00

02 04 03 12 361 0007 2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 04	Contratação por Tempo Determinado		1540	173.000,00
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1540	900.000,00
3190 13	Obrigações Patronais		1540	100.000,00
3390 46	Auxílio-alimentação		1500	130.000,00

02 04 05 12 365 0008 2.027 – Manutenção das Atividades da Escola - Creche.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 04	Contratação por Tempo Determinado		1540	60.000,00
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1540	70.000,00
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	TI	1540	232.000,00
3190 13	Obrigações Patronais		1540	60.000,00
3190 13	Obrigações Patronais	TI	1540	30.000,00

02 05 02 10 301 0022 2.015 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 46	Auxílio-alimentação		1500	125.500,00

02 06 02 15 122 0001 2.007 – Manutenção Ativ. Secretaria de Obras, Estradas e Serviços.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 04	Contratação por Tempo Determinado		1500	60.000,00
3190 13	Obrigações Patronais		1500	30.000,00
3390 46	Auxílio-alimentação		1500	41.500,00

02 06 02 15 512 0011 2.037 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1500	100.000,00
3190 13	Obrigações Patronais		1500	20.000,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	143.050,00
3390 46	Auxílio-alimentação		1500	12.500,00

02 10 01 08 122 0001 2.006 – Manutenção Ativ. Secretaria Municipal de Assist. Social.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 04	Contratação por Tempo Determinado		1500	5.000,00
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1500	139.981,00
3190 13	Obrigações Patronais		1500	32.000,00
3390 46	Auxílio-alimentação		1500	13.700,00

02 12 03 27 122 0012 2.064 – Manut. Secretaria Municipal Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1500	60.000,00
3190 13	Obrigações Patronais		1500	8.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, conforme o disposto no inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 02 02 04 122 0001 1.001 – Construção Reform. Ampliação da Sede Adm. Pública

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	4.000,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	19.000,00

02 02 02 06 181 0017 2.081 – Convênio – Polícia Militar

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1500	20.900,00
3190 13	Obrigações Patronais		1500	6.200,00
3190 94	Indenização e Restituição Trabalhistas		1500	900,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	14.218,00

02 04 02 12 365 0008 2.033 – Manutenção das Atividades da Educação Pré Escolar.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 04	Contratação por Tempo Determinado		1540	500.000,00
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1540	1.000.000,00
3190 13	Obrigações Patronais		1540	255.000,00

02 04 02 12 365 0008 2.086 – Manutenção da Merenda Escolar.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	19.278,00

02 04 03 12 361 0007 2.028 – Manutenção da Merenda Escolar.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	16.285,00

02 04 05 12 365 0008 2.035 – Manutenção da Merenda Escolar.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	21.050,00

02 05 02 10 301 0006 1.003 – Construção Reform. Ampl. Aquis. UBS de Saúde.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	9.900,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	4.900,00
4490 51	Obras e Instalações		1500	4.900,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1500	4.900,00

02 05 02 10 301 0006 1.027 – Construção e Aquisição de Academias.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	9.900,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	4.900,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1500	5.100,00

02 05 02 10 301 0006 2.023 – Manutenção das Atividades do PSF.

CONTA		CO	DR	VALOR
3190 11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		1500	310.600,00
3190 13	Obrigações Patronais		1500	50.000,00
3390 30	Material de Consumo		1500	29.000,00
3390 34	Outras Despesas de Pessoal Decorrente Contrato Terceirização		1500	15.000,00

02 06 02 15 451 0011 1.011 – Abert. Alarg. Pavim. Recup. E Sinaliz. de Vias Urbanas.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	10.000,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	20.900,00
4490 51	Obras e Instalações		1500	4.900,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1500	4.900,00

02 06 02 15 451 0011 1.019 – Construção, Refor. Ampliação de Praças.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	5.000,00
4490 51	Obras e Instalações		1500	32.000,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1500	20.000,00

02 06 02 25 752 0011 2.041 – Manutenção da Iluminação Pública.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	5.900,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	49.000,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1500	6.800,00

02 06 02 26 606 0025 2.084 – Manutenção e Conservação das Estradas Rurais.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	57.000,00

3390 36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		1500	13.000,00
4490 51	Obras e Instalações		1500	19.000,00

02 09 01 20 606 0016 1.020– Construção e Aquis. p/ Desenv. das Ativ. Produtivas.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1500	9.900,00
3390 32	Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita		1500	4.900,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1500	6.200,00
4490 51	Obras e Instalações		1500	5.000,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1500	2.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 13 de julho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:E57D701B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1923/2026

LEI N.º 1923/2026

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Considerando ainda o disposto no art. 45 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1.861/25, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026 até o no valor de R$ 1.883.424,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte quatro reais) para reforço das seguintes dotações:

02 04 02 12 365 0008 2.033 – Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.

CONTA		CO	DR	VALOR
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1571	200.000,00

02 05 01 10 122 0001 2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTA		CO	DR	VALOR
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1621	92.581,00

02 05 02 10 302 0022 2.083 – MAC – Média e Alta Complexidade.

CONTA		CO	DR	VALOR
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1621	372.843,00

02 06 02 15 452 0011 2.038 – Manutenção do Cemitério.

CONTA		CO	DR	VALOR
4490 51	Obras e Instalações		1710	500.000,00

02 06 02 15 451 0011 1.011 – Abertura, Alargamento, Pavimentação, Recuperação e Sinalização de Vias Urbanas.

CONTA		CO	DR	VALOR
4490 51	Obras e Instalações		1706	398.000,00

02 10 02 08 244 0004 2.055 – Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 30	Material de Consumo		1660	50.000,00
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1660	140,000,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1660	130.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação de convênios, emendas parlamentares e recursos oriundos de resolução específica, não previstos originalmente no orçamento.

Art. 3º - A aplicação dos recursos observará a legislação vigente, especialmente as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 13 de julho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:B2B20281

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1924/2026

LEI N.º 1924/2026

"ALTERA PPA – PLANO PLURIANUAL, LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE MOEMA/MG E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual, Lei Municipal nº 1.890/2025 – Plano Plurianual 2026-2029; na Lei nº 1.861/2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei nº 1.891/2025 – Lei Orçamentária Anual vigentes, a Ação com as respectivas despesas das a seguir como também abertura do crédito especial no valor discriminado:

ORGÃO	02	Prefeitura Municipal de Moema		
UNIDADE	10	Secretaria Municipal de Assistência Social		
SUB UNIDADE	02	Fundo Municipal de Assistência Social		
FUNÇÃO	08	Assistência Social		
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária		
PROGRAM	0004	Proteção Social Básica		
AÇÃO	2.093	Repasses a Instituições Assistenciais		
CONTA	**NOMECLATURA**	**CO**	**DR**	**VALOR**
3350 43	Subvenção Social		1706	210.000,00

Art. 2º - Para fins, de que trata o artigo anterior, para viabilizar o repasse financeiro, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente o crédito adicional especial no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) mediante as especificações citadas no mesmo.

Art. 3º - Os recursos necessários para cobertura dos créditos citados no artigo anterior, fica indicado os provenientes do excesso de arrecadação da emenda parlamentar nº. 2026/37340007 nos termos do art. 43 da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 13 de julho de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:783C2E8E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 -TRAJETÓRIAS CULTURAIS

RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Paula Cândido MG, no dia 21 de agosto de 2026, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO** do seguinte edital:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 -TRAJETÓRIAS CULTURAIS
PREMIAÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Categoria	**Total de vagas**	**Valor do prêmio**	**Valor total**
Trajetórias Culturais Individuais	20	R$ 1.000,00	R$ 20.000,00
Trajetórias Culturais de Grupos ou Coletivos	15	R$ 3.700,00	R$ 55.500.,00

Trajetórias Culturais Individuais

Proponente	Inscrição	Cota	Nota	Situação
Nilza Antonia Dos Reis	P-25		44	CLASSIFICADO
Patrícia do Carmo Miguel Silva	P-27		44	CLASSIFICADO
Glaucia Lilian da Silva	P-11		43	CLASSIFICADO
Liliane Laine dos Santos Silva	P-17		43	CLASSIFICADO
GRACIETE DO NASCIMENTO	P-12		42	CLASSIFICADO
Carla Aparecida Sabino Silva	P-01		41	CLASSIFICADO

Emerson Henrique da Silva	P-07		40	CLASSIFICADO
Ilidia de Oliveira Brígida	P-13		40	CLASSIFICADO
Rita de Cássia Ferreira Pereira	P-35		40	CLASSIFICADO
Carlos Eduardo Brígida	P-02		39	CLASSIFICADO
Regina Maria Pereira	P-29		39	CLASSIFICADO
Claudio Fotina de Oliveira	P-03		38	CLASSIFICADO
DIANA APARECIDA CUNHA BARBOSA	P-04		38	CLASSIFICADO
Isadora Cristina dos Reis Tomé	P-14		38	CLASSIFICADO
Neuza Toledo Teixeira	P-15		37	CLASSIFICADO
Zélia Maria Ferreira Santos	P-38		37	CLASSIFICADO
Luana de Paula Cardoso Barroso	P-19		37	SUPLENTE
Marceli Pereira Mongardi de Oliveira	P-22		37	SUPLENTE
Diego dos Santos Pacheco	P-05	PESSOA NEGRA	37	CLASSIFICADO
Gabriel Carlos Celestino	P-10	PESSOA NEGRA	37	CLASSIFICADO
Márcio Roberto lisboa	P-23	PESSOA NEGRA	37	CLASSIFICADO
Oswaldo Alves da Silva	P-26	PESSOA NEGRA	37	CLASSIFICADO
Renato Marcelino de Castro	P-30	PESSOA NEGRA	37	CLASSIFICADO
Terezinha Aparecida de Queiroz	P-33	PESSOA NEGRA	37	CLASSIFICADO
Fabiana Cabral Matias de Oliveira	P-08		36	SUPLENTE
Simone do Rosario de Oliveira Silva	P-32		36	SUPLENTE
Elenice Maria Ferreira Cardoso	P-06		35	SUPLENTE
FABIO VIEIRA DE CARVALHO	P-39		35	SUPLENTE
MARIA JOSÉ VALENTE TEIXEIRA	P-24		33	SUPLENTE
Luis Carlos Pereira Barroso	P-21		32	SUPLENTE
Lais Vitória Ferreira de Souza	P-18		30	SUPLENTE
Lucas Gabriel Albano de Freitas	P-20		30	SUPLENTE
Fernando de Oliveira A. Luiz	P-09			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Documento contendo nº de CPF)
Junior Carlos Ferreira	P-16			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Documento contendo nº de CPF)
Paulo Robson de Oliveira	P-28			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória(Ausência de comprovação de atuação cultural)
Rosinalva dos Anjos	P-31			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Ausência de comprovação de atuação cultural)
Yan Junio de Freitas e Castro	P-37			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de residência inválido)

Trajetórias Culturais de Grupos ou Coletivos

Proponente	Inscrição	Cota	Nota	Situação
Quilombo Chácara	PC-18		44	CLASSIFICADO
Quilombo Córrego do Meio	PC-19		44	CLASSIFICADO
Quilombo Fonseca	PC-20		44	CLASSIFICADO
BANDA DE CONGO JOSÉ LÚCIO ROCHA	PC-02		43	CLASSIFICADO
Guerreiros da Paz e Liberdade	PC-05		43	CLASSIFICADO
Corporação Musical Monsenhor Lisboa	PC-07		40	CLASSIFICADO
Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido	PC-10		40	CLASSIFICADO
Feira Gastronômica e Cultural Sabores de Nossa Terra	PC-11		38	CLASSIFICADO
FESTA DO ROSÁRIO DE PAULA CÂNDIDO	PC-15		38	CLASSIFICADO
FESTA DO ROSÁRIO DE AIRÕES	PC-14		36	CLASSIFICADO
Coral Infantil São Filipe Neri	PC-06		35	CLASSIFICADO
Ela Escreve a Própria História	PC-09		34	CLASSIFICADO
FESTA DO ROSÁRIO DOS BARROS	PC-12		32	CLASSIFICADO
FESTA DO ROSÁRIO DA CHÁCARA	PC-13		32	CLASSIFICADO
AMAPAC - Associação Municipal dos Artesãos de Paula Cândido	PC-01			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Declaração de representação de grupo e coletivo)
Cavalgada Meninas do Dilo	PC-03			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Declaração de representação de grupo e coletivo não assinada por integrantes do coletivo)
Clube das Amazonas de Paula Cândido/MG	PC-04			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Declaração de representação de grupo e coletivo não assinada por integrantes do coletivo)
Da Favela Para o Mundo	PC-08			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Portfólio não comprova atuação em Paula Cândido e comprovante de residência inválido)
PAPO VIOLA E SAUDADE	´PC -16			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Documento de identificação do responsável pela inscrição)
PROJETO LOTUS	PC -17			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Ausência de comprovação de atuação cultural)

O prazo de três dias úteis para envio do recurso inicia a partir da publicação deste resultado e será feito exclusivamente por meio do e-mail pnabpaulacandido@gmail.com
Poderá ser solicitado o espelho da nota por meio do e-mail pnabpaulacandido@gmail.com
Foram classificadas duas Trajetórias Culturais Individuais a mais com o saldo de rendimento dos recursos da PNAB.
Havendo disponibilidade orçamentária proponentes suplentes poderão ser convocados.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:6ED3A132

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITIVO DE ENDOSO E INCLUSÃO DE VEICULOS NOVOS AO CONTRATO N073/2024

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 073/2024.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS.**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**
CNPJ:	**61.198.164/0001-60**
OBJETO:	**CONFORME ENDOSSO DE INCLUSÃO DE NOVOS VEÍCULOS E MAQUINAS TENDO A PROPOSTAS Nº: 245539233 ONIBUS VEÍCULO: IVECO/FIAT - DAILY MINIBUS 10-190 4 X 2 * ANO/MODELO: 2026/2027 0KM: QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 44 COMBUSTÍVEL: DIESEL – VALOR R$ 2.050,94 DOIS MIL E CINQUENTA REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS, FICA ACRESIDO O VALOR TOTAL DE R$ 2.050,94 (DOIS MIL E CINQUENTA REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS) AO VALOR TOTAL DO CONTRATO.**
PROCESSO Nº:	**051/2024**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024.**
TERMO ADITIVO:	**003**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**073/2024**
DATA DA ASSINATURA:	**31/08/2026**

Publicado por:
Leandro Carlos Rodrigues
Código Identificador:C71152B7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DO RAMAL DE FINALIZAÇÃO DA REDE E A CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA DAS ÁGUAS PLUVIAIS ORIGINÁRIAS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG, COM O FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE PROJETO BÁSICO E NO EDITAL E DE SEUS ANEXOS.
O Prefeito do Município de Pedrinópolis - MG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica **nº 011/2026** e considerando a legitimidade do procedimento licitatório.

RESOLVE:
A autoridade competente, declara **homologado** o objeto da presente licitação a proponente: **PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACÃO LTDA- 24.687.803/0001-24,** no seguinte termo:

FORNECEDOR: PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACÃO LTDA- 24.687.803/0001-24					
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serv.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DO RAMAL DE FINALIZAÇÃO DA REDE E A CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA DAS ÁGUAS PLUVIAIS ORIGINÁRIAS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG, COM O FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE PROJETO BÁSICO E NO EDITAL E DE SEUS ANEXOS.	R$204.500,00	R$204.500,00
R$ 204.500,00 (Duzentos e Quatro Mil, e Quinhentos Reais)					

Com este ato fica convocado o proponente vencedor para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei n.º 14.133/21, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do art. 90 desta Lei.

Pedrinópolis-MG, 27 de Agosto de 2026.

DR. RAFAEL FERREIRA SILVA
Prefeito de Pedrinópolis

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:4EC92B9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

SECRETARIA DE GOVERNO
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA 1 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2026

Resultado Preliminar da etapa 1 - Edital de Processo Seletivo Simplificado 03/2026

Nº Inscrição	**Nome Completo**	**Total Etapa 1**	**Classificação para Entrevista**
29	ADELIANE SOARES NEVES	8	Desclassificado/a
66	ADRIANA FERREIRA DA COSTA	25	Classificado/a
5	ALINE DA CONCEIÇÃO MAGALHÃES FRANCA	25	Classificado/a

41	ANA ALINE DA PAIXÃO	25	Classificado/a
51	ANA MARIA RIBEIRO MUNIZ	0	Desclassificado/a
42	ANALVINA RODRIGUES MAGALHAES CARDOSO	37	Classificado/a
19	ANGELICA DE SOUSA OLIVEIRA	0	Desclassificado/a
65	ANTONIA MENDES DE ALMEIDA	-	Eliminado por falta de documento
33	BARTIRIA ANDRADE FERREIRA CANDIDO	25	Classificado/a
55	BIANCA BEATRIZ DA SILVA	0	Desclassificado/a
30	CLAITON BOTELHO DA SILVA	50	Classificado/a
4	CLAUDIA DA CONCEIÇÃO REIS	0	Desclassificado/a
7	CLAUDIA REGINA RODRIGUES DE SOUZA	31	Classificado/a
12	CRISTIANE RENATA BRANDAO NASCIMENTO	25	Classificado/a
35	CRISTINA APARECIDA MUNIZ NASCIMENTO	41	Classificado/a
2	DANIELLE DA SILVA CUNHA	10	Desclassificado/a
36	DEBORA FERREIRA DE QUEIROZ	3	Desclassificado/a
22	DORCELINA GARCIA DE ARAUJO	7	Desclassificado/a
34	DULCINEIA ORNELAS CORDEIRO	25	Classificado/a
57	EDIVANIA RAMOS DA SILVA PERES	25	Classificado/a
11	EDNALVA FERREIRA DE OLIVEIRA LATALISA DOS SANTOS	25	Classificado/a
28	ELIENE FERREIRA FONSECA	-	Eliminado por falta de documento
50	EMILIA LEITE GONCALVES	25	Classificado/a
38	ERIKLES NOGUEIRA DOS SANTOS	25	Classificado/a
59	FABIANA APARECIDA BRAGA DE BRITO	5	Desclassificado/a
16	FABIANA ARAUJO RAMOS	25	Classificado/a
64	FABIANA TACIANO ABE	0	Desclassificado/a
56	FABIOLA INACIA MENDES SOUZA	25	Classificado/a
24	GREICE RAMOS DOS SANTOS	25	Classificado/a
46	INGRID CRISTINA LACERDA COSTA	2	Desclassificado/a
49	INGRIDY MAYARA RODRIGUES DAS CHAGAS	0	Desclassificado/a
58	ISABEL PEREIRA DOS SANTOS	25	Classificado/a
47	JANAINA LEITE DE ALMEIDA	0	Desclassificado/a
15	JANAINA SOARES DA ROCHA	6	Desclassificado/a
53	JOAO GUILHERME SOARES ANDRADE	0	Desclassificado/a
3	JOSE JULIO PEREIRA NETO	25	Classificado/a
6	JUNILDSON MAIZESTE RAFAEL SANTOS DE AQUINO	25	Classificado/a
60	KAMILA HORRRANY OLIVEIRA ALVES	0	Desclassificado/a
45	KAROLINE DE MOURA	0	Desclassificado/a
39	LAYNA DE BRITO RORIZ	0	Desclassificado/a
20	LIDIANE ALVES EVANGELISTA	4	Desclassificado/a
25	LILIANE DAMACENA NASCIMENTO ROCHA	25	Classificado/a
62	LUANA CRISTINA SANTOS	0	Desclassificado/a
13	LUCAS PAULO OLIVEIRA ALMEIDA	7	Desclassificado/a
10	MARCIA EDUARDA SANTOS MESQUITA	0	Desclassificado/a
37	MARIA APARECIDA SANTOS SOARES	25	Classificado/a
52	MARIA DO ROSARIO RODRIGUES LEITE	25	Classificado/a
44	MARIA GERALDA ANTUNES DE OLIVEIRA	0	Desclassificado/a
67	MARIANA TRONDI DE MORAES BUENO DE ANGELIS	25	Classificado/a
27	MARISA SANTOS	0	Desclassificado/a
23	MARLENE ALVES DE OLIVEIRA DUARTE	25	Classificado/a
1	ODILEIA SOARES SOUZA SANTOS	0	Desclassificado/a
14	PALOMA LOUZADA DOS SANTOS	25	Classificado/a
63	RAFAEL OLIVEIRA DE CAMPOS	4	Desclassificado/a
9	RAFAELA MORGANA MOURA LIMA DE JESUS	25	Classificado/a
26	ROSANA ALVES DE CARVALHO	25	Classificado/a
61	ROSIMEIRE DE ALMEIDA LOPES DA COSTA	0	Desclassificado/a
32	SAMIRA CONÇALVES DE OLIVEIRA CAMPOS	25	Classificado/a
31	SAMIRA LOPES DA CONCEIÇÃO	29	Classificado/a
40	SIRLENE REGINALDA DA SILVA	25	Classificado/a
21	STEFANE LORRANE FAGUNDES BARCELOS	4	Desclassificado/a
48	STEPHANIE AGAPITO DE QUEIROZ	0	Desclassificado/a
54	TAIRINE RAIANE AFONSO	4	Desclassificado/a
43	THAIS PAULINE DE CARVALHO	31	Classificado/a
8	VALMIR BATISTA FREIRE	7	Desclassificado/a
17	VANIA GOUVEIA LIRIO	8	Desclassificado/a
18	WELDERLAINE PEREIRA DA ROCHA	25	Classificado/a

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:3D5EBC5A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 28, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Atualiza lista de servidores denominados “Conferentes”, responsáveis pela conferência dos processos de pagamento, na via física e digital, conforme Instrução Normativa CGM nº 01/2025.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6°, inciso VIII da Lei Ordinária nº 5.881/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar a lista de servidores designados como “Conferentes”, responsáveis pela conferência dos processos de pagamento, na via física e digital, em suas respectivas Unidades, conforme instituído pela Instrução Normativa CGM nº 01/2025.

Art. 2º A lista de conferentes de processos de pagamento passa a ter a seguinte composição:

Secretaria/Superintendência	Nome	Matrícula
Chefia de Gabinete	1) Cristiane Alves de Almeida 2) Leda Maria Pereira Miguel	1) 23282 2) 23385
Controladoria Geral do Município	1) Claudinei Antônio da Silva 2) Alexandre José Lopes	1)13754 2)13068
Procuradoria-Geral do Município	1) Jéssica Suellen Narciso 2) Débora Magalhães 3) Gabriele de Brito Oliveira	1)23416 2)23576 3)20186
Secretaria Municipal de Saúde	1) Josymara Alves Vilela 2) Cristiane Aparecida da Silva 3) Iris Caroline Cruz de Oliveira Silva 4) Pricila dos Santos Tobias 5) Miriã dos Reis Lima da Silva 6) Letícia Barbosa da Silva	1) 16193 2) 23638 3) 24337 4) 24537 5) 23451 6) 23361
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1) Ana Beatriz Vilela 2) Mariana Gessi Camargo 3) Kelly Cristina Silva de Rezende 4) Carlos Henrique Rosa	1) 22711 2) 22603 3)13110 4)19313
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1) Camila Carvalho Mendonça 2) Suellen do Couto Machado	1) 23073 2) 17421
Secretaria Municipal de Finanças	1) Fernanda de Jesus de A. Faria 2) Edmara Domingues Beraldo	1) 6275 2) 23789
Secretaria Municipal de Comunicação Social, Lazer e Turismo	1) Bruna Shayane Iwata Pereira Bonafé 2) Paulo Henrique Peixoto Joanni 3) Lívia Assis Joanni	1) 23367 2) 23786 3) 25153
Secretaria Municipal de Educação	1) Andressa Openheimer Ribeiro 2) Lucilene Garcia Fernandes 3) João Batista Machado	1) 22344 2) 17558 3) 12449
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	1) Maria Rita Junho Giovanini 2) Ana Paula do Nascimento S. Couto 3) Ludmilla Thais Cabral Silva	1) 22209 2) 8725 3) 24929
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos	1) Rosangela Aparecida Berti da Silva 2) Isadora Caroline da Mata 3) Patrícia Andrea Dias 4) Raiana Lídia Silva Sena 5) Alessandra Cristina Garcia	1) 13780 2) 22928 3) 23058 4) 23431 5)8863
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente	1) David Eriberto de Souza 2) Ludmila Laudares	1) 15995 2) 24521
Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes	1) Rosemere Aparecida Fortes Bessa da Silva 2) Vitória Malvinni da Silva Ferreira	1)16661 2) 24750
Secretaria Municipal de Políticas Sociais	1) Alexandre Marciano de Paula 2) Cláudia Maria Guerzoni Filho 3) Cláudia Mendes da Silva 4) Érika dos Santos Pereira Ferreira 5) Heitor Novais Pereira 6) Priscila Alves Rosa Ramos 7) Luciana de Souza Merlo 8) Paulina Araújo da Silva	1) 24172 2) 16300 3) 6336 4) 17871 5) 24230 6) 12935 7)19235 8)16181
Secretaria Municipal de Administração	1) Luciana Euvira Toledo M. Ribeiro 2) Túlio Justiniano de Almeida	1) 25004 2)24160
Secretaria Municipal de Cultura	1) Zuleima Kallás Andare Basic 2) Milaine Ferreira de Souza	1) 19600 2) 23522
Secretaria Municipal de Esportes	1) Michael Ricieri da Silva Soares 2) Sissi Kallas Ribeiro	1) 24134 2) 24081
Secretaria Municipal de Segurança Pública	1) Maria Eduarda Silveira Moreira 2) Lívia Carvalho Mendes Fernandes	1) 24749 2) 24516
Secretaria de Licitações e Contratações Públicas	1) Júlio Cassio de Oliveira	1)17431
Superintendência de Proteção e Cuidado Animal	1) Tatiane Cristina Moreira da Silva 2) Rayssa Cristina Lopes Alvarenga	1) 24163 2) 23700

Art. 3º É responsabilidade do (a) conferente nomeado (a) verificar a conformidade dos processos de pagamento, na via física e digital, no que concerne à:

I) Documentação e sua ordem física, conforme art.11 da IN CGM 01/2025;
II) Assinaturas, conforme requeridas em todos os documentos;
III) Atesto em notas fiscais, planilhas de medição ou demais documentos de controle, conforme requerido;
IV) Datas e prazos de validade, em especial de atas ou contratos e CND’s, que devem estar vigentes até a data do pagamento;
V) Conferir o histórico do objeto na ordem de compra, empenho, liquidação e capa do processo.

Parágrafo único. No caso de inconformidades nos processos analisados, além das demais disposições no art. 12 da IN 01/2025, o conferente dará ciência ao servidor responsável pelo trâmite para os ajustes devidos, inclusive no processo digital, se for o caso.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria n° 19/2026 e as anteriores, que tratam da atualização da lista de Conferentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, respeitadas as datas de designação solicitadas por cada Unidade.

Pouso Alegre, 31 de agosto de 2026.

HAMILTON FERNANDES DE MAGALHÃES
Controlador-Geral do Município

Publicado por:
Thays Dos Santos Costa
Código Identificador:08DF45D7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026.

OBJETO – Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de equipamentos escolares destinados ao atendimento de alunos da rede municipal de ensino nos termos do Convênio de Saída Nº 1261004039/2026/SEE em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Queluzito - MG.
Após averiguar o resultado do Pregão Eletrônico **nº 11/2026** referente ao Processo de Licitação **nº 55/2026**, a autoridade competente, Sr. DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, **ADJUDICA** aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR VENCEDOR	MARCA	PREÇO UNITÁRIO
1	Armário de escritório 2 portas cinza 160 cm	Reginaldo Raimundo Morais	Amapá	R$ 640,00
2	Armário multiuso armário em mdf com acabamento	Otux Comercial Ltda	JLG Planejados	R$ 2.400,00
3	Armários de aço multiuso organizador	Otux Comercial Ltda	Amapa	R$ 644,00
4	Armários roupeiro de aço 16 portas organizado	Otux Comercial Ltda	Amapa	R$ 1.305,00
5	Balanço ninho com suporte	ECM Comercial E Serviços	Acesse	R$ 3.299,00
6	Balcão armário de cozinha 2 portas 3 gavetas	Otux Comercial Ltda	JLG Planejados	R$ 756,00
7	Balcão de escritório - armário escritório	Otux Comercial Ltda	JLG Planejados	R$ 2.000,00
8	Bebedouro 50 litros coluna inox, industrial	Otux Comercial Ltda	Knox	R$ 2.000,00
9	Cadeira longarina 3 lugares cromado prata	Otux Comercial Ltda	Velve	R$ 1.193,00
10	Cadeiras de escritório ultra móveis corporativo	Maria Aparecida Rosa Da Silva Santos	Claudio	R$ 325,00
11	Caixa de som amplificada, conexões bluetooth	Globalbid Comercio E Servicos Ltda	Vivensis	R$ 1.860,00
12	Caixa de som bluetooth bivolt	Bruno Do Carmo Ferreira	Pro Bass	R$ 874,99
13	Climatizador de ar industrial. 210 w	Otux Comercial Ltda	Britania	R$ 1.644,00
14	Coluna d'água com base estofada + espelho duplo + cubo interativo	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 14.990,00
15	Conjunto mesa mdf 15mm redonda cinza c/ 6 cadeiras	Zirico Moveis Ltda	Fabricação Propria	R$ 1.043,00
16	Cortina articulada de fibras óticas	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 9.800,00
17	Fibras óticas + pufe sensorial	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 5.200,00
18	Fogão 2 bocas portátil industrial	Maria Aparecida Rosa Da Silva Santos	Metalfour	R$ 490,00
19	Geladeira frost free duplex 375 litros	Maria Aparecida Rosa Da Silva Santos	Consul Crm44mb	R$ 3.600,00
20	Impressora multifuncional tanque de tinta	Otux Comercial Ltda	Epson L3250	R$ 1.250,00
21	Kit de recursos sensoriais	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 6.500,00
22	Kit musical snoezelen ocean drum + pau de chuva	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 500,00
23	Liquidificador industrial inox	Otux Comercial Ltda	Evitra	R$ 517,00
24	Mesa cadeira escolar conjunto infanto juvenil	Zirico Moveis Ltda	Cja-06-A	R$ 429,00
25	Mesa de escritório escrivaninha com 2 gavetas	Zirico Moveis Ltda	Mesa Ret	R$ 329,00
26	Mesa de texturas mesa sensorial	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 2.010,00
27	Mesa compacta de madeira - jogo mesa jantar	Otux Comercial Ltda	Madeira Real	R$ 1.940,00
28	Micro-ondas 33l 127v, 1400w de potência	Otux Comercial Ltda	Mondial	R$ 670,00
29	Notebook inspiron 15. 13ª geração intel core	Reginaldo Raimundo Morais	Lenovo	R$ 4.600,00
30	Painel de recursos táteis painel sensorial	ECM Comercial E Serviços	Ludico	R$ 2.785,00
31	Painel infinito com 4 botões interativos	ECM Comercial E Serviços	Import	R$ 13.500,00
32	Piscina de bolinhas led	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 11.690,00
33	Poltrona com esteira massageadora	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 4.050,00
34	Projetor aurora	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 1.740,00
35	Projetor hd multimidia. Projetor portátil	Bruno Do Carmo Ferreira	Knup	R$ 1.222,22
36	Projetor rotativo oceano	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 1.940,00
37	Puff de posicionamento	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 2.100,00
38	Purificador eletrônico compacto efficient painel digital	Maria Aparecida Rosa Da Silva Santos	Colormaq	R$ 720,00
39	Sistema de som dispositivo eletrônico com assistente virtual	Globalbid Comercio E Servicos Ltda	Amazon	R$ 1.180,00
40	Smart tv 40 led roku tv dolby audio ptv40m9g	Otux Comercial Ltda	AOC	R$ 1.550,00
41	Smart tv 65" 4k uhd 65pug7019/78 google tv	Maria Aparecida Rosa Da Silva Santos	HQ	R$ 4.000,00
42	Sofá 2 lugares em tecido liso	Maria Aparecida Rosa Da Silva Santos	La Estofados	R$ 1.060,00
43	Tapete de fibras óticas 200 x 100 cm	ECM Comercial E Serviços	Adapt	R$ 8.000,00
44	Tubo de bolhas portátil + suporte de fixação	Sensoryland Serviços E Comercio Multissensorial Ltda	Marca Própria	R$ 1.550,00
45	Painel sensações e texturas	ECM Comercial E Serviços	Imaginar	R$ 2.290,00

Queluzito-MG, 31 de Agosto de 2026

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
CPF: 439.862.006-06
Autoridade Competente

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:CAF0860D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
APREENSÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE

ANIMAIS EM ESTADO DE SOLTURA APREENDIDOS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

OBSERVANDO O DISPOSTO PELA LEI MUNICIPAL Nº3.734 DE 2016 E EM SEU REGULAMENTO INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 181 DE 2019, A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES TORNA PÚBLICA A APREENSÃO, EM ESTADO DE SOLTURA EM VIAS E ÁREAS PÚBLICA, DOS SEGUINTES ANIMAIS DOMÉSTICOS:

ANIMAL	ESPÉCIME DENOMINAÇÃO POPULAÇÃO	RAÇA	SEXO	DATA DE APREENSÃO	DESCRIÇÃO	B.O	LOCAL DE APREENSÃO
01	Equídeo	SRD	M	05/08/2026	Pelagem Baio	072/2026	. Estrada de Areias, prox. parq. Jardim, Justinópolis.
02	Equídeo	SRD	M	05/08/2026	Pelagem Alazão	073/2026	. Estrada de Areias, prox. parq. Jardim, Justinópolis.
03	Equídeo	SRD	M	05/08/2026	Pelagem Pampa	074/2026	. Estrada de Areias, prox. parq. Jardim, Justinópolis.
04	Equídeo	SRD	F	05/08/2026	Pelagem Pampa	075/2026	. Estrada de Areias, prox. parq. Jardim, Justinópolis.
05	Equídeo	SRD	F	07/08/2026	Pelagem Branca.	076/2026	Libério Augusto Guimarães, Varzea Alegre.
06	Equídeo	SRD	M	07/08/2026	Pelagem Castanho.	077/2026	Libério Augusto Guimarães, Varzea Alegre.
07	Equídeo	SRD	M	07/08/2026	Pelagem Pedrez.	077/2026	Libério Augusto Guimarães, Varzea Alegre.
08	Equídeo	SRD	M	21/08/2026	Pelagem Branco.	082/2026	Rua15, San Marino.
09	Equídeo	SRD	F	17/08/2026	Pelagem Tordilho.	083/2026	Av. Ouro Branco, 93, Francisca Adriangela.
10	Equídeo	SRD	F	17/08/2026	Pelagem Tordilho.	084/2026	Rua Ambrosina Geraldina da Costa, n°45, Porto Seguro.
11	Equídeo	SRD	F	17/08/2026	Pelagem Tordilho.	085/2026	Libério Augusto Guimarães, n°892, Savassi.

PORTANTO, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° E 4° DA LEI MUNICIPAL 3.734 DE 2016, FICAM OS PROPRIETÁRIOS DOS ANIMAIS APREENDIDOS, MENCIONADOS NESTA PUBLICAÇÃO CONVOCADOS A COMPARECER NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE PARA RETIRÁ LOS.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:4A2CE4A9

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 183/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –183/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

0093ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
GZE3D56	28/08/2026	21/02/2025	RJ-3353/2025	AG08840039	DEFERIDO
QPK0058	28/08/2026	16/01/2025	RJ-3388/2025	R100168431	INDEFERIDO
QON7515	28/08/2026	08/01/2025	RJ-3387/2025	R100167063	INDEFERIDO
HJI9F13	28/08/2026	31/12/2024	RJ-3377/2025	R100165153	INDEFERIDO
EQU4D85	28/08/2026	17/01/2025	RJ-3376/2025	R100168558	INDEFERIDO
QNV7H66	28/08/2026	19/01/2025	RJ-3373/2025	R100168978	INDEFERIDO
HJI9F13	28/08/2026	25/12/2024	RJ-3372/2025	R100163581	INDEFERIDO
PYI0033	28/08/2026	21/01/2025	RJ-3362/2025	R100169542	INDEFERIDO
TDQ4E39	28/08/2026	09/02/2025	RJ-3355/2025	R100173748	INDEFERIDO
SYX3A28	28/08/2026	13/02/2025	RJ-3354/2025	R100174594	INDEFERIDO
TCV3F13	28/08/2026	05/02/2025	RJ-3336/2025	R100172725	INDEFERIDO
GZE3D56	28/08/2026	23/02/2025	RJ-3352/2025	AG08833440	INDEFERIDO
QPT0C71	28/08/2026	05/01/2025	RJ-3351/2025	R100166395	INDEFERIDO
GZE3D56	28/08/2026	05/03/2025	RJ-3346/2025	AG08837226	DEFERIDO
GXW6G73	28/08/2026	26/01/2025	RJ-3345/2025	AG08838298	INDEFERIDO
TCS4D48	28/08/2026	02/01/2025	RJ-3344/2025	R100165763	INDEFERIDO
ERV8F13	28/08/2026	18/01/2025	RJ-3343/2025	R100168808	INDEFERIDO
ERV8F13	28/08/2026	17/01/2025	RJ-3342/2025	R100168636	INDEFERIDO
GXW6G73	28/08/2026	24/01/2025	RJ-3341/2025	AG08838299	INDEFERIDO
ERV8F13	28/08/2026	21/01/2025	RJ-3340/2025	R100169208	INDEFERIDO

Total de Registros: 20

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:130B51EF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026 CONTRATO Nº 055/2026

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026
CONTRATO Nº 055/2026

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de certificação de mérito e desempenho de gestores escolares de candidatos ao cargo de diretor escolar da rede municipal de ensino de rodeiro-mg, em consonância com a lei complementar municipal n° 63/2022.

Vigência: 31/08/2026 a 31/12/2026
Data de Assinatura: 31/08/2026

Dotação Orçamentária:
02.0005.0000. 12.361.025.2125.33903900

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL	CONECTE-SE BRASIL CONSULTORIA EM EDUCACAO E TREINA CNPJ/CPF 52.188.110/0001-22					TOTAL	10.735,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	412541	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CERTIFICAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO DE GESTORES ESCOLARES DE CANDIDATOS AO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RODEIRO-MG, EM CONSONÂNCIA COM A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 63/2022.	1,00	SERVIÇO		10.735,0000	10.735,00

PARTES – PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIRO E Jose Fernandes dos Santos - **CONECTE-SE BRASIL CONSULTORIA EM EDUCACAO E TREINAMENTO LTDA**.

Valor total: $ 10.735,00 (dez mil setecentos e trinta e cinco reais).

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:9F49BD79

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO
RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 04/2026 – SMDESI - PROGRAMA CONNECTA SANTA BÁRBARA

Programa Connecta Santa Bárbara · Resultado da classificação		
Posição	**Nome**	**Situação**
1	Diego de Oliveira Francisco	Convocado
2	Aline Alves de Carvalho	Convocado
3	Erik Arlindo Arantes	Convocado
4	Andrey Ramos Santos Borges	Convocado
5	César Rodrigues da Rocha	Convocado
6	Luciano Gomes Pavan Gonçalves	Convocado
7	Lucas Aquila dos Santos	Convocado
8	Samuel Pereira Porto	Convocado
9	Lorena Mara Silva Benedito	Convocado
10	Marcos vinicios de Souza	Convocado
11	Marianna Celino de Carvalho	Convocado
12	Vinicius Lima Cruz	Convocado
13	Leonardo Delfino Braga	Convocado
14	Leticia Mylena Fonseca Veloso	Convocado
15	Marcos Lopes de Oliveira	Convocado
16	Otávio Colela Borges	Convocado
17	Vitor Hugo freitas de Assis	Convocado
18	Gustavo Hudson Dias Carioca	Convocado
19	João Batista Ferreira	Convocado
20	João Lucas Prados Gabriel	Convocado
21	Júlio César de Brito	Convocado
22	Rodrigo César Nazário	Convocado
23	Róger Chrystian dos Santos Aguiar	Convocado
24	Thaylorrany Nathyele Valentino	Convocado
25	Ana Allice Silva da Cruz	Convocado
26	Derllyson Breno de Ramos dos Santos	Convocado
27	Isabella zeferino rodrigues	Convocado
28	Mateus Almeida Fonseca	Convocado
29	Emanuelly Lara Costa Moreira	Convocado
30	Ana Júlia Nunes Alberto	Convocado
31	Flaviane Gonçalves dos Reis	Convocado
32	Kaique Augusto Ribeiro	Convocado
33	Lorhan Teles de Paulo	Convocado
34	Lídia Rosa de Oliveira	Convocado
35	PAULINELY FELIPE DA SILVA SOUZA	Convocado

36	Pedro Henrique de Almeida Vieira	Convocado
37	Thalita Ramos e Silva	Convocado
38	Arley Monteiro Maia	Convocado
39	Daniel Lucas de Paula	Convocado
40	Ester Nafitali Purunal Silva	Convocado
41	Gabriel de Oliveira Silva	Convocado
42	Juliana Barbara Ribeiro Felisberto	Convocado
43	Jéssica Cruz Stacul	Convocado
44	Magda Janaina Ribeiro Procópio	Convocado
45	Otávio Henrique Couto	Convocado
46	Pablo Assunção Machado	Convocado
47	Victor Gabriel Nunes Cardoso	Convocado
48	Victoria Gabriela Oliveira	Convocado
49	Francyara de Paula Lima	Convocado
50	João Abílio Barcelos Martins Marques	Convocado
51	Matheus Stefano Velozo	Lista de espera
52	Nathan Henrique Teles De Paulo	Lista de espera
53	Pedro Emanuel Alves Estanislau	Lista de espera
54	Thuíla Martino Soares	Lista de espera
55	Aline dos Anjos Batista	Lista de espera
56	Dailes Leane Marques de Almeida	Lista de espera
57	Geovani Batista de Oliveira	Lista de espera
58	Leonardo Soares Cirilo	Lista de espera
59	Nadiamara Miranda Pessoa	Lista de espera
60	PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE MORAIS	Lista de espera
61	Patrick Rodrigues Cota	Lista de espera
62	SAMUEL DE ALMEIDA MARQUES	Lista de espera
63	Tamara kenia Nogueira Rosa	Lista de espera
64	Wigberto Lopes Oliveira Júnior	Lista de espera
65	Alysson Ferreira da Silva Brito	Lista de espera
66	Arthur Serafim Braga Lima	Lista de espera
67	Gabriel dos Santos Ferreira	Lista de espera
68	Giliane Aparecida Pereira Ferreira	Lista de espera
69	Gilmara Bruna Soares	Lista de espera
70	Iasmim Francis Ferreira	Lista de espera
71	JUNIOR MARCIO LIMA	Lista de espera
72	Lívia Eduarda Nascimento Oliveira	Lista de espera
73	Mariane Dos Santos	Lista de espera
74	Míriam de São José Fernandes	Lista de espera
75	Nayara Gabrielli de Freitas Borges	Lista de espera
76	Pedro Augusto Zeferino Rodrigues	Lista de espera
77	Pietro Apolinário Martins	Lista de espera
78	Rafyck Daniel Alves de Sousa	Lista de espera
79	Romário Winícius Veríssimo	Lista de espera
80	Alessandra Cristina da Luz	Lista de espera
81	Camila Clara Miranda	Lista de espera
82	Gabriela Maria de São José	Lista de espera
83	Helbert Dias Barbosa	Lista de espera
84	Jozimar Adão Perdigão	Lista de espera
85	Julio César Torres Procópio	Lista de espera
86	Kelcilaine Muriel dos Santos Moreira	Lista de espera
87	Luiz Guilherme Arcanjo Vigiani	Lista de espera
88	Nathalia Cristhina Coelho Rocha	Lista de espera
89	Nathalya Cristina Costa Freitas Rodrigue	Lista de espera
90	Nathiele keyla de Carvalho	Lista de espera
91	Wisley André Rodrigues	Lista de espera
92	Ana Paula Cota	Lista de espera
93	Anna Júlia Alves Martins	Lista de espera
94	Elton da Silva Barros	Lista de espera
95	Emanuelly Lara Costa Moreira	Lista de espera
96	Filipi Augusto da Silva	Lista de espera
97	Gizelle Etelvina Batista	Lista de espera
98	João Victor Fernandes Ferreira	Lista de espera
99	Kawan Henrique Ribeiro	Lista de espera
100	Laender Marcos Fernandes	Lista de espera
101	Lorena Atherton Rosa	Lista de espera
102	Luana Marcia Barbosa	Lista de espera
103	MIGUEL FILIPE SATURNINO DE PAULA	Lista de espera
104	Magali Estevam	Lista de espera
105	Quéren Hapuque	Lista de espera
106	Thaís Vitória de Oliveira Figueiredo	Lista de espera
107	Amanda Nazareth Messias	Lista de espera
108	Amilce Maria Moreira	Lista de espera
109	Cristiane da Conceição Nepomuceno	Lista de espera
110	DENILSON JOSE DE SOUZA	Lista de espera
111	Diogo Procópio Felisberto	Lista de espera
112	Evandro Jorge Martins de Mendonça	Lista de espera
113	Gleyce Kelly Patrício	Lista de espera
114	Guilherme Souza Alves Carlos	Lista de espera
115	Kauã Braga Silva	Lista de espera
116	Kelen da Silva Carneiro	Lista de espera
117	Kenia Maria Barcelos Martins Rezende	Lista de espera
118	Leandro de Aquino de Jesus	Lista de espera
119	Livania paula da silva	Lista de espera
120	Lígia Maria Silveira Finamore de Paula	Lista de espera
121	Marianna Ramos Duarte	Lista de espera
122	Mayara Bibiano de Freitas Sanches Almeida	Lista de espera
123	Patrícia Fernandes Monteiro	Lista de espera
124	Rafael Soares Francisco	Lista de espera

125	Susana barbosa Mendonça	Lista de espera
126	Wanessa Dias da Conceição	Lista de espera
127	Acássia Dias Magalhães Rocha	Lista de espera
128	Adriana Aparecida dos Santos	Lista de espera
129	Barbara Santos Oliveira Santos	Lista de espera
130	Cintia Andressa Camargos	Lista de espera
131	Daylane Analice de Fatima Monteiro	Lista de espera
132	Geovana Roberta Goncalves silva	Lista de espera
133	Glenan junior	Lista de espera
134	JEAN LUCA SANTOS OLIVEIRA	Lista de espera
135	Joao Henrique Ramos Sanches	Lista de espera
136	Joao victor da silva	Lista de espera
137	Josinaykely Santiago de Carvalho	Lista de espera
138	João Vitor Souza Caldeira	Lista de espera
139	Lorrany priscila gomes dos santos	Lista de espera
140	Lucas Gomes de Jesus	Lista de espera
141	Luciana Aparecida dos Santos	Lista de espera
142	Lívia Pires Ferreira	Lista de espera
143	Nathália rejane onofre	Lista de espera
144	Nicea Gonçalves	Lista de espera
145	Paula de Ávila Teles	Lista de espera
146	Roelina Anthonyella Ingrid Silva Swerus	Lista de espera
147	Thiago Caldeira Balbino	Lista de espera
148	Tiago marques de Oliveira	Lista de espera
149	Aline Silva de Oliveira	Lista de espera
150	Aline da Conceição Cesar	Lista de espera
151	Cristiane Aparecida Silva de Oliveira	Lista de espera
152	EMANUELE CRISTINA DIAS NOGUEIRA DE SENA	Lista de espera
153	Francismere Gonçalves dos Santos	Lista de espera
154	Gustavo Pires da Mota	Lista de espera
155	Igor da Silva	Lista de espera
156	Isabela Cristina Dias da Silva	Lista de espera
157	João Pedro De Souza	Lista de espera
158	Kareen Emanuelly Lopes Sales	Lista de espera
159	Marisa Policarpo Ferreira	Lista de espera
160	Maycon Caetano de Andrade	Lista de espera
161	Miguel Augusto do Nascimento Ribeiro	Lista de espera
162	Mirian Aparecida Neves	Lista de espera
163	Ramon Figueiredo Rodrigues	Lista de espera
164	Ricardo Junior Soares de Corsi	Lista de espera
165	Rosângela Avelina Ramos	Lista de espera
166	Valéria Mariel Silva arcanjo	Lista de espera
167	Alessandra de Fátima Siqueira	Lista de espera
168	Alexandra Fernandes de Freitas Silva	Lista de espera
169	Arthur Felipe dos Santos	Lista de espera
170	Dayane Melo de Paula	Lista de espera
171	Gustavo Victor Soares	Lista de espera
172	Jeferson Douglas Messias	Lista de espera
173	Maria Eduarda Schriefer	Lista de espera
174	Melryenn Ap André	Lista de espera
175	Miguel Algusto Ferreira Martins Dos Santos	Lista de espera
176	Pablo Da Silva Moraes	Lista de espera
177	Pedro Henrique Gonçalves Ramos	Lista de espera
178	Simone da Silva Braga Santos	Lista de espera
179	Sofia Nascimento Roberto	Lista de espera
180	Tainá da Conceição Lima	Lista de espera
181	Ana Paula sales marinho	Lista de espera
182	Andreia Aparecida da Silva	Lista de espera
183	Brayan Dias Ribeiro	Lista de espera
184	Célia Julia de Oliveira Souza	Lista de espera
185	Dione Cézar da Silva	Lista de espera
186	Dora Alice Viegas	Lista de espera
187	Elisa Mara Sales Venâncio	Lista de espera
188	Erik Gustavo Nogueira dos Santos	Lista de espera
189	Fabio Julio Fernandes	Lista de espera
190	Gabriel nazario fialho	Lista de espera
191	Gabrielle Vitória Rodrigues Martins	Lista de espera
192	Jeferson Aparecido Silva Teixeira	Lista de espera
193	Josiany Fernandes Silva Vieira	Lista de espera
194	João Victor de Sousa	Lista de espera
195	Maria Rita Lopes Rodrigues	Lista de espera
196	Miller Júlio Gonçalves	Lista de espera
197	NAYARA NAZARETH DE OLIVEIRA	Lista de espera
198	PATRICIA DE CASSIA SILVA	Lista de espera
199	Ray Elias Franco das Graças	Lista de espera
200	Solange Bibiane Brandão	Lista de espera
201	Ana Laura da Paixão	Lista de espera
202	Anna Paula Costa Souza	Lista de espera
203	Aurineide Leite da Silva	Lista de espera
204	Carlos Eduardo savio de Oliveira duarte	Lista de espera
205	Cecília Carolina de Braga Ramos Caldeira Abranches	Lista de espera
206	Henrique Jader Carmo dos Santos	Lista de espera
207	Jaqueline Aparecida dos Santos	Lista de espera
208	Kamilly Vitória de Freitas dos Santos	Lista de espera
209	Kariny Ranally De Carvalho	Lista de espera
210	Karollyn Maria dos Santos Silva lima	Lista de espera
211	Kayo Fernandes Nogueira silva	Lista de espera
212	Maria Auxiliadora Ferreira	Lista de espera
213	Matheus Tenório mendes	Lista de espera

214	Shirlene Gomes Soares Cirilo	Lista de espera
215	Simony Fátima Silva de Lima	Lista de espera
216	Sirlene Fátima da Silva	Lista de espera
217	Thaynara Aparecida Martins	Lista de espera
218	Danielly Ferreira da Conceição	Lista de espera
219	Elza Geralda da Paixão	Lista de espera
220	GEAN LUCAS TIAGO	Lista de espera
221	HEITOR HENRIQUE PEREIRA DE ARAUJO	Lista de espera
222	Layla Louise da Silva Goncalves	Lista de espera
223	Simei Evangelista dos santos	Lista de espera
224	Sirlene Inês da Silva Santos	Lista de espera
225	VALDIRENE LINA GOMES	Lista de espera
226	Anunciacao do senhor gomes Lopes	Lista de espera
227	Daniela Ermelinda Bitencourt	Lista de espera
228	Edson Valney dos Santos	Lista de espera
229	Elias Miguel Teodoro dos Santos	Lista de espera
230	Emanuella Fonseca Hosken	Lista de espera
231	João Marcos Silva de Oliveira	Lista de espera
232	Laryssa Stephany Barros Nascimento	Lista de espera
233	Pedro Lucas Alves Lacerda	Lista de espera
234	Poliana da Conceição Costa Silva	Lista de espera
235	Tayane Martins Souza	Lista de espera
236	Vaneide Ferreira dos Santos Gomes	Lista de espera
237	Adriana Sousa da Silva	Lista de espera
238	Ana Carolina Gomes Silva	Lista de espera
239	Ana Paula Evangelista	Lista de espera
240	CRISTINA AUGUSTA DA CRUZ	Lista de espera
241	Claudia Aparecida Ramos	Lista de espera
242	Daniel Henrique Dos Santos	Lista de espera
243	Ezequiel Marcos Gonçalves	Lista de espera
244	Lidiane Aparecida dos Santos Pasqual	Lista de espera
245	Marcia Domingos de Oliveira	Lista de espera
246	Marcilene Ribeiro arcbjo	Lista de espera
247	Mirilaine Geralda dos Santos Assis	Lista de espera
248	SIDNEIA DAS GRACAS SALGADO	Lista de espera
249	Samela vitoria do carmo	Lista de espera
250	Silvana Almeida	Lista de espera

Publicado por:
Gustavo Silvino Oliveira Lima
Código Identificador:C12DAFF9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2025 - **Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada: FERNANDES TERRAPLANAGENS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 04.345.805/0001-28 - **Referência**: Adesão nº 016/2025 - **Data de Assinatura:** 13/08/2026 **– Do Objeto:** O presente Termo tem como objeto qualitativo ao Contrato nº 105/2025. **Do Prazo:** O Contrato n.º 105/2025 tem seu fim em 03 de novembro de 2026, **Do Valor:** O valor atual do Contrato nº 105/2025 é de R$ 22.518.005,00 (vinte e dois milhões quinhentos e dezoito mil e cinco reais), e sofrerá um acréscimo de 1,9905%, equivalente ao montante de R$ 448.237,20 (quatrocentos e quarenta e oito mil duzentos trinta e sete reais e vinte centavos) passando, portanto, ao valor global de R$ 22.966.242,20 (seis milhões novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos), para aumento quantitativo nos itens 7. Poda (tronco < 0,20m),8. Poda (tronco < 0,20m),9. Poda (tronco 0,40m a 0,60m) e 10. Poda (tronco > 0,60m)., em razão de adequação técnica do projeto, praticados conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD CONT	QTD ACRESC.	PREÇO UNIT	VALOR CONT.	VALOR ACRESCIDO	VALOR TOTAL
1	ROÇAMENTO COM ROÇADEIRA MECÂNICA	10.000.000	0	R$ 0,09	R$ 900.000,00	R$ 0,00	R$ 900.000,00
2	LIMPEZA E PINTURA DE MEIO FIO	500.000	0	R$ 2,03	R$1.015.000,00	R$ 0,00	R$1.015.000,00
3	VARRIÇÃO DE ÁREAS E LOGRADOUROS	45.000.000	0	R$ 0,10	R$4.500.000,00	R$ 0,00	R$4.500.000,00
4	LAVAGEM DE PISTA COM CAMINHÃO PIPA	2.500.000	0	R$ 0,17	R$ 425.000,00	R$ 0,00	R$425.000,00
5	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	60.000	0	R$ 121,50	R$7.290.000,00	R$ 0,00	R$7.290.000,00
6	COLETA E REMOÇÃO DE ENTULHO	30.000	0	R$ 198,00	R$5.940.000,00	R$ 0,00	R$5.940.000,00
7	PODA (TRONCO < 0,20M)	4.000	**960**	R$ 27,43	R$109.720,00	R$ 26.332,80	R$ 136.052,80
8	PODA (TRONCO 0,20M A 0,40M)	3.000	**720**	R$ 101,88	R$ 305.640,00	R$ 73.353,60	R$ 378.993,60
9	PODA (TRONCO 0,40M A 0,60M)	2.000	**480**	R$ 283,28	R$ 566.560,00	R$ 135.974,40	R$702.534,40
10	PODA (TRONCO > 0,60M)	1.500	**360**	R$ 590,49	R$ 885.735,00	R$ 212.576,40	R$1.098.311,40
11	SERVIÇOS COM TRATOR DE ESTEIRAS	3.000	0	R$ 193,45	R$ 580.350,00	R$ 0,00	R$ 580.350,00
VALOR TOTAL ACRESCIDO						**R$ 448.237,20**	
VALOR GLOBAL							**R$22.966.242,20**

Teófilo Otoni/MG, 31 de agosto de 2026**.**

JOSE NELSON SOBRINHO-
Secretário Municipal de Obras Civis.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:71200693

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 07/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Aos 21 dias do mês de julho de 2026, o **MUNICÍPIO DE ASTOLFO DUTRA**, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Praça Governador Valadares, 77, Centro, Astolfo Dutra, MG, inscrito no CNPJ sob o n° 17.702.507/0001-90, representado neste ato pela Sr(a). TIAGO MARTINS BRAGA, Secretário Municipal de Urbanismo, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Pregão Eletrônico **nº. 024/2026,** que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento

Fornecedor: A empresa **TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**., estabelecida à Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, KM 525 Caixa Postal 105, Bairro Parque Industrial II, Tupã, SP, CEP. 17604-830, inscrita no CNPJ sob o n° 17.592.525/0001-66, email.: samir.ferrao@cnsinalizacao.com.br, neste ato representada pelo seu administrador **SAMIR REINATO FERRÃO,** brasileiro, inscrito(a) no CPF sob o nº. 373.xxx.388/44.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, conforme resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026, com autorização constante do Processo Administrativo Nº 54/2026, homologado em 21 de julho de 2026, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 024/2026, seus anexos, a proposta do Fornecedor e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa legalmente constituída e especializada no ramo de sinalização e pintura viária, para execução e fornecimento de materiais destinados a sinalização viária horizontal e vertical, em conformidade com as normas do Código Brasileiro de Trânsito – CTB, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme Termo de Referência, anexo do edital de Licitação em epígrafe, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2.2. A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
2.3. Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Astolfo Dutra.
2.4. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**DEMARCAÇÃO VIÁRIA LONGITUDINAL (LINHAS)** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sinalização viária horizontal em vias urbanas do município, compreendendo a pintura mecanizada de demarcações viárias longitudinais (linhas), incluindo bordos e eixos, com fornecimento integral de mão de obra, equipamentos, máquinas, insumos e materiais necessários à execução dos serviços. Os serviços deverão ser executados com tinta à base de metil metacrilato monocomponente, com espessura úmida aproximada de 0,6 mm, conforme especificações técnicas vigentes. Aplicação conforme padrão de linha simples contínua (LSM-1) e demais variações previstas nas normas técnicas.	M	15.000	R$ 3,10	R$ 46.500,00
02	**DEMAIS SINALIZAÇÕES HORIZONTAIS** Prestação de serviços de pintura de sinalização viária horizontal automatizada e semi-automatizada, compreendendo faixas de pedestres, redutores de velocidade, legendas, setas direcionais, símbolos, dizeres e marcas de canalização (zebrados), a serem executados em ruas e avenidas do município. Os serviços deverão utilizar tinta à base de metil metacrilato monocomponente, com espessura úmida aproximada de 0,6 mm, garantindo padrão adequado de acabamento, refletância, aderência e durabilidade.	M²	400	R$ 30,00	R$ 12.000,00
03	**DEMAIS SINALIZAÇÕES HORIZONTAIS** Prestação de serviços de pintura de sinalização viária horizontal automatizada e semi-automatizada, compreendendo faixas de pedestres, redutores de velocidade, legendas, setas direcionais, símbolos, dizeres e marcas de canalização (zebrados), a serem executados em ruas e avenidas do município. Os serviços deverão utilizar tinta à base de metil metacrilato monocomponente, com espessura úmida aproximada de 0,6 mm, garantindo padrão adequado de acabamento, refletância, aderência e durabilidade.	M²	400	R$ 270,00	R$ 108.000,00
		TOTAL POR LOTE		**R$ 166.500,00**	

2.5. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o Município de Astolfo Dutra.
3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as Saúde ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das Saúde ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do licitante vencedor ou fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

9.1.1. for liberado;

9.1.2. descumprir as condições da ARP, sem motivo justificado;

9.1.3. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;

9.1.6. sofrer sanção de declaração de impedimento no âmbito municipal ou de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.1.7. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor;

9.1.8. nas hipóteses de anulação e revogação da ARP;

9.1.9. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

9.1.10. por ordem judicial.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação dos sansões administrativos estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das sansões decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Município De Astolfo Dutra
TIAGO MARTINS BRAGA
Secretário Municipal de Urbanismo

Tinpavi Indústria E Comércio De Tintas LTDA.
CNPJ n° 17.592.525/0001-66
CÁSSIA TEREZINHA SALUOTTO MONTEIRO

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:E4FCBE03

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Aos 21 dias do mês de julho de 2026, o **MUNICÍPIO DE ASTOLFO DUTRA**, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Praça Governador Valadares, 77, Centro, Astolfo Dutra, MG, inscrito no CNPJ sob o n° 17.702.507/0001-90, representado neste ato pela Sr(a). RAPHAELA DE NAZARETH DIAS, Secretária Municipal de Obras, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Pregão Eletrônico **nº. 019/2026,** que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento

Fornecedor: A empresa **M.D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.896.442/0001-38, situada na Avenida Eudaldo Lessa, 19 loja, Bairro Popular, Cataguases, MG, CEP 36774-552, email: m.dmatconstrucao@yahoo.com, denominada **CONTRATADA,** representada pela Srª **LAURA PEREIRA RIBEIRO GONZAGA**, brasileira, portadora do CPF sob o n.º 065.xxx.230-02.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, conforme resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2026, com autorização constante do Processo Administrativo Nº 49/2026, homologado em 07 de agosto de 2026, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 019/2026, seus anexos, a proposta do Fornecedor e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa legalmente constituída e especializada no ramo de sinalização e pintura viária, para execução e fornecimento de materiais destinados a sinalização viária horizontal e vertical, em conformidade com as normas do Código Brasileiro de Trânsito – CTB, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme Termo de Referência, anexo do edital de Licitação em epígrafe, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2.2. A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.3. Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Astolfo Dutra.
2.4. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	RESULTADO
2	BLOQUETE/ PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO – MODELO RETANGULAR, 20x10CM, E= 6CM	M²	10.000	R$ 52,60	R$ 721.700,00	R$ 526.000,00
3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	UNID.	1.150	R$ 85,60	R$ 205.539,50	R$ 98.440,00
5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800MM	UNID.	1.100	R$ 254,00	R$ 478.291,00	R$ 279.400,00
TOTAL						R$ 903.840,00

2.5. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o Município de Astolfo Dutra.
3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as Saúde ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das Saúde ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do licitante vencedor ou fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:
9.1.1. for liberado;
9.1.2. descumprir as condições da ARP, sem motivo justificado;
9.1.3. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
9.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
9.1.6. sofrer sanção de declaração de impedimento no âmbito municipal ou de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
9.1.7. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor;
9.1.8. nas hipóteses de anulação e revogação da ARP;
9.1.9. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
9.1.10. por ordem judicial.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação dos sansões administrativos estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das sansões decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Município De Astolfo Dutra
RAPHAELA DE NAZARETH DIAS
Secretária Municipal de Obras

M.D Materiais De Construção LTDA.
CNPJ n° 21.896.442/0001-38
LAURA PEREIRA RIBEIRO GONZAGA

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:A7DFBBEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 09/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 09/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Aos 21 dias do mês de julho de 2026, o **MUNICÍPIO DE ASTOLFO DUTRA**, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Praça Governador Valadares, 77, Centro, Astolfo Dutra, MG, inscrito no CNPJ sob o n° 17.702.507/0001-90, representado neste ato pela Sr(a). RAPHAELA DE NAZARETH DIAS, Secretária Municipal de Obras, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das

disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Pregão Eletrônico **nº. 019/2026,** que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento

Fornecedor: A empresa **PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.788.965/0001-19, situada no Sítio Boa Vista, s/n, zona rural do Município de Coimbra, MG, CEP 36.574-320, email: pereira.licita@Yahoo.com, denominada **CONTRATADA,** representada pela Srª **JULIANA SILVA PEREIRA**, brasileira, portadora do CPF sob o n.º 051.xxx.776-07.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, conforme resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2026, com autorização constante do Processo Administrativo Nº 49/2026, homologado em 07 de agosto de 2026, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 019/2026, seus anexos, a proposta do Fornecedor e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa legalmente constituída e especializada no ramo de sinalização e pintura viária, para execução e fornecimento de materiais destinados a sinalização viária horizontal e vertical, em conformidade com as normas do Código Brasileiro de Trânsito – CTB, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme Termo de Referência, anexo do edital de Licitação em epígrafe, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2.2. A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
2.3. Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Astolfo Dutra.
2.4. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	RESULTADO
7	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO PRE-MOLDADO, COMP 80CM, 30x10/10 CM (HxL1/L2)	UNID.	4.000	R$ 18,30	R$ 102.400,00	R$ 73.200,00
TOTAL						R$ 73.200,00

2.5. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o Município de Astolfo Dutra.
3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as Saúde ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das Saúde ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do licitante vencedor ou fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:
9.1.1. for liberado;
9.1.2. descumprir as condições da ARP, sem motivo justificado;
9.1.3. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
9.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
9.1.6. sofrer sanção de declaração de impedimento no âmbito municipal ou de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
9.1.7. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor;
9.1.8. nas hipóteses de anulação e revogação da ARP;
9.1.9. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
9.1.10. por ordem judicial.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação dos sansões administrativos estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das sansões decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Município De Astolfo Dutra
RAPHAELA DE NAZARETH DIAS
Secretária Municipal de Obras

Pereira & Cunha Premoldados E Construção LTDA.
CNPJ n° 19.788.965/0001-19
JULIANA SILVA PEREIRA

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:C44BF125

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 10/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 10/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Aos 21 dias do mês de julho de 2026, o **MUNICÍPIO DE ASTOLFO DUTRA**, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Praça Governador Valadares, 77, Centro, Astolfo Dutra, MG, inscrito no CNPJ sob o n° 17.702.507/0001-90, representado neste ato pela Sr(a). RAPHAELA DE NAZARETH DIAS, Secretária Municipal de Obras, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Pregão Eletrônico **nº. 019/2026,** que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento

Fornecedor: A empresa **S. D. FREITAS DE PAULA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.444.454/0001-94, email: contato.freitasepaula@gmail.com, situada na Avenida Dr. Tanus feres de Andrade, 291/101, sala 02, Bairro Residencial Cedro do Líbano, Divinésia, MG, denominada **PERMISSIONÁRIO,** representada pelo Sr. **SAMUEL DIOGGNES FREITAS DE PAULA**, brasileiro, portador do CPF nº 095.xxx.286-90.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, conforme resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2026, com autorização constante do Processo Administrativo Nº 49/2026, homologado em 07 de agosto de 2026, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 019/2026, seus anexos, a proposta do Fornecedor e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa legalmente constituída e especializada no ramo de sinalização e pintura viária, para execução e fornecimento de materiais destinados a sinalização viária horizontal e vertical, em conformidade com as normas do Código Brasileiro de Trânsito – CTB, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme Termo de Referência, anexo do edital de Licitação em epígrafe, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2.2. A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
2.3. Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Astolfo Dutra.
2.4. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	RESULTADO
1	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO- MODELO SEXTAVADO/ HEXAGONAL, 25x25 CM, E= 8CM, RESISTENCIA DE 35MPA, COR NATURAL	M²	10.000	R$ 47,80	R$ 857.500,00	R$ 478.000,00
4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 600MM	UNID.	1.650	R$ 119,00	R$ 419.644,50	R$ 196.350,00
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 100MM	UNID.	1.100	R$ 355,00	R$ 662.200,00	R$ 390.500,00
TOTAL						R$ 1.064.850,00

2.5. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o Município de Astolfo Dutra.
3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as Saúde ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das Saúde ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do licitante vencedor ou fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:
9.1.1. for liberado;
9.1.2. descumprir as condições da ARP, sem motivo justificado;
9.1.3. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
9.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
9.1.6. sofrer sanção de declaração de impedimento no âmbito municipal ou de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
9.1.7. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor;
9.1.8. nas hipóteses de anulação e revogação da ARP;
9.1.9. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
9.1.10. por ordem judicial.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação dos sansões administrativos estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das sansões decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Município De Astolfo Dutra
RAPHAELA DE NAZARETH DIAS
Secretária Municipal de Obras

S. D. Freitas De Paula LTDA.
CNPJ n° 22.444.454/0001-94
SAMUEL DIOGGNES FREITAS DE PAULA

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:9F28FEB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
ADJUDICAÇÃO

Processo n° 115/2026

Pregão Eletrônico n° 038/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA INTERNA E EXTERNA COM CAPTAÇÃO DE ÁUDIO, BEM COMO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, CONFORME DFD, ETP E TR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Adjudicação

Adjudico às empresas licitantes que ao serem habilitadas no presente certame, apresentaram suas propostas de preços e foram classificadas, com o menoir preço por ítem conforme abaixo:

J & M ESPIGARES GESTAO E SUPRIMENTOS LTDA - CNPJ: 66.057.130/0001-79

Número	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
7	CABO DE REDE CATEGORIA 6 (CAT 6) CABO DE REDE CATEGORIA 6 (CAT 6), COMPATIVEL COM TERMO DE REFERENCIA	cf edital - cf	UN	20,0000	850,0000	-	17.000,00

Valor Total Adjudicado R$ 17.000,00

PROJETAR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI - CNPJ: 15.385.294/0001-94

Número	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
8	Caixa De Passagem Para CFTV Caixa De Passagem Para CFTV - características mínimas: Possui um gancho de sustentação da tampa, permitindo sustentá-la enquanto estiver realizando a instalação da câmera. Aplicação perfeita com uma câmera Feita de plástico resistente, você pode instalar uma câmera na caixa de passagem da maneira que você desejar, seja ao redor ou em cima	Intelbras - Vbo	UN	300,0000	10,5000	-	3.150,00

	dela. O fechamento é você que escolhe É possível realizar o fechamento através da tampa com um "click" robusto e/ou então fechá-la com dois parafusos. Instale conforme a sua necessidade. Facilidade na passagem dos fios. É possível realizar a passagem dos fios através de uma referência nas quatro laterais do produto ou pela parte traseira. Garantia: 36 meses. Marca Referência: Intelbras						
9	CÂMERA DE SEGURANÇA TIPO DOME C/ MICROFONE CÂMERA DE SEGURANÇA TIPO DOME, C/ MICROFONE, SEGUNDO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERENCIA.	Intelbras - VHD	UN	100,0000	214,9000	-	21.490,00
10	CÂMERA SEGURANÇA BULLET C/ MICROFONE CÂMERA DE MONITORAMENTO TIPO BULLET, COM MICROFONE, SEGUINDO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERENCIA.	Intelbras - VHD	UN	100,0000	191,9800	-	19.198,00
19	GAVADOR DE VIDEO (DVR) DE 4 CANAIS GAVADOR DE VIDEO (DVR) DE 4 CANAIS, COM ESPECIFICAÇÕES DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA	Intelbras - MHD	UN	8,0000	498,9900	-	3.991,92
20	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) DE 16 CANAIS GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) DE 16 CANAIS, COMPATIVEL COM TERMO DE REFERENCIA.	Intelbras - iMH	UN	8,0000	3.650,0000	-	29.200,00
21	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) DE 8 CANAIS GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) DE 8 CANAIS, COMPATÍVEL COM TERMO DE REFERENCIA.	Intelbras - iMH	UN	14,0000	1.838,7000	-	25.741,80
26	POWER BALUN DE 16 CANAIS POWER BALIN 16 CANAIS, COMPATÍVEL COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Intelbras - VB	UN	8,0000	1.354,0000	-	10.832,00
27	POWER BALUN DE 1 CANAL. POWER BALUN DE 1 CANAL COMPATÍVEL COM TERMO DE REFERNECIA	Intelbras - VB	UN	150,0000	138,9900	-	20.848,50
28	POWER BALUN DE 4 CANAIS POWER BALUN DE 4 CANAIS COMPATÍVEL COM TERMO DE REFERÊNCIA	Intelbras - VB	UN	30,0000	920,0000	-	27.600,00

Valor Total Adjudicado R$ 162.052,22

TOPJET COMERCIO LTDA - CNPJ: 04.431.264/0001-50

Número	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
1	ABRACADEIRA DE ALUMINIO TIPO D # 2"1/2 ABRACADEIRA DE ALUMINIO TIPO D # 2"1/2	MONTECHIESI - T	UN	50,0000	4,4400	-	222,00
2	ABRACADEIRA DE PVC CINZA S/ BUCHA 1", ANTICHAMA ABRACADEIRA DE PVC CINZA S/ BUCHA 1", ANTICHAMA	WETZEL - 1"	UN	50,0000	1,3800	-	69,00
3	ABRACADEIRA DE PVC CINZA S/ BUCHA 3/4", ANTICHAMA ABRACADEIRA DE PVC CINZA S/ BUCHA 3/4", ANTICHAMA	WETZEL - 3/4"	UN	600,0000	1,3200	-	792,00
4	BROCA PARA CONCRETO 6MMX100MM BROCA PARA CONCRETO 6MMX100MM	EDA - 6MM	UN	30,0000	4,9100	-	147,30
5	BROCA PARA CONCRETO 8MMX120MM BROCA PARA CONCRETO 8MMX120MM	TRADESTAR - 8MM	UN	30,0000	4,9100	-	147,30
6	BUCHA UNIVERSAL EM PEAD WURTH W-MU 6MM COD BUCHA UNIVERSAL EM PEAD WURTH W-MU 6MM COD	USAF - 6MM	UN	600,0000	0,1100	-	66,00
11	CONDULETE PVC CINZA S/ TAMPA 1/2", 3/4",1" CONDULETE PVC CINZA S/ TAMPA 1/2", 3/4",1", ANTICHAMA, BARRA 3 METROS	WETZEL - 1/2 3/	UN	300,0000	6,7500	-	2.025,00
12	CONECTOR P/ CONDULETE MULTIPLO PVC CZ 1", ANTICHAMA CONECTOR P/ CONDULETE MULTIPLO PVC CZ 1", ANTICHAMA	WETZEL - 1"	UN	50,0000	2,1400	-	107,00
13	CONECTOR P/ CONDULETE MULTIPLO PVC CZ 3/4", ANTICHAMA CONECTOR P/ CONDULETE MULTIPLO PVC CZ 3/4", ANTICHAMA	WETZEL - 3/4"	UN	800,0000	1,6300	-	1.304,00
14	CURVA PVC CINZA C/ BOLSA 3/4"X90, ANTICHAMA CURVA PVC CINZA C/ BOLSA 3/4"X90, ANTICHAMA	WETZEL - 3/4 90	UN	150,0000	4,4200	-	663,00
15	CURVA PVC PRETA ROSCAVEL 90° RAIO LONGO 2"1/2, ANTICHAMA CURVA PVC PRETA ROSCAVEL 90° RAIO LONGO 2"1/2, ANTICHAMA	WETZEL - 2 1/2"	UN	30,0000	33,2500	-	997,50
16	ELETRODUTO PVC CINZA 3/4"X3M ELETRODUTO PVC CINZA SEM ROSCA PLASTIC MAX 3/4"X3M LEVE ANTICHAMA, BARRA 3 METROS	WETZEL - 3/4" 3	UN	200,0000	32,2900	-	6.458,00
17	ELETRODUTO PVC CINZA SEM ROSCA PLASTIC MAX 1"X3M LEVE, ANTICHAMA, BARRA 3 METROS ELETRODUTO PVC CINZA SEM ROSCA PLASTIC MAX 1"X3M LEVE, ANTICHAMA, BARRA 3 METROS	WETZEL - 1" 3M	UN	20,0000	32,2100	-	644,20
18	ELETRODUTO PVC PRETO ROSCAVEL 3M 2"1/2 (75MM) ELETRODUTO PVC PRETO ROSCAVEL 3M 2"1/2 (75MM), ANTICHAMA, BARRA 3 METROS	WETZEL - 2 1/2"	UN	50,0000	56,5400	-	2.827,00
22	KIT FERRAMENTAS INFORMÁTICA ITENS INCLUSOS: 1x alicate crimpador 1x Testador de cabo 1x Descascador de fios 1x Ferramenta de impacto de puncionamento de fio 1x Descascador e multifunções 1x Chave de fenda com fenda 1x Chave de fenda Phillips 10x 8P8C Conectores de Cabo 1x Caixa de conector de cabo Características: Testador de cabos: Teste a correspondência de cabos par-traçado, podendo detectar falhas de conexão, curto circuitos e circuitos abertos. Compatibilidade: Cabo par-traçado Plugs Compatíveis: RJ11, RJ12 e RJ45 Alicate crimpador: Para desencapar, cortar e crimpar fios de rede lógica e rede de telefonia. Compatível com Cat5, Cat5-e, Cat-6. Utilizar terminais RJ45(8 Pinos) e RJ11/12 (4 e 6 Pinos). Alicate desencapador: Para desencapar e cortar cabos de par trançado UTP e STP, fio de telefone 2P 4P 6P 8P 10P, fio de áudio 18AWG a 22AWG. Alicate de inserção: Para conectar e cortar os fios nos módulos RJ11 e RJ45, compatível com o bloco do tipo M10.	MARBLUE - KIT12	UN	2,0000	99,3700	-	198,74
23	LUVA PVC CINZA SEM ROSCA 3/4", ANTICHAMA LUVA PVC CINZA SEM ROSCA 3/4", ANTICHAMA	WETZEL - 3/4"	UN	100,0000	2,0400	-	204,00
24	LUVA PVC PRETA ROSCAVEL 2"1/2, ANTICHAMA LUVA PVC PRETA ROSCAVEL 2"1/2, ANTICHAMA	WETZEL - 2 1/2"	UN	50,0000	6,0500	-	302,50
25	PARAFUSO MAD CAB CHATA PHILIPS ZINC 4X45MM (P/ BUCHA 6) PARAFUSO MAD CAB CHATA PHILIPS ZINC 4X45MM (P/ BUCHA 6)	ALBRAS - 4X45MM	UN	600,0000	0,0700	-	42,00
29	TAMPA COND PVC CZ 1/2",3/4",1" CEGA, ANTICHAMA TAMPA COND PVC CZ 1/2",3/4",1" CEGA, ANTICHAMA	WETZEL - 1/2 3/	UN	300,0000	2,6800	-	804,00
30	TESTADOR E RASTREADOR DE CABO REDE DIGITAL	NOFAYA - NF8209	UN	2,0000	592,5900	-	1.185,18

	FUNÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE FIOS: Tecnologia de recepção de sinal digital, com maior grau de anti-interferência e maior precisão. Fornece três modos de fiação: "fiação anti-interferência", "fiação normal" e "fiação POE", que podem ser alternados de acordo com o ambiente de teste, para atender às necessidades de trabalho dos engenheiros de fiação, cabos de rede doméstica solução de problemas e outras necessidades. FUNÇÃO DE MEDIÇÃO DE COMPRIMENTO: A tecnologia aprimorada de posicionamento de cabos pode medir o comprimento do cabo com um alcance de 200 m e uma precisão de até 98%. Determine a distância da falha do ponto de ruptura, localize o ponto de falha do cabo de rede e repare-o diretamente, economizando tempo e custos. FUNÇÃO DE TESTE DE FALHA DO CABO DE REDE: Insira as duas extremidades do cabo de teste nos soquetes do transmissor e do adaptador remoto, respectivamente, ele pode detectar curto-circuito, circuito interrompido, cruzamento, circuito interrompido do cabo de rede (pode testar o cabo blindado) e exibi-lo intuitivamente na tela LCD. DETECÇÃO DE POE + PORTA PISCANDO: Identifica quais pinos estão sendo alimentados e detecta o nível de tensão, identifica o tipo de PSE (padrão at/af). As luzes intermitentes das portas no hub/switch permitem localizar as portas de rede e também medir o número de núcleos de energia e a tensão. (Para hubs/switches de 10m/100m/1000m). MULTIFUNCIONAL: o kit do testador de cabos de rede inclui teste de busca de linha, teste de falha de cabo, medição do comprimento do cabo, teste de PoE, funções de porta piscante e NCV. É uma ferramenta essencial para testes de rede, fiação doméstica, técnicos de manutenção e engenheiros.						

Valor Total Adjudicado R$ 19.205,72

MARIA DA FÉ, 27 de Agosto de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:336BD9F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 397, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Handerson Alex Ribeiro e Divino Batista Barbosa, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal das Atas de Registro de Preços a seguir especificadas, objeto do Processo Administrativo N.º 139/2026 - Pregão Eletrônico 028/2026, que tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para futura e eventual aquisição, sob demanda, de equipamentos eletrônicos e de informática, destinados ao atendimento das necessidades dos diversos setores da Administração Municipal.

ATA Nº	FORNECEDOR
320	**COMERCIAL FASTPRINTER LTDA**, situada à Rua Goiás, nº 862, bairro Higienópolis, no município de Catanduva/SP, CEP n.º 15.804-010, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.870.178/0001-54
321	**COMERCIAL TRÊS ACORDES LTDA**, situada à Rua 438, nº 401 - SLJ 3, bairro Morretes, no município de Itapema/SC, CEP n.º 88.220-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.850.995/0001-76
322	**G&R SOLUÇÕES LTDA**, situada à Avenida Vinte de Setembro, nº 6.167 - Bloco A APT 14, bairro São Jacó, no município de Sapiranga/RS, CEP n.º 93.819-300, inscrita no CNPJ sob o n.º 59.487.994/0001-65
323	**GDA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, situada à Rua Olímpio Vidal Teixeira, nº 1.150, bairro Progresso, no município de São Bento do Sul/SC, CEP n.º 89.281-030, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.281.458/0001-78
324	**GRUPO GBA COMÉRCIO ATACADISTA & SERVIÇOS LTDA**, situada à Servidão Santiago, nº 132, bairro João Paulo, no município de Florianópolis/SC, CEP n.º 88.030-359, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.352.658/0001-38
325	**GUSTAVO DE PAULA SILVA LTDA**, situada à Rua Manoel Justino, nº 106 - Sala 1, bairro Centro, no município de Dores de Campos/MG, CEP n.º 36.213-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.906.139/0001-34
326	**INCOTECH COMPANY LTDA**, situada à Rua Rui Barbosa, nº 263 - Sala 01, bairro Centro, no município de Tubarão/SC, CEP n.º 88.701-600, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.816.315/0001-44
327	**LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, situada à Rua Cachoeira do Sul, nº 271- Apto 132 B, bairro Vila Jaguará, no município de São Paulo/SP, CEP n.º 05.117-010, inscrita no CNPJ sob o n.º 50.958.011/0001-57
328	**LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA**, situada à Rua Silene Farah, nº 412, bairro Canta Galo, no município de Cássia/MG, CEP n.º 37.980-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 51.382.835/0001-94
329	**ODETE MARIA FREITAS**, situada à Rua Professora Maria Francisca de Souza, nº 268, bairro Nossa Senhora de Fátima, no município de Itajubá/MG, CEP n.º 37.502-516, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.897.289/0001-21
330	**ORTHOVIDA INDÚSTRIA E NEGÓCIOS DIGITAIS LTDA**, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 380, bairro Centro, no município de Curvelo/MG, CEP n.º 35.790-168, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.323.297/0001-30
331	**TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA**, situada à Avenida Canaã, nº 3.000 - Andar Primeiro Sala 01, bairro Setor 01, no município de Ariquemes/RO, CEP n.º 76.870-140, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.274.178/0001-87
332	**TUDO ELÉTRICO-ELÉTRICO E ELETRÔNICO LTDA**, situada à Rua 6 de Agosto, nº 44, bairro Centro, no município de Conceição dos Ouros/MG, CEP n.º 37.548-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.635.158/0001-42
333	**VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA**, situada à Rua Francisco Sesquim, nº 356 - Galpão 2B Anexo Prédio Administrativandar 1 Sala 1201, bairro Planeta, no município de Cariacica/ES, CEP n.º 29.156-777, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.975.551/0003-99
334	**XLAN LTDA**, situada à Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, nº 362 - Sala 402, bairro Forquilhinha, no município de São José/SC, CEP n.º 88.106-500, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.818.547/0001-74
335	**ZDX PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA**, situada à Avenida Inglaterra, nº 1.767, bairro Centro, no município de Cambé/PR, CEP n.º 86.181-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.094.484/0001-58

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 31 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:4ADEF330

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 77/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL: 12/2025 EMPRESA: MARIA GABRIELA ODONTOLOGIA LTDA

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO
Processo nº: 77/2025
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento
Edital: 12/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E ODONTOLÓGICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, ATENDIMENTO MÉDICO ELETIVO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA USUÁRIOS DO SISTEMA SUS, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EMPRESA: MARIA GABRIELA ODONTOLOGIA LTDA – CNPJ: 68.450.472/0001-80							
Item	Qtde Mensal	Qtde Anual	Valor unit	Un	Especificação	Valor mensal	Valor Anual
0066	13	156	510,00	SE	PLANTAO ODONTOLOGICO CIRURGIAO DENTISTA UPA SOBREAVISO NOTURNO. FERIADO E FINAL DE SEMANA. HORARIO DA 16H AS 07H.	6.630,00	79.560,00
0067	18	216	450,00	SE	PLANTAO ODONTOLOGIO CIRURGIAO DENTISTA UPA SOBREAVISO. HORARIO DAS 16H AS 07H. SEGUNDA A SEXTA FEIRA.	8.100,00	97.200,00
0068	600	7.200	40,00	SE	PROCEDIMENTO ODONTOLOGICO	24.000,00	288.000,00

Data: 24 de agosto de 2026.
Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:51904377

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 77/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL: 12/2025 EMPRESA: OTAVIO ARAUJO FERREIRA LTDA

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO
Processo nº: 77/2025
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento
Edital: 12/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E ODONTOLÓGICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, ATENDIMENTO MÉDICO ELETIVO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA USUÁRIOS DO SISTEMA SUS, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EMPRESA: OTAVIO ARAUJO FERREIRA LTDA – CNPJ: 67.830.704/0001-62							
Item	Qtde Mensal	Qtde Anual	Valor unit	Un	Especificação	Valor mensal	Valor Anual
0005	500	6.000	70,00	SE	ATENDIMENTO MEDICO ELETIVO EM CLINICA MEDICA.	35.000,00	420.000,00
0038	250	3.000	1.400,00	SE	PLANTAO MEDICO INTEGRAL CLINICO GERAL PRESENCIAL UPA PLANTAO PORTA 12 HORAS. CUSTO DO HORARIO DE SEGUNDA FEIRA DAS 07H ATE 19H DA SEXTA FEIRA	350.000,00	4.200.000,00
0039	140	1.680	1.500,00	SE	PLANTAO MEDICO INTEGRAL CLINICO GERAL PRESENCIAL UPA PLANTAO PORTA 12HORAS. CUSTO DO HORARIO DAS 19H DA SEXTA FEIRA ATE AS 07H DA SEGUNDA FEIRA	210.000,00	2.520.000,00
0040	40	480	700,00	SE	PLANTAO MEDICO INTEGRAL CLINICO GERAL PRESENCIAL UPA PLANTAO PORTA 6 HORAS. CUSTO DO HORARIO DE SEGUNDA FEIRA DAS 07H ATE 19H DA SEXTA FEIRA	30.000,00	336.000,00
0041	360	4.320	125,00	SE	PLANTAO MEDICO INTEGRAL CLINICO GERAL PRESENCIAL UPA PLANTAO PORTA POR HORA. CUSTO DO HORARIO DAS 19H DA SEXTA FEIRA ATE AS 07H DA SEGUNDA FEIRA.	45.000,00	540.000,00
0042	360	4.320	116,66	SE	PLANTAO MEDICO INTEGRAL CLINICO GERAL PRESENCIAL UPA PLANTAO PORTA POR HORA. CUSTO DO HORARIO DE SEGUNDA FEIRA DAS 07H ATE 19H DA SEXTA FEIRA	41.997,60	503.971,20
0048	30	360	1.000,00	SE	PLANTAO MEDICO INTEGRAL CLINICO GERAL PRESENCIAL UPA VISITA ENFERMARIA DIARIO. CUSTO DO HORARIO DE SEGUNDA FEIRA DAS 07H ATE 19H DA SEXTA FEIRA	30.000,00	360.000,00

Data: 24 de agosto de 2026.

Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:D39B6E62



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

SETOR DE LICITAÇAO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 047/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA- MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 047/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Córrego Danta/MG.*

Fornecedor : MERCADO PADRAO RR LTDA - 27.361.953/0001-31										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	40,00	UNIDADE	ORIGIN AL	MANUA L	R$ 5,15	R$ 206,00	R$ 5,26	R$ 210,40	2,09	R$ 0,11
Descrição: ABRIDOR DE LATA - Abridor de lata e de garrafas, manual, em alumínio, linha doméstica										
8	300,00	UNIDADE	APOLL O	LIQUIDO	R$ 7,65	R$ 2.295,00	R$ 7,91	R$ 2.373,00	3,28	R$ 0,26
Descrição: ALGODÃO HIDRÓFILO 50G, em camadas contínuas em forma de rolo (manta), provido de papel apropriado em toda sua extensão. O algodão deverá apresentar aspecto homogêneo e macio, boa absorção, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, ser inodoro, de cor branca (no mínimo 80 de brancura). Embalado em caixinhas de papel individual										
9	500,00	UNIDADE	MARINA	INTENS O	R$ 10,65	R$ 5.325,00	R$ 10,84	R$ 5.423,35	1,81	R$ 0,19
Descrição: AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS - Amaciante de roupa, aspecto líquido viscoso, concentrado, perfumado, solúvel em água, embalagem plástica, aplicação amaciante artigos têxteis, frasco com 2 litros										
10	50,00	UNIDADE	CWA	BORRA CHA	R$ 5,40	R$ 270,00	R$ 5,66	R$ 283,33	4,70	R$ 0,26
Descrição: ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PANELA										
15	1.500,00	PACOTE	ARQPL AST	ISOPOR	R$ 43,35	R$ 65.025,00	R$ 43,90	R$ 65.860,05	1,26	R$ 0,55
Descrição: BANDEJA DESCARTAVEL DE ISOPOR, funda - B3 - pct c/100										
16	30,00	BOBINA	EBAO	PLASTI CO	R$ 64,68	R$ 1.940,40	R$ 65,50	R$ 1.965,00	1,25	R$ 0,81
Descrição: BOBINA DE SACO PLÁSTICO (CAP. 03 KG) picotada 23x38. Plástico liso, totalmente transparente, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações e permitindo a selagem. Rolo contendo aproximadamente 500 plásticos										
19	800,00	UNIDADE	MARINA	LIQUIDO	R$ 2,98	R$ 2.384,00	R$ 3,17	R$ 2.541,36	6,19	R$ 0,19
Descrição: BRILHA ALUMÍNIO Limpeza de alumínio e alumínio anodizado. Desoxida e elimina oleosidade. Base água, ecológico, biodegradável. Embalagem 500ml										
Subtotal Adjudicado R$ 248.270,80							**Subtotal Orçado: R$ 304.626,33**		**18,4998%**	**R$ 56.355,53**

Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
22	3.000,00	UNIDADE	INGLES A	LIQUIDA	R$ 9,89	R$ 29.670,00	R$ 15,61	R$ 46.839,90	36,65	R$ 5,72
Descrição: CERA LIQUIDA PARA ARDÓSIA, AUTO BRILHO embalagem 750 ml										
23	2.000,00	UNIDADE	MAIS	LIQUIDO	R$ 3,10	R$ 6.200,00	R$ 6,04	R$ 12.093,40	48,73	R$ 2,94
Descrição: CLORO, FRASCO DE 01 LITRO - Solução de hipoclorito sódico a 1, acondicionado em frasco com 1000 mL, lacrado. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, lote e validade.										
25	2.000,00	PACOTE	PRAFE STA	PLASTI CO	R$ 4,85	R$ 9.700,00	R$ 6,97	R$ 13.953,40	30,48	R$ 2,12
Descrição: COLHER PLASTICA DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - cor: cristal/transparente - pacote c/50 unidades										
26	1.500,00	PACOTE	PRAFE STA	PLASTI CO	R$ 4,85	R$ 7.275,00	R$ 6,97	R$ 10.465,05	30,48	R$ 2,12
Descrição: COLHER PLASTICA DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA -										
38	50,00	UNIDADE	BETTAN N	PLASTI CO	R$ 48,90	R$ 2.445,00	R$ 50,50	R$ 2.525,00	3,16	R$ 1,60
Descrição: DISPENSER PAPEL TOALHA - .										
45	1.000,00	UNIDADE	FLASH LIMP	METALI CA	R$ 3,90	R$ 3.900,00	R$ 4,24	R$ 4.246,70	8,16	R$ 0,34
Descrição: ESPONJA METALICA - Esponja metálica feita de aço inox. Indicado par limpeza profunda. Não arranha. Não enferruja. Realça o brilho. Embalagem com 01 unidade de 17 gr.										
51	80,00	UNIDADE	TERMO LAR	TERMIC A	R$ 20,95	R$ 1.676,00	R$ 50,98	R$ 4.078,40	58,90	R$ 30,03
Descrição: GARRAFA TERMICA 5 LITROS - Garrafa térmica 5 litros com tampa de rosca, boca larga, pés retráteis, torneira desmontável para higienização, de boa qualidade.										
52	80,00	UNIDADE	TERMO LAR	TERMIC A	R$ 137,98	R$ 11.038,40	R$ 138,06	R$ 11.045,33	0,06	R$ 0,08
Descrição: GARRAFA TERMICA 9 LITROS - GARRAFA TÉRMICA: com torneira, capacidade 9 litros, em material plástico resistente, tampas giratórias e de proteção, selo de garantia. De boa qualidade.										
54	200,00	UNIDADE	bic	medio	R$ 4,45	R$ 890,00	R$ 5,94	R$ 1.188,66	25,12	R$ 1,49
Descrição: ISQUEIRO A GAS - cor aleatória - Tamanho: 8,0 x 2,5 x 1,5cm										
67	200,00	PACOTE	COPOB RAS	ISOPOR	R$ 33,50	R$ 6.700,00	R$ 40,83	R$ 8.166,66	17,95	R$ 7,33
Descrição: MARMITEX, 750 ml, cor branca, embalagem com 100 unidades.										

70	800,00	UNIDADE	ENCOP A	CRU	R$ 6,25	R$ 5.000,00	R$ 8,61	R$ 6.888,00	27,40	R$ 2,36
Descrição: PANO DE LIMPAR CHAO GRANDE- ALVEJADO - Pano de limpar chão: algodão, com costuras laterais - com medida de no mínimo 58 x 78cm. Alvejado										
Subtotal Adjudicado R$ 248.270,80							**Subtotal Orçado: R$ 304.626,33**		**18,4998%**	**R$ 56.355,53**

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
71	800,00	UNIDADE	SOPAN O	ALVEJA DO	R$ 6,60	R$ 5.280,00	R$ 6,75	R$ 5.400,00	2,22	R$ 0,15
Descrição: PANO DE PRATO ALVEJADO - Pano de prato com aproximadamente 40 X 60 CM, algodão reforçado e alvejado										
84	800,00	UNIDADE	Amacitel	emb. 800g	R$ 7,96	R$ 6.368,00	R$ 15,27	R$ 12.218,64	47,88	R$ 7,31
Descrição: SABÃO EM PO, EMBALAGEM DE 800GR - Sabão em pó, embalagem com no mínimo 800gr, composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, branqueador óptico, corante, essência, carga, água e alquil benzeno sulfonato de sódio. Deve ter registro ANVISA/MS. Marcas de referência: OMO, TIXAN ou BRILHANTE.										
91	4.000,00	UNIDADE	Poklixo	reforçad o	R$ 4,75	R$ 19.000,00	R$ 4,96	R$ 19.853,20	4,29	R$ 0,21
Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 50 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
94	150,00	UNIDADE	Oslo	toalha	R$ 22,40	R$ 3.360,00	R$ 33,31	R$ 4.996,50	32,75	R$ 10,91
Descrição: TOALHA DE BANHO - CORES VARIADAS - toalha de banho, grossa e felpuda, 100 algodão, em cores unidade variadas, medindo 0,70 x 1,30m.										
95	150,00	UNIDADE	Oslo	toalha	R$ 8,50	R$ 1.275,00	R$ 20,64	R$ 3.096,49	58,82	R$ 12,14
Descrição: TOALHA ROSTO, 44X70cm 100 ALGODA rosto, dimensões (cm) 44 x 70. Peso 90 gr. Tecido: 100 algodão. Cor: branca.										
96	250,00	PACOTE	Platbom	descarta vel	R$ 12,20	R$ 3.050,00	R$ 15,36	R$ 3.840,82	20,58	R$ 3,16
Descrição: TOUCA DESCARTAVEL, SANFONADA C/ ELASTICO PCT C/100 - Touca descartável - touca branca, sanfonada, com elástico, descartável, tamanho único, unissex. Confeccionada em TNT. Pacote com 100 unidades										
99	600,00	UNIDADE	Radial	piaçava	R$ 24,40	R$ 14.640,00	R$ 34,49	R$ 20.698,02	29,26	R$ 10,09
Descrição: VASSOURA DE PIAÇAVA Nº05 - vassoura de piaçava: com cabo de madeira, base em pé, nº5.										
100	200,00	UNIDADE	radial	piaçava	R$ 44,80	R$ 8.960,00	R$ 44,83	R$ 8.966,66	0,07	R$ 0,03
Descrição: VASSOURA DE PIAÇAVA TIPO GARI - Vassoura de piaçava: tipo gari, com cabo de madeira, base com 60 cm										
101	200,00	PAR	Innpor	Borracha	R$ 49,99	R$ 9.998,00	R$ 54,80	R$ 10.960,00	8,77	R$ 4,81
Descrição: BOTA DE BORRACHA - COR BRANCA - tamanhos variados										
102	300,00	UNIDADE	Radial	lovar carro	R$ 48,00	R$ 14.400,00	R$ 48,16	R$ 14.448,99	0,33	R$ 0,16
Descrição: VASSOURA PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, INDICADA PARA LIMPEZA DE AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS, CONFECCIONADA COM CERDAS MACIAS EM NYLON OU PET, QUE NÃO RISCAM A PINTURA, BASE EM PLÁSTICO resistente, largura aproximada de 25 a 30 cm, com encaixe para cabo rosqueável, proporcionando praticidade, resistência e durabilidade durante o uso. Marcas de referência: Odim, Bettanin, Condor, Vonder, Bralimpia, Nove54 ou de qualidade equivalente.										
Subtotal Adjudicado R$ 248.270,80							**Subtotal Orçado: R$ 304.626,33**		**18,4998%**	**R$ 56.355,53**
Fornecedor : ISRAEL E ISRAEL LTDA - 23.407.794/0001-08										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
2	30,00	UNIDADE	LUME	UNIDAD E	R$ 13,81	R$ 414,30	R$ 13,97	R$ 419,30	1,19	R$ 0,16
Descrição: ACENDEDOR AUTOMÁTICO PARA FOGÃO - Acendedor, tipo lança chama, automático, com gatilho, para fogão a gás, confeccionado em plástico, embalagem 1 unidade.										
3	200,00	UNIDADE	MAIS	UNIDAD E	R$ 8,09	R$ 1.618,00	R$ 8,29	R$ 1.658,66	2,45	R$ 0,20
Descrição: ÁCIDO MURIÁTICO - 01 LITRO - removedor de manchas de alta concentração para uso geral. Embalagem 1 litro.										
4	4.000,00	UNIDADE	Q.BOA	UNIDAD E	R$ 3,79	R$ 15.160,00	R$ 4,58	R$ 18.320,00	17,24	R$ 0,79
Descrição: ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO: água sanitária, aspecto: líquido, composição: a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, teor cloro ativo: entre 2,0 a 2,5 p/p, cor: amarela esverdeada bastante fraca, aplicação: assepsia de ambientes, roupas e alimentos. características adicionais: isenta de corantes, detergentes e aromatizantes, embalagem: frasco plástico com tampa e lacre de segurança. peso líquido: 1 lit										
5	2.000,00	UNIDADE	ANHAN GUERA	UNIDAD E	R$ 10,54	R$ 21.080,00	R$ 11,94	R$ 23.893,40	11,77	R$ 1,40
Descrição: ÁLCOOL ABSOLUTO, 92,8 FRASCO 1 LITRO - Álcool absoluto uso doméstico, 92,8 inpm, para higienização em geral, com orientações de segurança no frasco, (1,0 litro).										
6	3.000,00	UNIDADE	ASSEP TIGEL	UNIDAD E	R$ 8,58	R$ 25.740,00	R$ 9,17	R$ 27.530,10	6,50	R$ 0,59
Descrição: ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70 - 1 LITRO - Álcool etílico hidratado uso doméstico, 70º INPM, para higienização em geral, c/ orientações de segurança no frasco, (1,0 litro)										
7	1.000,00	UNIDADE	GELAC OOL	UNIDAD E	R$ 9,23	R$ 9.230,00	R$ 9,79	R$ 9.793,30	5,75	R$ 0,56
Descrição: ÁLCOOL GEL 70 PARA LIMPEZA - Frasco 500 ml - ideal para limpeza, elimina até 99,9 das bactérias										
11	30,00	UNIDADE	TROPIC AL	UNIDAD E	R$ 5,64	R$ 169,20	R$ 5,68	R$ 170,40	0,70	R$ 0,04
Descrição: ANEL DEVEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PANELA DE PRESSÃO - 4,5 litros. Material: borracha nitrílica. Garantia contra defeitos de fábrica.										
12	20,00	UNIDADE	TROPIC AL	UNIDAD E	R$ 11,94	R$ 238,80	R$ 11,96	R$ 239,20	0,16	R$ 0,02
Descrição: ANEL DEVEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PANELA DE PRESSÃO - 7,0 litros. Material: borracha nitrílica. Garantia contra defeitos de fábrica.										
13	80,00	UNIDADE	GTX	UNIDAD E	R$ 13,95	R$ 1.116,00	R$ 14,27	R$ 1.142,13	2,28	R$ 0,32
Descrição: BALDE, PLÁSTICO, RESISTENTE, ALÇA EM METAL, 10 LITROS - Balde material plástico, resistente, alça em metal, capacidade de 10 litros										
14	100,00	UNIDADE	PETRO FIX	UNIDAD E	R$ 19,58	R$ 1.958,00	R$ 19,64	R$ 1.964,67	0,33	R$ 0,06
Descrição: BALDE, PLÁSTICO, RESISTENTE, ALÇA EM METAL, 15 LITROS - Balde material plástico, resistente, alça em metal, capacidade de 15 litros										
17	30,00	BOBINA	GUFE	BOBINA	R$ 67,44	R$ 2.023,20	R$ 67,83	R$ 2.034,90	0,57	R$ 0,39
Subtotal Adjudicado R$ 467.245,40							**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**		**19,6395%**	**R$ 114.191,38**

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
Descrição: BOBINA DE SACO PLÁSTICO (CAP. 07 KG) picotada 40x60. Plástico liso, totalmente transparente, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações e permitindo a selagem. Rolo contendo aproximadamente 500 plásticos.										
18	30,00	UNIDADE	GUFE	BOBINA	R$ 55,74	R$ 1.672,20	R$ 56,08	R$ 1.682,60	0,61	R$ 0,34
Descrição: BOBINA DE SACO PLÁSTICO (CAP. 08 KG) picotada 35x50. Plástico liso, totalmente transparente, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações e permitindo a selagem. Rolo contendo aproximadamente 500 plásticos.										
20	100,00	UNIDADE	JOAGR O	UNIDAD E	R$ 83,95	R$ 8.395,00	R$ 84,16	R$ 8.416,67	0,25	R$ 0,21
Descrição: CAIXA PLASTICA P/MANTIMENTOS 47 LITROS- CAIXA PLÁSTICA - Caixa plástica organizadora de supermercado. Dimensões: 31 cm x 34 cm x 55 cm (altura x largura x comprimento) Produzida com composto termoplástico de alta qualidade. Capacidade volumétrica: 47 Litros										
21	2.000,00	UNIDADE	POLYLA R	UNIDAD E	R$ 5,89	R$ 11.780,00	R$ 14,61	R$ 29.226,60	59,69	R$ 8,72

Descrição: CERA PARA PISO, tipo líquida auto brilho. Aplicação pisos cerâmicos, granitos, mármore e paviflex. Cor: incolor/amarela/verde. Frasco de 750ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade. Similar, compatível ou de melhor qualidade que a cera Brilho Fácil.										
24	100,00	UNIDADE	PRINCE SA	UNIDAD E	R$ 8,23	R$ 823,00	R$ 8,27	R$ 827,67	0,56	R$ 0,04
Descrição: COADOR DE CAFE PANO (MALHA) cabo de madeira ou plástico, tamanho referência 103 (médio)										
27	300,00	UNIDADE	TOK BOTHA NICO	UNIDAD E	R$ 8,14	R$ 2.442,00	R$ 15,31	R$ 4.593,00	46,83	R$ 7,17
Descrição: CONDICIONADOR PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS. Embalagem MÍNIMA DE de 325 ml.										
28	4.000,00	PACOTE	ECONO POT	PACOTE	R$ 5,24	R$ 20.960,00	R$ 7,95	R$ 31.826,80	34,14	R$ 2,71
Descrição: COPO DESCARTAVEL 200 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES - copo descartável 200 ml, resistente, dentro das normas ABNT pacote com 100 und.										
29	1.000,00	PACOTE	TERMO POT	PACOTE	R$ 10,14	R$ 10.140,00	R$ 11,61	R$ 11.610,00	12,66	R$ 1,47
Descrição: COPO DESCARTÁVEL 300 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES - copo descartável 300 ml: resistente, dentro das normas ABNT pacote com 100 und.										
30	1.500,00	PACOTE	TERMO POT	PACOTE	R$ 3,34	R$ 5.010,00	R$ 4,79	R$ 7.185,00	30,27	R$ 1,45
Descrição: COPO DESCARTAVEL 50 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES - copo descartável 50 ml: resistente, dentro das normas ABNT - pacote com 100 unid.										
31	20,00	UNIDADE	POLICO RDA	UNIDAD E	R$ 5,24	R$ 104,80	R$ 5,78	R$ 115,60	9,34	R$ 0,54
Descrição: CORDA PARA VARAL, material nylon, resistente. Pacote com 10 metros.										
32	2.000,00	PACOTE	TOTALP LAST	PACOTE	R$ 24,29	R$ 48.580,00	R$ 24,70	R$ 49.400,00	1,65	R$ 0,41
Descrição: CUMBUCA DESCARTAVEL DE ISOPOR 15 cm X 5 cm - redonda - capacidade 300 ml - PCT C/100 UnD										
Subtotal Adjudicado R$ 467.245,40							**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**		**19,6395%**	**R$ 114.191,38**

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
33	2.500,00	UNIDADE	VOREL	UNIDAD E	R$ 5,44	R$ 13.600,00	R$ 9,54	R$ 23.866,75	43,01	R$ 4,10
Descrição: DESINFETANTE EMB. 02 LITROS - Desinfetante liquido para uso geral com alto poder germicida e bactericida, aroma lavanda, eucalipto ou floral com registro no Ministério da Saúde. Galão de 2 Litros. Identificação do produto e prazo de validade.										
34	3.000,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 15,61	R$ 46.830,00	R$ 22,88	R$ 68.660,10	31,79	R$ 7,27
Descrição: DESINFETANTE EMB. 05 LITROS - Desinfetante liquido para uso geral com alto poder germicida e bactericida, aroma lavanda, eucalipto ou floral com registro no Ministério da Saúde. Galão de 5 Litros. Identificação do produto e prazo de validade										
35	30,00	KILO	START CLOR	KG	R$ 29,39	R$ 881,70	R$ 29,77	R$ 893,19	1,28	R$ 0,38
Descrição: DESINFETANTE EM PÓ PARA UTENSÍLIOS - SANITIZANTE										
36	200,00	UNIDADE	PURO AR	UNIDAD E	R$ 15,19	R$ 3.038,00	R$ 15,27	R$ 3.055,34	0,56	R$ 0,08
Descrição: DESODORIZADOR AMBIENTAL, AEROSOL, SEM CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade.										
37	4.000,00	UNIDADE	POLYLA R	UNIDAD E	R$ 1,84	R$ 7.360,00	R$ 2,83	R$ 11.320,00	34,98	R$ 0,99
Descrição: DETERGENTE LIQUIDO 500 ML Marcas de referência: Ypê ou Limpol										
39	100,00	UNIDADE	CONDO R	UNIDAD E	R$ 4,19	R$ 419,00	R$ 4,54	R$ 454,67	7,84	R$ 0,35
Descrição: ESCOVA DE LAVAR ROUPA..										
41	50,00	UNIDADE	TOQ	UNIDAD E	R$ 8,88	R$ 444,00	R$ 9,48	R$ 474,00	6,32	R$ 0,60
Descrição: ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM SUPORTE - Escova de nylon para lavar vaso sanitário c/ cabo de plástico e suporte.										
42	1.000,00	UNIDADE	BRILHU S	UNIDAD E	R$ 4,94	R$ 4.940,00	R$ 6,08	R$ 6.083,30	18,79	R$ 1,14
Descrição: ESPONJA ANTIADERENTE - Esponja antiaderente dupla face, abrasiva, para limpeza, com aproximadamente 75 x 110 mm										
43	1.500,00	PACOTE	ASSOL ON	PACOTE	R$ 2,85	R$ 4.275,00	R$ 2,88	R$ 4.320,00	1,04	R$ 0,03
Descrição: ESPONJA DE LÃ DE AÇO - PACOTE COM 08 UND. Formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades. Marcas de referencia: Bom Bril e Assolan										
44	1.500,00	UNIDADE	BRILHU S	UNIDAD E	R$ 0,99	R$ 1.485,00	R$ 3,17	R$ 4.765,05	68,83	R$ 2,18
Descrição: ESPONJA MULTIUSO DE LIMPEZA DUPLA FACE - VERDE/AMARELA, formato retangular, aplicação para limpeza geral de superfícies e utensílios como panelas, frigideiras, pratos, etc, Embalagem com 01 unidade										
46	50,00	UNIDADE	BORED A	UNIDAD E	R$ 29,49	R$ 1.474,50	R$ 30,16	R$ 1.508,33	2,24	R$ 0,67
Descrição: FILME PVC transparente - tamanho 28cm X 100 metros Para Embalar, proteger e conservar alimentos, frutas e verduras										
Subtotal Adjudicado R$ 467.245,40							**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**		**19,6395%**	**R$ 114.191,38**

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
47	250,00	CAIXA	BRIGIT A	CAIXA	R$ 5,29	R$ 1.322,50	R$ 5,71	R$ 1.427,50	7,35	R$ 0,42
Descrição: FILTRO PARA CAFÉ 103 - caixa com 30 unidades										
48	600,00	UNIDADE	VIMAC	UNIDAD E	R$ 5,29	R$ 3.174,00	R$ 5,79	R$ 3.474,00	8,63	R$ 0,50
Descrição: FLANELA - Flanela: para limpeza, laranja, algodão, medindo 60 cm x 40 cm										
49	1.000,00	PACOTE	PRAFE STA	PACOTE	R$ 5,94	R$ 5.940,00	R$ 6,63	R$ 6.630,00	10,40	R$ 0,69
Descrição: GARFO PLÁSTICO, GRANDE DESC. C/50UN - Garfo: plástico descartável para refeição (grande) pct com 50 und										
50	80,00	UNIDADE	MOR	UNIDAD E	R$ 38,61	R$ 3.088,80	R$ 38,80	R$ 3.104,00	0,48	R$ 0,19
Descrição: GARRAFA TERMICA 1 LITRO - garrafa térmica: 1 litro, corpo plástico, ampola de vidro, rolha dosadora, com copo multiuso, nas cores azul, vermelha ou preta. Com selo de garantia. De boa qualidade.										
53	1.000,00	PACOTE	BOB	PACOTE	R$ 3,81	R$ 3.810,00	R$ 4,16	R$ 4.160,00	8,41	R$ 0,35
Descrição: GUARDANAPOS DE PAPEL BRANCO, PCT. C/ 50 UNID - guardanapos de papel branco 22 cm x 23 cm pct. C/ 50 und.										
55	60,00	UNIDADE	NADIR FIGUEI REDO (1.550 ML)	UNIDAD E	R$ 32,34	R$ 1.940,40	R$ 32,64	R$ 1.958,80	0,93	R$ 0,30
Descrição: JARRA DE VIDRO COM ALÇA, 2 LITROS - jarra de vidro: lisa com alça, capacidade de 2 litros. De boa qualidade.										
56	100,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 45,64	R$ 4.564,00	R$ 46,33	R$ 4.633,67	1,50	R$ 0,69
Descrição: LIMPA CERÂMICAS - EMBALAGEM 05 LITROS Pode ser usado para faxinas pesadas e limpezas diárias. Remove todo tipo de sujeiras e incrustações. Tipos de pisos: cerâmicas, azulejos, ardósia, sanitários. Embalagem com 05 litros. Similar, compatível ou de melhor qualidade que a marca Azulim.										
57	100,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 4,11	R$ 411,00	R$ 6,21	R$ 621,33	33,85	R$ 2,10
Descrição: LIMPA VIDROS, LÍQUIDO - Composição: Lauril éter sulfato de sódio, coadjuvantes, corante e água, Biodegradável, APLICAÇÃO: Limpeza de vidros em geral, TAMPA: Pulverizador, Frasco, 500 ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário										

58	400,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 3,65	R$ 1.460,00	R$ 4,81	R$ 1.924,00	24,11	R$ 1,16
Descrição: LIMPADOR MULTIUSO - Para uso geral com múltiplas funções como remover manchas e sujeiras, em fogões, geladeiras, pias, e demais superfícies laváveis Composição básica: Linear alquil benzeno sulfanato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, perfume e água Embalado em garrafa plástica de 500 ml - Marcas de referência: Veja Ypê, Minuano, Limpol, ou similar de melhor ou igual qualidade.										
59	60,00	UNIDADE	ARQPL ASTIC	UNIDAD E	R$ 93,99	R$ 5.639,40	R$ 131,33	R$ 7.879,99	28,43	R$ 37,34
Descrição: LIXEIRA BASCULANTE, RETANGULAR C/ PEDAL 30 l - lixeira: basculante, plástica, retangular com pedal, capacidade 30 litros. CORES VARIADAS										
Subtotal Adjudicado R$ 467.245,40							**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**		**19,6395%**	**R$ 114.191,38**

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
60	50,00	UNIDADE	ANTAR ES	UNIDAD E	R$ 123,99	R$ 6.199,50	R$ 178,03	R$ 8.901,83	30,35	R$ 54,04
Descrição: LIXEIRA PLASTICA C/TAMPA, ALÇA E PEDAL, 60 lts - lixeira plástica: plástica, com tampa, alça e pedal, 60lts, CORES VARIADAS										
61	80,00	UNIDADE	PLASLI DER	UNIDAD E	R$ 10,99	R$ 879,20	R$ 27,95	R$ 2.236,00	60,67	R$ 16,96
Descrição: LIXEIRA PLASTICA, TELADA, SEM TAMPA, 9 LITROS - lixeira:plástica,telada,vazada, redonda, semtampa, capacidade 9 litros										
62	60,00	UNIDADE	ANTAR ES	UNIDAD E	R$ 42,74	R$ 2.564,40	R$ 42,84	R$ 2.570,59	0,24	R$ 0,10
Descrição: LIXEIRA, PLASTICA, COM TAMPA E SEM ALÇA, COM PEDAL 15 LITROS - lixeira: plástica para banheiro, com tampa, pedal e sem alça, 15 litros										
63	200,00	UNIDADE	AZULIM	UNIDAD E	R$ 10,49	R$ 2.098,00	R$ 10,71	R$ 2.142,00	2,05	R$ 0,22
Descrição: LUSTRA MÓVEIS. Emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Aromas diversos. Frasco plástico de 200ml com bico econômico. A embalagem deveráconter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade										
64	650,00	PAR	MUCAM BO	PAR	R$ 4,51	R$ 2.931,50	R$ 5,57	R$ 3.624,85	19,12	R$ 1,06
Descrição: LUVA DE BORRACHA - LÁTEX - TAM P, M, G, GG - luvas de borracha: de segurança, material látex natural, com c.ª (certificado de avaliação do ministério do trabalho), tamanho P, M E G, cor amarela, Características adicionais aveludada internamente e palma antiderrapante, uso doméstico.										
65	50,00	UNIDADE	ZANEL	UNIDDE	R$ 19,59	R$ 979,50	R$ 19,64	R$ 982,33	0,28	R$ 0,05
Descrição: LUVAS DE RASPA DE COURO, CANO CURTO, TAMANHO GRANDE										
66	50,00	UNIDADE	ZANEL	UNIDAD E	R$ 19,59	R$ 979,50	R$ 19,64	R$ 982,33	0,28	R$ 0,05
Descrição: LUVAS DE RASPA DE COURO, CANO CURTO, TAMANHO MÉDIO.										
68	80,00	UNIDADE	RADIAL	UNIDAD E	R$ 11,19	R$ 895,20	R$ 17,39	R$ 1.391,73	35,67	R$ 6,20
Descrição: PÁ COLETORA DE LIXO: Material da base: zinco, Material do cabo: madeira, Comprimento do cabo: 60 cm, Para limpeza doméstica.										
69	500,00	UNIDADE	VIMAC	UNIDAD E	R$ 9,51	R$ 4.755,00	R$ 9,97	R$ 4.986,65	4,64	R$ 0,46
Descrição: PANO DE LIMPAR CHÃO - ALGODÃO CRU, com costuras laterais - com medida de no mínimo 58 x 78cm.										
72	50,00	ROLO	BORED A	UNIDAD E	R$ 6,69	R$ 334,50	R$ 6,91	R$ 345,66	3,23	R$ 0,22
Descrição: PAPEL ALUMINIO, ROLO 7,5 M COMPRIMENTO X 45 CM LARGURA - Papel alumínio: rolo 7,5 m comprimento x 45 cm largura.										
73	4.000,00	PACOTE	BOB	PACOTE	R$ 6,49	R$ 25.960,00	R$ 7,17	R$ 28.706,80	9,56	R$ 0,68
Descrição: PAPEL HIGIENICO 60M X 10 CM, 04 UNIDADES, FOLHA SIMPLES - Papel higiênico: papel absorvente de primeira qualidade, fibras 100 naturais, na cor branca, picotado, golfrado medindo 60m x 10 cm, embalagem com 04 unidades. Folha simples										
Subtotal Adjudicado R$ 467.245,40							**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**		**19,6395%**	**R$ 114.191,38**

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
74	30,00	ROLO	BORED A	ROLO	R$ 11,57	R$ 347,10	R$ 11,64	R$ 349,40	0,65	R$ 0,07
Descrição: PAPEL MANTEIGA em rolo de 30 cm de largura por 7,5 metros de comprimento										
75	800,00	PACOTE	NEW PAPER	PACOTE	R$ 12,06	R$ 9.648,00	R$ 12,46	R$ 9.970,64	3,23	R$ 0,40
Descrição: PAPEL TOALHA BRANCO - Papel toalha inter-folhado na cor branca, 2 dobras, gramatura mínima 28g/m², alta alvura, 100 fibras celulósicas virgem, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, dimensões mínimas de 21,5 x 22,2cm. Pacote com 1000 folhas dividido em maços com 250 folhas cada, não reciclado.										
76	500,00	PACOTE	MAXIM	PACOTE	R$ 6,79	R$ 3.395,00	R$ 8,60	R$ 4.303,35	21,10	R$ 1,81
Descrição: PAPEL TOALHA COM 2 ROLOS - Papel toalha para cozinha com 2 rolos de 20 cm x 22 cm, com 50 folhas duplas cada - marca de referência										
78	80,00	UNIDADE	ERCAP LAST	UNIDAD E	R$ 10,49	R$ 839,20	R$ 14,14	R$ 1.131,20	25,81	R$ 3,65
Descrição: PORTA FILTRO PARA CAFÉ 103, MATERIAL PLÁSTICO - Coador de café de plástico tamanho 103										
81	100,00	UNIDADE	RADIAL	UNIDAD E	R$ 19,99	R$ 1.999,00	R$ 28,06	R$ 2.806,33	28,76	R$ 8,07
Descrição: RODO CABO DE MADEIRA REVESTIDO, BASE DE METAL, BORRACHA DUPLA, 60 cm - Rodo cabo de madeira revestido, base de metal, borracha dupla, 60 cm										
82	100,00	UNIDADE	RADIAL	UNIDAD E	R$ 19,87	R$ 1.987,00	R$ 22,98	R$ 2.298,00	13,53	R$ 3,11
Descrição: RODO CABO DE MADEIRA REVESTIDO, BASE DE PLÁSTICO, BORRACHA DUPLA, 40 cm - Rodo cabo de madeira revestido, base de plástico, borracha dupla, 40 cm										
83	700,00	PACOTE	KRA KRA	PACOTE	R$ 8,50	R$ 5.950,00	R$ 13,17	R$ 9.223,69	35,49	R$ 4,67
Descrição: SABAO EM BARRA NEUTRO, PACOTE COM 5 BARRAS DE 200 GRAMAS - sabão em barra: neutro, biodegradável, glicerinado, dermatologicamente, testado, para limpeza em geral, pacote com 5 barras de 200 gramas.										
85	500,00	UNIDADE	MOTIV US	UNIDAD E	R$ 5,99	R$ 2.995,00	R$ 8,32	R$ 4.161,65	28,03	R$ 2,33
Descrição: SABONETE EM TABLETE, PESO 85 G - Sabonete em tablete, peso mínimo de 85 g, aspecto físico sólido, com perfume, formato retangular. Marcas de referência: LUX, NÍVEA, PALMOLIVE										
86	300,00	UNIDADE	TOK BOTHA NICO	UNIDAD E	R$ 9,29	R$ 2.787,00	R$ 11,39	R$ 3.419,01	18,48	R$ 2,10
Descrição: SABONETE LIQUIDO - EMBALAGEM 500 ML - Sabonete líquido concentrado, cremoso, com alto poder germicida, essências de variadas, certificado pela ANVISA/MS. Embalagem 500 ml.										
87	500,00	PACOTE	DIVI	PACOTE	R$ 5,49	R$ 2.745,00	R$ 6,31	R$ 3.156,65	13,04	R$ 0,82
Descrição: SACO PARA CACHORRO-QUENTE Hot Dog- plástico - 20 x 12 cm - 50 un										
88	2.000,00	UNIDADE	POLILU Z	UNIDAD E	R$ 10,94	R$ 21.880,00	R$ 11,97	R$ 23.946,60	8,63	R$ 1,03
Subtotal Adjudicado R$ 467.245,40							**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**		**19,6395%**	**R$ 114.191,38**

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 100 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
89	4.000,00	UNIDADE	POLILU Z	UNIDAD E	R$ 6,79	R$ 27.160,00	R$ 7,61	R$ 30.453,20	10,81	R$ 0,82

Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 15 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
90	4.000,00	UNIDADE	POLILU Z	UNIDAD E	R$ 6,79	R$ 27.160,00	R$ 7,61	R$ 30.453,20	10,81	R$ 0,82
Descrição: SACO PARA LIXO, PLASTICO, 30 LTS, REFORÇADO - COR PRETA										
92	200,00	PACOTE	DIVI	PACOTE	R$ 5,94	R$ 1.188,00	R$ 6,23	R$ 1.246,00	4,65	R$ 0,29
Descrição: SACOS PLÁSTICOS PARA CHUP CHUP - EMB. COM 100 UND. MED. APROX. 5 cm x 23 cm										
93	300,00	UNIDADE	TOK BOTHA NICO	UNIDAD E	R$ 12,79	R$ 3.837,00	R$ 14,61	R$ 4.383,00	12,45	R$ 1,82
Descrição: SHAMPOO, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELOS - EMBAL. MÍNIMA DE 325 ML										
Subtotal Adjudicado R$ 467.245,40							**Subtotal Orçado: R$ 581.436,78**		**19,6395%**	**R$ 114.191,38**
Fornecedor : ANVAX COMPANY LTDA - 34.346.501/0001-46										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
40	5.000,00	UNIDADE	Anvax Care	Infantil	R$ 0,84	R$ 4.200,00	R$ 6,08	R$ 30.416,50	86,19	R$ 5,24
Descrição: ESCOVA DENTAL, INFANTIL, .										
Subtotal Adjudicado R$ 4.200,00							**Subtotal Orçado: R$ 30.416,50**		**86,1917%**	**R$ 26.216,50**
Fornecedor : BEAGA HOSPITALAR LTDA - 10.478.755/0001-50										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
77	1.000,00	UNIDADE	ALG	ALG	R$ 4,15	R$ 4.150,00	R$ 5,44	R$ 5.443,30	23,75	R$ 1,29
Subtotal Adjudicado R$ 4.150,00							**Subtotal Orçado: R$ 5.443,30**		**23,7594%**	**R$ 1.293,30**

Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
Descrição: PASTA DENTAL - TUBO DE 90 GRAMAS em creme, uso adulto, com flúor. Caixa de papel cartão plastificada, contendo 1 tubo de 90g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade.										
Subtotal Adjudicado R$ 4.150,00							**Subtotal Orçado: R$ 5.443,30**		**23,7594%**	**R$ 1.293,30**
Fornecedor : ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA - 52.429.342/0001-25										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
79	1.000,00	PACOTE	Bellocop o/Copop last	Bellocop o/Copopl ast	R$ 2,90	R$ 2.900,00	R$ 8,61	R$ 8.616,70	66,34	R$ 5,71
Descrição: PRATO PLASTICO DESCARTAVEL Nº 18 - REFEIÇÃO - Prato plástico descartável, para refeição, redondo numero 18 - pacote com 10 unidades										
80	600,00	PACOTE	Bellocop o/Copop last	Bellocop o/Copopl ast	R$ 2,50	R$ 1.500,00	R$ 5,06	R$ 3.037,50	50,61	R$ 2,56
Descrição: PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL Nº 15 - SOBREMESA - Prato raso: plástico, descartável para sobremesa, nº 15, resistente e dentro das normas da ABNT - pacote com 10 unidades										
97	100,00	UNIDADE	Varrema is/Wilso n/Espon flora	Varremai s/Wilson/ Esponflo ra	R$ 23,50	R$ 2.350,00	R$ 26,39	R$ 2.639,67	10,97	R$ 2,89
Descrição: VASSOURA DE NYLON, C/ CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO, BASE 30 cm - Vassoura de nylon: com cabo de madeira revestido em plástico, base com 30 cm										
98	200,00	UNIDADE	Varrema is/Wilso n/Espon flora	Varremai s/Wilson/ Esponflo ra	R$ 21,50	R$ 4.300,00	R$ 32,61	R$ 6.523,34	34,08	R$ 11,11
Descrição: VASSOURA DE PÊLO SINTÉTICO - Vassoura pelo sintético, projetada para uso interno e pisos lisos como: cerâmica, porcelanato, madeira e laminados: pela medida da base: 40 cm.										
Subtotal Adjudicado R$ 11.050,00							**Subtotal Orçado: R$ 20.817,21**		**46,9189%**	**R$ 9.767,21**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado					**Total Orçado**		**Economia %**		**Economia R$**	
R$ 734.916,20					R$ 942.740,12		22,0446%		207.823,92	

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Córrego Danta-MG , 31 de Agosto de 2026

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Assine aqui

Assine aqui

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:5AA05288